GÊNERO NA LITERATURA EM COMUNICAÇÃO: REDE E ÁREAS DA PESQUISA A PARTIR DA ANÁLISE DE PERIÓDICOS BRASILEIROS

Fernanda Cavassana de Carvalho (UFPR)
Michele Goulart Massuchin (UFPR)
Camilla Quesada Tavares (UFMA)

RESUMO
O trabalho apresenta uma análise sobre como se configuram as redes de pesquisa sobre Comunicação e Gênero no Brasil. Parte-se do pressuposto que esta é uma subárea da Comunicação e que se faz importante compreender como se desenvolve a partir de questões regionais, de formação e da temática dos trabalhos. Para tanto, optou-se pela análise dos artigos publicados nas revistas de qualis A1 e A2, conforme a avaliação da CAPES, da área da Comunicação e Informação. Ao todo, foram analisados 138 artigos científicos publicados em nove revistas. Dentre os resultados obtidos destaca-se a concentração em algumas revistas e em determinadas formações, com predominância de autoria única, majoritariamente de doutores e concentrados regionalmente.

Palavras-chave: Gênero. Comunicação. Periódicos. Artigos científicos.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é caracterizar a produção científica brasileira sobre comunicação e gênero tendo como base as revistas qualificadas nacionais que publicam sobre o tema. O texto centraliza o debate, a partir da análise em algumas questões específicas, como as interações institucionais e disciplinares e características sobre as autorias. Os estudos de gênero se colocam como centrais nos estudos contemporâneos nas mais diferentes áreas (MENDES; CARTER, 2008). Na comunicação, nota-se a preocupação pelo tema por meio da produção científica, dos grupos de pesquisa e de teses e dissertações produzidas e mapeadas ainda nos anos 1990 (ESCOSTEGUY; MESSA, 2008).

Destaca-se que alguns estudos já mostram alguns mapeamentos, tanto na literatura nacional (SARMENTO, 2013, 2018; TAVARES, 2018; ESCOSTEGUY; MESSA, 2008) quanto internacional (DOW; CONDIT, 2005; MENDES; CARTER, 2008), porém o foco recai sobre as temáticas e abordagens, tanto de subtemas específicos ou elementos mais abrangentes. Neste sentido – em termos de contribuição ao campo – busca-se, por meio deste *paper,* apresentar dados mais voltados para pensar a conformação das redes de autoria e suas especificidades.

Estes são elementos já identificados e ressaltados como relevantes em outras pesquisas que também se caracterizam pelo mapeamento dos diferentes campos (LEITE, 2015; SAMPAIO *et al.*, 2016), mas que aparecem menos nas pesquisas sobre Comunicação e Gênero. Assim, juntamente com resultados já desenvolvidos por outros autores e autoras sobre a área de estudos, com os novos dados ter-se-á um panorama mais amplo sobre sua conformação.

Para chegar a essa discussão, o trabalho parte da observação da produção acadêmica tendo como unidade de análise os artigos publicados em periódicos nacionais que se enquadram nos estratos A1 e A2 do Qualis da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES), na área de Comunicação e Informação[1]. São, ao todo, 130 periódicos nos qualis A1 e A2 (46 e 84, respectivamente). No entanto, como se optou pela investigação em revistas nacionais, este número torna-se mais reduzido, pois somente 20 são editados no Brasil. Posteriormente, foi feito outro recorte que dizia respeito às publicações que, dentro do escopo, contemplassem a produção específica da área da Comunicação[2]. Assim, chegou-se ao total de nove revistas que seriam cobertas pela pesquisa e análise dos artigos que contemplassem as temáticas de gênero.

A partir dos diferentes recortes citados, foram selecionados e analisados, ao final, 138 artigos publicados em nove revistas nacionais: E-Compós, Estudos Feministas, Galáxia, Famecos, Opinião Púbica, Matrizes, Intercom, Dados e Compolítica[3]. A análise, que se deu a partir de um livro de códigos, contou com a observação de informações relativas às autorias. E, partir do objetivo do texto, trabalha-se com as seguintes variáveis: temática do artigo, titulação dos autores/autoras (considerando os/as três primeiros/as), quantidade de autores/autoras, área de formação/atuação dos autores/autoras), instituição de origem e escolaridade. Assim, em termos metodológicos, o trabalho faz uso de diferentes abordagens quantitativas – análise de conteúdo e análise de rede – para atingir o objetivo de caracterizar a produção da área.

---

[1] Considerando-se a avaliação 2013-2016. Como ressalva, destaca-se que foi incluída a revista Compolítica (B1) no grupo por ser um periódico voltado para a interface da comunicação e política, o que atende a interesse específico da pesquisa a qual esse trabalho se vincula. Além disso, destaca-se que a revista Sociedade e Estado não teve artigo sobre o tema para que fosse selecionado.

[2] Algumas publicações contemplam, majoritariamente, pesquisas de outras áreas e não estão ligadas a programas de pós-graduação ou centros de pesquisas em Comunicação ou áreas mais próximas que, de algum modo, permitem publicações que tangenciem a área da comunicação.

[3] A seleção dos textos considerou todas as edições das revistas desde a sua criação.

Sobre a construção do *paper*, este segue dividido em três partes. A primeira traz uma breve discussão sobre a produção em comunicação e gênero no Brasil. O tópico seguinte é dedicado à análise empírica, com exposição e análise dos dados. Depois, a última seção traz as considerações finais a partir dos principais resultados do trabalho.

A PESQUISA EM COMUNICAÇÃO E GÊNERO NO PAÍS

Os estudos sobre gênero no Brasil – de forma geral – representam uma agenda de pesquisa crescente desde a década de 1970, acompanhando a literatura internacional (DOW; CONDIT, 2005). Primeiro se iniciaram com os estudos sobre mulheres e, depois, de modo mais abrangente, com os de Gênero (BRUSCHINI *et al.*, 1998). E, no caso das pesquisas no campo da comunicação, que dialogam com a perspectiva de gênero, o trabalho de Escosteguy e Messa (2008) mostra que diversas teses foram mapeadas no início dos anos 1990, identificando a consolidação da área de estudos.

No entanto, o desenvolvimento das pesquisas não se dá de forma equilibrada, o que é ressaltado tanto pela literatura nacional quanto internacional (COSTA *et al.*, 1985; DOW; CONDIT, 2005; MENDES; CARTER, 2008; ESCOSTEGUY; MESSA, 2008; SARMENTO, 2013; SARMENTO, 2018). A conclusão que os trabalhos trazem é que nem sempre todos os ângulos e elementos dentro desta grande área temática foram tidos como foco de investigação ao longo desta trajetória.

As pesquisas de Dow e Condit (2005) e Mendes e Carter (2008) mostram, por exemplo, que os estudos sobre comunicação e gênero ainda carecem de perspectivas que dialogam com as mídias digitais, da mesma maneira que ainda há poucos trabalhos sobre os discursos masculinos que são dominantes nas arenas políticas. Além disso, perceberam-se diferenças metodológicas e a predominância de estudos sobre entretenimento (DOW; CONDIT, 2005; MENDES; CARTER, 2008). A literatura nacional – ainda que muitas vezes focada em questões específicas dentro da Comunicação e Gênero – também mostrou alguns dados relevantes como é o caso de Sarmento (2013), que identificou vertentes diferentes de análise ao tratar da proximidade entre mídia, política e gênero, que podem ser denominadas como: “a representação simbólica das relações de gênero nos produtos comunicacionais; b) a construção midiática sobre a representação eletiva de

mulheres e homens; e c) a relação entre ativismo feminista e meios de comunicação" (SARMENTO, 2013, p.3).

Tavares (2018), adicionalmente, mostrou que dentro dos estudos específicos sobre jornalismo e gênero, ainda a área carece de estudos. Na mesma direção, Costa *et al.* (1985) concluíram que em dado momento começam a ganhar destaque estudos que avaliam a participação da mulher em diferentes espaços, desde o cinema até na televisão. Assim, a partir desses trabalhos, percebem-se diferentes abordagens, assim como prioridades de objetos – tal como o foco na mensagem em alguns momentos da trajetória – e até mesmo de vertentes teóricas, mais ou menos voltadas às questões feministas.

Todos os trabalhos citados chegaram a essas conclusões a partir da análise de diferentes objetos, podendo ser artigos (TAVARES, 2018; DOW; CONDIT, 2005), teses e dissertações (ESCOSTEGUY; MESSA, 2008), trabalhos de congressos (MARTINEZ *et al.*, 2016) ou a observação geral da literatura e suas formas de configuração (SARMENTO, 2013). Neste sentido, mostra-se que além da consolidação das pesquisas de mapeamento, a metapesquisa se destaca como uma fonte de informações e de autorreflexão para a área (MATTOS; VILLAÇA, 2012).

Porém, ainda há características que precisam ser observadas de modo mais evidente, pois aparecem menos na literatura já existente. É o caso, por exemplo, das redes que se formam, especialmente a partir da regionalização, e do perfil dos autores e autoras que trabalham com a temática, considerando a formação e os temas priorizados. Estas variáveis aparecem em estudos de áreas correlatas e evidenciam questões interessantes, que também podem ser estudadas na perspectiva da Comunicação e Gênero.

O estudo de Diniz e Foltran (2004), que mapeou os trabalhos publicados na Revista Estudos Feministas, trouxe dados sobre a formação dos pesquisadores e pesquisadoras, assim como o sexo da autoria. Percebeu-se a concentração de algumas áreas mais contempladas e a divisão sexual da pesquisa, majoritariamente feita por mulheres. Sampaio *et al.* (2018), da mesma forma, identificaram o perfil da pesquisa sobre internet no país, analisando características dos autores e dos *papers*, num total de dezessete variáveis (SAMPAIO *et al.*, 2018), em que perceberam concentração regional e de formação. Na mesma direção, Santos, Aldé e Shwambach (2016) analisaram teses e dissertações sobre Comunicação e Política

identificando universidades, orientadores e referências bibliográficas. Dessa forma, com base nos exemplos citados, a partir do tópico seguinte, essas questões passam a ser discutidas a partir da produção na área de estudos sobre Comunicação e Gênero.

ÁREAS E REDE DE PRODUÇÃO SOBRE COMUNICAÇÃO E GÊNERO

Esta seção é dedicada à análise empírica, descrevendo os dados que caracterizam a produção sobre Comunicação e Gênero. Primeiramente, expõe-se o total de artigos obtidos por periódico. Como a tabela a seguir indica, concentram-se de modo significativo os trabalhos publicados nos três primeiros periódicos: Revista Estudos Feministas (REF); Famecos e E-Compós. Juntas, totalizam 80,5% da produção. As demais revistas têm menos de dez artigos cada.

Tabela 1 – Artigos por revista

Revista	Frequência	%
Estudos Feministas	44	31,9
Famecos	39	28,3
E-Compós	28	20,3
Intercom	9	6,5
Matrizes	6	4,3
Compolítica	4	2,9
Galáxia	5	3,6
Opinião Pública	2	1,4
Dados	1	0,7
Total	138	100,0

Fonte: COPS (2018).

É importante ressaltar que por mais que seja uma revista voltada à produção feminista, a REF não se limita a artigos da área de Comunicação, sendo um periódico bastante interdisciplinar. Em contrapartida, a E-Compós e a Famecos são publicações especificamente da área da Comunicação e de grande referência na área. Cabe destacar que a E-Compós totalizou uma produção três vezes maior que a Intercom nos trabalhos sobre gênero, que também é uma revista de referência e relevante na área. É importante destacar que, ainda que este dado demonstre onde estão distribuídas as publicações, o número sofre interferência da quantidade de edições publicadas e do tempo de publicação do periódico.

Abaixo, a tabela 2 expõe a quantidade de trabalho por área temática predominante no artigo. A maioria são artigos enquadrados como estudos da Comunicação (38%) de modo geral. Em seguida, destacam-se os trabalhos que

abordam questões de gênero na produção visual e audiovisual, como estudos da imagem e da cultura no cinema, fotografia e telenovelas (29%). Em terceiro lugar, aparece a produção de gênero nos estudos de Jornalismo (26%). Artigos nas áreas temáticas de Publicidade e Propaganda (5,1%) e Relações Públicas (1,4%) aparecem em menor volume. Este dado revela, portanto, uma lacuna nos estudos que discutem gênero na comunicação institucional, nas peças de propaganda e dentro das próprias agencias na relação com as profissionais.

Tabela 2 – Área temática predominante do artigo

	Frequência	%
Comunicação	53	38,4
Cinema e Audiovisual	40	29,0
Jornalismo	36	26,1
Publicidade e Propagada	7	5,1
Relações Públicas/Com. Organizacional	2	1,4
Total	138	100,0

Fonte: COPS (2018).

Como nosso objetivo é caracterizar a literatura na área, importa-nos também a quantidade de autores que participam na produção desses trabalhos, bem como a área de atuação deles e suas respectivas instituições. Primeiramente, a tabela 3 descreve a quantidade de autores dos artigos. A maioria é de autoria única (60,9%), enquanto 31,2% são de dois autores, 4,3% de três autores e 3,6% assinados por quatro ou cinco pesquisadores. Cabe destacar que há pesquisadores que são autores de mais de um texto em nosso banco[4], no entanto os dados evidenciam, desde já, que a produção não tende a se dar em conjunto, número este que parece mais alto que sobre outras temáticas (SAMPAIO *et al,* 2018).

Tabela 3 – Quantidade de autores por texto

	Frequência	%	%acum.
Um	84	60,9	60,9
Dois	43	31,2	92,0
Três	6	4,3	96,4
Quatro	3	2,2	98,6
Cinco	2	1,4	100,0
Total	138	100,0	

Fonte: COPS (2018).

[4] Há autoras que aparecem mais de uma vez conforme o número de contribuições, independentemente da ordem de autoria. Por exemplo, Ana Carolina Escosteguy, Veneza Mayora Ronsini e Lírian Sifuentes que aparecem 9, 7 e 6 vezes, respectivamente, em nosso banco.

Pertinente a isso, destaca-se que até aqui a nossa unidade de análise foi o artigo publicado, que totalizam 138 trabalhos em nosso banco. Agora, passa-se para a dimensão da produção, alterando a unidade de análise para os autores. Ressalta-se que em nossa pesquisa, foram categorizadas as informações dos três primeiros autores de cada artigo[5]. A primeira característica a se destacar são as áreas de atuação sendo consideradas aqui aquelas mencionadas pelo próprio autor na publicação. Conforme exposto na tabela 4, há uma diversidade de áreas, com destaque para a Comunicação Social de modo geral (64,5%), seguida da grande área de Ciências Sociais (13,8%). Das áreas específicas da Comunicação, tem-se a participação principalmente de autores do Jornalismo (5,9%). Por outras áreas, têm-se autores que se identificaram como de outros departamentos que não os listados nas categorias[6].

Tabela 4 – Total de participações por área de atuação dos autores

		Freq.	%	%vál	%acum.
Válido	Comunicação	131	64,5	65,8	65,8
	Ciências Sociais	28	13,8	14,1	79,9
	Jornalismo	12	5,9	6,0	85,9
	Ciência Política	7	3,4	3,5	89,4
	Publicidade e Propaganda	1	0,5	0,5	89,9
	Outras áreas	20	9,9	10,1	100,0
	Total	199	98,0	100,0	
Ausente		4	2,0		
Total		203	100,0		

Fonte: COPS (2018).

As informações sobre as áreas de atuação dos autores são importantes não apenas para ver em quais há maior produção científica sobre o tema, mas também para averiguar em publicações conjuntas se há contribuições interdisciplinares, especialmente porque o tema agrega conhecimento de áreas distintas. Em relação a isso, o gráfico abaixo expõe a análise de correspondência múltipla, cruzando as áreas de atuação dos três primeiros autores de todos os artigos. Estatisticamente, trata-se de uma análise consistente, com explicação de 93% de variação conjunta das variáveis.

[5] Por isso, aqui, totalizam-se 203 casos, que é o número de contribuições dos pesquisadores até a terceira autoria de cada trabalho. É possível que um pesquisador apareça mais de uma vez, tanto como autor principal, quanto ora primeiro, ora segundo autor do trabalho.

[6] A categoria “ausente” diz respeito àqueles que não apresentaram vinculação institucional ou identificação de área de titulação.

Visualmente, observa-se a formação de grupos, contudo da mesma área de atuação. Considerando que a dimensão horizontal do gráfico é a mais explicativa, nota-se um grupo formado por outras áreas e a Ciência Política como área do segundo autor; as Ciências Sociais como áreas da primeira e segunda autoria isoladas no quadrante inferior esquerdo, e um agrupamento reunindo os autores da Comunicação e de suas áreas específicas, como Publicidade e Propaganda e Jornalismo. De áreas correlatas, apenas o segundo autor da Ciência Política e o terceiro autor de outras áreas aparece como mais correspondentes e próximos a esse grupo. Ainda assim, é possível verificar um isolamento de autores do Jornalismo que tendem a escrever com coautores também de Jornalismo.

De modo geral, o que se identifica com essa análise é uma lacuna para que a pesquisa em Gênero e Comunicação avance no que diz respeito à interdisciplinaridade, uma vez que a ausência de produções neste aspecto acaba por limitar a contribuição dos trabalhos, que poderiam trazer mais avanços à área de pesquisa em Gênero, se explorasse mais as interfaces entre Comunicação, Ciências Sociais e Ciência Política, por exemplo.

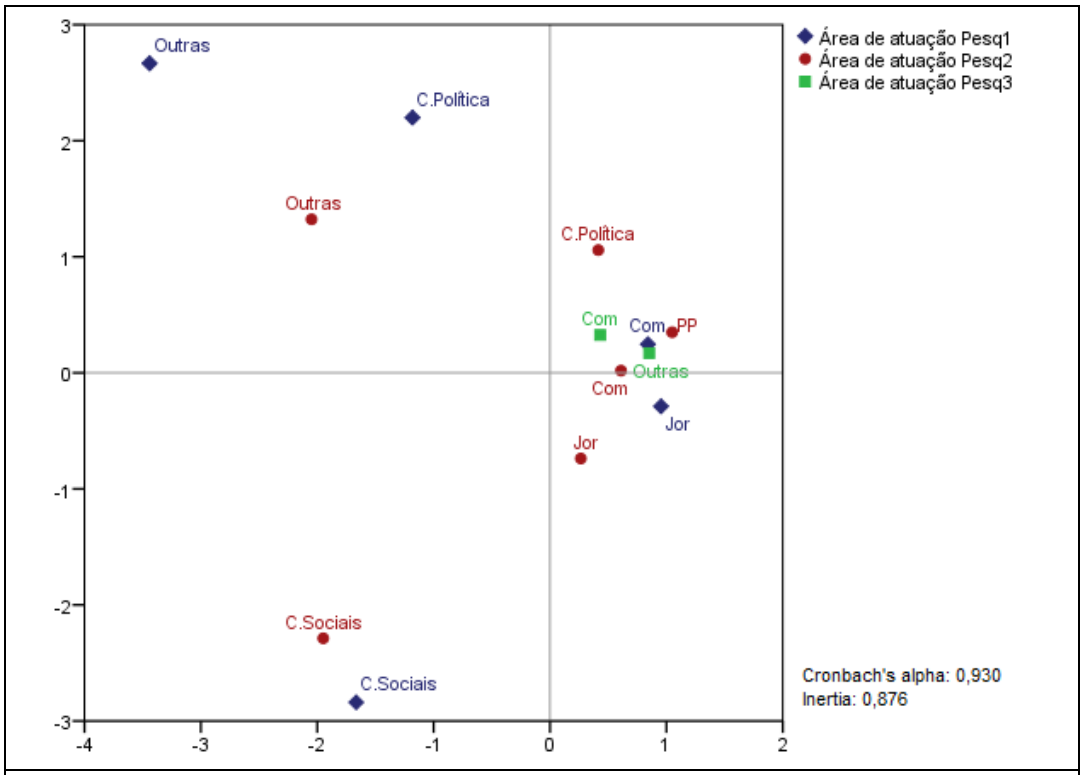


Gráfico 1 – Análise de correspondência múltipla da área de atuação dos autores.
Fonte: COPS (2018).

A próxima informação a se observar é a escolaridade dos autores, característica comumente analisada por estudos voltados à metapesquisa. Conforme a tabela 5, destaca-se que a grande maioria (78,7%) dos autores são doutores, o que já era esperado tendo o nosso *corpus* sido formado pelas revistas mais qualificadas da área. De forma decrescente, tem-se a participação de pós-graduandos, sendo 8,4% de doutorandos e 7,9% de mestres ou mestrandos. Destaca-se ainda que por menor que seja, houve registro de participação de discentes da graduação em cinco artigos (2,5%)[7].

Tabela 5 – Total de participações por escolaridade dos autores

		Freq.	%	%vál	%acum.
Válido	Doutor	159	78,3	80,7	80,7
	Doutorando	17	8,4	8,6	89,3
	Mestre/mestrando	16	7,9	8,1	97,5
	Graduando/graduado	5	2,5	2,5	100,0
	Total	197	97,0	100,0	
Ausente	N.S.A.	6	3,0		
Total		203	100,0		

Fonte: COPS (2018).

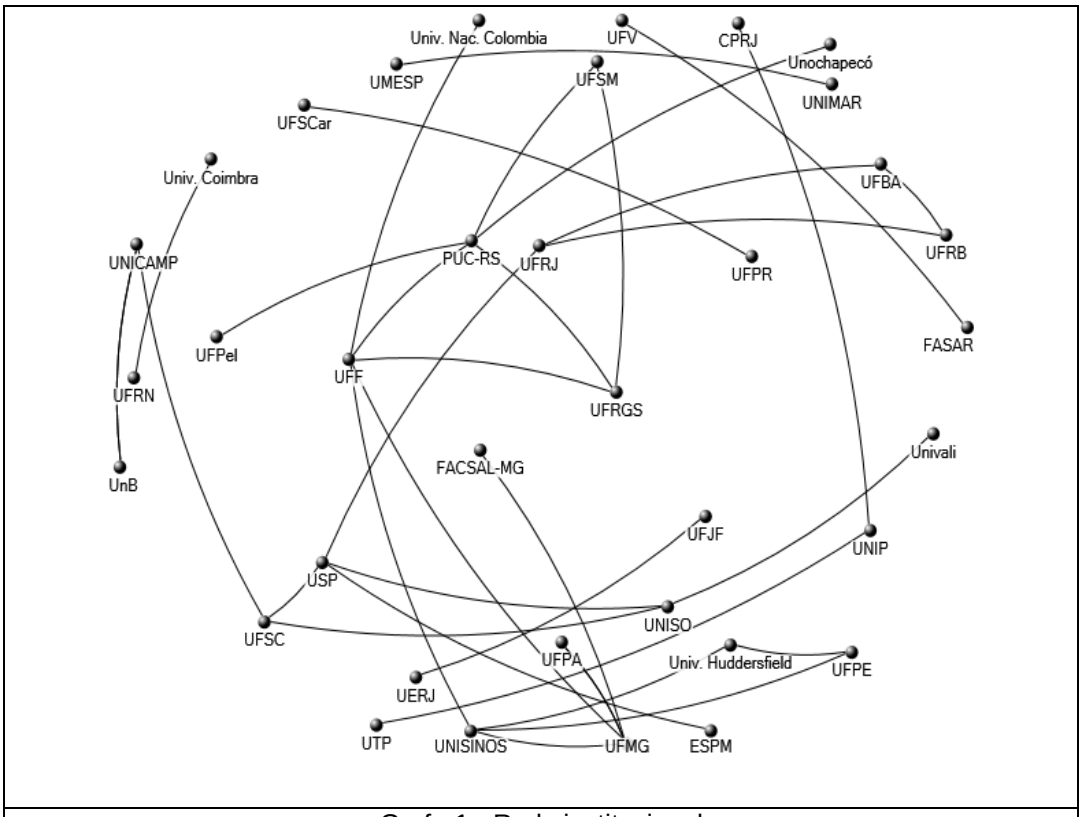
Apesar do esperado número maior de doutores, parte significativa aceita trabalhos que tenham como coautores mestres, mestrandos e doutorando. Porém, a ausência de parcerias entre pesquisadores, além de limitar a conjunção de distintas áreas, também faz com que haja pouco espaço para tratar do tema por pesquisadores em formação. Uma comparação futura com revistas de qualis B1 e B2 podem ajudar a compreender se há espaço para jovens pesquisadores nestas outras revistas da área que, por vezes, não necessitam de coautoria.

Outro ponto importante é como se dão as relações interinstitucionais quando há parcerias. Para analisá-las nessa produção, tem-se uma Análise de Rede Social (ARS) considerando a Instituição de Ensino Superior (IES) do autor como nó e as vezes que publicaram em coautoria como os arcos[8]. Trabalhos individuais e os coletivos de apenas uma universidade não são considerados. Portanto, aqui tem-se

[7] Em seis casos, não se aplicou a categorização pela ausência de informação, não fornecida pelos autores.

[8] Como se trata de coautoria, trata-se de relações bidirecionais e por isso o nome arcos ao invés de arestas, nomenclatura adequada para relações unidirecionais (CERVI, 2019).

apenas relações entre autores de instituições diferentes, o que diminui ainda mais em relação ao total de parcerias verificadas. A rede é projetada no grafo abaixo.



Grafo 1 - Rede institucional
Fonte: COPS (2018).

A primeira informação a se destacar é que a rede foi composta por 36 nós, indicando que houve parceria interinstitucional entre 36 IES para a produção dos artigos que compõem o banco. Como é possível verificar visualmente, a rede é sociocentrada, sem que haja um nó principal que centralize as relações. Por um lado, isso indica certo “espalhamento” da produção sem grande concentração de parcerias feitas por uma universidade específica. Por outro lado, nota-se que algumas universidades - como a PUC-RS, UFRJ, UFF - acabam assumindo a centralidade da rede por possuírem maior diversidade de conexões. A UNISINOS, por sua vez, é um dos nós cujas conexões acabam concentradas na parte inferior do grafo.

Também se destaca que há poucas conexões entre nós, havendo muitos que estão conectados apenas com outro, o que indica como frequente a parceria interinstitucional única entre dois autores. Sobre as relações, tanto a PUC-RS e a

UFF são aquelas com mais conexões, interligadas cada uma a outras cinco IES. Já a UNISINOS, a USP e UFMG possuem parcerias com outras quatro IES cada uma. UFRGS, UFSC, UFRJ e UNISO interligam-se cada uma a outras três instituições. A presença de grupos de pesquisa consolidados nestas instituições, principalmente nas primeiras, pode ajudar a compreender essa rede que se forma de maneira mais intensiva e plural com pesquisadores externos de diferentes locais.

Nota-se, também, que muitas relações são concentradas regionalmente. Isso pode ser percebido porque muitas das parcerias são com instituições próximas. É o caso do Sul, a partir das relações de parceria entre PUC-RS, UFRGS, UFPel, UFSM e Unochapecó. E também no Sudeste, onde autores da USP escrevem com UFRJ, ESPM, Uniso. Apesar desses dados demonstrarem uma rede de pesquisa sobre o tema que está em construção, é preciso avançar no modo como ela se constitui.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este *paper* teve como finalidade caracterizar a produção sobre comunicação e gênero a partir de informações de artigos e de seus autores, publicados em periódicos qualificados da área. O campo de estudos se mostra ainda incipiente, com um número consideravelmente baixo de artigos publicados sobre o tema nas revistas brasileiras qualificadas como A1 e A2 na área da Comunicação.

A análise mostrou que algumas revistas têm concentrado a produção sobre Gênero e Comunicação. Evidenciou-se também uma produção majoritariamente individual, sendo a maioria dos artigos de autoria única. Dentre aqueles escritos em parcerias, nota-se que algumas são parcerias interinstitucionais, das quais é possível destacar a PUC-RS e a UFF. Por outro lado, percebe-se concentrações de produções em alguns grupos, inclusive do ponto de vista regional. Contudo, cabe ressaltar que nossa análise se restringiu à rede de contribuições entre essas instituições, não ao volume de artigos publicados por cada uma delas. A análise da quantidade de artigos publicados por IES poderia contribuir para essa comparação entre o papel e força de cada instituição na produção.

Além disso, como outras limitações desta análise, destaca-se que a nossa pesquisa se restringe a uma determinada quantidade de periódicos, delimitada aos estratos mais elevados da avaliação. Portanto, por mais que ilustre a produção mais qualificada no cenário nacional, não representa toda a pesquisa produzida sobre o

tema e na área, que também tem crescido no âmbito da pós-graduação e em pesquisas de dissertações e teses. Outra limitação se dá à categorização das áreas de atuação e escolaridade dos autores a partir daquelas informações fornecidas pelos próprios nos trabalhos. Uma ampliação desta análise – em andamento - visa contemplar publicações com qualificações inferiores no webqualis, como B1 e B2, o que abrangeria, por exemplo, uma maior produção de pós-graduandos e mais periódicos.

REFERÊNCIAS

BRUSCHINI, Cristina; ARDAILLON, Danielle; UNBEHUAM. Sandra. **Tesauro para estudos de gênero e sobre mulheres**. São Paulo: Editora 34, 1998.

COSTA, Albertina de O.; BARROSO, Carmen; SARTI, Cynthia. "Pesquisa sobre mulher no Brasil – Do limbo ao gueto?", **Cadernos de Pesquisa**, 54, pp. 5-16, 1985.

DOW, Bonnie; CONDIT, Celeste. M. The State of the Art in Feminist Scholarship in Communication. Journal of Communication, 55, pp. 448–478, 2005.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina; MESSA, Márcia Rejane. Os estudos de gênero na pesquisa em Comunicação no Brasil. In: ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. (Org.). **Comunicação e Gênero: a aventura da pesquisa**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008, pp. 14-29.

LEITE, Fernando. B. **O campo de produção de ciência política brasileira contemporânea: uma análise histórico-estrutural de seus princípios de divisão a partir de periódicos, áreas e abordagens**. 2015. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

MARTINEZ, Monica; LAGO, Claudia; LAGO, Mara Coelho. Estudos de gênero na pesquisa em jornalismo no Brasil: uma tênue relação. V. 23, n. 2, pp. 2016.

MATTOS, Maria Angela. VILLAÇA, Ricardo. Aportes para nova visada da metapesquisa em comunicação. **Comunicação & Sociedade**, v. 33, n. 57, pp. 199-218, 2012.

MENDES, Kaytlin; CARTER, Chyntia. Feminist and Gender Media Studies: A Critical Overview. **Sociology Compass**, v.2, n.6, pp. 1701–1718, 2003.

SAMPAIO, Rafael; MITOZO, Isabele; MASSUCHIN, Michele; FONTES, Giulia; PENTEADO, Claudio. Ciberpolítica, ciberativismo e cibercultura: uma análise dos papers apresentados no grupo de trabalho da Anpocs. **BIB.** DOI: 10.17666/bib8506/201

SARMENTO, Rayza. Estudos feministas de mídia e política: uma visão geral. **BIB**, n. 87, pp. 181-202, 2018. DOI: 10.17666/bib8708/2018.

SARMENTO, Rayza. Mídia, Gênero e Política: Breve Mapeamento de Horizontes Analíticos. **Ação Midiática**, v. 2, n. 5, pp. 1-15, 2013.

TAVARES, Camilla Q. Onde estão as pesquisas sobre jornalismo, gênero e política? Uma análise dos periódicos brasileiros. In: **Gênero, Mídia & Lutas Sociais**. Graziela Bianchi; Karina Woitowicz; Paula Rocha (Orgs.). Ponta Grossa: Eduepg, 2018.

LEVANTAMENTO DE VÍDEOS DA PLATAFORMA YOUTUBE SOBRE VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO BRASIL: UM PANORAMA GERAL DE BUSCA E PESQUISA

Ana Leticia Istschuk[1]

Felipe Simão Pontes[2]

RESUMO

A violência obstétrica é um tema vinculado às questões de saúde pública, direito reprodutivo e movimentos sociais. Com caráter informacional e de denúncia, vídeos se multiplicaram nas redes sociais nos últimos 5 anos, junto ao uso nacional e internacional da expressão "violência obstétrica" para caracterizar abusos, desrespeitos e maus-tratos ocorridos durante a assistência obstétrica e neonatal. Este trabalho tem por objetivo mapear vídeos através de busca por palavra-chave no Youtube. Assim, apresentamos os critérios de seleção que resultou numa amostra de 26 materiais dentre 350 produções identificadas. Pode-se confirmar que os vídeos são uma forma de prestar informações, denunciar e expor experiências de e para mulheres brasileiras.

Palavras-chave: Violência Obstétrica. Vídeo. Youtube. Mulher. Comunicação e Saúde.

INTRODUÇÃO

O trabalho aqui apresentado faz parte de um projeto de iniciação científica que tem por objetivo o mapeamento e análise dos vídeos sobre violência obstétrica publicados no Youtube, para identificar o uso da plataforma como um recurso para informação, denúncias e relatos de mães. A busca é realizada por identificação de palavras-chave. Todas as produções audiovisuais, de amadoras a profissionais, publicadas na plataforma até 2018 foram catalogadas. Este texto apresenta parte desse esforço, especificamente, os critérios para seleção dos vídeos e primeiros resultados alcançados pelo estudo.

Em 2014, com o documento "Prevenção e Eliminação de Abusos, Desrespeito e Maus-tratos durante o Parto em Instituições de Saúde", a Organização Mundial da Saúde (OMS) caracteriza práticas que impedem a parturiente, o bebê e suas

[1] Graduanda em Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), participante de projeto de pesquisa e grupo de estudos sobre Maternidade, Direitos Reprodutivos e Violência Obstétrica e de projeto de extensão em Jornalismo Cultural.

[2] Professor da Pós-Graduação e do Departamento de Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da UEPG. Pós-doutor em Jornalismo pela UEPG. Doutor em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) com estágio sanduíche no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Mestre em Jornalismo pela UFSC e graduado em Jornalismo pela UEPG.

famílias a terem um momento satisfatório durante o parto e nascimento. O documento responde a movimentos de mulheres que se espalharam pelo mundo para denunciar o atendimento médico e hospitalar inadequados, desrespeitosos e violentos. No Brasil, o movimento existe desde a década de 1980, ganhando força nos anos 1990 e 2000 com o movimento de humanização do parto e nascimento (TORNQUIST, 2002; DINIZ, 2005; BOURGUIGNON, 2014).

A OMS já estimulava diversas práticas que se aproximavam da proposta de um parto humanizado desde 1985.

> [...] o movimento teve como base as propostas realizadas pela OMS em 1985 que estimulavam o parto vaginal, a amamentação logo após o parto, o alojamento conjunto da mãe e do recém-nascido e a presença de acompanhante durante o processo. Além disso, recomendava a atuação de enfermeiras obstétricas na atenção ao parto normal e a inclusão de parteiras no sistema de saúde em regiões sem presença da rede hospitalar, assim como a modificação das rotinas e diminuição das intervenções consideradas desnecessárias. (TORNQUIST, 2002).

No Brasil, a discussão a respeito da violência obstétrica se intensifica a partir dos movimentos por humanização do parto e nascimento. ONG's, coletivos, redes de profissionais e grupos de mulheres procuram táticas de luta para melhorar a assistência obstétrica e neonatal num país em que, segundo o relatório da pesquisa “Mulheres Brasileiras e gênero nos espaços público e privado”, organizado pela Fundação Perseu Abramo, uma a cada quatro mulheres sofre algum de tipo de maltrato ou de “violências durante o atendimento ao parto” (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2010). Uma das principais táticas utilizadas pelos movimentos que militam pelo respeito ao parto e nascimento se encontra na produção midiática de informações e denúncias de práticas obstétricas caracterizadas como violência.

Desde o início dessa década, o movimento de mulheres passou a caracterizar as ações de profissionais e gestores da saúde como um desrespeito aos direitos humanos das mulheres. E, ao invés de somente propor mudanças na assistência obstétrica para humanizar o atendimento, passaram a categorizar as ações de abuso e maus tratos contra mulheres e bebês como violência obstétrica.

Zanardo, Uribe, Nadal e Habigzang (2017) apontam que não há um conceito único para o termo violência obstétrica. As autoras citam a definição de violência da Organização Mundial da Saúde (World Health Organization, 1996) como “a imposição de um grau significativo de dor e sofrimento evitáveis” (ZANARDO et al.,

2017, p. 4). Desta forma, segundo as autoras, a violência obstétrica é “um tipo específico de violência contra mulher” (ZANARDO et al., 2017 p. 4).

As autoras citam a definição de outros autores.

> (Sanfelice et al., 2014; Wolff & Waldow, 2008) definem a violência obstétrica como violência psicológica, caracterizada por ironias, ameaça e coerção, assim como a violência física, por meio da manipulação e exposição desnecessária do corpo da mulher, dificultando e tornando desagradável o momento do parto. Incluem condutas como mentir para a paciente quanto a sua condição de saúde para induzir cesariana eletiva ou de não informar a paciente sobre a sua situação de saúde e procedimentos necessários. Além disso, a violência obstétrica compreende o uso excessivo de medicamentos e intervenções no parto, assim como a realização de práticas consideradas desagradáveis e muitas vezes dolorosas, não baseadas em evidências científicas. Alguns exemplos são a raspagem dos pelos pubianos, episiotomias de rotina, realização de enema, indução do trabalho de parto e a proibição do direito ao acompanhante escolhido pela mulher durante o trabalho de parto (Diniz, 2009; D’Oliveira, Diniz, & Schraiber, 2002; Leal et al., 2014). (ZANARDO, URIBE, NADAL, HABIGZANG, 2017, p. 5).

Assim, as autoras argumentam que “a violência obstétrica é considerada uma violação dos direitos das mulheres grávidas em processo de parto, que inclui perda da autonomia e decisão sobre seus corpos” (ZANARDO et al., 2017, p. 5).Essas autoras concluem que há “apropriação dos processos reprodutivos das mulheres pelos profissionais da saúde, através de uma atenção mecanizada, tecnicista, impessoal e massificada do parto” (Diniz; D’Oliveira et al.; Faneite, Feo, & Toro; García, Diaz, & Acosta; Terán, Castellanos, Gonzalez, & Ramos apud ZANARDO et al., 2017, p. 5).

Ademais, o movimento de mulheres para melhoria da qualidade do parto e nascimento tem na produção midiática uma de suas principais táticas de luta (BOURGUIGNON, 2016), conformando essas lutas como anti-sistemicas (BOURGUIGNON; PONTES, 2019). Sendo assim, há grande produção em vídeos sobre o tema. Entendemos que a proliferação de vídeos dessa natureza nas redes sociais carece de sistematização e este trabalho pretende contribuir nesse ensejo, considerando que o Youtube é a principal plataforma nesse segmento.

O estudo que se segue está inserido na interface entre a comunicação e saúde coletiva, entendendo a área de estudos de comunicação em saúde como as estratégias e técnicas para informar, influenciar e ritualizar processos e ações em saúde. Essas ações podem advir tanto dos gestores em saúde, como de grupos de interesses econômicos, movimentos sociais (organizados ou não) e indivíduos/ usuários dos serviços que fazem uso e se conformam a diferentes plataformas e

ferramentas midiáticas. Sob esse aspecto, a comunicação em saúde está inserida, dinamiza e representa a cultura em saúde de determinado grupo. Sob esse escopo, são estudadas as produções em vídeo inscritas e disseminadas pela plataforma Youtube.

PROCEDIMENTOS E RESULTADO

A busca pelo termo “violência obstétrica” no Google, selecionando o filtro de vídeos, gerou aproximadamente 10.100 resultados, no dia 30 de novembro de 2018. Esse resultado envolve todas as produções em vídeo (não somente o Youtube), inclui playlists e ainda a publicação dos vídeos em diferentes sítios. Parte da dificuldade ocorre porque a plataforma Youtube não disponibiliza mais a informação de quantos vídeos são encontrados na busca de palavras-chave, pois atualmente o site funciona com rolagem infinita. Por isso, realizamos a primeira busca pelo Google, o que também se revelou infrutífero.

Rocha e Pontes (2018) fazem uma análise de vídeos na plataforma Youtube sobre o Massacre de 29 de abril de 2015, em que professores do Paraná foram fortemente reprimidos pela Polícia Militar em manifestação junto à Assembleia Legislativa. Nesse artigo, eles discutem as dificuldades de ter o Youtube como objeto de pesquisa.

> Heath (apud BURGESS; GREEN, 2009, p. 23) considera a plataforma YouTube [...] um objeto um tanto quanto difícil, instável, desorganizado, com uma tendência irônica de se esquivar de tudo o que dizemos sobre ela: dada a velocidade de suas mudanças (tecnológicas, econômicas, programáticas), seu fluxo interminável (de sons e imagens, a qualidade sempre efêmera de seu presente), sua mesmice quantitativa (que constitui a própria qualidade desse meio dia após dia). (ROCHA; PONTES, 2018, p. 49).

Considerando essas questões, as datas dos levantamentos de vídeos foram registradas e indicadas neste artigo para que seja de conhecimento em qual período a lista de resultados foi gerada. Além disso, procuramos fazer os levantamentos dos resultados obtidos com uso de filtros de pesquisa diferentes no mesmo período, a fim de minimizar mudanças drásticas de hierarquia entre os materiais audiovisuais, dada a característica da plataforma. Esse cuidado foi tomado por considerarmos que, para a definição da amostra, precisamos cruzar as listas de vídeos gerados em

cada busca da palavra-chave associada a um filtro (relevância, data de envio, contagem de visualizações e avaliação).

Na busca por “violência obstétrica” utilizando o filtro de envio por data do Youtube no dia 13 de março de 2019, observou-se que as primeiras publicações resultantes são de 2012. Estes seis anos de publicação somam 350 vídeos publicados - os resultados incluíram vídeos em português e em espanhol, devido à grafia igual do termo nos dois idiomas. Para se estabelecer esse número de vídeos, foi selecionado o filtro “data de envio” e realizada a contagem manual até o vídeo mais antigo.

No primeiro ano de publicação, encontram-se 9 vídeos. No ano seguinte, 18. Um aumento significativo de envios acontece em 2015, quando 46 vídeos são publicados. Mas o aumento mais notável é de 2017 para 2018: no primeiro ano 54 vídeos foram carregados na plataforma, já no último foram 137.

Em um cenário de 350 vídeos mapeados, critérios de seleção e exclusão foram estabelecidos de acordo com os resultados encontrados nessa primeira sondagem. Sendo assim, optou-se por excluir as produções de outros idiomas - predominantemente produções em espanhol - e *playlists* - por repetir vídeos que já aparecem isoladamente na busca. Quanto aos vídeos que passaram por essa primeira seleção, decidiu-se escolher apenas os que resultaram do cruzamento dos filtros “relevância” e “mais acessados”, ferramentas de seleção da própria plataforma. Os cem vídeos mais relevantes e os cem vídeos mais acessados no YouTube foram levantados na pesquisa feita dia 23 de novembro de 2018. O cruzamento resultou em 26 vídeos congruentes nas duas listas. O que resulta no nosso corpus de pesquisa.

Tabela 1 - Levantamento dos vídeos resultantes do cruzamento entre os cem mais relevantes e os cem mais acessados

Título	Duração	Ano de publicação	Número de acessos[3]
A outra dor do parto... Violência obstétrica – Valquíria Rosa	42'23”	2017	946.000
A episiotomia arruinou minha vida sexual por um ano | Bela Gil	10'22”	2017	522.000

[3] O número de acessos de cada vídeo foi atualizado em 25 de março de 2019.

Violência obstétrica – A voz das brasileiras	51'02”	2013	242.000
Rafa Brites em papel de mãe | Da violência obstétrica ao parto humanizado | Salon Line	16'35”	2018	121.000
Nascer no Brasil: parto, da violência obstétrica às boas práticas	20'09”	2015	75.000
Violência obstétrica: Vítimas relatam abusos durante o parto	7'08”	2016	53.000
Relatos de violência obstétrica em Ponta Grossa	28'33”	2017	44.000
Violência obstétrica – Um momento único na vida de uma mulher se transforma em trauma	4'06”	2016	43.000
“O renascimento do parto 2 – O filme” - Violência obstétrica. Novo promocional!	14'56”	2017	37.000
Mulher leva arma para a maternidade com medo de violência obstétrica e é presa após dar à luz	4'01”	2017	15.000
JC debate sobre violência obstétrica – 06/03/2014	30'42”	2014	14.000
Violência obstétrica, você sabe o que é isso?	6'10”	2012	11.000
Violência obstétrica – Relato de parto natural pelo SUS	13'32”	2018	9.200
A dor reprimida: violência obstétrica e mulheres negras (documentário)	26'56”	2017	8.900
Violência obstétrica: 1 em cada 4 mulheres afirma ter sofrido agressão durante o parto	10'20”	2016	8.600
Sobre a violência obstétrica: Ligia Sena at TEDXFloripa 2013	20'24”	2014	8.400
Relato de parto – Violencia obstétrica	28'32”	2016	7.400
Tive aborto retido e sofri violência obstétrica	29'09”	2017	7.100
Vamos falar sobre violência obstétrica? – Especial pró vida | Sara Winter	3'25”	2018	6.000
Violência obstétrica, como prevenir e como agir caso você seja uma vítima	11'43”	2017	6.000
Violência obstétrica	2'01”	2017	5.500
Nascer no Brasil: Parto, da violência obstétrica às boas práticas | Trailer	1'03”	2015	4.800
Sim eu sofri “violência obstétrica”	15'05”	2017	4.700
Violência obstétrica – Saiba se você foi vítima	6'59”	2017	3.900
Série JR: Uma em cada quatro mulheres grávidas no Brasil é vítima de violência obstétrica	08'09”	2017	3.700
Violência obstétrica – Precisamos falar sobre isso.	8'22”	2017	3.500

* Dados fornecidos a partir da página dos vídeos resultantes da busca pela palavra-chave e não do número informado quando se clica para assistir ao vídeo.
Org: Ana Leticia Istschuk.

DISCUSSÃO

A Venezuela e a Argentina, em 2007 e 2009 respectivamente, já possuíam legislações que tematizavam as violências obstétricas. Acredita-se que o número considerável de vídeos encontrados em espanhol se deva ao fato de ser a América Latina vanguarda nas discussões sobre a violência contra mulheres e bebês no parto. No Brasil, um dos marcos para a discussão do tema da violência obstétrica é o relatório da pesquisa "Mulheres Brasileiras e gênero nos espaços público e privado", organizado pela Fundação Perseu Abramo (2010). Em um de seus capítulos, sobre o parto e o aborto, a pesquisa identifica que uma a cada quatro entrevistadas sofreu algum de tipo de maltrato ou de "violências durante o atendimento ao parto" (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2010). O documento que demarca a expressão "violência obstétrica" foi o dossiê elaborado pela Rede Parto do Princípio para a CPMI da Violência Contra as Mulheres do Senado Federal denominado "Violência Obstétrica: Parirás com Dor" (PARTO DO PRINCÍPIO, 2012).

O uso do termo "violência obstétrica" na internet em substituição, complemento ou independente à "humanização do parto e nascimento" é concomitante às disputas políticas dos movimentos de mulheres, às investigações científicas e ao reconhecimento dos governos em diferentes esferas. Sena e Tesser (2016) contextualizam essa estratégia:

> No contexto latino-americano, duas características tornam o uso da internet uma ferramenta de ação ainda mais estratégica: o fato de ser uma das regiões mais conectadas digitalmente no mundo e, simultaneamente, ser das mais violentas. Para Muggah e Diniz, tais características têm levado os governos e a própria sociedade ao desenvolvimento e aplicação de abordagens inovadoras para combater as diferentes formas de violência, utilizando, justamente, a expansão da conectividade. Tais autores afirmam que as chamadas novas tecnologias de informação e comunicação (TICs) têm sido, inclusive, utilizadas para dar e fortalecer a voz dos cidadãos. Isso se torna ainda mais relevante quando tais cidadãos compõem grupos historicamente oprimidos e cujos direitos vêm sendo sistematicamente negligenciados, e que, hoje, também mediados pela conectividade, vêm ganhando maior representatividade e fortalecimento de suas demandas, como é o caso das mulheres, especialmente das mulheres mães.

O Youtube permite a veiculação e o consumo de vídeos de forma gratuita. Por isso, considera-se que o Youtube é um canal para que mulheres, militantes e grupos organizados possam divulgar materiais a fim de denunciar a violência obstétrica. Essas características contextualizam as produções em vídeo aqui apresentadas.

Os formatos audiovisuais levantados são variados, sendo possível encontrar relatos de mães vinculados a canais no Youtube, *trailers* de documentário ou filme,

vídeos informacionais, materiais jornalísticos, palestra e entrevistas. O tempo dos vídeos também é variado, sendo que o mais curto tem 1min03s e se trata de um trailer. E o mais longo, um documentário com 51min02s. Os dois vídeos mais acessados são relatos de mulheres que sofreram violência obstétrica. E o vídeo mais antigo, de 2012, oferece uma apresentação animada apenas com texto, com informações sobre o que é a violência obstétrica, como identificá-la e combatê-la.

Dos 26 vídeos levantados, 25 tem no título o termo “violência obstétrica”. Apenas um não traz o termo no nome do material audiovisual, mas é possível encontrá-lo na descrição do vídeo. A hipótese é de que esse foi o motivo pelo qual o vídeo tenha aparecido na busca. As principais palavras dos títulos dos vídeos que aparecem relacionadas ao termo pesquisado são parto - sendo que um título traz parto humanizado e outro, parto natural -, vítima, vida, Brasil, boas práticas, relato, falar, sofri, dor e nascer.

As relações entre as palavras permitem algumas considerações. Parte do resultado aproxima violência obstétrica com sofrimento e dor; outra parte mostra a ligação com relatar e falar a respeito do tema, mostrando o uso de vídeos para informar e denunciar ações; e, por fim, uma parte relaciona o termo pesquisado com a assistência obstétrica como quando aparecem as palavras parto humanizado, parto natural e boas práticas.

Percebe-se, também, que os vídeos são usados como forma de denunciar as violências obstétricas sofridas pelas mulheres. Onze dos 26 vídeos tem as palavras sobre dor, sofrimento e/ou vítima em seus títulos. Um tem a palavra “marcas”, mas não foi considerado na contagem por não ter uma palavra diretamente relacionada a sofrimento. Os relatos das experiências de mulheres e explicações sobre o tema também aparecem como uma abordagem nos materiais audiovisuais, já que dez deles trazem no título palavras “relato”, “falar” e “saiba”.

Além disso, um dos vídeos é um debate sobre o tema e outros, apesar de não usarem palavras diretamente relacionadas, trazem relatos e informações. Parte desses vídeos tem no título frases como “a episiotomia arruinou minha vida sexual por um ano” e “sim eu sofri ‘violência obstétrica’” que não foram incluídos na contagem por não terem as palavras diretas a relato no nome do vídeo. Mas isso reforça a hipótese de que os vídeos são usados para divulgar experiências e

histórias de mulheres visando a denúncia, explicação e informação para quem assiste.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho apresenta os primeiros resultados de pesquisa que analisa vídeos que tematizam violência obstétrica na plataforma Youtube. Dentre os resultados, identificou que os vídeos com título ou descritores com o termo violência obstétrica tem data de envio a partir de 2012. Que a quantidade de vídeos sobre a temática no Youtube até 2018 chegou a 350, e que há um aumento exponencial de vídeos ano a ano, superando um terço do total apenas em 2018.

Estabelece ainda que o aparecimento e aumento de produções com as palavras-chave "violência obstétrica" pode guardar relação com a difusão de documentos importantes de caracterização da violência obstétrica, como o relatório de Violência Obstétrica da Rede Parto do Princípio. Destaca-se que esse aspecto merece mais estudos, pois há, a partir de 2013, uma retroalimentação entre produções midiáticas (incluindo no Youtube) e as ações governamentais e dos movimentos de mulheres.

Cabe por fim evidenciar a diversidade de estratégias comunicacionais, com documentários, teasers, relatos, apresentações escritas, animações, reportagens, especiais, etc. Entende-se o fenômeno de proliferação de vídeos sobre o tema como uma prática simbólica que revela características culturais das mulheres brasileiras em relação à saúde e à maternidade. Características que merecem mais estudos, em especial a partir do mapeamento das táticas comunicacionais na sua relação com a construção de pautas políticas em saúde.

REFERÊNCIAS

ARGENTINA. Ley n. 26.485, de 11 de março de 2009. **Ley de protección integral para prevenir, sancionar y erradicar la violencia contra las mujeres en los ámbitos en que desarrollen sus relaciones interpersonales**. Buenos Aires, 2009. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/esp/Ley_de_Proteccion_Integral_de_Mujeres_Argentina.pdf >. Acesso em: 04/jun/2018.

BOURGUIGNON, Ana Maria. **Humanização do parto e nascimento**: os discursos construídos nas teses e dissertações brasileiras. Dissertação (Programa de Pós-

Graduação em Sociologia Política), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

BOURGUIGNON, Ana Maria. O direito de parir em disputa: ensaio sobre o ciberativismo na rede de movimentos sociais em prol da humanização do parto e nascimento no Brasil. XIX Seminário de Inverno de Estudos em Comunicação. **Anais…** Ponta Grossa, Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2016.

BOURGUIGNON, Ana M.; PONTES, Felipe S. Movimentos anti-sistêmicos e movimentos de humanização do parto: aproximações teóricas. **Interthesis**, v. 16, n. 1, jan/jun 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/%20article/view/1807-1384.2019v16n1p108>. Acesso em 17 mar. 2019.

DINIZ, Simone Grilo. Humanização da assistência ao parto no Brasil: os muitos sentidos de um movimento. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 627-637, Jul/Set, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232005000300019&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em 14 mar. 2019.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado**. São Paulo: FPA, 2010. Disponível em: <https://apublica.org/wp-content/uploads/2013/03/www.fpa_.org_.br_sites_default_files_pesquisaintegra.pdf>. Acesso em 19 mar. 2019.

LEAL, M. C.; PEREIRA A. P. E.; DOMINGUES R. M. S. M.; THEME FILHA M.M.; DIAS M. A. B.; NAKAMURA-PEREIRA M. Intervenções obstétricas durante o trabalho de parto e parto em mulheres brasileiras de risco habitual. **Caderno de Saúde Pública**, v. 30, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2014001300005&script=sci_abstract>. Acesso em 18 jun. 2018.

OMS - Organização Mundial de Saúde. **Parto Normal**: um guia prático. Genebra: OMS, 1996.

OMS – Organização Mundial da Saúde. **Prevenção e eliminação de abusos, desrespeito e maus-tratos durante o parto em instituições de saúde.** OMS, 2014. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/134588/%20WHO_RHR_14.23_por.pdf;jsessionid=898199834258AED5604EC576C21EA4FF?sequence=3>. Acesso em 04/jun/2018.

PARTO DO PRINCÍPIO. **Violência Obstétrica**: Parirás com dor. Relatório para CPMI Violência contra as Mulheres do Senado Federal. Brasília, 2012. Disponível em: <https://www.senado.gov.br/comissoes/documentos/SSCEPI/DOC%20VCM%20367.pdf>. Acesso em 19 mar. 2019.

ROCHA, A.; PONTES, F. Narrativas Testemunhais de um Grande Acontecimento: uma análise de 295 vídeos sobre o “Massacre de 29 de Abril” publicados no

Youtube. **Revista Temática**, v. 14, n. 2, fev. 2018. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/index.php/tematica/article/view/38333>. Acesso em 20 out. 2018.

SENA, Lígia M; TESSER, Charles D. Violência Obstétrica no Brasil e o Ciberativismo de mulheres mães: relatos de duas experiências. **Interface**: comunicação, saúde e educação, v. 21, n. 60, jan/mar 2017. Disponível em: <https://www.scielosp.org/scielo.php?pid=S1414-32832017000100209&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em 24 mar. 2019.

VENEZUELA. Ley orgánica sobre el derecho de las mujeres a una vida libre de violencia, n. 38668, de 23 de abril de 2007. Disponível em: <http://www.derechos.org.ve/pw/wp-content/uploads/11.-Ley-Org%C3%A1nica-sobre-el-Derecho-de-las-Mujeres-a-una-Vida-Libre-de-Violencia.pdf>. Acesso em: 04/jun/2018.

TORNQUIST, Carmen. Armadilhas da Nova Era: natureza e maternidade no ideário da humanização do parto. **Revista de Estudos Feministas**, v. 10, n. 2, jul/dez 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2002000200016&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em 24 mar. 2019.

ZANARDO, G.; URIBE, M.; NADAL, A.; HABIGZANG, L. **Violência obstétrica no Brasil: uma revisão narrativa**. Revista Psicologia e Sociedade [online] vol.29, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29155043>. Acesso em: 12/ago/2018.

GÊNERO E DIREITOS HUMANOS NA FORMAÇÃO EM JORNALISMO: ARTICULAÇÕES ENTRE O PROJETO ELOS E O GRUPO DE PESQUISA JORNALISMO E GÊNERO DA UEPG

Ligia Tesser Pereira[1]
Karina Janz Woitowicz[2]

RESUMO
O presente trabalho se apresenta como um relato da experiência do projeto de extensão Elos – Direitos Humanos, Jornalismo e Formação Cidadã, em suas aproximações com o grupo de pesquisa Jornalismo e Gênero, do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Parte-se de uma reflexão sobre o papel da Universidade pública para indicar a necessidade de oportunizar uma formação profissional em Jornalismo comprometida com o princípio de cidadania. Assim, compreendendo a igualdade de gênero como uma esfera da garantia dos direitos humanos, busca-se discutir a inclusão da perspectiva de gênero no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão em Jornalismo.

Palavras-chave: Jornalismo. Estudos de gênero. Direitos humanos. Extensão universitária. Formação profissional.

INTRODUÇÃO

Associar a formação em Jornalismo com o princípio de defesa dos direitos humanos, a partir da inserção da perspectiva de gênero nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Este é o desafio que se apresenta no Curso de Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa, ao promover atividades integradas que permitem fortalecer o processo de formação cidadã e oportunizar a prática do jornalismo voltada às demandas da sociedade.

Para tanto, é preciso reconhecer o papel da Universidade no enfrentamento de todas as formas de desigualdade, entre elas as questões de gênero e sua interseccionalidade com outros marcadores de diferença, tais como classe, raça,

[1] Mestranda em Jornalismo na Universidade Estadual de Ponta Grossa, UEPG.
[2] Atua como professora no Curso de Jornalismo e no Mestrado em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG/PR), onde coordena projetos de pesquisa e extensão e desenvolve pesquisas sobre os seguintes temas: mídia alternativa, estudos de gênero, jornalismo cultural e folkcomunicação. Coordena os grupos de pesquisa Jornalismo Cultural e Folkcomunicação e Jornalismo e Gênero e o projeto de jornalismo cultural na internet Cultura Plural. É diretora científica da Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia (Alcar, gestão 2015-2019) e editora da Revista Internacional de Folkcomunicação (RIF). Foi coordenadora do Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (2016-2018).

orientação sexual, geração, entre outros que constituem violações aos direitos humanos.[3]

> A desigualdade de gênero é uma afronta à igualização proposta pelos Direitos Humanos desde a sua fundação no século XVIII. E esta desigualdade, o poder e o domínio de uns sobre outras tem também a sua história. A reivindicação de Direitos Humanos aplicados às mulheres ocorre porque até há pouco tempo não eram consideradas humanas, mas sim, filhas, esposas de humanos. (TEDESCHI; COLLING, 2016, p. 34)

Importante considerar que, no currículo vigente atualmente no Curso de Jornalismo, implementado em 2015 para atender às exigências das Diretrizes Curriculares para os Cursos de Jornalismo (BRASIL, 2013), buscou-se abordar, entre outros aspectos, os princípios de valorização de uma formação crítica e humanística, inserindo conteúdos voltados às práticas de cidadania e aos direitos humanos. De acordo com o perfil profissional delineado no currículo implementado na UEPG, o(a) jornalista deve estar habilitado a "valorizar práticas de defesa da cidadania, respeitar as escolhas democráticas, garantir o pluralismo de ideias, crenças e valores" (2015, p. 10). A disciplina "Jornalismo, políticas públicas e cidadania", por exemplo, prevê discussões que abordam, tangencialmente, gênero e políticas públicas: "Noções que orientam as políticas públicas sociais: diversidade, direitos humanos e democracia participativa. Minorias sociais e abordagem de temas de interesse público na mídia: acessibilidade, igualdade de gênero, relações étnico-raciais, inclusão social, populações vulneráveis" (UEPG, 2015, p. 23) são tópicos presentes na ementa da referida disciplina.

Contudo, sabe-se que a inclusão da perspectiva de gênero não passa apenas pela inserção de conteúdos regulares, mas pelo exercício permanente de reflexão em torno de bases conceituais e da prática do jornalismo. O propósito de qualificar a cobertura sobre determinados temas que perpassam as questões de gênero e outras demandas das minorias sociais pode ser desenvolvido em espaços complementares de formação, como a pesquisa e a extensão universitária.

[3] De acordo com Tedeschi e Colling (2016, p. 35), "os Direitos Humanos, como entendemos hoje, tem uma história e ela é contada através de três documentos fundamentais tidos como textos fundadores: A Declaração da Independência dos EUA de 1776; a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 e a Declaração Universal dos Direitos Humanos decretada pela ONU em 1948. No presente trabalho, considera-se os direitos humanos como os direitos e as liberdades básicas, consideradas fundamentais para a dignidade de todas as pessoas.

O presente artigo se propõe a relatar a experiência de integração entre pesquisa e extensão desenvolvida no Curso de Jornalismo da UEPG, por meio do grupo de pesquisa Jornalismo e Gênero e do projeto Elos – Direitos Humanos, Jornalismo e Formação Cidadã, de modo a identificar como as aproximações entre estes pilares da formação profissional pode contribuir para aprofundar o reconhecimento das questões de gênero como parte dos direitos humanos, com implicações no aprimoramento da atividade profissional.

ESTUDOS DE JORNALISMO E GÊNERO E INTERFACES COM DIREITOS HUMANOS

A pesquisa científica em Jornalismo deve contribuir para refletir sobre o fazer jornalístico, aprimorar a produção do conhecimento na área e analisar as práticas de comunicação a partir de perspectivas variadas. O Grupo de Pesquisa Jornalismo e Gênero[4], criado no curso de Jornalismo da UEPG em 2010[5], busca desenvolver reflexões sobre as questões de gênero no jornalismo, desvendando o processo de produção de representações na mídia, colocando em pauta a participação feminina no mercado profissional e valorizando experiências alternativas com enfoque feminista. Ao propor análises do jornalismo e da mídia com enfoque de gênero, o grupo contribui para o desenvolvimento de estudos de caráter interdisciplinar, bem como lança luz sobre as implicações do jornalismo na construção da realidade, contemplando a relação entre a mídia e as práticas sociais.

Entende-se, assim que a relação entre o fazer jornalístico e a produção de conhecimento em torno das questões de gênero constituem uma via para fortalecer a formação superior. Conforme Martins (2008, p. 330),

> Se a universidade é uma síntese ou um conjunto que reúne ensino, pesquisa e extensão, no caso dos cursos de Jornalismo esta tríade deve ser, mais do que em qualquer outra área, reforçada. Considerando então que, na formação jornalística, é necessário desenvolver a atividade e não apenas reproduzir técnicas e procedimentos consagrados, a pesquisa tem a função de subsidiar e qualificar o ensino, o qual deve proporcionar ações extensivas, de exercício acadêmico/profissional para capacitar o futuro profissional. Essas ações, desenvolvidas ao longo da formação, proporcionam os elementos apropriados para que a atividade e as práticas

[4] Registrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq: http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=0059609PY5F9JQ

[5] O grupo foi criado por iniciativa das professoras Paula Melani Rocha e Karina Janz Woitowicz. Desde 2014, a professora Graziela Soares Bianchi também integra a equipe, juntamente com estudantes de graduação e de mestrado em Jornalismo.

> profissionais sejam aprimoradas, de modo que o jornalista e o jornalismo possam cumprir sua função social.

Desde o seu início, o grupo já produziu pesquisas envolvendo as seguintes temáticas: análises das representações de gênero em jornais e revistas femininas; estudos sobre o processo de feminização da profissão, com ênfase em Ponta Grossa e em Curitiba; análises sobre coberturas jornalísticas em meios tradicionais e alternativos; pesquisas sobre a percepção de estudantes de Jornalismo de Ponta Grossa sobre questões de gênero no processo de formação profissional; entre outros estudos. Com essas ações, o curso da UEPG busca oferecer reflexões teóricas e produções empíricas que, ao funcionarem de forma articulada, projetam uma formação que apresenta como um dos seus propósitos a promoção da cidadania, proporcionando a inclusão de determinadas perspectivas críticas em torno das desigualdades e assimetrias de gênero. Pretende-se, assim, oferecer aos estudantes, de forma dialógica, um olhar sobre a profissão que considera a função social do(a) jornalista na sociedade.

Conforme observam Cardoso e Woitowicz (2018, p. 160) a respeito do papel das universidades na promoção de debates sobre temas de relevância social,

> A abordagem e o tratamento livre de estereótipos e preconceitos das questões de gênero são urgentes e cruciais para a superação das desigualdades sociais. Para isso, torna-se fundamental que as escolas de Jornalismo reconheçam o seu papel na formação de profissionais capazes de problematizar estereótipos reproduzidos pela mídia, exercendo sua função com base no respeito, na promoção da igualdade e do interesse público. (2018, p. 160)

Os desafios, portanto, consistem em qualificar a produção jornalística a partir de uma perspectiva que considera as questões de gênero e, ao mesmo tempo, transpor o diálogo sobre este tema para além da comunidade acadêmica, propiciando um debate transdisciplinar. Foi com esta motivação que o grupo de pesquisa criou, em 2012, o Colóquio Mulher e Sociedade, realizado no dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, para demarcar simbolicamente a importância da data. O Colóquio se tornou uma oportunidade para envolver pesquisadores(as), representantes de movimentos sociais e estudantes no debate sobre temas pertinentes aos direitos das mulheres nas palestras, painéis temáticos e no encontro científico, que prevê apresentação de trabalhos interdisciplinares em gênero.

Trata-se de entender os reflexos das discussões promovidas pelo grupo e das pesquisas desenvolvidas sobre problemáticas de gênero, em que participam estudantes de graduação e de pós-graduação, no processo de formação acadêmica e cidadã.

PROJETO ELOS: DIREITOS HUMANOS NO PROCESSO DE FORMAÇÃO CIDADÃ

A formação em Jornalismo precisa contemplar o necessário equilíbrio entre a formação humanística, conceitual e contextual e as competências técnicas, estabelecendo o diálogo entre a teoria e a prática profissional. Além disso, deve fomentar a produção extensionista como um compromisso de dialogar com determinados setores da sociedade.

Pode-se dizer que a universidade pública tem como obrigação intervir na sociedade com ações que contribuam para o seu desenvolvimento e isso pode ser concretizado por meio de projetos de extensão. Essa modalidade de atividade acadêmica vai ao encontro da formação profissional de estudantes da graduação e dos interesses da comunidade em que a Universidade está inserida. Assim, com essa visão tanto de contribuir para a formação de jornalistas quanto para o desenvolvimento de ações junto à comunidade local que o projeto de extensão Elos – Direitos Humanos, Jornalismo e Formação Cidadã se consolida.

O projeto nasce em 2017 a partir da intenção de fortalecer as questões de direitos humanos[6], expandindo debates em escolas e demais ambientes e produzindo um acervo de temas relevantes que são analisados sob diferentes perspectivas e difundidos no site do projeto.[7] O embrião do projeto de extensão Elos é gerado após a formação do grupo de pesquisa Jornalismo e Gênero, que observou a importância de debater problemáticas relativas aos direitos humanos para além do campo da produção científica, ampliando a perspectiva de gênero para outras abordagens. O objetivo, desde o início, era integrar saberes, a partir de uma equipe plural e com foco de aprendizado contínuo. Esse objetivo é calcado em promover ações a favor de uma sociedade mais democrática, diversificada e menos desigual, conforme consta na experiência relatada pela professora Graziela Bianchi, uma das

[6] O projeto foi criado por iniciativa das professoras Paula Melani Rocha e Graziela Soares Bianchi, com a colaboração da professora Camilla Tavares. Atualmente a professora Karina Janz Woitowicz também integra a equipe, que conta com a participação de estudantes de graduação, mestrado e ensino médio (programa Pibic Júnior/UEPG).

[7] Disponível em: https://elos.sites.uepg.br/

fundadoras do projeto, que compreende o Elos como um espaço em que o jornalismo é mediador de abordagens relacionadas aos direitos humanos:

> Meu trabalho vinculado ao Jornalismo e à pesquisa em Comunicação sempre buscou dar enfoque a grupos com representatividade insuficiente, tanto nos meios de comunicação em geral, como nos debates sociais. [...] Ao ingressar na Universidade Estadual de Ponta Grossa, em 2014, passei a integrar o Grupo de pesquisa *Jornalismo e Gênero* (CNPq). A partir das atividades propostas por esse espaço de discussão, fomentou-se a ideia de criar um projeto que pudesse ser mais amplo e abarcar, além das questões envolvendo gênero, enfoques mais ampliados. Desta forma nasce, em 2017, o projeto de extensão *Direitos Humanos, Jornalismo e Formação Cidadã*, que busca ser um espaço em que o jornalismo possa mediar pontos de interesse que envolvem as abordagens relacionadas.[8]

Com a formação do projeto de extensão, alguns estudantes passam a atuar como voluntários.[9] Como uma característica de um projeto extensionista, ocorre fluxo de alunos de todos os anos, que colaboram por tempos diferentes e buscam o projeto devido à afinidade e ao interesse pelo tema.[10]

As reuniões acontecem todas as segundas-feiras, na secretaria do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, onde se discute os temas em mais evidência no noticiário da semana ou mesmo do mês, e que tanjam as temáticas de direitos humanos. Após a contribuição de todos, em conjunto são formuladas pautas e há direcionamento da cobertura de eventos, entrevistas, reportagens, produção audiovisual e produção de fotografia. Todo material produzido pelos alunos é verificado pelas orientadoras e/ou pela coorientadora antes de sua publicação no site.

Nas reuniões também é realizado o planejamento das colaborações de colunistas, seguindo a mesma regra do debate das pautas para sugestão das colunas, contudo, os colaboradores externos também podem sugerir suas próprias abordagens para o texto. Dentro das editorias do site, há o espaço Observatório, em que um(a) estudante é designado(a) pelas orientadoras do projeto para monitorar a

[8] Disponível em: https://elos.sites.uepg.br/quem-somos/. Acesso em 24/03/2019.
[9] Os primeiros acadêmicos a ingressarem no projeto, em 2017, são Enaira Schoemberger (atual 4º ano) e Matheus Rolim (atual 3º ano, bolsista Pibic), que continuam em atuação no Elos. Ambos colaboraram com a criação e desenvolvimento do site e atuam na produção de material jornalístico.
[10] Atualmente, integram a equipe, além dos estudantes mencionados, Marcia Daniela Pianaro Valenga (atual 2º ano), Rafaela Martins e Daniel Lisboa De Abreu Lima (ambos 4º ano), Ligia Tesser (mestranda do PPG em Jornalismo), que participa como coorientadora do projeto, e os bolsistas (programa Pibic Júnior) Fernando Oliveira (aluno do Colégio Estadual Elzira) e Luana Amaral (aluna do Colégio Estadual Meneleu).

mídia e seu conteúdo, colaborando para sua formação no viés crítico. Ainda para fomentar a produção fotojornalística, o site tem um espaço para a postagem dos "Ensaios", os quais também passam pela discussão entre todos os membros do projeto antecipadamente.

No início do ano letivo de 2018, o projeto Elos estabeleceu parceria com o Colégio Estadual Professor Meneleu Almeida Torres, do bairro Jardim Carvalho, em Ponta Grossa, para dar oficinas sobre jornalismo comunitário e para elaboração de jornal. A iniciativa de alunos e professores do Colégio de produzir seu próprio material impresso para abordar temas de interesse da comunidade escolar foi ao encontro das propostas de atividades externas do Elos. Assim, docentes e discentes da graduação em Jornalismo foram à escola, onde fizeram oficinas de texto para jornal, de jornalismo comunitário, de fotografia e sobre o processo de produção de um jornal.

A assessoria para a produção do jornal foi além das oficinas, toda a equipe do Elos manteve-se em contato para tirar duvidas e auxilio ao desenvolvimento das pautas pelos alunos do Colégio Meneleu. Através de votação dos alunos da escola, o nome do impresso ficou definido como "Jorneleu". A parceria entre o projeto e a instituição escola ainda está mantida e conta com o intermédio de aluna bolsista Pibic Junior.

No segundo semestre, também em 2018, outra escola se tornou parceira do projeto de extensão, o Colégio Estadual Professora Elzira Correia de Sá. Nessa instituição, o objetivo foi desenvolver um radiojornal, o qual é transmitido durante o recreio pelo autofalante da escola. Dessa forma, a equipe do projeto Elos foi até o bairro Santa Paula, onde foram feitas oficinas sobre elaboração de pauta, texto jornalístico e conteúdo para rádio. Por outro lado, os alunos do Colégio Elzira foram até os laboratórios do curso de Jornalismo, na UEPG, onde tiveram oficina de edição de áudio e, a cada fechamento do radiojornal, os alunos retornam até a UEPG para finalizar a produção.

No Colégio do bairro Santa Paula, os alunos votaram e escolheram o nome do seu programa de rádio de "Elzira News". A mediação entre as instituições também é feita por um aluno Pibic Junior.

Outra parceria entre o projeto de extensão Elos e a comunidade foi firmada com a ONG "Grupo Renascer", que dá apoio à população LGBT de Ponta Grossa.

Em 2018, a equipe do Elos produziu um vídeo institucional para a ONG e, atualmente, está em fase de articulação a produção de vídeo documentário também com o grupo, com o propósito de registrar a trajetória de travestis na cidade. Tais ações fortalecem os vínculos do projeto com a comunidade local e ampliam o debate sobre direitos humanos junto a diferentes setores de Ponta Grossa.

CONSIDERAÇÕES

As ações desenvolvidas no Curso de Jornalismo da UEPG, tanto no grupo de pesquisa Jornalismo e Gênero quanto no projeto de extensão Elos – Direitos Humanos, Jornalismo e Formação Cidadã, buscam cada vez mais oportunizar o debate e a realização de ações concretas envolvendo questões de gênero e direitos humanos, de modo a ampliar olhares em torno da formação profissional em Jornalismo.

O presente texto procurou refletir sobre as experiências de aproximação entre pesquisa e extensão como formas de valorização de um jornalismo com perspectiva cidadã. Sem a pretensão de servir como um modelo para a formação profissional, inclusive por se tratar de uma experiência ainda recente e em processo de aprimoramento, o relato busca unicamente registrar iniciativas que têm como norte a necessidade das universidades (re)pensarem a sua função, qualificando jornalistas não apenas para o mercado, mas também para o atendimento das demandas sociais de informação, com ênfase nos direitos humanos.

Afinal, em tempos em que a autonomia do campo da educação é colocada em questão por projetos e interesses políticos que alimentam o que se convencionou chamar de “ideologia de gênero”, baseado no combate a qualquer formação crítica, sustentado pelo projeto Escola Sem Partido, a busca pelo esclarecimento, pela ampliação do debate e pela afirmação da Universidade como um espaço para reflexão e intervenção social constitui uma forma de resistir à imposição de um pensamento único e promover os direitos humanos em todas as suas dimensões.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Resolução n. 1, de 27 de setembro de 2013. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo, bacharelado, e dá

outras providências. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14242-rces001-13&Itemid=30192>. Acesso em: 23/03/2019.

CAMARGO, B.; WOITOWICZ, K. J. A perspectiva de gênero no ensino do Jornalismo: uma análise dos projetos pedagógicos dos cursos de Curitiba e Ponta Grossa/PR. In: PINHEIRO, E.; VARÃO, R.; BARCELLOS, Z. (org.). **Práticas e tensionamentos contemporâneos no ensino de Jornalismo**. Brasília: Universidade de Brasília, Faculdade de Comunicação, 2018, p. 149-161.

MARTINS, G. "O ensino do jornalismo e a agenda social". In: CANELA, Guilherme (org.). **Políticas públicas sociais e os desafios para o jornalismo**. São Paulo: ANDI; Cortez, 2008. p. 320-332

TEDESCHI, L.; COLLING, A. Os Direitos Humanos e as questões de Gênero. **História Revista**, vol. 19, n. 3 (2016). p. 33 - 58. Disponível em: https://www.revistas.ufg.br/historia/article/view/32992. Acesso em 23/03/2019.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA. Projeto pedagógico do Curso de Jornalismo. Resolução CEPE nº 005, 26 de fevereiro de 2015.

"O RISO DA MEDUSA": AS MARCAS DE JACQUES DERRIDA NO TEXTO DE HÉLÈNE CIXOUS SOBRE A ESCRITA FEMININA

Rafaela Mazurechen Sindersk[1]*i*

RESUMO
O riso da Medusa, ensaio da escritora francesa Hélène Cixous, aborda, de maneira poética e um tanto quanto ácida, um tema que é caro à autora: a escrita feminina. Em meio à sua reivindicação por um escrever que seja próprio da mulher, Cixous conversa, ainda que sem vocativos, com a filosofia de Jacques Derrida, influenciador de parte do pensamento feminista pós-estruturalista (HOLLAND, 1997; RODRIGUES, 2010). Diante disso, este artigo busca encontrar interseções entre as ideias dos autores, guiado pela questão: quais são os elementos de *O riso da Medusa* que podem ser identificados como comuns ao pensamento de Cixous e Derrida? Observou-se que, além de perceberem a existência de um falocentrismo histórico e artístico, ambos questionam as oposições binárias entre feminino/masculino e compartilham de um entendimento próximo acerca da relação entre oralidade e escrita.

Palavras-chave: Hélène Cixous. Jacques Derrida. Escrita feminina.

INTRODUÇÃO

"Eu escrevo mulher: mulher deve escrever mulher."[2]
(Hélène Cixous, 1976, p. 877, tradução da autora)

O homem tem sido, por séculos, o arquétipo de toda uma espécie. E a história tornou-se a costura de suas narrativas, nas quais aparece como personagem e como locutor. A partir disso, Ana Colling (2004) chama a atenção para a maneira androcêntrica com que a humanidade é identificada: "homem" torna-se a representação do indivíduo humano. São suas as medidas – medidas vitruvianas – que estabelecem os parâmetros para o que é certo, para o que é belo, para o que é bom. Àqueles – particularmente àquelas – que não cabem em suas métricas, restam as margens.

É ante esse cenário que a escritora e poeta francesa Hélène Cixous, em seu ensaio *O riso da Medusa* (1976), levanta a voz para apontar a dominação masculina no ato de escrever. Ela reivindica a marca de uma escrita feminina fortemente

[1] Mestranda do Programa de Pós-graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade Federal do Paraná (UFPR), bolsista CAPES e integrante do grupo do pesquisa em Comunicação Política e Opinião Pública (CPOP).
[2] Tradução de: "I write woman: woman must write woman".

relacionada ao corpo e critica o falologocentrismo que toma a atividade e que foi, durante séculos, base para uma política de exclusão da mulher.

Desde Platão (1975), com sua ideia de paternidade do lógos, a mulher, em sua relação com a escrita, tem recebido status de secundária, quando tanto. Virginia Woolf (2014) destaca que poucas escritoras de sua época – do início do século XX até meados dos anos 1940 – foram capazes de viver do que produziam. Não pela falta de talento, mas por obstáculos impostos por condições – e convenções – sociais. O problema seria a falta de espaço – topográfico e tropológico – para a mulher escrever.

A observação de que a fala, bem como a escritura, são ligadas à origem e ao poder masculinos também é feita por Jacques Derrida (2005) em sua leitura da obra platônica Fedro (1975). Mas a influência do filósofo francês nas análises com abordagens feministas não é centrada em *A farmácia de Platão*. É seu pensamento da desconstrução, com as noções de traço e *différance*, que aparece nas obras de autoras renomadas como Judith Butler (2000; 2003) e é amplamente discutido em estudos relacionados ao feminismo pós-estruturalista (HOLLAND, 1997; RODRIGUES, 2010).

Entre Jacques Derrida e Hélène Cixous é possível traçar alguns pontos em comum. Os dois, que foram grandes amigos desde a década de 1960, apresentam, além da percepção de uma escrita androcêntrica e do questionamento da dicotomia feminino/masculino, interessantes concepções sobre texto e oralidade e sobre o uso da linguagem como instrumento de significância na elaboração de seus pensamentos (DERRIDA, CIXOUS, ARMEL, THOMPSON, 2006). Diante disso, este artigo objetiva encontrar as interseções entre o raciocínio desenvolvido por Cixous em *O riso da Medusa* (1976) e a filosofia de Jacques Derrida. A pergunta que guia o trabalho é: quais são os elementos de *O riso da Medusa* que podem ser identificados como comuns ao pensamento de Cixous e Derrida? Para respondê-la, faz uma revisão bibliográfica de obras ligadas ao assunto discutido.

A partir deste ponto, o artigo é dividido em quatro seções. A primeira aborda a questão da paternidade do lógos e da escrita, presente no discurso platônico. A parte seguinte move suas lentes para o ensaio *O riso da Medusa* (1976), de Cixous, e para as principais características de seu texto. Em seguida, discute-se sobre as

consonâncias entre a autora e Derrida, para, enfim, chegar às considerações finais do trabalho.

2. A ESCRITA COMO UMA RELAÇÃO ENTRE PAI E FILHO

Colling (2004, p. 16) é enfática quando afirma que, diante do androcentrismo da história, a ideia de generalidade – daquilo que é característico do ser humano de maneira geral – é reduzida à realidade de um único sexo, e aquilo que é universal reduz-se a um ponto de vista que costuma ser unilateral. Em consonância com esse pensamento, Angela Davis, em *A liberdade é uma luta constante* (2018, p. 84), além de apontar para uma dominação masculina dos postos de liderança, que ocorreu ao longo dos séculos, denuncia a racialização clandestina das categorias universais. “Ao longo de grande parte da história, a própria categoria ‘ser humano’ não abarcou as pessoas negras e de minorias étnicas. Seu caráter abstrato era formado pela cor branca e pelo gênero masculino.” (DAVIS, 2018, p. 85)**.**

Na política, na filosofia, na literatura, nas artes em geral, o ser-homem representa a totalidade. Na teoria política clássica, ele é colocado como “mais capaz e mais forte” do que a mulher (LOCKE, 2014, p. 75); com Da Vinci e seu Homem Vitruviano, estabeleceu-se como o ideal de equilíbrio, de harmonia das proporções corporais; no diálogo socrático presente em Fedro (1975), de Platão, a escrita sofre com a falta de seu pai. Quando agredidos ou mal interpretados, os textos escritos perdem a defesa paterna, já que “por si mesmos são tão incapazes de se defenderem como de socorrer alguém” (PLATÃO, 1975, p. 93).

Jacques Derrida (2005) assinala como o esquema platônico confere a origem e o poder da fala, mais precisamente do lógos, à posição paternal. É o “sujeito falante” o pai de sua fala, e é a partir do *lógos* que se anuncia e que se passa a pensar algo como a paternidade. “O lógos é um filho, então, e um filho que se destruiria sem a presença, sem a assistência presente de seu pai. De seu pai que responde por ele e dele. Sem seu pai ele é apenas, precisamente, uma escritura.” (DERRIDA, 2005, p. 22).

Nota-se que, para Platão, é medular a relação entre o lógos e o pai. A ausência paterna desqualifica a escritura. A centralidade masculina dessa

(des)vinculação é sublinhada por Derrida. De maneira categórica, o feminino é excluído das articulações do filósofo grego em relação ao *phármakon*[3] e ao lógos.

Essa invisibilidade da mulher na escrita e em uma parte extensa da filosofia, sua exclusão da política, de parte da vida em sociedade e do "mundo do pensamento", como coloca Ana Colling (2004, p. 14), remonta à Grécia de Platão, mas não é, de maneira alguma, restrita a ela.

3. MULHERES E SEU (NÃO) LUGAR NA ESCRITA: AS PROVOCAÇÕES DE HÉLÈNE CIXOUS

Ao discutir a relação – acanhada – entre as mulheres e o trabalho da escrita, Virginia Woolf (2014, p. 147) apoia-se na seguinte premissa: uma autora precisa de "quinhentas libras por ano e um aposento com tranca na porta para escrever ficção ou poesia". Apesar de a asserção deixar certa margem para o simbolismo – "(...) de que quinhentas libras por ano representam o poder da contemplação, de que uma fechadura na porta significa o poder de pensar por si mesma." (WOOLF, 2014, p. 150) –, a escritora inglesa refere-se mesmo às posses materiais que o enunciado evoca. Pois é basilar em seu pensamento a noção de que as mulheres apresentam larga desvantagem em relação aos homens quando se trata de condições econômicas e de possibilidades sociais – e a liberdade intelectual, afirma, depende das coisas materiais. "E as mulheres sempre foram pobres, não só por duzentos anos, mas desde o começo dos tempos. As mulheres gozam de menos liberdade intelectual do que os filhos dos escravos atenienses. As mulheres, portanto, não tiveram a mais remota chance de escrever poesia." (WOOLF, 2014, p. 151)

Enlaçada a essa subjugação econômica está a marginalização das mulheres como personagens da história. Para Ana Colling (2004, p. 19), as relações entre os sexos são hierarquizadas e, nessas relações, "os homens detêm o monopólio da interpretação das coisas humanas, e estabelecem seu poder ao mesmo tempo em que o legitimam com fundamentos mitológicos, religiosos, ideológicos, filosóficos e

[3] Em Fedro (1975), Sócrates tece uma história para o personagem-título, contando sobre a origem da escrita por meio da lenda egípcia do deus Teute. Este apresenta ao rei Tamuz um "remédio [*phármakon]* para o esquecimento e a ignorância" (p. 92), mas, em seguida, é contestado pelo rei. Ao deus é creditado o achado não de um *phármakon* para a memória, mas para a lembrança. Em "A farmácia de Platão" (2005), Jacques Derrida discute acerca da dualidade do termo *phármakon* – bem como a do próprio deus Teute –, que pode significar tanto um remédio quanto um veneno.

científicos.". Por isso, o lugar feminino nos episódios históricos depende, e sempre dependeu, da representação masculina.

Em *O riso da Medusa* (1976), Hélène Cixous não falha em denunciar o fato de que a mulher e sua escrita sempre permaneceram nas sombras da história. Ela assinala que o número de escritoras em sua época – apesar de ter crescido desde o século XIX – é "ridiculamente pequeno" e que o ato de escrever tem sido dirigido por parâmetros libidinais, culturais e políticos que são tipicamente masculinos (CIXOUS, 1976, p. 879). É por meio disso, afirma a autora, que a repressão às mulheres tem sido perpetuada: a acentuação da oposição sexual – não da diferença sexual, conforme salienta – relega o feminino à mudez e à invisibilidade. Ela ainda pontua que quase toda a história da escrita é confundida com a história da razão – uma razão alinhada a uma tradição falocêntrica.

A preocupação com o domínio de uma razão androcêntrica não está presente apenas no pensamento de Cixous. Também é encontrado nos estudos políticos de Iris Young (2001) e em sua revisão da teoria da democracia deliberativa. Para a cientista política, o modelo deliberativo tem suas bases em instituições ocidentais exclusivistas e predominantemente masculinas, que definiram as concepções de razão e deliberação sem considerar questões como gênero, raça e classe. Essas normas deliberativas seriam culturalmente específicas e operariam como "formas de poder que silenciam ou desvalorizam o discurso de alguns" (p. 370).

Enquanto, para Young, uma resposta a essa questão seria ampliar o modelo de deliberação, tornando-o mais inclusivo e dando forma ao que ela chama de democracia comunicativa, Cixous (1976, p. 881, tradução da autora) afirma que "é escrevendo, de e para as mulheres, e assumindo o desafio da fala que tem sido governada pelo falo, que as mulheres confirmarão as mulheres em um lugar diferente daquele que é reservado no e pelo simbólico, isto é, em um lugar diferente do silêncio."[4]

[4] Tradução de: "It is by writing, from and toward women, and by taking up the challenge of speech which has been governed by the phallus, that women will confirm women in a place other than that which is reserved in and by the symbolic, that is, in a place other than silence."

Discutindo a tomada da escrita pelo sujeito feminino – seu audacioso ato de "roubar a palavra" e "deixá-la voar"[5] –, Hélène Cixous traça uma relação entre o corpo da mulher e o ato de escrever. "Mulheres são corpo" ela afirma, para completar que "mais corpo, consequentemente mais escrita"[6]. Ao construir uma narrativa que apresenta uma "textualidade do corpo" e uma "corporeidade do texto" (KEMPINSKA, 2013, p. 92), a autora associa o escrever com a liberdade corporal e com a possibilidade de dar um fim aos séculos de apagamento histórico e de dominação sofridos pelas mulheres. Assim, ela define a subversão como a razão de ser da escrita feminina (CIXOUS, 1976, p. 888) e tece críticas, ácidas e claras, ao domínio imposto ao corpo e à sexualidade da mulher. A partir disso, denuncia a dominância de um falologocentrismo na psicanálise freudiana.

É recusando a alcunha de "continente obscuro"[7] que Hélène Cixous rejeita algumas das colocações de Sigmund Freud sobre a sexualidade feminina. Em primeiro lugar, ela aponta para o fato de que a psicanálise, "como em todas as ciências 'humanas', reproduz a visão masculina, da qual é um dos efeitos"[8] (CIXOUS, 1976, p. 884, tradução da autora). Considerando essa conjuntura, suas críticas são dirigidas, sobretudo, à centralidade do falo nas teorias do médico austríaco, à existência do complexo de castração em ambos os sexos e à ideia de inveja do pênis, que seria nutrida pelo sujeito feminino.

> A mulher, é claro, tem um desejo por um "desejo amoroso" e não um desejo ciumento. Mas não porque ela é castrada; não porque ela é privada e precisa ser preenchida, como uma pessoa ferida que quer se consolar ou buscar vingança: eu não quero um pênis para decorar meu corpo. Mas eu desejo o outro para o outro (...) Castração? Deixe outros brincarem com isso. O que é um desejo originado de uma falta? Um desejo muito escasso. (CIXOUS, 1976, p. 891, tradução da autora)[9]

---

[5] No texto original, em francês, Cixous brinca com o duplo significado do verbo *voler*, que pode significar tanto "roubar" quanto "voar". "Voar é gesto de mulher – voar na língua e fazê-la voar. Todos aprendemos a arte de voar e suas numerosas técnicas; por séculos nós pudemos possuir qualquer coisa apenas voando; nós vivemos em vôo, roubando, encontrando, quando desejado, passagens estreitas, cruzamentos escondidos." (CIXOUS, 1976, p. 887, tradução da autora).

[6] Tradução de: "(...) women are body. More body, hence more writing." (CIXOUS, 1976, p. 886)

[7] Silva e Folberg (2008, p. 50) explicam que, em *Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade*, de 1905, Freud afirma que a vida sexual das mulheres, diferentemente da dos homens, era de difícil acesso à pesquisa. Para ele, o problema da feminilidade era um "continente obscuro", pouco explorado e ainda muito incompreendido.

[8] Tradução de: "(...) as with all the "human" sciences, it reproduces the masculine view, of which it is one of the effects."

[9] Tradução de: "Woman of course has a desire for a 'loving desire' and not a jealous one. But not because she is gelded; not because she's deprived and needs to be filled out, like some wounded person who wants to console herself or seek vengeance: I don't want a penis to decorate my body

Para a autora, é preciso libertar-se do enclausuramento psicanalítico e romper com o discurso androcêntrico, no qual as mulheres sempre estiveram inseridas, ao qual sempre foram subordinadas, pelo qual sempre foram diminuídas. Torna-se necessário à mulher sair da linguagem e da gramática masculinas, inventando para si uma "língua para entrar" (CIXOUS, 1976, p. 887).

Mas esse movimento de liberação do grupo dominado não ocorreria sem a oposição do grupo dominador. Há, para Cixous, um medo masculino da figura feminina, o que teria gerado narrativas que as destituem de seus poderes e as associam a perigos mortais – "Os homens dizem que há duas coisas irrepresentáveis: a morte e o sexo feminino. É porque eles precisam que a feminilidade seja associada com a morte (...)" (CIXOUS, 1976, p. 885, tradução da autora)[10].

Diante disso, a escritora desconstrói a figura da Medusa, que, na mitologia grega, corresponde a uma bela mulher, transformada em um ser monstruoso pela deusa da sabedoria, Atena. Com seus icônicos cabelos de serpente e aparência grotesca, ela era capaz de transformar em pedra aqueles que ousassem encará-la. Uma mulher que não deve ser vista e que precisa ser temida: uma história, para Cixous, androcêntrica, em que o homem é o herói que arranca a cabeça de sua inimiga, mantendo-a sob seu domínio para uso e descarte.

> Não seria o pior, não é o pior, na verdade, que as mulheres não são castradas, que têm apenas que parar de ouvir as sereias (pois as sereias eram homens) para a história mudar seu significado? Você só tem que olhar para a Medusa de frente para vê-la. E ela não é mortal. Ela é linda e está rindo. (CIXOUS, 1976, p. 885, tradução da autora)[11]

Assim, a autora recusa o mito tradicional do monstro ctônico.

---

with. But I do desire the other for the other (...) Castration? Let others toy with it. What's a desire originating from a lack? A pretty meager desire."

[10] Tradução de: "Men say that there are two unrepresentable things: death and the feminine sex. That's because they need femininity to be associated with death (...)".

[11] Tradução de: "Wouldn't the worst be, isn't the worst, in truth, that women aren't castrated, that they have only to stop listening to the Sirens (for the Sirens were men) for history to change its meaning? You only have to look at the Medusa straight on to see her. And she's not deadly. She's beautiful and she's laughing."

4. VOZ, TEXTO E AS MARCAS DO MASCULINO: ONDE CIXOUS ENCONTRA DERRIDA

Neste ponto, faz-se necessário sair um pouco da obra de Cixous para dizer que é bastante discutida a influência do trabalho de Jacques Derrida em parte das teorias feministas pós-estruturalistas (HOLLAND, 1997; RODRIGUES, 2010). A base de seu pensamento está presente na obra de autoras como Judith Butler (2000; 2003), que questiona uma identidade *una* de mulher e contesta o par sexo/gênero, buscando ir além da dicotomia numa formulação que tange o pensamento da desconstrução derridiano (RODRIGUES, 2012, p. 157): o do *nem/nem.* Nem masculino, nem feminino, sem, assim, instituir uma terceira designação.

Acerca desse assunto, é possível identificar uma discussão em *Choreographies* (1997), entrevista de Derrida realizada por Christie V. McDonald. Nela, o filósofo fala sobre a hipótese de uma relação que não corresponde à oposição binária feminino/masculino. Não se trataria, porém, da bissexualidade, nem de uma assexualidade. Seria algo além destas, "(...) além da homossexualidade e da heterossexualidade, que vêm para a mesma coisa"[12] (DERRIDA; MCDONALD, 1997, p. 40, tradução da autora).

Para melhor compreender esse raciocínio, é preciso ir às bases do pensamento do autor. Rodrigues (2012, p. 145) aponta que, em sua trajetória filosófica, Derrida foi um importante crítico da metafísica, indicando seus limites e a arbitrariedade de suas estruturas opositivas. Seria esse o alicerce para seu posicionamento em relação à linguística de Saussure: na estrutura binária saussuriana de significante/significado, o primeiro convoca o segundo. Para Derrida, o significado não é alcançado pela presença do significante, dando lugar ao que seria uma sucessão de referências que fazem do significante compreensível apenas em uma cadeia composta por outros significantes, anteriores e posteriores. O significado surgiria, então, em meio a essa cadeia, em um eterno jogo de diferenças. A partir disso, formam-se noções importantes para o pensamento derridiano: o rastro e a *différance* (RODRIGUES, 2012, p. 146).

Aqui, importa-nos a concepção de *différance* que, nas palavras derridianas (1991, p. 37), "(...) não é, não existe, não é um ente-presente (...) ela não tem nem existência nem essência", mas supõe um constante processo de adiamento e

[12] Tradução de: "(...) beyond homosexuality and heterosexuality which come to the same thing."

diferenciação dos sentidos. Nesse sistema, “a identidade fixa é substituída pelos efeitos de um processo contínuo de deslocamento” (RODRIGUES, 2012, p. 147), dando substrato para que o filósofo francês – e também para que Butler – questione a formação de categorias identitárias restritas, presentes em movimentos políticos como o feminismo. Essa questão também é levantada por Hélène Cixous (1976, p. 876, tradução da autora): “(...) não existe, neste momento, nenhuma mulher geral, nenhuma mulher típica. (...) você não pode falar de uma sexualidade feminina, uniforme, homogênea, classificável em códigos (...)”[13].

É claro que as colocações de Derrida foram alvos de críticas vindas de pensadoras feministas, que enxergam a construção de uma identidade unificada de mulher como importante para o não desmantelamento do movimento e para que se torne possível a luta por direitos e contra opressões (HOLLAND, 1997; RODRIGUES, 2012). Mas é evidente que a noção de desconstrução originada em Derrida tem suas marcas em uma parte considerável da(s) teoria(s) feminista(s) existentes nos dias de hoje.

Outro elemento do discurso de Derrida que pode ser associado a um posicionamento feminista é sua denúncia de uma “maestria falocêntrica” que viria “sob o disfarce” de neutralidade (DERRIDA; MCDONALD, 1997, p. 34). Para ele, uma interpretação clássica do que seria uma originalidade neutra é dada à marca sexual masculina, que também costuma ser percebida como superior a outras marcas. Essa percepção tornar-se-ia um empecilho para uma relação ética. Afinal, questiona o autor, “que tipo de relação ética haveria se pertencer a um sexo ou outro se tornar sua lei ou privilégio?” (DERRIDA; MCDONALD, 1997, p. 35)[14]. Isso nos permite voltar a Cixous e a sua crítica ao falocentrismo e à masculinidade travestida como neutralidade.

A escritora reitera que “(...) a oposição sexual, que sempre trabalhou para o lucro do homem a ponto de reduzir a escrita, também, às suas leis, é apenas um limite histórico-cultural.” (CIXOUS, 1976, p. 883, tradução da autora)[15]. Em Derrida (DERRIDA; MCDONALD, 1997, p. 33), essa oposição “neutraliza ou substitui” a

[13] Tradução de: "(...) there is, at this time, no general woman, no one typical woman. (...) you can't talk about a female sexuality, uniform, homogeneous, classifiable into codes (...)"
[14] Tradução de: “What kind of an ethics would there be if belonging to one sex or another became its law or privilege?”
[15] Tradução de: “(...) that sexual opposition, which has always worked for man's profit to the point of reducing writing, too, to his laws, is only a historic-cultural limit.”

diferença, sendo origem para uma espécie de “guerra entre os sexos”, a qual o homem já está marcado para ganhar.

Em *A Farmácia de Platão* (1975), Jacques Derrida reconhece o falocentrismo na ideia platônica de uma paternidade da escrita. Hélène Cixous não aborda a filiação do texto de maneira explícita, mas, ao discutir a proximidade da mulher com o papel de mãe e afirmar que “há sempre dentro dela pelo menos um pouco daquele bom leite materno” (CIXOUS, 1976, p. 881, tradução da autora), a autora aproxima a maternidade com a escrita da mulher, declarando que “ela escreve em tinta branca[16]”.

Mas, talvez a principal interseção entre a filosofia de Derrida e a obra de Cixous seja a percepção que possuem da proximidade entre oralidade e escrita. É em *From the Word to Life: A Dialogue between Jacques Derrida and Hélène Cixous* (2006), entrevista realizada com os autores pela romancista francesa Aliette Armel, que o ponto é claramente abordado.

Primeiramente, Armel pergunta a seus convidados sobre o lugar da voz em seus textos. É Derrida que dá início à resposta, alegando que “a oralidade é também a inscrição de um traço” e que escrever, tanto para ele quanto para a colega de longa data, modela-se na voz. Cixous completa, acrescentando que a voz é “encenação, portanto, dança, cenografia de termos, de respiração e de 'mudanças de tom'." (DERRIDA, CIXOUS, ARMEL, THOMPSON, 2006, p. 1, tradução da autora).

Rodrigues (2012, p. 147) observa que, ao tratar da noção de *différance*, o filósofo está preocupado em problematizar a primazia da fala sobre a escrita, ideia encontrada em Platão (1975). É com esse interesse que ele insere a letra *a* na palavra francesa *différence*, a fim de formar palavras que soam iguais, mas que ainda assim são distintas.

Em *O riso da Medusa* (1976, p. 881, tradução da autora), Cixous tece um parecer similar. Ela assinala que “não há aquela cisão, aquela divisão feita pelo homem comum entre a lógica do discurso oral e a lógica do texto, ligada como ele é pela sua relação antiquada – servil, calculista – ao domínio.”[17]. A escritora associa,

[16] Tradução de: “She writes in white ink.”

[17] Tradução de: “There is not that scission, that division made by the common man between the logic of oral speech and the logic of the text, bound as he is by his antiquated relation – servile, calculating – to mastery.”

então, a relação de domínio entre autor e obra – uma relação que é a base do problema da orfandade da escrita no pensamento platônico – com uma necessidade masculina de controle. "Para nós [mulheres], o objetivo não é tomar posse para internalizar ou manipular, mas sim atravessar e 'voar'." (CIXOUS, 1976, p. 887, tradução da autora)[18].

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo apresentou um esforço para traçar um paralelo entre a filosofia de Jacques Derrida e a obra *O riso da Medusa* (1976) de Hélène Cixous. Ao buscar elementos comuns entre o pensamento dos autores, pôde-se identificar que ambos lançam seus olhares para a clara presença masculina em marcas e designações que são difundidas como neutras. A questão, porém, – que também é abordada por pesquisadoras como Ana Colling (2004) e ativistas políticas como Angela Davis (2018) –, é discutida de maneira mais ampla na obra da escritora, que tem em seu cerne a crítica à marginalização feminina na escrita, na história e na sociedade.

Em ambos, também, é encontrada a problemática relacionada a identidades fixas baseadas na oposição sexual dicotômica e metafísica entre feminino/masculino. Em Derrida, essa oposição sairia de cena, dando lugar a um sistema de diferenças que abririam espaço para se pensar além da binariedade e dos rótulos sexuais existentes. Já Cixous (1976) comenta sobre a impossibilidade de estabelecer uma classificação homogênea do que é "mulher" e sobre as relações de poder que sustentam essa oposição binária.

Tratando-se da relação entre fala e escrita, a poeta francesa aproxima-se das concepções de Jacques Derrida sobre a inexistência de um primado da primeira sobre a segunda. Para eles, a fonética assume um papel significativo na formação do texto, existindo uma voz que é performada e que dita o tom da escritura.

Por fim, é interessante perceber a relação dos dois pensadores com a língua francesa. Suas elaborações são intrínsecas às palavras que ganham o papel, levando Derrida (DERRIDA, CIXOUS, ARMEL, THOMPSON, 2006, p. 6, tradução da autora) a afirmar que "o corpo da palavra deveria ser inseparável do significado a tal

[18] Tradução de: "For us the point is not to take possession in order to internalize or manipulate, but rather to dash through and to 'fly'."

ponto que a tradução só pode perdê-lo"[19]. Na concepção de *différance*, por exemplo, a noção derridiana reside na simples troca de uma vogal – a letra *e*, da palavra original *différence*, pela letra *a*, tornando as duas palavras indistintas na pronúncia, mas diferentes em suas grafias. Em Cixous (1976), a brincadeira com a linguagem está no uso do verbo francês *voler*, que significa tanto voar quanto roubar e é associado, dessa forma, a uma característica importante tanto da escrita feminina quanto da escrita de Cixous e Derrida: "Nós dois deixamos a palavra alçar seu voo: essa liberação da palavra como a liberação de um pássaro ou uma respiração." (DERRIDA, CIXOUS, ARMEL, THOMPSON, 2006, p. 2, tradução da autora)[20]

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COLLING, Ana. A construção histórica do feminino e do masculino. In: STREY, Marlene Neves; LISBOA, Sonia T.; PREHN, Denise Rodrigues (orgs.). **Gênero e cultura: questões contemporâneas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante**. São Paulo: Boitempo, 2018.

DERRIDA, Jacques. **A farmácia de Platão**. São Paulo: Iluminuras, 2005.

DERRIDA, Jacques. **Margens da filosofia**. Campinas: Papirus, 1991.

DERRIDA, Jacques; CIXOUS, Hélène; ARMEL, Aliette; THOMPSON, Ashley. From the Word to Life: A Dialogue between Jacques Derrida and Hélène Cixous. **New Literary History**, Vol. 37, n. 1, p. 1-13, 2006.

DERRIDA, Jacques; MCDONALD, Chistie V. Choreographies: interview. In: HOLLAND, Nancy J. (org). **Re-reading the canon: feminist interpretations of Jacques Derrida**. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 1997.

HOLLAND, Nancy J. Introduction. In: HOLLAND, Nancy J. (org). **Re-reading the canon: feminist interpretations of Jacques Derrida**. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 1997.

[19] Tradução de: "The body of the word should be inseparable from the meaning to such an extent that translation can only lose it."
[20] Tradução de: "We both let the word take its flight: this release of the word like the release of a bird or a breath."

KEMPINSKA, Olga Guerizoli. Cenas da escrita: Cixous e Akhmatova. **Outra Travessia**, Florianópolis, n. 16, 2013.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo civil**. São Paulo: EDIPRO, 2014.

RODRIGUES, Carla. Diferença sexual, direitos e identidade: um debate a partir do pensamento da desconstrução. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 34, p. 209-233, jan./jun. 2010.

RODRIGUES, Carla. Performance, gênero, linguagem e alteridade: J. Butler leitora de J. Derrida. **Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana**, Rio de Janeiro, n. 10, p. 140-164, abr. 2012.

PLATÃO. **Fedro**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1975.

SILVA, Denise Quaresma da Silva; FOLBERG, Maria Nestovsky. De Freud a Lacan: as ideias sobre a feminilidade e a sexualidade feminina. **Estudos de Psicanálise**, Salvador, n. 31, p. 50-58, out. 2008.

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. São Paulo: Tordesilhas, 2014.

YOUNG, Iris Marion. Comunicação e o outro: além da democracia deliberativa. In: SOUZA, Jessé (Org). Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília: Editora UnB, 2001.

VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA COMO VIOLÊNCIA DE GÊNERO: UMA ANÁLISE SOB O PRISMA DOS DIREITOS HUMANOS

Sílvia Elaine da Silva[1]

RESUMO
Este trabalho visa demonstrar que a violência obstétrica, configurada pela imposição de inúmeras formas de violência e desrespeito no período de gestação, parto e puerpério por parte dos profissionais e instituições de saúde, consiste em violência de gênero. Pela realização de pesquisa bibliográfica e análise documental, verificou-se que se trata de violência de gênero não só por ser uma violência que atinge apenas as mulheres, mas também porque historicamente o sofrimento relativo ao parto sempre foi justificado, além de estar subjugado pelas relações de poder existentes, caracterizando-se como uma grave violação aos direitos humanos, especialmente no tocante ao direito fundamental à saúde e os direitos sexuais e reprodutivos da mulher.

Palavras-chave: Violência obstétrica. Violência de gênero. Direitos humanos. Direitos sexuais e reprodutivos. Mulher.

1 INTRODUÇÃO

Inúmeros são os relatos de mulheres que, em um dos momentos mais singulares de sua vida, ao gerarem um novo ser, acabam sofrendo com atos abusivos praticados por profissionais e instituições que deveriam prezar pelo seu bem-estar e atender às suas necessidades, vivenciando a chamada violência obstétrica (TESSER et al, 2015, p. 2; VASCONCELOS; FORMIGA, 2016, p. 6; SILVA, 2017, p. 53-54).

Essa forma de violência, que muitas vezes nem chega a ser compreendida como tal, é vista por muitos autores como violência de gênero. Porém, no processo de revisão bibliográfica, é perceptível como essa afirmação (violência obstétrica como violência de gênero) é frequentemente realizada sem a devida discussão das condições da mulher no sistema patriarcal. As afirmações de muitos dos trabalhos encontrados constatam a analogia com a violência de gênero ou circunscrevem o argumento à condição biológica da mulher, sem, no entender aqui proposto, avançar

[1] Advogada graduada em Direito pela Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG. Mestranda em Ciências Sociais Aplicadas também pela UEPG. Participante do Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares sobre Saúde Reprodutiva, Comunicação em Saúde e Direitos Humanos da UEPG.

na caracterização da desigualdade estruturante que acomete as mulheres e que motiva a violência obstétrica.

Por exemplo, Assis (2017, p.1) aduz que "[...] o assunto tem sido caracterizado como uma manifestação da violência de gênero por ter as mulheres em período gravídico puerperal como alvo privilegiado". Mascarenhas e Pereira (2017, p. 3) asseveram que se trata de uma forma específica de violência de gênero ao se partir do pressuposto de que a violência obstétrica é uma forma de violência contra a mulher. Ainda, Mariani e Nascimento Neto (2016, p. 55) expõem que concerne violência de gênero que acaba por marcar a trajetória da mulher em alguns dos momentos expressivos de sua vida: contracepção, parto e aborto.

No decorrer deste artigo, busca-se demonstrar as razões pelas quais a violência obstétrica se configura efetivamente como uma forma de violência de gênero, dentro do contexto histórico e de relações de poder existentes na sociedade. Além disso, pretende-se evidenciar como este tipo de violência também se caracteriza como violação aos direitos humanos das mulheres, ao ferir sua autonomia, seus direitos sexuais e reprodutivos e seu direito à saúde.

2 DA MEDICALIZAÇÃO À VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA

Até o século XVI, o processo de parto não era compreendido como um evento médico, mas sim como um acontecimento natural, com o foco na parturiente e, como consequência, no recém-nascido, sob assistência das parteiras ou comadres, que detinham saber empírico (BRENES, 1991, p. 135).

Posteriormente, o que era tido como um momento íntimo, fisiológico e preponderantemente feminino, aos poucos foi se metamorfoseando, sendo influenciado pelas relações de poder que se desenvolviam, convertendo-se em um modelo de cuidado masculino (SEIBERT et al, 2005, p.246).

A medicalização do processo de parto ocorrida redefiniu a posição da mulher, transformando-a em sujeito secundário nesse fenômeno e na relação médico-paciente, estabelecendo um ambiente mecânico, no qual os desejos e as decisões maternas ficaram em segundo plano, sendo muitas vezes desconsiderados.

Como detentores do conhecimento sobre esse tema, os profissionais e as instituições da saúde acabaram por ditar as diretrizes do parto, desconsiderando as

modernizações teóricas e práticas existentes, de forma a perenizar procedimentos controversos e ultrapassados, menosprezando o papel feminino e acarretando em diversas formas de violações no período de gestação, parto e puerpério, em um fenômeno denominado violência obstétrica (SILVA, 2017, p. 53).

Nos ensinamentos de Vasconcelos e Formiga (2016, p. 6)::

> Pode-se conceituar a violência obstétrica como sendo aquela que é cometida contra mulher grávida em serviços de saúde durante a assistência ao pré-natal, parto e pós-parto, cesárea e abortamento. Pode ser verbal, física, psicológica ou mesmo sexual e se expressa de diversas maneiras, ora explícitas outras veladas. Assim como outras formas de violência contra a mulher, a violência obstétrica é fortemente permeada por preconceitos de gênero.

A violência obstétrica é marcada pela apropriação do corpo feminino e dos processos reprodutivos pelas instituições e pelos agentes de saúde, que ocorre na institucionalização do parto, por meio de sua medicalização e do intervencionismo excessivo, com sua consequente patologização, retirando a autonomia da mulher, reduzindo-a a um mero corpo reprodutor e transformando esse processo em uma verdadeira linha de produção (VENEZUELA, 2007).

Trata-se de uma violência institucional arraigada, sendo um problema de saúde pública ainda pouco conhecido e até mesmo ignorado, configurando-se como violência de gênero.

3 VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA COMO VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Violência de gênero é um fenômeno com uma extensão muito ampla, atingindo as mulheres de forma bastante abrangente, independente de idade, classe social, raça ou orientação sexual.

Muitos autores consideram que a violência obstétrica é uma espécie de violência de gênero por se tratar de uma ocorrência que tem as mulheres como objeto. Nos ensinamentos de Santos (2016):

> A violência obstétrica é classificada como violência de gênero por basear-se, fundamentalmente, no tratamento estereotipado dispensado à mulher, fruto de uma construção histórica e social extremamente machista e patriarcal, enxergando-a como objeto das ações de outrem, em uma postura ideal sempre passiva e submissa, sem a possibilidade efetiva de manifestar livremente suas vontades e preferências.

Já Diniz e D'Oliveira (1998, p. 34) aduzem que a violência obstétrica é uma das faces menos conhecidas e mais trágicas de violência de gênero, que até recentemente era um assunto marginal entre os temas relacionados à saúde, acarretando em graves consequências para a saúde física e mental das mulheres e tendo um impacto extremamente significativo.

Ao simplificar a situação, poderia se dizer que trata-se de violência de gênero meramente por se tratar de uma situação especificamente feminina, contudo não se restringe a esse motivo, uma vez que essa ocorrência assume ainda particularidades por razões históricas e pelas relações de poder e hierarquia entre homens e mulheres.

Nesta seara, Cunha (2014, p. 152) elucida:

> O conceito de violência de gênero só pode ser entendido, seja em seu sentido mais amplo seja em seu sentido específico, como relação de poder de dominação do homem e de submissão da mulher, pois integra a ordem patriarcal de gênero. Esta é geradora de violência tanto na inter-relação dos sexos, quanto na relação do indivíduo com a sociedade, pois este se encontra preso as determinações de seu gênero na construção de suas relações sociais e de sua identidade.

Por sua vez,Saffiotti(2004, p. 81) sustenta que a violência de gênero decorre de uma organização social de gênero, que privilegia o masculino, a qual podemos denominar como patriarcado. Ao buscar elaborar um conceito, Almeida (2010, p. 22-23) preceitua que:

> Trata-se da caracterização de um sistema de organização das relações sociais, baseada em critérios de divisões desiguais de tarefas entre homens e mulheres e da atribuição de espaços e atividades específicas de forma naturalizada. Afirmam-se por meio dessas atividades, papéis sociais sob a forma do enquadramento de funções e posições na sociedade.

Nesse sentido, o patriarcado submeteria as mulheres à dominação e submissão, de modo que estas se encontrariam em um grau hierárquico inferior socialmente, acarretando na ocorrência desse tipo de violência.

E como todos os fenômenos sociais em constante metamorfose, o patriarcado influencia as relações interpessoais e de poder entre homens e mulheres, a construção do masculino e do feminino e os papéis socialmente ocupados por estes.

Gênero seria, então, uma construção social, com a determinação factual do conceito de feminino e masculino (WERNER; BOURGUIGNON; MALANOWSKI; GASPERIN, 2017, p. 3). Por essa perspectiva é possível compreender o ensinamento de Beauvoir (1967, p. 9):

> Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino.

O papel definido para a mulher durante muito tempo foi compreendido apenas comoo de mãe, onde sua função social seria procriar, gerando uma enorme incumbência, um dever para com a sociedade, dando sentido à sua existência e ao mesmo tempo a esvaziando como indivíduo, passando a ser percebida como portadora do bebê. Dessa forma, o peso da sociedade patriarcal incidente sobre a mulher nessa hierarquia ratificaria os comportamentos que a desumanizam, violentam e a reduzem a uma incubadora.

Além disso, historicamente o sofrimento no parto sempre foi classificado como algo intrínseco à maternidade, pois era tido como um desígnio divino, um castigo inerente à condição feminina.

Teixeira e Pereira (2006, p.741) asseveram que esse ideal encontra suas bases biblicamente, pela concepção popular da provação feminina ocorrida, quando, em Gênesis, Eva conheceu o pecado original, levando toda a humanidade à condenação em razão de sua transgressão, momento em que Deus ordenou: “e tu mulher, parirás com dor os seus filhos”. Deste modo, denota-se que a Bíblia condena a mulher ao sofrimento durante o parto, retratando-a como merecedora disso em razão de sua conduta, uma vez que foi por causa desta que a humanidade teria caído da graça divina (ALVARENGA; KALIL, 2016, p. 647).

Ora, o sofrimento feminino no parto sempre foi reputado como devido, fazendo com que qualquer alívio fosse negado, além de serem ignoradas todas as imputações de opressão.

A mulher mereceria sofrer por ser mulher, por parir. Sua vida estaria fadada a isso simplesmente por ter nascido do sexo feminino, como se estivesse predestinada a carregar uma herança divina de dor.

Assim, sob a ótica dessa perspectiva ultrapassada, os abusos sofridos no parto mal chegam a ser vistos como violência, embora se trate de uma grave violação aos direitos humanos das mulheres, ferindo seus direitos sexuais e reprodutivos, seu direito à saúde e a dignidade da pessoa humana.

4 VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA COMO VIOLAÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS

Ao se compreender que os direitos humanos constituem-se como um conjunto de direitos considerados fundamentais e indispensáveis a uma vida humana com fundamento nos ideais de liberdade, igualdade e dignidade (RAMOS, 2017, p. 29), constata-se que a violência obstétrica é uma forma de violação aos direitos humanos da mulher.

A Organização Mundial da Saúde - OMS se manifestou sobre essa questão assumindo a violência obstétrica como ofensa aos direitos humanos na declaração sobre “Prevenção e eliminação de abusos, desrespeito e maus-tratos durante o parto em instituições de saúde”, ainda que não utilize o termo específico, ao explanar que:

> Todas as mulheres têm direito ao mais alto padrão de saúde atingível, incluindo o direito a uma assistência digna e respeitosa durante toda a gravidez e o parto, assim como o direito de estar livre da violência e discriminação. Os abusos, os maus-tratos, a negligência e o desrespeito durante o parto equivalem a uma violação dos direitos humanos fundamentais das mulheres, como descrevem as normas e princípios de direitos humanos adotados internacionalmente. Em especial, as mulheres grávidas têm o direito de serem iguais em dignidade, de serem livres para procurar, receber e dar informações, de não sofrerem discriminações e de usufruírem do mais alto padrão de saúde física e mental, incluindo a saúde sexual e reprodutiva. (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2014, p. 1-2)

Nota-se, assim, que a violência obstétrica atinge as mulheres violando seus direitos de diversas maneiras, como o direito à saúde e os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres.

O direito humano à saúde foi enunciado no artigo 25º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que dispõe que:

> Toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários [...]” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU, 2009, p. 13).

Faz-se necessário ressaltar que mesmo sem possuir um artigo dedicado exclusivamente a ele neste documento tão importante, o direito à saúde é considerado pela Declaração como um dos requisitos mínimos para a subsistência.

Ainda, verifica-se a violação aos direitos sexuais e reprodutivos da mulher, que são conceituados no Relatório da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, em seu capítulo VII, 7.3, da seguinte maneira:

> [...] os direitos de reprodução abrangem certos direitos humanos já reconhecidos em leis nacionais, em documentos internacionais sobre direitos humanos e em outros documentos de acordos. Esses direitos se baseiam no reconhecido direito básico de todo casal e de todo indivíduo de decidir livre e responsavelmente sobre o número, o espaçamento e a oportunidade de seus filhos e de ter a informação e os meios de assim o fazer, e o direito de gozar do mais alto padrão de saúde sexual e de reprodução. Inclui também seu direito de tomar decisões sobre a reprodução, livre de discriminação, coerção ou violência, conforme expresso em documentos sobre direitos humanos. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1994, p. 62)

A concepção dos direitos sexuais e reprodutivos é uma construção recente, como consequência de reflexões e análises teóricas acerca desses direitos humanos individuais e coletivos. Inclusive afirma Barsted (2005, p. 15) que se tratam de direitos de cidadania, além da liberdade e da autonomia, que são tolhidos na ocorrência de casos de violência obstétrica.

Ratificando essa ideia, Sarlet (2012, p. 609-610) assinala que, dentro dos direitos fundamentais no ordenamento jurídico brasileiro, se encontra a proteção à maternidade, que deve ser compreendida conjuntamente com outros direitos fundamentais, especialmente com o direito à saúde, à integridade física e psíquica e também o direito à vida, baseando-se no princípio da dignidade da pessoa humana.

Ou seja, demonstra-se inequívoca e manifesta a ideia de que a violência obstétrica se trata deuma forma sólida e hedionda de violação aos direitos humanos da mulher.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível constatar que o sistema de gênero baseado no patriarcado rege a vida das mulheres a todo instante, porém se intensifica e se evidencia em determinados momentos, como nas questões dos direitos sexuais e reprodutivos.

Foi o que aconteceu com o parto, que possui um histórico de apropriação do conhecimento por parte dos homens, além da intensa medicalização e institucionalização, com a consequente patologização do processo e transformação de seu protagonismo, culminando no fenômeno da violência obstétrica.

Essa violência que atinge as mulheres no período de gestação, parto e puerpério através de inúmeras formas de violações, desrespeitos e maus-tratos é um dos abusos mais cruéis que podem ocorrer com as mulheres, uma vez que as vítimas se encontram em um período de grande vulnerabilidade que intensifica seu sofrimento.

É comum encontrar autores citando que a violência obstétrica é uma forma de violência de gênero, sem, contudo, esclarecer as motivações dessa relação, de forma que a ideia que acaba sendo transmitida é a de que isso ocorre simplesmente por se tratar de uma violência contra a mulher.

Através do exposto acima, buscou-se demonstrar que trata-se de violência de gênero não apenas por essa razão, mas também porque as mulheres estão inseridas em um contexto social de dominação em função de sua condição feminina e dos seus papéis socialmente designados, ficando suscetíveis a isso pelas relações de poder do patriarcado.

As mulheres ainda acabam sendo culpabilizadas e têm suas dores justificadas pelo sistema social histórico em que estão inseridas, mesmo que sejam vítimas dentro de um processo que as invisibiliza e ocasiona sofrimentos que poderiam ser evitados.

Dessarte, mesmo que extremamente difícil consolidar a ideia da violência obstétrica como violência de gênero e, mais ainda, como uma ofensa aos direitos humanos, são crescentes os esforços para que ela assim seja compreendida a fim de que as mulheres enfim sejam respeitadas.

O propósito do presente artigo era o de expor essa perspectiva acerca do assuntoe a intenção é que o tema continue a ser discutida pela participação no Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares sobre Saúde Reprodutiva, Comunicação em Saúde e Direitos Humanos da Universidade Estadual de Ponta Grossa – Paraná/BR.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Janaiky Pereira de. **As multifaces do patriarcado**: uma análise das relações de gênero nas famílias homoafetivas. 2010, 116 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/9412/1/arquivo332_1.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2019.

ALVARENGA, Sarah Pereira; KALIL, José Helvécio. Violência obstétrica: como o mito "parirás com dor" afeta a mulher brasileira. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**. Três Corações, v. 14, n. 2, ago./dez. 2016. Disponível em: <http://periodicos.unincor.br/index.php/revistaunincor/article/view/2755/pdf_562>. Acesso em: 14 mar. 2019.

ASSIS, Jussara Francisca de. Violência obstétrica enquanto violência de gênero e os impactos sobre as mulheres negras a partir de uma revisão integrativa. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL ENLAÇANDO SEXUALIDADES, 5., 2017, Salvador. **Anais...** Salvador: UNEB, 2017. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/enlacando/trabalhos/TRABALHO_EV072_MD1_SA30_ID1268_07082017222543.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2019.

BARSTED, Leila Linhares. Conquistas da sexualidade no campo do direito. **Sexualidade - Gênero e Sociedade**. Rio de Janeiro, ano 12, n. 23, p. 160-172, out. 2005.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. Vol.2: A Experiência Vivida. Difusão Européia doLivro, 1967.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Direitos sexuais, direitos reprodutivos e métodos anticoncepcionais**. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/direitos_sexuais_reprodutivos_metodos_anticoncepcionais.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2019.

BRENES, Anayansi Correa. História da parturição no Brasil, século XIX. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 135-149, jun. 1991. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v7n2/v7n2a02.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2019.

CUNHA. Bárbara Madruga da. Violência contra a mulher, direito e patriarcado: perspectivas de combate à violência de gênero. In:JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 16., 2014, Curitiba. **Anais...** Curitiba: UFPR, 2014. Disponível em: <http://www.direito.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2014/12/Artigo-B%C3%A1rbara-Cunha-classificado-em-7%C2%BA-lugar.pdf>. Acesso: em 14 mar. 2019.

DINIZ, Simone Grillo; D'OLIVEIRA, Ana Flávia Pires Lucas.Genderviolenceandreproductivehealth. **InternationalJournalofGynecology&Obstetrics**. Hoboken, v. 63, n. 1, p. 33-42, dez. 1998. Disponível em: <https://obgyn.onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1016/S0020-7292%2898%2900182-9>. Acesso em: 18 mar. 2019.

MARIANI, Adriana Cristina; NASCIMENTO NETO, José Osório do. Violência obstétrica comoviolência de gênero e violênciainstitucionalizada: brevesconsiderações a partir dosdireitos humanos e do respeitoàs mulheres. **Cadernos da Escola de Direito (UNIBRASIL)**. Curitiba, v. 2, n. 25, p. 24-33, 2016. Disponível em: <http://revistas.unibrasil.com.br/cadernosdireito/index.php/direito/article/view/865>. Acesso em 22 mar. 2019.

MASCARENHAS, Ana Cristina De Souza Serrano; PEREIRA, Graciele De Rezende Alves. A Violência Obstétrica Frente Aos Direitos Sociais Da Mulher. **Revista Eletrônica de Estudos Jurídicos e da Sociedade**. Guaxupé, v. 6, n. 1, p. 1-80, 2017. Disponível em: <https://www.unifeg.edu.br/revista/artigos-docentes/2017/A_Violencia_Obstetrica.pdf>. Acesso em 22 mar. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Rio de Janeiro: UNIC, 2009. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>. Acesso: em 14 mar. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Relatório da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento**. Cairo, 1994. Disponível em: <http://www.unfpa.org.br/Arquivos/relatorio-cairo.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2019.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Prevenção e eliminação de abusos, desrespeito e maus-tratos durante o parto em instituições de saúde**. Genebra, 2014. Disponível em: <http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/134588/3/WHO_RHR_14.23_por.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2019.

RAMOS, André de Carvalho. **Curso de Direitos Humanos**. São Paulo: Saraiva, 2017.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Anna Marcella Mendes dos. **Violência obstétrica:** relações entre gênero e poder. 2016. Disponível em: <https://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=16211>. Acesso em: 18 mar. 2019.

SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Curso de Direitos Constitucional**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

SEIBERT, Sabrina Lins et al. Medicalização x Humanização: o cuidado ao parto na História. **Revista Enfermagem UERJ**. Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 245-251. maio/ago. 2005. Disponível em: <http://www.facenf.uerj.br/v13n2/v13n2a16.pdf>. Acesso em:14 mar. 2019.

SILVA, Sílvia Elaine da. **Violência obstétrica**: uma violação aos direitos humanos da mulher. 2017, 116 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharelado em Direito) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2017.

TEIXEIRA, Neuma ZamarianoFanaia; PEREIRA, Wilza Rocha. Parto hospitalar – experiências de mulheres da periferia de Cuibá-MT. **Revista Brasileira de Enfermagem**. Brasília, v. 59, n. 6, nov./dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reben/v59n6/a04.pdf>. Acesso em:14 mar. 2019.

TESSER, Charles Dalcanale et al. Violência obstétrica e prevenção quaternária: o que é e o que fazer. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**. Rio de Janeiro, v. 10, n. 35, abr./jun. 2015. Disponível em: <https://www.rbmfc.org.br/rbmfc/article/view/1013/716>. Acesso em 22 mar. 2019.

VASCONCELOS, Desirée Cristina Rodrigues; FORMIGA, Fernanda Fernandes de Oliveira. Rompendo o silêncio sobre violência obstétrica a partir do caso Alyne Pimentel. **IX SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS DA UFPB 2016**. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/ixsidh/ixsidh/paper/view/4296>. Acesso em:14 mar. 2019.

VENEZUELA. **LeyOrgánica Sobre elDerecho de LasMujeres a una Vida Librede Violencia**. Disponível em:<https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/BDL/2008/6604.pdf>. Acesso em 12 mar. 2019.

WERNER, Rosilea Clara; BOURGUIGNON, Ana Maria; MALANOWSKI, Lara Carolina; GASPERIN, Helena Guimarães. A violência obstétrica como expressão da violência de gênero: exemplos de violência física no parto. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS, 2., 2017, Ponta Grossa. Anais... Ponta Grossa: UEPG, 2017. Disponível em: <http://sites.uepg.br/simposiocsa/docs/gt6/007.pdf>. Acesso em 16 mar. 2019.

O CONSUMO DAS INFORMAÇÕES JORNALÍSTICAS E ENTRETENIMENTO TELEVISIVO PELAS MULHERES DE ITAIACOCA

Luana Sandra Souza (UEPG)

RESUMO
Este artigo tem o objetivo de estudar como se dá o consumo de informações jornalísticas e programas de entretenimento pelas mulheres de Itaiacoca, distrito rural de Ponta Grossa, através da televisão. O trabalho parte do pressuposto de pensar consumos midiáticos em diferentes âmbitos, para diferentes públicos. Por isso, para este trabalho tomo como objeto a localidade de Biscaia, a mais populosa e com mais serviços à disposição do distrito onde foram aplicados questionários para 11 moradoras no dia 27 de maio de 2017 com objetivo de entender o interesse delas na busca pelas informações, embasando metodologicamente a etnografia e a pesquisa exploratória.

Palavras-chave: Gênero. Consumo. Mulheres. Itaiacoca. Televisão.

INTRODUÇÃO

Os consumos midiáticos plurais nos ambientes rurais vem se desenvolvendo cada vez mais. O acesso aos meios de comunicação e a abrangência dos sinais analógicos e digitais para as áreas mais afastadas do ambiente urbano proporcionaram maior facilidade no consumo de informações e entretenimento pelas pessoas que moram em localidades rurais.

Atrelado a isso, o consumo que tem o rural como mediação, traz o interesse das mulheres - que moram em locais afastados da cidade - pela busca de informações, graças a expansão da tecnologia, fator que ajudou a modificar esse consumo. Esta tecnologia permitiu oportunidades em consumir notícias e demais programas de entretenimento.

Partindo deste pressuposto, este artigo buscou realizar um estudo na localidade de Biscaia, em Itaiacoca - distrito rural de Ponta Grossa - com o objetivo de compreender o consumo de notícias, através dos telejornais, e os programas de entretenimento, pelas mulheres que vivem nesta região. O trabalho também buscou entender que tipo de relação se dá entre a identidade destas mulheres e a dimensão que as informações e o entretenimento ocupam na vida delas.

Com este propósito, partiu-se da pergunta de como as competências midiáticas dos telejornais e demais programas televisivos, como as novelas por

exemplo, estabelecem vínculos entre as mulheres de Itaiacoca e quais sentidos podem ser gerados através do consumo de notícias? Outra pergunta de partida esteve relacionada a este novo conceito e mudanças do rural: como ele (rural) se apropria das informações jornalísticas produzidas e disseminadas pelo telejornal?

A escolha pelo distrito de Itaiacoca se deu pelo fato de que esta região integrou a pesquisa de mestrado, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), sobre a recepção e o consumo de notícias pelos moradores de Itaiacoca, distrito que apesar de ter características do rural, tem se desenvolvido economicamente através de outras atividades, além da agricultura. Fator este que pode ter sido influenciado pelo consumo midiático e, em especial, os telejornais. Para este artigo, a pesquisa se deu na localidade de Biscaia.

Pesquisar o consumo midiático das mulheres de Biscaia integrou a terceira justificativa deste trabalho onde é possível perceber que as moradoras de ambientes tidos como rurais se interessam em consumir informações jornalísticas e demais programas na televisão. Assistir aos telejornais, por exemplo, já virou um hábito. Além disso, o consumo nas áreas rurais é menos observado e estudado em comparação com os centros urbanos.

Os programas de entretenimento também chamam a atenção delas. Estas mulheres têm atividades diárias no trabalho de casa ou fora dela e, mesmo assim, buscam pelo consumo de informações, pois também querem garantir os seus lugares na sociedade. Já analisar a televisão é por se tratar de um meio presente em todas as casas da área rural, por ser um meio de comunicação de fácil acesso e por transmitir programações que chamam a atenção destas moradoras, como as novelas, por exemplo.

Ao todo, para este trabalho, foram aplicados 11 questionários em residências localizadas em duas ruas de Biscaia. O número justifica-se pela questão do tempo: foi possível aplicar apenas para 11 mulheres como forma de adequar as questões de gênero no desenvolvimento da pesquisa de mestrado até o presente momento.

O RURAL E A IDENTIDADE FEMININA COMO MEDIAÇÕES

Um fundamento teórico importante deste trabalho está ligado aos processos de mediação, proposto por Jesús Martín Barbero (2009), entre o cotidiano das mulheres da localidade de Biscaia, a identidade feminina, questões sociais e cultura

popular. Com base na recepção, o autor define que este é um processo que antecede e prossegue a ação de ver televisão e deve ser visto dentro de um espaço mediado. Veneza Ronsini e Renata da Silva (2011) complementam este pensamento:

> Entender a recepção sob a ótica do gênero pode nos ajudar a desvendar as conexões entre o consumo de bens midiáticos pelas mulheres e as constantes negociações de poder no interior das famílias. Além disso, pode ser a chave para compreendermos de que forma a mídia atua na reprodução da desigualdade de gênero ao mesmo tempo em que pode contribuir para a contestação dessa desigualdade. (RONSINI e SILVA, 2011, p. 3)

Com relação à mediação, Barbero (2009) comenta que frente a toda tendência culturalista, o valor do popular não reside em sua autenticidade ou em sua beleza, mas sim em sua representatividade sociocultural. [...] "Em sua capacidade de materializar e de expressar o modo de viver e pensar das classes subalternas, as formas como sobrevivem e as estratégias através das quais filtram, reorganizam o que vem da cultura hegemônica". (BARBERO, 2009, p. 113).

Nas questões socioculturais, Néstor Garcia Canclini (1999) ressalta que mudanças socioculturais estão ocorrendo em diversos campos, uma delas, de acordo com o autor, é a reformulação dos padrões de assentamento e convivência urbanos. Baseado nisso, pode-se lembrar do chamado 'novo rural', termo trazido por José Graziano da Silva (1999) e que pode ser composto por três subconjuntos:

> a) uma agropecuária moderna, baseada em *commodities* e intimamente ligada às agroindústrias, que vem sendo chamada de o agribusiness brasileiro;
> b) um conjunto de atividades não-agrícolas, ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços;
> c) um conjunto de 'novas' atividades agropecuárias, localizadas em nichos especiais de mercados. (SILVA, 1999, p. 9)

Para o autor, o meio rural brasileiro se urbanizou nas duas últimas décadas, como resultado do processo de industrialização da agricultura edo transbordamento do mundo urbano naquele espaço que tradicionalmente era definido como rural. O distrito de Itaiacoca, por exemplo, ainda configura-se como um ambiente rural, mas que possui características semelhantes ao urbano, principalmente, quando falamos em consumo da informação.

Neste aspecto, enquadram-se as moradoras da localidade de Biscaia que estão em busca do consumo dos telejornais e dos programas de entretenimento. Além disso, o autor complementa ao dizer que o consumo é visto como um lugar de

valor cognitivo, útil para pensar e agir na vida social. Para Ronsini e Silva (2011), a televisão, especialmente a ficção televisiva, apresenta uma gama de personagens que possibilitam processos de identificação. Segundo as autoras, a identidade de gênero, assim como a identidade social, é produto da sociedade e da cultura em que estamos inseridos.

Canclini (1999, p. 58) complementa esta visão ao afirmar que a aproximação da cidadania, da comunicação de massa e do consumo tem, entre outros fins, de reconhecer os novos cenários de constituição do público, levando, desta forma, a reconhecer a diversificação dos gostos em sua maioria, justificando assim a concepção democrática da cidadania.

ETNOGRAFIA E PESQUISA EXPLORATÓRIA NOS ESTUDOS DE GÊNERO

A metodologia deste trabalho foi conduzida pela aplicação de duas técnicas metodológicas: a etnografia e a pesquisa exploratória que ajudaram na observação do objeto estudado, neste caso, um estudo de gênero sobre as moradoras da localidade de Biscaia. Também conhecida como um método de pesquisa qualitativa, a etnografia pode ser desenvolvida em diversas áreas de estudos, assim como no campo da comunicação.

A observação, a entrevista e o diálogo são um dos principais componentes da etnografia, uma perspectiva de pesquisa tradicionalmente usada pelos antropólogos para estudar a cultura de um grupo social. (TEIS e TEIS, 2006, p.4). Segundo Mendes (2013, p. 286), a etnografia, definidora do campo antropológico, consiste em um esforço intelectual, em busca de alguns significados subjacentes à cultura de uma coletividade. Winkin (1998, p. 143) descreve o trabalho do antropólogo que consiste em escrever a sua experiência de campo. "O antropólogo extrai elementos brutos de seu diário e os reinsere como tais em seu relatório final, ao mesmo tempo por razões retóricas, mas também por razões de demonstração científica". (1998, p. 143).

As anotações das experiências e observações obtidas pelos antropólogos, através da etnografia, também podem ser realizadas em uma pesquisa de estudo em comunicação e também nos estudos de comunicação e gênero, como foi o caso da análise das mulheres de Itaiacoca. De acordo com Isabel Travancas (2014, p.

20), o antropólogo precisa descobrir, não apenas o que os seus nativos estão fazendo, mas também o que acham que estão fazendo.

Neste trabalho, o direcionamento dado relaciona parte da pesquisa de recepção em desenvolvimento no distrito rural de Itaiacoca voltado para o consumo midiático, aliando o interesse das moradoras locais em consumir informações e entretenimento. Conforme as autoras Jacks e Escosteguy (2005, p. 69), a recepção é um processo resultante da interação entre receptor/televisão/mediações, em que as últimas entram no jogo contínuo do ato de ver TV. "A TV, nesse sentido, também é uma mediação, como instituição social produtora de significados que ganham ou não legitimidade frente a sua audiência". Lopes (2011, p. 415) complementa que a tradição de audiência ou de recepção, embora adote uma abordagem mais cultural, revelou conexões paralelas entre as convenções da televisão e as estratégias de decodificação.

Assim como explica Cecília Peruzzo (2003), a investigação etnográfica está interessada em elaborar mapas descritivos dos modos de vida das regiões estudadas, neste caso, o distrito de Itaiacoca. Para a autora, o estudo se daria nas rotinas e todas as demais dimensões da vida cotidiana e do mundo da cultura. "Na área da comunicação ela tem sido usada para analisar os fenômenos comunicacionais, principalmente dos processos de recepção de mensagens dos meios de comunicação de massa". (2003, p. 11).

Na visão de Winkin (1998), quando um procedimento etnográfico é iniciado dentro da sociedade, é preferível começar por um campo cujos limites correspondam aos de um lugar público ou semipúblico. As técnicas da etnografia também podem estar associadas à pesquisa exploratória, que consiste em um mapeamento inicial em locais a serem estudados para a coleta de dados preliminares. Para este artigo foram aplicados questionários com o objetivo de buscar entender o que mais chama a atenção destas mulheres.

Conforme Bonin (2013), a pesquisa exploratória é importante para se aproximar do objeto a ser investigado e, dessa forma, perceber suas especificidades. O desenvolvimento da pesquisa exploratória, juntamente com a etnografia contribuem para a aproximação do objeto a ser investigado e, dessa forma, a perceber as principais características das moradoras de Biscaia e o consumo jornalístico nas áreas rurais. Seguindo a linha de Jiani Bonin, os

movimentos iniciais deste estudo se deram com técnicas de observação e aplicação de questionários para conhecer os moradores, seus costumes e o interesse delas com relação aos programas de informação e entretenimento disseminados pela televisão.

MÍDIA E O PÚBLICO FEMININO DE BISCAIA, DISTRITO DE ITAIACOCA

A visita à localidade de Biscaia aconteceu no dia 27 de maio de 2017. Para este estudo foi realizada uma pesquisa qualitativa. Para tanto, foi elaborado um questionário com perguntas abertas abordando, primeiramente, a profissão e a idade, fator importante para este estudo para entender melhor o perfil das moradoras desta localidade. Ao todo, foram 10 perguntas divididas por blocos.

O primeiro bloco tratou sobre o consumo de informações jornalísticas, qual o telejornal que chama mais a atenção, frequência que assiste aos noticiários, assuntos que mais chamaram a atenção naquela semana e para elas qual a importância de consumir notícias.

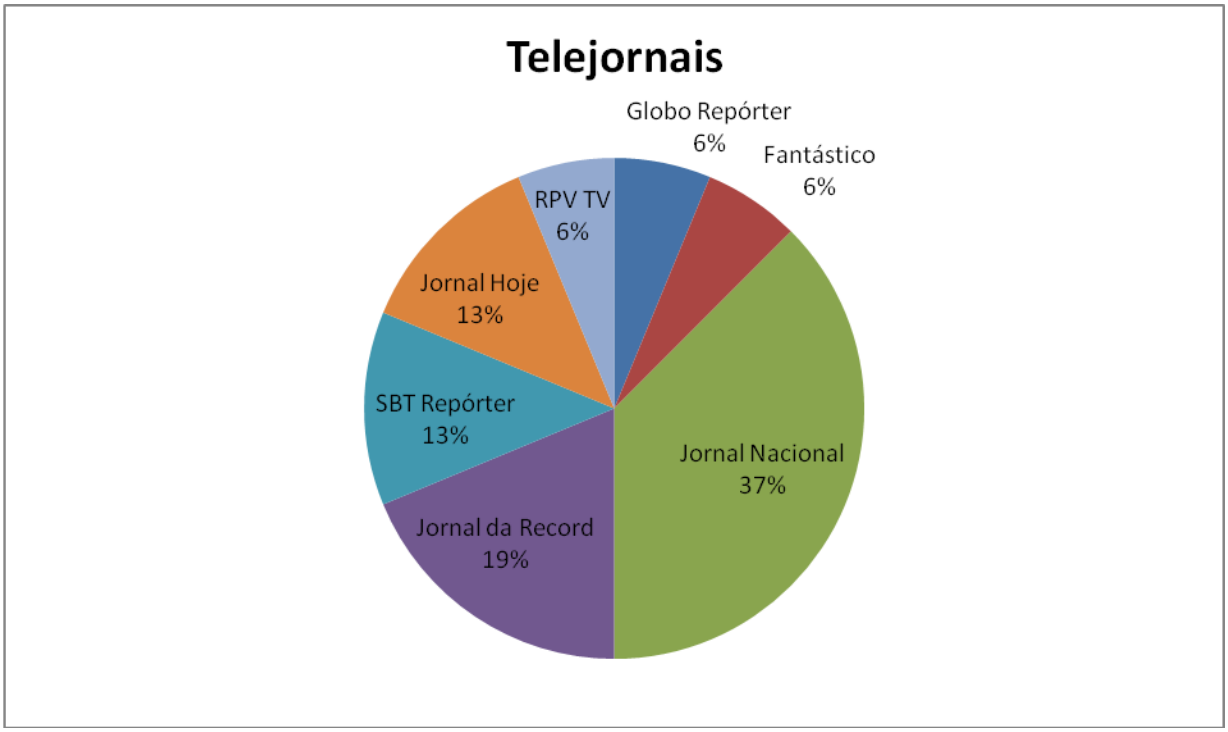
Já o segundo bloco tratava sobre entretenimento, programas que televisivos que elas mais assistem, horários, importância destes programas na visão delas, entre outras questões. A divisão por blocos se deu primeiramente para trazer o jornalismo à pesquisa e saber mais sobre o interesse pelo consumo de informações, além de agregar o interesse pelos programas de entretenimento na televisão.

Ao todo, foram aplicados 11 questionários em casas aleatórias da comunidade de Biscaia. O gráfico a seguir mostra os telejornais mais citados por elas durante a aplicação do questionário. Boa parte das participantes citou mais de um noticiário.

Gráfico 1

Consumo das informações jornalísticas pelas mulheres de Biscaia[1]

[1] Telejornais que mais apareceram durante a aplicação dos questionários. Algumas moradoras responderam mais de um programa.



Fonte: A autora

Conforme aponta o gráfico, o maior consumo entre as elas é o Jornal Nacional. Um fator interessante é de que o telejornal local pareceu muito pouco entre as respostas. No entanto, a justificativa é por conta da antena parabólica que, de acordo com as próprias moradoras, o sinal pega somente a Rede Globo e em rede nacional para algumas residências. Por isso, o consumo pelo Jornal Nacional apareceu como um dos telejornais nacionais mais consumidos pelas participantes.

Mesmo que o Jornal Nacional tenha sido o mais citado, outros telejornais também apareceram como respostas, à exemplo do Jornal Hoje (Rede Globo), SBT Repórter (SBT), Fantástico (Rede Globo), Globo Repórter (Rede Globo) e o Jornal da Record (Rede Record).

Tabela 1
Matérias mais assistidas pelas mulheres de 22 a 26 de maio[2]

Corrupção no Brasil
Lava-Jato
Depoimento do ex-presidente Lula ao juiz Sérgio Moro
Chacina durante show de Ariana Grande na Inglaterra
Escândalo presidente Michel Temer e JBS
Acidente com vítimas fatais em Campo Largo (PR)

[2] Reportagens que mais chamaram a atenção das mulheres durante a semana de 22 a 26 de maio.

Protestos em Brasília
Estudante baleado no campus da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

Fonte: A autora

Todos os temas no quadro acima foram trazidos por elas. Os termos utilizados na tabela estão exatamente iguais aos que foram citados pelas moradoras. Apesar de outros telejornais terem aparecido nas respostas, como o Globo Repórter, por exemplo, foi observado que temas ligados à política estão entre os mais citados e lembrados pelas moradoras. A próxima tabela vai apontar alguns dos motivos que levam estas mulheres a assistir aos telejornais.

Tabela 2
Por qual motivo assiste aos telejornais?[3]

Relatos de algumas mulheres durante a pesquisa exploratória	**Moradoras de Biscaia**
"Para saber mais sobre o INSS"	*Eva Paula da Silva, 59 anos, do lar[4].*
"Gosto de ficar informada do que acontece"	*Elisângela Aparecida Santos Delgobo, 42 anos, do lar.*
"Além das notícias, *eles* (telejornais) passam entretenimento"	*Joelma de Fátima Faria, 34 anos, do lar.*
"Gosto de saber o que acontece e ficar a par das notícias"	*Castorina Gonçalves de Souza Farias, 46 anos, do lar.*
"Os horários são flexíveis"	*Cristiane, 37 anos, servente escolar.*
"Ficar por dentro do preços dos produtos"	*Lúcia de Fátima de Paula, 42 anos, do lar.*

Fonte: A autora

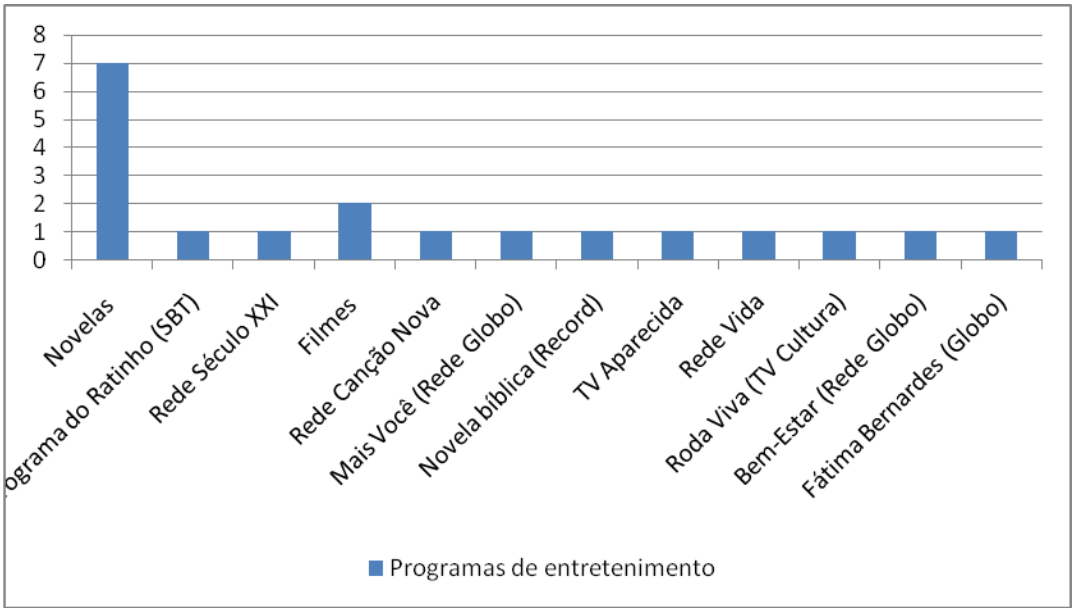
Os relatos acima apontam o interesse delas em estar sempre bem informadas. A vida pacata em um ambiente tido como rural, mas que já aponta muitas características do urbano, tem despertado o interesse delas em acompanhar os noticiários em horários diversos do dia. Com relação às profissões, 60% das entrevistadas são do lar, enquanto que as demais trabalham como servente escolar, domésticas, faxineiras e estudantes.

[3] Moradores relatam impressões e reportagens que chamaram a atenção nos telejornais assistidos por elas naquela semana.
[4] O termo 'Do lar' é como as moradoras de Itaiacoca querem ser chamadas. Desta forma, fiz uso do mesmo termo neste trabalho considerando e respeitando as suas identidades.

Considerando as questões relacionadas ao jornalismo nesta pesquisa, pôde-se observar que as notícias são importantes na vida das moradoras. Os temas relacionados à política foram os mais lembrados por elas naquela semana, assunto que representou uma importância significativa pelas consumidoras. Apesar de outros telejornais, que tratam de assuntos diferentes, terem aparecido nas respostas, os temas factuais foram os mais ressaltados por elas. O questionário da pesquisa também buscou saber quais programas voltados para o entretenimento mais chamam a atenção das moradoras. O gráfico a seguir mostra os programas mais citados por elas durante a aplicação dos questionários:

Gráfico 2

Consumo dos programas de entretenimento pelas mulheres de Biscaia[5]



Fonte: A autora

As novelas que são transmitidas pelas emissoras Globo, SBT e Record são os programas de entretenimento que são mais consumidos pelas mulheres de Biscaia. Os filmes aparecem em segundo lugar, enquanto que outros programas religiosos - Canção Nova, Novela Bíblica, TV Aparecida e demais atrações da TV aberta, à exemplo do Mais Você e Fátima Bernardes, também foram citados.

[5] Programas de entretenimento mais assistidos pelas mulheres de Biscaia. Algumas responderam mais de um tipo de programação.

Entre as justificativas aparece a moradora Joelma de Fátima Faria, 34 anos, onde relata o seu envolvimento com as novelas. A moradora Elisângela Delgobo, 42 anos, destaca o interesse nos programas religiosos por lhe trazer 'paz interior'. Já a moradora Eva da Silva, 59 anos, relatou que as novelas a fazem esquecer das 'coisas ruins. Apesar dos telejornais estarem presentes no consumo televisivo das moradoras, os programas de entretenimento têm o papel de trazer conforto e descanso à elas. Sentar no sofá e assistir uma novela ou a um programa religioso já virou parte da rotina diária.

Imagem 1

Mulheres e o consumo de programas de entretenimento em Biscaia

Lúcia de Fátima de Paula, 42 anos, assiste novela na companhia do filho. Créditos: Autora

A imagem mostra a proximidade da sala com cozinha, além da posição da televisão, o que representa que enquanto 'assiste' aos programas, a moradora Lúcia de Fátima realiza outras tarefas em casa, como almoço e jantar, por exemplo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da breve pesquisa desenvolvida em Biscaia, já foi possível identificar um pouco sobre a realidade e o cotidiano destas mulheres atrelado ao consumo de informações e entretenimento. Mesmo exercendo atividades que demandam tempo

como donas de casa, domésticas e faxineiras, as moradoras encontram tempo para assistir aos telejornais e aos demais programas transmitidos pela televisão.

Morar em regiões afastadas do meio urbano não é mais uma desvantagem quando se fala de acesso à informação, principalmente, por conta da facilidade que se tem hoje com os mais diversificados meios de comunicação, à exemplo do celular e da internet, que hoje abrangem até as localidades mais afastadas dos centros urbanos. Com o uso da pesquisa exploratória e da observação em cada residência, onde os questionários foram aplicados, observou-se que as melhorias na área rural e a busca das mulheres pela informação proporcionaram um aumento dos interesses pelo consumo de notícias.

Notícias e programas de entretenimento na televisão não são consumidos à toa e as próprias moradoras justificam os motivos que as levam a buscar por um programa religioso, ou por uma telenovela. Estar informada é um fator importante na vida de cada uma delas. Mas descansar acompanhada de um canal religioso ou a trama de uma novela também faz parte da rotina diária. Cada programação tem o seu espaço e o seu horário de ser consumido.

Por fim, com a crescente transformação do rural, as moradoras também sentiram esta necessidade de procurar se 'aproximar do mundo' adquirindo o hábito de assistir aos telejornais, fato que também se tornou diário na vida delas. As transformações do rural não estão somente relacionadas às atividades paralelas à agricultura mas, também, às mudanças culturais e aos hábitos de vida dos moradores que buscam, cada vez mais, garantir os seus lugares na sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBERO, Jesús Martin. **Dos Meios às Mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. 6ª ed. Rio de Janeiro. Editora UFRJ, 2009.

BONIN, Jiani Adriana; ROSÁRIO, Nísia Martins. Processualidades metodológicas: Configurações transformadoras em Comunicação. In: BONIN, Jiani Adriana. **A pesquisa exploratória na construção de investigações comunicacionais com foco na recepção**. Florianópolis: Insular, 2013.

CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e cidadãos:** conflitos multiculturais da globalização. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

JACKS, Nilda; ESCOSTEGUY, Ana Carolina. **Comunicação e Recepção**. 4. ed. São Paulo: Hacker Editores, 2005.

JACKS, Nilda; SOUZA, Maria Carmen Jacob de. Mídia e Recepção: televisão, cinema e publicidade. In: ROCHA, Simone Maria; MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. **A interseção do processo comunicativo:** o diálogo entre produção e recepção. Salvador: EDUFBA, 2006.

LOPES, Maria ImmacolataVassallo. *Uma agenda metodológica presente para a pesquisa de recepção na América Latina*. In: JACKS, Nilda (org.); MARROQUIN, Amparo; VILLARROEL, Mônica; FERRANTE, Natalia. **Análisis de recepción en América Latina**: un recuento histórico con perspectivas al futuro. Quito: Ciespal, 2011.

MENDES, Glaucia. A construção da notícia sob a ótica etnográfica: contribuições da antropologia para estudos de jornalismo. **Comunicação e Sociedade**. São Bernardo do Campo, 2013.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. **Da observação participante à pesquisa-ação em comunicaç**ão: pressupostos epistemológicos e metodológicos. IN: Intercom XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – BH/MG 2 a 6 de setembro, 2003.

RONSINI, Veneza Mayora; SILVA, Renata Córdova da. **Mulheres e telenovela: a recepção pela perspectiva das relações de gênero**. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, Brasília, v. 14, n.1, jan/abr. 2011. Disponível em: <http://compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/view/519/506>. Acesso em: 23 de junho de 2017.

TEIS, Denize Terezinha; TEIS, Mirtes Aparecida. **A abordagem qualitativa**: a leitura no campo de pesquisa, 2006. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/teis-denize-abordagem-qualitativa.pdf>.

TRAVANCAS, Isabel Siqueira. **A experiência do trabalho de campo no universo da comunicação**. Extraprensa, 2014. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/85142/88027>.

WINKIN, Ives. Descer ao campo. In: **A Nova Comunicação:** da teoria ao trabalho de campo. Campinas: Papirus Editor, 1998.

ANÁLISE DO PRIMEIRO ANO DE ATUAÇÃO DO NUMAPE-UEPG: A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E PERFIL DAS ATENDIDAS EM 2018

Susana Maria Bertmeyer (UEPG)
Gabriel Biscaia Carneiro da Silva (UEPG)
Sandy Isabella Dainelli (UEPG)
Ágatha Tullio (UEPG)
Viviane Luísa Berger Silva (UEPG)

RESUMO
A violência doméstica ou familiar contra a mulher é um problema enfrentado pela sociedade. Assim, foi criada a Lei Maria da Penha, nº 11.340/06. Com base nela, instituiu-se o projeto Núcleo Maria da Penha. Já contando com um ano de atuação, perguntou-se qual o perfil da usuária atendida. Foi necessário conceituar violência de gênero, explicar as áreas de atuação do projeto e analisar os dados coletados durante o ano de 2018. Utilizou-se do método quanti-qualitativo, da pesquisa bibliográfica e documental. O referencial teórico adotado reuniu autores como Saffioti (2001), Teles e Melo (2003). Entendeu-se que o perfil da usuária corresponde aos dados nacionais, mas contém diferenciais devido a singularidade do atendimento do projeto.

Palavras-chave: Mulher. Violência. Quanti-qualitativo. Dados.

1 INTRODUÇÃO

A temática abordada na pesquisa está inserida no campo das violências contra a mulher, na busca de defender a ordem social, o Estado pode proporcionar instituições exclusivas para defender a mulher que tenha seu direito lesado. As mulheres podem sofrer diversas violências, inclusive dentro da própria casa, a chamada violência doméstica, por isso a necessidade da Lei Maria da Penha, que elenca cinco tipos de violência: a física, a psicológica, a moral, a sexual e a patrimonial.

Uma das contrapartida do Estado para auxiliar a mulher pode vir através de órgãos da rede de proteção à mulher, como o NUMAPE (Núcleo Maria da Penha), que proporciona atendimento gratuito nas áreas de direito, psicologia e serviço social. Assim, o presente artigo vem para delinear um perfil da usuária atendida no órgão citado, e por isso foi-se explanado sobre os conceitos de violência de gênero, sobre a atuação de cada departamento do NUMAPE e sobre dispositivos legais, como, a Lei Maria da Penha.

Por isso, utilizou-se como marco teórico os autores: Saffioti (2001) e Telles e Melo (2003), entre outros que discorrem sobre o tema. Assim, a pesquisa se caracteriza como bibliográfica e documental e se deu pelo método quanti-qualitativo, por ter interesse no papel organizador dos seres humanos e por trazer a análise de dados coletados no Núcleo Maria da Penha comparado com dados nacionais, como o DataSenado.

A relevância desse trabalho, academicamente, se dá pela compreensão de que a violência doméstica ou familiar não é um problema apenas de uma área do conhecimento, mas é uma questão interdisciplinar e, socialmente, pelas índices crescentes de violência que temos observados. Os resultados mostraram que há, ao mesmo tempo, uma aproximação e um afastamento do perfil das usuárias do Núcleo e do perfil das entrevistadas nacionalmente, dependendo do critério em consideração.

2 DESENVOLVIMENTO E RESULTADOS

2.1 VIOLÊNCIA, GÊNERO E MULHER

Frequentemente observa-se notícias, fatos, discussões, que englobam a temática violência e suas mais diversas expressões; são múltiplas as definições que compreendem o tema. Segundo Teles e Melo (2003, p. 15):

> violência, em seu significado mais frequente, quer dizer uso da força física, psicológica ou intelectual para obrigar outra pessoa a fazer algo que não está com vontade; é constranger, é tolher a liberdade, é incomodar, é impedir a outra pessoa de manifestar seu desejo e sua vontade, sob pena de viver gravemente ameaçada ou até mesmo ser lesionada ou morta. É um meio de coagir, de submeter outrem ao seu domínio, é uma violação dos direitos essenciais do ser humano.

Segundo Minayo e Souza (1998, *apud* COELHO *et al,* 2014, p.12), a violência pode ser considerada como “qualquer ação intencional, perpetrada por indivíduo, grupo, instituição, classes ou nações dirigidas a outrem, que cause prejuízos, danos físicos, sociais, psicológicos e (ou) espirituais”.

Além das variadas concepções das quais a violência dispõe, também são múltiplas as expressões advindas da temática, dentre elas, a violência de gênero. O termo gênero pode ser empregado em diversos sentidos, entre eles: “[...] espécie, como quando falamos do gênero humano. [...] Tem a ideia de estilo ou da natureza

de uma manifestação artística, quando se fala em gênero literário ou gênero dramático, entre outros tantos." (TELES; MELO, 2003, p. 16).

Saffioti (2004, p. 116), pontua gênero como o termo que "[...] diz respeito às representações do masculino e do feminino, a imagens construídas pela sociedade a propósito do masculino e do feminino, estando estas inter-relacionadas". Por diversas vezes, tais representações entre masculino e feminino apresentam um caráter de subordinação entre estes; ao que tange os estudos de gênero, predominam as análises que relacionam o homem e a mulher como esta subordinada àquele.

Recorrendo às considerações de Dias (2010, p.1), as relações tradicionais de gênero fazem parte uma cultura arcaica:

> [...] afirma ser o homem superior à mulher, os homens assimilaram este desajuste e passaram a exigir das mulheres total submissão às suas ordens e desordens. [...] As relações de gênero estão marcadas pela relação de poder onde prevalecem o conceito de subordinação dos recursos e bens familiares, aumentando assim seu poder de decisão e domínio sobre a mulher.

A partir de relações pautadas à subordinação e dominação, surgem relações de gênero baseadas na superioridade de determinados segmentos sociais sobre outros, desta forma, propiciando a ocorrência de situações de violência dentre os envolvidos em tais relações.

Se relacionado à violência, gênero trata-se de um conceito amplo, que engloba diversos segmentos como, por exemplo, crianças e adolescentes de ambos e sexos, e também mulheres. Considerando sua abrangência, a desigualdade entre homens e mulheres pode ser considerada como a expressão da violência de gênero mais frequente dentre as sociedades, desdobrando-se em outra categoria: a violência contra a mulher.

O termo violência contra a mulher surgiu por volta da década de 70, através do movimento feminista e das concepções de gênero, por ser a mulher, o principal alvo da violência de gênero. Para Teles e Melo (2003, p. 19):

> A própria expressão "violência contra a mulher" foi assim concebida por ser praticada contra pessoa do sexo feminino, apenas e simplesmente pela sua condição de mulher. Essa expressão significa a intimidação da mulher pelo homem, que desempenha o papel de seu agressor, seu dominador e disciplinador.

Segundo Pinafi (2007, p. 1), a violência contra a mulher pode ser definida como "toda e qualquer conduta baseada no gênero, que cause ou passível de

causar morte, dano ou sofrimento nos âmbitos: físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública quanto na privada". Além disso, considera que a violência contra a mulher é um resultado de construções históricas, sendo assim, passíveis de desconstrução.

Assim, surgem intervenções no sentido de atender às questões de violência contra a mulher, tratando sobre o atendimento às mulheres em situação de violência, bem como a proteção destas e ações de enfrentamento à violência contra a mulher. Um importante marco histórico brasileiro quanto à violência contra a mulher, foi a promulgação da lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha.

2.2 LEI MARIA DA PENHA

A lei nº 11.340/06 contribuiu para uma maior atenção à essas situações de violência contra a mulher, bem como criou mecanismos para coibir a violência doméstica ou familiar contra a mulher. (BRASIL, 2006). A violência abrangida por esta lei é aquela baseada no gênero, contra a mulher, dentro das relações familiares, no ambiente doméstico ou em relações íntimas de afeto. (BRASIL, 2006.)

Nesse sentido, o art. 1º, §1º e o art. 8º da lei nº 11.340/06 estabelecem que o poder público, em todos os níveis da federação, deverá promover políticas de enfrentamento à violência doméstica ou familiar contra mulher. (BRASIL, 2006). Dessa forma, o Núcleo Maria da Penha da Universidade Estadual de Ponta Grossa (NUMAPE-UEPG), cumpre em parte esse dever, atendendo de maneira singular mulheres nessa situação.

2.3 O NÚCLEO MARIA DA PENHA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

O Núcleo Maria da Penha (NUMAPE) desenvolve atividades no âmbito da Universidade Estadual de Ponta Grossa, e o faz sob a supervisão da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior que atuando desde outubro de 2007 define e executa políticas públicas nas áreas da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, por

meio de ações extensionistas junto às universidades e faculdades públicas do Paraná, estando em mais de 200 municípios.

A Universidade Estadual de Ponta Grossa, por meio do NUMAPE, executa atividades de extensão que são articuladas com o ensino e a pesquisa. O Núcleo Maria da Penha vinculado a Universidade Estadual de Ponta Grossa atua desde janeiro de 2018 com atendimento ao público gratuito. As atividades rotineiras do Numape incluem orientações jurídicas sobre a Lei Maria da Penha, como a solicitação de medidas protetivas, esclarecimento as mulheres em situação de violência sobre as ações que podem ser ajuizadas para garantia de seus direitos tanto na esfera criminal, quanto na cível ou então na área de família, além de encaminhamentos ao Cejusc para inclusão em seus programas. Há ainda a parceria com o Núcleo de Práticas Jurídicas para o ajuizamento de ações de família, onde a violência doméstica contra a mulher está presente, a equipe do setor de direito do Numape, ainda, realiza o acompanhamento dessas usuárias do serviço nos órgãos competentes como Delegacia da Mulher, Nucria e Delegacia do Adolescente.

A equipe de Serviço Social, através das dimensões teórico metodológica, ético política, e técnico operativa, identifica quais os direitos garantidos legalmente a usuária do NUMAPE não estão sendo efetivados, para que, diante da situação supracitada, a equipe possa buscar a garantia de tais direitos. Outrossim, o setor de Serviço Social trabalha em rede com os demais órgãos da rede de garantia de direitos do Município de Ponta Grossa – PR. Ademais, executa a elaboração de relatórios, estudos e pareceres sociais, os quais compõem os processos judiciais dos quais o referido Núcleo atua.

A equipe da área de Psicologia desempenha atendimentos Psicológicos aplicados em clínica ampliada, são atendimentos contínuos, com o acompanhamento das preservação e/ou prejuízos de fatores cognitivos que envolvem a saúde mental durante todo o processos das usuárias atendidas pelo Numape, além disso a Psicóloga desempenha funções de diagnósticos frente a violências psicológicas relevantes para a justificativa dos pedidos de medida protetiva.

O Trabalho da Psicologia dentro do Numape se caracteriza pelos atendimentos individuais com cerca de 1 hora de duração, se enquadrando na intervenção com ampliação de foco, com especialidade no acolhimento da mulher

em sofrimento psíquico, essa clínica ampliada é entendida como algo além da psicoterapia individual, pois aqui o profissional vai até o paciente para oferecer o atendimento profissionalizado. O objetivo do atendimento Psicológico com mulheres em situação de violência, seja ele individual ou participante de grupos terapêuticos, é a volta da condição de sujeito, a elevação de sua autoestima, a significação de seus desejos e vontades. Para que se facilite a busca por sua real identidade, seu empoderamento irá contribuir para que essa mulher se retire da condição de alienada de si mesma afinal esse processo subjetivo de prejuízo psíquico continua ativo mesmos após o fim da relação abusiva. (MONTEIRO, 2012).

Portanto, o Psicólogo estará trabalhando para a ressignificação de sua identidade e subjetividade, como mulher, livre e controladora de seus interesses.

Quanto à atuação da equipe do setor de serviço social, esta é uma profissão que intervém na realidade social utilizando de instrumentos e técnicas aliados aos elementos teóricos, éticos e políticos da profissão. Profissional e estagiário de serviço social compõe à equipe multidisciplinar do Núcleo Maria da Penha (UEPG), e sua atuação inclui atendimento às usuárias, visando a garantia de direitos das mulheres em situação de violência, desenvolvimento de pesquisas, trabalhos e projetos de informação e prevenção à violência contra a mulher.

O setor de serviço social atua com as demais áreas no primeiro contato da mulher com o Núcleo, em forma de acolhimento à usuária, e por meio dos instrumentais técnico-operativos da profissão, principalmente a escuta qualificada e observação, identifica a situação e suas demandas. Cabe ao setor de serviço social fazer os encaminhamentos necessários aos outros órgãos da rede e orientações à mulher sobre seus direitos e procedimentos, como colocam Lisboa e Pinheiro (2005, p. 205):

> em relação à temática da violência contra a mulher, o projeto ético-político convida os profissionais de Serviço Social a desempenhar seu papel, orientando, discutindo estratégias e encaminhando as mulheres para onde possam receber atendimento eficiente e ter seus direitos garantidos.

Também faz-se essencial o uso da Entrevista Social como instrumental do Assistente Social no NUMAPE-UEPG. Este é um documento de competência do profissional, que permite compreender a realidade da mulher atendida para além da situação de violência. Através da Entrevista Social, são produzidos Relatórios Sociais, podendo ser anexado ao processo jurídico como parecer, além de ser uma

fonte de dados para identificação de demandas da Rede de Proteção e para elaboração de pesquisas e trabalhos referente à temática da violência doméstica ou familiar contra a mulher. O relatório contém metodologias qualitativas que, como pontuado por Lisboa e Pinheiro (2005, p. 206):

> são especialmente recomendadas nessa área, pois permitem visualizar um fenômeno (o da violência) que permaneceu durante muito tempo invisível, dando voz às mulheres que, por sua vez, também permaneceram durante muito tempo silenciadas.

A formação e atuação do Assistente Social está em concordância com o caráter humanizado de atendimento à mulheres em situação de violência do Núcleo Maria da Penha, o que torna esse profissional essencial na composição da equipe multidisciplinar e no enfrentamento à violência contra a mulher, e ressalta-se sua importância em projetos de extensão, como pontuado por Tullio; Lara e Lavoratti (2018, p. 2):

> essencialidade da inserção da profissão em Projetos de Extensão, considerando que estes, além da prestação de serviços à comunidade, prezam pela contribuição à produção de conhecimentos, através da prática investigativa aliada à prática interventiva.

A área jurídica do NUMAPE-UEPG tem atribuições para solicitar medidas protetivas de urgência previstas na lei nº 11.340/06. Mas além disso, a equipe realiza o atendimento jurídico às mulheres em situação de violência doméstica ou familiar, informando-as sobre seus direitos e sobre o trâmite processual correspondente em cada caso. Também é feito o acompanhamento processual da medida protetiva, acompanhamento até a Delegacia da Mulher e aos demais órgãos jurídicos da rede de enfrentamento à violência contra a mulher. Contempla ainda à equipe jurídica do NUMAPE-UEPG a pesquisa jurisprudencial sobre casos de violência contra a mulher, a atualização dos diplomas normativos sobre o tema e a pesquisa doutrinária pertinente.

2.4 COMPARAÇÃO DE DADOS NACIONAIS COM A BASE DE DADOS DO NUMAPE-UEPG

O Brasil, através de pesquisa realizada pelo DataSenado, verificou em 2017 os seguintes números sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher, entrevistando mulheres que sofreram ou não violência: 67% das mulheres que já sofreram violência responderam ter sofrido violência física; 47% já havia sofrido

violência psicológica; 36% respondeu ter sofrido violência moral; 15% violência sexual e 8% violência patrimonial. (DATASENADO, 2017).

Em comparação aos dados do Núcleo Maria da Penha, em que os dados são preenchidos pelos membros do projeto de extensão, após uma conversa prévia com a mulher que procura o atendimento para violência doméstica ou familiar contra a mulher, temos que a violência de maior incidência, dentro dos 105 casos atendidos em 2018 foi a psicológica, em que 93,3% das mulheres apresentaram situações dessa modalidade de violência; 57% das mulheres relataram alguma situação de violência física; 35% apresentaram alguma situação de violência patrimonial; 30,5% relataram alguma situação de violência moral e 15% relataram violência sexual. Cabe observar o diferencial no atendimento do Núcleo Maria da Penha da UEPG perante esses dados, em que, por haver um atendimento humanizado e também uma profissional da área de psicologia, é mais fácil a identificação de violências psicológicas. Além disso, outro fator que motiva os dados é o preenchimento pelos membros da equipe, não sendo apenas a resposta objetiva da mulher ao banco de dados.

Das mulheres que responderam o DataSenado 2017, 26% das mulheres não possuíam renda, no Núcleo, 12% não possuíam renda. 55% das mulheres recebiam até 2 salários mínimos, no Núcleo 76% estão nessa faixa de renda. 18% das mulheres responderam ao DataSenado que recebem mais do que 2 salários mínimos, enquanto no Núcleo, 12% se incluem nessa faixa. (DATASENADO, 2017).

Quanto à escolaridade, 15% das mulheres responderam ao DataSenado que terminaram o ensino superior, no Núcleo, apenas 6% possuem ensino superior completo. Ainda, em âmbito nacional, 37% das mulheres responderam ter ensino médio completo, no Núcleo 34% estão nessa categoria. Apenas 7,6% das mulheres atendidas pelo NUMAPE-UEPG em 2018 possuem ensino fundamental completo, em contrapartida, para o DataSenado, 49% das mulheres responderam que possuíam. Aqui é importante levar em consideração que o banco de dados do Núcleo possui outras informações que não podem ser comparadas com a pesquisa do DataSenado, visto que não aparecem no mesmo, como índice de alfabetizadas. (DATASENADO, 2017). Além disso é dividido o preenchimento do banco em ensino completo e incompleto, o que se faz devido a importância que a área de serviço social coloca para a individualidade da situação escolar de cada mulher.

Das mulheres que responderam à pesquisa de 2017 do DataSenado, 76% tinham filhos. Quanto às mulheres atendidas no NUMAPE-UEPG, 86% tinham filhos. Em relação ao trabalho, 47% das mulheres que responderam ao DataSenado disseram ter trabalho remunerado. No Núcleo, 59% das mulheres atendidas realizavam trabalho remunerado. 40% das mulheres responderam ao DataSenado 2017 que acreditavam haver uso de álcool ou drogas como fator motivador da violência, de maneira similar, no Núcleo, 37% das mulheres também relataram essa situação.

Pode-se perceber, pela breve comparação dos dados, e compreendendo todas as diferenças entre os bancos de dados, que em muitos aspectos o Núcleo Maria da Penha - UEPG tem atendido uma demanda de perfil similar ao apresentado em nível nacional. Contudo, devido a formação multidisciplinar dos membros do Núcleo e também pela forma de preenchimento das respostas, há situações em que outros dados aparecem, apontando para demandas diferentes. Diante disso, é possível reafirmar a importância do trabalho humanizado e multidisciplinar com a mulheres em situação de violência doméstica ou familiar.

3 CONCLUSÃO

Assim, com base na comparação dos dados do núcleo com os dados nacionais, nota-se que o perfil da atendida pelo Núcleo Maria da Penha se difere e se aproxima do perfil da usuária a nível nacional em alguns aspectos, o que pode ocorrer pela diferença entre os bancos de dados, a amostra e a forma como o banco foi preenchido.

Nota-se que o atendimento multidisciplinar constitui uma das bases e dos diferenciais do Núcleo, o que com certeza gera. em alguns momentos, maior precisão dos dados coletados, como o fato de se ter uma profissional da área de psicologia competente e capacitada a identificar uma violência psicológica.

A importância do acolhimento e do suporte jurídico, psicológico e social à mulher que está em situação de violência é fator de grande influência no rompimento do ciclo e do vínculo com o agressor. Assim, o trabalho humanizado e o atendimento diferenciado atingem um público diferente, o que também, pode contribuir para a discrepância dos dados em alguns momentos.

Ainda, é interessante notar como a violência não está condicionada a uma região, a uma classe econômica, a uma renda, a uma idade, a um estado civil ou a nenhum outro fator, o que nos prova como a violência contra a mulher é um problema social. Diversas mulheres apresentam histórias cujo desenvolvimento é único, mas única também deve ser a luta para defendê-las e assegurá-las.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei º 11.340, de 07 de Agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em: 21 mar. 2019.

COELHO, Elza Berger Salema; SILVA, Anne Carolina Luz Grüdtner; LINDNER, Sheila Rubia. **Violência: definições e tipologias.** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2014. 32 p. Disponível em: <http://violenciaesaude.ufsc.br/wp-content/uploads/2016/02/Definicoes_Tipologias.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2019.

DATASENADO, 2017. **Violência doméstica e familiar contra a mulher**. Disponível em: . Acesso em: 24 mar. 2019.

DIAS, Sandra Pereira Aparecida. **Um breve histórico da violência contra a mulher.** 2010. Disponível em: http://araretamaumamulher.blogs.sapo.pt/16871.html. Acesso em: 21 mar. 2019.

LISBOA, Teresa Kleba. PINHEIRO, Eliane Aparecida. A Intervenção do Serviço Social junto à questão da violência contra a mulher**. Katalysis**, v. 8 n. 2. Jul/dez 2005, Florianópolis. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/6111/5675> Acesso em 22 de março de 2019.

MONTEIRO, Fernanda Santos. **O papel do psicólogo no atendimento às vítimas e autores de violência doméstica**. Brasília, 2012. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/123456789/2593/3/20820746.pdf> Acesso em: 23 mar. 2019.

PINAFI, Tânia. **Violência contra a Mulher: Políticas Públicas e medidas protetivas na contemporaneidade.** In: Revista Histórica. Edição nº 21. São Paulo: Arquivo do Estado, 2007. Disponível em: http://www.historica. arquivoestado.sp.gov.br /materias/anteriores/edicao21/ materia03/. Acesso em: 21 mar. 2019.

SAFFIOTI, Heleieth I.B.; **Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero**. Campinas, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332001000100007&script=sci_arttext&tlng=es>. Acesso em: 21 mar. 2019.

TELES, Maria Amélia de Almeida; MELO, Mônica de. **O que é violência contra a mulher.** São Paulo: Brasiliense, 2003.

TULLIO, Agatha; LARA, Bruna Maria Avelino de; LAVORATTI, Cleide. **A Atuação do Serviço Social no Núcleo Maria da Penha da Universidade Estadual de Ponta Grossa - Numape/Uepg, no Atendimento às Mulheres em Situação de Violência**. In: CONEX - Encontro Conversando sobre Extensão na UEPG, n. 16, 2018, Ponta Grossa.Resumo Expandido Modalidade B – “Apresentação de resultados de ações e/ou atividades”. Disponível em: <http://sites.uepg.br/conex/anais/anais_2018/arquivos/04172018_150435_5ad6398b78cdd.pdf > Acesso em 22 de março de 2019.

OS MARCOS HISTÓRICOS DO MOVIMENTO LÉSBICO NO BRASIL E OS AVANÇOS NA MATERNIDADE LÉSBICA

Giovanna Krubniki Izidoro[1]
Ana Maria Bourguignon[2]
Felipe Simão Pontes[3]

RESUMO
O artigo conta com um breve histórico do movimento lésbico, tanto dentro do próprio movimento LGBT, quanto no movimento feminista, focalizando então no que diz respeito à saúde reprodutiva de mulheres lésbicas e a maternidade. Para tanto, faz-se entender como a sociedade é moldada através da cultura heterossexual e como isso incide nas mulheres lésbicas, que muitas vezes têm seus direitos femininos negados, por serem invisibilizadas e/ou masculinizadas. Conclui-se que há uma urgência no debate acerca da saúde lésbica, visto que os profissionais de saúde mostram-se despreparados, por falta de informações e políticas públicas para essa população.

Palavras-chave: Movimento Lésbico; Maternidade Lésbica; Movimento LGBT; Saúde LGBT; Direitos sexuais e reprodutivos.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo é fruto de indagações a respeito da saúde e vivência lésbica no Brasil, a partir da experiência de participação no Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares sobre Saúde Reprodutiva, Comunicação em Saúde e Direitos Humanos; e do Projeto de Pesquisa “Representações femininas sobre morbidade materna e infantil em decorrência da assistência ao parto e nascimento em Ponta Grossa/Paraná” desenvolvida na Universidade Estadual de Ponta Grossa, situada no Estado do Paraná/BR.

Primeiramente, reflete-se brevemente sobre a cultura hetero presente em nossa sociedade, posteriormente discute-se sobre o movimento LGBT e os marcos do movimento lésbico no Brasil dentro desse movimento e do movimento feminista. Comenta-se também sobre a falta de políticas públicas de saúde sexual e reprodutiva para a mulher lésbica, a dificuldade de acesso e falta de informações à respeito de métodos reprodutivos. Entende-se que as mulheres lésbicas são

[1] Acadêmica do 2° ano no curso de graduação em Serviço Social na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).
[2] Doutoranda do Programa de Ciências Sociais Aplicadas da UEPG, Bolsista CAPES.
[3] Professor do Departamento e do Mestrado em Jornalismo da UEPG, e do Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas na mesma instituição.

violadas na área da saúde, em específico no interesse deste texto, no que diz respeito à gestação e maternidade. Esse fato ocorre, principalmente, devido à maternidade ser entendida apenas no âmbito de relacionamentos heterossexuais. A falta de entendimento e informações dos profissionais de saúde sobre mulheres lésbicas que desejam ter filhos é muito grande.

Conclui-se que os direitos sexuais e reprodutivos postulados na Política de Humanização do Parto e Nascimento (BRASIL, 2001) deveriam ser garantidos a todas as mulheres, tanto heterossexuais quanto homossexuais, através do livre acesso de mulheres lésbicas às Novas Tecnologias Reprodutivas (NTR), do SUS. Defende-se a urgência o debate acerca da saúde lésbica, a fim de profissionais da saúde estarem mais preparadas/os para casos como a vontade de mulheres lésbicas serem mães, ou demais assuntos relacionados à saúde feminina lésbica.

2 A HETERONORMATIVIDADE E AS MULHERES LÉSBICAS

A relação heterossexual é vista em nossa sociedade como a única e/ou melhor maneira de relação de um casal e formação de uma família, pois além de ser a relação patriarcal que está intrínseca ao capitalismo, ainda mantém a mulher como submissa, feita para servir ao homem. Essa socialização heteronormativa acompanha a sociedade desde seus primórdios, baseando-se em expectativas, demandas, obrigações e normas sociais, simbologias, ou seja, um

> [...] conjunto de prescrições que fundamenta processos sociais de regulação e controle, até mesmo aqueles que não se relacionam com pessoas do sexo oposto. Assim, ela não se refere apenas aos sujeitos legítimos e normalizados, mas é uma denominação contemporânea para o dispositivo histórico da sexualidade que evidencia seu objetivo: formar todos para serem heterossexuais ou organizarem suas vidas a partir do modelo supostamente coerente, superior e "natural" da heterossexualidade (MISKOLCI, 2009, p.154)

A heteronormatividade pode ser vista em produções literárias, filmes, músicas, novelas, internet, basicamente em tudo, o que mostra que as mulheres[4] não são criadas para serem homossexuais. Por isso, uma das mais cruéis expressões da heteronormatividade é a homofobia[5], evidenciada em preconceitos, discriminações, violências, em estupros corretivos e/ou punitivos e, até mesmo, no assassinato de pessoas contrárias ao padrão hetero.

[4] Dita-se aqui, no referente artigo, que o feminino será utilizado englobando o masculino.
[5] Repulsa e/ou medo a indivíduos gays, lésbicas e transgêneros com orientações sexuais e identidades de gênero que rompem com a lógica binária.

Focaliza-se neste artigo, a vivência de mulheres lésbicas, principalmente no que diz respeito à maternidade dessas mulheres, pois como visto anteriormente, a sociedade cria as mulheres para terem relações héteros e procriarem com homens. Desse modo, praticamente tudo o que se sabe a respeito de maternidade é referente às mulheres heterossexuais.

Se mulheres heterossexuais já sofrem inúmeros modos de violência obstétrica, às mulheres lésbicas são violentadas desde o momento em que são invisibilizadas. A partir, por exemplo, da falta de políticas públicas de saúde sexual e reprodutiva voltadas para a mulher lésbica e da dificuldade de acesso e falta de informações à respeito de métodos reprodutivos. Essa invisibilidade faz com que as mulheres lésbicas sejam interpretadas como uma ameaça à heteronormatividade, sendo apagadas e masculinizadas. Vedando-se ou dificultando-se a elas, de partida, as possibilidades da gravidez, do parto e do pós-parto saudáveis.

2.1 O MOVIMENTO LGBT NO BRASIL: A PARTICULARIDADE DAS LÉSBICAS

Analisando o contexto histórico do movimento LGBT no Brasil, após os 21 anos de Ditadura Militar (1964-1985), período no qual a homofobia institucionalizada era muito mais violenta, a população homoafetiva era perseguida, torturada e presa por infringir as normas morais. Vê-se que o primeiro avanço em relação ao movimentos sociais, de defesa às liberdades sexuais, iniciou-se na década de 70, junto ao movimento de redemocratização, com a criação precursora do Grupo SOMOS[6] – Grupo de Afirmação Homossexual, em 1978, pautando como tema político a homossexualidade.

Em 1988, tem-se a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, trazendo ideais fundamentais do Estado Democrático, assegurando à todas as cidadãs o “exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social.” (BRASIL, 1988). A expansão dessas ideias tem configurado atualmente o

[6] Grupo Somos – Grupo de Afirmação Homossexual, formado em 1978 na cidade de São Paulo por um grupo de estudantes, intelectuais e artistas que buscavam dar visibilidade a população LGBT. Tinham como um de seus principais fundadores, o historiador e militante da causa, James Green. (MARSSARO, 2016)

Movimento LGBT no Brasil, dando visibilidade a problemas da esfera privada e trazendo para o âmbito das relações sociais.

Já na década de 80, com o aumento exacerbado dos casos de HIV, vinculados a população masculina homoafetiva, o governo brasileiro passou a apoiar os atos de mobilização popular na prevenção da doença, movimento, até então, constituído prevalentemente por homens.

> Esta situação favoreceu a manutenção da invisibilidade política de lésbicas e mulheres bissexuais. Cabe ressaltar que as lésbicas, por serem inicialmente excluídas como grupo com prática de risco, não foram contempladas nas ações de prevenção da AIDS. A aproximação destas mulheres com as agendas do movimento feminista proporcionou que temas como o machismo, a misoginia e a própria invisibilidade feminina, entrassem na pauta dos movimentos de lésbicas e mulheres bissexuais, qualificando as discussões e evidenciando as lutas por demandas específicas desses grupos. (BRASIL, 2010, p. 7)

As questões específicas que atendiam a homossexualidade feminina na década de 80, no contexto do grupo SOMOS, ficaram restritas às relações de poder estabelecidas no interior do movimento, este, como já dito anteriormente, formado por homens. O que, em muitas situações e pautas acabava reforçando a lógica patriarcal e tornando as mulheres e suas pautas invisíveis.

2.1.1 MARCOS DO MOVIMENTO LÉSBICO

Durante todos os anos de luta pela cidadania, as lésbicas organizadas em movimentos sociais sempre encontraram dificuldades para se enquadrarem tanto no movimento LGBT, quanto no movimento feminista. A partir disso, mulheres lésbicas influenciadas pela segunda onda feminista[7], período no qual as discussões acerca da sexualidade, gênero e direitos reprodutivos passaram a tomar maiores proporções, criaram dentro do grupo SOMOS, um subgrupo, intitulado O Grupo de Ação Lésbico - Feminista (FERNANDES, 2018) como um movimento voltado especificamente às demandas das mulheres homoafetivas. Apesar da iniciativa, o movimento lésbico enfrentou empecilhos para alcançar visibilidade, pois com a centralização do poder masculino, mesmo que dentro do movimento LGBT, as demandas das mulheres lésbicas eram tratadas como subalternas.

[7] "A segunda onda tem seu início em meados dos anos 50 e se estende até meados dos anos 90 do século XX; mas, geralmente, quando se refere ao feminismo de segunda onda, costuma-se querer dizer mais especificamente do feminismo radical, que teve seu início (e sua fase mais ativa) nas décadas de 60 e de 70. Caracteriza-se a segunda onda como a fase da luta pelos direitos reprodutivos e das discussões acerca da sexualidade." (QG FEMINISTA, s/p, 2018)

> Em uma reunião geral do SOMOS de julho de 1979, auge do grupo, participaram dez lésbicas e oitenta gays. Ainda que claramente minoria, as lésbicas do LF[8] apresentaram suas decisões: encaminhar a discussão sobre machismo e feminismo no SOMOS, apresentar um temário específico para ser discutido por todos, ter um grupo de acolhimento e afirmação da identidade só para lésbicas e buscar alianças com o movimento feminista. Nessa reunião, foram hostilizadas e chamadas de histéricas. (FERNANDES, s/p, 2018)

Com toda essa exclusão e esse espaço de conflito entre mulheres lésbicas e homens gays no movimento LGBT, as mulheres homoafetivas buscavam seus espaços através do feminismo lésbico, onde sua primeira aparição "pública" como movimento foi na comissão organizadora do II e III Congresso da Mulher Paulista, em que mesmo para as feministas da época, a participação das lésbicas no feminismo era frequentemente questionada, devido a visão masculinista que se tem da lesbianidade. Percebe-se tal afirmação a partir do trecho a seguir da historiadora Marisa Fernandes (2018):

> Márcia Campos do grupo político MR-8, por exemplo, questionava: "como pode uma mulher da periferia aceitar que o seu movimento seja dirigido por lésbicas, como querem as mulheres de classe média do movimento? A lésbica nega a sua própria condição de mulher, não pode fazer parte de um movimento feminino". Publicamente, duvidavam da representatividade das Coordenações por nelas conter "sapatonas". Direito ao corpo e ao prazer era demais para as companheiras e camaradas da época.

A lesbianidade era tão contestada na época, que durante o III Congresso da Mulher Paulista, evento que teve como palco a disputa entre as feministas e as lideranças de esquerda, o Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8), grupo de organização política que participou na luta armada pelo fim da ditadura, defendeu a proibição da entrada de lésbicas no Congresso. Com o tumulto político estabelecido entre os movimentos sociais e o desagregamento das mulheres lésbicas ao feminismo, criou-se entre o grupo SOMOS e o subgrupo de Ação Lésbico - Feminista um afastamento irreconciliável, resultando então, na saída das mulheres lésbicas do grupo SOMOS, e na criação do GALF (Grupo de Ação Lésbica Feminista), o primeiro grupo de lésbicas no Brasil. (FERNANDES, 2018)

O GALF foi o principal responsável por reconfigurar e fortalecer o movimento lésbico como um movimento político no Brasil. Após 10 anos de atividades ininterruptas, atrelando-se a outros movimentos sociais defensores dos direitos

[8] LF: Lésbico - Feminista, abreviatura utilizada para se referir a formação do subgrupo de Ação Lésbico - Feminista, dentro do grupo SOMOS.

humanos, o grupo tornou-se um marco fundamental para a história do movimento no Brasil. “As lésbicas organizadas iniciaram sua luta em espaços de legitimação junto aos gays e às hetero-feministas, para depois, de forma autônoma, figurar como sujeitos políticos, habilitando-se na busca por seus direitos.” (FERNANDES, s/p, 2018).

A partir da articulação nacional das lésbicas, o movimento lentamente conquistou seu espaço no feminismo brasileiro e em 1985, pela primeira vez, colocou-se como temática oficial o “lesbianismo” no III Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, em São Paulo (FERNANDES, 2018). Mas ainda assim, as pautas se distanciaram. O movimento lésbico precisava de um corpo político específico, que elaborasse estratégias para combater a lesbofobia, o patriarcado, a heterossexualidade compulsória, a violência institucional, pautas estas que não encontravam o apoio junto aos movimentos feminista e homossexual, visto que esses problemas eram entendidos como individualidades pelos outros movimentos.

Como consequência, surge o Seminário Nacional de Lésbicas (Senale). Aconteceu em agosto de 1996, no Rio de Janeiro, e contou com a participação de 100 mulheres, tornando-se o fórum de junção política e de deliberação mais importante do movimento de lésbicas e bissexuais. Dentre as deliberações, o início do I Senale, dia 29 de agosto, passou a ser considerado o Dia Nacional da Visibilidade Lésbica. Desde então, as lésbicas passaram a reivindicar sua participação em eventos nacionais LGBT’s, tal como a modificação da Parada do Orgulho Gay, que desde 1997 inviabilizava a participação de lésbicas, travestis, transexuais e bissexuais, para a Parada do Orgulho LGBT. Manifesta-se então, em 2003, a I Caminhada de Lésbicas e Simpatizantes, como uma maneira de promover visibilidade social e política ao movimento. (FERNANDES, 2018)

Com a reunificação, fortalecimento e avanço do movimento LGBT no Brasil, as demandas reivindicadas pairavam entre as áreas dos direitos civis, políticos e sociais, passando a exigir das agendas governamentais a discussão de questões como a promoção da cidadania homossexual, o combate à homofobia, a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos, o reconhecimento da família e da maternidade homoafetiva, o acesso a saúde e a capacitação de profissionais para as especificidades da área. A partir disso, em 2004, como resposta à população LGBT

e suas mobilizações, o Governo Federal desenvolveu em seu plano plurianual 2004 - 2007 o programa Brasil sem Homofobia.

> O Plano Plurianual - PPA 2004-2007 definiu, no âmbito do Programa Direitos Humanos, Direitos de Todos, a ação denominada Elaboração do Plano de Combate à Discriminação contra Homossexuais. Com vistas em efetivar este compromisso, a Secretaria Especial de Direitos Humanos lança o Brasil Sem Homofobia - Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB[9] e de Promoção da Cidadania Homossexual, com o objetivo de promover a cidadania de gays, lésbicas, travestis, transgêneros e bissexuais, a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação homofóbicas, respeitando a especificidade de cada um desses grupos populacionais. (BRASIL, 2004, p. 11)

A partir do avanço da visibilidade social do movimento, do reconhecimento do governo com a promoção da cidadania LGBT e dos espaços conquistados com muita luta e organização política, as demandas também se expandem, tomam outras proporções e os direitos básicos desta população passam a ser reivindicados, como o trabalho, a família, a saúde, a educação, espaços em que população homoafetiva é na maioria dos casos excluída e/ou violentada devido à homofobia institucionalizada. Questionamentos esses que permeiam a comunidade LGBT até os dias atuais, pois a diferenciação exacerbada entre o papel da população hetero e da população homo em espaços públicos e sociais é reforçada diariamente na dificuldade das mulheres (homens englobados no feminino) em conseguir uma adoção legal, convivendo com a homofobia no trabalho, não sendo reconhecidos como família, sem acesso à atenção básica e serviços de saúde especializados.

3 SAÚDE LÉSBICA NO BRASIL E A MATERNIDADE

Após a elaboração do Programa Brasil Sem Homofobia, tem-se a primeira publicação sobre saúde lésbica no Brasil, o Dossiê de Saúde das Mulheres Lésbicas, elaborado pela Rede Feminista de Saúde em 2006. O Dossiê traz como proposta a promoção da equidade e da integralidade destas mulheres na saúde, visto que a invisibilidade de cada mulher lésbica contribui para a vulnerabilidade social do grupo, e para a não inclusão de suas demandas para formulação de programas e políticas públicas (SOUSA, 2014). O Dossiê discorre sobre o câncer de mama e de colo de útero, doenças sexualmente transmissíveis, saúde mental,

[9] Na 1ª Conferência Nacional GLBT, realizada em junho de 2008, foi decidido via decreto presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva e da Ministra Dilma Roussef, que a sigla GLBT seria substituída pela LGBT, com o “L” em frente ao “G”, como meio de combater a lesbofobia e promover a visibilidade lésbica. (CORRÊA, 2012)

violência institucional, a invisibilidade na saúde, abuso de álcool e drogas, saúde reprodutiva, a consulta ginecológica etc. Traz também informações das políticas e ações da época voltadas à saúde lesbica no Brasil, além de apresentar as demandas e propostas de reparação apontadas nos estudos realizados para a construção da pesquisa que resultou no Dossiê. (FACCHINI; BARBOSA, 2006)

> Apesar dos avanços, a compreensão do que sejam os direitos sexuais e reprodutivos ainda parece atrelada preferencialmente aos direitos reprodutivos, fazendo referência direta apenas a planejamento familiar, no sentido da contracepção e aborto, sem tematizar a reprodução assistida, nem mesmo a garantia da saúde de mulheres não heterossexuais como parte dos direitos sexuais. (FACCHINI; BARBOSA, p.32, 2006)

Especificamente sobre a maternidade lésbica, o dossiê apresenta de forma inédita a discussão para o contexto brasileiro. Em 2006, existia apenas uma publicação de doutorado com foco na maternidade e lesbianidade, tese essa que apresentou uma comparação entre Brasil e Canadá sobre a maternidade em si, a relação familiar e as violências (SOUZA, 2005 *apud* FACCHINI; BARBOSA, 2006).

Desde a Constituição Federal (BRASIL, 1988), garante-se à mulheres o exercício da maternidade, com o objetivo de assegurar o direito à vida e à dignidade, através da promoção da saúde materna em sua integralidade, a garantia do desenvolvimento saudável do feto, à vida digna e preservação da espécie.

Por sua vez, a Política de Humanização do Parto e Nascimento, em vigor desde 2001 no Brasil, objetiva alterar o modelo de assistência obstétrica, defendendo o respeito aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, com um sistema de cuidados que respeite a mulher em sua singularidade, preserve sua privacidade e promova sua autonomia, com respeito a suas crenças e culturas, e que sejam evitadas intervenções desnecessárias. No modelo proposto pela Política, a mulher passa a ser a protagonista da sua experiência, e os profissionais - que contribuem com seus conhecimentos para o bem-estar da mulher e do bebê - são coadjuvantes do processo (BRASIL, 2001, p. 09). Porém, para quais mulheres a Política se refere? Sabe-se que deveria ser para todas, mas quando o assunto é mulheres lésbicas, o Estado se mostra extremamente despreparado. O modelo de assistência obstétrica necessário para as mulheres lésbicas difere-se dos historicamente vigentes no Brasil, visto que elas têm diferentes formas de engravidarem - pouco acessíveis inclusive -, que escapam à lógica heterossexual.

A maternidade é estruturada na heterosexualidade e as mulheres são socializadas como cuidadoras ideais. A maternidade é santificada e àquelas que a questionam ou a negam, são vistas como mulheres incompletas e infelizes, aquelas que negaram a sua condição natural de procriação.

> Quando a menina nasce, um dos seus primeiros brinquedos (senão o primeiro) é justamente uma boneca. Com quem vai realizar suas primeiras brincadeiras, possivelmente imitando sua própria cuidadora. Todas as pessoas em volta dessa criança vão se referir a essa boneca como “a filhinha dela”. Todas as pessoas vão se referir a essa menina como “mãe” dessa boneca. É a primeira função que é ensinada para uma criança do sexo feminino, pouquíssimo tempo depois dela nascer. (SANTOS, 2017)

Desde a infância, mulheres são educadas para o amor hetero-romântico, o casamento, a maternidade, a família, cuidar e amar incondicionalmente. Segundo Badinter (1985, p. 20) “o amor materno foi por tanto tempo concebido em termos de instinto que acreditamos facilmente que tal comportamento seja parte da natureza da mulher.” Como se a maternidade fosse uma atividade pronta, intrínseca e inerente à mulher, esperando apenas a ocasião em que irá se exercer.

Mas e como essa maternidade é interpretada em uma relação em que a mulher é lésbica? Visto que a mulher lésbica é entendida como a mulher “masculinizada”, que nega a sua condição natural? Entende-se aqui a necessidade de discutir a visibilidade lésbica no âmbito da maternidade e seus avanços. Segundo Azeredo (2018, p. 49), “uma vez que ao escaparem do domínio sexual e não se submeterem ao poder masculino, as lésbicas têm suas existências e histórias apagadas, pois podem representar uma ameaça à heteronormatividade.” No Sistema Único de Saúde (SUS), tem-se a restrição das mulheres lésbicas no acesso ao uso das Novas Tecnologias Reprodutivas (NTR), visto que,

> os casais heterossexuais têm sido os "legítimos" usuários das tecnologias reprodutivas por serem reconhecidos pela medicina como os usuários de fato dos tratamentos destinados a restaurar ou promover a característica tida como inerente à união heterossexual - a procriação (MAMO, 2007; MACHIN, 2014 apud MACHIN; COUTO, 2014)

Ressalta-se aqui também o despreparo no atendimento dos profissionais de saúde às mulheres lésbicas que passam pela gestação através da concepção natural. Há falta de acesso às tecnologias de cuidado ajustadas às necessidades das mulheres lésbicas, ainda atreladas ao preconceito e à escassez de produção científica brasileira sobre a saúde lésbica (SOUZA, 2014).

A visibilidade lésbica é uma forma de resistência. Ainda há muito o que se avançar, mas, por exemplo, as mudanças ocorridas nas normas éticas sobre as condutas médicas em relação à reprodução assistida pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) e a disposição que regulamenta e autoriza o registro de nascimento e a emissão da certidão de filha(s) geradas por reprodução assistida com o nome de ambas mães são exemplos de avanços.

Nesse contexto, há necessidade de elaborar pesquisas sobre o tema e apontar os desafios vivenciados por estas mulheres com a maternidade, visto que se pode evidenciar a existência de um "padrão de atendimento nos serviços de saúde que seguem o modelo da heterossexualidade, impactando negativamente nas usuárias de diferente orientação sexual" (AZEREDO, 2018).

4 CONCLUSÃO

Apesar das evoluções na promoção da saúde LGBT no Brasil, entende-se a necessidade de "fazer evidentes as sucessivas invisibilização vividas por elas nos serviços, que deflagram a reprodução do preconceito e a atualização de uma violência estrutural que perpetua a desigualdade" (AZEREDO, 2018, p. 89). Visto que, segundo Silva (2008), a medicina e o direito são duas esferas históricas de regulação social das práticas reprodutivas, especialmente das femininas, é trazida aqui uma temática que clama por produção científica, visto que colabora para a visibilidade destas mulheres e suas demandas.

Compreende-se que as novas configurações familiares formadas, como a união de mulheres lésbicas, assim como a escolha entre querer ser mãe ou não, deve estar presente na análise de todo profissional, a fim de evitar preconceitos e discriminações. Como visto na Política de Humanização do Parto e Nascimento, de 2001, todas as mulheres deveriam ter seus direitos sexuais e reprodutivos garantidos, mas na realidade observa-se ao contrário, e as mulheres lésbicas não escapam disso, ao serem acometidas pelo despreparo institucional e profissional. Entende-se aqui, é de grande importância, o Estado promover políticas públicas que visem a garantia efetiva dos direitos da mulher lésbica, assim como a urgência do debate acerca das mulheres lésbicas e da saúde das mesmas, pois ainda hoje elas são muito invisibilizadas e/ou violentadas.

5 REFERÊNCIAS

AZEREDO, Renata Ferreira de. **Maternidade Lésbica no Brasil**: uma revisão de teses e dissertações nas Ciências Sociais, Humanas e da Saúde. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva). Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticos de Saúde. **Parto, aborto e puerpério**: assistência humanizada à mulher. Brasília, 2001.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.** Brasília, 2010. Disponível em: <https://www.saude.rj.gov.br/comum/code/MostrarArquivo.php?C=NDUyMg%2C%2C&C=NDUyMg%2C%2C>. Acesso em 12 mar. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Brasil Sem Homofobia:** Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília, 2004. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf>. Acesso em 17 mar. 2019.

CORRÊA, M. E. **Duas mães? Mulheres lésbicas e maternidade**. Dissertação (Doutorado em Saúde, Ciclos de Vida e Sociedade) - Faculdade de Saúde Pública, USP, São Paulo, 2012.

FACCHINI, R.; BARBOSA, R. M. **Dossiê Saúde das Mulheres Lésbicas**: Promoção da Eqüidade e da Integralidade. Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos - Rede Feminista de Saúde. Belo Horizonte, 2006. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/dossie _da_saude_da_mulher_lesbica.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2019.

FERNANDES, Marisa. **O movimento das mulheres lésbicas feministas no Brasil.** CULT, 2018. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/ home/mulheres-lesbicas-feministas-brasil/>. Acesso em: 18 mar. 2019.

MACHIN, Rosana; COUTO, Thereza. “Fazendo a escolha certa": tecnologias reprodutivas, práticas lésbicas e uso de bancos de sêmen**. Physis**, v. 24, n. 4, out/dez, 2014. Disponível em: <https://scielosp.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312014000401255&lng=en&nrm=is.&tlng=pt>. Acesso em 22 mar. 2019.

MARSSARO, Jonas. **Grupo Somos: Primeiro grupo de afirmação gay (LGBT) no Brasil.** Blog Parada 24: 2016. Disponível em: <https://parada24.wordpress.com/2016/11/13/grupo-somos-primeiro-grupo-de-afirmacao-gay-lgbt-no-brasil/>. Acesso em: 18 mar. 2019.

MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**. Porto Alegre, v. 11, n. 21, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n21/08.pdf>. Acesso em 12 mar. 2019.

QG FEMINISTA. **O que são as ondas do feminismo?.** 2018. Disponível em: <https://medium.com/qg-feminista/o-que-s%C3%A3o-as-ondas-do-feminismo-eeed092dae3a>. Acesso em: 20 mar. 2019.

SANTOS, Cila. **Desenhando a maternidade compulsória.** Disponível em: <https://militanciamaterna.com.br/desenhando-a-maternidade-compuls%C3%B3ria-a8c95e486d5b>. Acesso em 18 mar. 2019.

SILVA, João Ricard Pereira da. **Parentalidades e Conjugalidades em uniões homoafetivas femininas**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica). Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2008.

SOUSA, Josueida de Carvalho et al. Promoção da saúde da mulher lésbica: cuidados de enfermagem**. Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 35, n. 4, p. 108-113. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rgenf/v35n4/pt_1983-1447- rgenf-35-04-00108.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2019.

SOUZA, Camila Vitule Brito de. 2014. 203 f. Dissertação (Mestrado em Medicina Preventiva). - Faculdade de Medicina, USP, São Paulo. **Casais de mesmo sexo, parentalidade e novas tecnologias reprodutivas.** Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5137/tde-14112014-154413/pt-br.php>. Acesso em: 22 março 2019.

A MULHER INDÍGENA E A SOCIEDADE REGIONAL

Vandreza Amante Gabriel[1]

RESUMO
Iremos apresentar algumas reflexões sobre a mulher indígena no contexto de contato com a sociedade branca envolvente e algumas consequências advindas desse encontro. A intenção é discutir o impacto social de colonização, a formação da sociedade brasileira e a representatividade das mulheres indígenas em seus grupos na atualidade. A pesquisa está baseada nos estudos bibliográficos e observações de campo como resultado parcial de uma tese que pesquisa a alimentação da criança Mbyá-Guarani no *tekoá vy'a* em Major Gercino (SC). Na pesquisa sobre as mudanças e permanências no sistema alimentar desse grupo pudemos encontrar diferentes elementos de análise. Traremos algumas reflexões como parte de uma realidade muito mais abrangente e expressiva.

Palavras-chave: Mulheres Indígenas. Identidade. Território. Desenvolvimento.

INTRODUÇÃO

Com o contato interétnico durante o processo de colonização os grupos indígenas foram obrigados a modificar profundamente o seu modo de vida, sendo hábitos cotidianos, alimentares, cosmológicos. Essa população sofreu um genocídio em que, segundo a Funai, desde 1500 até a década de 1970 a população indígena brasileira decresceu acentuadamente e muitos povos foram extintos. O desaparecimento dos grupos indígenas passou a ser visto como uma contingência histórica, algo a ser lamentado. No entanto, este quadro começou a dar sinais de mudança nas últimas décadas do século passado. A partir de 1991, o IBGE incluiu os indígenas no censo demográfico nacional. O contingente de brasileiros que se consideravam indígenas cresceu 150% na década de 1990. O ritmo de crescimento foi quase seis vezes maior que o da população em geral. O percentual de indígenas em relação à população total brasileira saltou de 0,2% em 1991 para 0,4% em 2000, totalizando 734 mil pessoas. Houve um aumento anual de 10,8% da população, a maior taxa de crescimento dentre todas as categorias, quando a média total de crescimento foi de 1,6%. Os primeiros resultados do Censo Demográfico 2010

[1] Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional na Universidade Regional de Blumenau/FURB, bolsista FURB. Mestrado em Desenvolvimento Regional pela Universidade Regional de Blumenau/FURB (2014). Especialização em Novas Mídias, Rádio e TV pela Universidade Regional de Blumenau/FURB (2012). Graduação em Jornalismo pela Universidade do Sul de Santa Catarina/ UNISUL (2005).

revelam que 817 mil pessoas se autodeclararam indígenas e que o crescimento no período 2000/2010, 84 mil indígenas, representando 11,4%, não foi tão expressivo quanto o verificado no período anterior, 1991/2000, 440 mil indígenas, aproximadamente 150%. As Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste apresentaram crescimento no volume populacional dos autodeclarados indígenas, enquanto as Regiões Sudeste e Sul, perda de 39,2% e 11,6%, respectivamente (CENSO, 2010, p. 8). O conjunto dos 10 municípios com maior população indígena reúne 126,6 mil indígenas, correspondendo a 15,5% do total de indígenas do País, e metade possui população superior a 10 mil indígenas. Os cinco municípios mais populosos desse conjunto são os seguintes: São Gabriel da Cachoeira (Amazonas); São Paulo de Olivença (Amazonas); Tabatinga (Amazonas); São Paulo (São Paulo); e Santa Isabel do Rio Negro (Amazonas) (CENSO, 2010, p. 15). Sabemos que há indígenas nas cidades por consequência de um processo histórico que buscou expulsar os povos originários de suas terras, principalmente por grandes fazendeiros e pela influência do Estado-Nação e seu processo colonizador.

Segundo Ribeiro (2017, p. 58) “enquanto a indiada era desfeita nos engenhos da fé cristã, mais índios foram queimados como o carvão humano da civilização. A dimensão desse genocídio pode ser avaliada pela redução da população indígena americana no primeiro século”, sendo “superior a 100 milhões em 1500, se viu reduzida a menos de 10 milhões em 1825”. Para o autor “contribuíram para esta depopulação espantosa muitos fatores. O principal deles foi, certamente, a contaminação dos índios pelas pestes do homem branco. O velho mundo de europeus, asiáticos e africanos constituiu sempre um único circuito de contágio”. Ele diz que “no primeiro século a mortalidade foi de fator 25. Quer dizer, onde existiam vinte e cinco pessoas originalmente, sobrou uma. Estas pestes eram a varíola, o sarampo, a malária, a tuberculose, a pneumonia, a gripe, a papeira, a coqueluche, a cárie dentária, a gonorreia, a sífilis etc., etc” (RIBEIRO, 2017, p. 58-59). O autor faz uma reflexão sobre a atualidade onde podemos “prefigurar nossa futura federação latino-americana como um conjunto de nações que venham a incorporar no seu seio alguns povos indígenas originais das Américas” e “lavados das feridas da exploração, curados dos vexames da opressão, eles se reconstruirão como culturas autênticas para florescer outra vez como civilizações autônomas” (RIBEIRO, 2017, p. 64).

COLONIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

O modelo de desenvolvimento ditado pelos países colonizadores e detentores do poder econômico é baseado até os dias atuais em processos coloniais de exploração das populações e do meio ambiente. Brandão (1986, p. 7) inicia o livro com o capítulo “O outro: esse difícil” esclarecendo que “o diferente é o outro, e o reconhecimento da diferença é a consciência da alteridade”. O psicólogo e antropólogo analisa que o “sobreviver aos efeitos destruidores das ações de força do contato, de suas ameaças de roubo de terras, lutas impostas e doenças trazidas, importa para o índio o enfrentamento da questão de como sobreviver aos efeitos redefinidores de sua vida e identidade” porque ele passa a ser “um produtor-consumidor dependente”. Para ele “este é o momento em que a autonomia da sociedade tribal transforma-se na dependência que muitas vezes resulta na marginalidade”. O autor comenta que “é o momento em que o processo, tantas vezes proclamado como benéfico para o índio, de integração à sociedade nacional, pode ser realizado às custas da desintegração da própria sociedade tribal” (BRANDAO, 1986, p. 55) (TODOROV, 1999). Para Quijano (2000, p. 73) “A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista”. Para ele, “sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjetivos, da existência social quotidiana e da escala societal”. Ressalta que “origina-se e mundializa-se a partir da América”. Segundo Cardoso de Oliveira (1976, XII) “o contato é um fenômeno extremamente dinâmico, acelerador do tempo das sociedades indígenas, de forma a integra-las irreversivelmente na história de nosso país, isto é, da sociedade global cuja expansão se deu no passado – e continua a se dar no presente – à custa da invasão de territórios tribais”. Cardoso de Oliveira (2000, p. 15) cita a diferença entre “nós” e os “outros”. “A terra ou território é certamente o primeiro desses operadores, onde o nós são os filhos da terra e os outros são os recém-chegados”. Diz que “nesse sentido, vale considerar, no que diz respeito ao processo identitário, que se trata de um espaço marcado pela ambiguidade das identidades — um espaço que, por sua própria natureza, abre-se à

manipulação pelas etnias e nacionalidades em conjunção" (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000, p. 17).

Um projeto colonizador do século XVIII que impactou decisivamente os grupos Guarani no Sul da América Latina, por exemplo, foram as "Missões Jesuíticas" da Companhia de Jesus tombadas atualmente como patrimônio cultural entre o território do Brasil, Paraguai, Uruguai, Bolívia e Argentina. Os padres jesuítas construíram com trabalho escravo indígena igrejas em estilo barroco que viraram verdadeiros fortes com o intuito de catequizar os indígenas de várias maneiras, utilizando-se de ouro, pedras preciosas, prata, alimentos, plantas medicinais e tudo que poderia ter algum sentido de valor para o grupo europeu. Um fato importante é a "Guerra Guaranítica" contra espanhóis e portugueses, como consequência do Tratado de Madrid (1750). Esses projetos desenvolvimentistas que alteram profundamente o território beneficiam uma pequena parcela da população. Outro exemplo é mineração ilegal que impacta diretamente os grupos indígenas e suas terras. Podemos encontrar projetos de desenvolvimento baseados no crescimento econômico que mantêm a pobreza, a má nutrição, a violência e as desigualdades. Consideramos sob esse aspecto o modelo de desenvolvimento encontrado entre os grupos indígenas, priorizando o respeito entre os seres e a relação com os não-humanos e o meio ambiente, as relações de reciprocidade se apresentam como modelos a serem respeitados e preservados como também para refletirmos sobre o próprio desenvolvimento que vem sendo aplicado em nossa sociedade, nem sempre contribuindo para a continuidade de práticas culturais em sua diversidade. Pudemos identificar o "Etnodesenvolvimento" (STAVENHAGEN, 1985), expressões como o "Não-Desenvolvimento" (THEIS, 2018), ou teorias como o "Ecodesenvolvimento" (SACHS,1993), "Decrescimento" (LATOUCHE, 2009), "Desenvolvimento Sustentável" (MAX-NEEF, 2012), "Ecossocioeconomia" (SAMPAIO & DALLABRIDA, 2009) e "Ecofeminismo" (WARREN,2000; MIES & SHIVA, 2007). São muitos os caminhos que podem considerar as especificidades culturais no território. Podemos acreditar em um possível futuro com mais acesso à diferentes direitos e à diversidade cultural, que tem se mostrado uma fonte de inesgotável de possibilidades para pensarmos a nossa própria sociedade. Com o meio ambiente alterado as florestas se tornam escassas, bem como o acesso aos recursos naturais que perpassam as questões de gênero, envolvem diretamente os grupos indígenas,

a sociedade envolvente e os processos de desenvolvimento. Um exemplo é a construção de hidroelétricas e barragens nos territórios tradicionais. Com a globalização, em pleno século XXI, diversos movimentos sociais e indígenas surgem com lutas que reafirmam identidades questionando o processo histórico de desenvolvimento e o papel do desenvolvimento regional. As terras para a formação do Brasil, em grande parte, foram ocupadas desconsiderando-se as especificidades dos povos originários e das populações tradicionais. O grupo Mbyá-Guarani se organiza para lutar pela justiça territorial à procura da ”Terra sem Mal” (CLASTRES, 1978).

A SOCIEDADE COLONIZADORA: ALGUNS APONTAMENTOS

Na América Latina de colonização espanhola para Federici (2017, p. 400) “foram as mulheres que defenderam de forma mais ferrenha o antigo modo de existência, e que se opuseram com mais veemência a nova estrutura de poder — provavelmente devido ao fato de serem também as mais afetadas”. A autora “mostra a existência de importantes divindades femininas nas religiões pré-colombianas, as mulheres tinham uma posição de poder nessas sociedades” (FEDERICI, 2017, p. 400). “Além de serem agricultoras, donas de casa, tecelãs e produtoras dos panos coloridos utilizados tanto na vida cotidiana quanto durante as cerimônias, também eram oleiras, herboristas, curandeiras e sacerdotisas a serviço dos deuses locais” (FEDERICI, 2017, p. 401). Segundo Smith (2014, p. 206) “na época das viagens de exploração de Colombo, a sociedade europeia era um sistema disfuncional, abalado por miséria generalizada, doenças, opressão religiosa, guerra e violência institucionalizada” (SMITH, 2014, p. 206). “Além disso, as sociedades europeias eram completamente misóginas. O patriarcado cristão que estruturava a sociedade europeia era intrinsecamente violento” (SMITH, 2014, p. 207). Para Monteiro (1989, p. 163) “este fato refletia a divisão de trabalho adotada inicialmente pelos colonos nos seus estabelecimentos agrícolas, onde mulheres e, possivelmente, crianças executavam as funções ligadas ao plantio e à colheita” (MONTEIRO, 1989, p. 163). Ele diz que “embora muitas índias permanecessem no setor agrícola, os colonos

preferiam empregar as mulheres no serviço doméstico" (MONTEIRO, 1989, p. 164-165).

No Dossiê "Mulheres Indígenas" publicado pela Revista Estudos Feministas (1999) a antropóloga Cristiane Lasmar expõe algumas representações sobre o contexto em que as mulheres indígenas estão inseridas e diz que "a concepção da humanidade degradada do indígena incidiu com bastante força sobre o elemento feminino" (LASMAR, 1999, p. 146). A autora explica que "por outro lado, fatores da própria estrutura social e cultura das sociedades indígenas sul-americanas podem ter concorrido para encorajar o privilégio analítico da perspectiva masculina por parte dos pesquisadores" (LASMAR, 1999, p. 147). Segundo ela, "a pregnância implícita ou explícita da problemática da dominação concorreu para tornar menos acessível o ponto de vista das próprias mulheres indígenas sobre os processos sociais envolvidos na constituição das relações entre os gêneros, mas a recusa do idioma da desigualdade não é suficiente para que a voz feminina seja ouvida" (LASMAR, 1999, p. 154). Para a autora "garantir-lhes visibilidade é, certamente, a única forma de combater os efeitos das representações estereotipadas" (LASMAR, 1999, p. 154).

Outra questão que alterou significativamente o cotidiano dos grupos indígenas foi a ditadura militar no Brasil que ampliou a exploração do uso dos territórios com a mineração, uma maior abertura para o capital estrangeiro, com a construção de hidroelétricas, ampliando o agronegócio entre outros fatores que modificaram a economia do país. Entre as décadas entre 1960 e 1980 durante a ditadura militar no Brasil diversos grupos indígenas foram impactados com o "progresso". É necessário considerar que os grupos militares sempre atuaram em defesa de seus interesses desde a proclamação da República Federativa do Brasil em 1889. Para elucidar o contado do governo militar com os indígenas de diferentes regiões do país a Revista Espaço Ameríndio lançou o Dossiê "Povos indígenas e a ditadura militar no Brasil e na América Latina" (2018). A partir do Relatório Figueiredo (RF), da publicação do Relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV) e do depoimento de pessoas que estavam vivendo nas aldeias e que sobreviveram aos ataques, trinta e um autores publicaram dezesseis artigos sobre o tema. Souza (2018) apresenta dados de como as mulheres indígenas são representadas "a discussão sobre mulheres indígenas e ditadura militar brasileira está muito além de uma discussão somente sobre gênero. A questão central consiste em pensar essas mulheres como

indivíduos colonizados e marginalizados pelo poder dominante" (SOUZA, 2018 p. 344). Ela ressalta que "está além do ser mulher, pois os recortes interseccionais perpassam gênero, raça e etnia. As mulheres indígenas são subjugadas por três tipos de opressão, como perceberemos ao longo da análise dos documentos" (SOUZA, 2018 p. 344). Ela observa que "na questão da subalternidade feminina, penso a marginalização dessa mulher no cenário da produção colonial dominado pelo homem branco, estrangeiro e heterossexual". Para ela "o ser mulher que se encara na discussão feminista europeia não integra essas mulheres indígenas como sujeitos violados, pois percebe apenas um coletivo homogêneo, noção que será duramente combatida pelos autores e autoras de estudo decolonial" (SOUZA, 2018 p. 344)[2].

No artigo "Tutela, classificações e prática da Renda Indígena no Relatório Figueiredo: algumas considerações sobre processos de desumanização dos povos indígenas na gestão do Serviço de Proteção aos Índios" (SPI) os autores Silva (et al, 2018, p. 314) apresentam dados demonstrando que a "violência é concretizada em duas modalidades de controle e gestão: a partir da prática da Renda Indígena e das classificações e categorizações impostas aos indígenas pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI), de modo a inferiorizá-los e estabelecer relações assimétricas de poder vigentes ainda hoje na sociedade". Segundo aponta o estudo "o SPI, fundado em 1910, operava com 130 postos indígenas, espalhados por 18 estados da federação e atuando em quase a totalidade do território brasileiro, enraizado de forma interiorizada" (SILVA, et al, 2018, p. 317). A pesquisa mostra que "foram várias as atrocidades perpetradas pelos agentes do Estado brasileiro, crimes que devastam material e imaterialmente os povos indígenas. O relatório coloca de forma explícita a desumanização dos funcionários do SPI em sua atuação" citados como campo de concentração e fazendas de trabalho forçado.

Em Ibirama, Santa Catarina, o Posto Duque de Caxias do SPI chefiado desde 1912 por Eduardo de Lima e Silva Hoerhann estabeleceu o "processo de pacificação" dos grupos Xokleng/Laklanõ para a ocupação do território pelo projeto

2 Segundo o Instituto Socioambiental (ISA) estima-se que, na época da chegada dos europeus, fossem mais de 1.000 povos, somando entre 2 e 4 milhões de pessoas. Atualmente encontramos no território brasileiro 255 povos, falantes de mais de 150 línguas diferentes. A maior parte dessa população distribui-se por milhares de aldeias, situadas no interior de 722 Terras Indígenas (TI) por todo o território nacional.

de empreendimento imobiliário de Dr Blumenau, Hermann Bruno Otto Blumenau, fundador da Colônia Blumenau em 1850. Eduardo de Lima e Silva Hoerhann casou-se com Francisca dos Anjos, Fanny, como ficou conhecida. Souza (2005) em livro dedicado à história de Fanny conta que "ele filho da sobrinha do Grande Duque consorciada a um ilustre aristocrata austríaco. Ela, filha de uma francesa com um 'bugre'. Ele nobre, cultíssimo, poliglota. Ela analfabeta" (SOUZA, 2005, p. 37). Segundo o autor "as constantes cenas de violência entre Eduardo e Fanny, as brigas com revólveres apontados um para o outro, acabaram por levá-la a uma decisão radical. Abandonou tudo", sendo "a casa luxuosa, as roupas elegantes de Paris, os esportes, o cavalo, o automóvel, os filhos, o marido e veio para Brusque rompendo com tudo e com todos. Rompeu com a classe social a que estava ligada pelo casamento e lutou por si" (SOUZA, 2005, p. 49). Tornou-se prostituta educada e respeitada, como outras mulheres indígenas que sofreram com o impacto do contato. O conjunto de informações levantadas com o estudo mostra que as mulheres foram negociadas e mesmo roubadas de suas famílias para servir aos colonizadores. Forçadamente elas viraram esposas, cozinheiras, arrumadeiras, agricultoras, artesãs, prostitutas entre outras funções exercidas pela mulher. Segundo Julio (2015):

> Uma abordagem histórica das mulheres indígenas implica evitar estereótipos que marcam certas ideias sobre elas, como seu confinamento num passado remoto de nossa história, no qual teriam sido objetos sexuais, seja por sua sexualidade exacerbada ou por estarem sujeitas a abusos por parte dos europeus. Cada vez fica mais claro na historiografia que essa imagem não corresponde à multiplicidade de papéis que as índias exerceram na América. Para compreendermos a sua história, é preciso levar em consideração os respectivos contextos no qual estavam inseridas, atentando para variáveis como tempo, espaço e relações de gênero. Estas últimas eram indissociáveis do processo de conquista e colonização da América e perpassavam aspectos políticos, sociais e econômicos do estabelecimento da sociedade colonial. Entendemos assim que a experiência histórica de mulheres e homens indígenas foi fortemente marcada por seus respectivos gêneros. Cabe lembrar que as concepções da sociedade luso-brasileira sobre as mulheres relacionavam-se intimamente com a tradição europeia de inferiorização do gênero feminino. Assim, sobre as índias pesava um duplo estigma: étnico e de gênero.

Butler diz que "seria um erro pensar que apenas precisamos encontrar as imagens certas e verdadeiras e que, dessa maneira, certa realidade será exprimida. A realidade não é exprimida por aquilo que está representado no interior da imagem, mas sim por meio do desafio à representação que a realidade entrega" (BUTLER, 2011, p. 28). No texto ela faz referência aos meios de comunicação e à mídia enfatizando que "o processo de esvaziamento do humano feito pela mídia por meio

da imagem deve ser entendido, no entanto, nos termos do problema mais amplo de que esquemas normativos de inteligibilidade estabelecem aquilo que será e não será humano, o que será uma vida habitável, o que será uma morte passível de ser lamentada". Ela mostra que "esses esquemas normativos operam não apenas produzindo ideais do humano que fazem diferença entre aqueles que são mais e os que são menos humanos" (BUTLER, 2011, p. 28).

A REPRESENTATIVIDADE DE MULHERES INDÍGENAS

Para enfrentar essas e outras dificuldades os grupos indígenas reúnem-se anualmente no Acampamento Terra Livre em Brasília, que está na 15ª edição, para organizarem o cronograma de trabalho e a pauta de reivindicações. Estão organizados por grupos, regiões, territórios, por categorias de idade, por aldeias, por grupos de mulheres etc. A partir dessas discussões e a exemplo do México foi criada no Brasil a Frente Parlamentar Indígena que atuou em 24 estados com candidaturas pluripartidárias para as eleições em 2018. A decisão foi pela participação nas instituições colonizadoras com maioria branca para ampliar a participação nas disputas por direitos. Segundo o Tribunal de Superior Eleitoral (TSE) foram 130 candidaturas que se declararam indígenas, em 2014 foram 85. Roraima, Amazonas e Ceará foram os estados com maior representatividade. Nessas eleições a advogada Joênia Wapichana da Rede Sustentabilidade recebeu 8.491 votos e foi eleita Deputada Federal pelo estado de Roraima. Com a pauta do ecofeminismo Kerexu Yxapyry, em português Eunice Antunes, teve uma votação expressiva com 10.252 votos sendo a primeira candidata Guarani para a câmara federal pelo PSOL. É formada em Gestão Ambiental pela Universidade Federal de Santa Catarina e mora na Terra Indígena (TI) Morro dos cavalos, em Palhoça (SC). Outra candidata mulher foi Sônia Guajajara, muito conhecida no Movimento Indígena, mora na Terra Indígena (TI) Arariboia, Maranhão. Elas não se elegeram, mas contribuíram para dar visibilidade às questões indígenas como a demarcação de terras. Até o momento o Cacique Xavante Mário Juruna era o único representante indígena na Câmara dos Deputados eleito pelo PDT em 1982 pelo Rio de Janeiro com mandato até 1986. A Justiça Eleitoral contribuiu no processo e criou em 2016 o Programa Eleitor do Futuro (TRE-RR) apresentado nas escolas indígenas em parceria com a UNICEF-

BRASIL. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) criou em 2018 um programa de inclusão sociopolítica em comunidades indígenas com cartilhas bilíngues em Tocantins (TRE-TO) para promover a participação de indígenas no processo eleitoral. Sessões eleitorais foram criadas em áreas indígenas bem como o recadastramento biométrico, ações que podem contribuir no processo democrático.

O Movimento Indígena de Mulheres no Brasil vem crescendo com a contribuição de Célia Xakriabá de Minas Gerais, Pietra Dolamita Kauwá Apurinã do Acre, Valdelice Veron Guarani e Kaiowá, Jozileia Daniza Kaingang, as peruanas Chañan Cori Coca – guerrera inca/ siglo XV, Micaela Bastidas - rebelde indígena/ 1744-1781, Bartolina Sisa – rebelde aimará/ 1753-1782, Comandanta Ramona – México, Domitila Chúngara – Bolivia, Rigoberta Menchú – Guatemala, Dolores Cacuango – Equador entre tantas outras que lutaram e que lutam em seus cotidianos contra as desigualdades.

Nas redes sociais diferentes grupos indígenas no Brasil possuem páginas e utilizam o apoio nas novas mídias para divulgar aldeias, corais, associações, eventos, campanhas, artesanato, política, filmes, documentários, são youtubers, estudantes e professores indígenas, escolas indígenas centros e grupos de pesquisas, projetos etc. Há uma rede sendo criada para fortalecer os movimentos indígenas e dar visibilidade a essas questões. A Rádio Yandê é um importante veículo nesse contexto.

Como projeto de intervenção para dar visibilidade às questões de gênero com foco nas mulheres indígenas produzimos o documentário *orérembiú eteí* “nossa própria comida”[3] em 2016 com recursos do Prêmio Elizabete Anderle de Incentivo à Cultura (2014). A principal ação do projeto foi a apresentação do audiovisual em escolas públicas para discutir o tema com estudantes e professoras/es. Foram mais de sessenta sessões com mais de dois mil e cem espectadores. Outra produção dos professores indígenas participou da III Mostra Tela Indígena (2018) no Rio Grande do Sul. É um profundo caminho a ser trilhado e os jovens indígenas, sendo mulheres ou homens, com o apoio de seus parentes caciques e pagés, buscam manter a tradição nesse contexto atual.

[3] Disponível via https://www.youtube.com/watch?v=TK5XN4oaXO0. Uma página no facebook foi criada para dar suporte às atividades https://www.facebook.com/orerembiu.etei.

A REPRESENTATIVIDADE DE MULHERES INDÍGENAS MBYÁ-GUARANI

No caso Mbyá-Guarani, grupo indígena pesquisado que habita terras entre o Brasil, Uruguai, Argentina, Paraguai e Bolívia, a prática diária da alimentação dita por eles como “tradicional” com a plantação de sementes herdadas de parentes, com a influência da lua, sem a utilização de insumos químicos, a prática de coleta na mata e o reconhecimento do papel da biodiversidade são essenciais para a continuidade dos saberes femininos (TEMPASS, 2010). São as mulheres que detém esse saber repassado de uma geração para outra. Esses sistemas alimentares dos povos originários passaram por adaptações e ressignificações com o passar dos anos desde o início da colonização europeia no Sul do Brasil e das relações interétnicas estabelecidas no novo contexto de contato no território. Com essa nova relação um desses grupos, o Mbyá-Guarani, foi obrigado a modificar drasticamente seu modo de vida e seu sistema alimentar (SILVA, 2003; 2008). A pesquisa evidenciou que assim como outros grupos indígenas a população Mbyá guarani teve sua alimentação profundamente alterada em consequência da sua relação de contato com a sociedade nacional envolvente e as mudanças que ocorreram na sua relação com a terra e o seu território a partir daí, como a perda da sua soberania alimentar. Essa situação tem ocasionado consequências complicadas para as crianças e a infância Mbyá-Guarani. Atualmente sobrevivem da renda de aposentadoria, trabalhos sazonais, venda de artesanato, há professores, merendeira e agente de saúde. Compram alimentos, há eventuais doações de parceiros locais e regionais, fazem roça e utilizam uma pequena mata, mas não é a realidade de todas as outras aldeias Mbyá-Guarani. Silva (2013, p. 6) diz que “na região em estudo, grupos de etnias diversas, elaboram suas fronteiras étnicas utilizando a culinária como um dos itens emblemáticos para construir suas identidades”. Os Mbyá-Guarani são os principais interessados em permanecer enquanto grupo para dar continuidade às tradições imemoriais e a alimentação é um fator determinante. Essas mulheres trazem consigo muitas memórias relacionadas ao território, meio ambiente, saúde, alimentação etc. Reconhecer a diversidade dos povos deve fazer parte do processo de aplicação de políticas públicas e territoriais, fundamentado na discussão e reflexão desse contexto histórico recusado e escondido

intencionalmente há gerações, para que se reconheçam as identidades dos povos originários que até hoje ocupam o território.

A aldeia pesquisada se chama *tekoá vy'a*, Aldeia Feliz, e está situada na localidade de Águas Claras em Major Gercino, região Noroeste da Grande Florianópolis, Vale do Rio Tijucas, estado de Santa Catarina, Brasil. Desde a década de 1990 o grupo que habita atualmente a aldeia *vy'a* e que anteriormente residiu em outras terras busca alternativas em conversas com representantes governamentais para dar continuidade às formas ditas por eles "tradicionais" de se viver como Mbyá-Guarani. As terras foram adquiridas em 2007 com recursos advindos do convênio entre o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes/DNIT e a Fundação Nacional do Índio/FUNAI pela duplicação da BR-101 trecho Palhoça (SC) – Osório (RS). Algumas famílias permaneceram na antiga localidade onde residiam no *tekoá itaty* no Morro dos Cavalos (SC) e aguardam indenização. Nesse projeto governamental em média trinta aldeias de diferentes grupos foram impactadas (DARELLA; GARLET; ASSIS, 2000).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se com este artigo apresentar abordagens para dar visibilidade às discussões de gênero referentes às mulheres indígenas para podermos pensar em parcerias e redes com as comunidades indígenas estratégias de enfrentamento dos preconceitos e desigualdades sociais com ações afirmativas e pesquisas que possam subsidiar políticas públicas. Na atualidade a demarcação de terras é a principal bandeira da luta dos grupos indígenas para que se possa assegurar a continuidade de sua identidade cultural, cosmologia e tradição. Por conta da violência histórica, timidez, das barreiras da língua e do papel que exercem na família as mulheres indígenas ainda são pouco ouvidas. As mídias sociais podem ser ferramentas importantes nesse processo para contrapor a imagem que historicamente a mídia tradicional contribui para estereotipar os grupos indígenas, em especial às mulheres.

REFERÊNCIAS

20 mulheres da América Latina que você precisa conhecer. Veiculada em 20/02/2018.Disponível via < https://asminanahistoria.wordpress.com/2018/02/20/20-mulheres-da-america-latina-que-voce-precisa-conhecer/ > Acesso em 25/03/2019.

Artistas, Educadores, Youtubers: a luta da juventude indígena em múltiplas expressões. Brasil de Fato, 24/03/2019. Disponível via < https://www.brasildefato.com.br/2019/03/24/artistas-educadores-youtubers-a-luta-da-juventude-indigena-em-multiplas-expressoes/index.html?fbclid=IwAR2uJpUYeKI9BS78Zk7j3mexbewlMCu4wCwC48CSNx-p6F7I9wAlTaTs51M > Acesso em 25/03/2019.

BRANDAO, Carlos Rodrigues. Identidade e etnia: construção da pessoa e resistência cultural. Papéis, personagens e pessoas. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 13-49.

BUTLER, Judith. 2011. Vida precária. Contemporânea, São Carlos, v. 1, n. 1, p. 13-33, jan.-jun. 2011. Disponível em: < http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/18/3 >. 13/01/2019.

CARDODO DE OLIVEIRA, Roberto. Identidade, etnia e estrutura social. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976.

CLASTRES, Hélène. Terra sem Mal. São Paulo, Brasiliense, 1978.

DARELLA, Maria Dorothea Post; GARLET, Ivori José; ASSIS, Valéria Soares de. Estudo de Impacto: as populações indígenas e a duplicação da BR 101, trecho Palhoça/SC – Osório/RS. Florianópolis – São Leopoldo, 2000. Disponível via<https://view.officeapps.live.com/op/view.aspx?src=http%3A%2F%2Fwww.antropowatch.com.br%2Fcariboost_files%2FTX3_201_20eia-rima.doc> Acesso em 10/11/2014.

FEDERICI, Silvia. Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução Coletivo Sycorax. Editora Elefante, 2017. Disponível via < http://coletivosycorax.org/wp-content/uploads/2016/08/CALIBA_E_A_BRUXA_WEB.pdf > Acesso em 27/08/2017. Había uma vez uma Peruana – Xilófono 2008.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). Povos indígenas no Brasil. Quem são? disponível via < https://pib.socioambiental.org/pt/Quem_s%C3%A3o > Acesso em 05/04/2019.

JULIO, Suelen Siqueira. Mulheres indígenas na América Latina Colonial. XXVIII Simpósio Nacional de História. Florianópolis, 2015. Disponível via < http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1439240941_ARQUIVO_Anpuh2015.pdf > > Acesso em 25/03/2019.

LASMAR, Cristiane. Mulheres indígenas: representações. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 7, n. 1 -2, p. 143-156, 1999. Disponível em: < https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11989/11264 >. Acesso em 5 ago. 2017.

LATOUCHE, Serge Pequeno tratado do decrescimento sereno. São Paulo: Editora WMF, 2009.

MAX-NEEF, Manfred A. Desenvolvimento à escala humana: concepção, aplicação e reflexões posteriores. Contribuição de Antonio Elizalde e Martin Hopenhayn. Tradução Rede Viva. Blumenau: Edifurb, 2012.

MIES, Maria & SHIVA, Vandana. Ecofeminismo - teoria, crítica y perspectivas. Mujeres, voces y propuestas. Barcelona: Icaria Antrazyt, 2007. Disponível via < http://www.icariaeditorial.com/pdf_libros/ecofeminismo.pdf > Acesso em 29/01/2019.

MONTEIRO, John Manuel. De índio a escravo: a transformação da população indígena de São Paulo no século XVII. Revista de Antropologia. São Paulo, 1989, p. 151-174.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (ed.). La Colonialidad del Saber: Eurocentrismo y Ciencias Sociales. Perspectivas Latinoamericanas, 2000. p. 201-245.
RIBEIRO, Darcy. América Latina: a pátria grande. 3 ed. São Paulo: Global, 2017, p. 57-69.

SACHS, I. Estratégias de Transição para o Século XXI, desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce & DALLABRIDA, Ivan Sidney. Ecossocioeconomia das organizações: gestão que privilegia uma outra economia. Revista. FAE, Curitiba, v.12, n.2, p.17-33, jul./dez. 2009.

SILVA, Katiane; MACHADO, Vinícius da Silva; FURTADO, Gabriela Galvão Brava; RODRIGUES, Alessandro Baltazar. Tutela, classificações e pratica da Renda Indígena no Relatório Figueiredo: algumas considerações sobre processos de desumanização dos povos indígenas na gestão do Serviço de Proteção aos Índios. Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 314-341, jul./dez. 2018. Disponível via < https://seer.ufrgs.br/EspacoAmerindio/article/view/83576/51549 > Acesso em 03/01/2019.

SILVA, Marilda Checcucci Gonçalves da. Mistura, identidade e memória na alimentação de imigrantes brasileiros em Barcelona. Revista Hábitus. Goiânia, v.11, n.1, p. 111-130, jan./jun. 2013.

_____. O papel da mulher no processo de adaptação alimentar dos imigrantes europeus em Blumenau. Fazendo Gênero 8. Corpo, Violência e Poder. Florianópolis: 2008. Disponível em <http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST6/Marilda_Checcucci_Goncalves_da_Silva_06.pdf>. Acesso em 27/10/2014.

_____. A Alimentação e a Culinária de Imigração Europeia no Vale do Itajaí. Blumenau/Edifurb, Revista de Divulgação Cultural O Humano. No. 80 – maio/agosto de 2003.

SMITH, Andrea. A violência sexual coo uma ferramenta de genocídio. Revista Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 195-230, jan./jun. 2014. Disponível via < https://seer.ufrgs.br/EspacoAmerindio/article/view/47357/29960 > Acesso em 13/01/2019.

SOUSA, Emilene Leite. Laudinhos antropológicos: as crianças indígenas e os processos de demarcação de terra. Revista Tellus, Campo Grande, MS, ano 18, n. 35, p. 113-138, jan./abr. 2018. Disponível via < http://www.tellus.ucdb.br/index.php/tellus/article/view/490 > Acesso em 09/08/2018.

SOUZA, Aquiles Duarte de. Identidades veladas. Fanny: a formação e a educação na cidade de Brusque na década de 1960. [Dissertação de Mestrado]. Universidade do Vale do Itajaí (Univali). Programa de Pós-Graduação em Educação, 2005. Disponível via < https://siaiap39.univali.br/repositorio/bitstream/repositorio/1761/1/AQUILES%20SOUZA_parte%201.pdf > Acesso em 24/02/2019.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Etnodesenvolvimento: Uma Dimensão Ignorada no Pensamento Desenvolvimentista. Anuário Antropológico. vol. 84, 1985, p. 11-44. Disponível em < http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CB8QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.dan.unb.br%2Fimages%2Fpdf%2Fanuario_antropologico%2FSeparatas1984%2Fanuario84_rodolfostavenhagen.pdf&ei=wSVOVK7oGs2MNsz9gPgI&usg=AFQjCNGeNf9_-bODOrpbAxPg9tmlfQV6BQ > Acesso em 01/08/2014.

TEMPASS, Mártin César. “Quanto mais doce, melhor”: Um estudo antropológico das práticas alimentares da doce sociedade Mbyá-Guarani. [Tese de Doutorado]. Orientador: Prof. Dr. Sergio Baptista da Silva. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: fevereiro de 2010. Disponível em <http://www.bibliotecadigital.ufrgs.br/da.php?nrb=000748441&loc=2010&l=9a05df39af9a9caf> Acesso em 18/03/2013.

TODOROV, Tzvetan. A conquista da América: a questão do outro. Tradução: Beatriz Perrone Moisés, Martins Fontes. 2.ed. São Paulo. 1999. Disponível via < https://portalconservador.com/livros/Tzvetan-Todorov-A-Conquista-da-America.pdf > Acesso em 09/08/2018.

WARREN, K. Ecofeminist Philosophy: A Western Perspective on What It Is and Why It Matters. Rowman & Littlefield Publishers, 2000.

FLORES RARAS E SEUS ATOS POLÍTICOS: Uma análise fílmica sobre discursos políticos contidos na obra de Bruno Barreto

Rílori Araujo Braga[1]

RESUMO
A arte como importante precedente tem em sua função manifestar algo, através dos anos as manifestações artísticas tornaram-se importante material político. O cinema, como uma das mídias artísticas mais populares, carrega em seu discurso conteúdos ideológicos, desde o seu início. O filme "Flores Raras" do diretor Bruno Barreto relata de forma ficcional o amor vivido entre a escritora norte-americana Elizabeth Bishop, e a arquiteta brasileira Lotta de Macedo Soares. Entre conflitos sobre relacionamentos e política o filme retrata um relacionamento homoafetivo nos anos de 1950, 1960 e 1970 no Brasil. A existência e a sobrevivência de um envolvimento homossexual na elite do Rio de Janeiro é explorada e abre cenário para importante discussão política dentro da obra cinematográfica, procura-se explorar aqui, quais discursos políticos percorrem o filme e quais elementos constroem a opinião política na produção final da obra.

Palavras-chave: Audiovisual. Cinema. Discurso político. Análise fílmica.

O cinema não é uma ciência exata e segue sendo utilizado de diferentes maneiras para representar de forma ficcional, histórias do cotidiano ou fábulas elaboradas. Através dos códigos de criação de sentido, a humanidade conseguiu condensar sua complexidade em diferentes veículos de comunicação social, os que perduram até hoje são os que inevitavelmente agradam o público ou que possuem um forte interesse monetário. Caso seja possível unir os dois propósitos, excelente. Em seus breves anos de existência, o cinema provou uma enorme maestria em construção de discursos populistas, criação e projeção de arquétipos e identidades, e somado a tudo, uma grande facilidade em comunicar-se politicamente sem necessariamente justificar isso ao público. Esse distanciamento acontece porque quando se fala em cinema, o que é assistido é uma versão de alguma história, seja ela ficcional ou baseada em fatos. Os diferentes estilos de cinema não alteram essa realidade, apesar da modernização em que reina soberano é, a perspectiva do diretor, em seu início a arte de fazer filmes foi totalmente desenvolvida a partir de ideias e concepções do que seus *filmakers* abordariam em seus projetos,

[1] Formada em Comunicação Social com ênfase em Publicidade e Propaganda pela UNICENTRO, estudo sobre cinema, gênero e política.

naturalmente dentro do homem enquanto ser humano, existe uma formação ideológica e social que o cerceia desde seu nascimento, então a construção de um discurso fílmico pode ser lido como um ato político.

Apesar de os discursos e atos políticos tenha surgido com os primórdios da política e da comunicação humano, o cinema ganhou grande participação, no período da primeira guerra mundial, onde foi fundamental para consolidar o audiovisual enquanto munição política. Marc Ferro (1993) chega a afirmar que antes disso na batalha dos ingleses, na Guerra dos Boêres o artifício já fora utilizado, mas vemos sua efetivação enquanto propagando política, anos mais tarde. Nessa época o termo utilizado era cinema propaganda, e mesmo com seus poucos recursos sua tecnologia era inovadora. Seus fatos, argumentos e ideologias políticas eram distribuídas imoderadamente a população que desenvolvia sua opinião política através desses materiais. Aqui entram dois pontos, a força da manipulação em massa através de recursos audiovisuais, e a popularização do cinema. É de importante percepção a dimensão das propagandas políticas através do cinema, quando Benito Mussolini em 1937, inaugura Cinecittà, uma indústria de produção de cinema em massa, na Itália, e descreve esse período, como sendo “o cinema a arma mais forte do regime fascista”. (Apud GILI, J. L’Italie de Mussolini et son cinéma. Paris: Henri Veyrier, 1985. p.103)

A proporção que o audiovisual ganhou com o cinema propaganda é significativa para a história. Nesse ponto conseguimos compreender que, politicamente falando o cinema basicamente emerge e desenvolve-se a partir de estratégias políticas para a dominação de um determinado público. Seria então o cinema desde seu primórdio um poderosa arma de discursos políticos ou uma estratégia de entretenimento para basicamente alimentar uma necessidade de distração em massa?

BANALISSÍMAS

Esse artigo pretende investigar a existência de um discurso político em uma obra ficcional brasileira do ano de 2013, e analisar de qual forma esse discurso fica evidenciado na trama. Serão utilizados teóricos de cinema como Jacques Aumont, Michel Marrie, Marc Ferro, Denise Guimarães entre outros para investigação teórica sobre análise fílmica. A obra escolhida chama Flores Raras e conta a história de um

romance entre uma arquiteta brasileira e uma escritora norte-americana que relacionam-se entre anos de 1950 à 1970, importantes anos políticos para a história brasileira.

A arte de analisar uma obra cinematográfica, é quase tão antiga quando o próprio cinema, e já possuiu seus anos de ouro quando páginas de jornais e periódicos eram destinadas para análises, com críticas ou ressalvas positivas, a analise fílmica percorre a história juntamente com o cinema. Em uma perspectiva feminina, a teórica Laura Mulvey (1999), explica a fascinação por essa forma audiovisual de manifestação de arte, é a mágica junção contraditória da libido com o ego. Essa representação das ações cotidianas, acabam funcionando como uma auto análise para o espectador.

Ao dinamizarmos a arte de criar histórias em um universo diegético de cunho político, estamos explorando as construções de discurso de uma obra cinematográfica e dentro dela, todo o universo necessário para isso. Os autores Aumont e Marrie (2004), enfatizam que o conteúdo de um filme só existe na consideração do espaço fílmico, e não na história contada, ou nas intenções que o autor ou diretor pretendem passar, entretanto nenhuma ação, mesmo dentro do filme, são insignificantes. A análise de um filme pode ser direcionada para vários fatores, como a inserção do som em uma obra, os códigos de cores que criam uma familiaridade para mudanças dentro do enredo de determinada história, ou até mesmo uma análise da construção fotográfica do filme. No presente artigo, nosso foco será para a análise dos discursos, principalmente políticos, contidos no filme Flores Raras.

> A análise incide principalmente sobre diálogos e a interação comunicacional, mas também convoca parâmetros especificamente fílmicos: a grandeza da montagem, e mais globalmente a relação da palavra gravada com a imagem. Esse tipo de análise do diálogo fílmico e da conversação pode também agir retrospectivamente sobre certas investigações de pragmática do discurso, proporcionando-lhes corpus de novos exemplos e situações específicas. (Aumont e Marrie. Pg 208, 2004)

Com a direção de Bruno Barreto, a obra contém um material importante para a análise, o diretor consegue em uma obra relacionar temas como a homofobia, ditadura militar e a elite burguesa, no Brasil na década de 1960, de forma suave, transparecendo de primeiro momento uma ausência de opiniões políticas, e um enfoque puramente no relacionamento amoroso, entre duas mulheres. Ao longo da análise será ressaltada a importância para a atenção de alguns detalhes em cenas

específicas, para observar quais os códigos estéticos presentes na diegése, que compõem o quadro do discurso fílmico.

A trama baseada em fatos, percorre importantes anos políticos brasileiros, porém tratando de uma obra ficcional, não possui grande apreço ao tempo cronológico em que algumas questões realmente ocorreram no país. O cenário que a obra percorre é o Rio de Janeiro entre os anos 1950 à 1970, durante diferentes governos e formas de organização social, a narrativa foca o relacionamento amoroso de Meria Carlota Costallat de Macedo Soares ou “Lotta”, arquiteta brasileira, responsável pela idealização do projeto do “Aterro do Flamengo”, atualmente ponto turístico na cidade do Rio de Janeiro, com a escritora norte-americana Elizabeth Bishop, ganhadora do prêmio Pulitzer como poetisa, e importante nome feminino na literatura.

O romance tem cidadania brasileira e demonstra em sua trama diferentes cenários e decisões políticas sobre do país. A construção de uma das maiores obras arquitetônicas na cidade do Rio de Janeiro, as mudanças na sociedade ao longo dos anos, o golpe militar e até exílios políticos, são abordados dentro da narrativa. Trataremos o relacionamento homoafetivo entre as protagonistas, principalmente na época em que aconteceu, como ato político, mas o foco da análise são as divergentes opiniões sobre um cenário de repressão militar e interesse político, durante a trajetória da trama.

Dentro da obra, as personagens são construídas caricatamente e a absorção de suas principais ideias, são facilmente evidenciadas. Vale ressaltar que a identificação do público com o enredo da obra, acontece propositalmente através de inúmeras técnicas que misturam psicanálise e narratologia, para Marc Vernet (1975), isso acontece principalmente quando a personagem é colocada em posição de narrador. Por vezes, arquétipos podem ser construídos ou reforçados através de elementos como habito comportamental da personagem, representado através de um trejeito ou pela escolha elaborada do figurino. E isso sustenta ao longo da trama para completar a ideia de proximidade e identificação do espectador.

Bruno Barreto, na montagem desse filme, conseguiu condensar alguns artifícios que colaboram com a identificação das personagens com o espectador. Desde o início o diretor explora a poesia associada a cenários belamente elaborados de forma ampla, para transmitir diferentes cargas dramáticas ao longo da narrativa.

Logo na apresentação de suas duas protagonistas ele delimita seus tons e contrapontos em relação a construção da personalidade de suas personagens. Com seus planos abertos ao representar Nova York cinzenta dos anos 1950, Barreto apresenta Elizabeth Bishop, e ao percorrer com câmeras em travelling, um Rio de Janeiro tomado por arvores e monumentos estéticos que a natureza fornece, o diretor monta um importante contraponto de personalidade uma discreta e profunda e a outra extremamente expansiva e poética.

O enredo do filme é voltado para a construção do relacionamento amoroso entre as personagens, a impressão positiva observada logo no início da obra é falta de elementos machistas dentro da trama, principalmente tratando-se de uma história que aborda o relacionamento entre duas mulheres. Laura Mulvey (199) em uma elaborada teoria que ao mesmo tempo questiona e concorda com Freud, discorre sobre como constantemente o desejo feminina tradicionalmente é relatado como uma forma de castração masculina e feito exclusivamente para impactar a trama da personagem masculina.

> Woman's desire is subjected to her image as a bearer of the bleeding wound, she can exist only in relation to castration and cannot transcend it. (Laura Mulvey, pg 58. 1999)

Ao montar a trama com três personagens femininas ele explora as diferentes formas de sexualidade das protagonistas e acaba eliminando comportamentos padrões machistas dentro do enredo fílmico. Nota-se um cuidado sobre a erotização do corpo feminino na trama, tanto para transmitir a sensação estética da época, quanto para preservação e não banalização do amor homoafetivo.

Nesse sentido, Barreto apresenta Bishop escritora de grande renome, como uma mulher pálida, tímida e procurando felicidade, por volta dos seus 40 anos, lança-se então em uma aventura na sua cura geográfica, nomeada assim pelo seu amigo Robert Lowell, e desembarca em terras brasileiras na cidade do Rio de Janeiro em meados de 1950. Sua anfitriã brasileira é Lotta de Macedo Soares, a arquiteta autodidata, é representada como uma mulher de notável influência política, gestos extravagantes e uma brasilidade intrínseca a ela. Nos primeiros minutos de filme é apresentada, para o público, a terceira integrante do que vem a ocasionar em um triangulo amoroso na trama, Mary Morse, bailarina norte-americana, é representada com uma beleza e vivacidade estonteantes.

FLORES POLÍTICAS

Imagem1: Atriz Glória Pires como Lotta

Lotta de Macedo Soares

Lotta além de uma designer natural é a representação da força e independência da mulher brasileira, direitista em oposição total ao pai, José Eduardo de Macedo Soares, a arquiteta, estudou em instituições de arte fora do Brasil, e faz parte de uma elite brasileira privilegiada dos anos 1950. Sua maior criação foi o projeto arquitetônico do Parque do Flamengo, localizado na cidade do Rio de Janeiro e construído durante o governo de Carlos Lacerda como governador do estado de Guanabara.

A força da personagem é evidenciada por uma mulher determinada, expansiva e carismática beirando a agressividade. Com praticamente a ausência da fala sobre a mãe e os irmãos da arquiteta o filme pelo olhar do diretor deixa implícito a relação mais importante para ela, que são seus amigos da alta sociedade, suas amantes, e seus empregados da fazenda. Seu bom gosto é apresentado por meio das suas coleções de obras de arte, seus acessórios pessoais e também o design do seu lar. A leveza não aparece como característica da personagem em nenhum momento, e até mesmo suas ações de descontração refletem um arquitetônico planejamento, excelentemente premeditado.

A relação de arquiteta com a política, é enunciada ao público através da apresentação de Carlos Lacerda, amigo íntimo que frequenta sua casa. A personagem do político demonstra forte recepção as relações amorosas de sua

amiga, assim como uma nítida ambição política. Lacerda, como os demais amigos de Lotta, demonstra requinte, burguesia e boa educação. Já em sua primeira cena de apresentação o político demonstra total interesse em ser Presidente do brasil. Carlos, então recita uma parte de um poema da escritora Bishop, o que causa desconforto na poetisa. Essa é a primeira cena para observarmos como Barreto conduzirá os discursos políticos dentro da trama.

O diretor utiliza da simpatia de sua personagem para criar fluxos de identificações primárias e secundárias. Jaques e Aumont (2004) falam que essas identificações "secundárias" recobrem, pelo menos superficialmente, o que a crítica de cinema descobriu desde há muito: que o filme suscita no espectador afetos, simpatia e antipatia. Ao ganhar espaço na trama a figura de Lacerda é emblemática pela sua suavidade e cordialidade, em um filme que retrata um romance homoafetivo no Brasil em 1950, tem como cenário um país rodeado pela repressão de todas as formas.

> É claro, por exemplo, que as identificações secundárias têm como suporte privilegiado certos elementos da narração, essencialmente 1) as personagens, ou mais exatamente os traços constitutivos das personagens, e 2) as situações, ou mais exatamente os acontecimentos unitários que constituem a situação- mas que, no cinema, esses elementos narrativos se tornam pretexto para a identificação na medida em que são visualizados. (Aumont e Marrie. Pg 225, 2004)

Algumas questões são dignas de observação, nesse primeira, a mesa estão postas comidas tidas como tipicamente brasileiras, o arroz branco, o feijão preto, e a farofa com iguarias brasileiras. A visão representada, é uma longa mesa, inserida dentro de uma sala de jantar, ao lado de fora é possível observar muita folhagem verde e dentro de casa, uma norte-americana intrigada com o funcionamento da refeição. Barreto, com seus elementos estéticos, ainda divide muito bem o que é ou não brasileiro nessa cena e coloca de forma solicita a personagem de Lacerda. O diretor foca no político recitando o poema de forma natural e estranha surpresa para as demais personagens sentadas à mesa. Então um jogo de movimentos de câmera que hora aproxima e foca no político, hora foca em Elizabeth Bishop, demonstra um desconforto que não existia antes na escritora.

Imagem 2: Elizabeth Bishop

Atriz Miranda Otto como Elizabeth Bishop

A câmera sempre busca focar em Lotta e suas reações para compor as cenas, mesmo ela não sendo o foco. Aqui podemos perceber a tensão aumentando enquanto somos conduzidos pelas expressões da atriz e também pela trilha sonora. Tony Berchmans (2008), explica que a única definição suficientemente justa para a função da música no cinema é de que, de uma maneira ou outra, ela existe para "tocar" as pessoas. Ela sempre estará lá por alguma motivo, e ainda que não possamos claramente ouvi-la, podemos senti-la. De forma expansiva, Lotta coloca-se em cena, finalizando o poema e demonstrando novamente uma leve agressividade em sua fala, fazendo a câmera sempre percorrer seu olhar e sua boca, sempre expressivos.

A narrativa segue seu curso de forma neutra e após um incidente com a fruta Caju, Elizabeth acaba tendo que permanecer por mais alguns dias no Brasil, o romance das duas então se consolida. E como escolha de segunda cena a ser analisada é a leitura despretensiosa de Bishop em um jornal "Abaixo ao Governo".

A escritora pergunta o que significa a expressão e qual a relação da brasileira com José Eduardo de Macedo Soares, e aqui descobrimos que ele é pai da arquiteta. Ironicamente apresentado por Lotta como: o homem que dormiu com a minha mãe, nove meses antes de eu nascer. Esse pode ser o primeiro contato do espectador com o progenitor da brasileira, entretanto novamente coloca uma intensão de discurso político ao apresentar um jornalista de renome como ele que se posiciona em oposição total ao governo da época.

Lotta calma e ironicamente responde todas as dúvidas da escritora, mas posiciona o espectador em relação a seu pai a política. Ismail Xavier (2014) fala sobre a junção de elementos que constroem o discurso cinematográfico. Nessa cena em específico o posicionamento da Lotta, assim como a despreocupação da mesma enquanto fala sobre seu pai, fomenta uma impressão de curiosidade no espectador.

> ... O cinema é também ponto culminante de uma liturgia – a verdade que ele revela é "indizível" e origina-se nas virtudes da própria imagem luminosa. Não é fruto de um trabalho discursivo, da articulação de elementos ou da construção de um espaço que cria um lugar para as coisas. É resultados apenas da presença bruta de cada elemento... (Ismail Xavier, pg 103. 2014)

Com o desenrolar da trama o relacionamento das duas vira protagonista, mas acaba constantemente abrindo uma deixa para um segundo tema importante, os encontros políticos de Lotta. Ela é retratada como uma mulher de negócios, e acaba abrindo espaço para que Bishop faça parte da sua vida pessoal e social.

Como terceira cena a ser abordada, o casal comparece a um evento já declarando público seu envolvimento, aqui é de importante atenção que o envolvimento público que elas mantêm é focado na convivência delas com seus amigos e familiares próximos, como a homofobia não aparece no discurso do filme subentendesse que nenhum episódio verdadeiramente importante aconteceu. Com essa participação em um evento, a escritora conhece José Eduardo de Macedo Soares, o pai de Lotta, e com uma aparência de um homem esguio, nos seus 60 anos, ele fala de forma breve, que possui conhecimento do relacionamento delas.

A quarta cena de grande importância é a conversa da arquiteta com seu amigo então eleito Governado do Estado de Guanabara Carlos Eduardo, eles dialogam sobre investimentos públicos como a necessidade da construção de uma linha de esgoto na cidade do Rio de Janeiro, mas a arquiteta coloca seu posicionamento incisivo do que realmente acredita ser o melhor para a imagem de seu amigo, recém eleito. Ela afirma que é necessário deixar na memória da população alguma evidência de que seu governo efetivamente supriu necessidades populacionais. Então, Lotta propõem a construção do Aterro do Parque do Flamengo, no governo de seu amigo. É importante lembrar que quando Carlos foi eleito, o Brasil ainda estava dentro do regime democrático.

A história continua com a magnitude da arquiteta apoiando e projetando o parque, e em como quinta cena, a ser analisada, novamente a relação dela com seu pai é colocada à prova quando, em sua coluna, ele chama o projeto arquitetônico

dela de “elitista”. O conflito da personagem com seu pai é exaltado já que os dois possuem uma discrepância no que diz respeito ao governo brasileiro.

> ...aquele de um cidadão comum que, não com brutalidade ou por alguma intolerável violência mas com o apoio dos seus concidadãos, torna-se soberano da sua pátria-e esta podemos chamar um “principado civil”, à chefia do qual não se ascende necessariamente com o concurso de todas as virtudes ou com o concurso de todas as condições favoráveis..., eu assevero que uma tal ascensão dependerá ou do apoio do povo, ou do apoio dos poderoso. (Nicolau Maquiavel, pg 45,2004)

A arquiteta não participa como representante política em nenhum momento, entretanto tem sua participação efetiva, sendo opondo seu pai que dentro da narrativa é posicionado como defensor do interesse do povo, ou a favor de seus amigos retratados na trama como elitistas. As desavenças entre ela e José Eduardo de Macedo Soares, ressonam para além de apegos familiares, e aparecem constantemente no cenário político brasileiro como centro de discussão.

O GOLPE NAS FLORES

O filme desenrola de forma mais densa e as protagonistas acabam cercadas por decisões políticas que envolvem diretamente seu relacionamento com o mundo exterior. O momento em que a escritora Elizabeth Bishop ouve no rádio sobre o golpe militar, sendo aqui a sexta cena a ser analisada, fazem com que a tensão inundem a diegése e também as sensações do espectador. É anunciado como uma transmissão via rádio que os militares estão no poder, imediatamente a escritora liga para sua amada em busca de informações, principalmente no que diz respeito a segurança física da arquiteta. E é nesse momento em que sabemos, exatamente, a posição política de Lotta. Ela relata que eles estão em sala todos reunidos e que o golpe foi um sucesso, que seus aliados estão comemorando o início de uma nova era para o povo brasileiro. Com pouco diálogo e um semblante em choque a escritora transparece não compreender a situação. Barreto somente utiliza do artifício da trilha sonora para embalar a cena, ele deixa a trama e o espectador absorverem aquela notícia, e então faz com que sua personagem que estava ao telefone, olhe para fora de uma janela, onde ele posiciona alguns homens jogando futebol de areia.

Chega então a sétima cena, e o momento crucial em que o diretor acaba posicionando seu discurso político. As protagonistas comparecem a um jantar

formal, sediado por políticos, e nesse momento Elizabeth que já havia ganhado o prêmio Pulitzer de literatura, por um poema escrito em terras brasileiras, discursa em relação à o que ela analisa da situação do pais.

> Como Tom Jobim disse, o Brasil não é para principiantes. Como pode-se viver em um país onde os selos descolam, o sabão derrete quase antes de você poder usá-lo e os rios correm rápidos demais para o mar? Eu gostaria de entender essa insuportável alegria que os brasileiros sentem, essa urgência constante de celebrar. E então há a sua melancolia, o drama, é um pandemônio. Para uma norte-americana assim como eu, é fora de proporção. Quando Kennedy foi assassinado, a comoção foi tão grande, o luto foi tão grande, porteiros, taxistas e faxineiras ficaram em luto. Por que? O que vocês perderam? Mas quando o golpe militar aconteceu e vocês perderam sua liberdade, eu estava lá. Eu vi, e vocês foram jogar futebol na praia. Quanto mais você fica em um lugar, menos você o compreende. (Elizabeth Bishop, Flores Raras, 2013)

A cena é carregada com uma trilha sonora mais densa e alta comparado a outras da trama, juntamente existem os barulhos de talheres e copos, e um burburinho vindo de outras personagens. A escritora está com um semblante calmo, e com um terno azul marinho destacando-se das demais paletas de cores dos convidados da mesa, fica evidente que ela é quem protagoniza essa cena. Ao utilizar esse artificio Barreto distância e divide as opiniões em relação ao golpe militar da escritora com a própria arquiteta. Denise Guimarães (2007) fala sobre os signos intercambiantes entre o visual e o verbal, e explana que, com a interferência dos recursos sonoros, o significante acaba ganhando movimento.

> A imagem integrada apresenta-se como equivalente ao texto verbal, numa relação de complementariedade ou de determinação recíproca. A complementariedade torna-se especialmente relevante nas mensagens multimidiáticas, porque nelas as possibilidades semióticas de expressão dos diferentes códigos utilizados vão permitir uma interpretação holística da mensagem total. (Denise Guimarães, pg78, 2007)

A junção da imagem, com os movimentos de câmera, com a escolha das cores do figurino, assim como o cuidado com da inserção de ruídos e da trilha sonora, embalam a direção de Barreto durante todo o filme. Em específico na cena do discurso, o texto belamente trabalhado compõem e marcam o pensamento político do diretor. Após esse episódio, as duas acabam envolvendo-se em uma briga e cortam relações, ao decorrer da trama. É apresentado para o espectador em cena o exílio político que Carlos Eduardo sofre, ele vai ao encontro de sua velha amiga Bishop na cidade de Nova York e relata que, os militares não aceitaram nenhum tipo de discussão ou argumentos. Ele relata que sua amiga arquiteta está mal, por vários motivos, mas principalmente após ser afastada das obras de seu

aterro do Parque do Flamengo, também a mando dos militares. Aqui é observável a não surpresa da escritora, que entende como acontece um regime totalitarista. Os dois são representados com aparência mais velha e cansada.

SAMAMBAIA

O filme Flores Raras relata o amor e os relacionamentos de forma curiosa, a todo momento o espectador é conduzido pelos vários artifícios a compreender que a trama trata-se de um relacionamento lésbico entre duas grandes mulheres, que moldam e fazem história através de seus legados até hoje. Entretanto, a profundidade expressada pela forma minuciosa de montar esse filme mostra outros aspectos honráveis e necessários de comentar. Para seguir com os fatos, o filme representa um relacionamento homoafetivo no Brasil, em anos extremamente conturbados, e as palavras preconceito, os títulos sociais como, gay e lésbica, não são mencionadas nenhuma vez na trama. Isso impulsiona o romance *lgbt* para um patamar dificilmente alcançado em outras obras audiovisuais, quando ele retrata o relacionamento só pelo relacionamento, e não com uma diferenciação de sexualidade, onde obrigatoriamente fatores externos de preconceito interferem no todo.

Barreto explora sentimentos, angustias e discussões pelo entrelaçamento humano e não pelas genitais ou gêneros envolvidos. O intercâmbio de lugares escolhidos para complementarem o filme que são, a fazendo em Samambaia, o Rio de Janeiro, a cidade de Nova York e até uma breve visita a Minas Gerais, mostra a diversidade de cenários que podem existir dentro de um filme relativamente curto, e sem grande orçamento. Outro ponto a ser ressaltado é o intercâmbio de línguas dentro do filme sem serem marginalizadas em nenhum momento, nenhuma naturalidade é superior a outra no discurso fílmico. E para chegar no ponto principal do que é tratado nas cenas, a ligação da existência humana com a política.

O filme inicia com um poema e como todo romance é esperado que questões dramáticas percorram a tela, mas o discurso em torno do amor e dos relacionamentos não compara-se com o forte discurso político que a trama carrega. Ao elaborar esse projeto de análise foi notável a perspicácia em que a produção envolta na realização do projeto do filme, tomou cuidados para elaborar uma obra, comercial e que ao mesmo tempo, retrata um Brasil repressivo em anos de governos

militares, de forma muito concreta, sem dramas, entretanto bruto. A todo momento é reforçada as amizades da protagonista brasileira com seus amigos e parentes que de fato compõem a política. Mas em nenhum momento o filme ausenta-se de outras formas políticas, seja em uma piada de relação a patrão e empregados, nas cordialidades entre as amizades que estão configuradas dentro de um aspecto social, ou em cenas onde colocam duas mulheres como acompanhantes uma da outra, em eventos formais. A política está presente em todas as pequenas interações do filme, e o espectador consegue observar isso. Assim como o posicionamento de toda a equipe que tem uma opinião ativa sobre a finalização do filme, editores, roteiristas, diretor, e produtores.

Claramente quando vemos um exílio político sendo retratado em uma obra cinematográfica onde o foco não é apontar dedos em nenhum tipo de governo, a história é respeitada e honrada, como se coloca-se em evidência para o espectador a afirmação de que, não importa o lado político que seja assumido, a liberdade continua prevalecendo como guia para o ser humano politizado. Para a interpretante, nessa análise, o discurso firma-se quando elementos depressivos, como câmeras em plano médio, cenários com cores frias, atores com maquiagens que remetem um semblante cansado, são inseridos, deixando nítida a posição da ideia geral que o filme passa sobre regimes totalitaristas, opondo-se ao que é observado nos filmes propaganda. Obviamente um não tem proximidade com o outro principalmente pela as finalidade, já que um é produzido “sem fins lucrativos”, mas com uma nítida intenção de dominação política, enquanto o outro é produzido para volta monetária e também para contemplação da arte cinematográfica.

Diversos autores, como Mulvey, discorrem sobre como o aparato do cinema como, a sala escura, a imersão do espectador, a magia e tudo que envolve a arte de certa forma manipulam a percepção de quem está assistindo, a diferença está no interesse que existe na produção de cada obra. E no filme Flores Raras o tom natural em falar-se de política e a evidência de que existem diferentes pontos de vista em relação a assuntos públicos e políticos, mostra a maturidade em falar de política para o público *mainstream*. O público assim como quem produziu o filme, já carrega em si, opiniões políticas, criticas sociais, arquétipos consolidados, assim como um leve desinteresse em refletir a cada minuto sobre cada assunto. Mas a obra de Bruno Barreto posiciona-se sim através de elementos técnicos, estéticos e

de discurso em relação a política brasileira. O desafio permanece sendo a elaboração de uma arte *mainstream* com pontuações políticas, que ao mesmo tempo em que deslumbrem seu espectador e o faça refletir acerca dos cenários sociais construídos.

REFERÊNCIAS

AUMONT Jaques & MARRIE Michel. L'Analyses des films. 3ª edição. 2004.

BERCHMANS, Tony. A música do filme: tudo que você gostaria de saber sobre a música de cinema. – 3ª edição -São Paulo: Escrituras Editoras, 2006.

FERRO, M. Cinéma et histoire. Paris: Gallimard, 1993. p. 83

GILI, J. L'Italie de Mussolini et son cinéma. Paris: Henri Veyrier, 1985. p.103

GUIMARÃES, Denise Azevedo Duarte. Comunicação tecnoestética nas mídias audiovisuais. – Porto Alegre: Sulina, 2007. 182p.

MACHIAVELLI, Nicoló di Bernardo dei, 1469-1527. O príncipe/ Maquiavel: tradução de Antonio Caruccio-Carporale. Porto Alegre: L&PM, 1998. 178p.

MULVEY, Laura. "Visual Pleasure and Narrative Cinema." Film Theory and Criticism : Introductory Readings. Eds. Leo Braudy and Marshall Cohen. New York: Oxford UP, 1999: 833-44.

XAVIER, Ismail, 1947- O discurso cinematográfico: a opacidade e a transparência, 6ª edição- São Paulo, Paz e Terra, 2014.

SITE1: http://valkirias.com.br/entre-versos-e-samambaia-elizabeth-bishop-lota-soares/#comment-3811 (acessado 29/01/2019)

SITE2: https://www.todamateria.com.br/carlos-lacerda/ (acessado 29/01/2019)

SITE3: IMAGEM1 https://cinemagia.wordpress.com/2013/08/23/resenhas-flores-raras/

SITE4: IMAGEM 2 https://www.posfacio.com.br/2013/08/27/os-livros-e-o-filme-flores-raras/

Qual é a produção de conhecimento da *Revista AzMina*?

Gabriela Braga Schander[1]
Daiane Bertasso[2]

RESUMO
Este artigo apresenta como objeto de estudo a produção de conhecimento nos discursos produzidos por uma revista feminista brasileira. O objetivo é perceber qual é o jornalismo produzido por uma mídia autointitulada independente e feminista, e se este é orientado pela ideia da produção de conhecimento. O objeto empírico é a *Revista AzMina*, sendo o *corpus* constituído de reportagens veiculadas no site. A pesquisa utiliza a metodologia feminista e a análise discursiva como aporte teórico-metodológico. Dentre as considerações finais da pesquisa tem-se a percepção de que o jornalismo feminista de *AzMina*, combativo, ideologicamente comprometido e posicionado, é uma das formas de se fazer conhecer mulheres e assuntos invisibilizados pela mídia tradicional e de ser uma prática de fato orientada pela ideia de conhecimento.

Palavras-chave: Jornalismo e Conhecimento. Gênero. Jornalismo feminista. *Revista AzMina*.

INTRODUÇÃO

A pesquisa realizada[3] em 2017 pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) e a Gênero e Número, identificou altos índices de assédio e violência presentes nas rotinas de trabalho das jornalistas brasileiras. As estatísticas mostram, por exemplo, que 92,3% das entrevistadas afirmaram já ter ouvido piadas machistas em ambientes de trabalho e 83,6% já sofreram algum tipo de violência psicológica nas redações. Em vista desses e outros resultados obtidos, o estudo conclui que a igualdade de gênero ainda é um impasse recorrente e um obstáculo a ser superado pelas redações jornalísticas.

Diante desse cenário profissional desagradável, somado ao histórico afastamento das mulheres na participação discursiva (SILVEIRINHA, 2012), iniciativas jornalísticas gerenciadas por mulheres começam a ser impulsionadas. A *Revista AzMina*, objeto empírico deste artigo, é um desses exemplos. Surgida em 2015 na internet, foi ganhadora do Troféu Mulher Imprensa em junho de 2017, na

[1] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bolsista CAPES.
[2] Professora adjunta no Departamento de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e no Programa de Pós-Graduação em Jornalismo (POSJOR/UFSC).
[3]Mulheres no jornalismo brasileiro. Disponível em: <https://www.mulheresnojornalismo.org.br/12901_GN_relatorioV4.pdf/>. Acesso em: 1 fev. 2019.

categoria “Melhor Projeto Jornalístico”. Hoje, conta com mais de 132 mil curtidas na página oficial do *Facebook*, e é uma das revistas de referência entre o público feminista. Mas que jornalismo é esse que está sendo produzido por ela?

Com o intuito de problematizar essa ideia, o objetivo desta pesquisa é perceber se o fazer jornalístico de um veículo de comunicação autointitulado independente e feminista está orientado pela ideia da produção de conhecimento e, em caso positivo, como se percebe este conhecimento e qual seu “tipo”, conforme reflexão proposta por Genro Filho (2012). Assim, ficam os seguintes questionamentos: esse veículo está mesmo produzindo conhecimento? E, mais em específico, que conhecimentos podem ser produzidos por uma mídia autodeclarada feminista?

A partir disso, ter como objeto de estudo a produção de conhecimento nos discursos produzidos por uma mídia feminista implica em um entendimento do feminismo enquanto movimento político-social que provoca uma ação e reflexão teórica. Assim, identificar-se enquanto pesquisadora feminista pertencente ao campo temático dos estudos feministas sugere questionamentos aos paradigmas tradicionais adotados pela ciência. Também é uma maneira de endossar a perspectiva de afirmação das mulheres como sujeitas do conhecimento (ZIRBEL, 2007), tanto no viés da produção de um material científico quanto na pesquisa de uma prática jornalística realizada por mulheres, a qual se supõe orientada pelo conhecimento.

Tendo como horizonte a metodologia feminista (GRAY, 1997; NARVAZ; KOLLER, 2006), utiliza-se a análise de discurso de linha francesa[4] como aporte teórico-metodológico, as SDs (sequências discursivas) de trechos das reportagens e a técnica de entrevista com uma das jornalistas da revista como materiais qualitativos. Para compor essa pesquisa, foram acessadas todas as reportagens presentes nas 15 subseções das “Reportagens” e nas 17 reportagens da seção “Especiais” desde a criação de *AzMina*, no período de 2015 a janeiro de 2019[5]. A

[4]Em razão do espaço reduzido deste artigo, parte da análise discursiva foi suprimida. Contudo, os passos analíticos ocorreram a partir das temáticas identificadas por meio de uma Análise de Conteúdo e após foram selecionados trechos em SDs que mais caracterizavam questões que dialogavam com o referencial teórico da análise do discurso de linha francesa.

[5]Para compor esta pesquisa, foram acessadas todas as reportagens presentes nas 15 seções das “Reportagens” e nas 17 reportagens da seção “Especiais” desde o início da revista. Identificaram-se, assim, as dez temáticas mais recorrentes, a saber: aborto, negritude, assédio, estupro, deficiência, transexualidade, maternidade, representação feminina na política, indígena, questões relacionadas ao

partir da análise desses materiais jornalísticos, pretende-se tencionar uma proposta analítica que possibilite indicar potencialidades no que se refere às noções de conhecimento acerca de um fazer jornalístico autodenominado feminista.

O JORNALISMO COMO CONHECIMENTO

A questão do jornalismo e sua relação com o conhecimento admitem variadas abordagens (MEDITSCH, 2002). Neste artigo, adota-se a perspectiva do jornalismo enquanto uma forma de conhecimento (GROTH, 2011; PARK, 2008) e, principalmente, a função social de produção deste conhecimento (GENRO FILHO, 2012).

A partir dessa concepção, o jornalismo passa a ser posicionado no centro da produção de conhecimento. Este, por sua vez, não se configura em moldes positivistas, mas como uma práxis, dimensão simbólica da apropriação da sujeita sobre a realidade (PONTES, 2012). Assim, Genro Filho (2012, p. 162) sugere pensar o jornalismo por meio de uma conexão com categorias filosóficas, "situando os aspectos histórico-sociais no contexto de uma reflexão de alcance ontológico sobre o desenvolvimento social". Como base teórica, recupera as categorias filosóficas de singular, particular e universal – estabelecidas por Hegel e apropriadas por Lukács -, e propõe uma concepção materialista da práxis a partir delas como modalidade do conhecimento.

Nessa apropriação das categorias, as quais Lukács refere à arte a particularidade e à ciência a universalidade, Genro Filho (2012) propõe o jornalismo relacionado à singularidade, a qual se manifestaria na atmosfera da imediaticidade compartilhada, da experiência vivida. O singular torna-se a matéria-prima do jornalismo. O critério jornalístico de uma informação então se vincula à reprodução de um evento a partir do ângulo de sua singularidade.

Em um debate contemporâneo complementar às ideias de Genro Filho, Eduardo Meditsch assenta sua perspectiva em influências freirianas, e discute essa questão "reafirmando o jornalismo como conhecimento social permeado por visões de mundo e ideologias" (VEIGA DA SILVA, 2014, p. 58). Tais proposições levam em conta a dimensão política e a participação dos valores e conhecimentos das jornalistas como parte do processo de produção das notícias.

---

corpo. Importante destacar que existem assuntos que perpassam diferentes reportagens, por exemplo, questões referentes à política. Essa categorização temática, característica da Análise de Conteúdo (BAUER, 2002), serviu para uma primeira aproximação com o *corpus* de pesquisa.

A questão também se centra no fato do conteúdo do jornalismo estar vinculado a um contexto. Os sentidos mobilizados são condicionados histórica e culturalmente por contextos, bem como pela subjetividade daquelas que os produzem. Diante isso, Meditsch (2002) aponta que a falta de transparência acerca dos condicionantes que fazem parte do processo de produção se apresenta como um obstáculo na ideia de jornalismo como conhecimento. Portanto, uma das inferências que se chega é a mesma já apontada por Genro Filho (2012): nem todo jornalismo pode ser conhecimento.

De maneira sucinta, uma ideia de jornalismo orientada à produção de conhecimento dialoga com a percebida por Veiga da Silva (2014):

> Da instância pedagógica cultural representada pela mídia, o jornalismo é um dos principais articuladores da produção dos saberes cotidianos que orientam a (e se orientam na) cultura. A função pedagógica do jornalismo pode ser percebida na reprodução e circulação do acervo dos conhecimentos socialmente construídos e culturalmente legitimados que ajudam a informar os sujeitos na contemporaneidade. Sua função "educativa" se traduz, sobretudo, pela necessidade de "explicar" o mundo sempre baseado na "verdade" e fazendo uso de recursos técnicos e humanos capazes de ilustrarem esses saberes gerando significados. O jornalismo é, na perspectiva aqui adotada, um conhecimento social e cultural que ensina (VEIGA DA SILVA, 2014, p. 56).

Assim, a discussão do jornalismo como forma de conhecimento traz a relevância do campo na produção simbólica, de forma a indicar que as notícias são envolvidas por visões de mundo que contribuem cultural e socialmente como forma de orientação sobre os parâmetros e valores circulantes na sociedade (VEIGA DA SILVA, 2014). O processo de gerar e dar significados por meio da produção de notícias torna evidente a participação do jornalismo na construção das realidades sociais.

Assim, "o jornalismo se estabelece como um lócus de poder-saber da contemporaneidade, sobretudo no que se refere aos modos legítimos e ilegítimos de ser sujeito em determinada cultura" (VEIGA DA SILVA, 2014, p. 60). Isso se traduz numa dificuldade de pensar a cultura em que estamos inseridos sem refletir o papel do jornalismo nela exercido, no qual normatiza a sociedade e participa dos processos pelos quais são valoradas as relações sociais.

O DISCURSO E A QUESTÃO DE GÊNERO

Para compor essa discussão, compreendem-se os estudos feministas enquanto uma metodologia de pesquisa que alia práticas políticas, epistemológicas e teóricas (GRAY, 1997). Essa perspectiva, que abarca um viés não sexista, refere-

se “à inclusão dos aspectos de gênero e de poder na construção do conhecimento” (NARVAZ; KOLLER, 2006, p. 651). A partir disso, algumas proposições são associadas à dimensão discursiva em conformidade com uma concepção metodológica feminista, como as proposições de Haraway (1995) a respeito da objetividade.

Ao apoiar-se metaforicamente na visão - “é sempre uma questão do poder ver” (HARAWAY, 1995, p. 25) -, a autora entende a objetividade feminista como “saberes localizados”, os quais possibilitam conhecimentos situados e corporificados. Somente essa perspectiva parcial que possibilitaria uma visão plenamente objetiva, identificando a potência de construção de mundos menos organizados por eixos de dominação.

Diante dessas proposições, leva-se em conta a agência dos objetos estudados como ativos e geradores de significados. Estes significados, decorrentes de sentidos, são característicos dos discursos derivados de aspectos históricos, sociais e ideológicos tanto do intradiscurso (o dito agora) quanto do interdiscurso (o já-dito) (BENETTI, 2016). Charaudeau (2018) defende que o discurso:

> [...] resulta da combinação das circunstâncias em que se fala ou escreve (a identidade daquele que fala e daquele a quem este se dirige, a relação de intencionalidade que os liga e as condições físicas da troca) pela maneira pela qual se fala. É, pois, a imbricação das condições extradiscursivas e das realizações intradiscursivas que produz sentido. (CHARAUDEAU, 2018, p. 40).

Dessa forma, as condições de produção do discurso são fundamentais para sua compreensão, bem como para constituição das sujeitas que ocupam o local de enunciação. Depreende-se, portanto, que não há sentidos sem sujeitas e sujeitas sem ideologia, o que culmina em um fazer jornalístico marcado pela produção de discursos ideologicamente posicionados.

Se nos localizamos diante de um jornalismo com perspectiva de gênero, a leitura dos fatos depende de onde estamos posicionadas e dos hábitos de nossos olhos (HARAWAY, 1995). “Na maior parte dos casos nós não vemos em primeiro lugar, para então definir, nós definimos primeiro e então vemos” (LIPPMANN, 2008, p. 85), segundo aquilo que já foi captado de forma estereotipada pela cultura. Esses estereótipos resultam dos padrões inclusivos que constituem as próprias filosofias de vida, cernes de uma tradição pessoal e/ou defesa de uma posição na sociedade.

Uma mídia feminista, diante de sua própria construção e desconstrução de outros estereótipos – estes em sua maioria partilhados pela cultura em geral -,

constrói seus discursos pensando o gênero como uma forma de significar as relações de poder (SCOTT, 1989) e como parte constituinte da sujeita. Como argumenta Louro (1997):

> Ao afirmar que o gênero institui a identidade do sujeito (assim como a etnia, a classe, ou a nacionalidade, por exemplo) pretende-se referir, portanto, a algo que transcende o mero desempenho de papéis, a idéia é perceber o gênero fazendo parte do sujeito, constituindo-o. O sujeito é brasileiro, negro, homem, etc. Nessa perspectiva admite-se que as diferentes instituições e práticas sociais são constituídas pelos gêneros e são, também, constituintes dos gêneros. Estas práticas e instituições "fabricam" os sujeitos. Busca-se compreender que a justiça, a igreja, as práticas educativas ou de governo, a política, etc. são atravessadas pelos gêneros: essas instâncias, práticas ou espaços sociais são "generificados" — produzem-se, ou "engendram-se", a partir das relações de gênero (mas não apenas a partir dessas relações, e sim, também, das relações de classe, étnicas, etc.) (LOURO, 1997, p. 25).

Ao encontro desta perspectiva, Macedo (2011) enuncia referindo-se à arte - mas que a ideia pode facilmente ser transposta ao jornalismo - que intervenções feministas tornam visíveis as necessidades de repensar os modos de representação dominantes. Isso ocorre tanto pelos questionamentos teóricos quanto pelo estranhamento ideológico que o feminismo tem suscitado. Assim, recorrem a uma estratégia de “dês-identificação” que se traduz em rupturas com determinados padrões estabelecidos, propondo-se à produção de um discurso crítico de oposição.

Com essa proposta de discurso localizado, baseada em uma prática discursiva que passa por um processo enunciativo que requer modos de dizer próprios (BRAGA, 2005), veículos jornalísticos com uma perspectiva de gênero constroem diferentes leituras afirmadas nas escolhas que envolvem o processo de produção, como as questões dos valores-notícia, as subjetividades e o próprio fazer jornalístico. Entender o discurso deste veículo é tão importante quanto assimilar suas características próprias enquanto uma revista feminista.

AS REVISTAS FEMININAS E FEMINISTAS

Embora a *Revista AzMina* se autodenomine como uma revista feminista e não feminina, ela compreende diversas características deste segmento jornalístico. Assim, recupera-se brevemente a historicidade e as particularidades da imprensa feminina brasileira.

Desde as primeiras publicações datadas do século XIX (BUITONI, 1990), esse tipo de imprensa pode ser interpretado, como afirma Cardoso (2004), enquanto um fenômeno nacional, qualitativo (em virtude de ter divulgado o feminismo), quantitativo (em termos de produções), contínuo e influenciado pelo movimento feminista. Outra característica é a mudança de discurso que acompanha a alteração

dos papeis sociais desempenhados pelas mulheres ao longo do tempo (WOLF, 1992).

Por fazer parte dessas modificações, as revistas femininas cumprem tanto a função de “melhor amiga” quanto de “pior inimiga” da mulher. Isso porque essas revistas acabam sendo os únicos meios de comunicação que levam em conta as preocupações das mulheres, já que “a cultura em geral adota um ponto de vista masculino do que é noticia ou não. [...] essa mesma cultura também adota um ponto de vista masculino com relação a quem vale a pena ser visto” (WOLF, 1992, p. 92). Além disso, levam as questões do movimento feminista à maioria das mulheres, já que operam em uma lógica de cultura de massas para mulheres.

Essas potencialidades também se somam à ideia das revistas oferecerem um “conselho sábio, testado pela experiência, de uma admirável parenta mais velha” (WOLF, 1992, p. 96-97) que admite uma maior cumplicidade entre o público e o segmento. Mas essa cumplicidade também é alimentada pela sua face negativa, já que reforça o “mito da beleza” e é refém dos anunciantes, que buscam padronizar e homogeneizar um tipo específico de mulher como o ideal para consumo e um modelo padronizado de corpo feminino (BRAGA, 2005).

Diante dessas características, pode-se inferir que os discursos das revistas femininas são compostos por outros valores-notícia. A atualidade da revista, por exemplo, é a atualização do ideal de corpo feminino, da noção de mulher. É “um frame cultural do feminino” (BRAGA, 2005, p. 22), e isso pode ser visto inclusive nesses “novos” discursos de revistas feministas como *AzMina*. Formações discursivas como a mulher “fora do padrão” e a “dona do próprio destino” (ROCHA; BENETTI, 2007) e a polarização entre “nós” (mulheres) e “eles” (os outros), característico da ideologia (VAN DIJK, 2008), são algumas das particularidades que são identificadas na revista analisada, e que vão ao encontro do que é identificado enquanto discurso comum às revistas femininas.

Revista AzMina **e o jornalismo que produz conhecimento**

Criada em maio de 2015 por meio de um financiamento coletivo, a *Revista AzMina* surgiu com a proposta de ser uma fonte de “informação e educação feminista e independente” e “uma publicação online e gratuita para mulheres de A a

Z".[6] Sendo um projeto da ONG AzMina, uma instituição sem fins lucrativos que promove palestras, consultorias, campanhas e cursos, a revista passou a ser o carro-chefe da associação para o jornalismo investigativo, funcionando por meio de *crowfundings*, assinaturas, recursos de editais e fundações de apoio.

A questão da forma de financiamento e as limitações de ter anunciantes são problematizadas por Wolf (1992) como o lado negativo das revistas femininas. *AzMina* não depender desse suporte externo[7] acaba influindo diretamente no fazer jornalístico. Em entrevista, a cofundadora e diretora executiva, Carolina Oms relata:

> Tem diferença de trabalhar sem a preocupação dos anunciantes porque mesmo quando você se propõe, como as revistas femininas hoje se propõe, a falar de feminismo, não adianta você se dizer feminista, mas continuar reforçando os mesmos padrões de moda e beleza do resto das páginas que não são reportagens. Isso oprime e cria padrões inatingíveis do mesmo jeito, e a gente não faz isso na revista, a gente fala de todos os corpos, todas as vivências, todos os espectros e também por essa questão dos anunciantes. (Entrevista concedida por Carolina Oms em janeiro de 2019).

Em razão dessa liberdade editorial alcançada por meio da independência, a publicação se organiza de uma maneira divergente às habituais encontradas em revistas femininas, com subversão de algumas categorias. A revista é dividida em seções intituladas "Reportagens", com 15 subseções, "Especiais" e "Opinião", com 9 subcategorias que se referem à colunas de mulheres negras, como a "Afronerd" e "Feminismos negros", transexuais com "Mulher, trans" e uma subseção composta por relatos pessoais, a "Divã d'AzMina".

No que se refere à seção "Reportagens", pode-se perceber uma diversidade de subseções que abordam os mais variados assuntos. "Saúde e sexo", tratando sobre questões ligadas ao corpo e a sexualidade, "Mãezinha, vírgula" sobre maternidade, "Butina" acerca de assuntos LBT, são alguns dos exemplos. Bilttelbrun (2018) afirma que essa forma de dispor o conteúdo que *AzMina* traz se vale dos campos associados ao "ser feminina" e a partir disso os subverte, propondo diferenças, por vezes invisibilizadas, as quais visam consolidar suas proposições feministas.

Sobre a seção "Especiais", o conteúdo jornalístico se refere a reportagens investigativas em profundidade. Entre as 17 reportagens presentes, identifica-se

---

[6]QUEM SOMOS. Disponível em: <https://azmina.com.br/sobre/quem-somos/>. Acesso em: 18 jan. 2019.

[7]*AzMina* também faz parcerias com apoiadores externos. Porém, essa parceria depende da preservação da independência editorial, bem como de critérios de escolha para os possíveis apoios, os quais devem ir ao encontro do proposto ideologicamente pela revista.

uma ampla variedade de assuntos, tratando desde questões como maternidade indígena e maternidade lésbica, bem como casos de denúncia referentes à exploração sexual de meninas menores de idade. Sobre a escolha de pautas, podemos perceber especificidades no processo produtivo:

> A escolha de pautas é baseada no que são as prioridades da revista. Temas que a gente se propõe a falar: direitos humanos, desigualdade, desigualdade do trabalho, questões trans, lésbicas, questões sobre o corpo, gordofobia, sexualidade focando na relação que as mulheres têm com o corpo... Falar de todos os assuntos que podem ser assuntos que a gente toca e também falar um pouco de política, esporte, economia... Mas a única coisa é que tem que ser tratado de uma perspectiva de gênero. (Carolina Oms, janeiro de 2019)

A partir disso, infere-se que por mais diverso que seja o conteúdo, a perspectiva de gênero, fruto de uma ideologia marcada, é determinante para orientar o fazer jornalístico praticado pela *AzMina*.

Isso pode ser visto, por exemplo, em reportagens que a priori poderiam ser encontradas em outros veículos jornalísticos, mas que se identificam algumas características próprias de uma perspectiva de gênero. No título de "Guia de investimentos para **todas** – e não, não precisa ser **boa** de matemática"[8] (grifo meu), já é possível perceber a que público se destina: mulheres. Além de estabelecer uma relação entre a pauta financeira e a independência e empoderamento feminino, ao longo do texto as orientações para investimentos são semelhantes a outras, mas o diferencial se coloca na escolha das fontes serem mulheres, sendo uma economista e uma *couch* financeira.

Em "Fazer cocô: um tabu feminino"[9], a reportagem traça uma relação entre o machismo, os hábitos de higiene e a prisão de ventre comum em três a cada cinco mulheres ocidentais. A partir de relatos de experiências pessoais, especialistas de saúde e pesquisadoras/es, a revista coloca em pauta o questionamento de que "pensar analiticamente sobre isso pode ser uma forma de autoconhecimento e também de lidar com muitas questões do dia-a-dia".

[8]Guia de investimentos para todas – e não, não precisa ser boa de matemática. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/guia-de-investimentos-para-todas-e-nao-nao-precisa-ser-boa-de-matematica/>. Acesso em: 26 jan. 2019.
[9]Fazer cocô: um tabu feminino. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/fazer-coco-um-tabu-feminino/>. Acesso em: 26 jan. 2019.

Neste último exemplo, assim como em “Como seria um governo de Bolsonaro para as mulheres?”[10] pode-se recorrer à ideia de que essas revistas falam sobre assuntos que são invisibilizados pela mídia tradicional em geral. Isso também pode ser visto no reforço da ideologia pelo uso dos termos “nós” e “eles” (VAN DIJK, 2008):

> SD 1: “O que **queremos** é envelhecer em paz com **nossos** corpos, **nossas** curvas, **nossas** marcas, pois, a partir do momento em que **travamos** uma luta contra **nós mesmas**, a gente já perdeu”[11] (grifo meu).

Por vezes, esse “nós” se transforma em “nós, mulheres negras”, ou em “nós, mulheres lésbicas”, marcando o discurso que se utiliza do intradiscurso e do interdiscurso que se afirma nos já-ditos feministas e em uma objetividade feminista de um saber localizado (HARAWAY, 1995).

Esta posição delimitada, que se ancora nas crenças, ideologias e saberes que constitui a subjetividade objetivada (GENRO FILHO, 2012) do fazer jornalístico da revista, permite que se entenda o conhecimento produzido por elas como comprometido politicamente com a realidade histórico-social e com o jornalismo em sua singularidade. Este comprometimento também pode ser identificado em algumas reportagens em que o processo de produção é explicitado:

> SD 2: “Esta reportagem tinha outra abertura planejada. Mas quando foi passada para o editor de texto, a palavra “pescadoras” foi sublinhada em vermelho, acompanhada por uma sugestão de substituição permanente por “pescadores”. O ganho de representatividade na profissão é relativamente recente, mas esse fato aparentemente banal mostra como elas ainda são invisíveis para uma parte da sociedade. **Invisíveis até no corretor automático do computador.**”[12] (grifo meu).
>
> SD 3: “Podemos desmarcar a entrevista hoje? Tive que levar meu filho para o médico e só tinha profissional adequado na cidade vizinha, a uma hora de viagem de onde moramos”. **Essa foi a frase mais ouvida pela reportagem da *Revista AzMina* nos dois meses que durou a apuração desta série de reportagens**.”[13] (grifo meu).

Essas construções demonstram a preocupação com a linguagem como parte do discurso construído. Além de a transparência no fazer jornalístico acentuar a ideia de um jornalismo orientado à produção de conhecimento, afirmar as profissionais como pescadoras que são, ou as dificuldades encontradas pelas mães de crianças

---

[10]Como seria um governo de Bolsonaro para as mulheres? Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/eleicao-de-bolsonaro-para-as-mulheres/>. Acesso em: 26 jan. 2019.

[11]Como amar um corpo fora do padrão? Três mulheres toparam esse desafio conosco! Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/como-amar-um-corpo-fora-do-padrao-tres-mulheres-toparam-esse-desafio-conosco/>. Acesso em 26 jan. 2019.

[12]A luta das pescadoras contra a invisibilidade. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/a-luta-das-pescadoras-contra-a-invisibilidade/>. Acesso em: 26 jan. 2019.

[13]Nove meses de Zika. E agora? Disponível em: <https://azmina.com.br/especiais/nove-meses-de-zika-e-agora/>. Acesso em: 26 jan. 2019.

com microcefalia, marca o caráter ideológico de visibilizar narrativas de mulheres que são excluídas dos meios de comunicação tradicionais.

Por fim, para evidenciar a diferença da questão de produção do conhecimento, propõe-se um exercício comparativo entre *AzMina* e outros veículos: a revista I*stoÉ*, a NSC e o portal Brasil 247. O fato em questão refere-se ao veto do governador de Santa Catarina ao projeto que autoriza pessoas trans e travestis a usarem o nome social em cargos públicos.

Na reportagem de *AzMina*[14], há uma explicação detalhada da lei nacional sobre o registro do nome social, com fontes especializadas jurídicas. Outra fonte consultada é de um homem transgênero, que é afetado pessoalmente pela medida. Ao longo da reportagem, são expostos posicionamentos anteriores das instituições no mesmo estado a respeito de pautas que fogem à lógica conservadora, além de colocar em perspectiva o que pode acontecer a partir da decisão tomada.

Já a *Revista IstoÉ*[15] não consulta nenhuma fonte e apenas é narrado o veto. Na NSC[16] repete-se o mesmo padrão, e a única fonte consultada é a da procuradoria-geral do Estado. Na página do Brasil 247[17], identifica-se uma pequena mudança: a fonte entrevistada é a presidenta da Comissão de Direito Homoafetivo e Gênero da OAB. Apesar disso, não há mais explicações para além da decisão do governador.

Diante desses jornalismos outros, destacam-se os atributos que fazem da reportagem de *AzMina* ser carregada de sentidos que recuperam a ideia de singularidade e permitem um conhecer maior, a partir de um viés crítico sobre o caso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao propor uma análise que comporta uma metodologia feminista para perceber as questões relacionadas ao jornalismo, logo é perceptível que há visões

[14]Entenda o veto ao nome social de pessoas trans em serviços públicos em SC. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/entenda-o-veto-ao-nome-social-de-pessoas-trans-em-servicos-publicos-em-sc/>. Acesso em: 29 jan. 2019.

[15]Governador de SC veta nome social de travestis e transexuais em serviçoes públicos estaduais. Disponível em: <https://istoe.com.br/governador-de-sc-veta-nome-social-de-travestis-e-transexuais-em-servicos-publicos-estaduais/>. Acesso em: 29 jan. 2019.

[16]Carlos Moisés veta uso do nome social de travestis e transexuais. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/colunistas/anderson-silva/carlos-moises-veta-uso-do-nome-social-de-travestis-e-transexuais-nos>. Acesso em: 29 jan. 2019.

[17]Governador de SC veta uso de nome social a servidores públicos. Disponível em: <https://www.brasil247.com/pt/247/brasil/380796/Governador-de-SC-veta-uso-de-nome-social-a-servidores-p%C3%BAblicos.htm>. Acesso em: 29 jan 2019.

de mundo hegemônicas, consensuais e legitimadas nas instituições midiáticas. Um fazer jornalístico que envolva um ressignificar do processo produtivo da notícia, a partir de um viés de gênero, é ocupar um lugar outro no jornalismo.

Este lugar é aquele já preconizado por Genro Filho (2012) no final dos anos 1980, o qual ocuparia um jornalismo com potencial transformador. Trinta anos depois, *AzMina* se apodera e agrega valores positivos a esse espaço de forma a atualizá-lo, trazendo o viés de gênero também como um potencial crítico que deve fazer parte do comprometimento de um jornalismo que desempenha sua função social na sociedade contemporânea.

O jornalismo de *AzMina* e sua perspectiva de gênero representam esse potencial revolucionário em muitas partes do material que produzem, desde as listas de séries e livros feministas, os guias didáticos para "não ser um babaca" ou na socialização de saberes restritos até então ao meio acadêmico, em uma linguagem clara e acessível a quem se destina. Um jornalismo feminista, que se mostra combativo, ideologicamente comprometido e posicionado, é uma das formas de se fazer conhecer mulheres e assuntos invisibilizados pela mídia tradicional e, de fato, de fazer valer a ideia de uma prática orientada pela ideia de conhecimento.

Referências

BAUER, Martin. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, Martin; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: Um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002.

BENETTI, Marcia. Análise de Discurso como método de pesquisa em comunicação. In: MOURA, Cláudia Peixoto; LOPES, Maria Immacolata (org.). **Pesquisa em comunicação: Metodologias e práticas acadêmicas.** Porto Alegre: Editora Universitária da Pucrs, 2016.

BITTELBRUN, Gabrielle. **Cores e contornos**: gênero e raça em revistas femininas do século 21. Florianópolis: Insular, 2018.

BRAGA, Adriana. Corpo e agenda na revista feminina. **Cadernos IHU Idéias**, ano 3, n. 40, 2005.

BUITONI, Dulcília. **Imprensa feminina**. São Paulo: Ática, 1990.

CARDOSO, Elizabeth. Imprensa feminista brasileira pós-1974. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, set/dez. 2004.

CHARAUDEAU, Patrick. O que quer dizer informar. In: CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2018.

GENRO FILHO, Adelmo. **O Segredo da Pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2012.

GRAY, Ann. Learning from experience: cultural studies and feminism. In: MCGUIGAN, Jim (Ed.). **Cultural Methodologies**. London: Sage Publications, 1997.

GROTH, Otto. **O poder cultural desconhecido**: fundamentos das ciências dos jornais (periodística). Petrópolis: Vozes, 2011.
HARAWAY, Donna. Saberes localizados: A questão da ciência para o feminismo e o privlégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, 1995. p. 7-41
LIPPMANN, Walter. Parte III. Estereótipos. In: LIPPMANN, Walter. **Opinião Pública**. Petrópolis: Vozes, 2008.
LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.
MACEDO, Ana Gabriela. Mulheres, arte e poder: uma narrativa de contra-poder? **Revista Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, Brasília, n. 37, 2011.
MEDITSCH, Eduardo. O jornalismo é uma forma de conhecimento? **Media&Jornalismo**, Coimbra, vol. 1, n. 1, out. 2002. p. 9-22.
NARVAZ, Martha; KOLLER, Sílvia. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 3, set/dez 2006.
PARK, Robert. A notícia como forma de conhecimento: um capítulo dentro da sociologia do conhecimento. In: BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz (orgs.). **A era glacial do Jornalismo**: teorias sociais da imprensa. Porto Alegre: Sulina, 2008.
PONTES, Felipe. O Jornalismo como forma de conhecimento. In: PONTES, Felipe. **Adelmo Genro Filho e a Teoria do Jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2012.
ROCHA, Patricia; BENETTI, Marcia. Jornalismo e modelos de mulher: a construção de sentidos das narradoras de TPM. **Revista Contracampo**, Rio de Janeiro, 2007.
SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria última para análise histórica. Nova York, Columbia University Press, 1989.
SILVEIRINHA, Maria João. Repensar as políticas públicas sobre as mulheres e os media – ou do quão cruciais são os estudos feministas da comunicação. **Ex Aequo**, Lisboa, n. 25, 2012.
VAN DIJK, Teun**. News, Discourse, and Ideology**. 2008.
VEIGA DA SILVA, Marcia. **Masculino, o gênero do jornalismo**: modos de produção das notícias. Florianópolis: Insular, 2014.
WOLF, Naomi. **O mito da beleza**: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
ZIRBEL, Ilze. **Estudos feministas e estudos de gênero no Brasil**. 212f. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Florianópolis: UFSC, 2007.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE CUIDADO À LUZ DO FEMINISMO MATERIALISTA: REFLEXÕES EM TORNO DA LICENÇA MATERNIDADE

Felipe Ricardo Biscaia[1]
Thais Sanson Sene[2]
Lenir Aparecida Mainardes da Silva[3]

RESUMO
Este artigo propõe um estudo dos dispositivos da lei de previdência social brasileira que tratam da licença maternidade. Operando com o método analítico crítico e a técnica bibliográfica e documental, apresentamos um estudo do objeto à luz da perspectiva teórica do feminismo materialista e de uma leitura crítico jurídica. Apresentamos a licença maternidade e a licença paternidade no plano internacional, apontando avanços no que diz respeito a políticas de igualdade de gênero. Observamos que o tratamento político jurídico do cuidado neste âmbito conserva a divisão sexual do trabalho, histórica e socialmente construída, e naturaliza a atividade de cuidado como função feminina, reproduzindo condições de desigualdade de gênero.

Palavras-chave: Feminismo materialista. Políticas de cuidado. Licença maternidade. Análise crítica. Previdência social.

INTRODUÇÃO

As análises feministas preponderantes no espaço político e acadêmico afirmam que historicamente a inserção feminina no mercado de trabalho com acesso a uma remuneração representou avanços para as mulheres, pois permitiu que elas adquirissem autonomia em relação à instituição familiar, marcada por relações

[1] Mestrando no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Estadual de Ponta Grossa-PR. Graduado em Direito pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2012). Advogado. Especialista em Sociologia Política pela Universidade Federal do Paraná (2016-2017).

[2] Mestranda em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG (2018-2020). Bacharel em Direito pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2012). Assessora de Promotoria no Ministério Público do Estado do Paraná (2013-2018), com atuação na Sexta Promotoria de Justiça da Comarca de Ponta Grossa/PR, com atribuições na área de Proteção ao Meio Ambiente (cível e criminal, inclusive feitos judiciais); Defesa do Consumidor (cível e criminal, inclusive feitos judiciais); Sonegação Fiscal (cível e criminal, inclusive feitos judiciais); Direitos e Garantias Constitucionais; Defesa dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência. Advogada licenciada.

[3] Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (1985), mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2000) e doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2005). Atualmente é professor adjunto da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase em Serviço Social do Trabalho, atuando principalmente nos seguintes temas: assitnência social, serviço social, assistência social, serviço social da saúde e saúde do trabalhador.É auditor líder de manejo florestal do FSC.

patriarcais. Isto contribuiu, ao mesmo tempo, para a desconstrução do caráter supostamente determinado, natural e gratuito das atividades que lhes eram atribuídas (FALQUET*in*ABREU et al., 2016, p.37). O aumento da participação feminina na condição de assalariamento, no entanto, apresenta vários limites para que os efeitos desta incorporação das mulheres no mercado de trabalho realizado na esfera pública[4] superem determinadas condições de desigualdade entre mulheres e homens nos termos das sociedades capitalistas contemporâneas, em específico no contexto sócio-político neoliberal. Um destes limites é a divisão sexual das atividades de cuidado e reprodução social.

Neste sentido, o objetivo deste estudo é explorar a relação entre a atividade de cuidado do recém-nascido ou da criança como atividade ligada à reprodução social e o tratamento político-jurídico da licença maternidade no Brasil, com foco nas implicações deste tratamento na questão da igualdade de gênero.

Para cumprir com este objetivo, este artigo divide-se em duas partes: na primeira parte, apresentamos a relação entre atividades de cuidado e licença maternidade, as formas de apropriação do corpo feminino e a relação que se estabeleceu entre as mulheres e a atividade de cuidado, em um processo denominado feminização; na segunda parte exploramos o tratamento jurídico-político da questão do cuidado no ordenamento brasileiro, com foco nas políticas de seguridade social e de cuidado, e apresentamos a questão da licença maternidade e licença paternidade no plano internacional, indicando avanços, ainda que pontuais, em políticas públicas de igualdade de gênero nesta questão. Ao final, apresentam-se as considerações finais deste estudo.

Este estudo contará com o embasamento teórico na perspectiva dos estudos do feminismo materialista e utilizará o método analítico crítico, uma vez que será realizado um exame que parte do real concreto e da análise crítica dos dispositivos legais que tratam da licença maternidade.

O método de procedimento utilizado é o técnico bibliográfico e documental. Dessa forma, estas reflexões propõem uma análise crítica do tratamento das políticas públicas no âmbito do cuidado (“carework”), apresentando o tratamento político-jurídico da questão no que diz respeito à licença-maternidade e licença-

[4] Referimo-nos aqui à expressão “trabalho na esfera pública” por oposição ao trabalho doméstico, na esfera privada.

paternidade no Brasil, confrontando-o com modelos experienciados em outros países.

É importante lembrar que, historicamente, o sistema de seguridade brasileiro vincula a relação de emprego e a proteção social. Este formato não inclusivo e não universalista sempre esteve atrelado à relação de emprego formal, de modo que enorme parcela da população, especialmente a feminina , mais afetada por formas e condições de trabalho precárias, fica excluída da proteção social. Ainda assim, entre as mulheres às quais os direitos sociais, trabalhistas e previdenciários são assegurados em razão do vínculo de trabalho formal remunerado observam-se formas desiguais de tratamento que refletem o tratamento jurídico-político dado à questão do cuidado e da igualdade de gênero na legislação social e previdenciária brasileira.

DESENVOLVIMENTO

2.1 A licença maternidade na perspectiva do feminismo materialista

De acordo com Abramo e Valenzuela (*in* ABREU et al., 2016, p.114) a Organização Internacional do Trabalho destaca que na América Latina há atualmente uma crise do cuidado. Nas palavras das autoras:

> Essa crise se desenvolve em um cenário de profundas transformações resultantes da crescente entrada das mulheres no mercado de trabalho e pelas tensões causadas pela persistência da noção tradicional de que as mulheres são as responsáveis exclusivas ou principais pelas atividades de cuidado ou, quando muito 'uma força de trabalho secundária' (Abramo, 2007). Essa noção se reflete na organização das famílias, com a persistência de um modelo que pouco avançou no sentido de uma maior responsabilidade dos homens pelas atividades de cuidados. Reflete-se, ainda na organização do mercado de trabalho e nos processos de formulação de políticas públicas, fazendo com que muitas dessas políticas continuem baseadas na imagem tradicional da mulher como cuidadora principal, com total disponibilidade de tempo para encarregar-se das necessidades da família. (2016, p.114)

A participação feminina no mercado de trabalho cresce a cada ano, as mulheres são a maioria como responsáveis pelas unidades familiares e o tempo dedicado por elas às suas profissões e carreiras também aumentou. No entanto, a participação dos homens nas atividades de cuidado e responsabilidade por crianças e idosos, por exemplo, sempre foi muito pequena e não dá sinais de aumento. Neste sentido, é importante abordar esta crise do cuidado tanto através de uma efetiva

redefinição das cargas e responsabilidades relativas ao trabalho remunerado e ao trabalho não remunerado e de cuidado, assim como no plano das arenas decisórias públicas e no debate sobre a responsabilidade do Estado em prover recursos e serviços necessários à reprodução social. Esse processo envolve as famílias, o setor privado e as políticas de Estado, no âmbito da provisão de serviços sociais e recursos (ABRAMO e VALENZUELA *in* ABREU et al., 2016, p.114). É neste contexto que estão inseridas as políticas públicas para a equalização das condições de acesso e manutenção deste acesso das mulheres a um mercado de trabalho decente, não precário e, de modo mais amplo, aos espaços de poder e às arenas decisórias. Entre estas condições ou elementos, a licença maternidade e a licença paternidade como atividades de cuidado têm no modo como são implementadas um papel fundamental. Elas podem reproduzir a desigualdade de gênero, transferindo funções de cuidado de maneira diferenciada a homens e mulheres, afetando deste modo - ao exigir de cada um uma mobilização de tempo, atenção e energia diferenciados - o tempo de que homens e mulheres podem dispor para investir em carreiras profissionais, cuidado de si, lazer, socialização, educação e participação política.

A Convenção da Organização Internacional do Trabalho n.156, estabelece em seu programa a mudança do paradigma que “favorece” e atribui direitos relativos ao cuidado familiar apenas às mulheres. Este papel contribui com a naturalização da função de cuidado das mulheres, histórica e socialmente construída, e reforça a desigualdade de gênero.

O reconhecimento do direito dos pais a participar do cuidado dos filhos recém-nascidos é um avanço importante. Ele produz efeitos práticos e simbólicos. Ele se insere, por exemplo, no contexto dos estudos sobre a desigualdade da distribuição dos tempos de trabalho doméstico e trabalho remunerado. Países como Argentina, Bahamas, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guatemala, República Dominicana, Uruguai e Venezuela, a partir de negociações coletivas, criaram leis que instituem licença remunerada para os pais na ocasião do nascimento de um/a filho/a (OIT e PNUD, 2013). Mesmo assim, não há ainda uma cultura de utilização da licença paternidade (ABRAMOe VALENZUELA *in* ABREU et al., 2016, p.115).

Juteau e Laurin, citadas por Falquet na obra organizada pela socióloga Alice Rangel Paiva Abreu (*et al.*) sobre gênero e trabalho no Brasil e na França, indicam

que no contexto sócio-político neoliberal o modelo privilegiado de apropriação dos corpos femininos é aquele que confina-os à apropriação privada, como donas de casa, domésticas e mães (FALQUET *in*ABREU et al., 2016, p.38 e 39).

Um efeito desta divisão social desigual de formas de trabalho e atividades que mobilizam afeto e cuidado é a invisibilização da opressão. Ela chega mesmo a dar-lhe feições deopção autônoma e individual – uma das características mais marcantes da ideologia neoliberal.

Uma linha crítica também se estabelece em relação à perspectiva do feminismo liberal, segundo a qual as mulheres serão emancipadas e libertadas da opressão do trabalho doméstico e da imposição social das atividades de cuidado e atingirão status de igualdade relativamente aos homens pelo acesso ao trabalho remunerado. Esta perspectiva, que se atém à emancipação feminina pela via única do acesso ao mercado de trabalho e afasta a proposta das políticas públicas de cuidado, mercantiliza a atividade de cuidado e não considera as assimetrias e desigualdades sociais presentes na configuração das relações de gênero, classe e raça na contemporaneidade. Ela ignora, assim, que grupos privilegiados tem melhores condições de organização da vida doméstica e sofrem menor impacto da falta de políticas públicas de cuidado por terem condições de comprar o serviço e o tempo de cuidadoras. Esta perspectiva ignora os pontos de partida de grupos sociais subalternos, sintetizados aqui pela mulher, pobre, negra e os efeitos da mercantilização do cuidado para este grupo (BIROLI, 2015, p.104).

Por estas vias, como ensinam Juteau e Laurin, citadas por Falquet (*in*ABREU et al., 2016) opera-se a apropriação coletiva do feminino, particularmente aquela que se efetua por meio das instituições - como é o caso das instituições jurídicas - e os tempos diferenciados da licença maternidade e da licença paternidade na legislação previdenciária brasileira. Deste modo, esta apropriação não é percebida como uma exploração ou dominação, devido à invisibilidade e ao anonimato que garante aos dominadores (FALQUET *in*ABREU et al., 2016, p.44).

Enfim, agora o trabalho de reprodução social e de exploração do trabalho da mulher é extraído de maneira tripla – pela classe dos homens, pelo Estado e pelas formas neoliberais de apropriaçãodo trabalho – o que leva a uma intensificação da exploração do tempo e do trabalho das mulheres, em particular as mulheres dos grupos subalternos, “coletivamente designadas de maneira mais firme do que nunca

à responsabilidade material cotidiana das crianças, das pessoas dependentes e dos homens em geral" (FALQUET *in*ABREU et al., 2016, p.44). Neste sentido, pode-se dizer que as relações sociais de sexo sobre a disponibilidade temporal constituemo problema político central nas discussões sobre igualdade de gênero.

2.2 Licença maternidade na legislação brasileira: reflexões crítico-jurídicas.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 inaugurou uma nova ordem jurídico-institucional no país ao dar início à implementação do novo regime democrático. Pautada em elementos e instrumentos democráticos, a sustentação constitucional dessa nova ordem se assenta na garantia e tutela de direitos fundamentais, outrora suprimidos pelo regime ditatorial imposto em 1964.

Além da previsão constitucional de garantia de direitos individuais e coletivos (art. 5, CF), a expressão e proteção dos direitos sociais integra o capítulo dos direitos fundamentais constitucionais, nos quais está incluída a proteção à maternidade e à infância (art. 6, CF/88) e a previsão de licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com duração de 120 (cento e vinte) dias (art. 7º, XVIII, CF/88)[5]. Igualmente, a questão está disciplinada no art. 392 da Consolidação das Leis do Trabalho e aplica-se equitativamente aos servidores públicos, consoante previsão do art. 39, §3º, CF/88[6].

Insta salientar que em recentes alterações legislativas, reconhecendo-se a importância e a isonomia, a questão passou a ser disciplinada também para a mãe adotante.[7] Segundo o art. 392-A da CLT, à empregada que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança ou adolescente será concedida licença-maternidade pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias.

---

[5] Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:
XVIII - licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias;

[6] Art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de sua competência, regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas.
§ 3º Aplica-se aos servidores ocupantes de cargo público o disposto no art. 7º, IV, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII e XXX, podendo a lei estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo o exigir.

[7] Não obstante disposições legais anteriores, atualmente não há mais qualquer diferença para fruição do benefício o fato de o filho ser biológico ou adotivo, conforme demonstram os artigos 71-A da Lei 8.213/91 e 392-A, CLT.

Analisando as disposições legais extrai-se, em síntese, que a licença maternidade configura o direito ao afastamento da mulher do trabalho para o convívio com o seu filho recém-nascido ou adotado. Este direito possui natureza trabalhista e está intimamente ligado à percepção do salário maternidade. Contudo, a garantia de provisão do salário maternidade durante o afastamento das atividades laborais, conforme disposições da Lei nº 6.136/1974 e 8.213/91,[8] cabe à esfera previdenciária, de maneira que a possibilidade de gravidez não diminua as chances de contratação das mulheres nos postos de trabalho (HORVATH, 2004).

Importa ressaltar, contudo, que a tutela da maternidade inclui direitos que vão além do afastamento para o parto, tais como a transferência de função, caso as condições de saúde assim exigirem, sem prejuízo do salário e assegurado o retorno à função originariamente exercida após a cessação da licença (art. 392, §4, I, CLT) e o direito de se ausentar do trabalho pelo tempo que for necessário para realização de, no mínimo, seis consultas médicas e exames complementares (art. 392, §4º, II CLT). Some-se a isso a garantia de estabilidade provisória do emprego da mulher desde a confirmação da gravidez até os cinco meses posteriores ao parto, proibindo-se a sua dispensa sem justa causa nesse período (art. 10, II, b).

O sustentáculo deste arcabouço jurídico de proteção legal à mulher mãe nas relações de trabalho é a Constituição Federal que em seu inciso XXX do art. 7º, proíbe expressamente “a diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil”.

Todavia, não é o que se observa na prática das relações do mundo do trabalho, onde a desigualdade de gênero, principalmente, é evidente. E isso se reflete, inclusive, na legislação e nas políticas sociais, porquanto ao analisar os dispositivos que regem a licença maternidade e a licença paternidade as contradições e desigualdades de gênero sobressaltam na medida em que as políticas de cuidado reforçam a atribuição do cuidado à mulher.

Para melhor compreensão faz-se um paralelo com as disposições que regem a licença paternidade no ordenamento jurídico brasileiro. De acordo com relatório da OIT (2014, p. 52), a licença paternidade está comumente associada a um curto período de licença imediatamente após o nascimento para o pai usufruir com o

[8] Lei 8.213/91: Art. 71-A, § 1º O salário-maternidade de que trata este artigo será pago diretamente pela Previdência Social.

recém-nascido e a família, além de assistir à mãe logo após o parto e cuidar do registro de nascimento e outras responsabilidades ligadas à família.[9]

No ordenamento jurídico brasileiro não é diferente. A licença paternidade, diferente da tutela feminina, não recebeu a mesma atenção do legislador durante a evolução dos direitos trabalhistas. Enquanto o afastamento da mulher em decorrência da maternidade esteve regulamentado no ordenamento brasileiro desde o ano de 1923[10], o pai somente obteve o direito de se afastar do trabalho em virtude do nascimento do filho com a promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho, em 1943[11] e, mesmo assim, por apenas um dia. O termo "licença-paternidade" só foi inserido no ordenamento jurídico brasileiro com a Constituição Federal de 1988 ao dispor sobre os direitos dos trabalhadores (art. 7º, XIX, CF/88). Contudo, não especificou o período de licença, relegando à legislação específica a regulamentação do benefício, o que nunca ocorreu. Desse modo, aplica-se hodiernamente a disposição do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) que no art. 10, §1º dispôs que até que haja regulamentação específica o período da licença-paternidade será de 05 (cinco) dias.

Para além do período determinado, a previsão da licença paternidade ainda se distancia muito do tratamento dispensado à licença maternidade. Se, por um lado, a licença da gestante implica em resguardo e benefícios de natureza trabalhista e previdenciária, tais como afastamento e adequação da rotina de trabalho, além do salário maternidade, os encargos advindos do afastamento do homem do trabalho são de responsabilidade única do empregador, sem qualquer outro respaldo trabalhista ou previdenciário, sendo-lhe permitido apenas ausentar-se do trabalho por dois dias para acompanhar a gestante em consultas médicas (art. 473, X, CLT) e um dia ao ano para acompanhar o filho menor de 06 (seis) anos em consulta médica

---

[9] ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Maternityandpaterniyatwork: lawandpraticeacrossthe world. Genebra, 2014. Disponível em:http://www.ilo.org/global/publications/books/WCMS_242615/lang--en/index.htm. Acesso em 15 mar. 2019.

[10] Decreto-lei nº 16.300 de 31 de dezembro de 1923 (revogado), que aprovou o regulamento do Departamento Nacional de Saúde Pública, previu para a mulher, em seu art. 345, a faculdade de repouso pelo período de 30 dias antes e 30 dias após o parto. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D16300.htm>. Acesso em 18 mar. 19. Constitucionalmente foi com a Constituição de 1934 que a temática foi tratada pela primeira vez no contexto de proteção do trabalho, assegurando à trabalhadora assistência médica e o direito ao descanso antes e depois do parto, sem prejuízo do salário e do emprego.

[11] Art. 473 - O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário:
III - por um dia, em caso de nascimento de filho no decorrer da primeira semana;

(art. 473, XI, CLT). Ademais, a paternidade não é resguardada pela estabilidade provisória, o que revela, dada a omissão legislativa, que a presunção que fundamenta as normas jurídicas é a de que a mulher é a responsável exclusiva pelos cuidados com a gestação e com a criança.

A licença paternidade em sua extensão e disponibilidade varia de país para país. A título de comparação, de acordo com relatório da Organização Internacional do Trabalho (2014, p.53), ela pode ser de um dia, como na Tunísia, a noventa dias, como na Islândia, na Eslovênia e na Finlândia. Em quarenta e seis dos oitenta e sete países analisados pelo relatório a licença paternidade não é prevista legalmente. Vinte e um por cento dos 86 países prevê menos de uma semana de licença paternidade, aqui incluídos Argentina, Cazaquistão, Grécia, Marrocos e a República Unida da Tanzânia; quinze por cento prevê licença paternidade de 7 a 10 dias (entre eles Benin, Bósnia e Herzegovina, Letônia, Filipinas e Equador); e 8 por cento prevê de 11 a 15 dias de licença (Azerbaijão, França, Kênia e a República Bolivariana da Venezuela). Somente cinco países, todos entre as economias desenvolvidas, preveem acima de duas semanas de licença paternidade (Finlândia, Islândia, Lituânia, Portugal e Eslovênia). Na Finlândia, por exemplo, são previstos 54 dias de licença paternidade. De um a dezoito destes 54 dias pode ser utilizado simultaneamente à licença maternidade (em período contínuo ou podendo ser dividido em quatro períodos separados) e o restante ou o total de 54 dias, se os dezoito dias referidos não foram utilizados, pode ser utilizado depois que a licença maternidade foi utilizada.

Estes dados internacionais, mesmo que sumários, demonstram uma certa homogeneidade em relação à desigualdade da distribuição do tempo de cuidado legalmente instituído entre os gêneros. Eles revelam, no entanto, algumas políticas públicas que procuram reinserir o homem nas atividade de cuidado, todas advindas de economias desenvolvidas, aumentando o tempo de licença paternidade e aumentando o tempo de cuidado a ser utilizado de modo simultâneo pela mãe e pelo pai, como é o exemplo da Finlândia.

Apesar da inserção das mulheres no mercado de trabalho formal e, consequentemente algum acesso à seguridade social (atendidas as condicionalidades) observa-se que os dispositivos das políticas públicas objeto deste estudo apresentam distorções apontadas pelos estudos no campo das discussões

do feminismo materialista do ponto de vista das relações de gênero e mesmo do ponto de vista da garantia dos direitos sociais.

O sociólogo Marc Bessin, em estudo que sugere que as abordagens do cuidado podem enriquecer as problemáticas das políticas sociais e da solidariedade, indica:

> (...) é urgente articular cuidado e Estado social. O conceito de presenças sociais propõe justamente politizar o cuidado para destacar os problemas políticos estreitamente relacionados da sexuação e da temporalização. Retomando-se a clássica problematização das relações sociais de sexo sobre a **disponibilidade temporal**, pode-se na verdade dizer que as temporalidades estão na base do gênero. (BESSIN *in*ABREU et al., 2016, p.235. Grifo nosso.)

O cuidado é atividade cotidiana e indispensável nos espaços familiares e em vários momentos da vida (incluindo-se aqui o cuidado aos idosos e deficientes). Considerando-se o contexto geral, no entanto, aquelas/es que exercem atividades de cuidado têm prejudicadas suas condições de participação de maneira igualitária na sociedade (BIROLI, 2015, p.112). De acordo com a cientista política Flávia Biroli, em estudo sobre responsabilidade, cuidado e democracia:

> Com mais mulheres no mercado de trabalho e com formas de organização das relações de trabalho que exigem a ausência das mulheres do espaço doméstico, a industrialização e socialização do trabalho doméstico [e de cuidado] se torna 'uma necessidade social objetiva' (Brenner, 2010, p.224)" (BIROLI, 2015, p. 112-113).

As abordagens do cuidado permitem a análise a partir do cruzamento (interseccionalidade) das categorias gênero, classe, raça e temporalidades nos estudos em políticas sociais em gênero e desigualdades e contribuem com o debate sobre distribuição igualitária do acesso a recursos como educação, trabalho decente, participação política e lazer com foco em grupos subalternos e marcados pela vulnerabilidade.

Por fim, não obstante a sensível evolução da inserção no ordenamento jurídico brasileiro, as disposições demonstram que desde o início a previsão da licença paternidade não visa se equiparar à licença maternidade, limitando o afastamento do pai a poucos dias, dedicados a fornecer amparo à mãe em aspectos relacionados à sua saúde e à do bebê, e cuidar dos demais aspectos da vida cotidiana e familiar, deixando à mulher que se dedique à sua recuperação e aos cuidados com a criança, recém-nascida ou adotada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou apresentar uma análise crítica dos dispositivos legais que tratam da licença-maternidade e do salário-maternidade, com focona Constituição, na lei de previdência social e no regulamento da previdência social no Brasil. Abordamos a licença maternidade como dispositivo jurídico que reproduz desigualdade de gênero, ao institucionalizar e reproduzir atribuições de cuidado histórica e politicamente designadas às mulheres. O tratamento político e jurídico da licença maternidade e da licença paternidade no Brasil e no mundo merece atenção pelo que representa como uma manifestação da desigualdade de gênero que toma a forma de instituições jurídicas e provém de políticas públicas.

Pode se dizer que a forma como são implementadas as políticas em relação às licenças maternidade e paternidade é um aspecto entre tantos em relação aos quais a questão da desigualdade de gênero é traduzida nas esferas públicas e privadas. A própria dicotomia nestes termos pode prejudicar o debate.

Buscamos aqui contribuir com as discussões em torno da questão de gênero a partir da análise de dispositivos jurídicos envolvendo atividades de cuidado, sem esquecer a amplitude do debate e a relação direta da matéria com a qualidade dos sistemas democráticos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, L; VALENZUELA, M. E. Tempo de trabalho remunerado e não remunerado no Brasil e na América Latina: Uma repartição desigual. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa. Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais. São Paulo: Boitempo, 2016.

BESSIN, M. Política da presença: As questões temporais e sexuadas do trabalho In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa. Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais. São Paulo: Boitempo, 2016.

BIROLI, Flávia. Responsabilidades, cuidado e democracia. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília , n. 18, p. 81-117, Dec. 2015 . Availablefrom<**https://tinyurl.com/y6rytrmy**>. accesson 17 Mar. 2019. http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220151804.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. Decreto n. 30.048, de 6 de maio de 1999. Aprova o Regulamento da Previdência social, e dá outras providências.

BRASIL. Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

BRASIL. Consolidação das Leis do Trabalho. Decreto-Lei nº 5.442, de 01.mai.1943.

FALQUET, J. Transformações neoliberais do trabalho das mulheres: Liberação ou novas formas de apropriação? In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa. Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais. São Paulo: Boitempo, 2016.

HORVATH JÚNIOR, Miguel. Salário-maternidade. São Paulo: QuartierLatin, 2004.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. Maternityandpaternityatwork :lawandpracticeacrossthe world InternationalLabour Office. – Geneva: ILO, 2014. Disponível em <https://www.ilo.org/global/publications/books/WCMS_242615/lang--en/index.htm>.

OS ENQUADRAMENTOS DA COBERTURA FEITA PELA FOLHA DE S. PAULO SOBRE O CASO DO ESTUPRO COLETIVO DE CASTELO DE PIAUÍ

Vivian Teixeira de Faria[1]

RESUMO
A partir do entendimento de que o estupro é uma violência institucionalizada que contribui para a manutenção do patriarcado e de que o jornalismo é um dos atores sociais que ajudam a construir a realidade, este artigo analisa os enquadramentos noticiosos da Folha de S. Paulo sobre o caso do estupro coletivo de Castelo de Piauí, de maio de 2015. A proposta metodológica é a de análise de *issue specific frames*, a partir de variáveis derivadas das funções dos enquadramentos de Entman. Foram analisadas 20 notícias sobre o tema, publicados entre 2015 e 2018. A conclusão é de que a cobertura da Folha de S. Paulo ainda reproduz discursos que reforçam a dominação masculina, mas que há algum espaço para o aprofundamento da discussão.

Palavras-chave: Enquadramento noticioso. Estupro. Teoria Construtivista do Jornalismo. Folha de S. Paulo.

INTRODUÇÃO

O estupro é um dos tipos de violência que deve ser entendido como uma instituição ou prática social que contribui para a manutenção do patriarcado, já que reforça papéis de gênero construídos neste sistema (WHISTNANT, 2017). Os números ajudam a ilustrar essa ideia: de acordo com o Atlas da Violência de 2018[2], estima-se que ocorram no Brasil entre 300 e 500 mil estupros ao ano. Assim, o medo de se tornar uma das muitas vítimas de estupro no país faz com que mulheres reproduzam padrões de comportamento que, conforme o patriarcado, fazem parte da identidade social do sexo feminino.

Para mudar essa cultura de dominação masculina - e reduzir o número de estupros, é preciso que haja uma mudança de mentalidade que abranja toda a sociedade (BLAY, 2002). Ou seja, é preciso que não só as mulheres, mas todos os indivíduos e as instituições que compõem a sociedade mudem seu modo de pensar, o que vai depender de alterações na forma de educar crianças, olhar para determinados problemas, e discutir as relações de gênero.

A partir do entendimento de que o jornalismo é um dos atores que ajudam a construir a realidade (TUCHMAN, 1978), o presente artigo analisa de que forma o

[1] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Paraná.
[2] Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=33410&Itemid=432

jornal Folha de S. Paulo enquadra notícias sobre estupro, para então discutir se ele contribui para a promoção da igualdade de gênero e para a construção de uma sociedade em que a relação entre homens e mulheres não se dê por meio da dominação de um sobre o outro. Para isso, utilizamos uma análise de enquadramento voltada especificamente para o problema (*issue specific frames*), conforme classificação de De Vreese (2005) e operacionalização de Entman (1993), de todas as notícias publicadas sobre o caso do estupro coletivo de Castelo do Piauí, registrado em maio de 2015. O caso inspirou o projeto de lei que resultou na lei 13.718/2018, que endurece as penas para estupro coletivo.

ESTUPRO E OUTRAS VIOLÊNCIAS COMO FERRAMENTAS DE MANUTENÇÃO DO PATRIARCADO

O estupro é uma das violências que contribui para a manutenção da relação de dominação dos homens sobre as mulheres, ou seja, do patriarcado. É por meio dele e de outras formas de violência físicas e simbólicas que se garante a reprodução - até o ponto de naturalização - de comportamentos, ideias e atitudes que compõem o que se pode chamar de identidades sociais da mulher e do homem (BOURDIEU, 2014; SAFFIOTI, 1987).

No patriarcado, a violência é um dos aspectos que compõem à virilidade (Bourdieu, 2014), característica associada à identidade social do homem. Assim, a agressividade é algo que não apenas se espera dos homens, mas também que eles devem demonstrar para terem sua virilidade "validada" por seus pares, conforme explica o autor:

> Inúmeros ritos de instituição, sobretudo os escolares ou militares, comportam verdadeiras provas de virilidade, orientadas no sentido de reforçar solidariedades viris. Práticas como, por exemplo, os estupros coletivos praticados por bandos de adolescentes — variante desclassificada da visita coletiva ao bordel, tão presente na memória dos adolescentes burgueses —, têm por finalidade pôr os que estão sendo testados em situação de afirmar diante dos demais sua virilidade pela verdade de sua violência, isto é, fora de todas as ternuras e de todos os enternecimentos desvirilizantes do amor, e manifestar de maneira ostensiva a heteronomia de todas as afirmações da virilidade, sua dependência com relação ao julgamento do grupo viril. (BOURDIEU, 2014, p.65-66).

Assim, institucionalizou-se a violência deles contra as mulheres, inclusive vários tipos de violência sexual, por meio de leis que discriminavam a mulher e não puniam seus agressores (MELLO, 2016; BLAY; 2008). Da mesma forma, naturalizou-se a violência simbólica que serve como ferramenta de controle dos comportamentos femininos, reforçando a subordinação feminina. É por medo de se tornarem vítimas das violências perpetradas por homens, que as mulheres "aceitam" seguir determinadas regras e perpetuam-nas, repassando-as às mais jovens. Oliveira (2014) explica:

> O medo do crime e da iminência da violência limita de várias maneiras a vida das mulheres, desde o aparentemente inofensivo ritual de não andar sozinha à noite, até formas mais restritivas, como não aceitar certos trabalhos, não frequentar aulas noturnas, evitar totalmente as ruas, ou ignorar os piropos na rua. Deste modo, o medo da violência reforça a hierarquia dos sexos e organiza um consentimento sobre os códigos comportamentais e a identidade sexual normativa das mulheres (OLIVEIRA, 2014, p. 9).

Este medo é o que faz com que feministas afirmem que o estupro não pode ser compreendido a partir de casos isolados, mas deve ser observado como uma instituição, ou seja, "uma prática social estruturada com posições e papéis distintos, e com regras (implícitas ou explícitas) que definem quem pode (ou deve) fazer o que e em qual circunstância" (CARD, 1991 apud WHISTNANT, 2017, tradução nossa[3]). Esta ideia fica ainda mais evidente quando observamos os números sobre a ocorrência de estupros no Brasil. Conforme o Atlas da Violência de 2018, em 2016, 49.497 estupros foram reportados às polícias brasileiras. Contudo, a estimativa é de que esse número represente apenas 10% dos casos, devido à subnotificação. Assim, a média de estupros no país deve ficar de 300 a 500 mil ao ano.

Isso significa que o combate ao estupro (e às outras violências contra a mulher) depende da superação dessas formas de institucionalizar e naturalizar os atos violentos. No campo jurídico, algumas vitórias foram registradas nas últimas décadas, como a entrada em vigor de leis como a Maria da Penha (lei 11.340/06) e a do Feminicídio (13.104/15). No entanto, conforme argumenta Blay (2002 apud MONTEIRO, 2016), para alterar "uma cultura cujas relações sociais de gênero retêm padrões e valores tradicionais e paternalistas vai depender de uma mudança de

[3] No original: "[...] a structured social practice with distinct positions and roles, and with (explicit or implicit) rules that define who may (or must) do what under what circumstances."

mentalidade que não será feita exclusivamente por mulheres, mas sim pela sociedade toda".

JORNALISMO COMO CONSTRUÇÃO DA REALIDADE E OS ENQUADRAMENTOS NOTICIOSOS

A partir do entendimento de que a realidade é socialmente construída por todos aqueles que fazem parte dela (BERGER; LUCKMAN, 2014) - e, assim, é constantemente modificada; a ideia de que as notícias seriam reflexos da realidade começou a ser deixada de lado e foi substituída pela noção de que o jornalismo é um fenômeno social compartilhado essencial para a construção da realidade. Nas palavras de Tuchman (1978, p. 184, tradução nossa[4]): "as notícias estão perpetuamente definindo e redefinindo, constituindo e reconstituindo fenômenos sociais".

Apesar de essa ideia evidenciar o potencial que o jornalismo tem de contribuir para a transformação da realidade, o processo de definição e constituição dos fenômenos sociais pode se dar no sentido de manter o status quo, já que a construção da realidade remete à institucionalização de práticas e papéis da vida cotidiana, ou ao estabelecimento de modelos simbólicos a serem seguidos (BERGER; LUCKMAN, 2014). É assim que a conduta humana passa a ser orientada e até controlada.

Tuchman (1978) exemplifica essa manutenção do status quo ao tratar da cobertura sobre a Organização Nacional de Mulheres, entidade feminista fundada nos Estados Unidos em 1966 para promover a igualdade de gênero. Conforme ela, "as notícias interpretaram e construíram o período inicial do movimento moderno das mulheres como atividades de queimadoras de sutiã ridículas" (p. 184, tradução nossa[5]). Isso foi feito a partir da limitação da cobertura sobre o movimento e do reforço de padrões de cegueira seletiva em relação a mulheres e seus direitos (MORRIS, 1975 apud TUCHMAN, 1978, p. 138). Assim, ela já nos mostra que, historicamente, o jornalismo tende a reforçar valores e comportamentos que mantêm a dominação masculina.

---

[4] No original: "[...] news is perpetually defining and redefining, constituting and reconstituting social phenomena".

[5] No original: "[...] as news stories construed and constructed the early period of the modern women's movement as the activities of ridiculous bra burners".

Tuchman também traça um paralelo entre o jornalismo como construção social da realidade e o conceito de enquadramento noticioso. Conforme a autora, as "notícias são as janelas do mundo" (1978, p. 1), ou seja, elas enquadram o mundo de forma a direcionar como os diferentes grupos de pessoas percebem si mesmos, suas instituições e os outros.

A analogia contribui para a compreensão do conceito de enquadramento, originário da pesquisa de Gregory Bateson na psicologia e sistematizado na sociologia por Ervin Goffman. A ideia diz respeito a princípios ou marcos interpretativos construídos os quais enfatizam alguns aspectos dos acontecimentos e permitem às pessoas dar sentido e se relacionar com eventos e situações sociais (PORTO, 2004, p. 78).

Na comunicação, para além da interpretação de Tuchman, a noção foi operacionalizada de diversas maneiras. Isso resultou em várias tentativas de classificação dos estudos envolvendo análise de enquadramento noticioso (MENDONÇA & SIMÕES, 2012, p.191). Neste artigo utilizaremos a classificação proposta por De Vreese (2005), que divide estas pesquisas entre *issue-specific* e *generic news frames,* ou seja, aqueles que se relacionam ao tema das notícias que estão sendo analisadas e aqueles que são amplos e podem ser aplicados a coberturas de temas diversos, em diferentes tempos e variados locais.

Rizzotto, Antonelli e Ferracioli (2016, p. 89) explicam que "os *issue-specific frames* permitem uma abordagem muito mais detalhada do tópico narrado nas matérias analisadas, cobrindo alguns aspectos de seleção e relevância dos temas que são típicos daquela discussão". Como esta pesquisa é um estudo de caso da cobertura feita pelo jornal Folha de S. Paulo sobre o estupro coletivo ocorrido em Castelo de Piauí em 2015 e tem por objetivo investigar a forma como esta cobertura discute a questão da violência sexual contra a mulher, ela consistirá em um estudo de enquadramentos *issue-specific*.

Para isso, a análise será feita a partir de variáveis derivadas das funções do enquadramento estabelecidas por Entman (1993), cuja proposta permite que o pesquisador crie tipologias de um caso concreto (RIZZOTTO; ANTONELLI; FERRACIOLI, 2016). As funções são apresentadas na definição do autor para enquadramento:

> Enquadrar é selecionar alguns aspectos da realidade percebida e torná-los mais salientes em um texto comunicacional, de forma a promover uma definição particular para o problema, uma interpretação causal, uma avaliação moral e uma recomendação de tratamento para o item descrito (ENTMAN, 1993, p. 52, itálico no original, tradução nossa).

Definição do problema, interpretação causal, avaliação moral e recomendação de tratamento são as funções dos enquadramentos que determinam, respectivamente, o que um agente causal está fazendo e a quais custos e benefícios com base nos valores culturais; identificam as forças que originam o problema; avaliam os agentes causais e seus efeitos; e oferecem tratamentos ou soluções para o problema, e levantam suas prováveis consequências.

METODOLOGIA

Este artigo avaliou os enquadramentos noticiosos presentes na cobertura feita pelo jornal Folha de S. Paulo em seu portal on-line sobre o caso de estupro coletivo registrado no município de Castelo de Piauí em maio de 2015, o qual inspirou a lei 13.718/2018, que aumentou as penas para autores de estupros coletivos. Como o objetivo é identificar os enquadramentos noticiosos e as características da cobertura de um único veículo, foram analisadas apenas as notícias[6] produzidas pela equipe do próprio jornal, identificadas a partir da assinatura.

O período selecionado para a coleta foi o de 10 de junho de 2015 a 28 de fevereiro de 2018. A data de início corresponde à publicação da primeira matéria jornalística sobre o caso[7], enquanto a de fim corresponde à notícia mais recente sobre o caso, que trata da condenação do mentor do crime. As matérias foram encontradas por meio de busca do termo “Castelo de Piauí” feita no site da Folha de S. Paulo, com delimitação de período (1º de junho de 2015 até a data atual) e do meio de publicação (on-line). Foram obtidos 64 resultados e a pertinência das notícias foi avaliada individualmente. Ao fim, foram analisados 20 textos.

Para fazer a análise de acordo com as quatro funções propostas por Entman, foram elencadas seis variáveis, as quais compõem o livro de códigos[8] da análise de enquadramentos noticiosos realizada. Elas foram definidas a partir das funções

[6] Textos de opinião foram excluídos.
[7] O primeiro texto publicado na Folha de S. Paulo sobre o caso foi uma coluna, ou seja, um texto de opinião.
[8] Livro de códigos disponível em: https://bit.ly/2Ge8HEB

descritas por Entman, de resultados de pesquisas anteriores sobre a cobertura de violência contra a mulher, e dos próprios textos analisados.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

A primeira função a ser analisada, definição do problema, trata da forma como o estupro é apresentado nas notícias e dos atores envolvidos. Para esta análise, foram definidas três variáveis: tópico, subtópico e fontes. A primeira procura estabelecer se o estupro é tratado como um problema particular ou questão de interesse público, ou seja, se a abordagem do tema se restringe a casos isolados ou se a discussão se aproxima da perspectiva feminista de que este tipo de violência é uma instituição de manutenção da dominação masculina.

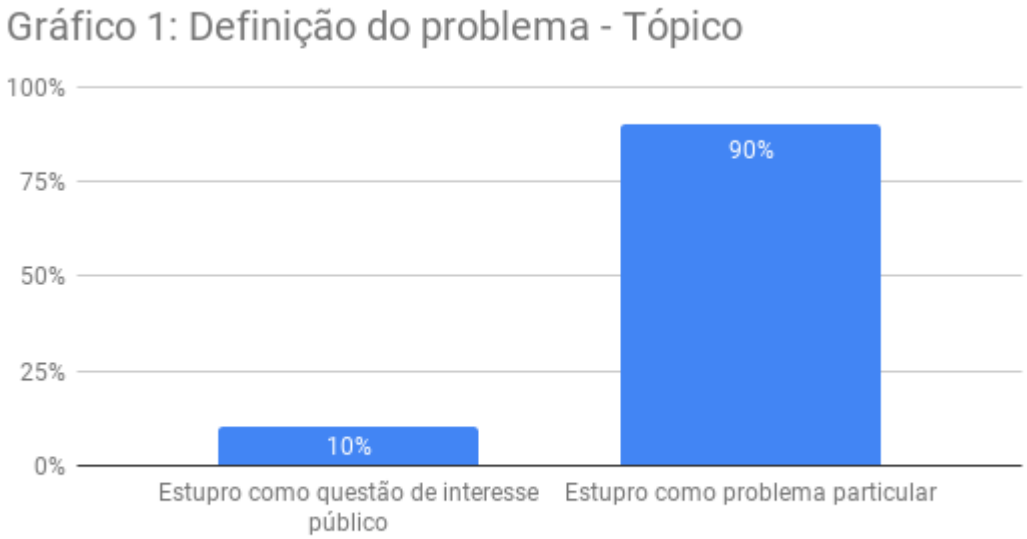
Conforme mostra o Gráfico 1, 90% dos textos tratam o estupro como caso isolado, sem trazer qualquer informação sobre o contexto da violência sexual contra a mulher no estado do Piauí ou no Brasil. Como se trata de análise de notícias sobre um único caso, é esperado que uma parte delas trate exclusivamente da situação em questão. Contudo, ao não construir o contexto da violência sexual contra a mulher no estado ou país, o veículo dificulta a compreensão de que ela é comum e naturalizada. Assim, apesar de o tema ganhar espaço no jornal, o veículo propõe pouca reflexão sobre o tema e a discussão sobre ele torna-se superficial.

Ainda no âmbito da definição do problema, foram identificados os subtópicos dos textos analisados. A análise desta variável apenas reforça a ideia de que o estupro é tratado como caso isolado, já que os subtópicos são bastante ligados ao próprio caso: Desdobramentos do caso; Repercussão do caso; Detalhes do caso; Autores; e Investigação e questões judiciais.

O último aspecto analisado relacionado à definição do problema são as fontes consultadas pelos repórteres para a produção dos textos. Os códigos foram criados a partir das próprias notícias. Quando não fica clara qual a fonte consultada, o código utilizado é Ausente. Contudo, a maioria dos textos é feita a partir de entrevistas ou consultas a materiais diversos. Assim, a porcentagem expressa no Gráfico 3 indica a recorrência de cada fonte em toda a cobertura.

Esta variável também reforça a ideia de cobertura “episódica” ou “isolada” do tema, já que as fontes se relacionam, em sua maioria, ao caso (Familiares e amigos das vítimas; familiares e amigos dos autores; acusação; médico; padre; vítima; e

conselho tutelar). Os códigos que poderiam tratar do tema de forma mais ampla são: polícia; Justiça; ONU Mulheres; e executivo municipal. No entanto, apenas uma representante da polícia (delegada responsável pela criação do primeiro núcleo investigativo sobre feminicídio no país) e a ONU Mulheres o fazem.



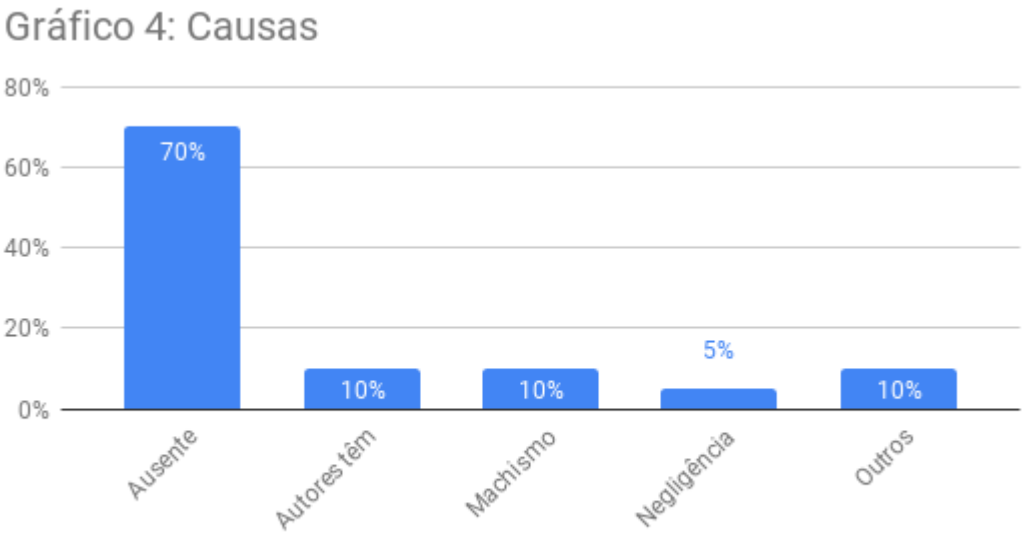
Fonte: A autora

A segunda função dos enquadramentos proposta por Entman, interpretação causal, é analisada a partir de uma única variável. São cinco os códigos para esta variável: Ausente; Autores têm problemas mentais e/ou com drogas; Machismo; Negligência da polícia; e Outros problemas estruturais. Cada texto poderia trazer mais de uma causa para o problema, mas, conforme mostra o Gráfico 4, a maioria deles - 70% - não trouxeram qualquer explicação para ele. Este dado corrobora a ideia de que o tema é tratado de forma superficial.

Ainda assim, é importante comentar as outras ocorrências. Quando se justifica um estupro afirmando, por exemplo, que os autores têm transtornos mentais ou que estavam drogados quando executaram o ato, a situação passa a ser percebida como o ato isolado de um indivíduo que não é bom ou não está no controle de suas faculdades mentais, ao invés de ser observada a partir da perspectiva da dominação masculina. Quando se identifica que a causa de um estupro é a negligência da polícia, aceita-se que, mesmo reprovável, este tipo de crime acontece e que cabe a um terceiro evitar situações como estas. Naturaliza-se um comportamento machista e retira-se a responsabilidade de todos os membros da sociedade de construir um ambiente mais seguro para as mulheres. Se outros

problemas estruturais são apresentados como causa para o estupro, então ele é colocado em um contexto que reconhece desigualdades e outros problemas na sociedade, mas ignora a questão de gênero.

Por fim, o machismo é apresentado como causa para o caso de estupro coletivo estudado - e para estupros de forma geral - em 10% dos textos analisados. A incidência é insuficiente para levantar um debate aprofundado sobre a questão, mas é importante notar que existe essa percepção e que há momentos em que ela ganha espaço. Isso pode significar que uma mudança na forma que o jornalismo trata este tipo de violência de gênero está em curso.



Fonte: A autora

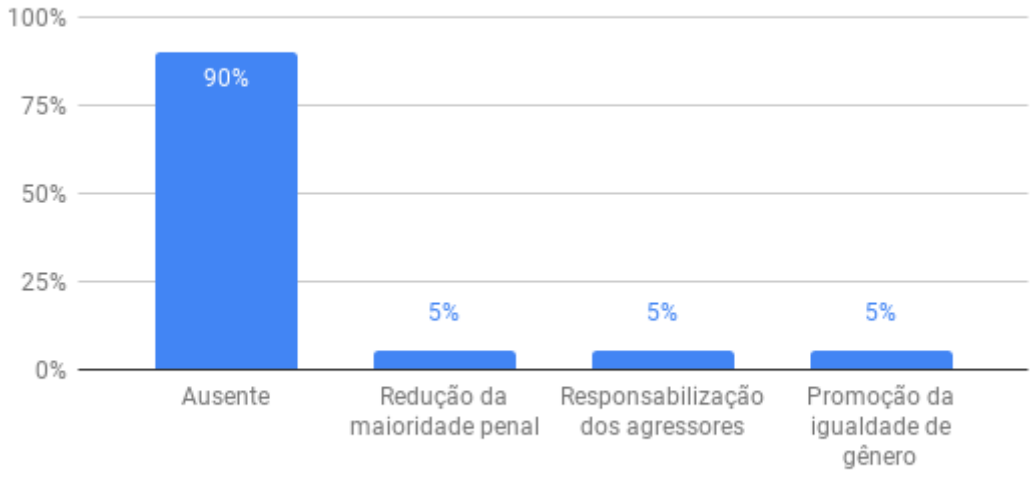
No âmbito do julgamento moral, foi analisada uma variável a partir de sete códigos. Contudo, observa-se que os códigos pertinentes a este trabalho são julgamento moral da(s) vítima(s) e do(s) autor(es), presentes em 30% e 50% das notícias que compõem o corpus.

Estudos anteriores (MOURA, 2014) mostraram que é por meio dos julgamentos morais que ocorre a culpabilização das vítimas, ou seja, que se transfere para as mulheres a responsabilidade pelo o mal que sofreram. Isso acontece tanto com julgamentos negativos, destacando comportamentos e atitudes consideradas reprováveis para uma mulher, quanto com julgamentos positivos, que mostram que a vítima é virtuosa como se espera e, portanto, não é culpada pela violência que sofreu. Ambos os julgamentos estão presentes na cobertura do caso de Castelo de Piauí. No caso dos autores, os julgamentos são sempre negativos e

procuram criar a imagem de jovens que vêm de famílias desestruturadas e se envolveram com drogas e com crimes muito cedo. A noção que se cria é a de que apenas homens assim são capazes de cometer esse tipo de violência, quando o Atlas da Violência de 2018 mostra que o crime também acontece dentro de casa, perpetrado por alguém da confiança da vítima.

O último item a ser analisado é o de recomendação de tratamento para o problema, que não aparece em 90% das notícias analisadas, conforme mostra o Gráfico 6. Esta ausência também indica que o tema é tratado com superficialidade e que há pouco espaço para discussões sobre a superação das relações de poder que propiciam ou naturalizam o estupro. Também aparecem como solução a redução da maioridade penal, que revela um olhar sobre o estupro que o descontextualiza da questão de gênero; a responsabilização dos agressores e a promoção da igualdade de gêneros. As duas últimas aparecem juntas em uma única matéria, indicando um olhar mais global sobre a situação: já que houve um crime, os responsáveis precisam pagar por ele, contudo, a penalização não é o que vai impedir que esse tipo de crime ocorra novamente, daí a necessidade de mudar comportamentos. É outro indício de início de aprofundamento do debate sobre o tema.

Gráfico 6: Recomendação de tratamento



Fonte: A autora

Assim, o que se nota é uma tendência para enquadrar o estupro como problema particular ou isolado, o qual é discutido de forma superficial, ou seja, sem a devida atenção às prováveis causas e soluções. Nota-se também uma tendência para culpabilização das vítimas e desassociação do crime das questões de gênero,

já que ele passa a ser relacionado a questões como uso de drogas e outros problemas sociais. Ainda assim, há uma pequena brecha para discussões sobre este tipo de violência e sua relação com o patriarcado e o machismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise de textos noticiosos publicados na Folha de S. Paulo sobre o estupro coletivo registrado em Castelo de Piauí em maio de 2015, este artigo se propôs a analisar de que forma o estupro é enquadrado pelo veículo e se ele contribui para a promoção da igualdade de gênero. Utilizou-se uma análise *issue-specific*, a qual foi feita a partir de variáveis derivadas das funções de Entman e relacionadas a questões próprias do tema.

Os resultados encontrados mostraram que o jornal enquadra o estupro principalmente como problema isolado, não relacionando-o ao contexto do machismo e das desigualdades entre os gêneros - e estabelecendo alguns elos entre o caso de estupro estudado e questões como uso de drogas, miséria e outros problemas sociais. Ele ainda promove uma discussão rasa sobre o tema, muitas vezes ignorando prováveis causas e soluções para o problema, e reproduz discursos que apontam para a culpabilização da vítima.

Como a pesquisa observou apenas um caso e o corpus é composto por 20 matérias, não é possível afirmar que este é o padrão para as coberturas do veículo sobre o tema. Contudo, a tendência é que as características observadas neste caso se repitam. Para se ter uma noção melhor de como o veículo enquadra o estupro, é necessário que outras pesquisas semelhantes sejam feitas, levando em conta outros casos. Também pode ser relevante investigar se houve uma mudança na forma como o jornal enquadra o estupro, o que pode ser feito a partir da análise da cobertura de casos ocorridos em diferentes períodos.

REFERÊNCIAS

BERGER, Peter L.; LUCKMAN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Editora Vozes, 36.a edição, 2014.

BLAY, Alterman Eva. **Assassinato de Mulheres e Direitos Humanos.** Rio de Janeiro: Editora 34, 2008.

BORDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** 1º ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2014.

DE VREESE, Claes H. **News framing: theory and typology.** Information DesignJournal, pp. 51-62. 2005.

ENTMAN, Robert. M. **Framing: towards clarification of a fractured paradigm.** Journal Communication, v. 43, n.4, 1993.

MELLO, Adriana Ramos de. **Feminicídio: uma análise sociojurídica da violência contra a mulher no Brasil.** Rio de Janeiro: LMJ Mundo Jurídico, 2016.

MENDONÇA, R. F.; SIMÕES, P. G. **Diferentes operacionalizações analíticas de um conceito.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.27, n.79, 2012.

MOURA, C. V. M. **Um emissor e dois enunciadores: A violência contra a mulher nas páginas de Massa! e A Tarde.** 233 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura Contemporâneas. Universidade Federal do Bahia, Salvador, 2014.

OLIVEIRA, Ana. **O assédio sexual nos espaços públicos.** Cabo dos Trabalhos, nº10, Universidade de Coimbra, 2014.

PORTO, Mauro. **Enquadramentos da mídia e política.** XXVI Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS, Caxambu, 2002.

MONTEIRO, L. K. V. L. M. **Estupro na imprensa: O processo de trabalho de jornalistas e profissionais de direito na cobertura do caso Roger Abdelmassih pelo jornal Folha de S.Paulo (2009-2015), na perspectiva de estudos de jornalismo, da legislação e das práticas do Poder Judiciário e dos estudos feministas.** Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

RIZZOTTO, Carla. ANTONELLI, Diego. FERRACIOLI, Paulo. **A política nas páginas dos jornais: uma discussão metodológica sobre o enquadramento noticioso.** Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación, v. 13, p. 84-95, 2016.SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

TUCHMAN, Gaye. **Making News: A study in the construction of reality.** New York: The Free Press, 1978.

WHISNANT, Rebecca. Feminist Perspectives on Rape. In: ZALTA, Edward (ed). **The Stanford Encyclopedia of Philosophy.** Stanford, The Metaphysics Research Lab: Outono de 2017 Edition). Disponível em: https://plato.stanford.edu/archives/fall2017/entries/feminism-rape/.

DIREITOS DAS MULHERES NA ASSISTÊNCIA OBSTÉTRICA NOS DOCUMENTOS DA OMS E DO MINISTÉRIO DA SAÚDE DO BRASIL (2000-2018)

Helena Guimarães Gasperin[1]
Ana Maria Bourguignon[2]
Rosiléa Clara Werner[3]

RESUMO
Trata-se de uma pesquisa documental e bibliográfica, cujo objetivo é identificar os direitos das mulheres na atenção ao pré-natal, parto e pós-parto, previstos nos documentos da Organização Mundial da Saúde e do Ministério da Saúde do Brasil de 2000 a 2018. Concluiu-se que os direitos das mulheres são pautados pelo princípio da humanização, abordagem que preconiza o protagonismo da mulher no seu processo reprodutivo, cabendo aos profissionais responsáveis o papel de coadjuvantes. Verificou-se que os direitos previstos visam assegurar a participação das mulheres nos processos decisórios que envolvem a assistência obstétrica, procuram coibir intervenções desnecessárias e reprimir os maus-tratos, abusos e desrespeito praticados nos serviços de saúde.

Palavras-chave: Direitos Reprodutivos. Direitos das Mulheres. Organização Mundial de Saúde. Ministério de Saúde. Política Nacional de Humanização do Parto e Nascimento.

INTRODUÇÃO

Com a promulgação da Constituição Federal Brasileira em 1988, surge um novo conceito de saúde, amplo e vinculado às políticas sociais, com a assistência contemplada de forma integral. A Constituição Federal foi um marco na história da saúde pública brasileira, definindo a saúde como um direito de todos e dever do Estado, tornando-a um direito universal e seu acesso assegurado como direito de cidadania e regulamentado pelas leis nº 8.080/90 e 8.142/90, as quais determinam o controle e a participação da comunidade e o repasse de recursos. (BRASIL, 1988)

Assim, é instaurado o Sistema Único de Saúde (SUS) e com sua criação, a área da saúde apresentou nova configuração.

---

[1] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).
[2] Doutoranda do Programa de Ciências Sociais Aplicadas da UEPG, Bolsista CAPES.
[3] Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (1986), mestrado em Educação Ensino Superior pela Fundação Universidade Regional de Blumenau (1997), mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2000) e doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2010). Atualmente é professora efetiva da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

> [...] como o conceito ampliado de saúde, a garantia da saúde como direito social, a universalidade na atenção à saúde e a composição multiprofissional e interdisciplinar do atendimento em saúde. A saúde passa a ser vista com um espaço de atenção multidimensional. (MELLO; FERNANDES, 2010, p.1378)

Deste modo, novas formas de cuidado com a população são pensadas, inclusive no âmbito da saúde da mulher. Em relação às ações voltadas à assistência obstétrica, abrangendo pré-natal, parto e puerpério, esta atenção era marcada pela violação dos direitos reprodutivos com intensas práticas de medicalização, intervenções desnecessárias e práticas abusivas de episiotomia e cesariana, além do isolamento da gestante e o desrespeito à sua autonomia (BRASIL, 2004). A partir da proposição de um novo modelo de assistência obstétrica, denominado de humanização do parto e nascimento, o tratamento à gestante e ao recém-nascido passou a ser outro, sendo pautado a partir de evidências científicas e no respeito aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres.

> Os Direitos Reprodutivos são constituídos por princípios e normas de direitos humanos que garantem o exercício individual, livre e responsável, da sexualidade e reprodução humana. É, portanto, o direito subjetivo de toda pessoa decidir sobre o número de filhos e os intervalos entre seus nascimentos, e ter acesso aos meios necessários para o exercício livre de sua autonomia reprodutiva, sem sofrer discriminação, coerção, violência ou restrição de qualquer natureza (VENTURA, 2009, p.19).

O Programa de Humanização do Parto, formulado pelo Ministério da Saúde, esclarece que a humanização compreende dois aspectos fundamentais, o primeiro caracteriza como dever das unidades de saúde, receber com dignidade a mulher, seus familiares e o recém-nascido, criando um ambiente acolhedor e rompendo com o tradicional isolamento imposto à mulher, já o segundo aspecto refere-se à adoção de medidas e procedimentos que evitem práticas intervencionistas desnecessárias, mas que embora comumente usadas, não beneficiam a mulher nem o recém-nascido. (BRASIL, 2000)

O Programa de Humanização no Pré-Natal e Nascimento visa modificar o modelo de assistência obstétrica respeitando os direitos reprodutivos das mulheres, sendo pautado a partir de bases científicas. O

documento fundamenta que a “Assistência Obstétrica e Neonatal é condição primeira para o adequado acompanhamento do parto e do puerpério” (BRASIL, 2002, p. 05), partindo do princípio de que:

> Toda gestante tem direito ao acesso a atendimento digno e de qualidade no decorrer da gestação, parto e puerpério;
> Toda gestante tem direito de saber e ter assegurado o acesso à maternidade em que será atendida no momento do parto;
> Toda gestante tem direito à assistência ao parto e ao puerpério e que esta seja realizada de forma humanizada e segura, de acordo com os princípios gerais e condições estabelecidas na prática médica;
> Todo recém-nascido tem direito à assistência neonatal de forma humanizada e segura. (BRASIL, 2002, p.06)

A Organização Mundial de Saúde - OMS (OMS, 2018) tem o modelo de assistência obstétrica definida a partir de 56 recomendações, conforme o documento *WHO Recommendations: Intrapartum care for a positive childbirth experience*, essas recomendações têm o objetivo de “garantir que todas as mulheres recebam cuidados intraparto com base em evidências, equitativos e de boa qualidade em serviços de saúde[4]”. (WORLD, 2018, p. 178 - tradução nossa)

Então, a partir do Ministério da Saúde Brasileiro e da Organização Mundial de Saúde conclui-se que o novo modelo de assistência obstétrica surgiu com o intuito de proporcionar a mulher um atendimento humanizado, ou seja, mudando as formas de acolhimento e atendimento, colocando-a como protagonista do seu parto e com a liberdade na decisão sobre o nascimento de seu filho, enquanto os profissionais, que contribuem com seus conhecimentos para o bem-estar da mãe e do recém-nascido, são coadjuvantes desse processo.

A humanização do parto e nascimento trata do respeito e da promoção dos direitos das mulheres e crianças, a partir de uma assistência baseada em evidências científicas quanto à segurança e eficácia dos procedimentos. O principal objetivo é um nascimento com o mínimo de intervenções, onde a mãe e o bebê estejam saudáveis. (DOSSIÊ, 2002, p.13)

Deste modo, o presente artigo que partiu de uma pesquisa realizada durante a vivência no Projeto de Bolsa de Iniciação Científica - PIBIC,

[4]“ensure that all women receive evidence based, equitable and good-quality intrapartum care in health care facilities”. (OMS, 2018, p. 178)

vinculado ao Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares sobre Direitos Reprodutivos, Comunicação em Saúde e Direitos Humanos da Universidade Estadual de Ponta Grossa, teve como objetivo sistematizar e identificar os conteúdos referentes às recomendações para assistência obstétrica abrangendo pré-natal, parto e pós-parto, presentes nos documentos de 2000 a 2018, da Organização Mundial de Saúde - OMS e do Ministério da Saúde (Brasil) - MS. Tal sistematização resultou na construção de um quadro, que facilita a visualização e compreensão dos documentos em relação à garantia dos direitos das mulheres durante o ciclo gravídico-puerperal.

MATERIAL E MÉTODOS

Utilizou-se como metodologia para a realização de artigo a pesquisa bibliográfica e documental. Segundo Oliveira (2007), a pesquisa documental se caracteriza pela busca de informações de documentos como relatórios, reportagens de jornais, revistas, entre outros materiais de divulgação sem que estes tenham um cunho científico e na pesquisa bibliográfica se traduz como o estudo e análise de documentos que tenham domínio científico e proporcionem ao pesquisador o contato direto com as obras que retratam o tema em estudo. (OLIVEIRA, 2007).

Nesta oportunidade foram eleitos para a análise os documentos do Ministério da Saúde (MS) e da Organização Mundial de Saúde (OMS) abrangendo as ações de recomendações, a respeito da assistência obstétrica, a partir dos anos 2000 até o ano de 2018. Em relação ao MS os documentos utilizados foram a Cartilha sobre Humanização do Parto; o Caderno de Atenção Básica: Atenção ao pré-natal de baixo risco; Diretrizes do Parto Normal – versão resumida e o Manual Técnico Pré-Natal e Puerpério: Atenção qualificada e humanizada; já em relação aos documentos da OMS, optou-se por analisar apenas o documento mais recente a ser lançado, *WHO recommendations: intrapartum care for a positive childbirth experience* (2018), destaca-se que os documentos foram escolhidos, tendo em vista que estes preconizam direitos que visam à proteção das mulheres.

Após a leitura desses documentos, foi feita a análise de conteúdo que, para Bardin (2011) é:

> um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2011, p. 47).

Desta análise de conteúdo, as informações retiradas dos documentos foram a respeito dos direitos que as mulheres gestantes têm durante os procedimentos do pré-natal, parto e pós-parto. A seguir, os resultados são expostos em quadro conforme o documento que descreve o direito, e para um melhor entendimento os direitos serão apresentados por categorias.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O pré-natal tem como objetivo assegurar que a gestação se desenvolva de forma saudável, permitindo que o parto para mãe e recém-nascido ocorra sem impacto negativo para a saúde de ambos, inclusive abordando aspectos psicossociais e com atividades de promoção e prevenção à saúde materna e infantil. (BRASIL, 2012, p. 33)

QUADRO 01 – DIREITOS DA MULHER NO PERÍODO DE PRÉ-NATAL

DOCUMENTOS	DIREITOS
Cartilha de Humanização do Parto: Humanização do Pré-natal e Nascimento - (2002)	“Direito ao acesso a atendimento digno e de qualidade”; “Direito de saber e ter acesso assegurado à maternidade que será atendida”; “Realizar, no mínimo, seis consultas de acompanhamento”; “Realizar uma consulta até 42 dias após o nascimento”.
Pré-natal e Puerpério: atenção qualificada e humanizada – manual técnico - (2005)	"Realização de, no mínimo, seis consultas de pré-natal (preferencialmente, 01 no primeiro trimestre, 02 no segundo trimestre e 03 no terceiro trimestre)".
Pré-natal e Puerpério: atenção qualificada e humanizada – manual técnico - (2005)	“Direito de receber orientação sobre "planejamento familiar."; “O profissional de saúde deve fazer "escuta ativa da mulher e de seus/suas acompanhantes, esclarecendo dúvidas e informando sobre o que vai ser feito durante a consulta e as condutas a serem adotadas.”

Atenção ao pré-natal de baixo risco - (2012)	“Iniciar o pré-natal na Atenção primária até a 12º semana de gestação (3 meses)”; “Direito de conhecer e visitar previamente o serviço de saúde no qual irá dar à luz”; “Assegurar a solicitação, realização e avaliação do resultado dos exames”; “Promover a escuta ativa da gestante e de seus/suas acompanhantes”; “Estimular e informar sobre os benefícios do parto fisiológico, incluindo a elaboração do plano de parto”.

Org.: As autoras.

O trabalho de parto, segundo a OMS (2018), possui três estágios, envolvendo o processo de dilatação, o período expulsivo e a expulsão da placenta. O trabalho de parto está relacionado com a fase de contrações uterinas dolorosas e regulares, perda de líquido amniótico, dilatação do colo e perda de secreção sanguinolenta. O momento do parto se relaciona ao nascimento do bebê. Esses momentos, que ocorrem geralmente em espaços institucionais, acontecem na maioria das vezes em âmbito hospitalar com equipe própria.

QUADRO 02 - DIREITOS DA MULHER NO PROCESSO DE TRABALHO DE PARTO E PARTO

(continua)

DOCUMENTOS	DIREITOS
Diretrizes nacionais de assistência ao parto normal: versão resumida - (2017)	“Verificar se a mulher tem dificuldades para se comunicar da forma proposta, se possui deficiência auditiva, visual ou intelectual; perguntar qual língua brasileira (português ou libras) prefere utilizar ou, ainda, para o caso de mulheres estrangeiras ou indígenas verificar se compreendem português”; “Ler e discutir com a mulher, em caso dela possuir um plano de parto escrito, levando-se em consideração as condições para a sua implementação, tais como a organização do local de assistência, limitações (físicas, recursos) relativas à unidade e a disponibilidade de certos métodos e técnicas”. “Solicitar permissão à mulher antes de qualquer procedimento e observações, focando nela e não na tecnologia ou documentação”; “Todas as parturientes devem ter apoio contínuo e individualizado durante o trabalho de parto e parto, de preferência por pessoal que não seja membro da equipe hospitalar”; “As mulheres devem ter acompanhantes de sua escolha durante o trabalho de parto e parto, não invalidando o apoio dado por pessoal de fora da rede social da mulher (ex. doula) [...]”

	"Mulheres em trabalho de parto podem ingerir líquidos, de preferência soluções isotônicas ao invés de somente água" "Se uma mulher escolher técnicas de relaxamento no trabalho de parto, sua escolha deve ser apoiada"; "Os métodos não farmacológicos de alívio da dor devem ser oferecidos à mulher antes da utilização de métodos farmacológicos".

(conclusão)

Atenção ao pré-natal de baixo risco - (2012)	"Informar às gestantes de baixo risco de complicações que o parto normal é geralmente muito seguro tanto para a mulher quanto para a criança"; "Informar às gestantes de baixo risco sobre os riscos e benefícios dos locais de parto (domicílio, Centro de Parto Normal extra, peri ou intra hospitalar, maternidade)"; "Informar sobre o acesso à equipe médica (obstetrícia, anestesiologia e pediatria)"; "Deve ser oferecido à mulher a imersão em água para alívio da dor no trabalho de parto".
WHO Recommendations: Intrapartum Care for a Positive Childbirth Experience - (2018)	"Técnicas de relaxamento, incluindo relaxamento muscular progressivo, respiração, música, atenção plena e outras técnicas, são recomendados para mulheres grávidas saudáveis que solicitam alívio da dor durante o trabalho, dependendo das preferências de uma mulher"; "Técnicas manuais, como massagem ou aplicação de embalagens quentes, são recomendáveis para mulheres grávidas saudáveis que solicitam alívio da dor durante o trabalho de parto, dependendo das preferências de uma mulher"; "Para mulheres com baixo risco, a ingestão de líquidos e alimentos durante o parto é recomendado"; "É recomendável encorajar a adoção da mobilidade e uma posição vertical durante o trabalho de parto em mulheres de baixo risco".

Org.: As autoras

O pós-parto é um período que se inicia após o nascimento do bebê, da expulsão da placenta e de suas membranas, e que se estende por um período médio de seis semanas, conforme OMS (1998, p.7-8), sendo considerado um período bastante sensível, além de a mulher estar sujeita a complicações hemorrágicas, devendo ser monitorada. É o momento em que a mulher e seus acompanhantes vão finalmente ter contato físico com a criança e se adaptar à nova configuração familiar e suas demandas. O pós-parto é denominado também de puerpério, caracterizado pelas "modificações locais e sistêmicas,

provocadas pela gravidez e parto no organismo da mulher, [que] retornam à situação do estado pré-gravídico". (BRASIL, 2001, p.175)

QUADRO 03 - DIREITOS DA MULHER NO PERÍODO DE PÓS-PARTO.

(continua)

DOCUMENTOS	DIREITOS
WHO Recommendations: Intrapartum Care for a Positive Childbirth Experience - (2018)	"É recomendado o uso de uterotônicos para a prevenção do pós-parto hemorrágico (HPP) durante a terceira fase do parto para todos os nascimentos."; "É recomendada a ocitocina, uma droga uterotônica, para a prevenção da hemorragia pós-parto (HPP)."; "É recomendada nos locais em que a ocitocina não está disponível, o uso de outros [...]

(conclusão)

WHO Recommendations: Intrapartum Care for a Positive Childbirth Experience - (2018)	[...] uterotônicos injetáveis (se apropriado, ergometrina/metilergometrina, ou a combinação fixa de ocitocina e ergometrina) ou misoprostol oral (600 µg)"; "É recomendado o atraso no bloqueio do cordão umbilical (não antes de 1 minuto após nascimento) para melhorar a saúde materna e infantil e resultados nutricionais."; "É recomendada nos locais onde os assistentes especializados em parto estão disponíveis, tração do cordão umbilical (CCT) para partos vaginais se o provedor e a parturiente consideram uma pequena redução na perda de sangue e uma pequena redução na duração da terceira fase de trabalho como importante"; "Não é recomendada a massagem uterina sustentada como intervenção para prevenir a hemorragia pós-parto (HPP) em mulheres que receberam ocitocina profilática".
Diretrizes nacionais de assistência ao parto normal: versão resumida (2017)	"Assegurar que a assistência e qualquer intervenção que for realizada levem em consideração esse momento, no sentido de minimizar a separação entre mãe e filho."; "Em caso de retenção placentária, explicar para a mulher o que está acontecendo e quais serão os procedimentos necessários."; "Não usar Ocitocina IV adicional de rotina para desprendimento da placenta, com exceção nos casos de hemorragia."; "Se for identificado trauma perineal (trauma perineal ou genital deve ser definido como aquele provocado por episiotomia ou lacerações), uma avaliação sistemática do mesmo deve ser realizada."

Org.: As autoras.

E por fim, quanto ao direito da mulher em ter um acompanhante de sua escolha no momento de pré-natal, parto e pós-parto, documentos do MS e da

OMS, além da Lei Federal nº 11.108, em vigor desde 2005, enfatizam que é direito de todas as mulheres terem acompanhantes de sua escolha, podendo ser homem ou mulher, durante o trabalho de parto, parto e pós-parto, não excluindo o apoio dado por pessoal de fora da rede social da mulher (ex. doula). O direito ao acompanhante de escolha da mulher também foi introduzida pela Lei nº 12.257/2016, que dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância, no artigo 8º, § 6º, do Estatuto da Criança e do Adolescente: “A gestante e a parturiente têm direito a 1 (um) acompanhante de sua preferência durante o período do pré-natal, do trabalho de parto e do pós-parto imediato.”

QUADRO 04 - DIREITO DA MULHER EM TER UM ACOMPANHANTE DE SUA ESCOLHA NO MOMENTO DE PRÉ-NATAL, PARTO E PÓS-PARTO

DOCUMENTOS	DIREITOS
Cartilha de Humanização do Parto: Humanização do Pré-natal e Nascimento (2002)	“É direito do(a) parceiro(a) ser cuidado(a) antes, durante e depois da gestação”;
Diretrizes nacionais de assistência ao parto normal: versão resumida (2017)	"Este acompanhante deve receber as informações importantes no mesmo momento que a mulher" Durante o trabalho de parto deve-se: "oferecer orientação e apoio para o(s) acompanhante(s) da mulher"
Pré-natal e Puerpério: atenção qualificada e humanizada – manual técnico - (2005)	Receber avaliação do estado de saúde da mulher e do recém-nascido; Receber orientação e dar apoio a família para a amamentação; Receber orientação sobre os cuidados básicos com o recém-nascido; Receber avaliação da interação da mãe com o recém-nascido.

Org.: As autoras.

Sabendo que a humanização do parto diz respeito à promoção dos direitos de mulheres e crianças, baseando-se numa assistência que preze pela segurança e eficácia das práticas e procedimentos, conforme evidências científicas atuais, e, não na conivência de instituições ou profissionais, faz-se necessário um planejamento a respeito da atenção à saúde das mulheres no pré-natal, parto e pós-parto por parte dos gestores e equipes responsáveis para que os direitos da mulher e do bebê sejam respeitados e cumpridos. (DOSSIÊ, 2002, p.13)

CONCLUSÃO

A gestação, o parto e o pós-parto são processos próprios de cada mulher, considerados eventos únicos com intensos sentimentos e emoções, que marcam a memória da mãe e de toda a sua família, assim, é importante que todos os profissionais e serviços envolvidos nesse processo proporcionem um momento pautado no humanismo e na garantia de direitos. (ANDRADE, LIMA, 2014)

A humanização da assistência obstétrica e neonatal é a primeira condição para um acompanhamento do parto e puerpério saudável e respeitoso, assim faz-se necessário o entendimento dos direitos das gestantes para que sejam respeitados e garantidos conforme as normativas apresentam. (BRASIL, 2002)

Conforme a análise dos documentos da Organização Mundial de Saúde e do Ministério de Saúde a respeito das ações de recomendação envolvendo a assistência obstétrica, constatou-se que os direitos apresentados no decorrer dos documentos se complementam e, até mesmo, se completam, a fim de proporcionar melhor entendimento dos direitos das mulheres em seu ciclo gravídico-puerperal.

Conclui-se que à medida que as pessoas envolvidas no nascer - seja a mulher, seus familiares e amigos, seja as equipes de saúde e gestores públicos tenham clareza dos direitos da mulher no processo de pré-natal, parto e pós-parto, seja possível evitar as violências obstétricas. É preciso avançar nas pesquisas sobre o tema, na formação de novos profissionais e na capacitação dos profissionais que já se encontram no mercado de trabalho. Ampliar o debate sobre violência obstétrica é oportunizar experiências positivas em relação ao nascer.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** Ed. 70, São Paulo, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 11.108, de 7 de abril de 2005**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11108. htm>. Acesso em 20 ago. 2018.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Políticos de Saúde. Área Técnica de Saúde da Mulher. **Parto, aborto e puerpério:** assistência humanizada à mulher. Brasília: Ministério da Saúde, 2001, 202p.

BRASIL, Ministério da Saúde. Programa de Humanização do pré-natal e nascimento. **Humanização do parto**: humanização no pré-natal e nascimento. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. 28 p.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher:** princípios e diretrizes. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Área Técnica de Saúde da Mulher. **Pré-natal e Puerpério: atenção qualificada e humanizada – manual técnico**. Brasília: Ministério da Saúde, 2005. 163 p.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Atenção ao pré-natal de baixo risco**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

BRASIL, Presidência da República. **Lei n. 13.257, de 08 de março de 2016**. Dispõe sobre as políticas para a primeira infância. Brasília: DOU, 9 mar. 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13257.htm>. A acesso em 22 mar. 2019.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Diretrizes nacionais de assistência ao parto normal:** versão resumida. Brasília, 2017, p. 16-18.

DOSSIÊ HUMANIZAÇÃO DO PARTO. Rede Nacional Feminista de Saúde. **Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos**. São Paulo, 2002, 40p.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2007.

OMS. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Care in normal childbirth:** a practical guide. Geneva: WHO, 1996.

OMS. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. WHO recommendations: **intrapartum care for a positive childbirth experience.** 2018, 212p.

VENTURA, Miriam. **Direitos Reprodutivos no Brasil**. Brasília: UNFPA, 2009.

SEXISMO NAS LETRAS DE RAP: A SEDIMENTAÇÃO DO MACHISMO PELA MÚSICA

Paula Cabrera Claro[1]
Ariane Carla Pereira[2]

RESUMO

Desde a sua origem, o rap é um espaço predominantemente masculino. Há poucas mulheres que conseguiram se destacar comparado ao número de homens rappers, MC's e DJ's que temos até hoje. O maior problema, segundo a premissa desta pesquisa, é que não é apenas um espaço masculino, mas também um espaço machista e sexista. Assim, a proposta deste artigo é analisar de que maneira as letras do rap nacional seguem desvalorizando a condição feminina na sociedade brasileira e, assim, fortalecendo/sedimentando o machismo. Para isso, inicialmente, contextualizar o rap nacional para, na sequência, analisar as letras de rappers brasileiros, homens e mulheres, que tratem da condição feminina e, assim, comparar os processos de objetivação/subjetivação da mulher pelos raps construídos por homens e mulheres.

Palavras-chave: Comunicação; Análise do Discurso; Objetivação/Subjetivação dos sujeitos; machismo-feminismo; condição feminina

INTRODUÇÃO

Ao falarmos de Hip Hop, automaticamente, o relacionamos apenas com o gênero musical. Mas a cultura hip hop engloba diversos outros aspectos além da música que a tornam um instrumento de contestação de desigualdades e visibilidade para minorias. A música (rap), a pintura (grafite) e a dança (break dance) são os principais pilares desse movimento que teve sua origem nas periferias de Nova York e ganha cada vez mais destaque entre os jovens. Por volta de 1960, muitos jamaicanos migravam para os Estados Unidos, levando consigo as influências dos bailes de rua locais. Nestas festas era comum que MC's (*master of cerimonies*), acompanhados de um DJ (*disk-jockey*), subissem ao palco para criar rimas. Muitas delas denunciavam a situação política e social dos negros. O ritmo se popularizou rapidamente entre os jovens das periferias, que utilizaram do movimento não só como entretenimento, mas também como um instrumento político.

No Brasil, o hip hop se popularizou entre as décadas de 1980 e 1990, nos bairros periféricos de São Paulo. Assim como nos Estados Unidos, começou

[1] Graduanda do 4º ano de Jornalismo da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO).
[2] Professora efetiva do Curso de Jornalismo da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). Doutora em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

utilizando da dança para promover a cultura ao invés de conflitos entre os jovens. Grandes nomes como Thaíde e Racionais MC's são considerados pioneiros do movimento no Brasil. O rap (do inglês, rhythm and poetry), especialmente, tornou-se uma grande ferramenta de engajamento entre a juventude brasileira da época. Entretanto, ao mesmo tempo em que era um meio de representatividade de minorias, ele, de fato, não representava a todos.

Desde o início o hip hop é um espaço predominantemente masculino. Apesar de ter como característica primordial a contestação da realidade nas favelas, da violência e o racismo, somente nos últimos anos tem sido utilizado como um espaço de debate da violência de gênero. Assim como em tantos outros âmbitos, à mulher são atribuídas características como submissa, promíscua ou interesseira. Atualmente, essa posição da mulher é reafirmada nas criações de diversos rappers. Com a popularização do estilo, as pautas de luta social e representação perderam força e deram espaço para letras superficiais, fazendo com que o rap perdesse sua característica de instrumento de contestação. Com isso, também aumenta o machismo presente nas músicas.

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar de que maneira as letras do rap nacional seguem desvalorizando a condição feminina na sociedade brasileira e, assim, fortalecendo/sedimentando o machismo. As análises das representações femininas serão tecidas a partir de três décadas distintas. Da década de 1990 foram selecionadas as músicas *Mulheres Vulgares* (1990), do grupo Racionais MC's, e *LôraBurra* (1993), do rapper Gabriel o Pensador. A década de 2000 será analisada através das letras *Estilo Vagabundo* (2006), do carioca MV Bill e *Desculpa Mãe* (2001), do Facção Central. E, para a análise desta década, utilizaremos as músicas *A Raiva (Lado B),* do rapper Cachorro Magro, e *Ms Finesse parte 3,* do grupo Costa Gold, lançadas em 2010 e 2016, respectivamente. Em contrapartida, para analisar como as mulheres rappers se posicionam e conquistam seu espaço no hip hop, foram utilizadas três produções femininas de cada década: *Codinome Feminista* (1993), da Lady Rap, *Meu filho Minhas Regras* (2003), da Dina Di e *Eu Tava Lá* (2017), da Lívia Cruz.

METODOLOGIA

O objeto privilegiado desta pesquisa é a construção pelo rap de processos de objetivação/subjetivação da mulher. Para tal abordagem, tomamos como óculos teóricos os estudos empreendidos por Michel Foucault. Afinal, na perspectiva foucaultiana, os modos de subjetivação/objetivação do ser humano em nossa cultura podem ser expressos como “jogos de verdade nos quais o sujeito, enquanto sujeito, pode converter-se em objeto de conhecimento” (CASTRO, 2009, p.408).

Assim, o que se propõe aqui é fazer um “diagnóstico do presente”, seguindo Foucault, a partir da premissa de que os discursos comunicacionais, como a música, ao produzir e reproduzir enunciados, legitimam modos de ser e estar no mundo. Ou seja, que os acontecimentos discursivos (re)elaboram a realidade na medida em que apontam para a sociedade maneiras tanto de ler o mundo, quanto de se posicionar nele, de ser – a partir das relações de poder que o perpassam – por ele subjetivado.

O que propomos, então, é empreender uma reflexão do tempo presente (claro, constituído a partir de um emaranhado de fios que remontam a outros tempos, a outras épocas...), a partir da representação da mulher pelo rap nacional. -

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Luta de uma minoria disputada em condições desiguais. Características que poderiam fazer do feminismo, ou da bandeira pela igualdade entre os gêneros, um dos pilares do hip hop e do rap, que nasceram como a expressão do lado silenciado e invisibilizado. “Derivada de uma sociedade feminista / Que considera e dizem que somos todos machistas. / Não quer ser considerada símbolo sexual. / Luta pra chegar ao poder, provar a sua moral / Numa relação na qual / Não admite ser subjulgada, passada pra trás. / Exige direitos iguais...”. O trecho inicial da canção *Mulheres vulgares*, do grupo Racionais MCs, para os desavisados podem parecer uma exaltada da luta feminina. Porém, os versos seguintes são a reafirmação de um discurso machista, que não aceita que a mulher seja dona do próprio corpo, pense e aja livremente: “Pra ela, dinheiro é o mais importante. (...) Fama e dinheiro com rei de futebol! no qual quer se encostar em um magnata (…) Se julga total, Quer ser manchete de jornal. (…) Gosta de homens da alta sociedade. Até os grandes traficantes entram em rotatividade. Uma de suas únicas qualidades: a ganância” (RACIONAIS MCs, 1990).

A letra reforça o estereótipo da mulher como objeto sexual. Objetivação que se daria por duas mãos, a do homem, que a usa apenas por uma noite para obter prazeres sexuais, e pelas próprias, já que ela se vende a “reis do futebol”, “magnatas”, caras da “alta sociedade”, “grandes traficantes” por “dinheiro”, “fama”, “manchete de jornal”, “ibope”. Isso porque suas únicas qualidades seriam “a ganância” e ser “bonita, gostosa e sensual”. Por trás destes discursos falam inúmeras vozes sem nada que, ao longo dos séculos, construíram e reforçaram a formação discursiva dominante no que diz respeito a relação homens-mulheres: a do patriarcado.

Formação discursiva que subjetiva a mulher como o sexo tem como atributo apenas o corpo, sendo desprovida de inteligência - “seu jeito vulgar, suas idéias são repugnantes. / É uma cretina que se mostra nua como objeto, / É uma inútil que ganha dinheiro fazendo sexo” - que também é verbalizada, três anos depois, de modo bastante semelhante no rap *Lôraburra*, de Gabriel, O Pensador: “Existem mulheres que são uma beleza Mas quando abrem a boca Hmm que tristeza! (…) O problema é o que elas falam que não dá pra aguentar / Nada na cabeça / Personalidade fraca / Tem a feminilidade e a sensualidade de uma vaca (…) Eu só saio com você se for pra ser o Ricardão (…) Eu só vou te usar Você não é nada pra mim”.

Além de reafirmar a mulher como objeto sexual - “eu vou te usar” -, inapta para o que demanda intelecto e raciocínio - “nada na cabeça” -, aquela que precisa ser conduzida (maria vai com as outras) por conta de uma “personalidade fraca”, Pensador, na própria letra, afirma “eu não sou machista”. Ou seja, tira do homem a responsabilidade pela objetivação – tanto do corpo, quanto no sentido foucaultiano do termo, que diz respeito aos discursos que levam a produção de subjetividades nos sujeitos – da mulher.

A letra do carioca é, também, uma exaltação ao já-dito pelos rappers paulistas dos Racionais MCs e o músico faz questão de dizer que concorda com o enunciado anteriormente: “idéias banais e como dizem os Racionais / (Mulheres vulgares / Uma noite e nada mais)”. Afinal, "o dizer não é propriedade particular. As palavras não são só nossas. (...) O que é dito em outro lugar também significa nas 'nossas' palavras" (ORLANDI, 2003, p.32). Nenhum discurso é único, ele está sempre ligado a já-ditos ou a dizeres que ainda serão proferidos. "Não há discurso que não se

relacione com outros. (...) Os sentidos resultam de relações: um discurso aponta para outros que o sustentam, assim como para dizeres futuros" (ORLANDI, 2003, p.39). Ou seja, tudo o que é dito por outros sujeitos e em outros lugares significa, também, nas palavras ditas hoje-aqui-agora.

Já-ditos presentes também em outro desdobramento dos discursos do patriarcado, o de que para ser valorizada a mulher deve ser mãe e se dedicar, em tempo integral, ao filho, independente de seu caráter. É assim no rap *Desculpa mãe* (2001), do grupo Facção Central. Nele, um consumidor de drogas, traficante e assaltante só reconhece o valor da mãe quando ela morre. É nesse momento que ele lembra de tudo o que ela passou por ele – trabalho duro, dinheiro e poucos bens desviados para o vício, visitas ao presídio, acolhida ferido de tiro – e a santifica, é como se todos os seus pecados por ser mulher fossem perdoados pelo incondicional amor de mãe: Mãe, não dei valor pro teu sonho, sua luta / Diploma na minha mão, sorriso, formatura / Não fui seu orgulho, diretor de empresa / Virei o ladrão com a faca que mata com frieza / Não mereci sua lágrima no rosto (…) Desculpa, mãe, pela dor de me ver fumando pedra / Pela glock na gaveta, pelo gambé pulando a janela / Desculpa, mãe por te impedir de sorrir / Desculpa, mãe por tantas noites em claro, triste sem dormir / Desculpa, mãe pra te pedir perdão infelizmente é tarde / Desculpa, mãe só restou a lágrima e a dor da saudade. (FACÇÃO CENTRAL, 2001)

Respeito pela mulher-mãe que só vem na hora da morte. Respeito pela mulher como indivíduo do sexo oposto que segue não aparecendo nas letras das canções dos 10 primeiros anos do século XXI. Discurso que segue, praticamente inalterado em relação aos disseminado pelos rappers na década anterior. Em 2006, MV Bill, em *Estilo Vagabundo,* naturaliza a traição masculina - “Lá vem você de novo com esse assunto / se isola e não se esforça pra tentar entender meu mundo, estilo vagabundo / você sempre me sufoca, / transforma em confusão o que começa em fofoca / e não se toca que a fila tá andando / e eu sem paciência pra ouvi você falando” -, reforça o pré-concebido da mulher como o sexo destemperado - “Eu só quero saber porque você tá gritando, chamando atenção de quem passa, me envergonhando. Mulher que não respeita, meu coração não aceita” - e exalta a violência doméstica - “pra ver se tu indireita, vou te deixar no sereno”.

14 anos depois, em 2015, os mesmos argumentos, o mesmo discurso é adotado por Cachorro Magro no rap *A raiva (Lado B)* (2015). O descontentamento da companheira, mais uma vez, é motivo para a agressão e o rapper vai além, chegando a engrandecer um feminicídio e sugerir o replicar da prática: “Ela só pode tá de sacanagem / Vem reclamar de merda pra acabar com a paz / E ela é bem capaz / Parece que ela tem parentesco com o Satanás / Ou pelo menos ele ensinou muito bem como se faz / (…) / E essa matraca que não quer calar? / Dessa danada que só quer falar / Não vai deixar pra lá / Parece que parou comigo pra me atazanar / Me dá vontade de pegar uma arma e... / Cala a boca! Eu tô pensando em fazer igual o goleiro Bruno / Falar que tu viajou e te mandar pra outro mundo” (CACHORRO MAGRO, 2015).

Rimando como nos raps, as letras evidenciam que só não merece a agressão, a mulher que todas as vontades do homem faz, sobretudo aquela que satisfaz seus prazeres sexuais. É o que está presente nos versos de *Ms Finesse part 3*, de autoria de Costa Gold: “Foda que ela nunca, nunca, nega, nega fogo / Fogo, foda quando a gente se apega / E pega fogo / Foda, fogo / Foda, fogo / Com ela a tela é quente / Vale a pena ver de novo / (…) / Picadilha fina, picadilha / Humm, eu sei que cê gosta / É muito sexo, foda!”. 25 anos depois de *Mulheres vulgares*, o corpo da mulher segue sendo objetificado, a diferença é que antes a liberação sexual era condenada e agora é exaltada.

Outro ponto a ressaltar é que a presença de discursos que incitam a inimizade entre as mulheres, numa espécie de culpabilização da outra, a amiga, por todos os problemas do casal, como no rap de MV Bill: “tá afim de acreditar nos outros, problema seu / suas amigas que ficam me queimando na sua mente / (…) / amizade com piranha não da certo eu te avisei / ficam de leva e traz (eu só quero paz)” (2000). Uma espécie de reafirmação de uma formação discursiva dominante – a de que mulheres não são amigas de mulheres, que os relacionamentos entre duas pessoas do sexo feminino é sempre marcado pela competição – como forma de abafar um contradiscurso emergente e contrário a essa que é o da sororidade entre as mulheres, uma das bandeiras do feminismo no século XXI.

Rap feminino: discurso de resistência

A análise do discurso, tal como pensada, separadamente, pelos franceses Michel Pêcheux e Michel Foucault, é uma teoria para a luta. São as resistências dos sujeitos aos discursos dominantes e a disputa entre eles pelas vontades de verdade que fazem com que a cultura e a história evoluam. “Por um lado, elas (as resistências) afirmam o direito à diferença e sublinham tudo o que pode tornar os indivíduos verdadeiramente individuais; por outro lado, elas combatem tudo o que pode isolar o indivíduo, desligá-lo dos outros, cindir a vida comunitária” (GREGOLIN, 2003, p.101).

Para Foucault (2004), sociedades estáticas, sem mudanças, não existem. Estas estão – sempre – construindo suas próprias referências e significações. Assim, as lutas pelo poder são embates pela fixação de significados. Dessa forma, embora exista um poder central, ele não é único, está cercado por vários outros poderes. “Microfísica do poder”, conforme designação do autor, que se materializa através da e pela “ordem do discurso”. Ou seja, a partir de processos controladores do discurso, espécies de regras não enunciadas que determinam o uso da palavra pelo sujeito falando; espécies de coerções que têm como objetivo não permitir que todos tenham acesso ao discurso, selecionando os sujeitos que falam.

Dois desses processos de controle do discurso são a rarefação e o ritual. O primeiro determina que para falar é preciso ser qualificado, retirando assim a possibilidade de tomada da palavra de muitos sujeitos. “Ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências e se não for, de início, qualificado para fazê-lo. Mais precisamente: nem todas as regiões do discurso são igualmente abertas e penetráveis; alguma são altamente proibidas (diferenciadas e diferenciantes)” (FOUCAULT, 2004, p. 37). Como consequência da rarefação, o ritual “define a qualificação quem devem possuir os indivíduos que falam (e que, no jogo de um diálogo, da interrogação, da recitação, devem ocupar determinada posição e formular determinado tipo de enunciados); define os gestos, os comportamentos, as circunstâncias, e todo o conjunto de signos que devem acompanhar o discurso; fixa, enfim, a eficácia suposta ou imposta das palavras, seu efeito sobre aqueles aos quais se dirigem, os limites de seu valor de coerção”. (FOUCAULT, 2004, p. 39)

Ao rememorarmos o histórico do rap no Brasil, percebemos que o cenário do hip hop, ao longo do tempo, buscou rarefar, excluir a presença feminina, interditando seu lugar de fala. Para que pudessem tomar a palavra, as mulheres precisaram se submeter ao ritual masculino que envolvia o movimento – por exemplo, usando roupas largas para que pudessem se apresentar. Adesão a um padrão adotada como estratégias de resistência para que elas pudessem entrar na disputa pela vontade de verdade sobre o que é ser mulher e como essa é discursivizada, objetivada e subjetivada nas letras dos raps.

Codinome Feminista, de 1993, de Lady Rap é uma espécie de resposta – e de resistência – aos discursos machistas e preconceituosos cantados pelos Racionais MCs e por Gabriel, O Pensador: Somos feministas atuais e assumidas / (…) / não nos rebaixamos a humilhação / Defendendo a mulher em todos os aspectos / (…) / Não admito que a mulher seja depreciada / Por um homem machista com a raça ameaçada / Mulheres vulgares, garotas sem vergonha, vacas / (…) / O poder é o que eles querem ter / Para com certeza nos submeter / A uma situação de rebaixamento total / (…) / Ainda tudo isso se passa diariamente na vida da gente ou de alguém mais a frente / Depreciando a nossa imagem pro seu bel prazer / Até quando deixaremos isto acontecer? (LADY RAP, 1993)

Quase quinze anos depois ao discurso de resistência de Lady Rap, a rapper, Lívia Cruz, precisou mais uma vez responder aos homens que buscavam apagar as mulheres da história do rap nacional. Outra tentativa de silenciamento, outra resistência na forma de denúncia: A nós ninguém segura Jão, hã / Não que cês não tenham tentado / Quem que cê chamou de puta ai seu arrombado? / Eu não tô pra disputa, é pela luta / É pela nossa ascensão/ Sei nem quem cês são/ Eu tava lá e não te vi, Jão / (...) / Porque rap é pra homem né" / Mas cê é cobrada 10 vez mais / Só por ser mulher / (…) / 2012 eu vi que não foi em vão/ E eu vi que tamo junta não é só uma frase / Que essa nossa labuta construiu a base / Solo fértil pra essas mina vim monstra/ Com as rima que consta / Encosta se cê tem coragem. (LÍVIA CRUZ, 2017).

As letras acima mostram que as rappers sabiam/sabem o que é feminismo e não tinham/têm medo de enfrentar o machismo. Se hoje Lívia Cruz pergunta "quem que cê chamou de puta aí seu arrombado?", em 1993 Lady Rap já enfatizava: "não admito que a mulher seja depreciada". Luta por uma vontade de verdade que é pela

igualdade entre os gêneros que pressupõe, também, equidade de oportunidades, como enuncia Diana Di como forma de alerta à outras mulheres. Afinal, o combate aos vários tipos de violência contra a mulher – e o próprio preconceito e a difamação são violências do tipo psicológico e moral – passa pelo emponderamento e pela independência financeira e emocional: “Cada cem mulher, só dez pensa no próprio futuro / Dependente de ter alguém ou não, nada é pra sempre / Se o amor acaba o cara sai fora é o primeiro fator / Segundo, quem vai te assumir com os filhos que ele deixou? / Terceiro, seus pais já se foram, você não tem mais ninguém / Pra contar, pra trampar, só se for de doméstica, ai que tá / Você não é a única da fila creche que não tem vaga” (DINA DI, 2003).

A preocupação com a outra evidencia, também, que as rappers, desde a década de 1990, procuravam disseminar sororidade. “Até quando deixaremos isso acontecer?”, perguntava Lady Rap, em 1993. Se depender de Lívia Cruz, não mais: “eu vi que não foi em vão/ E eu vi que tamo junta não é só uma frase”.

CONCLUSÕES

O sexismo no rap é expresso de diversas formas. Além do pouco espaço que as artistas do sexo feminino possuem na indústria musical do hip hop, há também o estereótipo da mulher que é construído através das músicas de rap escritas por homens, que, em muitos casos, problematizam a violência e o racismo, mas, ao falar da mulher, a colocam em um patamar inferior, representando-a de maneira submissa, “fácil”, promíscua. O grupo Racionais MCs, em outra música não analisada neste artigo, intitulada *Estilo cachorro*, volta a dizer que “não é machismo” afirmar, por exemplo, que “verme ou sangue bom, tanto faz pra mulher”.

Objetivações pejorativas e preconceituosas da mulher que se repetem, como analisamos, em muitas outras canções, fazendo do rap um espaço de homens para homens. Afinal, no rap como em qualquer outra atividade cotidiana, machismo e feminismo estão em disputa pela vontade de verdade na sociedade do tempo presente. Os versos masculinos ao longo de três décadas pouco se transformaram, e seguem disseminando discursos preconceituosos em relação à mulher. Ao desvaloriza a condição feminina na sociedade brasileira, os rappers homens das décadas de 1990, 2000 e 2010 atuam para fortalecer e sedimentar o machismo e o patriarcado. As mulheres em contrapartida, mesmo diante de dificuldades, tentativas

de silenciamento e exclusão, seguem resistindo, enfrentando a ordem do discurso vigente e mostrando que lugar de mulher é onde ela quiser.

REFERÊNCIAS

ARTIERES, Philippe. Dizer a atualidade – O trabalho de diagnóstico em Foucault. In: GROS, Frederic. *Foucault – a coragem da verdade.* São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

AZEVEDO, Amailton Magno; DA SILVA, Salomão Jovino. *Um raio X do movimento Hip-Hop.* Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), v. 7, n. 15, p. 212-239, 2015.

CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault* – Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CHAHER, Sandra. Primeiras aproximaciones al periodimismo de género. In: _____; SANTORO, Sonia. *Las palabras tienen sexo* – introducción a un periodismo de género. Buenos Aires: Artemisa, 2007, pp. 95-110.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso.* 10.ed. São Paulo: Loyola, 2004.

GREGOLIM, Maria do Rosário. O papel da imagem e da memória na escrita jornalística da história do tempo presente. In: _____. *Discurso e Mídia* – a cultura do espetáculo. São Carlos: Claraluz, 2003. p.95-110.

ORLANDI, Eni. *Análise de Discurso*- Princípios e Procedimentos. 5.ed. Campinas: Pontes, 2003.

PEREIRA, Ariane. *Rota 66 em revista – as resistências no discurso do livro-reportagem,* Guarapuava: Edunicentro, 2010.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade,* n. 20, v. 02, jul-dez/1995, p. 71-99.

A COMUNICAÇÃO E O SILÊNCIO FEMININO NAS ORGANIZAÇÕES

Simone Cristina Dantas Miranda[1]

RESUMO
Apesar do aumento de estudos sobre a presença das mulheres no mercado de trabalho, nos últimos anos, os resultados ainda demonstram que as mulheres são marcadas por estereótipos, preconceitos e discriminação. O objetivo do artigo é resgatar referências de estudos sobre a violência organizacional de gênero e o silêncio feminino nas organizações, como que uma forma de comunicação adotada pelas mulheres, com base no contexto cultural. Analisamos a temática por meio da comunicação, especificamente a área de relações públicas, como atividade que pode dar voz às mulheres nesse contexto, ao analisar os cenários e, em seguida, colaborar para a construção de políticas de gênero que se transformem em oportunidades para as mulheres e permitam a equidade no ambiente corporativo.

Palavras-chave: Silêncio feminino; Mulher; Diversidade de gênero; Relações públicas; Violência no trabalho.

1. INTRODUÇÃO

Quando analisamos o cenário organizacional, observamos as transformações ocorridas, principalmente com a inserção da mulher no ambiente de trabalho. Cargos e funções que antes eram concebidos quase que exclusivamente para os homens, hoje começam a ser preenchidos por mulheres, mostrando que elas estão conquistando os espaços sociais, culturais e políticos (CAVAZOTTE; OLIVEIRA; MIRANDA, 2010). Segundo Silva *et al.* (2016) as diferenças entre gêneros são encontradas comumente no mercado de trabalho, onde algumas profissões podem ser vistas como masculinas ou femininas. Por exemplo, é alto o índice de mulheres em áreas relacionadas aos cuidados como enfermagem, fisioterapia, assistência social, entre outros. Diante dessa visão de mundo, a inserção das mulheres no mercado de trabalho passa a ser um processo difícil e muitas vezes acompanhado de preconceito e discriminações, colocando as mulheres em condições menos favoráveis quando comparadas aos homens (GALEAZZI et al., 2011).

Há que se agregar ao cenário descrito que a discriminação e a desigualdade sofridas pela mulher no mercado de trabalho também têm origem nos traços da cultura brasileira. Por exemplo, o machismo e o paternalismo (BARROS; PRATES, 1996)

[1] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, na linha de pesquisa de políticas e e estratégias da comunicação. Possui pós-graduação lato sensu em jornalismo pela Faculdade Cásper Líbero e o Certificate in Business Administration pelo Insper. Graduada em Comunicação Social - Relações Públicas pela Universidade Metodista de São Paulo.

naturalizam as relações de poder do homem sobre a mulher e violam em algumas situações os seus direitos fundamentais.

Dados do estudo “Retrato das desigualdades de gênero e raça”, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea (2015) chegou a cinco conclusões: a) a dupla jornada das mulheres permaneceu praticamente inalterada ao longo dos últimos anos e a responsabilização das mulheres pelo trabalho doméstico não remunerado segue sendo o padrão predominante na sociedade brasileira; b) as mulheres atingiram um teto na participação no mercado de trabalho; c) a renda das mulheres negras aumentou mas elas ainda são a base da pirâmide; d) a proporção de domicílios chefiados por mulheres cresceu; e) a média de anos de estudo cresceu para todas as mulheres mas a diferença de escolaridade entre negras e brancas permanece. Esses dados mostram que ainda existe uma combinação de expressões de desigualdades perpassadas por diferentes formas de opressão como relações de gênero e classe, etnicidades generalizadas que, de algum modo, os vetores de discriminação se articulam e cada combinatória produz formas próprias de desigualdades.

Como consequência da discriminação, da segregação e do preconceito para com a mulher no mercado de trabalho, a violência organizacional é um dos gatilhos, muitas vezes materializada na forma de assédio moral e/ou sexual, além da disparidade de salários entre homens e mulheres. Sergio Gomes da Silva (2010, p. 560) foca precisamente a naturalização da violência afirmando que

> quando um grupo social legitima papéis que não necessariamente condizem com a realidade desses mesmos atores sociais, cria um sistema de crenças que será disseminado no imaginário social coletivo. Esse sistema de crenças vai legitimar, por sua vez, a violência física ou sexual (também poderia legitimar qualquer outra), estabelecendo como norma a condição do homem como herdeiro único do sistema patriarcalista, machista e viril, bem como do capitalismo selvagem do qual fazemos parte.

Cabral, Gonçalves e Salhani (2018) basearam-se nos Estudos para a Paz (*Peace Studies*), bem como na tipologia de violência de Johan Galtung (1969, 1996, 2003) para chegar a uma definição sobre a violência organizacional. De acordo com os autores, violência organizacional pode ser definida como

> o conjunto de violência direta estrutural e cultural, que encontra nas organizações mecanismos para sua legitimação especialmente mediante sua cultura organizacional, modelo de gestão, filosofia organizacional, legislações específicas que impactam a vida das organizações, bem como as estruturas físicas e ambientais que afetam a saúde do trabalhador (CABRAL, GONÇALVES, SALHANI, 2018, p.249).

A violência organizacional tem sido naturalizada por meio de inúmeras expressões agressivas que estão relacionadas com as estruturas físicas, administrativas e burocráticas mas, também, com as práticas culturais que se apresentam como estratégias comunicacionais legitimadoras de todas as tipologias de violência nas organizações.

Entre as consequências da violência organizacional podemos mencionar o silêncio organizacional que é um fenômeno coletivo no qual os funcionários de uma organização retêm informações, opiniões e preocupações sobre problemas da empresa (MORRISON; MILLIKEN, 2000). Craig C. Pinder e Karen P. Harlos (2001) afirmam que o silêncio organizacional pode ser ativo, consciente, intencional e com propósito, tais condições podem significar que a violência organizacional provoca no indivíduo o silêncio deliberado como forma de reação às agressões sofridas sejam elas físicas ou morais.

Propomos que o cenário da violência organizacional de gênero e do silenciamento devem também ser analisados à luz da atividade de comunicação nas organizações, desenvolvida pelo profissional de relações públicas na qualidade de gestor dos relacionamentos. Afinal, se as relações públicas têm como função central gerir os relacionamentos e promover o diálogo entre os atores organizacionais, qual deve ser o papel dessa atividade profissional frente a essas situações? A visão contemporânea de relações públicas explicita que seu papel deve ser de produtora de sentidos entre membros de uma organização e de seus públicos estratégicos. Dessa forma, o relações-públicas deve identificar os propósitos organizacionais mediante o alinhamento com a cultura organizacional e nacional e promover a gestão do capital social da empresa/instituição/organização com vistas a cumprir os valores declarados no discurso organizacional por meio da comunicação.

2. VIOLÊNCIA NO AMBIENTE DE TRABALHO: UM OLHAR PARA O SILÊNCIO ORGANIZACIONAL

A Organização Internacional do Trabalho (OIT), na versão mais recente do relatório “ABC dos direitos das mulheres trabalhadoras e igualdade de gênero”, publicado em 2007, destaca a violência organizacional como sendo tratada tanto a partir de abusos sexuais quanto com relação aos assédios psicológicos sofridos por mulheres em seu ambiente de trabalho. De acordo com o documento da OIT (2007, p.242), “a violência baseada no gênero é uma questão muito complexa que está enraizada em relações de poder na

economia, no mercado de trabalho, nas relações de trabalho, na cultura organizacional e em fatores culturais".

Maria Ester de Freitas (2007) pontua que a violência organizacional é produzida por motivações internas ao modelo de gestão. Segundo a autora, é possível identificar "certas condições que geram fortes vulnerabilidades entre indivíduos e grupos, institucionalizam a guerra interna, reforçam as ambiguidades e inseguranças sobre o emprego e adubam o terreno para a ação de predadores organizacionais" (FREITAS, 2007, p. 74). As referidas condições para a produção da violência são: existência de clima organizacional permissivo e individualista e insensível; competição interna exacerbada; hierarquias supervalorizadas; mudanças e reestruturações sem critérios e transparência; carreiras mal definidas e mal operadas, especialmente as que envolvem expatriação; repatriação profissional sem cuidado e planejamento; duplicidades de cargos em processos de fusão e aquisição; incorporação de profissionais mais jovens e mais qualificados que suas chefias; programas de *trainees* e de estágios mal definidos; e setor de recursos humanos preocupado apenas em sobreviver.

Além das características organizacionais que podem prejudicar a saúde laboral e permitem a presença da violência, Rita B. Barata (2015, p. 84) ressalta que a realidade da mulher brasileira no mercado de trabalho apresenta características próprias que "agravam as condições de precariedade e desgaste", o que inclui a jornada dupla de trabalho a que culturalmente as mulheres estão expostas. Segundo a autora,

> os empregos femininos, além de salários menores, geralmente são mais monótonos, com pequeno ou nenhum grau de autonomia na execução de tarefas, menores perspectivas de progressão, vínculos trabalhistas mais precários, movimentos repetitivos, contato com o público e outras características de desgaste psicológico e emocional. Eventualmente as trabalhadoras ainda estão sujeitas a assédio psicológico ou sexual (BARATA, 2015, p. 84).

A violência organizacional é assunto de preocupação para a OIT, especialmente os casos de assédios sexual e moral. Considerando a temática, voltaremos nossa análise ao assédio moral, o qual o Ministério Público do Trabalho (MPT) e a OIT (2017) definem como

> toda e qualquer conduta abusiva e reiterada, que atente contra a integridade do trabalhador com intuito de humilhá-lo, constrangê-lo, abalá-lo psicologicamente ou degradar o ambiente de trabalho. É o assédio de pessoa para pessoa, em que o assediador objetiva minar a autoestima, desestabilizar, prejudicar ou submeter a vítima emocionalmente para que ceda a objetivos como pedido de demissão, atingimento de meta, perda de promoção, por exemplo. O assédio de forma geral é a insistência impertinente, a perseguição, a abordagem velada, que viola a esfera moral do indivíduo (OIT, 2017, p. 15).

Em um ambiente em que as desigualdades estão engendradas e fazem parte da cultura, a sensação de muitas mulheres, principalmente as mais jovens, como ressalta Danièle Kergoat (2010), é que a igualdade já está garantida e que a divisão de tarefas é uma questão individual sem relação com o gênero. Infelizmente esse sentimento não corresponde à realidade, ou seja, muitas mulheres sequer percebem serem vítimas de discursos violentos ou discriminatórios. Tal situação é reforçada por Moraes (2010, p. 92), quando afirma que,

> apesar de todos os avanços, a mulher precisa estar atenta às manifestações de discriminação/preconceito, sejam de gênero ou étnico-raciais, bem como aos mitos e papéis de submissão/subordinação e de docilidade/desvalorização. As discriminações e as desigualdades tornam-se mais evidentes no espaço social do trabalho (...) Esses são resquícios da cultura patriarcal, machista e conservadora que permanecem até hoje e mantêm uma "relação natural" e banal entre ocupação/ trabalho, raça e gênero.

Segundo Margarida Barreto e Roberto Heloani (2015, p. 555), o "terror que se inicia com um ato de intolerância, racismo ou discriminação, que se transforma em perseguição, isolamento, negação de comunicação, sobrecarga ou esvaziamento de responsabilidades e grande dose de sofrimento".

A negação da comunicação ou, emprestando o termo utilizado por Paulo Freire, o mutismo, pode ser interpretada como a resposta não-violenta a algum tipo de violência sofrida no ambiente organizacional, que aqui chamaremos de silêncio organizacional. Esse conceito desenvolvido por Morrison e Milliken (2000, apud MOURA-PAULA, 2014, p. 30) significa a retenção de opiniões, apreensões ou inquietações por parte de funcionários sobre questões da organização. Moura-Paula pontua que,

> essa retenção não é um fato individual, embora assim se manifeste, mas um fenômeno coletivo, pois envolve tanto a relação com pares, com os superiores, como também pode ser um desdobramento de um ambiente mais ou menos propício para o silêncio em função das crenças hegemônicas presentes na cultura organizacional (2014, p.30).

Para Premaux e Bedeian (2003, apud Moura-Paula, 2014, p.30) é possível romper com o silêncio organizacional por meio de comportamentos que permitam dar voz (*speakup behavior*). Morrison e Milliken (2000, apud Moura-Paula, 2014, p.30) afirmam, ainda, que estruturas organizacionais, práticas gerenciais e o distanciamento entre líderes e liderados provocam o "clima de silêncio" em que a ideia de vozear se torna um problema ou uma inutilidade e complementam que,

> o clima de silêncio afeta a vontade individual de vozear direta ou indiretamente, tendo em vista que a abertura ou não da supervisão/gerência à expressão dos empregados é importante na mitigação ou manutenção do silêncio. O silêncio pode ser causado por medo, pelo desejo de não ser o porta-voz de más notícias ou ideias

> indesejáveis, por normas ou pressões sociais que há nos grupos. (Moura-Paula, 2014, p.30)

A manifestação de preconceitos e discriminações alinhada às estruturas organizacionais nas quais existe distanciamento entre líder e liderados torna o silêncio organizacional parte do ambiente das empresas. É muito comum, em ambientes organizacionais nos quais o silêncio impera, que as relações interpessoais sejam prejudicadas, que as pessoas sofram retaliações, tenham a progressão de carreira prejudicada e até sejam demitidas. Além disso, segundo Elizabeth Wolfe Morrison e Frances J. Milliken (apud MOURA-PAULA, 2014, p. 30), existe uma tendência nas organizações a evitar a retroalimentação e desencorajar os trabalhadores a dar sua opinião pois, uma vez que as opiniões sejam expressadas, a organização se verá diante do impasse de tomar uma decisão.

Com relação às relações de poder, de acordo com Xu Huang, E. Van de Vliert e G. Van der Vegt (2005, apud MOURA-PAULA, 2014, p. 30), o silêncio organizacional varia de acordo com a distância do poder. Segundo os autores “em países com maior distância do poder, os empregados tendem a cumprir as ordens de seus superiores expressando menos preocupações a estes” (MOURA-PAULA, 2014, p.30).

Em ligação com os traços da cultura brasileira organizacional, os estereótipos de gênero e as discriminações sofridas pela mulher no ambiente de trabalho, a questão do silenciamento, como resposta ao assédio laboral, já emerge nos estudos na área de administração, sociologia e direito como reforça documento do Ministério Público do Trabalho (MPT), ao destacar que

> a “invisibilidade” da mulher na sociedade está superada graças em grande medida à sua inclusão no trabalho, especialmente numa sociedade capitalista, de consumo. O assalariamento feminino fez a sociedade “encarar” a mulher como ser dotado de direitos. O cenário de precarização, exploração, abusos e informalidade, contudo, demonstram que o grande volume de inserção no trabalho não veio acompanhado de eficácia de direitos fundamentais às mulheres. Deixar de considerar o assédio sexual uma prática corriqueira, parte da rotina das organizações de trabalho e meio de subjugar a mulher em suas competências profissionais é emergencial. A cultura que alimenta o estupro é a cultura que alimenta o assédio. Ver a mulher como objeto e seu corpo como propriedade masculina é algo incompatível com princípios da não-discriminação, da dignidade da pessoa humana, da valorização do trabalho e prejudica sobremaneira a igual oportunidade de acesso e de manutenção de emprego (MPT, 2017, p. 15).

Portanto há relação entre a discriminação da mulher no mercado de trabalho no Brasil e os tipos de violência direta, estrutural e cultural (GALTUNG, 1990). É possível relacionar a violência organizacional de gênero com o silenciamento, que é uma forma de

comunicação da mulher diante de ações e atos que têm forte influência dos traços culturais.

A seguir, analisaremos a atividade de relações públicas como responsável pela gestão de relacionamentos entre os membros de uma organização e seus públicos estratégicos.

3. RELAÇÕES PÚBLICAS COMO ALTERNATIVA PARA DAR VOZ ÀS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO

Acreditamos que o primeiro item a ser discutido nesta seção é a natureza política do exercício das relações públicas entendendo, neste caso, a organização como uma arena política. Para Spicer (1997), quando as organizações são vistas como um sistema político, o poder é o recurso mais importante e o relações-públicas deve estar atento para saber como e quando utilizá-lo. Isabel M. N. Ferreirinha e Tânia Regina Raitz (2010, p. 382), analisando a perspectiva de Foucault sobre o poder afirmam que

> o poder não é só do Estado ou da soberania. O poder são as ações sobre as ações. O poder provoca ações que ora se encontram no campo do direito, ora no campo da verdade. O poder deve ser entendido como uma relação flutuante, não está numa instituição e nem em ninguém, já o saber se encontra numa relação de formas e conteúdos.

A citação das autoras nos conduz a um novo posicionamento para o profissional de relações públicas à medida que se espera dele uma visão estratégica que facilitará o entendimento das políticas organizacionais. Cabe a esse profissional ser um analista de cenários (FERRARI, 2011) e identificar as relações de poder e como estas influenciam as ações organizacionais. Nessa mesma linha, Roberto Porto Simões (1995) definiu a mediação do conflito organização/públicos como a arena das relações públicas. A organização e seus públicos podem estar em estado de cooperação mas, iminentemente, podem entrar em conflito. Aliás, a cooperação e o conflito são os dois lados da mesma moeda. Não existe um sem o outro. Cooperação e conflito são conceitos que pertencem à teoria política. Logo, é possível afirmar que a atividade de relações públicas se relaciona à gestão da função organizacional política da organização. Para Simões (2007), a função política se refere à relação de poder entre a organização e todos aqueles agentes com influência que podem interceptar ou desviar sua trajetória. Esta função contém as ações correlacionadas com o processo de exercício de poder/comunicação interna e externa à organização.

Outro ponto de destaque é que o poder no contexto organizacional se encontra permeado por toda a hierarquia e cargos da organização. Prestes Motta (1981, p. 34) afirma que “por mais que uma organização se caracterize como aparelho econômico, ela também é aparelho repressivo e aparelho ideológico”. Ou seja, as organizações lançam mão do poder disciplinar para conseguir seus objetivos e nesse momento a opção de determinadas pessoas pode ser o silenciamento em decorrência de um sistema opressor.

Aqui vale mencionar a dimensão denominada por Hofstede (1991) de distância de poder que se define por um afastamento entre executivos e empregados e que é reforçada por características da cultura organizacional e a cultura nacional. Neste caso, segundo Hofstede (1991), uma organização com alta distância de poder entre a direção e seus funcionários tem mais dificuldades em manter relacionamentos dialógicos, seja pela estrutura verticalizada, seja por traços culturais baseados no formalismo, na concentração de poder, aversão ao conflito e postura de espectador (BARROS; PRATES, 1996). Esse cenário favorece o desenvolvimento da violência organizacional e pode desencadear o silenciamento dos trabalhadores.

Derina R. Holtzhausen (2017) afirma que o papel principal dos relações-públicas é de serem difusores do capital simbólico da organização, o que ocorre por meio da comunicação. Quanto aos papéis que desempenham nas novas estruturas organizacionais, principalmente pensando nas plataformas digitais, já não se distingue o papel de estrategista ou de técnico, uma vez que vai depender da configuração da organização. Hoje, o papel dos profissionais de relações públicas será determinado pelo tipo de projeto, contexto das necessidades imediatas dos projetos, os públicos que estão implicados, o conjunto de habilidades dos demais membros da equipe, a disponibilidade da tecnologia, ou seja, os relações-públicas vão desempenhar múltiplos papéis para, por fim, comunicarem-se com os públicos que anseiam. Dependendo da situação eles exercem o papel de estrategista que mantém o controle dos temas complexos de comunicação, em outras vezes assumirá o papel de diretor, tendo sob sua responsabilidade os recursos externos necessários para completar o trabalho de comunicação e, em outras ocasiões, o profissional poderá ser o facilitador da comunicação. Esta nova atuação do relações-públicas foi nomeada por Elizabeth L. Toth *et al.* (1998) como “papel de agência”, que engloba assessoramento, pesquisa, decisões de programas, comunicação com clientes, colegas e subordinados, contato com os meios de comunicação, entre outras funções.

Além das características do relações-públicas apresentados acima, Maria A. Ferrari (2016) reforça que os elementos da cultura têm influência na atuação desse profissional ao ressaltar que o relacionamento entre relações públicas e cultura pode ser constatado sob três diferentes óticas: a) a cultura antecede a prática de relações públicas e, portanto, tem influência vital em todos os aspectos da comunicação; b) a prática de relações públicas por meio da cultura nacional na promoção de estratégias para a atuação junto à sociedade; c) relações públicas são tidas como cultura, uma atividade que lida de maneira reflexiva e transversal com crenças, ritos, identidades, símbolos, práticas e comportamentos. Em outro estudo conduzido por Ferrari (2016, p. 144), foi observado que

> a cultura é uma dimensão fundamental para entender o modelo de comunicação adotado (...) que os elementos da cultura organizacional – crenças, valores, mitos, ritos, normas, políticas, etc – estabelecem nas empresas determinado cenário que define padrões de comportamento dos seus membros.

Ao considerarmos que é por meio do processo de comunicação que os elementos culturais são disseminados, como afirma Maria Tereza L. Fleury (1996), Ferrari (2016) ressalta que a comunicação é também elemento formador da cultura organizacional, ou seja, “comunicação e cultura se inter-relacionam: uma influencia a outra”.

O Ministério Público do Trabalho (MPT) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) ressaltam que “a inclusão e a construção de uma sociedade que prestigie e reconheça a diversidade depende, em grande medida, do rompimento de preconceitos, estereótipos e barreiras não apenas físicas, mas atitudinais” (MPT, 2017, p.23). É necessário promover mudanças de comportamento que demandam uma análise da cultura organizacional e o gerenciamento de ações de relacionamento em busca da superação não apenas da dicotomia homem-provedor e mulher-cuidadora, mas da propagação do respeito à diversidade de gênero.

Neste sentido, como afirma Ferrari (2015, p.44), a organização deve promover “modelos de gestão da comunicação de mão dupla, visando estabelecer formas de diálogo que facilitem a compreensão mútua, estimulem relações de confiança e contribuam para as trocas em diferentes dimensões como a cultural, a política, a social e a comercial”. A essencialidade da confiança no ambiente de trabalho é destacada por Luciano Q. Lanz e Patricia A. Tomei (2015, p. 1), ao afirmarem que “a confiança facilita o compartilhamento de informações, minimiza as dificuldades de expressar preocupações no trabalho e a insegurança para colocar o seu ponto de vista, aumenta a disposição em manifestar as opiniões livremente”.

Os gestores têm o dever ético de respeitar os direitos e promover o bem-estar dos *stakeholders* das organizações (BARBOSA, 2011), e, ao atuarem como facilitadores da compreensão mútua e na integração dos interesses dos públicos e da organização, os relações-públicas, por meio da comunicação de mão dupla, passam a dar voz aos públicos e têm o poder de atuar junto à alta administração no sentido de sensibilizá-la em relação às demandas desses públicos. Portanto, o papel do relações-públicas é colaborar para que as empresas, instituições e organizações conduzam suas ações baseadas em um processo de comunicação de mão dupla, na gestão de relacionamentos que respeite a interculturalidade e a diversidade, bem como para que o discurso adotado pela organização faça sentido em relação à sua postura diante da diversidade, o que gera valor para o profissional, para a organização e para a sociedade.

A partir disso, Ana Cristina P. Grohs (2015, p. 268) esclarece que é imprescindível um planejamento de comunicação com o olhar voltado à singularidade das questões culturais que garanta um "processo contínuo e dinâmico que permite que as organizações construam, mantenham e aprimorem seus relacionamentos com os seus *stakeholders*". A autora resume bem o que apresentamos até aqui ao afirmar que

> as organizações necessitam estabelecer contatos globais e a comunicação com diferentes culturas (...) ao se relacionar com indivíduos de diferentes culturas, gestores e organizações experimentam a diversidade e suas implicações. Essa experimentação (...) precisa ser baseada no destino compartilhado e na comunicação simétrica de mão dupla e, além disso, deve ter foco gerencial visando à modificação de comportamentos individuais e organizacionais (GROHS, 2015, p.273).

No momento em que os relações-públicas, por sua formação, atuam estrategicamente assessorando o poder organizacional na consolidação dos valores da organização, será possível a renovação de relacionamentos que, alinhados ao propósito organizacional, também reforçarão o respeito e a inclusão. Para isso, estudos relacionados à cultura, à comunicação para a paz, à ética do cuidado, bem como à diversidade, tornam-se bagagem necessária à atuação das relações públicas contemporâneas.

São os profissionais de relações públicas que devem assessorar a alta administração da organização a fim de buscar adaptar a cultura nacional, a cultura organizacional e a multiplicidade de subculturas existentes no ambiente corporativo e, principalmente, na construção de ambientes de respeito e "de aprendizagem contínua onde a diversidade se torna fonte de proximidade, criatividade e desenvolvimento sustentável – desenvolvimento que consiste em harmonizar interesses sociais, econômicos, políticos, ambientais e culturais" (GROHS, 2015, p. 274).

Ao considerarmos que as organizações são um reflexo da sociedade, não é idealismo afirmar que o relações-públicas pode assumir o papel de difusor da diversidade na organização propondo o diálogo e o alinhamento do propósito organizacional aos interesses dos públicos com os quais a organização se relaciona.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo tratou de revisar estudos sobre a violência de gênero e o silêncio feminino nas organizações e coloca o desafio de demonstrar que as relações públicas podem colaborar para dar voz às mulheres. Apesar de a temática ser recente sob a lente das relações públicas e da comunicação, é imprescindível que novas reflexões, como o presente artigo, estejam no radar dos grupos de pesquisa nas faculdades de Comunicação.

No contexto contemporâneo, os comunicadores precisam adotar, cada vez mais, uma postura crítica sobre as organizações, pois estas devem ser vistas como uma arena política e que, em sua maioria, têm seus objetivos centrados somente na eficácia de seus negócios. Porém essa é uma visão limitadora, uma vez que a sociedade contemporânea está cada vez mais atenta aos movimentos das organizações e exige que elas sejam mais do que entidades econômicas, atuando também como entidades sociais. Podemos dizer que essa nova atuação das organizações também considera

Essa exigência da sociedade inclui o tratamento justo a homens e mulheres e o respeito à diversidade e inclusão.

Hoje, com a chegada da tecnologia e das redes sociais, as organizações têm perdido sua centralidade, tendo seu poder e sua influência e suas ações facilmente questionados, principalmente por pessoas que têm acesso às redes. Como resultado, a fragmentação do poder organizacional não se limita aos públicos essenciais que conformam a empresa, mas se estende a outros grupos de interesse que influenciam direta ou indiretamente a organização. Portanto, na sociedade contemporânea o desafio dos relações-públicas está em assumir o protagonismo de serem ativistas, de irem além da função de informar, sendo agentes de mudanças e da inclusão.

Sobre o aumento da participação feminina no mercado de trabalho no Brasil, ainda observamos que estereótipos machistas têm sido reforçados pelos traços das culturas nacional e organizacional. A cultura organizacional brasileira marcada por traços como o paternalismo e a concentração de poder promove distância dos liderados com suas lideranças, e essa relação é reforçada pela postura de evitar conflitos e por forte respeito à

hierarquia por parte dos empregados, como afirmam Barros e Prates (1996). As pesquisas nos mostraram que, na prática, a mulher tem salários desiguais em relação aos homens, menor participação nos cargos executivos e, consequentemente, há maior presença feminina nos níveis inferiores das organizações. Com tais características culturais presentes no contexto brasileiro, diversas são as formas de violência organizacional que se reproduzem cotidianamente, tais como os assédios sexual e moral caracterizados por constrangimentos e humilhações recorrentes.

A violência organizacional de gênero pode ter como consequência o silêncio organizacional, definido como um comportamento comunicativo da mulher em resposta à percepção das injustiças de salários, tratamentos e oportunidades desiguais em relação aos homens, entre outras situações. Além disso, o silêncio feminino pode ser entendido como reflexo de uma violência cultural.

Este artigo também procurou apresentar as relações públicas como uma atividade cada vez mais necessária para as organizações. O olhar contemporâneo pede uma postura de intervenção frente à violência e ao silêncio organizacional e será a partir da identificação das redes de poder da organização que o profissional conseguirá estruturar seu projeto de relacionamento organizacional. Como colocou Freire (1965) “uma pedagogia dialógica é capaz de dar voz e vez aos que nunca passaram de figurantes ‘bestificados’ da cena nacional”, o que nos remete à oportunidade que se descortina a partir dos estudos sobre violência organizacional para o campo de comunicação que, bem sabemos, demanda mais atenção, pesquisas, sendo este artigo um mero prelúdio acerca do tema.

REFERÊNCIAS

BARATA, R. B. *Como e por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde.* Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015. 120 p.

BARBOSA, J. C. Princípios organizacionais: processo de construção no contexto do discurso organizacional. In: FARIAS, L.A. (Org.). *Relações públicas estratégicas.* São Paulo: Summus, 2011. 309 p.

BARRETO, M.; HELOANI, R. Violência, saúde e trabalho: a intolerância e o assédio moral nas relações laborais. *Revista Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n.123, p.544-561, 2015.

BARROS, B.; PRATES, M.A.S. *O estilo brasileiro de administrar*. São Paulo: Atlas, 1996. 152 p.

CABRAL, R.; GONÇALVES, G.; SALHANI, J. Violência organizacional: reflexões a partir da perspectiva dos estudos para a paz. *Organicom – Revista Brasileira de Comunicação Organizacional e Relações Públicas*, São Paulo, a. 15, n. 28, p.247-264, 2018.

CAVAZOTTE, F. S. C. N.; OLIVEIRA, L. B.; MIRANDA, L. C. Desigualdade de gênero no trabalho: reflexos nas atitudes das mulheres e na sua intenção de deixar a empresa. *Revista de Administração da Universidade de São Paulo*, São Paulo, v. 45, n.1, p. 70-83, 2010.

FERRARI, M. A. Comunicação intercultural: perspectivas, dilemas e desafios. In: MOURA, C. P.; FERRARI, M.A.(Org.). *Comunicação, interculturalidade e organizações*: faces e dimensões da contemporaneidade. Porto Alegre: Edipucrs, 2015. 326 p. Disponível em: <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/Ebooks/Pdf/978-85-397-0684-6.pdf>. Acesso em: out. 2017.

_____. Contexto global e latino-americano na comunicação e relações públicas. In: GRUNIG, J. E.; FERRARI, M. A.; FRANÇA, F. *Relações públicas*: teoria, contexto e relacionamentos. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2011. 319 p.

_____. Relações públicas: gestão estratégica de relacionamento. In: KUNSCH, M. M. K. (Org.). *Comunicação organizacional estratégica*: aportes conceituais e aplicados. São Paulo: Summus, 2016.

FERREIRINHA, I. M. N.; RAITZ, T. R. As relações de poder em Michel Foucault: reflexões teóricas. RAP – *Revista de Administração Pública***,** Rio de Janeiro, v. 44, n. 2, p. 367-383, mar./abr. 2010.

FLEURY, M. T. L. O desvendar a cultura de uma organização: uma discussão metodológica. In: FLEURY, M.T.L.; FISCHER, R. M. (Coord.). *Cultura e poder nas organizações.* São Paulo: Atlas, 1996. 170 p.

FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1965. 189 p.

FREITAS, M. E. *Cultura organizacional*: evolução e crítica. São Paulo: Cencage Learning, 2007. 108 p.

GALEAZZI, I. M. S. et al. Mulheres trabalhadoras: 10 anos no mercado de trabalho atenuam
desigualdades**.** *Mulher e trabalho*, v. 3, p. 9-36, 2011.

GALTUNG, J. Cultural violence. *Journal of Peace Research*, Oslo, v. 27, n. 3, p. 291-305, 1990. Disponível em: <https://www.galtung-institut.de/wp-content/uploads/
2015/12/Cultural-Violence-Galtung.pdf> Acesso em: set.2018

_____. *Peace by peaceful means*: peace and conflict, development and civilization. Londres: Sage publications, 1996.

_____. Violence, peace, and peace research. *Journal of Peace Research*, Oslo, v. 6, n. 3, p.167-191, 1969. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/002234336900600301> Acesso em: set.2018

_____. Violência cultural. Gernika-Lumo: Gernika Gogoratuz, 2003.

GILLIGAN, C. *In a different voice*: psychological theory and women's development. Cambridge: Harvard University Press, 1982.

GROHS, A. C. P. Comunicação intercultural: contribuições para a gestão internacional de organizações que atuam no contexto global. In: MOURA, C. P.; FERRARI, M.A.(Org.). *Comunicação, interculturalidade e organizações*: faces e dimensões da contemporaneidade. Porto Alegre, RS: Edipucrs, 2015. 326 p. Disponível em: <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/Ebooks/Pdf/978-85-397-0684-6.pdf>. Acesso em: out. 2017.

HOFSTEDE, G. *Cultures and organizations*: software of the mind. London: McGraw-Hill,1991.

HOLTZHAUSEN, D. *Las relaciones publicas como activismo*: enfoquesposmoderno. Barcelona: Editorial UOC, 2017.

IPEA - Instituto De Pesquisa Econômica Aplicada.. Atlas da vulnerabilidade social**.** Brasília: 2017. Disponível em: <http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/>. Acesso em: set. 2017.

KERGOAT, D. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. *Revista Novos Estudos*, v. ed. 86. v. 29, n. 1, mar. 2010.

LANZ, L.Q.; TOMEI, P.A. *Confiança nas organizações*: como gerenciar a confiança interpessoal, organizacional e interorganizacional. Rio de Janeiro: Elsevier; PUC Rio, 2015. 248 p.

MORAES, E.L. A política de promoção da igualdade de gênero e a relação com o trabalho. In: ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Igualdade de gênero e raça no trabalho:* avanços e desafios*.* Brasília: OIT, 2010. 216p.

MORRISON, E. W.; MILLIKEN, F. J. Organizational silence: a barrier to change and development in a pluralistic world. *The Academy of Management Review*, Westchester County, v.25, n.4, p. 706-725, 2000. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/259200?seq=1#page_scan_tab_contents> Acesso em: set. 2018.

MOURA-PAULA, M. J. Silêncio nas organizações: uma revisão e discussão da literatura. *Revista de Administração Mackenzie*, São Paulo, v.15, n .5, p.15-44, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1678-69712014/administracao.v15n5p15-44>. Acesso em: out.2017.

MPT - Ministério Público do Trabalho. Assédio sexual no trabalho: perguntas e respostas. Brasília, DF: 2017. Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5 /groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/publication/wcms_55957 2.pdf>. Acesso em: out. 2017.

OIT - Organização Internacional do Trabalho. O ABC dos direitos das mulheres trabalhadoras e da igualdade de gênero. 2007. Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/publication/wcms_229328.pdf>. Acesso em: out. 2017.

PINDER, C.; HARLOS, C. Employee silence: quiescence and aquiescence as responses to perceived injustice? In: _____ (Eds.). *Research in personnel and human resourses managment*, v. 20, p. 331-369, 2001.

PREMEAUX, S., & BEDEIAN, A. Breaking the silence: The moderating effects of self-monitoring in predicting sepeaking up in the workplace. Journal of management studies**,** 40, 2003, P. 1537-1562.

PRESTES MOTTA, F. C. O poder disciplinar nas organizações formais. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 21, n. 4, 1981.

SILVA, P. M. M.da et al. Equidade de gênero nas organizações: o trabalho e os desafios da mulher na construção civil. *Revista Organização em Contexto*, São Bernardo do Campo, v. 12, n. 24, p. 283-305, jul.-dez. 2016.

SILVA, S. G. Preconceito e discriminação: as bases da violência contra a mulher. *Psicologia: ciência e profissão*, Brasília, v. 30, n.3, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932010000300009> Acesso em: out.2017.

SIMÕES. R. P. Por uma rede teórica para relações públicas: uma forma abreviada da teoria.. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE INVESTIGADORES EN RELACIONES PÚBLICAS, II, Universidade de Sevilla, 16-18 de novembro de 2005. *Libro de actas...* OTERO ALVARADO, María Teresa; RODRÍGUEZ PATRÓN, Aida (Coord.). Sevilla: Facultad de Comunicación de la Universidad de Sevilla, 2007. p. 169-183.

SIMÕES, R.P. *Relações públicas*: função política. São Paulo: Summus, 1995. 250 p.

SPICER, C. *Organizational public relations*: a political perspective. London: Routledge, 1997. p. 344.

TOTH, E. L. et al. Trends in public relations roles: 1990-1995. *Public Relations Review***,** n. 24, 1999lmsaclçlcsamlcaslkaskl1998.1998.163, 1998.

O LUGAR DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA SOBRE O JORNALISMO E OS ESTUDOS FEMINISTAS E DE GÊNERO (2016)

Gabriela Almeida[1]

RESUMO
O objeto de estudo do trabalho é o conhecimento científico sobre o Jornalismo e os Estudos Feministas e de Gênero. Objetiva-se mapear a produção de conhecimento dos programas de pós-graduação brasileiros em Comunicação e Jornalismo. O objeto empírico são as teses e dissertações defendidas em 2016 nos programas brasileiros de Comunicação e Jornalismo que tomam o Jornalismo e os Estudos Feministas e de Gênero como tema central da pesquisa. De um universo de 988 pesquisas, sendo 734 dissertações e 237 teses, identificou-se 276 pesquisas que abordam o Jornalismo, sendo 221 dissertações e 55 teses. Destas, 23 abordam o Jornalismo e os Estudos Feministas e de Gênero, sendo 22 dissertações e uma tese.

Palavras-chave: Jornalismo. Estudos Feministas e de Gênero. Teses e dissertações. Pós-graduação em Comunicação e Jornalismo.

INTRODUÇÃO

Os estudos feministas e de gênero têm se tornado cada vez mais recorrentes em campos como o da Sociologia, Pedagogia, História, Filosofia e Letras, por exemplo. Ao questionar o lugar dos estudos feministas e de gênero no campo do jornalismo, coloca-se como objeto de estudo deste trabalho o conhecimento científico sobre jornalismo e os estudos feministas e de gênero. O objetivo é o de mapear a produção de conhecimento científico do tema em pesquisas em jornalismo. O objeto empírico investigado corresponde às teses e dissertações defendidas no ano de 2016 nos programas de pós-graduação brasileiros em Comunicação e em Jornalismo.

De caráter quantitativo, o esforço aqui realizado possibilita localizar a produção científica de conhecimento sobre os estudos feministas e de gênero nas pesquisas em jornalismo. Embora não explore questões qualitativas, essa visão panorâmica sobre o tema tem importância ao colocar em tela o fortalecimento dos estudos feministas e de gênero no campo. Também tem poder argumentativo para a construção de espaços de visibilidade a essas pesquisas.

1 Mestre em Jornalismo pelo Programa de Pós-graduação da Universidade Estadual de Ponta Grossa (2018). Possui graduação em Jornalismo pela Universidade Católica de Pernambuco (2013).

É importante salientar que o resultado apresentado nesse trabalho é a primeira parte da continuação de pesquisa iniciada em 2016 para a defesa da dissertação de título XXXXX, no programa XXX da Universidade XXXX, em XXX de XXXX. O esforço do mestrado foi o de perceber como a mulher é estudada no jornalismo. Para tanto, realizou-se mapeamento das teses de 1972 a 2015. Agora, com pesquisa a ser desenvolvida no programa em XXXX da Universidade XXX em nível doutoral, toma-se por objetivo identificar como é elaborada a crítica feminista ao jornalismo nas teses e dissertações defendidas nos programas de Comunicação e de Jornalismo brasileiros. Para ampliar o mapeamento, inicia-se sua segunda etapa com esse esforço de detalhar dados do ano de 2016.

O CAMINHO PARA AS TESES E DISSERTAÇÕES

Para esse trabalho adotou-se metodologia *ad doc.* Dessa forma, esse momento é dedicado a explicação detalha da metodologia. Por experiência da dissertação, compreendeu-se não ser necessário um cruzamento entre os dados divulgados pelos sites dos programas e repositórios com os dados publicados no banco de teses e dissertações da Capes. Justifica-se essa escolha por perceber que desde 2005 as divergências entre os dados apresentados pelas instituições e a Capes são mínimas.

A primeira ação do mapeamento acontece no site do banco de dados da Capes. Durante o dia 18 de dezembro de 2018, foi iniciado e findado o processo de passagem dos dados da Capes para um arquivo de *Word* para não correr o risco do sistema ficar fora do ar e impedir a pesquisa ou mesmo para que atualizações do sistema da Capes não invalidem os dados aqui apresentados. Sendo assim, toda a pesquisa é apresentada a partir dos dados do dia citado.

Esses trabalhos foram selecionados a partir de uma sequência de filtragem. Primeiro foi utilizada a palavra-chave *Comunicação* e foram encontrados 60.919 resultados. O segundo filtro foi a área de avaliação. Dentre as opções dadas pela Capes foram selecionados os campos: Ciências sociais aplicadas I, Ciências sociais aplicadas I: Comunicação, Comunicação e informação, e Comunicação/ Ciência da informação. O resultado do segundo filtro foi de 18.170 resultados. O terceiro filtro foi a área de conhecimento. Selecionadas as áreas de conhecimento da Comunicação (aparece duas vezes), Comunicação Visual, Jornalismo e Editoração, Teoria da

Comunicação, chega-se ao número de 14.952 resultados. Por último, a filtragem foi o ano de 2016, que resultou nas 988 pesquisas na área da Comunicação.

Com todas as pesquisas separadas por universidade, programa, ano e nível (doutorado e mestrado), foi iniciado[2] o processo de categorização das pesquisas identificadas em Jornalismo e as que abordam também os Estudos Feministas e de Gênero. Para essa categorização foram elaboradas palavras-chave buscadas no título, resumo e palavras-chaves apresentadas pelos autores.

Para as pesquisas em Jornalismo foram utilizadas as palavras-chave: jornalismo, jornal, jornalista, imprensa, notícia, nome de empresas de jornalismo, telejornalismo, radiojornalismo, webjornalismo, fotojornalismo, reportagem, repórter, texto jornalístico, assessoria de imprensa, agência de notícia e personalidade teórico/prática do jornalismo (PONTES, 2009). As pesquisas que se enquadraram como em Jornalismo foram selecionadas e copiadas para outro arquivo de *Word*, no qual foi identificado as informações detalhadas do título, autor, orientador, banca, resumo, palavras-chave, ano de publicação, instituição e programa de defesa.

Para as pesquisas em Jornalismo que trabalham os Estudos Feministas e de Gênero foram utilizadas as palavras-chave: gênero, feminismo, *Queer*, feminino, feminina, masculino, feminista, mulher, masculinidade, sexo, sexualidade, sexual, heteronormatividade, homossexual, LGBTT, homofobia, homossexualidade, homoafetivo, transexualidade, transgênero transexual, lesbofobia, gay, lésbica, mulher trans e homem trans. Além das palavras-chaves desenvolvidas, também foram selecionados estudos que abordam pautas do movimento feminista (aborto), a produção de mulheres (Eliane Brum, Clarice Lispector, etc.) e a representação de mulheres no jornalismo (Dilma Rousseff, Roseana Sarney, etc.) (ALMEIDA, 2018). As pesquisas que se enquadraram como em Jornalismo e estudos feministas e de gênero foram selecionadas e copiadas para outro arquivo de *Word*, no qual foi identificado as informações detalhadas do título, autor, orientador, banca, resumo, palavras-chave, ano de publicação, instituição e programa de defesa.

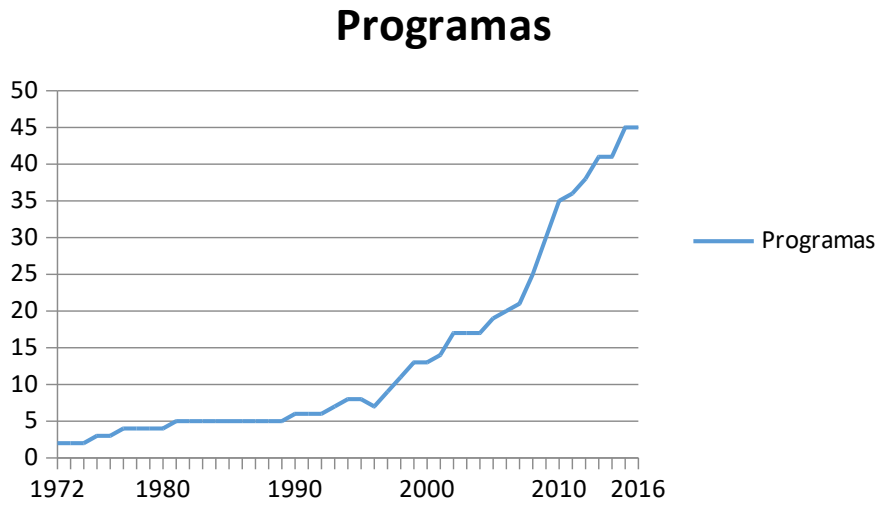
Concomitantemente a categorização das pesquisas em Jornalismo e das que abordam os Estudos Feministas e de Gênero, foi iniciado o processo de tabulação dos dados em planilhas do *Excel*. A partir do cruzamento dos dados primários foram criados os quadros e gráficos analisados nesta pesquisa.

2 Esse processo aconteceu entre os dias 19 de dezembro de 2018 e 02 de fevereiro de 2019.

PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE JORNALISMO

Pelo portal Sucupira foram identificados 57 programas de pós-graduação e 89 cursos de pós-graduações, sendo 47 mestrados e 32 doutorados acadêmicos e 10 mestrados profissionalizantes em 50 Universidades[3]. Contudo, sabe-se que alguns desses programas não contavam com publicações no ano de 2016. Pelo banco de teses e dissertações da Capes foram identificados para o ano específico o número de 45 programas de pós-graduação[4] e 64 cursos, sendo 44 mestrados e 19 doutorados acadêmicos e 1 mestrado profissionalizante em 42 universidades.

Gráfico 1 – Evolução dos programas de pós-graduação (1972-2016)



Fonte: Autora

O **gráfico 1** demonstra que ao final da década de 1990 a abertura de novos programas de pós-graduação passou a ser constante e intensa. Se em 1995

3 Os dados do portal Sucupira são atualizados constantemente. A visualização para esta pesquisa aconteceu no dia 18 de dezembro de 2018, portanto os dados apresentados são verificáveis até a data em questão.

4 Comunicação e Práticas de Consumo (ESPM); Comunicação e Cultura (Uniso); Comunicação Social(PUC-MG;PUC-RJ;PUC-RS; UFMG; Metodista); Comunicação e Semiótica (PUC-SP); Ciências da Comunicação (USP;UNISINOS; UFAM); Meios e Processos Audiovisuais (USP); Multimeios (UNICAMP); Jornalismo (UEPG,UFPB, UFSC); Comunicação e Cultura Contemporânea (UFBA); Comunicação e Culturas Midiáticas (UFPB); Comunicação e sociedade (UFJF); Imagem e Som (UFScar); Comunicação e Territorialidades (UFES); Comunicação, Cultura e Amazônia (UFPA); Estudos da Mídia (UFRN); Comunicação e Informação (UFRGS); Mídia e Cotidiano (UFF); Comunicação e Linguagens (TUIUTI); Comunicação (FCL;UFMS;UFS;UFPI;UAM;UNB;UERJ;UNESP; UEL; UFG;UFPE;UFSM;UFC;UFPR;UFRJ;UFF;USCS; UNIP; UCB).

existiam 8 programas de pós-graduação em 2000 esse número passa para 13 e em 2005 eram 19 (ALMEIDA, 2018). Também o início da década de 2010 marca forte crescimento. No ano de 2010 contavam-se 35 programas. Seis anos mais a frente, em 2016, passam a existir 45 programas. Essa multiplicação de programas justifica os dois maiores picos de crescimento da produção de teses e dissertações nos 43 (1972-2015) anos de pesquisa. O primeiro momento acontece na diferença da produção nas décadas de 1970 e 1980 (548 dissertações e 108 teses) para a década de 1990 (1.503 dissertações e 479 teses). O segundo, e maior, acontece na produção da década de 2000 (4.270 dissertações e 1.473 teses). Ambos os saltos significam quase a triplicação da quantidade de pesquisas.

O primeiro programa específico em Jornalismo surge apenas em 2007 com o curso de mestrado da UFSC. Em 2013, a UEPG e a UFPB (profissionalizante) dão início aos seus programas em Jornalismo. Além dos três programas já citados, a FIAM-FAAM e ESPM deram início ao mestrado profissional especializado em jornalismo em 2015 e 2016, respectivamente. Em 2014, a UFSC iniciou o primeiro curso de doutorado do país, com as primeiras teses defendidas no ano de 2018.

No ano de 2016, foram defendidas 988 pesquisas, sendo 734 dissertações e 237 teses. Desse universo, são classificadas como em Jornalismo 276 pesquisas, das quais 221 são dissertações e 55 teses, o que representa 27,93% da produção total. Embora em comparação com 2015 essa porcentagem tenha caído, a diferença ainda é muito pequena e mantém acima de 25% a produção de pesquisas em jornalismo na área da Comunicação desde 2005, com exceção do ano de 2012. É importante indicar que somada toda a produção de pesquisas na área da Comunicação (1972-2016) as pesquisas que tematizam o jornalismo representa 24,60%, ou seja, aproximadamente um quarto do total.

A distribuição das pesquisas no território nacional não apresenta grande diferença se considerado proporcionalmente a produção de cada região. O sul teve 37,5% do total de pesquisas em jornalismo; o nordeste ficou em segundo com 36,84%; o centro-oeste 31,34%; o sudeste com 21,89%; e o norte com 16%. É interessante perceber que as três regiões com maior proporção na produção de pesquisas em jornalismo – sul, nordeste e centro-oeste – são localidades com peculiaridades. Apenas no sul (UFSC e UEPG) e no nordeste (UFPB) existem programas de pós-graduação específicos em Jornalismo com publicação no ano de

2016. Além disso, o centro-oeste (UNB), o sul (UNISINO e UFRGS) e o nordeste (UFPI) têm linhas de pesquisa específicas em Jornalismo.

Quadro 1 – Produção de teses e dissertações (quantitativo)

Região	Dissertação	Tese	TOTAL
Sudeste	91	27	**118**
Sul	57	20	77
Nordeste	49	7	**56**
Centro-oeste	20	1	**21**
Norte	4	0	**4**

Fonte: Autora

Por outro lado, ao observar o número bruto da produção se percebe um abismo. A região sudeste, com 118 pesquisas, é responsável por 42,75% do total de 276 trabalhos em jornalismo do ano de 2016. Já o norte, último colocado, soma 1,4% da produção. A explicação é simples: concentração dos programas de pós-graduação. Dos 45 programas de pós-graduação 22 se encontram nos estados do sudeste do Brasil. Desses 22 programas a metade conta com curso de doutorado. A região norte tem apenas dois programas e nenhum deles conta com doutorado. Ademais, os programas mais antigos se encontram no sudeste, o que significa que os programas mais estruturados e com mais verba estão na região (USP, UFRJ, PUC-SP, UMESP e UNICAMP)[5] e, portanto, oferecem maior número de vagas para fomentar maior volume de pesquisas.

Os **quadros 2** e **3** apresentam os programas com maior produção de pesquisas em jornalismo e os cinco programas com maior produção proporcional, respectivamente. A partir de leitura do primeiro quadro, é possível afirmar que as universidades mais antigas mantém maior volume de pesquisas. Por outro lado, a presença da UFMS, UFPI e UFS nos primeiros lugares entre os programas com maior proporção de pesquisas em jornalismo, embora sejam programas recentes, não é mais uma surpresa. Como falado anteriormente, a UFPI mantém uma linha de pesquisa específica em Jornalismo. A UFMS, embora não tenha uma linha específica, tem grupos de pesquisas específicos em Jornalismo e tem entre o corpo docente o professor Marcos Paulo da Silva, Diretor Científico da Associação

5 O programa de Comunicação da Unb é o quarto mais antigo. O que também sustenta uma produção relativamente volumosa no centro-oeste.

Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo – SBPJor, (2017-2019) e vice-coordenador do GP Teorias do Jornalismo da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – INTERCOM, (2017-2019). A UFS é também lembrada nas pesquisas em jornalismo pelo nome do professor Josenildo Guerra. A surpresa no **quadro 5** é a ausência dos programas da UNISINOS, UFRGS e UNB, programas antigos que também mantêm linhas de pesquisas específicas em jornalismo e contam no corpo docente com nomes de referência.

Quadro 2 – Os programas que mais produziram pesquisas em jornalismo

Programa (IES)	Dissertação	Tese	Total
Comunicação Social (PUC-RS)	9	7	16
Comunicação e Semiótica (PUC-SP)	11	2	13
Comunicação e Sociedade (UFJF)	13	0	13
Comunicação e Informação (UFRGS)	6	4	10
Comunicação (FCL)	10	0	10
Comunicação (UFRJ)	5	5	10
Ciências da Comunicação (USP)	6	4	10
Comunicação e Cultura Contemporânea (UFBA)	6	3	9
Comunicação (UFPE)	5	4	9
Comunicação (UNESP)	9	0	9
Comunicação (UNIP)	6	3	9

Fonte: Autora

Quadro 3 – Os cinco programas que mais produziram pesquisas em jornalismo (proporcionalmente)

Programa (IES)	%
Comunicação (UFMS)	80%
Comunicação (UFPI)	70%
Comunicação (UFS)	50%
Comunicação (UFPR)	47,05%
Comunicação e Sociedade (UFJF)	46,42%

Fonte: Autora

Entre os programas com menor produção o de Imagem e som (UFSCar), Multimeios (UNICAMP) e Comunicação (USCS) não tiveram produção de pesquisa em jornalismo. Além desses, os programas de Comunicação (UCB) e o de Meios e processos audiovisuais (USP) ficaram com 7,69% e 7,40%, respectivamente. Alerta-se que os programas específicos em Jornalismo (UFSC, UEPG e UFPB) não entram na listagem porque têm 100% da produção em Jornalismo. O volume da produção

desses programas específicos é de 17 pesquisas na UFPB, 16 na UFSC e 7 na UEPG (todas dissertações).

OS ESTUDOS FEMINISTAS E DE GÊNERO NA PESQUISA EM JORNALISMO

Os Estudos Feministas e de Gênero têm ganhado força na área da Comunicação (ALMEIDA, 2018). Esses estudos não só se multiplicam nos programas de pós-graduação como também se colocam como estudos de máxima qualidade quando são premiados por instituições importantes do campo. Caso da dissertação *Masculino, o gênero do jornalismo: um estudo sobre os modos de produção das notícias* (UFRGS), da autoria de Marcia Veiga da Silva e orientada por Virgínia Pradelina da Silveira Fonseca, recebeu da SBPjor o prêmio Adelmo Genro Filho na categoria dissertação. A tese da mesma autora e orientadora, *Saberes para a profissão, sujeitos possíveis: um olhar sobre a formação universitária dos jornalistas e as implicações dos regimes de poder-saber nas possibilidades de encontro com a alteridade* (UFRGS), que segue uma perspectiva feminista, recebeu menção honrosa no Prêmio Capes de Teses na área Ciências Sociais Aplicadas I (ALMEIDA, 2018). Por outro lado, essas pesquisas têm poucos espaços de visibilidade. Apenas em 2018 surge o primeiro Grupo de Trabalho sobre o tema na COMPÓS. Embora não se tenha caráter quantitativo, explorar quantitativamente as essas pesquisas é também um exercício de visibilizar essas trabalhos.

No ano de 2016 foram publicadas 94 (83 dissertações e 11 teses) pesquisas na Comunicação que tratam de questões dos estudos feministas e de gênero. Desse universo, 23 relacionam de alguma forma o jornalismo e os estudos feministas e de gênero. Ou seja, as pesquisas em jornalismo e os estudos feministas e de gênero representam 24,46% das pesquisas com o mesmo tema da Comunicação (seguindo a média de pesquisas em jornalismo na área). Dos 45 programas apenas 8 não tiveram publicações sobre Comunicação e os estudos feministas e de gênero. Na subárea do Jornalismo esse número fica maior. Apenas 13 dos 42 programas com publicações em Jornalismo[6] apresentam trabalhos em jornalismo e estudos feministas e de gênero.

6 Nem todos os programas tiveram pesquisas publicadas em Jornalismo. Aqui é importante marcar que 3 programas - Imagem e som (UFSCar), Multimeios (UNICAMP) e Comunicação (USCS) – não tiveram publicações em Jornalismo.

Quadro 4 – Produção de teses e dissertações Estudos feministas e de gênero e Jornalismo (quantitativo)

Região	Dissertação	Tese	TOTAL
Sudeste	14	0	**14**
Nordeste	7	0	7
Centro-Oeste	0	1	**1**
Sul	1	0	**1**
Norte	0	0	**0**

Fonte: Autora

Novamente a região sudeste ganha vantagem no volume de pesquisas por razões já explicadas. A concentração de universidades e programas na região, principalmente no estado de São Paulo, é desproporcional. O que aparece diferente nesse momento é que ao analisar a proporção de cada região, o sudeste não perde muita colocação, fica em segundo lugar com 26,41% da produção bruta em jornalismo e estudos feministas e de gênero. O nordeste teve 33,33%, o centro-oeste 14,28% (a única tese do ano também é da região) e o sul 8,33%. A região do norte não teve publicações. Os programas com mais volume de publicação e proporcionalmente são, respectivamente:

Quadro 5 - Os programas que mais produziram pesquisas em jornalismo

Programa (IES)	Dissertação	Tese	Total
Comunicação e Semiótica (PUC-SP)	5	0	5
Comunicação e Cultura Contemporânea (UFBA)	2	0	2
Mestrado Profissional em Jornalismo (UFBP)[7]	2	0	2
Comunicação (UFS)	2	0	2
Comunicação e Sociedade (UFJF)	2	0	2
Comunicação e Cultura (UNISO)	2	0	2
Ciências da Comunicação (USP)	2	0	2

Fonte: Autora

7 O programa de Mestrado Profissional em Jornalismo da UFPB foi o único dos específicos em Jornalismo que apresentou trabalhos sobre o tema aqui investigado.

Quadro 6 - Os três programas que mais produziram pesquisas em jornalismo (proporcionalmente)

Programa (IES)	%
Ciências da Comunicação (USP)	100%
Comunicação e Sociedade (UFJF)	100%
Comunicação Social (PUC-MG)	100%

Fonte: Autora

Pesquisas que envolvem os Estudos Feministas e de Gênero e a Comunicação e o Jornalismo estão presentes desde o início da Pós-Graduação. Em 1977, cinco anos após a primeira defesa em programas de Pós-Graduação em Comunicação, Dulce Monteiro defendeu a dissertação *Personagens femininas da telenovela em suas relações com o trabalho*, na UFRJ. Três anos mais tarde, Ana Maria Pereira defendeu, na mesma instituição, sob orientação de Antônio Sérgio Lima Mendonça, a dissertação *Coração feminino: análise da seção de cartas em duas revistas femininas,* a primeira que enfoca o jornalismo e a mulher. Em 1984, duas teses sobre mulheres nos Programas de Pós-Graduação em Comunicação foram defendidas: *Mulher e família negra: realidade e representação na obra de Nina Rodrigues,* de Solange Lima (USP), e *Clarice Lispector: a travessia do oposto,* de Olga de Sá (PUC-SP). A primeira tese que tematiza Jornalismo e Estudos Feministas e de Gênero foi defendida em 2001, *Vozes do Silêncio: uma análise do discurso sobre a mulher na mídia impressa: tradição e transgressão, ficção e realidade*, de Cláudia Lukianchuki, sob orientação de Maria Aparecida Baccega (USP) (ALMEIDA, 2018).

Ainda assim, trabalhos que se voltem para a história dessa relação entre os Estudos Feministas e de Gênero com a Comunicação e com o Jornalismo são raros. Essa ausência dificulta o trabalho de interpretar os números que os **quadros 5** e **6** colocam em tela. Por essa razão, é decidido apenas apresentar os dados sem uma análise mais profunda, que cobraria respaldo histórico e de contexto não acessível.

Chama-se atenção para os pesquisadores e pesquisadoras. Das 988 (751 dissertação e 237 teses) pesquisas publicadas em 2016 na área da Comunicação 561 foi defendida por pesquisadoras (426 dissertações e 135 teses) e 427 por pesquisadores (325 dissertações e 102 teses). Das 94 pesquisas em Comunicação e Estudos feministas e de gênero 68 (58 dissertações e 10 teses) tem autoria de

pesquisadoras enquanto 26 (25 dissertações e 1 tese) teve por autor um pesquisador.

Nas 276 pesquisas (221 dissertações e 55 teses) categorizadas como em Jornalismo 163 foram defendidas por pesquisadoras (135 dissertações e 28 teses) e 113 com autoria de pesquisadores (86 dissertações e 27 teses). Já os dados sobre as pesquisas em Jornalismo que abordam os Estudos Feministas e de Gênero, das 23 pesquisas defendidas (22 dissertações e 1 tese) 16 foram defendidas por pesquisadoras (15 dissertações e 1 tese) enquanto 7 tiveram autoria de pesquisadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o intento de pesquisar sobre a produção de conhecimento científico sobre os estudos feministas e de gênero no campo do jornalismo, esse trabalho tomou por objetivo mapear a produção de teses e dissertações defendidas em programas brasileiros de pós-graduação em Comunicação e em Jornalismo. A partir do recorte temporal do ano de 2016, chegou-se aos números de 988 pesquisas, sendo 734 dissertações e 237 teses; deste total, 276 pesquisas abordam especificamente o jornalismo (221 dissertações e 55 teses); no universo de 276, foram identificados 23 pesquisas que tematizam tanto o jornalismo como os estudos feministas e de gênero (22 dissertações e 1 tese).

Para além de embasar discussões político-acadêmicas da área quanto à especificidade da pesquisa em jornalismo, o mapeamento e análise dos dados permite também expor a concentração dos programas de pós-graduação. O que também demarca a dificuldade da existência dos programas mais recentes e principalmente da região norte do país. Vale ressaltar que na última avaliação o programa de pós-graduação da UFAM ficou com nota abaixo de 3, o que resulta no provável fechamento, debilitando ainda mais a região. Embora não tenham sido apresentados dados mais explícitos sobre os programas mais recentes, chama-se atenção para a quantidade de programas centralizados em uma mesma Universidade, como no caso da UFF (atualmente com 3 Programas de Pós-Graduação que contam com três cursos de mestrado e três de doutorado).

Sobre os estudos feministas e de gênero é possível afirmar que 24,46% da produção da Comunicação que trata do tema é em Jornalismo. Ou seja, o número

acompanha a média das pesquisas especificamente em jornalismo na área. Essas pesquisas, no ano de 2016, se concentraram quantitativamente na região sudeste, que teve 14 dissertações defendidas. Já a região com menor produção foi o norte, que não apresentou defesas, e o sul, com uma dissertação defendida. A única tese sobre o tema apresentada em 2016 foi defendida no programa da Universidade de Brasília. Proporcionalmente, o nordeste teve 33,33% da sua produção com abordagem dos estudos feministas e de gênero em jornalismo e a região sudeste teve 26,41%. Seguindo a tendência apresentada por esses números, os programas com maior quantidade de produção de pesquisas no tema no campo do jornalismo foram o de Comunicação e Semiótica (PUC-SP), Comunicação e Cultura contemporânea (UFBA) e em Jornalismo (UFPB/profissional), localizados na região sudeste e nordeste do país, respectivamente.

É possível perceber também a necessidade de maior contextualização dos dados sobre estudos feministas e de gênero no campo do jornalismo. A ausência de pesquisas que façam uma relação histórica entre os estudos feministas e de gênero e o jornalismo no Brasil dificulta uma interpretação mais detalhada para o esforço quantitativo apresentado neste trabalho. Além disso, comparado a outros campos, percebe-se maior mobilização para a criação de espaço de circulação e visibilidade de pesquisas que abordam os estudos feministas e de gênero. Assim, fica amostra a necessidade de maior comunicação entre pesquisadoras e pesquisadores que abordam o tema no jornalismo, no intento de fortalecer redes e grupos de pesquisas específico e, principalmente, perceber a potencialidade que a epistemologia feminista pode proporcionar a epistemologia do jornalismo.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALMEIDA, Gabriela. **A mulher na pesquisa em jornalismo teses e dissertações defendidas em Programas de Pós- graduação em Jornalismo e Comunicação do Brasil (1972-2015)**. 2018, 149f. Dissertação (Mestrado em Jornalismo), Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2018.

CATÁLOGO de teses e dissertações. Capes. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/> . Acesso em: 4 de nov. 2018.

PONTES, Felipe Simão. **Teoria e História do Jornalismo**: desafios epistemológicos. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Jornalismo), Centro

de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

O QUE É RELACIONAMENTO COM PÚBLICOS DE INTERESSES PARA FUNDADORAS DE *STARTUPS*? EXPLORANDO O CENÁRIO BRASILEIRO

Juliana Aparecida Galdino Gomes Wruck[1]

Resumo

Neste artigo são apresentados os dados de uma sondagem com 109 fundadoras de *startups* sobre o entendimento delas a respeito da definição de comunicação e relacionamento com públicos. Trata-se dos resultados parciais da dissertação de mestrado que propõe explorar as práticas de comunicação realizadas por mulheres fundadoras de *startups* brasileiras. O referencial teórico está embasado em autores como França (2008), Grunig (2011), Ferrari (2006 e 2011) e Kunsch (2014), que tratam da comunicação organizacional e de relacionamentos com públicos. As primeiras análises sinalizaram divergência entre o que essas mulheres entendem sobre comunicação e relacionamento com públicos e o que a teoria recomenda.

Palavras-chave: Relações de trabalho e gênero. Empreendedorismo feminino. Comunicação. Relações Públicas e Relacionamento com públicos.

1. Introdução

É permeada de vulnerabilidades que a sociedade contemporânea se mostra para as organizações (MANUCCI, 2008; FERRARI, 2011), consequência de grandes mudanças na perspectiva social, econômico, política e tecnológica (CASTELLS, 2000; BAUMAN, 2000). A globalização, outro elemento de destaque neste contexto, acentuou a concorrência e, portanto, o processo de relacionamento que diferentes organizações, em todo o mundo, estão construindo com os seus diversos públicos (COUTINHO e FERRAZ, 1994).

As micro e pequenas empresas comandadas por mulheres, um movimento que cresce e que se fortalece de forma significativa no Brasil, também figuram nesse contexto. Desta forma, a dissertação em andamento pretende verificar como se dá o relacionamento de pequenos negócios empresariais brasileiros, que contam com uma mulher no comando, com seus públicos de interesse, considerando esse relacionamento uma estratégia de comunicação. As *startups*[2], tipo de empresa que

[1] É mestranda (bolsista CNPq) em Ciências da Comunicação na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), na linha de pesquisa Interfaces Social da Comunicação. Dedica-se à pesquisa em comunicação organizacional, relações públicas e cultura organizacional com ênfase em relações de trabalho e gênero. É graduada em Comunicação Social e pós-graduada em Propaganda e Marketing.

[2] O surgimento do conceito de *startups* se deu por volta dos anos 90 nos Estados Unidos, durante o período conhecido como “a bolha da internet” (VERSIGNASSI, 2015).

para solucionar um problema, utiliza modelo de negócio que seja rentável e escalável, e em condições de extrema incerteza, são o foco do estudo.

A primeira fase do estudo, apresentada neste artigo, busca identificar o perfil da mulher empreendedora de *startup* e também entender a compreensão dessa mulher sobre a definição de comunicação e relacionamento com públicos de interesse.

Antes de refletir sobre o relacionamento, neste estudo considerado como uma estratégia de comunicação é preciso mencionar que não há na literatura no campo da Comunicação um consenso sobre a definição do que é comunicação organizacional, levando em consideração os processos das relações públicas e da comunicação de uma organização. França (2008) explica que existe multiplicidade de termos inconsistente para explicar o que é comunicação e que as confusões surgiram por conta da existência de "copioso rol de denominações e de segmentações conceituais que, por falta de fundamentação teórica, conduz ao uso de termos mal concebidos e mal definidos" (FRANÇA, 2008, p.55).

Contudo, não é objetivo desse trabalho mergulhar nas controvérsias do campo. A intenção com essa constatação é apontar que essas confusões conceituais podem provocar impacto no entendimento sobre a comunicação no contexto organizacional. Pretende-se ainda esclarecer que é no posicionamento contemporâneo das relações públicas, ou seja, na atividade profissional especializada em administrar relacionamentos com públicos de interesse (FRANÇA, 2008 e 2011) que a reflexão deste artigo se baseia.

A primeira parte do artigo traz de forma breve o cenário do empreendedorismo feminino e também as *startups* como um novo modelo de pequenos negócios que inovam na forma de solucionar problemas e já demonstraram crescimento bastante significativo no país, mas que também não apresentam um contexto favorável às mulheres.

Na sequência, é abordada a importância do relacionamento das organizações com públicos como uma estratégia de comunicação, discorrendo sobre a comunicação ser um processo que demanda um conjunto de ações bilaterais planejadas e permanentes que ultrapassa as fronteiras da comunicação técnica e alcança o nível estratégico da atividade (FRANÇA, 2008; GRUNIG, 2011; KUNSCH, 2014).

Na terceira parte do artigo, revela-se os resultados da sondagem realizada com 109 mulheres, fundadoras e/ou sócias de *startups*. Concluo o texto trazendo reflexões sobre o resultado obtido em busca de que esse conteúdo possa despertar o interesse de outros pesquisadores e motivá-los a seguirem com novas pesquisas que possibilitem o entendimento aprofundado do tema.

2. Empreendedorismo feminino brasileiro e as s*tartups*

Um dos movimentos que mais vem ganhando força no contexto brasileiro é o empreendedorismo feminino. Uma pesquisa[3], realizada pelo Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), indicou que no Brasil, entre 2001 e 2014, foi de 34% o crescimento do número de mulheres com negócio próprio, enquanto a taxa de crescimento dos homens foi de 16%. Em 2017, 51% dos empreendimentos iniciais foram representados por mulheres à frente de negócios, de acordo com os últimos dados do *GEM* no Brasil[4].

Contudo, apesar do cenário acima parecer promissor, uma análise comparativa dos dados secundários do levantamento Os Donos de Negócios no País – Análise por sexo[5], revela que as diferenças salariais, de carga horária e de estudos, por exemplo, em comparação com os empresários existem e estão longe de serem equiparadas. Os dados[6] são de um intervalo de 10 anos (do período de 2001 a 2014) e, por enquanto, os mais recentes já publicados.

Os resultados mostram, por exemplo, que em termos de volume, as mulheres empreendedoras não são a maioria (os homens empreendedores somam 17 milhões enquanto as mulheres, 7,9 milhões), mas seu crescimento em 10 anos foi 18% maior que o dos homens (mulheres cresceram 34% enquanto os homens, 16%). Portanto, podemos afirmar que as mulheres estão empreendendo mais. Os dados revelam ainda que, em 2014, as mulheres com negócio tinham um rendimento médio, 30% inferior ao dos homens, ou seja, elas ainda recebem menos.

---

[3] Os Donos do Negócio no Brasil - Análise por sexo de 2001 a 2014. Disponível em: http://observatorio.sebraego.com.br/midias/downloads/08032017145158.pdf. Acessado em 10 de julho de 2017.
[4] *Global Entrepreneurship Monitor* 2016 - Empreendedorismo no Brasil 2016. Disponível em: https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/GEM%20Nacional%20-%20web.pdf Acessado em 14 de novembro de 2017.
[5] Os Donos do Negócio no Brasil - Análise por sexo de 2001 a 2014. Disponível em: http://observatorio.sebraego.com.br/midias/downloads/08032017145158.pdf. Acessado em 10 de julho de 2017.
[6] O levantamento Os Donos de Negócios (2016) considerou a soma as pessoas que trabalham por conta própria e das pessoas empregadoras segunda dados da Pnad.

Outro dado que merece destaque é que embora a média semanal de horas trabalhadas (34 horas/semana) seja menor em comparação com o homem (42 horas /semana), a grande maioria das mulheres (mais de 90%) ainda continua fazendo jornada dupla, estando responsáveis pelos afazeres domésticos.

Sobre educação, o levantamento apontou que as mulheres continuam mantendo, em média, maior escolaridade (9 anos, enquanto os homens dedicam 7,4 anos de estudo). Ou seja, elas ainda estudam mais.

As mulheres que lideram *startups* estão nesse grupo extremamente diverso das mulheres à frente de seus próprios negócios. Esse tipo de empresa nasce de ideias de empreendedores (TOLEDO, 2012) num contexto criativo e inovador, tendo por objetivo solucionar um problema, utilizando um modelo de negócio que seja rentável e escalável, e em condições de extrema incerteza (BLANK e RIES, 2012).

No Brasil, em 2017, segundo a Associação Brasileira de Startups (ABStartups), o número de *startups* era de 5.147 e, em fevereiro de 2019 a associação já contava com 10.385 *startups* cadastradas em sua base de dados. Os resultados de um levantamento feito pela ABStartps, em 2018, apontaram que 74%[7] das *startups* são constituídas, em sua maioria, por homens. Somente pouco mais de 15% das *startups* brasileiras alcançaram a igualdade de gênero dentro das equipes[8].

O empreendedorismo, agora também materializado nas startups, têm sido cada vez mais apontado como importante tanto para geração de renda e para a atração de fundos de investimentos como também para o desenvolvimento social e tecnológico das regiões onde estão inseridas. (SANTOS, 2016). Com forte impacto social e econômico e configurando como um novo modelo de organização, as startups e, consequentemente as mulheres que estão à frente delas, se tornam, objetos importantes de estudos para campo da Comunicação.

3 - O relacionamento: uma estratégia de comunicação organizacional

Diante do contexto contemporâneo, Fábio França (2008) reforça que para as organizações “um dos fatores primordiais do relacionamento passou a ser a comunicação que acabou assumindo importância vital como recurso estratégico de entendimento, persuasão e de negócios” (FRANÇA, 2008, p.55). Para o autor, a

[7] Dado do levantamento intitulado: Radiografia do Ecossistema Brasileiro de Startups 2017, realizado pela ABStatups – Associação Brasileira de Startups e Accenture. Disponível em: http://ecossistemasdestartups.com.br/, acessado em 20 de agosto de 2018.
[8] Idem ao item 6.

comunicação, nesse contexto, representa um processo que exige, na sua aplicação, um conjunto de ações bilaterais planejadas, permanentes, executadas segundo objetivos e estratégias bem definidos.

O autor ainda explica que a comunicação “é um processo único da interação da empresa com a sociedade e seus públicos. Ou existe de maneira planejada e adequada para atingir de forma continuada todos os públicos, ou não existe” (FRANÇA, 2008, p.60). Para França (2008), é no momento, o de desenvolver um projeto estratégico de comunicação para a organização, que entra “a necessidade de planejar estrategicamente a atividade de relações públicas e de comunicação, que não pode ficar fora do planejamento estratégico global das organizações” (FRANÇA, 2008, p.61).

Kunsch (2014), ao dizer que há “[...] no cotidiano das organizações em geral, ainda que nas entrelinhas, uma predominância da comunicação técnica e da busca da eficácia das mensagens e ações comunicativas” (KUNSCH, 2014, p. 47 e 48), reforça em linha com o pensamento de França (2008), o entendimento de que a visão mais funcionalista em relação à comunicação predomina nas organizações.

Desta forma, com base no conceito de administração de relacionamentos, França (2008) esclarece que a função maior do profissional de relações públicas, acima da mídia, é formular e gerenciar, de modo estratégico, as políticas permanentes de relacionamento das organizações, “para que sejam bem sucedidas na opinião pública, tenham seu apoio e gozem de um conceito positivo diante da sociedade e de seus públicos” (FRANÇA, 2008, p.61).

Entende-se, diante do exposto e com base no que diz França (2008) que a gestão ou a administração especializada do relacionamento da organização com seus públicos de interesse (sociedade e mundo dos negócios) representa uma atividade de comunicação que se diferencia por adotar diretrizes permanentes e por implementar políticas de longo prazo, tornando uniforme a estruturação dos relacionamentos e da comunicação com as partes interessadas. Compreende-se que a comunicação é utilizada pelas relações públicas como instrumento para informar e educar os públicos, mas ultrapassa o uso dos instrumentos da mídia por fazer parte do *business administration*, ao mesmo tempo em que elabora e administra as políticas empresariais na sua relação permanente e a longo prazo com o mercado.

Assim, considerando a gestão do relacionamento como algo essencial, França (2008) acredita que as organizações que estão preocupadas com a sua reputação e com o desenvolvimento de seus negócios, têm de recorrer às relações públicas – se referindo ao papel estratégico de administrar os relacionamentos da organização com seus mais variados púbicos - e à comunicação, considerando-as atividades estratégicas, com visão de longo alcance. Cabe aqui reforçar como comunicação e públicos de interesse são entendidos nesse estudo.

Em linha com o que afirma Ferrari (2006), neste artigo a comunicação é entendida "como o fluxo vital que alimenta a organização, o nexo entre a empresa e seu entorno, o vínculo entre a organização e o mercado e, por fim, seu papel de administrar as relações com os públicos" (FERRARI, 2006, p. 146). Ou seja, um processo estratégico de produção de sentido que se dá à medida que as pessoas constroem, compartilham, discutem e trocam significados, tornando-se capazes de elaborar uma narrativa coletiva, fruto de suas relações, que reforçam seu território de credibilidade e, portanto, redefinem seu espaço de competência e suas metas (FERRARI, 2006).

Compreende-se também que público de interesse é diferente de público-alvo. Smith (2005) apud França (2008) recomenda a não utilização do termo público-alvo (*target public* em inglês), pois este termo remete à expressão de marketing que sugere "que o público é meramente um alvo para os dardos da organização, em vez de parte de um relacionamento recíproco" (SMITH, 2005, p. 48 apud FRANÇA, 2008). Neste estudo, portanto, o termo públicos de interesse é utilizado com base no conceito de que trata-se de "uma mescla complexa de grupos com diversos enfoques culturais, étnicos, religiosos e econômicos, e cujos interesses, às vezes, coincidem e, outras vezes, entram em conflito com a organização" (WILCOX, 2001, p.249 *apud* FRANÇA, 2011, p.278).

O posicionamento de França (2008) sobre a essencialidade da gestão do relacionamento numa organização vai ao encontro com os achados evidenciados pelo Estudo de Excelência que apontam uma correlação entre a consecução de resultados na comunicação de curto prazo e a manutenção de relacionamentos de qualidade de longo prazo para a efetividade da comunicação para a organização (GRUNIG, 2011).

Desta forma, neste momento no qual as empresas se deparam com a importância de estabelecer relacionamentos duradouros (mesmo que estes carreguem tensões de poderes desiguais – (MARQUES e MAFRA, 2013) e conquistar a fidelidade de seus públicos, é impossível desconsiderar a essencialidade do relacionamento com públicos de interesse e da qualidade desses relacionamentos para suas práticas tanto mercadológicas quanto institucionais.

4. Metodologia

Os dados da sondagem que serão apresentados a seguir integram os resultados parciais que pertencem à primeira etapa de pesquisa da dissertação de mestrado. Foi por meio da técnica não probabilística, por acessibilidade ou acidental (MATTAR, 1999), que a amostra foi construída, já que foi formada por fundadoras e ou sócias de *startups* brasileiras que se dispuseram a participar da pesquisa.

O instrumento utilizado foi o questionário *online* composto por 33 perguntas. Ao final de 30 dias entre os meses de setembro e outubro de 2018, 109 fundadoras e/ou sócias de startups brasileiras haviam participado. O tratamento dos dados das perguntas abertas foi feito por meio da análise de conteúdo conforme Bardin (1997). A seguir é apresentado o perfil do grupo de mulheres participantes. E, seguida, os dados referentes ao conhecimento dessas mulheres a respeito da comunicação e do relacionamento com públicos.

5. Quem é a fundadora de *startup*? Perfil da amostra pesquisada

A amostra foi composta por donas de empresas que estão entre 26 e 35 anos da idade (46%), a mesma faixa etária em que 58% delas começou a empreender. Essas mulheres estão majoritariamente sediadas no estado de São Paulo – (73%).

Com relação à formação profissional, 98% das fundadoras tem alto nível de educação[9]. Dessas, 50% são especialistas, 32% são graduadas, 13% contam com título de mestre e 3% são doutoras. Entre os setores de atuação das *startups*, o

[9] Dados PNAD mostram que em 2016, 51% da população com 25 anos ou mais do Brasil possuíam apenas o ensino fundamental completo. Fonte: Agência IBGE Notícia Acessado em 30 de outubro de 2018. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/18992-pnad-continua-2016-51-da-populacao-com-25-anos-ou-mais-do-brasil-possuiam-apenas-o-ensino-fundamental-completo

resultado apontou que 17% atuam na prestação de serviços, 16% na área da tecnologia e 13% na área da educação.

Quanto a cor ou raça/etnia, 80% se declarou branca, 11% parda ou mulata, 5% de origem oriental, 4% preta. Com relação ao estado civil, 61% das empreendedoras é casada, porém, diferente das empreendedoras fora do ecossistema de *startups*[10], 59% ainda não têm filhos. Das fundadoras de *startups* que são mães, 56% está na faixa etária entre os 36 e os 45 anos.

Ao observar as fases pelas quais uma *startu*p passa ao longo de sua existência foi possível perceber que, das *startups* que participaram dessa pesquisa, 46% já está em operação, ou seja, as empresas estão em funcionamento, registradas e preparadas, por exemplo, para contratar funcionários. Outras 32% estão na fase de tração, com o seu negócio estabelecido, já conseguem reinvestir suas receitas e se prepararem para um crescimento em curto espaço de tempo. Somente 12% das *startups* participantes estavam em fase de ideação. Nesta fase as empreendedoras estão validando suas ideias, entendendo o problema que desejam solucionar. É nesta fase também que as empreendedoras começam a desenvolver o protótipo do produto que ofertarão ao mercado. Apenas 10% estão na fase de escalonamento (o termo em inglês é *scale up)*, que trata do crescimento rápido de uma *startup*.

5.1 O que a fundadora de *startup* entende como comunicação e como relacionamento com públicos

Com relação ao entendimento da fundadora de *startu*p sobre o que é a comunicação, o levantamento apontou que 37% delas demonstraram entender a definição conceitual da atividade de comunicação em uma empresa, por exemplo, segundo França (2008) e Ferrari (2006). Para elas, a comunicação em uma empresa é um conjunto amplo de ações que precisam estar alinhadas com a estratégia do negócio, que envolve escuta do público, criação de confiança e de engajamento. Para essas fundadoras, a comunicação deve, por exemplo, ser fluída, empática, transparente, frequente e de responsabilidade de todos. Porém, 33% sinalizaram que, embora acreditem que a comunicação seja algo essencial e/ou fundamental

[10] No levantamento "Empreendedoras e seus negócios 2018" apresentado pela RME, a maioria das mulheres é casada (59%) e mãe (53%). Disponível em : https://rme.net.br/2019/02/05/pesquisas-rme-empreendedoras-e-seus-negocios/. Acessado em 25 de setembro de 2018.

para uma empresa, não souberam explicar o motivo que as faz pensar assim. Outras 25% não entenderam ou não responderam essa questão.

Por entender que a percepção da importância da comunicação pode variar de acordo com a maturidade da empresária e do tempo de funcionamento da empresa, foi realizado um cruzamento dos dados entre conhecimento sobre o conceito de comunicação e fase específica da *startup*. O levantamento demonstrou que 81% delas já têm certa experiência no mundo dos negócios, pois entre as fundadoras que indicaram conhecer a definição conceitual de comunicação, 44% estão na fase de tração e 37% então em fase de operação, ou seja, suas empresas já estão em funcionamento, os seus negócios estão mais estruturados em comparação com empresas que ainda estão na fase inicial de ideação.

Em relação ao entendimento sobre quem seriam seus públicos de interesse, 81% delas indicaram seus clientes como principais públicos. Outros públicos essenciais para o negócio como colaboradores, fornecedores, investidores representam apenas 9% do olhar das mulheres empreendedoras. Portanto, as fundadoras ouvidas não fazem nenhum tipo de mapeamento de públicos estratégicos. Desta forma, entende-se que há, neste ponto, incompatibilidade com a teoria, já que como vimos, na comunicação estratégica deve-se considerar públicos de interesse todos os que de alguma forma têm interesse em estabelecer um relacionamento recíproco com a empresa (FRANÇA, 2008).

A partir desses dados, é possível observar que apesar do discurso das fundadoras contemplar a ideia do conceito mais amplo da comunicação, os dados da pesquisa nos fazem entender que há certa confusão dessas fundadoras com a definição de comunicação. Nos chama a atenção o fato delas apresentarem uma conceituação muito próxima do embasamento teórico utilizado (um processo estratégico único de produção de sentido e interação da empresa com a sociedade e seus públicos (FRANÇA, 2008; FERRARI, 2006), porém, na prática, essas fundadoras utilizam a comunicação como algo mais técnico (KUNSCH, 2014) e restrito à ferramentas, neste caso de *marketing*, com foco em ações destinadas às vendas. O que França (2008) desaconselha, como visto anteriormente.

Sobre seu entendimento sobre relacionamento com públicos, para 51% das mulheres consultadas o relacionamento com públicos é algo mais estratégico, que consiste num processo cíclico de dar e receber feedbacks. Para elas é essa troca ou

conexão que norteia seus negócios. Elas sinalizam que se relacionar com públicos é estabelecer um vínculo de confiança, demonstrando empatia e interesse em atender a necessidade.

Além disso, para elas, se relacionar é promover, não só a troca de informações, mas de experiências também. Assim, segundo elas, é possível promover a melhoria do seu espaço/serviço/produto de forma contínua. Essa visão foi apontada pelas mulheres (72%) que já possuem mais experiência em empreendedorismo, pois 47% delas já estão com seus negócios em fase de operação e 25% na fase tração.

Outras 34% entenderam que o relacionamento com públicos acontece de forma operacional, com mais foco no uso de ferramentas de comunicação. Para esse grupo de fundadoras, relacionar-se com públicos é estar presente nas mídias, tanto *offline* quanto *onlin*e, incluindo as redes sociais. É também fazer pesquisa e criar canais abertos para clientes (como mala direta, *e-mail marketing*, atendimento telefônico ou via *whatsapp*), ou seja, atender sempre.

Essa primeira sondagem, portanto, deixa dúvidas em relação ao real entendimento desse grupo específico de fundadoras de startups sobre a diferença entre o processo de comunicação estratégica e o processo de vendas (*marketing*), porque, apesar de sua fala incluir definições sobre a comunicação como processo mais amplo e estratégico, quando se trata de públicos e ações voltadas a eles, seu foco está mais voltado aos seus clientes e às formas de conquistá-lo e fidelizá-lo.

Se há sinais de desarmonia em relação à definição da comunicação entre o que diz a teoria e a fundadora de *startups*, o mesmo acontece com a definição de relacionamento com públicos de interesse. Pelos dados coletados, entende-se que são os clientes o público que a fundadora considera como de interesse e a relação que mantém ou procura manter com eles é, na prática, uma relação de venda. Assim, sem o entendimento claro sobre comunicação e relacionamento com públicos, a fundadora de *startups* perde a oportunidade de recorrer ao relacionamento com públicos como uma ferramenta de comunicação estratégica para o desenvolvimento e a sobrevivência de seu negócio.

6. Considerações finais

É importante ressaltar que essa sondagem foi feita com base num recorte muito específico, com abordagem restrita de empreendedoras e sem o objetivo de oferecer representatividade nacional. Porém, ela assume o papel sinalizador de uma necessidade de repensar a comunicação organizacional, incluindo a perspectiva de gênero. Isto devido ao fato de que o atual pensar a comunicação como um processo estratégico de produção de sentido que acontece por meio da construção, do compartilhamento e da troca de significados, que reforçam o território de credibilidade da empresa (FRANÇA, 2008; FERRARI, 2011, KUNSCH, 2014) não está presente no *mindset* dessas fundadoras.

Os dados preliminares nos mostram que as fundadoras de startups utilizam o termo comunicação como sinônimo de um processo de marketing, uma vez que 81% delas indicaram seus clientes como principais públicos. Será que a multiplicidade de sentidos do termo comunicação pode ter influência sobre essa confusão entre os dois processos, o de comunicação e o de marketing por parte das fundadoras? Neste caso, o relacionamento como estratégia de comunicação, foco desse estudo, se torna um recurso ainda mais distante da realidade dessas fundadoras, visto que a imprecisão de termos também recai sobre o entendimento do que é público de interesse e também de relacionamento de longo prazo com esses púbicos.

Por isso, talvez, o atual grande desafio do campo da Comunicação seja buscar como a comunicação organizacional (entendida como um processo estratégico de produção de sentido) pode atender a necessidade do mercado empresarial contemporâneo, visto que a visão da comunicação como um processo mais complexo e de longo prazo ainda não alcançou a realidade dessas fundadoras.

Referências

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1988.

BLANCK, S. e RIES, E. **The Lean Startup**: Low Burn by Design not Crisis. Maples Investments, 2012.

CASTELLS, M. **A Sociedade em rede**. Vol. I. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

COUTINHO, L., FERRAZ, J. C. **Estudo da competitividade na indústria brasileira.** 2. ed. Campinas/SP: Papirus, 1994.

FERRARI, M. A. **Os cenários turbulentos como oportunidade de mudança e de realinhamento de estratégias**. In: GRUNIG, J. FERRARI, M. A. e FRANÇA, F. Relações Públicas: teoria, contexto e relacionamentos - 2ª. edição, São Caetano do Sul: Difusão, 2011.

_____. **Relações públicas**: gestão estratégica de relacionamentos. In: KUNSCH, M. M. K. (Org.). Comunicação organizacional estratégica: aportes conceituais e aplicados. São Paulo: Summus, 2006.

FRANÇA, F. **Relações públicas**: atividade estratégica de relacionamento e comunicação das Organizações com as partes interessadas. Anuário Unesco/Metodista de Comunicação Regional, Ano 12 n.12, p. 55-70, jan/dez. 2008. Disponível em: https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/AUM/article/view/1016/1061. Acessado em 20 de dezembro de 2018.

_____. **Como construir relacionamentos corporativos eficazes**. In: GRUNIG, J. FERRARI, M. A. e FRANÇA, F. Relações Públicas: teoria, contexto e relacionamentos - 2ª. edição, São Caetano do Sul: Difusão, 2011.

GRUNIG, J. **Teoria Geral das Relações Públicas: Quadro Teórico para o Exercício da profissão**. In GRUNIG, J. FERRARI, M. A. e FRANÇA, F. Relações Públicas: teoria, contexto e relacionamentos - 2ª. edição, São Caetano do Sul: Difusão, 2011.

KUNSCH, M. M. K. **Comunicação Organizacional: contextos, paradigmas e abrangência conceitual.** In: MATRIZes / Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo. Vol.8, No 2. (jul./dez. 2014) – São Paulo: ECA/USP. p. 35-61.

MANUCCI, Marcelo. **El impacto corporativo:** diseño estratégico de la comunicación en la complejidad del contexto actual. Buenos Aires: La Crujía, 2008.

MARQUES, A. C. S., MAFRA, R. L. M. **Diálogo no contexto organizacional e lugares de estratégia, argumentação e resistência**. Ano 10, N.19, ORGANICOM, 2013.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing.** Edição Compacta. São Paulo: Atlas, 1996.

SANTOS, M. C. F. R. **O Ecossistema de Startup de Software da Cidade de São Paulo**. 2016. 90 f. Dissertação [Mestrado em Ciência da Computação]. Instituto de Matemática e Estatística, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

TOLEDO, Marcelo. Plano de Negócios para Startups. E-book, 2012. Disponível em: http://www.startupsc.com.br/ebook-plano-de-negocios-para-startups/. Acessado em 20 de janeiro de 2019.

VERSIGNASSI, Alessandre Crash. **Uma breve história da economia:** da Grécia Antiga ao século XXI. 2 ed. São Paulo: LeYa, 2015.

MEDICINA E PROSTITUIÇÃO NO INICÍO DO SÉCULO XX

Michelle de Paula Pupo[1]

RESUMO
Este trabalho busca compreender de que forma a prostituição era tratada no Brasil pelos médicos no século XX. A prostituição vai aparecer neste cenário como doença, devido a disseminação da sífilis, que deveria ser controlada e principalmente "higienizada". Com a instauração da República brasileira, os médicos e outros intelectuais cientistas deste período se viam com o dever de "civilizar", "salvar", "modernizar" a nação brasileira e tinham a Europa como referência de civilização. O discurso médico vai intervir na vida privada do indivíduo de forma higienista contribuindo para a modernização do espaço urbano. A prostituição vai aparecer como um problema a ser resolvido, os discursos médicos vão girar em torno de uma regulamentação e uma abolição deste ofício, estas discussões apareceram ainda no Império na Academia Imperial de Medicina e ainda se fez presente na Academia Nacional de Medicina no século XX, como problema a ser resolvido. Os médicos assumem um papel de normatizadores do corpo feminino, principalmente porque seriam esses corpos que geraram os futuros filhos da nação, estabelecendo um padrão de comportamento feminino a ser seguido pelas mulheres, que perpassavam atividades limitadas ao lar e a maternidade os corpos que escapavam a este padrão como o da prostituta eram "higienizados", "controlados", "tratados", "normatizados". A análise será feita a partir das discussões da Academia Nacional de Medicina no início do século XX e textos médicos, publicados nas páginas da Revista Brazil-Médico.

PALAVRAS-CHAVE: Prostituição. Medicina. Sexualidade.

Neste trabalho nos dedicamos a compreender as discussões que permearam o campo médico a respeito da prostituição. As discussões giravam em torno de uma regulamentação ou abolição da prostituição, buscando resolver o problema da sífilis. Essa discussão não aparece somente no século XX nem com o advento da República, já era um problema discutido na Academia Imperial de medicina e nas principais Faculdades de Medicina do Brasil, nas cidades do Rio de Janeiro e Salvador e posteriormente em 1912 na cidade de São Paulo com a criação da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo.

A preocupação médica com a prostituição não desapareceu com o início do século XX, muito pelo contrário, ela era amplamente debatida na Academia Nacional de Medicina, pela mesma preocupação anterior a profilaxia pública da sífilis. Esses debates eram marcados pelas discussões do movimento higienista e sanitarista que

[1] Possui graduação em Ciências sociais pela FASF- Faculdade Sagrada Família, especialização em Metodologia do ensino religioso, Psicopedagogia escolar e em Educação especial com ênfase na área intelectual pela FAPI (Faculdade de Pinhais). Atualmente é professora de sociologia, na SEED-PR. Mestranda em história, cultura e identidades pela UEPG (Universidade Estadual de Ponta Grossa).

buscava neste contexto a modernização da cidade do Rio Janeiro, a partir da eliminação das chamadas “classes perigosas”, em busca de uma nação sadia e pura.

Em um texto publicado pelo médico Carlos Seidl, na Revista Brazil-Médico, em 1901[2], ele traz as impressões de uma viagem que fez a Argentina sobre vários assuntos dentre eles a saúde pública e a prostituição, ressaltando os pontos positivos de como funcionavam esses serviços em Buenos Aires, fazendo comparações com o que falta e o que deveria ser feito no Brasil.

Segundo Pereira (2005), em 1875, foi regulamentada a prostituição em Buenos Aires a partir de sucessivas ordenanças municipais e inspirada no modelo francês[3], a partir de argumentos higiênicos e morais. A capital argentina criou um status legal para as prostitutas públicas, definindo regras para sua circulação, horário, condições de trabalho e moradia.

Segundo Seidl (1901), a vigilância sobre o exercício da prostituição em Buenos Aires faz parte repartição de Assistência pública, e é tratada como uma medida de profilaxia urbana e executada com maior rigor. Todas a mulheres que exercem a prostituição eram obrigadas a se inscrever no Dispensário de Salubridade, onde faziam uma matrícula com nome e apelido, idade, nacionalidade, filiação e demais dados para identificação, deveriam entregar três fotografias, uma ficaria no dispensário, uma enviada para a polícia e a outra é colocada na caderneta entregue a prostituta, esta caderneta deveria ser apresentada pela prostituta sempre que funcionários, municipais, policiais e clientes o exigissem.

No Brasil não havia a regulamentação da prostituição, mas a punição já era prevista no Código Penal de 1890, segundo Engel (2004), já haviam diversas discussões que permeavam o assunto da regulamentação apesar dessas discussões nunca chegarem a uma solução para esta problemática.

Segundo Carrara (1996), no cenário internacional a partir dos anos 1870, que a regulamentação começou a entrar em xeque. Fora do meio médico se inicia

2 Brazil-médico, Anno XV, nº31, 1901, p. 299.

3 Segundo Pereira (2005), no exterior o debate se centrava no sistema francês, que previa a reclusão de prostitutas em casas de tolerância com exames médicos periódicos obrigatórios e internação forçada para as que apresentavam doenças venéreas. Segundo Carrrara (1996), a regulamentação da prostituição foi instituída em Paris no início do século XIX, mas não visava prioritariamente as doenças venéreas, mas sim combater a libertinagem, proteger a moral das famílias, moralizar e disciplinar o espaço público.

um movimento pela erradicação do trabalho escravo, que se iniciou na Inglaterra, empreendida por meios protestantes e pela líder feminista Josephine Butler. Em 1877, foi fundado em Genebra a Federação Britânica e Continental pela abolição da prostituição, destinada a pressionar os governos europeus regulamentaristas.

Até o início do século XX, ainda se debatia o mesmo problema na Academia Nacional de Medicina a prostituição e a disseminação da sífilis, esta discussão perdura várias décadas, alguns anos aparecendo com maior ênfase em outros menos, mas nunca deixada de lado, porém nunca houve um consenso sobre os limites desta intervenção ou um projeto efetivo a respeito da temática.

Segundo Carrara (1996), com o advento da República, o controle sanitário e a profilaxia da sífilis voltou a preocupar o governo e a polícia, o chefe de polícia Sampaio Ferraz, chegou a enviar o médico Ernani Pinto a Buenos Aires para estudar a regulamentação ali adotada. Em 1900, durante o 4º Congresso de Medicina e Cirurgia que ocorria em Buenos Aires, Ernani Pinto propôs um projeto de regulamentação da prostituição comissionado por Sampaio Ferraz, a oposição partiu do médico Theophilo Torres, que contribuiu para que o projeto não recebesse apoio no Congresso, este mesmo médico aparece como personagem de algumas discussões ocorridas sobre a temática na Academia Nacional de Medicina.

Em 1902, a temática de regulamentação da prostituição aparece novamente nos debates da Academia Nacional de Medicina, sendo publicadas estas discussões na Revista Brazil-Médico, proposta pelo Dr. Publio Mello[4], como um meio de combate a sífilis, julgando a temática de extrema importância e que esta deveria ser incorporada nas próximas sessões da Academia. Em resposta ao médico o Dr. Theophilo Torres declara que votará contra esta regulamentação, mas concorda com Publio de ser um assunto de extrema importância. O médico Souza Lima também se manifesta, sobre a importância de debater este assunto já que o autor do projeto apresentado ao Senado não cogita visitas médicas.

Segundo Carrara (1996), em 1902, o Médico e Senador Lopes Trovão, havia proposto ao senado um projeto de regulamentação da prostituição, que causou um alvoroço na Academia Nacional de Medicina que volta a ser palco destas discussões.

4 Brazil-Médico, ano XVI, 1902, nº 41, 42,45, p.414, 434,452.

Percebe-se a preocupação dos médicos em não aceitar a regulamentação, pois, segundo eles a questão estava sendo encarada somente pelo lado moral e não cogitaria uma vigilância médica e que o projeto facilitaria a profilaxia da sífilis.

Nas sessões seguintes da Academia[5] a discussão já aparece como "**Regulamentação da prostituição como meio profhylatico da syphilis**", o médico Publio de Mello iniciou a discussão falando sobre o projeto proposto no Senado e que este assunto interessa muito aos higienistas que conhecem os perigos da sífilis e não ignora o fato de que a regulamentação do meretrício não traz resultados como meio profilático, trazendo um estudo histórico da prostituição acrescentando que regulamentá-la é legitimá-la, o que seria um atentado a moral, legitimando o vício. Esta regulamentação também favorecia a prostituição clandestina, dando exemplos dos países que regulamentaram e se arrependeram, pois não obtiveram resultados. Este Projeto faz a população crer que a prostituição é um meio de vida honesto.

Theophilo Torres julga a prostituição não uma chaga, nem um mal necessário, mas um produto da civilização ao qual sempre existiu e há de existir, mas o problema que interessa é somente a propagação da sífilis e não acredita que a regulamentação possa trazer resultados satisfatórios e aconselha a formação de ligas contra a sífilis como as já existentes e aplaude as conferências do Dr Gazibo (Presidente da Sociedade Brazileira de Prophylaxia Sanitaria e Moral). Torres aponta também a importância de falar da sífilis para os jovens nos Colégios, os meios de tratar e evitar a doença.

Werneck Machado se manifesta dizendo que o problema da sífilis e das moléstias venéreas é que é um problema muito vasto, não pretende discutir o projeto apresentado ao Senado, embora considere a discussão importante, considera que o projeto estaria mais bem colocado se estivesse figurado nos capítulos do Código Penal, e ao médico cabendo o estudo da parte higiênica, não deixando de merecer sua atenção para a parte moral. Machado apresenta as discussões que ocorreram dois anos antes em Bruxelas no 4º Congresso Internacional de Dermatologia e Syphiligraphia, que deu início a Sociedade Brazileira de Prophylaxia Sanitaria e Moral no Brasil, neste Congresso uma das pautas amplamente debatida foi a regulamentação da prostituição, demonstrando o quanto ela é ilusória. Termina dizendo que antes de se pensar em uma regulamentação é necessário que se pense

5 Brazil-Médico, ano XVI, nº42, 1902, p. 434-436.

na fundação de hospitais especiais ou enfermarias especiais nos hospitais existentes.

Na sessão seguinte[6], o debate continua e o médico Souza Lima se posiciona também contra a regulamentação, propondo que o melhor meio profilático é a instrução do povo, como também a exigência de um atestado de sanidade para realização do matrimônio, que seria o exame pré-nupcial. O Dr Werneck Machado discorda de Souza Lima nesta medida dizendo que vai contra o sigilo profissional.

Na última sessão[7] Publio de Mello apresenta algumas conclusões:

> A *Academia Nacional de Medicina* attendendo aos grandes males da syphilis produz, já no proprio individuo, já na sua prole, constituindo-se um verdadeiro perigo social, faz votos para que sejam adoptadas medidas prophylaticas, que possam reduzir ao mínimo os effeitos terríveis desta moléstia, factor de assinalada preponderancia na decadencia das raças.
> Para obtenção dos fins desejados, devem ser adoptadas as seguintes medidas:
> 1º Ampla divulgação por cursos públicos, conferencias populares com projecções, avulsos impressos, etc., dos perigos da syphilis e das molestias venéreas, quando descuradas ou mal tratadas.
> 2º Creação de enfermarias especiaes nos hospitais geraes e de hospitais especiaes para o tratamento específico
> 3º Creação de postos médicos para tratamento gratuito e divulgação de conselhos sobre a gravidade da moléstia
> 4º Inspecção rigorosa dos corpos arregimentados do exercito e da armada
> 5º Exame obrigatório das amas de leite
> A regulamentação da prostituição, por muitos julgada medida de prophylaxia, tendo, em todos os paízes onde foi adoptada e ensaiada, dando resultados negativos, não deve ser incluída entre as diversas medidas que tenham de ser tomadas na lucta contra esta moléstia, por ser, além de tudo, medida immoral, medida attentatoria da liberdade individual, de alcance unilateral e de resultados funestos, pois, longe de diminuir, mais incrementa a disseminação da syphilis, favorecendo a prostituição clandestina. (BRAZIL-MÉDICO, ano XVI, nº47 1902, p. 478)

O médico Souza Lima, diz concordar com propostas de Publio de Mello, pois insiste que deveria ser colocado o exame pré-nupcial como uma medida, cita a lei do casamento civil que já prevê o pedido deste atestado e que não há cabimento ali para o segredo médico, discordando da posição de Werneck Machado. Recebe apoio dos médicos Theophilo Torres e Augusto Hygino. O médico Costa Ferraz se posiciona contra a medida pois, para ele o casamento é um ato voluntário e é contrário a intervenção da Academia neste assunto, pois isto é uma questão que compete somente a família para a conservação da espécie. Tendo esquentado o clima nas discussões no palco da Academia.

6 Brazil-Médico, ano XVI, nº45, 1902, p. 452.
7 Brazil-Médico, ano XVI, nº47, 1902, p. 473.

Em resposta Souza Lima, se manifesta dizendo que a medicina pública não é indiferente aos interesses da família e da sociedade, entendendo que ou se deve riscar toda a intervenção pública ou ampará-los dos meios necessários. Costa Ferraz se manifesta novamente contrário a regulamentação e que Publio de Mello havia sido muito brando na redação dos artigos. Souza Lima insiste para que se inclua a execução prática do art. 20 sobre a lei do casamento civil e o exame pré-nupcial e que fosse proibido o casamento a quem se achasse nas condições aludidas. Por fim, todas as conclusões foram adotadas.

Durante o ano de 1902, foi travado um amplo e árduo debate sobre a regulamentação da prostituição no Brasil, não obtendo uma homogeneidade de pensamento no meio médico, assim como existiam aqueles que se posicionavam a favor e aqueles que se posicionavam contra a regulamentação, não havia unanimidade, entretanto alguns concordavam com apontamento do lado abolicionista e outros do lado regulamentarista.

Em 1905, é publicado também pela Revista Brazil-Médico[8] algumas medidas contra sífilis, propostas por Theophilo Torres, apontando a regulamentação do meretrício as visitas médicas, o internamento forçado dentre outras medidas regulamentaristas como não aconselhável, aponta para medidas punitivas para proxenetas, a educação como indispensável para o combate do contágio a sífilis, como também a criação de dispensários para o tratamento das moléstias venéreas e ao mesmo tempo núcleo de propagandas e a inclusão da sífilis e moléstias venéreas no quadro de notificação compulsória.

Em 1907, a discussão é retomada por um pronunciamento de Werneck Machado na Academia Nacional de Medicina, posteriormente publicada no Brazil-Médico[9] sobre o tratamento da sífilis e também pela comunicação de Alfredo Porto na Sociedade Brasileira de Medicina e Cirurgia, que contesta a comunicação do médico Egas Muniz, sobre a ineficiência do tratamento mercurial da sífilis, pois Machado o considera o único meio específico para o tratamento da sífilis.

Em 1913, a profilaxia pública da sífilis volta a ser objeto de discussão na Academia Nacional de Medicina[10], com o médico Neves Armoud demonstrando preocupação com a indiferença de que é tratada a sífilis na Capital, pois os

8 Brazil- Médico, ano XIX, nº 31, 1905, p. 310.
9 Brazil-Médico, ano XXI, nº 15, 1907, p. 319, p. 327.
10 Brazil-Médico, ano XVII, nº22, 1913, p.220.

elementos de contágio a procuram-na como refúgio. O médico Olympio da Fonseca propõe que discussão seja ampliada abrangendo também as moléstias venéreas. Werneck Machado aponta para a importância da discussão, onde todos cogitam providências, mas nem todos têm a coragem necessária para encarar um dos maiores flagelos, pois não adianta a luta contra o alcoolismo e a tuberculose se não for incluída nela a sífilis. Retomando a mesma discussão que aconteceu em 1902.

Neves Armoud, propõe a criação de uma comissão que crie um plano de estudo para ser enviado ao governo para que fossem colocadas em prática. Theophilo Torres concorda com a formação de uma comissão e relembra que as discussões anteriores não chegaram a resultado nenhum porque as opiniões eram diversas, mas ressalta que não se deve formar a comissão sem antes conhecer a opinião da Academia e propõe que algumas sessões sejam feitas para que posteriormente se faça a nomeação.

O médico Souza Lima, enviou uma carta a ser lida na próxima sessão, justificando sua ausência nas sessões da Academia por motivo de enfermidade, já antecipando seu voto contrário a regulamentação, como também para que relevem a questão do exame pré-nupcial como medida, para impedir a união de casamentos desastrosos e o desfalecimento da raça. Theophilo Torres se manifesta também a presentando a importância da discussão sobre a temática, também relembra as outras ocasiões que o problema da sífilis e a prostituição foram discutidas na Academia e demonstra a insatisfação de que sempre que se é tocado no assunto surge a panacéa da regulamentação, acusam os anti-regulamentaristas de atrapalharem a ação dos homens de boa vontade. Também enfatiza o fato de que a regulamentação atingir só as mulheres, os homens escapam a ela, se a profilaxia não for total ela de nada vale, pois não tem como obter o controle daqueles que se entregam ao vício ocultamente e ressalta a importância da ação policial contra as meretrizes, não por serem possíveis doentes, mas pelo atentado a moral.

Ao mesmo tempo em que Theophilo Torres se posiciona contra a regulamentação da prostituição ele apresenta medidas muito próxima das ideias regualmentaristas, sua justificativa é que a regulamentação se apresenta como parcial e que não resolveria o problema, ela deveria ser total. Apela que deve ser feito igual a profilaxia da tuberculose, realização de conferências, ligas, conselhos e propagandas, a fundação de dispensários, sanatórios e hospitais, “que o desejo de

Fournier se realize" (BRAZIL-MÉDICO, 1913, nº24, p.245), nos lembrando as discussões anteriores onde Fournier era o principal defensor da regulamentação do meretrício na França e do sistema francês. Carrara (1996), classifica essa visão médica de neo-regulamentaristas em que une alguns aspectos abolicionistas com regulamentaristas essa fase se inicia e ganha força nos primeiros anos do século XX.

Torres propõe que se crie uma Comissão com três acadêmicos para se ocupar da questão, e se esta comissão não chegasse a um acordo, seria necessário levar a votação para a Academia propondo o seguinte: "A regulamentação da prostituição é medida efficaz para impedir ou limitar a propagação da syphilis e das molestias venereas?" (BRAZIL-MÉDICO, 1913, nº24, p.245). Se acaso a votação negativa ganhasse seria necessária uma comissão dentre os que votaram negativo para pensar medidas contra esta moléstia, porém se a votação vencedora for a favor da regulamentação, não se é necessário a criação da comissão, pois não compete a Academia a formulação de projetos de leis, nem regulamentos. Werneck Machado também se manifesta respeito do assunto trazendo para o debate a visão regulamentarista, relembrando as falas do médico Souza Lima e da importância do exame de nunbentes, ou pré-nupcial, de acordo com Carrara (1996), embora Machado fosse um sifilógrafo reconhecido dentro e fora do país, as suas ideias neste debate médico eram marginalizadas.

Com o passar dos anos a discussão a respeito da profilaxia da sífilis e da regulamentação da prostituição vão perdendo o espaço na Academia Nacional de Medicina, em alguns anos ela aparece, mas sem ganhar nenhuma força e sem nunca chegar a uma conclusão, nas páginas do Brazil-Médico, aparecem discussões a respeito de casos sifilíticos, novos remédios e formas de tratamento que surgiram com o passar dos anos. A discussão é retomada com mais força no ano 1919, período que já estava em alta as ideias eugênicas no Brasil, que também vão influenciar a forma como vai ser tratada esta temática. Segundo Souza (2012), a eugenia era um instrumento civilizador, previa uma reforma social higiênica. Viam as doenças venéreas, tuberculose, alcoolismo como hereditários que poderiam degenerar as proles futuras, prejudicando o progresso do país.

A discussão sobre a profilaxia da sífilis na Academia Nacional de Medicina é puxada pelo médico Antônio Aleixo, professor da Faculdade de Medicina de Belo

Horizonte, traz exemplos das medidas profiláticas tomadas na cidade de São Paulo, a instalação de postos profiláticos e dispensários, como também a instrução de todos e principalmente dos jovens. Sobre a prostituição, diz ser contrário a uma regulamentação que só atinge parte das prostitutas e deixa em liberdade as clandestinas, demonstrando a ineficácia da regulamentação na cidade de Buenos Aires e a necessidade de aplicação de penalidades para os delitos de transmissão.

Em 1920, com o decreto 14.189 de 26/03/1920 que transformava a antiga Diretoria Geral de Saúde Pública em Departamento Nacional de Saúde Pública, que buscava centralizar os serviços sanitários, aumentando a sua importância e dividi-las em sub-diretorias, dentre elas a criando a Inspetoria de Profilaxia da Lepra e das Doenças Venéreas. A inspetoria de doenças venéreas ficou a cargo de Carlos Chagas e sob a diretoria de Eduardo Rabello. Segundo o Editorial da Brazil-Médico[11], o regulamento traria instruções impressas para os médicos do departamento. Segundo este regulamento as prostitutas deveriam ser submetidas a exames duas vezes por semana realizados pelos médicos da inspetoria, obrigadas a fazerem carteira de matrícula nos dispensários e isolamento em hospital se o médico determinasse. A revista relata que fora visada a regulamentação, mas enfatiza que se esquecem de que a prostituição não possui existência legal, não é uma profissão reconhecida e garantida pela polícia, sendo assim não conseguiria atingir todas as prostitutas.

> Esqueceram-se, porém, os auctores do regulamento de que a prostituição não tem existência legal entre nós, não constitue profissão reconhecida e garantida pela polícia. Nenhuma hetaira confessara ao médico do Departamento que vive da prostituição só pelo prazer de submeter-se aos vexames e rigores prescriptos no regulamento. Serão todas elas modistas, costureiras, amasiadas, etc. Redundará inutil, portanto, todo o esforço dos médicos do Departamento. Inutil e extremamente pernicioso será esse esforço, pois receiosa dos effeitos do regulamento a grande maioria das prostitutas fugirá dos médicos, mesmo os extranhos ao Departamento, suspeitando, na sua ignorancia, uma possivel denuncia. Teremos assim multiplicados os maleficios da verdadeira regulamentação. (BRAZIL-MÉDICO, 1920, p.500).

Segundo a Revista, criando bons dispensários com propagandas intensivas pelos meios apropriados o Departamento realizará ótimos serviços, desde que cumpram o regulamento. A instauração deste novo regulamento sanitário agitou o meio médico. Em resposta ao Editorial da Brazil-médico Eduardo Rabello, responde

11 Brazil- Médico, ano XXXIV, nº31, 1920, p.500

por meio da Academia Nacional de Medicina, sobre a prostituição, o médico responde:

> Sobre as doenças venéreas, depois de estabelecer as condições precisas para a regulamentação da prostituição, busca provar que nenhuma dellas se vê no regulamento, do qual lê artigos: nem a inscripção como profissional; nem o exame obrigatório; nem o isolamento compulsorio das prostitutas, nem finalmente a perseguição das clandestinas. Diz que *a priori* se poderia dizer que não existe regulamentação porque não foi estatuído no regulamento a menor penalidade para os que não se submetteram á campanha de educação hygienica anti-venerea, única coisa de que cogita o regulamento nesse caso de prostitutas e de todos os outros, homens, mulheres ou crianças mais perigosas ao contágio. (BRAZIL-MÉDICO, 1920, p.562).

Na Sociedade Brasileira de Medicina e Cirurgia a discussão sobre o novo regulamento sanitário e em especial a parte que compete a Inspetoria de Profilaxia da Lepra e das Doenças Venéreas, o médico Arnaldo Cavalcanti se manifesta:

> Dr. ARNALDO CAVALCANTI faz a critica das disposições do novo regulamento referente às doenças venéreas e mostra-se partidário da hospitalização obrigatoria de todos os doentes sem recursos.
> Acha que a vigilância sanitaria, nesse particular, não poderá ser feita pelos actuaes inspectores, por não haver número sufficiente.
> Diz que a prophylaxia dessas doenças só poderá ser feita nestas condições: vigilancia da prostituição, educação sexual dos rapazes, campanha contra a prostituição clandestina e exame pre nupcial.
> Lê dois pareceres assignados por Astolpho de Rezende e Evaristo de Moraes, asseverando a constitucionalidade do regulamento da prostituição. (BRAZIL-MÉDICO, 1920, p. 617)

Com as ideias eugênicas em alta neste período, a regulamentação eugênica do casamento é trazida para o debate por Renato Kehl, buscando chamar a atenção para o exame pré-nupcial obrigatório e a proibição de casamentos entre indivíduos considerados inaptos para uma boa procriação.

O texto "*A regulamentação eugênica do casamento*", publicado por Renato Kehl na Brazil- Médico[12], que fora apresentado em sua sessão como posse de membro da Sociedade Brasileira de Medicina e Cirurgia, trata sobre proibir a descendência da degeneração e abastardamento, proibindo o "casamento a indivíduos, degenerados, tarados, portadores de doenças transmissíveis por contágio e herança, de procrearem, de gerarem, proles anormais e de criminosos" (Kehl, 1920, p.689). Os indivíduos perigosos para a raça deveriam ser isolados, os males mais degenerantes se tornam mais perigosos sem uma regulamentação eugênica do casamento seriam a sífilis, o alcoolismo e a tuberculose.

12 Brazil-Médico, ano XXXIV, nº42, 1920, p.689.

Também se era exigido o exame pré-nupcial o de defloramento para saber se a mulher era virgem antes do casamento, para os homens apenas atestado de doença venérea. Para garantir o bom desenvolvimento da raça também se discutia sobre a esterilização dos indivíduos considerados degenerados.

A partir destes discursos criam-se limites entre o que é normalidade e o que é doença, no campo da sexualidade, como podemos observar:

> "Fixando limites entre *normalidade* e *doença* no campo da sexualidade, o discurso sobre a prostituição traz implícito um projeto de normatização higiênica do corpo, concebido não apenas num sentido físico, mas, também, num sentido moral e num sentido social. (ENGEL, 2004, p. 69). "

A prostituição vai surgir como uma ameaça a família, na tradição religiosa cristã, a imagem da prostituta estava associada a sujeira, a doença, "a mulher que se deixasse conduzir por excessos, guiar por suas necessidades, só podia terminar na sarjeta, espreitada pela doença e miséria profunda" (DEL PRIORE, 2011, p.89), a prostituta era guiada pelo dinheiro e por conta deste colocava a honra e as grandes fortunas em risco.

FONTE
Revista Brazil-Médico

ARTIGOS MÉDICOS

KEHL, Renato. **A regulamentação eugênica do casamento**. Brazil Médico, Rio de Janeiro, ano XXXIV, nº42, p.689-693, out. 1920.

PORTO, Alfredo. **Pro syphilis**. Brazil Médico, Rio de Janeiro, ano XXII, nº27, p.261-263, jul. 1908.

SEIDL, Carlos. **Viagem ao Prata**: notas e impressões de um médico brasileiro. Brazil- Médico, Rio de Janeiro, ano XV, nº 30, p.298-299, ago. 1901.

REFERÊNCIAS
CARRARA, Sérgio. **Tributo a vênus**: luta contra a sífilis no Brasil, da passagem do século aos anos 40. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996.
DEL PRIORE, Mary. **Histórias íntimas**: sexualidade e erotismo na história do Brasil. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011.

ENGEL, Magali. Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890). São Paulo: Brasiliense, 2004.

PEREIRA, Cristiana Schettini. **Lavar, passar e receber visitas**: debates sobre a regulamentação da prostituição e experiências de trabalho sexual em Buenos Aires

e no Rio de Janeiro, fim do século XIX. Cadernos Pagu, Campinas, v. 2, n. 25, p.25-54, jul, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0104-83332005000200002&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 23 jan. 2019.

A INVISIBILIDADE DAS ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI NO SISTEMA SOCIOETUCATIVO

Jéssica Emanueli Bedin (UEPG)[1]

RESUMO
Este texto tem como objetivo discutir a violência praticada pelas adolescentes em conflito com a lei e a sua invisibilidade no sistema socioeducativo. A pequena participação feminina no universo de adolescentes em conflito com a lei não deve ser fator para a desconsideração do fenômeno, pelo contrário, é preciso explorar as suas especificidades, já que a participação feminina na criminalidade vem crescendo, assim é preciso explorar os elementos constituidores dos atos infracionais cometidos por adolescentes do sexo feminino, bem como o seu perfil de atuação. Entretanto é de extrema importância a análise dos crimes cometidos por elas, porque a questão da violência de gênero impregnada em nossa sociedade ao passo que o poder que se exerce nas relações de gênero é resultante de representações sobre mulheres e homens, presentes no imaginário social a partir das diferenças biológicas existentes entre os sexos.

Palavras-chave: Invisibilidade. Adolescentes em conflito com a lei. Gênero.

INTRODUÇÃO

Este texto tem como objetivo discutir a violência praticada pelas adolescentes em conflito com a lei e a sua invisibilidade no sistema socioeducativo. Tal objetivo foi elaborado pela necessidade de compreender, a partir da Geografia, um grupo social pouco explorado neste campo científico que são adolescentes e jovens. Além disso, privilegiar a perspectiva de gênero, por ser ainda um campo de pequena produção científica no Brasil.

As questões referentes aos adolescentes em conflito com a lei têm dado origem a muitos estudos e pesquisas à medida que aumenta a preocupação social acerca do tema, que se mostra atual e relevante em todo o País. Na Geografia brasileira é possível evidenciar poucos estudos sobre adolescentes em conflito com a lei, como tratado por Silva (2009). Também, podemos observar essas discussões em Teixeira (2007), Chimin Jr (2009) e Rossi (2010) os quais argumentando em suas dissertações sobre os desinteresses científicos sobre essa temática.

Os adolescentes em conflito com a lei, embora não tenham visibilidade científica, é notável o crescimento do índice de delitos praticados por menores, diariamente reportados pela mídia local e nacional, aparecendo geralmente como protagonistas de atos violentos, provocando tensões sociais em torno de sua

[1] Mestre em Gestão do Território - Grupo de Estudos Territoriais.

capacidade de arcar com as consequências de seus atos. No entanto, há pouca discussão sobre os fatores que impulsionam os jovens a praticarem um ato infracional, sobretudo a ação praticada envolvendo o gênero feminino.

Buscando atender o objetivo proposto inicialmente, serão abordadas algumas discussões que nos traz a compreensão da organização da sociedade a partir do conceito de gênero, que procura abranger questões históricas e contemporâneas no que se refere às relações desiguais entre os homens e mulheres e posteriormente se propõem realizar uma abordagem a respeito do Estatuto da Criança e do Adolescente sua aplicabilidade seus defeitos, suas inovações, bem como a invisibilidade das adolescentes em conflito com a lei no sistema socioeducativo.

DESENVOLVIMENTO

No Brasil, casos de criminalidade e delinquência infanto-juvenil são constantemente noticiados na imprensa, gerando discussões sobre a questão da maioridade penal, a eficácia das medidas sócio-educativas (contidas na Lei n° 8.069/90 do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA) e sobre o delineamento de políticas preventivas (CRUZ, 2003; SILVA *et al*., 2006).

Uma das grandes preocupações atuais frente ao cenário de violência consiste na evidência de que indivíduos jovens estão cada vez mais envolvidos nesse processo, seja como vítimas ou autores (PRIULI; MORAES, 2007).

A este propósito, os atos infracionais cometidos por adolescentes tem sido objeto de pesquisa de várias áreas como a Sociologia, Antropologia Social e também pela Geografia. No campo da Geografia se destacam os trabalhos de Teixeira (2007), Chimin Jr (2009) Rossi (2010), Budny (2010), Gomes (2013) e Rocha (2013), os quais apontam que o gênero estabelece uma diferença fundamental e estão inscritas nas relações cotidianas, nos mais diferentes espaços. Desta forma, as adolescentes em conflito com a lei estão diretamente relacionadas ao gênero como um importante elemento para compreender suas ações infracionais e sua invisibilidade.

Portanto, incluir a discussão da categoria gênero se faz presente neste texto, devido ao fato de que ao cometerem um ato infracional estas adolescentes vão além da infração da lei, elas combatem à construção dos papéis estereotipados de gênero, rompendo com o instituído, isto é, com a tradição do comportamento

feminino. Nesse sentido pensar gênero é pensar homem e mulher não como diferença sexual, mas sim inscritos nas desigualdades sociais, relacionadas com a esfera produtiva, cultural, de valores e de direitos.

Todavia entende-se como necessário compreender a organização da sociedade a partir do gênero. Segundo Joan Scott (1995), gênero é uma categoria de análise sociológica e histórica que permite compreender as relações sociais que estabelecem saberes para a diferença sexual, isto é, saberes que dão significados às diferenças corporais e que implicam numa organização social a partir delas. A autora ainda coloca que o conceito de gênero está bastante interligado com as relações de poder, já que os papéis de gênero estão hierarquizados socialmente.

A este propósito, a autora formaliza teoricamente que as desigualdades sociais não são somente de classe, de raça/etnia ou de religião, elas trazem a forte marca das relações de gênero definidas segundo atributos culturais impostos ao masculino e ao feminino, contribuindo para que as mulheres continuem invisíveis nas mais diversas situações.

A organização social estabelece diferentes normas para sujeitos sociais que são reconhecidas como papéis de gênero, que atribuem diferenças de ação entre homens e mulheres. O gênero pode ser compreendido através de Silva (2009) quando faz discussões baseadas na obra de Butler (2004), que propõem a compressão de gênero como um mecanismo criado para regular a existência humana e naturalizar as noções de feminilidades e de masculinidades.

Para ela a identidade de gênero é construída socialmente por atos repetitivos, onde a sociedade estabelece os papéis específicos a serem assumidos pelo homem e pela mulher. Em que as normas de gênero são incorporadas pela sociedade, porém quando são experienciadas sofrem transformações diferentes das impostas pelo conjunto de normas padrão. Afirma que as normas de gênero não são reproduzidas em sua plenitude e sim continuamente transformadas e desconstruídas.

Por outro lado, McDowell (2000) coloca o gênero como possuindo um significado simbólico e também um conjunto de relações sociais e matérias que estão sempre interligadas. A autora coloca que através do tempo e do espaço foi possível identificar múltiplos atributos, encontrando diversas definições de feminilidades e de masculinidades.

As adolescentes, portanto, ao cometem um ato infracional, estão desempenhando identidades diferentes do esperado para os padrões femininos, em que suas experiências sociais, aproximam-se da construção social sobre condutas usualmente esperada por parte dos meninos.

Isso ocorre à medida que os papéis de cada gênero são definidos, através de múltiplos elementos culturais, ao longo da história. A sociedade instituiu, por meio de conceitos ideológicos, políticos, culturais, históricos e religiosos, que a mulher tem (ou deve ter, dela se espera) um comportamento menos agressivo, que não mata, que não busca domínio (eis que domínio e imposição são papéis atribuídos ao gênero masculino).

Portanto para compreender os fatores que podem impulsionar a prática de atos infracionais e a vulnerabilidade social a que estão expostos. Também é necessário ampliar o debate acerca dos fatores que impulsionam a prática de atos infracionais de adolescentes do gênero feminino e de sua invisibilidade nas políticas públicas, assim como inseriu-se os direitos destas no texto constitucional.

Dessa forma a ideia de adolescentes em conflito com a lei é recente e data da aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei nº8069/90, a qual instituiu uma nova referência à infância e adolescência no nosso país: a Doutrina da Proteção Integral.

> Essa Doutrina foi aprovada e difundida através da Convenção Internacional dos Direitos da Criança de 1989. Assim, o ECA é baseado numa concepção educativa, voltado para a garantia dos direitos de cidadania a essa população, em detrimento da antiga visão repressiva, punitiva e assistencialista imposta pelo Código de Menores. (ECA,1990, p.69).

A adoção dessa doutrina em substituição ao velho paradigma da situação irregular (Código de Menores – Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979), acarretou mudanças de referências e modelos com reflexos, inclusive no trato da questão infracional. Essa doutrina baseia-se na ideia de que as crianças e adolescentes são sujeitos de direitos universalmente reconhecidos, considerando sua condição peculiar de pessoas em desenvolvimento, deixando de serem considerados como a causa dos problemas.

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, Art. 2º, estabelece-se que adolescente é o indivíduo entre 12 e 18 anos incompletos. A partir daí os

adolescentes não podem mais ser compreendidos como sujeitos tutelados pela família ou Estado, mais sim sujeitos de direitos. Isto é, iniciam-se os direitos, mais também os deveres destes sujeitos.

O ato infracional cometido por estes adolescentes é definido como "(...) a conduta descrita como crime ou contravenção penal'' (ECA, art.103), praticada por criança (menor de 12 anos) ou adolescente (entre 12 e 18 anos). Além disso, os menores de 18 anos "são penalmente inimputáveis, apenas sujeitos a medidas impostas no seu estatuto próprio" (ECA, art. 104).

O Estatuto da Criança e do Adolescente afirma que o menor é uma pessoa incapaz de entender e de discernir acerca do caráter ilícito do fato, não possuindo assim, suficiente capacidade de desenvolvimento psíquico para compreender o caráter criminoso do fato ou ação. Sendo assim, um adolescente, por não ser um adulto, não deve receber penalidades criminais como se fossem adultos, mas eles devem receber medidas socioeducativas, as quais estão previstas no art. 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

A estes propósitos, as medidas socioeducativas estão voltadas a repressão dos atos infracionais por menores, visando promover reflexões, no sentido de alertar o adolescente infrator, a conduta praticada e reeducá-lo para sua reinserção na sociedade. Estas medidas estão contidas no Art. 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente e, quando verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as medidas que serão proporcionais ao grau de infração. As mesmas podem ser assim descritas:

I – Advertência;

II – Obrigação de reparar o dano;

III – prestação de serviço à comunidade;

IV – Liberdade assistida;

V – Semiliberdade;

VI – Internação;

VII - Qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI.

Entretanto, outras leis trouxeram a instituição de órgãos que são responsáveis, justamente por essa organização de recursos, entidades e afins. A mais recente, a Lei 12.594, sancionada em 18 de janeiro de 2012, mais conhecida como Lei do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), a qual

regulamenta a execução das medidas socioeducativas, destinadas a adolescentes que pratiquem ato infracional, sendo este:

> O conjunto ordenado de princípios, regras e critérios que envolvem a execução de medidas socioeducativas, incluindo-se nele, por adesão, os sistemas estaduais, distritais e municipais, bem como todos os planos, políticas e programas específicos de atendimento a adolescente em conflito com a lei. (Art. 1º, § 1º, Lei. 12.594/12)

A partir do SINASE, as instituições governamentais e não governamentais que executam as medidas socioeducativas passaram a contar com referenciais comuns e diretrizes mínimas a serem adotadas em todo o território nacional. Sendo assim, os programas de atendimento ao jovem infrator passaram por mudanças para a garantia de um padrão de educação, moradia e ressocialização de qualidade aos adolescentes em conflito com a lei. Tudo isso, com a proposta de um atendimento mais humanizado e voltado para as especificações de cada caso.

Portanto, o conjunto normativo do ECA é relativamente explícito e compreensível até aos mais leigos, não sendo possível aqui detalhar e trazer todas as questões mais especificas, ressalta-se que é um “diploma legal” que tem por objetivo colaborar na melhor formação das crianças e dos adolescentes, sem perder o foco da reeducação dos pais e dos responsáveis, no que se inclui o próprio Estado Brasileiro.

Entretanto ao trazer a realidade acerca do ECA, no que se refere as adolescentes do sexo feminino, Ramos (2007) afirma.

> Verificou-se que as trajetórias de vida das meninas são marcadas por ações de enfrentamento aos papéis tradicionais de gênero, decorrendo inicialmente em transgressões em casa (espaço privado) e após chegando ao espaço público (escola, programas protetivos, comunidade); que há uma não contemplação por parte das políticas públicas no que tange às demandas das meninas e seus grupos familiares, referindo-se aqui não ao acesso, mas sim à incapacidade de incluir as particularidades de gênero, endereçando a proteção à socioeducação; que a socioeducação garante, na maioria das vezes, o acesso, mas não garante a qualidade e efetivação do serviço prestado; que se trata de políticas públicas despreparadas para ações afirmativas, que garantam o direito e a eqüidade entre os cidadãos não de forma generalizada, mas que considere suas particularidades, suas singularidades. (RAMOS,2007, p. 14)

O principal obstáculo a ser vencido pela mulher chama-se “invisibilização”. Após anos de lutas para ocupar um lugar na sociedade, com igualdade de direitos e deveres, as mulheres continuam invisíveis nas mais diversas situações. Um exemplo

gritante dessa invisibilidade é o desinteresse estatal em relação às mulheres infratoras. Se nos dias de hoje, cometer um crime já representa motivo para marginalização e descaso estatal, quando esse crime é cometido por uma mulher, a negligência na imposição da punição é ainda maior.

Além disso, a população feminina em cumprimento de MSE (medida socioeducativa) é insignificante, se comparada quantitativamente à masculina, ou seja, no Brasil, o mundo das internações é predominantemente masculino. Conforme documento da UNESCO (2004, p. 19), "[...] os jovens enfrentam diversas vulnerabilidades, são sujeitos de direitos e atores estratégicos do desenvolvimento". E, segundo o Levantamento Nacional do Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei (SINASE, 2012), 3,68% dos adolescentes cumprindo medida privativa de liberdade são meninas. Assim as questões da vulnerabilidade assumem feições particulares por questões de gênero.

Do mesmo modo que a quantidade de presídios femininos construídos em nosso país não corresponde à quantidade de mulheres presas. De acordo com dados do Ministério da Justiça, no ano de 2012[2] o número de mulheres presas era de aproximadamente 35.039, o que representa cerca de 7% da população carcerária nacional. Entretanto, as vagas disponíveis no país comportam um total de aproximadamente 22.583 detentas, o que representa um déficit de 13 mil vagas. Portanto, o desinteresse estatal na concretização de políticas públicas e na construção de presídios femininos fica evidente.

Por outro lado, o debate acerca do Estatuto, sua aplicabilidade, seus defeitos, suas inovações, está sendo discutida sistematicamente nos dias de hoje. Dentre os diversos atores que participam desse debate, a mídia se coloca como importante ator desse processo, inúmeros são os projetos que tramitam hoje propondo alterações nesta legislação e os mais polêmicos, certamente, são aqueles que propõem a redução da idade de responsabilidade penal determinada pelo ECA, que atualmente é de dezoito anos. Neste sentido, Sales (2007, p. 225) afirma que "a grande imprensa relata a violência, mas não avança nas soluções" e, a violência envolvendo a população juvenil esgota-se como caso de polícia.

Crianças e adolescentes possuem direito à proteção integral, garantida pela

[2] Com base nos dados do Sistema Nacional de Informações Penitenciárias - INFOPEN Dez/12. Disponível em <www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/politicas-2/mulheres-1/pesquisas-eestudos>. Acesso em 26/09/2016.

Constituição Federal. Porém, muitos deles vivem à margem da sociedade, inseridos no mundo do crime. Dentro desse contexto, encontram-se meninas, autoras de atos infracionais, que embora tenham um número reduzido de meninas no cumprimento das medidas socioeducativas de certa forma invisibiliza o fenômeno da internação feminina e dificulta que ações sejam planejadas especificamente para o acompanhamento do universo feminino.

Além disso, o universo feminino das infrações é um campo ainda inexplorado pelas ciências sociais. Isto acontece em grande parte porque em geral, as meninas cometem menor número de infrações do que os meninos. Pesquisas sobre adolescentes em conflito com a lei são mais comuns ao abordarem o universo masculino. Chimim Jr (2009, p.56), em sua dissertação de mestrado, argumenta que o universo masculino é bastante superior ao feminino nos inquéritos policiais por ele estudados. Segundo o autor, “do total de 1551 adolescentes em conflito com a lei, registrados nos processos da Delegacia do Adolescente e Anti-tóxico da Policia Civil de Ponta Grossa no período de 2005 a 2007, 1320 são do sexo masculino, perfazendo 85,1% do universo de adolescentes” (CHIMIN, JR 2009, p. 56).

Rossi (2010) explorando os territórios instituídos por adolescentes em conflito com a lei, também aponta para os mesmos diferenciais de gênero detectados por Chimin Jr. (2009):

> Em Ponta Grossa, mantém-se o padrão, com 85% dos atendidos pelo sistema socioeducativo representados pelo sexo masculino e, apenas 15% do sexo feminino, tal como se evidencia a partir de levantamento sobre os atos infracionais registrados na Delegacia do Adolescente e Anti- Tóxicos referentes ao período de 2005 a 2007. (ROSSI 2010, p. 24).

Teixeira (2008), por sua vez, não exclui a participação feminina, mesmo ela estando em menor número. Conforme dados levantados pela autora, em Londrina - Paraná na unidade de ressocialização do CIAADI (Centro Integrado de Ajuda ao Adolescente Infrator) no período de 2000 a 2004, dos 910 adolescentes registrados, o universo masculino representou 90% e, apenas 10% do sexo feminino.

Portanto, pelo fato de adolescentes do sexo feminino praticar menos atos infracionais, comparado com o gênero masculino, ainda há poucos estudos que abordam está temática. Como afirma Assis e Constantino (apud Arruda 2010, p.63):

> Os motivos mais óbvios apresentados para a ausência de estudos sobre delinquência feminina, foram a sua reduzida incidência se comparada à masculina, o papel secundário da mulher na sociedade e na vida extrafamiliar, o preconceito [...] a falta de pressão da opinião pública que não se interessa pelo tema.

Portanto as questões de gênero estão presentes em todo lugar, desde o próprio seio familiar até o ambiente de trabalho. No mundo do crime não poderia ser diferente. Mesmo integrando a minoria, as mulheres estão presentes como autoras de diversos delitos cometidos em nossa sociedade. Quando tratamos de atos infracionais, crimes cometidos por crianças e adolescentes, a incidência do gênero feminino é ainda menor, entretanto não deixa de se fazer presente.

Assim, este texto pretende ampliar o debate acerca das adolescentes que praticaram atos infracionais, demonstrando a necessidade de abordá-lo, buscando assim, promover maior visibilidade para as meninas em situação de conflito com a lei, e, consequentemente, a possibilidade de se descobrir medidas que venham a melhorar o quadro atual.

CONCLUSÃO

A pequena participação feminina no universo de adolescentes em conflito com a lei não deve ser fator para a desconsideração do fenômeno, pelo contrário, é preciso explorar as suas especificidades, já que a participação feminina na criminalidade vem crescendo, assim é preciso explorar os elementos constituidores dos atos infracionais cometidos por adolescentes do sexo feminino, bem como o seu perfil de atuação.

Entretanto é de extrema importância a análise dos crimes cometidos por elas, porque a questão da violência de gênero impregnada em nossa sociedade ao passo que o poder que se exerce nas relações de gênero é resultante de representações sobre mulheres e homens, presentes no imaginário social a partir das diferenças biológicas existentes entre os sexos.

Essas representações vão agregando valores, carregado de estereótipos que ditam o que é apropriado para mulheres e para homens, influenciando profundamente, a formação da identidade de gênero o que reflete de diversas formas na vida das meninas, sendo um desses reflexos a inserção no mundo do crime.

Ao passo que o poder que se exerce nas relações de gênero é resultante de representações sobre mulheres e homens, presentes no imaginário social a partir das diferenças biológicas existentes entre os sexos. Essas representações vão agregando valores, carregado de estereótipos que ditam o que é apropriado para mulheres e para homens, influenciando profundamente, a formação da identidade de gênero.

Cumpre ainda lembrar que a complexidade da experiência e do fenômeno da violência exige a abertura de pontos de vista que integrem atuações vindas de várias disciplinas, setores, instituições e comunidades. É fundamental despertar o interesse das autoridades e da sociedade para a necessidade de priorizar ações para a infância e adolescência, visando à real modificação da sociedade. É crucial investir social e politicamente para trazer de volta à sociedade, com dignidade, os jovens infratores.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, J.S. **Adolescentes no sistema socioeducativo: provocações a partir de uma perspectiva feminista**. In: Revista PUCVIVA 39, set. /dez. 2010.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.**

_____. **Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012.**

BUDNY, Giovana. **Espaço como componente do ato infracional das meninas adolescentes em conflito com a lei em Ponta Grossa – PR. Ponta Grossa**. Trabalho de Conclusão de Curso**.** Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2009.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CHIMIN, JR. Alides Baptista. **O espaço enquanto componente a vulnerabilidade aos atos infracionais desenvolvidos por adolescentes do sexo masculino em conflito com a lei em Ponta Grossa – Paraná.** Dissertação (Mestrado em Geografia). 144 f. Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2009.

CRUZ, S. C. G. V. **Menor: infrator ou vítima?** Revista Augustus, 10:56-64

GOMES, Fernando Bertani. **“Cenas embaçadas**”: A relação entre as espacialidades vivenciadas por jovens do sexo masculino e a morte por homicídio na cidade de Ponta Grossa – PR. Dissertação (Mestrado em Geografia). 173 f. Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2013.

MCDOWELL, L. **Género, identidad y lugar**. Madrid: Cátedra, 2000.

PRIULI, R. M. A.; MORAES, M. S. **Adolescentes em conflitos com a lei**. Ciência e Saúde coletiva, 12:1185-1192, 2007.

RAMOS, Malena. **Meninas privadas de liberdade: a construção social da vulnerabilidade penal de gênero**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). 118 f. Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, 2007.

ROCHA, Heder Leandro**. Espaço 'espiado': o uso de crack instituindo espacialidades vivenciadas por adolescentes do sexo masculino em Ponta Grossa – Paraná.** Dissertação (Mestrado em Gestão do Território) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2013.

ROSSI, Rodrigo. **"Malucos da Quebrada": territórios urbanos na complexidade espacial cotidiana dos adolescentes homens em conflito com a lei em Ponta Grossa - PR**. Dissertação (Mestrado em Geografia). 233 f. Ponta Grossa: UEPG, 2010.

SALES, M. A. **(In) visibilidade perversa: adolescentes infratores como metáfora da violência**.São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Joseli Maria. Apresentação In: SILVA, Joseli Maria. **Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009, p. 13 – 21.

SILVA, E. E. D.; CANANÉA, H. V. R.; MENEZES, R. V.; SILVA FILHO, J. A. **Perfil do adolescente em conflito com a lei nas Delegacias de Sousa-PB**. Anais: IV Encontro de Extensão / IV MUCA - Mostra Universitária de Ciência Cultura e Arte, 2007.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES PENITENCIÁRIAS - INFOPEN Dez/12. Disponível em. Acesso em 26/09/2016

TEIXEIRA, Camila. **Violência Urbana e adolescentes em conflito com a lei em Londrina: um olhar sobre o caso**. Dissertação. (Mestrado em Geografia). 209 f. Universidade Estadual de Ponta de Londrina, 2007.

UNESCO. **Políticas Públicas de/para/com juventudes**. Brasília, 2004.

A NARRATIVA DA IMPRENSA INTERIORANA EM SEIS CASOS DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Amanda Rafaela Lima[1]

Resumo: O artigo analisa como o discurso jornalístico de portais de notícias localizados do interior brasileiro, predominantemente masculinos, descreve as pautas de gênero. Foram escolhidas para análise as notícias que tratam de violência de gênero. A discussão teórica tem como base o conceito de narrativa no jornalismo com (ARAÚJO, 2011) e imprensa interiorana (Peruzzo, 2005) e (Dantas, 2014).

Palavras-Chave: Gênero. Narrativa jornalística. Jornalismo no interior. Portais de Notícias

Introdução

"Crime passional". "A mulher disse que ama o companheiro e não quer vê-lo preso". "Adolescente de 12 anos fugiu para morar com o namorado". São manchetes e trechos de notícias que expõem uma segunda, terceira ou incontável violência a quem já é vítima. Esses fragmentos de textos são de sites noticiosos localizados em quatro cidades do interior brasileiro, três no Rio Grande do Sul e uma no Paraná, e têm algo em comum: foram escritos por homens. O presente artigo discute a presença de mulheres nas redações como um fator que pode ser importante para a mudança da perspectiva de gênero nas pautas, principalmente nas que tratam das inúmeras violências sofridas por mulheres, cada vez mais estampadas na mídia, já que se trata de um problema social grave e que não pode ser mais velado, como foi em outras épocas.

Objetivos

Este ensaio faz parte da dissertação de mestrado que está sendo construída, com o objetivo de contribuir, academicamente, com perspectiva de mudança desse discurso. Delimitamos nossa pesquisa a esse recorte geográfico, que será detalhado ao longo do texto, por acreditar que existem poucos estudos nessa área. A proximidade com o público, o espaço disponibilizado para abordar questões locais e regionais (...) atribuem ao jornalismo regional relevância suficiente para ser objeto de

[1] Jornalista e mestranda em Comunicação na Universidade Federal do Pampa (Unipampa). Autora do EBook"Radiojornalismo no interior: sugestões de como fazer". Estuda rádio e gênero no jornalismo.

estudo científico tão importante quanto o de massas e a imprensa das grandes capitais (COLUSSI, 2005).

Referencial teórico

É sabido que a qualidade do discurso jornalístico está intimamente ligada a qualificação de quem reporta a notícia. A falta de profissionais qualificados, especialmente em veículos de pequenas e médias cidades, é problema conhecido do mercado e da academia, além da precarização da profissão. Precarização aqui é entendida como um conjunto de fatores relativos às condições de trabalho o que torna difícil o exercício pleno da prática profissional (DANTAS, 2014, p.17).

Segundo Peruzzo (2005), a falta de ampla cobertura e de apuração de acontecimentos, tanto no nível local como no regional, se deve a uma estrutura de produção pequena, com poucos profissionais e, às vezes, até despreparados para o exercício do jornalismo. Sem necessidade legal de diploma para ser jornalista, desde 2008, esse ideal de que se trata de uma profissão onde a formação teórica é dispensável, reforça o despreparo e a desqualificação, mesmo que o jornalismo seja uma profissão de cunho intelectual.

O jornalista hoje, especialmente nas rádios do interior, é uma pessoa que pode ser definida pelo clichê “faz tudo”. Apresenta programas, faz reportagens externas, escreve textos para rádio e para o site e para melhorar ainda mais, trabalha com vendas. Esse é o perfil mais buscado pelas emissoras. Com baixos salários, o incentivo fica por conta das comissões. É raro que jornalistas com formação universitária estejam dispostos a esse modelo de trabalho, não pelo acúmulo de funções, mas sim pela questão comercial. Entendemos que jornalismo e departamento comercial são departamentos distintos, mas na maioria dos veículos interioranos, eles se confundem e andam de mãos dadas.

Um fator a mais nesse contexto contribui para a divulgação de notícias que amenizam ou se alinham à violência sofrida por mulheres, sejam adolescentes ou adultas: a imprensa do interior é predominantemente masculina. Faltam números que deem conta de mostrar essa realidade, já que as pesquisas não retratam com detalhes a situação da imprensa interiorana. Pesquisa de mestrado desenvolvida por Lima (2018) demonstra que sete emissoras do interior gaúcho, em um raio de 300km, não possuem mulheres na redação ou locução.

Não pretendemos, de nenhuma forma, cair no erro da generalização. Mas, lançamos olhar a essa relação existente nesse ambiente particular, o interior, onde a visão do homem é quem dita o discurso jornalístico. Segundo pesquisa da agência Apex Conteúdo Estratégico, de Curitiba, realizada em 2018[2], a região Sul é apontada como a que mais tem diferença de gênero jornalismo, sendo 64% dos jornalistas do sexo masculino. A mesma pesquisa mostra que 63,7% dos profissionais estão nas capitais e arredores. Isso denota que existem poucos jornalistas nos veículos interioranos, que carecem de trabalhadores e trabalhadoras com qualificação.

Acreditamos que quanto mais mulheres estão nas redações, maior é a chance de uma notícia ser divulgada com um discurso que não a coloque como culpada de situações como feminicídios, estupros e agressões. Quando isso ocorre, a mulher é mais uma vez vítima e o jornalismo se torna cúmplice ou até mesmo um agente da violência. Para Caldeira (2017), o jornalismo, ao deixar de reconhecer o aspecto de gênero nessas agressões, como faz recorrentemente; continuar julgando mulheres e acobertando agressores, é agente letal da rede que violenta mulheres.

É irreal dizer que são casos isolados. Somente em janeiro de 2019 foram 169 feminicídios, sendo 108 consumados e 61 tentados, em 138 cidades brasileiras, conforme o Monitor da Violência contra a Mulher, criado neste ano pelo jornal online Metrópoles. É esperado que a importância da profissão na sociedade seja levada a sério e com responsabilidade por quem atua no jornalismo, independentemente de onde ocorra.

A "violência contra a mulher" foi expressão cunhada pelo movimento social feminista há pouco mais de 20 anos. Grossi (1995) refere-se a situações tão diversas como a violência física, sexual e psicológica cometida por parceiros íntimos, o estupro, o abuso sexual de meninas, o assédio sexual no local de trabalho, a violência contra a homossexualidade, o tráfico de mulheres, o turismo sexual, a violência étnica e racial, a violência cometida pelo Estado, por ação ou omissão, a mutilação genital feminina, a violência e os assassinatos ligados ao dote, o estupro em massa nas guerras e conflitos armados.

Não acreditamos que se trate de uma questão editorial no jornalismo. É uma prerrogativa ética noticiar os fatos como são, diante das complexidades das relações cotidianas e a maior divulgação dos casos de violência de gênero, que sempre

[2] https://conteudo.apexconteudo.com.br/perfil-do-jornalista-brasileiro-86ddc2a211bf93213008

existiram na história da humanidade. O que se percebe é que a imprensa, de modo geral, passou a dar mais divulgação a essas notícias, já que esse é um dos principais debates da atualidade no Brasil e no mundo.

Movimentos como o #Metoo, de 2018 e #MeuPrimeiroAssédio, de 2015, ambos iniciados na internet, impulsionaram essa discussão na imprensa. Outro fator que contribui para essa agenda é o fortalecimento do movimento feminista, impulsionado pela internet. Além de um movimento político organizado, o feminismo revelou-se e disseminou-se em diferentes meios, através dos quais as mulheres passaram a buscar uma reavaliação das relações interpessoais, nas quais o feminino não viesse atrelado a uma condição de menor, de desvalorização Alves (2007). Hoje, o uso da internet é uma das principais características do feminismo e que colabora em torná-lo mais popular. Os assuntos de gênero e outras pautas do movimento estão constantemente na grande imprensa, Jornais referência no mundo, como o espanhol El País e o estadunidense The New York Times possuem uma editora de gênero para melhorar a qualidade dessas coberturas nas redações e discutir o assunto com a equipe de jornalistas. Iniciativas como o "Monitor da Violência", do G1[3]e o Donna[4], de GaúchaZH, são exemplos de publicações com viés de discussão de gênero e todas as pautas feministas.

No entanto, nos veículos do interior, não ocorre o mesmo. Por mais que existam temas que possam ser explorados localmente ou regionalmente, a pauta de gênero ainda está longe de ter atenção. Isso ocorre, entre outros fatores, pela precarização existente nesses veículos, que muitas vezes mal dão conta das notícias do dia a dia, além de ainda não ser um espaço de trabalho com igualdade de gênero, com maioria ou quase uma totalidade de homens na redação, sejam como repórteres ou no comando. No caso de chefias, a situação é a mesma até em grandes jornais, emissoras de TV ou rádios.

Todas essas complicações tornam o jornalismo do interior um cenário masculino e muitas vezes, mesmo que de forma intencional, aliado ao discurso de culpa à mulher pela violência que sofre, especialmente de pessoas de relações próximas. Por ser um trabalho de conhecimento o jornalismo, enquanto pôr teleológico secundário, ou seja, materialização de uma prévia ideação voltada a direcionar a conduta alheia (LUKÁCS, 2013), depende muito da subjetividade desse

[3]https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/
[4]https://gauchazh.clicrbs.com.br/donna/ultimas-noticias/

trabalhador, mas também dos discursos (e práticas) institucionais que têm um peso na construção da notícia em uma rotina produtiva.

Metodologia

Selecionamos matérias postadas em sites de notícias, sejam eles portais ou vinculados a rádios para análise da narrativa. Todas têm em comum o fato de serem de sites localizados no interior e serem escritas por homens. O autor Gérard Genette (2007) define que "a narrativa é a representação de um acontecimento ou de uma série de acontecimentos, reais ou fictícios, por meio da linguagem e, mais particularmente, da linguagem escrita". No caso dos portais, além do texto, podem estar acompanhadas de fotos, áudios e vídeos que corroborem no entendimento da notícia. No entanto, nos sites analisados, localizados no interior, o texto é básico e não existe, além da foto, outro recurso que o acompanhe.

A primeira delas é do site Alegretudo[5], da cidade de Alegrete, no Rio Grande do Sul. No dia 22 de dezembro de 2018, o repórter Júlio Cesar da Luz escreveu a seguinte manchete **"Homem agride mulher no bairro Macedo mas ela não admite ver ele preso".** No corpo do texto, após ele explicar o caso, escreveu **"Na DP, a mulher voltou atrás e disse aos policiais civis que em hipótese alguma quer ver o homem no Presídio".** Ao escrever dessa maneira, sem explicar o complexo ciclo da violência de gênero, o repórter coloca a vítima como culpada da situação, já que aceita a agressões do marido e não admite que ele vá preso, como seria, caso ela prosseguisse com a denúncia.

O discurso explícito na reportagem e divulgado ao público é de que os homens que espancam as esposas não são culpados, já que serão perdoados por isso. Não é incomum encontrar nos danosos comentários das redes, pessoas dizendo que a culpa é da mulher por não seguir adiante com a denúncia, como se fossem apaixonadas perdidamente e que não abrem mão do seu relacionamento, mesmo que abusivo.

No outro exemplo, do mesmo site e do mesmo repórter, novamente ele coloca a vítima como culpada. A matéria é do dia 03 de janeiro de 2019. O título é

[5] https://alegretetudo.com.br/homem-agride-mulher-no-bairro-macedo-mas-ela-nao-admite-ver-ele-preso/

“Primeira ocorrência policial de 2019 foi uma violência doméstica”[6]. No texto, o repórter Júlio escreve **“A mulher não quis representar criminalmente contra o autor das agressões e nem pediu medidas protetivas, alegando que ama o pai de sua filha”.**

Mais uma vez, o jornalismo praticado nesse portal ignora todas as circunstâncias complexas do ciclo da violência. Nem mesmo em reportagens posteriores, onde o tema poderia ser abordado diante de tantos casos, o Alegretudo não o faz. A única narrativa exposta é a de que as mulheres são as culpadas pelas agressões que sofrem de seus companheiros.

Segundo Souza e da Ros (2006), os motivos que mantêm as mulheres inseridas nos contextos do relacionamento violento são: a convivência com o medo, a dependência financeira e a submissão, até o momento em que decidem realizar a denúncia, e passam por cima do sentimento de pena do marido, do tempo de vida juntos e da anulação durante o relacionamento.

A dependência econômica, especialmente em famílias humildes, é determinante. Pelo perfil agressivo, não é comum que os maridos não deixem as mulheres estudarem e terem um emprego, o que as impede de se sustentarem sozinhas. É um jogo perverso onde o agressor sabe que a vítima depende dele. Conforme Pallota e Lourenço (1999) grande número das mulheres sabe que têm direitos, mas, pelo fato de viverem sob o jugo econômico de seus companheiros, submetem-se anos a fio a todos os tipos de violência, e somente procuram lutar por esses direitos quando a situação fica de fato intolerável.

O jornalismo precisa explorar esses temas, até mesmo como utilidade pública. São bem-vindas matérias que expliquem o ciclo da violência, os tipos de violência e onde buscar ajuda. Algumas das cidades possuem redes de combate à violência que estão de portas abertas às mulheres, mas muitas vezes elas os desconhecem. O jornalismo deve indicar, orientar, mostrar que é possível buscar ajuda. A violência doméstica não é tão-somente um caso de polícia, mesmo porque se lida com relações intrafamiliares, que são complexas, embora a polícia também deva ser vista como uma das partes que compõem a rede de combate à violência doméstica, aponta Lima (1999).

[6] https://alegretetudo.com.br/primeira-ocorrencia-policial-de-2019-foi-uma-violencia-domestica/

Outro portal analisado, o Blog do Iltom Vargas é da cidade de Santiago, no Rio Grande do Sul. O portal se dedica, principalmente, à editoria policial. Aqui não analisamos aspectos que também merecem discussão, como uso de fotos e nomes de menores, notícias copiadas de outros sites sem crédito e outras questões problemáticas no jornalismo. Nos dedicamos somente ao exemplo de uma expressão que já não dá conta de noticiar quando uma mulher é assassinada: crime passional.

No dia 22 de janeiro de 2018 Iltom escreveu: "**Mulher é morta a facadas dentro de casa em Nova Esperança do Sul"**[7]. No texto, destaca que **"A polícia trabalha com hipótese de crime passional, sendo o principal suspeito um ex-companheiro da vítima".** Em pleno ano de 2018 já era sabido que o termo correto é feminicídio, tipicação criminal prevista em lei no Brasil. A ex-presidenta Dilma Rousseff sancionou a Lei Nº 13.1042 em 2015, que determina o feminicídio um crime hediondo, o homicídio "praticado contra a mulher por razões da condição de sexo feminino". Para a estudiosa Isabelle Delpla (2014), o "crime passional" é antes uma construção social e jurídica em que a "paixão" serve à defesa do acusado para atenuar sua responsabilidade. A ideia que se mostra é de que foi o momento isolado, tomado de muita paixão cometeu o ato, que se demonstra um ato de amor, e não um crime bárbaro. A narrativa noticiosa e o fazer jornalístico direcionam perguntas ao mundo de referência, aos eventos violentos, ofertando pistas de quais são as lentes a partir das quais o jornalismo olha para a violência contra a mulher, muitas vezes não a reconhecendo como tal.

Não são somente as mulheres adultas colocadas na narrativa jornalística como as culpadas. Nem mesmo as meninas escapam da visão machista dos homens que escrevem as notícias. No dia 31 de janeiro o site Portal Cantu[8], do interior paranaense, noticiou que uma adolescente de 12 anos estava desaparecida. Aqui não é possível não analisarmos o fato da exposição de uma criança com foto na piscina e uma notícia vazia, sendo que tal publicação mais atrapalha nas buscas do que ajuda. Percebe-se que a notícia não foi apurada, mas apenas copiado um recado de rede social com o desaparecimento.

[7] https://iltomvargas.blogspot.com/2018/01/mulher-e-morta-facadas-dentro-de-casa.html

[8] https://portalcantu.com.br/news/cantagalo/adolescente-esta-desaparecida-em-cantagalo

Algumas horas depois, o mesmo portal noticia. **“Adolescente desaparecida havia fugido para morar com o namorado”.** A manchete é cruel. O jornalismo, mais uma vez, é cúmplice da narrativa de que a menina, de apenas 12 anos, foi a culpada da situação. Mais estranho ainda é o fato de que a informação da manchete não estar no texto, que se limita a **escrever “Segundo o delegado Dr. Igor, a menina foi entregue hoje cedo à família, registrado boletim e instaurado inquérito para apuração do crime de estupro de vulnerável”**. Não há informação oficial de que a menina fugiu com o namorado. Mesmo que tenha sido assim, qualquer relação com uma menor de 13 anos é estupro de vulnerável, conforme o código penal brasileiro.

A notícia, se é que assim podemos chamar, é completamente tendenciosa e julgadora com a criança, que nada mais é do que uma vítima. Em nenhum momento o texto explica que se trata de um crime, mesmo que ela tenha consentido, porque não existe consentimento quando se trata de uma criança de 12 anos. O texto também não fala do criminoso, já que ela pode ter sido estuprada.

A distorção da realidade e a seriedade do discurso jornalístico na sociedade ficam evidentes nos comentários dos leitores nesse post.*“Morro rindo daí querem abrir inquérito pra estupro de vulnerável cara as meninas de. Hj em dia só faltam arregaça a perciguida prós cachorro pq não se valorizao mais aí querem dizer que é estupro de vuneravel. A faça me o favor né de uma Piza de cinta pra ver se não se indireita*”. Em outro não são poupadas as palavras de culpa à criança. “*Pare ai não foi estrupo ela foi porque quiz ela fuziu quem tinha q ir pra cadeia era ela sabia muito bem o estava fazendo. AI ESTA TUDO ERRADO ELA FOI DAR PORQUE QUIZ AONDE ESTA A VULNERÁVEL DA UMA SOVA NESSA PROGETO DE BISCATINEA*”.

Chega a dar náuseas, mas é claramente a compra da ideia da narrativa do irresponsável texto do Portal Cantu: ela tem 12 anos, mas não é uma criança e sabe bem o que faz. A narrativa é cúmplice da violência. A mulher é vítima desde pequena. Violência essa que estupra, traumatiza eternamente e mata crianças, adolescentes, jovens e mulheres. É exatamente essa a ideia de que muitos homens têm sobre o sexo feminino, que resultam em tantos crimes bárbaros. Percebe-se que o jornalismo feito por esses portais reforçam essa ideia que tenta justificar essas barbaridades.

Mais um exemplo vai nessa linha de violência a crianças vítimas de abusos. O portal Ijuí News, da cidade de Ijuí, no Noroeste do Rio Grande do Sul, **noticiou "Idoso é investigado pela suspeita de tentativa de estupro da bisneta em Ijuí"[9].** O texto é de março de 2017, do responsável pelo portal, Abel Oliveira. A matéria não contém informações suficientes para explicar o caso, o que denota despreparo no ofício e má apuração. **"Segundo a comunicação policial feita somente nesta sexta-feira (18), um idoso teria tentado estuprar sua bisneta. O crime teria sido impedido pelos gritos da menina, que alertaram uma prima dela. Diante da flagrância, o bisavô teria oferecido dinheiro para que então o ato sexual fosse feito com as duas menores".** É assim que o texto termina. Ficam as interrogações, passíveis de julgamentos de quem lê. Houve o estupro após ele ter oferecido dinheiro? Ou o crime foi impedido? Onde está a palavra do delegado ou delegada responsável pelo caso? A narrativa jornalística de Ijuí News é preconceituosa e vazia, o que entendemos como uma violência (mais uma) às vítimas.

Outro caso mostra o despreparo da imprensa interiorana com as questões de gênero. O jornalista Emerson Scheis, da Rádio São Luiz, do interior gaúcho, escreveu no dia 20 de junho de 2018. "**Cidadãos denunciam agressões de homem travestido de mulher em São Luiz Gonzaga**"[10]. O erro começa na manchete. Não se trata de um "homem travestido de mulher", mas sim de uma transexual. Também consideramos um tipo de violência com a pessoa, já que ela não é noticiada como é: uma transexual com direitos e deveres como qualquer cidadã.

No texto, a versão é unilateral, totalmente na contramão da ética jornalística. É entrevistado o autor de uma postagem na rede social que denuncia o caso. São feitas uma série de acusações, mas o texto não mostra o outro lado. A reportagem nem cita ter tentado entrar em contato com a transexual, que novamente é chamada de "homem travestido de mulher".

Valéria Melki Busin (2015) diz que "as travestis sofrem violências por se afastarem da conduta esperada de pessoas do "sexo masculino", abandonando sua

[9] https://www.ijuinews.com.br/index.php?m=news&a=detail&id=799

[10] https://radiosaoluiz.com/cidadaos-denunciam-agressoes-de-homem-travestido-de-mulher-em-sao-luiz-gonzaga/

masculinidade valorizada e aproximando-se do feminino, desqualificado nas redes de poder de sexo e gênero".

O jornalismo desta vez é cúmplice de uma violência que discrimina e mata pessoas pela sua simples condição de gênero. Entre janeiro de 2008 e março de 2014, foram registradas 604 mortes no país, segundo pesquisa da organização não governamental (ONG) Transgender Europe (TGEU), rede europeia de organizações que apoiam os direitos da população transgênero.

Os exemplos acima demonstram como é o olhar dos narradores, ou profissionais, sobre as histórias, que são a narrativa jornalística. A cultura do meio é uma das influenciadoras nesse aspecto. Logo, é a reflexo da sociedade patriarcal que ainda impera na sociedade.

> O olhar do jornalista (autor empírico, sujeito da enunciação e responsável pela criação do narrador) estará sempre condicionado por determinados mapas de sentido, formados tanto pelo seu background cultural, como por um conjunto de outras questões socioprofissionais, que poderão limitar esse mesmo olhar – ou, em outras palavras, a sua interpretação (ARAÚJO, 2011.p.11).

De acordo com Benetti (2007, p.109), "o dizer do homem é afetado pelo sistema de significação em que o indivíduo se inscreve. Esse sistema é formado pela língua, pela cultura, pela ideologia e pelo imaginário". As notícias são produtoras de sentidos e através da reiteração de determinadas palavras se pode alcançar efeitos, calculados ou não, sobre o imaginário do receptor.

Considerações finais

Das nossas palavras a narrativa do mundo é construída. E não pode mais ser essa narrativa que descrevemos nos exemplos acima, que não são os únicos Rio Grande do Sul e Paraná a fora. Acreditamos que justamente nessas cidades, ditas distantes da civilização, é onde deve ocorrer uma discussão maior sobre os temas de machismo, violências de gênero e igualdade de direitos.

O jornalismo do interior, masculino e precário, não pode continuar sendo esse agente da violência. O jornalismo do interior necessita estar ao lado das vítimas, estar ao lado do que é certo, jornalisticamente e humanamente, afinal somos todos seres humanos com papel e caneta, computadores e celulares na mão. Acreditamos que um passo rumo a esse ideal é a presença de mais mulheres nesses veículos.

Pelas lentes das mulheres se torna possível pensar o jornalismo por meio da perspectiva de gênero.

Como demonstramos, elas são minoria ou até mesmo inexistentes da imprensa. Mesmo que lá estejam, sabemos por experiência própria que é difícil conquistar a voz para ditar essas mudanças, mas é algo que precisa ser feito.

Acreditamos nessas pessoas com bom espírito para serem agentes da transformação desse ambiente, mulheres e também homens sem a masculinidade tóxica. Desejamos que esse jornalismo, que tem a vantagem de estar tão perto das pessoas e de suas realidades cotidianas, pode ser ajudar nas mudanças que o mundo precisa, onde são vítimas são vistas como vítimas, encorajadas a saírem dessa condição. Onde agressores sejam vistos como de fato são, não amenizados pela paixão do momento. Onde exista garantia de direitos a todos e todas, independentemente de sua idade ou gênero. Que sejam noticiados como são, humanamente.

REFERÊNCIAS

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. O que é feminismo. 8. ed. São Paulo:
Brasiliense, 2007.

ARAUJO, B.B. A narrativa jornalística e a construção do real. Disponível em http://www.bocc.ubi.pt/_esp/autor.php?codautor=2085. Acesso em 17 de fevereiro de 2019, 22h02min.

BENETTI, M. Análise do Discurso em Jornalismo: estudo de vozes e sentidos. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Márcia (org). **Metodologias de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007.

BUSIN, V.M. Morra para se libertar: estigmatização e violência contra
travestis. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015

CALDEIRA,B.L. Narrativas de violência, narrativas violentas: reflexões sobre o jornalismo e o assassinato de mulheres em relações de proximidade. Disponível em http://sbpjor.org.br/congresso/index.php/sbpjor/sbpjor2017/paper/viewFile/647/363. Acesso em 22 de fevereiro de 2019.

COLUSSI, J. Jornalismo regional e construção da cidadania: O caso da Folha da Região de Araçatuba. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de São Paulo, 2005.

DANTAS, J. B. A. Perspectivas da prática profissional do jornalista assessor de imprensa: o ethos, a identidade e as reflexões deontológicas no contexto da atuação simultânea em redações e assessorias de imprensa de Natal-RN. Revista Inter-Legere, número 14, janeiro a junho de 2014.

DELPLA, I. Entrevista ao jornal O Globo, 2014. Disponível em: https://oglobo.globo.com/sociedade/conte-algo-que-nao-sei/isabelle-delpla-filosofa-conceito de-crime-passional-uma-invencao-13757638. Acesso em 22 de fevereiro de 2019.

EAGLY, A.; CARLI, L. Women and the labyrinth of leadership. Harvard Business Review, v. 85, n. 9, p. 62-71, 2007.

GENETTE, G. Paratexts, Thresholds of Interpretation. Translated by Jane E. Lewin. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

GROSSI, M. P e TEIXEIRA, A. B. Histórias para contar:
retrato da violência física e sexual contra o sexo feminino na cidade de Natal.
Natal/Florianópolis: Casa Renascer/ Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividade PPGAS/ UFSC, 2000.

LIMA, L. R. F. O papel da PM no combate à violência doméstica. Maria
Maria, ano 1, n.0., p.16-17, 1999.

LIMA, A. R. Radio no interior: como fazer. Projeto de Desenvolvimento, Pesquisa e Inovação no Mestrado Profissional e Indústria Criativa na Universidade Federal do Pampa, 2018.

LUKÁCS, G. Para uma ontologia do ser socialII. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

PALLOTA, M.; LOURENÇO, M. Violência. 1999. Disponível em: <http:/
/209.143.148.118/adv-pl>. Acesso em 22 de fevereiro de 2019.

PERUZZO, C. M. K. Mídia regional e local: aspectos conceituais e tendências.
Comunicação & Sociedade. São Bernardo do Campo: Póscom-Umesp.

SOUZA, P. A. e Da Ros, M. A. Os motivos que as mulheres vítimas de violência no relacionamento violento. Disponível em https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/viewFile/17670/16234. Acesso em 22 de fevereiro de 2019.

RESENDE, F. “Jornalismo e enunciação: perspectivas para um narrador jornalista” In Lemos, André; Berger, Christa; Barbosa, Marialva (org.) Narrativas midiáticas contemporâneas. Porto Alegre: Sulina, 2008.

"Que sabemos dos homens e das mulheres": Representações e papéis sociais de mulheres e homens na coluna do jornal *O Tibagi*

Alana Rasinski de Mello[1]

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo falar sobre as representações dos papéis de gênero na coluna "Que sabemos dos homens e das mulheres" no jornal O Tibagi da cidade de Telêmaco Borba. A coluna foi publicada no jornal entre os anos de 1948 (início do jornal) até 1950. Para realizar esta análise foram escolhidas duas colunas, uma que trata sobre o papel feminino e outra que foca no comportamento masculino. Através da discussão sobre estas colunas, podemos compreender como os papéis de gênero são criados e mantidos em nossa sociedade. Além disso, esta análise nos ajuda a entender como elementos do nosso cotidiano, como um jornal, ajuda a manter preconceitos e estereótipos em nossa sociedade.

Palavras-chave: Gênero, representação social, imprensa.

Introdução

Durante muito tempo a história, enquanto ciência, manteve seu foco nos "grandes acontecimentos" e nos "grandes homens". Mas esse tipo de abordagem é suficiente para compreender a sociedade em que vivemos? Transformar a história em uma sucessão de acontecimentos "importantes" feitos por pessoas "importantes" a afasta do nosso cotidiano e a torna desinteressante. Além disso, qual o papel desta história? Com o que ela contribui em nossa sociedade?

Desta forma, a história acaba contribuindo para manter e perpetuar discursos, naturalizar fatos e ações e pouco nos ajudar a questionar, entender e tentar transformar o presente. Assim, ela perde seu sentido enquanto ciência e passa a ser apenas uma curiosidade. Segundo Colling e Todeschi

> É um discurso, resultado de relações de poder que autorizam ou silenciam fatos históricos. Os fatos históricos, assim como seus heróis, são construções culturais muito distantes da verdade almejada por muitos historiadores. A verdade é uma interpretação. A interpretação é uma

[1] Granduada em Licenciatura em História pela UEPG e Mestranda do programa de Mestrado Profissional em Ensino de História pela UEPG.

> invenção. Quem interpreta não descobre a verdade, quem interpreta a produz. As diferentes interpretações são resultado de diferentes pontos de vista, de diferentes posições, de diferentes perspectivas. Nada pode ser visto como natural, justo, verdadeiro, belo, desde sempre. As formas que os objetos históricos adquirem só podem ser explicadas pela própria história. O professor de História é responsável pela sua seleção, pelo seu recorte, pela sua elaboração e até pelo seu silenciamento. A história não implica apenas lembrar, mas também produzir o esquecimento. (COLLING, TODESCHI, 2015, p.310).

A história é uma ciência que está profundamente ligada às questões do presente. É do presente que partem os questionamentos que guiam as pesquisas históricas e, em uma sociedade que se mostra tão violenta com as chamadas minorias, esta disciplina, enquanto uma ciência humana, deve ser um espaço para desconstruir preconceitos e questionar a nossa sociedade, nossos comportamentos, no passado e nos dias atuais.

Segundo o Panorama da violência contra a mulher no Brasil, feito pelo Senado Federal em 2016:

> Pesquisa realizada pelo Instituto DataSenado, indica que, em 2015, 18% das mulheres entrevistadas afirmaram já terem sido vítimas de algum tipo de violência doméstica, seja ela física, sexual, psicológica, moral ou patrimonial. E, de acordo com o Mapa da Violência 2015 – Homicídio de Mulheres no Brasil, a taxa de homicídios de mulheres no país entre os anos de 2006 e 2013, aumentou em 12,5%, chegando a 4,8 vítimas de homicídio em cada 100 mil mulheres. Somente em 2013 foram registrados 4.762 homicídios de mulheres no ano, ou 13 assassinatos por dia, em média. (2016).

Quando vemos dados como estes, ou acompanhamos as notícias cotidianamente percebemos o quanto o nosso país é violento com as mulheres e como ainda estas sofrem com diversas desvantagens em relação aos homens. Salários menores, a constante cobrança para que sejam boas esposas, boas mães, boas profissionais e tudo isso ao mesmo tempo. Atingir o corpo perfeito, precisamos ser inteligentes (mas não muito para não intimidar os homens). Sexo frágil. Todos esses estereótipos perpetuam uma sociedade machista e patriarcal. Entender como os papéis de gênero são construídos e perpetuados talvez possa auxiliar-nos a desconstruir ideias preconceituosas e a mudar está realidade.

Sobre Gênero

Estudar determinados assuntos atualmente parece tarefa difícil e desafiadora, mas nem por isso esses assuntos devem ser deixados de lado. Pelo contrário, são momentos como este que pedem para que cada vez mais se fale em feminismo, sexismo, gênero e acima de tudo, igualdade. Esses termos são muitas vezes deturpados e utilizados para definir coisas “ruins e perigosas”. Sobre feminismo, segundo Bell Hooks, “é o movimento para acabar com sexismo, exploração sexista e opressão” (2015, p. 17). Com esta definição simples, entendemos que feminismo nada mais é do que a busca pela igualdade.

Outro termo que vem sendo utilizado de maneira negativa é gênero. Segundo Scott:

> O termo gênero torna-se uma forma de indicar "construções culturais" - a criação inteiramente social de ideias sobre papeis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. "Gênero" é segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Com a proliferação dos estudos sobre sexo e sexualidade, "gênero" tornou-se uma palavra particularmente útil, pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papeis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens. (1995, p. 25)

Em nossa sociedade, muitas vezes parece que a definição do que é “coisa de menina ou de menino” tem raízes tão profundas que parecem impossíveis de ser alterada. Mas, segundo Louro “nada há de puramente natural e dado em tudo isso: ser homem e ser mulher constituem-se em processos que acontecem no âmbito da cultura.” (2008 p. 18). Ou seja, as coisas, comportamentos, trabalhos são julgados como feminino ou masculino por causa de uma construção social e não porque naturalmente são assim.

Durante muito tempo as mulheres pareciam silenciadas pela história. Com raras exceções, não há mulheres que fizeram parte da história de maneira mercante. Enquanto os homens governam países, dirigem empresas, lutam em guerras, para as mulheres cabe o papel de mãe e esposa, o espaço doméstico que não faz parte dos grandes acontecimentos que mudam e moldam a história.

Segundo Scott a palavra gênero foi utilizada durante algum tempo como era sinônimo de mulher. O termo gênero seria um termo mais brando do que história das

mulheres. Falar em história das mulheres, segundo a autora, “proclama sua posição política ao afirmar (contrariamente às práticas habituais) que as mulheres são sujeitos históricos válidos, o termo ‘gênero’ inclui as mulheres, sem lhes nomear, e parece, assim, não constituir forte ameaça.” (1995. p. 75).

Nos dias de hoje, a palavra gênero carrega um estigma muito mais forte do que no passado devido à grande onda conservadora que invada a política e a nossa sociedade e por consequência, reflete em nossas escolas. Segundo Miguel (2016, p. 595), no ano de 2014 começam a ganhar mais destaque projetos de lei contra a doutrinação marxista nas escolas e contra a ideologia de gênero. O Movimento Escola sem Partido, tem como sua principal pauta combater a “ideologia marxista nas escolas”. Porém, como o movimento conta com o apoio dos setores mais conservadores da política como a chamada bancada evangélica, outra pauta se uniu ao tema, o combate a “ideologia de gênero”.

Este combate a “ideologia de gênero” reforça a ideia de homens e mulheres já nascem com papéis predestinados na sociedade, como se as diferenças entre os gêneros masculino e feminino fossem explicadas por questões biológicas.

Os estudos de gênero questionam esse pré-determinismo. Segundo Scott:

> Na sua utilização mais recente, o termo “gênero” parece ter feito sua aparição inicial entre as feministas americanas, que queriam enfatizar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava uma rejeição do determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual. (1995, p. 72)

Gênero vai além das diferenças biológicas entre homens e mulheres, ele traz consigo toda as diferenças socialmente construídas e impostas a homens e mulheres.

Para estudar gênero é necessário perceber e analisar os papéis que cabem às mulheres e aos homens e analisar as diferenças de um a partir do outro. E segundo Scott, trazer esse ponto de vista para a pesquisa em história e estudar a história das mulheres, por muito tempo deixada à margem, traria nova visão para a história e até mesmo uma nova metodologia. (1995, p. 75).

Ao estudar estas questões, questionar os papéis de gênero e perceber como estes são construídos e reforçados é nossa sociedade poderemos finalmente começar a questioná-los para que possamos finalmente ter uma sociedade mais igual e justa para as mulheres. “Temos necessidade de uma rejeição do caráter fixo e permanente da oposição binária, de uma historicização e de uma desconstrução genuínas dos termos da diferença sexual.” (Scott, 1995, p. 84).

O jornal

A fonte utilizada para esta pesquisa é a coluna "Que sabe dos homens e das mulheres?" que fez parte do jornal “O Tibagi” entre os anos de 1948 e 1950. O Fundador e diretor do jornal foi Horácio Klabin e a sua primeira edição é do dia 23 de novembro de 1948.

O periódico era produzido semanalmente e foi digitalizado em um projeto de extensão no ano de 2017 com o apoio estrutural do museu campos gerais. O acervo digitalizado é composto por publicações do jornal O Tibagi, correspondente aos anos de 1948 e 1964, e pertence ao Sr. Eduardo Lagos.

Apesar do jornal ser local, a coluna não era produzida na cidade, elas eram traduzidas do inglês e eram escritas nos Estados Unidos. Em todas elas há o Copyright The George Mathews Adams Service e era distribuída por APLA.

Os jornais trazem consigo a história do cotidiano das pessoas, mas durante muito tempo, foi visto com desconfiança pela história e nem sempre foi utilizado como fonte de pesquisa e conhecimento. Assim como a questão de gênero, o jornal não se enquadra na história até tempos atrás. Estes elementos não estavam relacionados a história dos “grandes homens”, das “grandes instituições” e dos “grandes acontecimentos” e para produzir esta antiga história, o jornal era descartado pois considerava-se apenas como fontes históricas confiáveis os documentos produzidos pelo Estado e instituições ligados a ele, como o exército.

Durante o século XIX, esperava-se “neutralidade” da história enquanto ciência. Esta “neutralidade” deveria refletir nas fontes históricas utilizadas para pesquisas também, e isso afastava os jornais do ideal de fonte já que, segundo Luca essas “enciclopédias do cotidiano continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões. Em vez permitirem captar o ocorrido, dele forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas.” (2006, p. 112).

Hoje em dia sabemos que buscar a neutralidade na história não faz sentido, que não existe o passado tal qual ele aconteceu. O que existe são pontos de vista e interpretações do passado que não estão livres da interferência de interesses.

É importante citar a escola de Analles que foi muito importante para transformar o modo que a história via os jornais e incluí-los como fonte para produção do conhecimento histórico. Esta corrente teórica, além de trazer novos temas para a história também trouxe a possibilidade de usar outras fontes. Assim, da mesma forma que a escola de Analles abriu caminho na década de 1930 para os estudos de gênero, também possibilitou o uso de jornais e periódicos como fontes históricas partindo da ideia de “novos objetos, problemas e abordagens”.

Na década de 1970 ainda haviam poucos trabalhos que usavam jornais como fonte histórica para estudar a história do Brasil. Já havia muitos jornais no país e se fazia pesquisa sobre a imprensa, mas não a utilizando como fonte. Mas é a partir desta década que começam a aparecer trabalhos históricos que levam como fonte os jornais. Luca (2006) menciona trabalhos importantes e pioneiros da década. A autora cita o trabalho de Arnaldo Contier, *Imprensa e ideologia em São Paulo* (1973) que fala sobre a política do fim do Primeiro Reinado e o início da Regência estudada através de periódicos da época. Também fala sobre as dissertações de Maria Helena Capelato e Maria Ligia Prado (1974) que falam sobre o início do período republicano no Brasil. Vavy Pacheco Borges, já na segunda metade da década de 1970, estudou o governo de Getúlio Vargas e sua relação com oligarquias através de jornais de São Paulo.

O jornal pode ser uma fonte muito frutífera para história, e já nos dias atuais é bastante reconhecido para a construção do conhecimento histórico. Segundo Capelato, “a imprensa registra, comenta e participa da história” (1988, p. 13).

Porém, como qualquer fonte utilizada para uma pesquisa histórica, é preciso perceber que o jornal traz consigo pontos de vista, seu conteúdo e discurso está geralmente associado a ideologia de alguém ou de um grupo, por isso são necessários critérios para a utilizá-lo. Capelato cita:

> Para compreender a participação de um jornal na história, o pesquisador faz, de início, algumas indagações: quem são seus proprietários? a quem se dirige? com que objetivos e quais os recursos utilizados na batalha pela conquista dos corações e mentes? (1988, p. 13)

Pensar nestas questões para compreender que realmente, o jornal não é uma fonte neutra, há interesses, discursos, preconceitos reproduzidos em suas páginas. Capelato diz que “desde os seus primórdios, a imprensa se impôs como uma força política. Os governos e os poderosos sempre a utilizam e temem; por isso adulam, vigiam, controlam e punem os jornais.” (1988, p. 13). Mas estas questões não invalidam o jornal como fonte, afinal hoje sabemos que não existe nenhum tipo de fonte, história ou até mesmo historiador neutro. Tudo deve ser lido com criticidade e desta forma, o jornal pode representar um ótimo ponto de vista para visitar e questionar o passado.

A Coluna

A coluna “Que sabemos sobre homens e mulheres” foi veiculada pelo jornal O Tibagi da cidade de Telêmaco Borba entre os anos de 1948 e 1950. A coluna era escrita nos Estados Unidos e traduzida para o português. Ela é assinada por Ernest E. Blau e foi distribuída pela APLA.

É possível perceber nas colunas, analisando o seu conteúdo, que elas tratavam sobre o comportamento de homens e mulheres, como esses agiam em determinadas situações, as diferenças entre ambos, o que se esperar do comportamento de cada um dos gêneros de uma maneira predeterminada, reproduzindo e normatizando estereótipos e preconceitos. Percebe-se desta maneira, como são construídas e perpetuadas as representações sociais de homens e mulheres.

Para entender o conceito de representação social, será utilizada a concepção de Moscovici que se utiliza da psicologia e sociologia. Segundo Alexandre:

> É uma modalidade particular porque não é todo “conhecimento” que pode ser considerado representação social, mas somente aquele que faz parte da vida cotidiana das pessoas, através do senso comum, que é elaborado socialmente e que funciona no sentido de interpretar, pensar e agir sobre a realidade. É um conhecimento prático que se opõe ao pensamento científico, porém se parece com ele, assim como os mitos, no que diz respeito à elaboração destes conhecimentos a partir de um conteúdo simbólico e prático. (2004, p. 127)

Ainda, segundo Alexandre:

> A representação social torna-se um instrumento da Psicologia Social, na medida em que articula o social e o psicológico como um processo dinâmico, permitindo compreender a formação do pensamento social e antecipar as condutas humanas. Ela favorece o desvendar dos mecanismos de funcionamento da elaboração social do real, tornando-se fundamental no estudo das ideias e condutas sociais. (2004, p. 130)

Em alguns casos é possível questionar se em algumas destas colunas, homens e mulheres se viam representados, já que a coluna não era escrita em Telêmaco Borba às vezes tratava de uma sociedade diferente daquela que se desenvolvia na pequena cidade do interior do Paraná. No entanto, se a coluna era publicada pelo jornal, e ela certamente correspondia a algum objetivo da época e ajudava a montar no imaginário das pessoas como deveriam ser os comportamentos e atitudes esperados e seguidos por mulheres e homens. Para exemplificar este trabalho, foram escolhidas duas colunas.

A primeira é do dia 21 de dezembro de 1948 (Figura 1) fala sobre as mulheres e o consumo. No início da coluna já temos uma afirmação que ilustra um estereótipo construído que era usado a mais de 70 anos atrás que que permanece vivo em nossa sociedade, “enquanto não houver lojas na selva, teremos poucas mulheres exploradoras”. O que esta frase traz consigo? A ideia de que as mulheres estão mais interessadas em gastar dinheiro, ou se divertem mais fazendo compras do que explorando e conhecendo algo novo. Não é esse o pensamento que muitas pessoas têm sobre as mulheres até os dias de hoje.

Outro ponto interessante a ser citado nesta coluna é fato dela mencionar a cidade de Nova York. Aqui cabe a reflexão, será que esses dados correspondentes a cidade de Nova York ajudava os leitores do jornal O Tibagi a compreender a cidade de Telêmaco Borba no final da década de 1940? Na coluna é mencionado o fato de que existem mais mulheres do que homens trabalhando no setor de propaganda de algumas lojas na cidade de Nova York e como o fato desta presença feminina no comércio faria delas os “patrões industriais”. Não sabemos se estes mesmos dados se repetiam na pequena cidade do interior do Paraná.

Que sabe dos Homens e das Mulheres?

De ERNEST E. BLAU

(Copyright The George Mathews Adams Service, distribuido por APLA)

Alguem disse: "Enquanto não houver lojas nas selvas, teremos poucas mulheres exploradoras". As maiores gostadoras são as mulheres - e ganham longe para os homens. As mulheres gastam uma média de 8 em cada 10 dolares entrados nas lojas - e se divertem bastante com isso tambem. As lojas de Departamentos, essas colmeias femininas, informam que, mesmo nos seus departamentos masculinos, as mulheres fazem a maior parte das compras.

De acôrdo com um estudio entre mulheres, 67% das meias dos maridos e dos filhos, 61% das cuecas e pijamas, 58% de suas camisas são comprados pelas mulheres. Uma investigação nas principais lojas de Nova York, demonstrou que os seus funcionários de publicidade são escolhidos, tendo em vista o gosto feminino.

Uma loja, por exemplo, emprega 14 mulheres no seu departamento de propaganda e apenas um homem; outra, 4 mulheres e 1 homem; outra, 5 mulheres e nenhum homem; duas outras, 6 mulheres e nenhum homem. Então ainda dizem que as mulheres não têm influência no comércio e na industria? Ora, elas são os patrões industriais.

Os grandes negócios, as fábricas, as casas retalhistas, a publicidade - o emprêgo e a prosperidade - são na verdade, conduzidos naquelas pequenas bolsas pelas mulheres!

Figura 1

A coluna do dia 22 de fevereiro de 1949 (Figura 2) começa com um questionamento: “Estão ficando os homens mais afeminados?”

Aqui o assunto tratado é sobre como com o passar do tempo os homens perdem a sua virilidade. Então, esta coluna o foco é o comportamento masculino e faz uma crítica aos homens que fogem do que se espera do comportamento de um homem.

Ir ao salão de beleza, usar casaco de pele, roupas estampadas, fumar um cachimbo com um fumo mais perfumado são considerados comportamentos afeminados e fogem do que se espera dos homens. A coluna chega a citar que estas atitudes são "um sinal evidente da decadência masculina".

A coluna termina mencionando uma Sociedade Anti-Feminina em Londres, onde o objetivo dos membros é se comprometer a "não ter nada com o sexo oposto e a combater todas as cousas femininas" e cita um dos sócios que estaria lavando pratos e usando avental.

Que sabe dos Homens e das Mulheres?

E ERNEST E. BLAU
Estão os homens ficando afeminados?

(Copyright The George Matthew Adams Service, distribuido por APLA)

É fato sabido que o casamento ou velhice tornam o homem mais afeminado - mas, pelo amor de Deus, que estará acontecendo com a virilidade dos homens norte-americanos? A Assembléia Estadual de Nova Yorque aprovou, unânimemente, permitindo que os homens freqüentem salões de beleza legalmente - os cabeleireiros não são mais obrigados a cuidar apenas de cabeças femininas. Assim, dentro em breve, Bill dirá a Butch: "Que belo permanente, Butch! E assenta muito bem em você!"

Soube também que em breve haverá também casacos de pele para homens - e os preços também serão femininos - de 1.250 dolares e 15.000. Já há alguns anos, os homens passaram a usar roupas com um toque feminino - inclusive camisas estampadas e gravatas vistosas, na sua maioria desenhadas por mulheres. E o fumo para cachimbo é cada vez mais perfumado - um sinal evidente da decadência masculina.

Mesmo em Londres, os homens, em pânico, estão aderindo à Sociedade Anti-Feminina cujos membros se comprometem a não querer nada com o sexo oposto e a combater todas as coisas femininas. Imagine-se a cara dos outros sócios ao saberem recentemente que o presidente da sociedade havia casado secretamente, e confessara que usava aventais e lavava os pratos!

Figura 2

Além das vestimentas, no final da coluna também fica claro que os serviços de casa como lavar pratos também fazem parte do universo feminino e executá-lo, para um homem, é motivo de vergonha, já que este sócio faz essa tarefa aparentemente escondido dos outros, já que estes parecem não saber que isto acontece.

Quando a coluna fala sobre combater as coisas femininas, ou como há uma decadência da masculinidade quando os homens se associam a elementos que são considerados femininos percebemos como o que se relaciona com a mulher é considerado algo inferior, que deve ser evitado se um homem quiser manter a sua figura de virilidade.

Considerações Finais

É possível perceber, com essa de apenas duas das colunas como o jornal usou seu espaço para ajudar a construir e manter as representações e os papéis de gênero e a percepção do que é masculino e feminino, o que cabe a um homem fazer ou uma mulher fazer. Percebe-se também como aquilo que é considerado feminino é menor e menos importante e como quando um homem se submete a usar ou fazer "coisas de mulher", este está se rebaixando e se tornando inferior. Ainda hoje em,

em nossa sociedade vemos reflexo dessas construções. Será que quando lemos essas colunas elas estão tão distantes da nossa realidade? Será que esses discursos produzidos por um jornal, escrito a mais de 70 anos é tão diferente dos produzidos na atualidade?

Certamente, discutir esse assunto e entender como e onde esses estereótipos de gênero são produzidos e reproduzidos, nos ajuda a quebrar com preconceitos da nossa sociedade e questionar as coisas como eram e como são. Afinal, segundo Colling e Todeschi, “se a história é um reflexo das discriminações, desigualdades e preconceitos instalados na sociedade, poderá também ser um espaço de mudanças.” (2015, p.310).

REFERÊNCIAS

ALEXANRE, Marcos. Representação Social: uma genealogia do conceito. **Comum**. Rio de Janeiro, v.10, nº 23, julho/dezembro 2004. p. 122-138

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A imprensa na história do Brasil.** São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio. O Ensino da História e os Estudos de Gênero na Historiografia Brasileira. **História e Perspectivas**, Uberlândia (53): jan-jun. 2015.p.295-314.

LOURO, Guacira L. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições**, Campinas/ SP, v. 19, n. 2, p. 17-23, maio/ago. 2008.

LUCA, T. R. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKI C. B. (org) **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 111 - 153.

HOOKS, B. **O feminismo é para todo mundo: Políticas arrebatadoras**. 3 ed. Rio Janeiro: Rosa dos tempos 2018. 175 p.

MIGUEL, L. F. Da “doutrinação marxista” à "ideologia de gênero" - Escola Sem Partido e as leis da mordaça no parlamento brasileiro. **Revista Direito e Práxis**, vol. 7, núm. 15, 2016, p. 590-621.

Panorama da violência contra as mulheres no Brasil [recurso eletrônico]: indicadores nacionais e estaduais. Brasília: Senado Federal, Observatório da Mulher contra a Violência, 2016.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

SOIHET, Raquel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 27, nº 54, p. 281-300 –2007.

VIEIRA, A. F. B. **Analise do discurso fundador de Telêmaco Borba no jornal O Tibagi (1948 – 1964)** 2015, 360 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas), Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2015.

EMPODERAMENTO DE MENINAS NEGRAS, IDENTIDADE RACIAL NEGRA E A LITERATURA INFANTIL, UM ELO POSSÍVEL

Keila de Oliveira[1]
Aparecida de Jesus Ferreira[2]

RESUMO
Este artigo tem por finalidade trazer reflexões sobre a importância da Literatura Infantil e discutir acerca da representatividade da menina negra na literatura infantil e como isso pode impactar na (re)construção da identidade racial de meninas negras. É resultante de dados (parciais) da pesquisa de mestrado. A pergunta de pesquisa que responderemos é: A literatura infantil pode contribuir para a formação identitária de meninas negras de maneira positiva? Para essas reflexões faremos uso das contribuições de Araujo (2017), Ferreira (2015), Cavalleiro (1998), Dias (2015), entre outros pesquisadores. A pesquisa é bibliográfica. É possível concluir que a literatura infantil pode contribuir de maneira positiva na formação identitária de meninas negras (e meninos negros), desde que apresentem personagens negros e negras em condição favorável: não estereotipada e com reconhecimento e valorização da identidade racial negra.

Palavras-chave: Literatura Infantil; Meninas negras; Letramento Racial Crítico.

INTRODUÇÃO

Ouvir e contar histórias é uma prática comum, principalmente quando temos criança em casa – ou na escola. E com o passar dos anos, quando somos adultos as histórias que ouvimos na infância ainda nos acompanham, pois fazem parte das nossas memórias. Quem de nós nunca parou pra lembrar do livro preferido de quando era criança, dos personagens, e até mesmo da voz da professora, da mãe, da avó ou de outra pessoa que nos contava? E quem não lembra dos contos de fada, com príncipes e princesas (brancos/as) com um final feliz? No entanto, quando buscamos recordar de histórias que apresentavam personagens negros, quais destes personagens eram protagonistas e de quantos finais felizes lembramos? Receio que foram poucos, pois, como afirma Araujo (2017), foi a partir da Lei 10.639/2003 que “houve um melhoramento na elaboração de personagens negros protagonistas no que se refere a características estéticas e sua atuação na trama” (ARAUJO, 2017, p. 286), o que contribui para diminuição de estereótipos. Porém, quando se trata do protagonismo negro na literatura infantil “os limites prevalecem,

[1] Graduada em Licenciatura em Pedagogia (UEPG), mestranda pelo Programa de Pós Graduação em Estudos da Linguagem (UEPG), bolsista da Capes.

[2] PhD e Pós-Doutorado pela University of London – Inglaterra. É professora Associada e Pesquisadora da UEPG – Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ministra aulas no curso de Letras – Graduação e Mestrado.

sobretudo no tocante à representatividade", "[...] a realidade nas bibliotecas escolares brasileiras é bem diferente: tais personagens são escassas" (ARAUJO, 2017, p. 286-287).

Outro motivo, o qual percebemos a necessidade de discussões sobre a presença de personagens femininas negras na Literatura Infantil é a partir dos estudos de Jovino (2006), ao afirmar que

> Na maioria dos textos infantis publicados até a década de 30, a personagem feminina negra é invariavelmente representada como a empregada doméstica, retratada com um lenço na cabeça, um avental cobrindo o corpo gordo: a eterna cozinheira e babá. (JOVINO, 2006, p. 188).

Nesse sentido, buscamos refletir sobre a formação identitária de meninas negras ao se verem representadas de maneira positiva em livros infantis. De modo que a nossa pergunta de pesquisa é: A literatura infantil pode contribuir para a formação identitária de meninas negras de maneira positiva?

Para escrita deste artigo dividimos em três partes. Na primeira, abordamos sobre livros de literatura infantil e letramento racial crítico. Na segunda parte, refletimos acerca de Meninas negras em livros didáticos de literatura infantil: imagens que empoderam. Finalmente, nas considerações finais respondemos a pergunta de pesquisa e apontamos sugestões de pesquisas futuras.

Livros de Literatura Infantil e Letramento Racial Crítico

Devido a "escassez", mencionada por Araujo (2017), de livros que apresentam protagonistas negros e negras de maneira positivada é que não temos muitas lembranças de histórias com personagens negros. Por esta razão, discutimos nesse texto a importância de apresentar ás crianças livros com personagens negros e negras de forma positivada, em especial personagens femininas, contribuindo para práticas de discussões e reflexões pautadas no Letramento Racial Crítico, para que crianças brancas e negras possam compreender sobre raça, conforme afirma Ferreira (2015)

> [...] para termos uma sociedade mais justa e igualitária, temos que mobilizar todas as identidades, ou seja, a identidade racial branca e a identidade racial negra para refletir sobre raça, racismo e possíveis formas de letramento racial crítico no contexto escolar em todas as disciplinas do currículo escolar. (FERREIRA, A. J. 2015, p. 36).

Nesse sentido, promover práticas voltadas ao Letramento Racial Crítico pode ser entendido como a busca pelo ensino oportunizando discussões acerca de identidade(s) raciais, e, portanto, a literatura infantil pode ser uma contribuição favorável e facilitadora nesse processo.

Durante o período da infância, os livros de Literatura Infantil são em maioria, o primeiro contato que a criança tem com a escrita na forma de texto, e mais que isso, é uma das possibilidades da criança vivenciar experiências significativas para o seu desenvolvimento. De acordo com Luz (2018, p. 24) a literatura infantil "estimula" a criança a "a vivenciar uma aventura" e a partir disso, ela faz relações entre fantasia e realidade. Destacamos ainda que,

> [...] a escolha pelo gênero literatura infantil decorre frente ao expressivo papel no processo de aquisição de leitura e escrita das crianças, pois o ato de ler e ouvir histórias possibilita à criança expandir seu campo de conhecimento, tanto na língua escrita, quanto na oralidade (SILVA; FERREIRA; FARIA, 2011, p. 288).

Assim, ao discutir sobre a formação da criança, principalmente no que se refere ao processo de (re)construção de sua identidade racial, podemos perceber que os livros de literatura infantil também fazem parte desse processo. Nessa linha de raciocínio, apresentamos a seguir algumas reflexões sobre a importância da Literatura Infantil como possibilidade do Letramento Racial Crítico, essas reflexões são pautadas na análise das personagens protagonistas de três livros de literatura infantil: Lara, Luanda e Betina. Os critérios utilizados para escolher esses livros foram: livros escritos por mulheres, negras e pesquisadoras da temática das questões étnico-raciais; publicados a partir da lei 10.639/2003, na qual que institui a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira na Educação Básica (da rede pública e particular) e a inclusão do dia 20 de novembro no calendário escolar como o Dia Nacional da Consciência Negra; e que tivessem como protagonistas meninas negras representadas de maneira positiva, ou seja, que fossem livros em que essas meninas negras tivessem uma posição de protagonismo sem estereótipos. Deste modo, esses três livros atenderam a esses critérios, conforme mencionaremos a seguir no breve resumo de cada livro e posteriormente na reflexão feita, a partir de duas imagens selecionadas de cada livro.

Lara é uma menina negra, protagonista do livro *As bonecas negras de Lara*, escrito pela professora Dra. Aparecida de Jesus Ferreira (2017), o livro conta a

história de Lara e seus amigos, crianças que narram suas experiências com bonecas negras. O livro aborda também questões de família, de gênero, de cultura e trata da importância do brincar, da diversidade, entre outros assuntos que podem ser vistos durante a leitura, ao final o livro ainda apresenta algumas sugestões de atividades para criança e um cd aúdio, que narra a história; Luanda é a personagem principal do livro *Cada um com seu jeito, cada jeito é de um*! Escrito pela professora Dra. Lucimar Rosa Dias (2014), esse livro apresenta Luanda como uma menina negra, alegre e vaidosa, que adora fazer penteados em seu cabelo crespo. Essa história traz uma perspectiva de aceitação e de valorização da identidade negra, pois tanto Luanda como os demais de sua família são personagens negros. E por último, *Betina*, em que o livro traz seu nome como título, escrito pela professora Dra. Nilma Lino Gomes (2009), esse livro conta a história de uma menina negra e sua avó (que também é negra), trata da aprendizagem da herança cultural dos penteados africanos e de como Betina se tornou uma mulher cabeleireira e bem requisitada na arte de trançar cabelos. O livro emociona, ao mesmo tempo que nos leva a refletir sobre a importância de discutir sobre raça. Observamos que os três livros contam histórias que são comuns no cotidiano das crianças: o brincar, a escola, a convivência com a família.

Dito isto, optamos por discutir a partir daqui a respeito da Literatura Infantil enquanto possibilidade de discussão sobre identidade racial da menina negra, mostrando um recorte da observação criteriosa feita com os três de literatura infantil, os quais mencionamos anteriormente, os três livros têm como protagonista uma menina negra e foram escritos por professoras pesquisadoras da temática das questões raciais.

Meninas negras em livros didáticos de literatura infantil: imagens que empoderam

A primeira personagem que analisamos é Lara, do livro *As bonecas negras de Lara*. Em seguida, a personagem Luanda, do livro *Cada um com seu jeito, cada jeito é de um*! E por fim, Betina, do livro *Betina*. Para as reflexões sobre cada personagem mencionada, selecionamos duas figuras.

Figura 1 - Capa

Figura 2- Coleção de bonecas

Fonte: Ferreira, A. J (2017)

Fonte: Ferreira, A. J (2017)

A personagem de Lara ilustrada na capa do livro é representada por uma menina negra, de cabelo crespo, segurando bonecas Abayomi. A imagem dessas bonecas certamente desperta a curiosidade, pois não se trata de bonecas comercializadas ao público infantil, são bonecas feitas com retalhos de tecido, na maioria, confeccionadas por militantes e disponibilizadas para venda em feiras culturais ou de artesanato. A partir dessa figura é possível uma discussão sobre ancestralidade, discutindo sobre a origem dessas bonecas e de como a figura da mulher negra teve participação nesse processo. No livro, quem ensina Lara a fazer bonecas abayomi é sua bisavó.

A figura 2, mostra a coleção de bonecas da Lara. Embora todas sejam negras, apresentam características distintas: cabelo crespo, cacheado, curto, longo, preso e solto. Há também bonecas magras, outras que parecem bebês, meninas, menino, enfim, uma variedade de bonecas negras, incluindo a diferença na tonalidade da cor da pele das bonecas. Assim, a partir dessa imagem é possível perceber que existem várias tonalidades de pele negra, e diversos tipos de cabelo, contribuindo para que a criança perceba as diferenças de maneira positiva. Como as bonecas fazem parte do universo infantil, é comum a criança fazer comparação entre ela e sua boneca.

Nesse sentido, concordamos com Rosa (2014), que argumenta que tanto as crianças negras quanto as crianças brancas têm suas identidades construídas, pautadas na forma como são inseridas no mundo, socializadas, tendo os elementos cabelo e corpo como uma das referências na percepção de como são. É fato que a forma como as crianças são tratadas, ou como lhes são apresentadas as diferenças, por vezes, pode desenvolver atitudes de negação da sua identidade, sendo assim,

"o corpo e os cabelos crespos são expressões e suportes da identidade negra" (ROSA, 2014, p. 56-57). As figuras seguintes são do livro Cada um com seu jeito, cada jeito é de um!

Figura 3- Capa

Figura 4- Cabelo como marco de identidade

Fonte: Dias (2014)

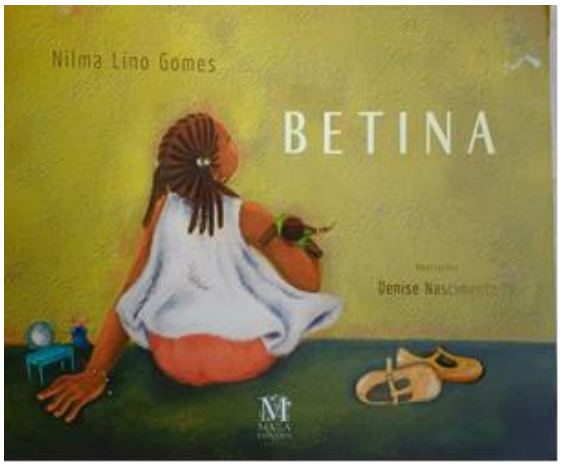
Na capa do livro (figura 3), é possível perceber a referência a uma heroína. As cores vermelha da capa e azul da roupa e da tiara são cores que mulheres heroínas costumam usar no seu figurino, como, por exemplo, a Mulher Maravilha, personagem criada em 1940 por William Mouton, heroína de uma ilha povoada por amazonas. Outra personagem conhecida é a Supergirl, que também aparece com roupas nas cores azul e vermelha, criada na década de 1950 - uma suposta prima do Supermen.

Embora não temos informações suficientes para afirmar se essa ilustração foi intencionalmente feita com propósito de mostrar a personagem da menina negra como heroína, ou é apenas coincidência, a figura pode ser vista como uma possibilidade para discussão e para a construção de forma positiva da identidade racial das meninas negras.

A figura 4 apresenta a beleza do cabelo crespo, e nos permite refletir sobre a valorização racial da beleza negra. O que a menina mais gosta é "o cabelo crespo que tem"; isso demonstra que ela se reconhece pertencente à identidade racial negra. Essa afirmação contribui para que as crianças se vejam socialmente, pois na imagem e no texto o cabelo crespo é apresentado de maneira positiva. Nesse sentido, fazemos uso das contribuições de Rosa (2014), ao afirmar que é o conhecimento e o reconhecimento da identidade negra que possibilitará a criança

negra colocar-se em igualdade diante do outro, valorizando suas características físicas, sua cultura e sua história. Na sequência, apresentamos duas figuras do livro Betina.

Figura 5 – Capa



Fonte: Gomes (2009)

Figura 6 – Avó e as tranças

Fonte: Gomes (2009)

A imagem da capa (figura 5) mostra uma menina negra, com tranças no cabelo e outros brinquedos (uma penteadeira e uma outra boneca); os sapatos soltos no chão demonstram que Betina tinha seus momentos de brincar, e o fato de segurar uma boneca negra permitia que ela percebesse a semelhança entre ela e a sua boneca, o que certamente é importante para que a criança reconheça positivamente sua identidade social.

A figura 6 mostra novamente Betina e sua boneca negra, parecida com ela. A avó, trançando o cabelo de Betina, usa “pente de madeira com dentes grossos”, pois facilita o penteado, visto que o cabelo de Betina é crespo. (GOMES, 2009, p. 6)

Concordamos com Luz (2018, p.60) que ao analisar também o livro Betina menciona que, “Betina constrói a sua identidade racial quando toma consciência das diferenças oriundas dos processos históricos, culturais” [...], e esse processo é muito importante que as crianças também vivenciem na escola por meio de discussões reflexivas, e possam fazer relação com a realidade e o contexto em que cada uma está inserida, percebendo que cada uma tem especificidades referentes a cultura e raça (entre outras especificidades), assim, entendemos que a literatura infantil pode ser considerada uma possibilidade para que isso aconteça.

De acordo com Souza, Dias e Santiago (2017), a atitude de pentear os cabelos de uma criança que tem cabelos crespos com instrumentos adequados, permite a construção de "[...] práticas de respeito humano, ao mesmo tempo processos de empoderamento, pois a criança passará a sentir-se valorizada em sua singularidade" (SOUZA; DIAS; SANTIAGO, 2017, p. 49)

Essa breve análise dos livros, em especial das imagens selecionadas, nos permitem refletir sobre o que algumas pesquisas tem mostrado a respeito da literatura infantil, em especial os "contos de fadas", que, por apresentarem como referencial a beleza europeia, nas qual os personagens protagonistas são brancos, podem causar "impactos profundos no processo de formação de identidade das crianças negras", conforme afirma Peres, Marinheiro e Moura (2012, p. 11-13). Nesse caso, as crianças negras não se veem representadas, gerando em alguns momentos, conflito de identidade, no qual a criança negra tem o desejo de ser ou se tornar branca. Nas palavras dos pesquisadores, como são apresentados, ou a "ausência quase que absoluta" de personagens negros, "causa subjetivamente, um modelo de referencial branco, e a negação do corpo negro". (PERES; MARINHEIRO; MOURA, 2012, p. 11-13)

No caso dos livros que apresentamos nesse texto, o fato da figura das meninas negras serem a personagem principal, e os demais personagens em maioria serem negros, já pode ser considerado uma possibilidade de discussão, visto que não é comum encontrar livros com essas características, conforme mencionamos no início do texto, a partir das contribuições de Araujo (2017). As crianças desde pequenas conseguem perceber a diversidade racial e são curiosas em relação a isso, conforme mostra Dias e Bento (2012), que apresentam o relato de uma professora de educação infantil, a qual descreve sua experiência em uma entrevista. De acordo com essa professora, ela estava dando banho em um aluno negro, de 2 anos, enquanto isso outro aluno branco, de 4 anos, a observava. Ela o questiona para saber porque ele olhava tanto no menino negro, e o menino branco a questiona sobre o porquê do menino ser negro. Nesse diálogo, o aluno branco inclusive questiona se "arrancasse o courinho dele nasceria branco?" (DIAS; BENTO, 2012, p. 4). O relato dessa professora nos permite refletir sobre a importância de discutir sobre raça com as crianças, inclusive com as pequenas, pois percebemos o quanto elas são curiosas e necessitam de esclarecimentos.

Por esta razão, destacamos a importância da literatura infantil que apresenta personagens negros de maneira positivada, para que as crianças percebam semelhanças entre esses personagens as crianças negras da turma, ou outras crianças e adultos negros que elas conhecem. Essa percepção precisa ser estimulada mesmo nas crianças que ainda não são alfabetizadas, pois mesmo na educação infantil é possível que encontremos atitudes racistas, conforme menciona Cavalleiro (1998), o racismo pode ser visto já no período da infância, inclusive entre crianças pequenas com idade entre 4 e 6 anos, pertencentes a educação infantil. Segundo Cavalleiro (1998), durante a coleta de dados, em diversos momentos durante a sua investigação, as crianças apresentaram comportamentos e atitudes discriminatórias entre seus colegas negros da turma, que inclusive foram “ocorridas na presença de professores, sem que estes interferissem [...]” (CAVALLEIRO, 1998, p.11). Ela continua: “Os educadores não perceberam o conflito que se delineava. Talvez por não saberem lidar com tal problema preferiram o silêncio” (CAVALLEIRO, 1998, p.11).

Esse “silenciamento” mencionado por Cavalleiro (1998) também é mencionado na análise de narrativas apresentadas na obra de Ferreira, A. J. (2017b), na qual é possível observar diversos relatos de racismo (explícito e implícito) que foram vistos ou vivenciados por professores; das 30 narrativas autobiográficas que constam nesse livro, 11 apontam o racismo ainda no período da infância; 15 relatam episódios de racismo dentro do espaço escolar e algumas mencionam sobre o silenciamento por parte dos professores quando o racismo acontece, ou pela não discussão sobre questões raciais no espaço escolar.

Considerações finais

Ao realizar essa reflexão a partir da breve análise desses três livros *As bonecas negras de Lara, Cada um com seu jeito, cada jeito é de um*” e *Betina*, podemos responder a pergunta de pesquisa a qual nos propomos no início do texto: A literatura infantil pode contribuir para a formação identitária de meninas negras de maneira positiva? De acordo com a análise, mesmo que breve desses três livros, acreditamos que sim. Essa afirmação se deve ao fato da escolha dos livros, como mencionamos anteriormente, foram selecionados na busca de apresentar uma análise positiva do uso da literatura infantil enquanto contribuição na formação da

identidade de meninas negras. Sendo assim, a literatura infantil pode contribuir de maneira positiva na formação identitária de meninas negras (e meninos negros também), desde que apresentem personagens negros e negras em condição favorável: não estereotipada e com reconhecimento e valorização da identidade racial negra. Destacamos que, embora os três livros tenham essa representação positiva, cabe estimular a criança a perceber de forma reflexiva os traços das personagens: o cabelo, a cor da pele, a forma como elas são, entre outras possibilidades. Nesse sentido, entendemos a partir das contribuições de Luz (2018) que

> A literatura infantil é a literatura que estimula a criança a dialogar cm o narrador e personagens; a vivenciar uma aventura com as linguagens (verbal, não verbal, ambas) e seus efeitos de profundo deleite e pela subversão do que já está imposto socialmente. (LUZ, 2018, p. 24).

Essa "aventura," conforme afirma Luz (2018), permite que a criança crie e (re)crie sua identidade social, se (re)conheça participante do todo e reconheça o Outro. Diante disso, concordamos com Dias (2015) ao afirmar que

> O mesclar do imaginário com a realidade, construídos nas e pelas culturas infantis, nas quais as crianças estão mergulhadas e nos mergulham, precisam estar permeados de elementos das heranças culturais afro-brasileiras para que elas possam compor o universo de suas invenções de modo menos monolítico e mais plural, mais rico, menos eurocêntrico e mais multicultural. (DIAS, 2015, p. 591-592).

Assim, entendemos que é necessário personagens negros e negras nos materiais didáticos e nos livros de literatura, conforme afirma Oniesko "o aluno negro precisa se ver representado no seu material pedagógico, e essa representatividade precisa ser positiva" (ONIESKO, 2018, p. 21). Ressaltamos ainda que o trabalho da professora ou do professor é fundamental para as reflexões com as crianças, esse processo inicia logo na Educação Infantil, "por meio de atos de cuidado e afeto e do modo de tratá-las com igualdade" e permeia todas as demais etapas da infância. (ROSA, 2014, p. 88). Tratando dessa interação que ocorre na escola, entre o professor/a e os alunos, com os colegas e com a comunidade escolar, há nessa interação uma oportunidade de contribuição na construção de identidades de crianças brancas e negras, considerando as contribuições de Gomes (2005, p. 43) a qual entende que a identidade negra é "uma construção social, histórica, plural e cultural". Nesse sentido, se o espaço escolar permite diálogos sobre questões

raciais, a prática de leitura de livros de literatura infantil é fundamental para facilitar esse processo de modo envolvente, pois como afirma Santos (2015)

> As crianças pequenininhas dizem muito sobre as relações raciais, fornecendo, através dos seus discursos, subsídios para a construção de pedagogias descolonizadoras as quais podem ser fundamentadas no movimento intempestivo da própria infância. Os choros, as mordidas, as risadas, as palavras infantis nos fornecem elementos para pensarmos as ações docentes, proporcionando o questionamento constante dos nossos posicionamentos políticos frente ao processo de segregação racista. (SANTIAGO, 2015, p. 97)

Diante disso, no momento que o/a professor/a está utilizando um livro de literatura infantil que mostra personagens negros como protagonistas, em especial meninas negras, tem a possibilidade de perceber o olhar das crianças, suas linguagens infantis, como reagem ás imagens, podendo assim analisar e reconstruir sua prática pedagógica, estimulando as discussões, refletindo com as crianças sobre as figuras dos personagens representadas no livro, suas características, que podem ser semelhantes ás crianças ou ás pessoas com as quais elas convivem, e o mais importante, ouvindo o que as crianças tem a dizer, pois o diálogo é uma das principais estratégias para o combate ao racismo.

Referências

ARAUJO, D, C,; SILVA, J. G.; FERRANDO, R. G. P. O protagonismo negro na leitura infantil(?): resultados de pesquisas. Revista Ensino Interdisciplinar. Mossoró, v. 3, nº. 08, 2017.

ARAUJO, D. C de. Quem escolhe o que ler na escola? Refletindo sobre a diversidade étnico-racial na literatura infantil e juvenil. **e-hum Revista Científica das áreas de História, Letras, Educação e Serviço Social do Centro Universitário de Belo Horizonte**, vol. 10, n.º 1, Janeiro/Julho de 2017 <www.http://revistas.unibh.br/index.php/dchla/index>file:///C:/Users/usuario/Downloads/2267-7568-1-PB%20(2).pdf. Acesso em: 09-09-2018

CAVALLEIRO. E. dos S. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar**: Racismo, preconceito e discriminação na educação Infantil. Dissertação. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 1998.

DIAS, L. R. **Cada um com seu jeito, cada jeito é de um**! Editora Alvorada, 2014.

_____; BENTO, M. A. da S. Educação Infantil e relações raciais: conquistas e desafios. In: LOPES, Daniel Henrique (Org.). **Desigualdades e Preconceitos**:

reflexões sobre relações Étnico-Raciais e de Gênero na Contemporaneidade. Editora UFMS, 2012, p. 71-91.

DIAS, Lucimar Rosa. Considerações para uma educação que promova a igualdade étnico-racial das crianças nas creches e pré-escolas. Revista Eletrônica de Educação, v. 9, n. 2, p. 567-595, 2015.

FERREIRA, A. de J. **Letramento racial crítico através de narrativas autobiográficas**: com atividades reflexivas. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2015.

FERREIRA, A. de J. **As bonecas negras de Lara**. [Ilustrador: Élio Chaves]. Ponta Grossa: ABC Projetos, 2017b.

GOMES, N. L. **Betina**. [Ilustrado por Denise Nascimento]. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2009.

_____. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL. **Educação Anti-racista**: caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639/03. Brasília, MEC, Secretaria de educação continuada e alfabetização e diversidade, 2005, p 39 - 62.

JOVINO, Ione da Silva. Crianças negras na história: Fontes e discursos sobre a breve infância permitida pelo escravismo oitocentista brasileiro. **Revista Eletrônica de Educação**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 189-226, 2015. Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/issue/view/19/showToc> Acesso em: 04 abr. 2018

LUZ, Mônica Abud Perez de Cerqueira. Representações dos personagens negros e negras na literatura infantil brasileira. Universidade Nove de Julho- UNINOVE, São Paulo, 2018. 128 f. Tese.

ONIESKO, P. C. de F. **A identidade negra nas imagens do livro didático de história através do olhar dos/as alunos/as.** Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2018.

PERES, F. C.; MARINHEIRO, E. de L.; MOURA, S. M. A literatura infantil na formação da identidade da criança. **Revista Eletrônica Pró-Docência.** UEL. Edição Nº. 1, Vol. 1, jan-jun. 2012. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/prodocenciafope.

ROSA, D. C. **A construção da identidade racial de crianças negras na educação infantil.** Dissertação. Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2014.

SANTIAGO, Flávio. Culturas infantis e educação das relações étnico-raciais: desarticulando as amarras do colonialismo. **Infâncias e movimentos sociais**. – Campinas, SP: Edições Leitura Crítica, 2015.

Tematização das mulheres no Debate Presidencial da Bandeirantes em 2018

Rafaelly do Nascimento[1]

RESUMO
O presente estudo busca retratar um quadro geral da tematização de assuntos relacionados as mulheres pelos candidatos à Presidência da República. Para isso utiliza como objeto de análise as falas emitidas por esses oradores no Debate Eleitoral transmitido pela Bandeirantes em 2018. Dessa forma, usa da metodologia da Análise de Conteúdo para identificar o Tema, Orador, Formato do que é dito dos debates. Ao constatar que a fala refere-se ao tema mulheres o texto é transcrito, possibilitando dessa forma uma análise mais aprofundada sobre como esse grupo minoritário é representado na mídia política em questão.

Palavras-chave: Mulheres. Debates Presidenciais. Análise de Conteúdo. Igualdade Salarial. Aborto.

INTRODUÇÃO

O Debate Presidencial transmitido pela rede Bandeirante em 9 de agosto de 2018 contou com a participação de oito candidatos: Alvaro Dias (Pode), Cabo Daciolo (Patriota), Geraldo Ackmin (PSDB), Marina Silva (Rede), Jair Bolsonaro (PSL), Guilherme Boulos (PSOL), Henrique Meirelles (MDB) e Ciro Gomes (PDT). Ficando ausente somente os candidatos Eymael (DC), João Amoêdo (Novo), João Goulart Filho (PPL), Vera Lucia (PSTU) e Lula (PT), que ainda era o candidato do partido.

Embora tenha havido segundo turno na disputa daquele ano, não houve debate de nenhuma emissora em razão da negativa de Bolsonaro, que faltou aos debates por recomendação médica (DEARO, 2018). O problema médico apresentado pelo candidato do PSL se devia a recuperação ao ataque a faca, sofrido por ele em setembro de 2018 em Juiz de Fora durante a campanha presidencial (G1, 2018). Por essa razão o estudo focou-se apenas em um dos debates, o primeiro apresentado na televisão naquele ano e também o que mais apresentou o tema mulheres. Pois, seria inviável um debate presidencial apenas com Fernando Haddad (PT), que ficou em segundo lugar na disputa.

[1] Graduada em Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa e Mestranda em Ciências Sociais Aplicadas pela UEPG. Contato: rafaellycel7@gmail.com

A opção por trabalhar com os debates se deve a duas características fundamentais do formato que faz dos discursos proferidos neles úteis a pesquisa. São elas o fato de permitir que o público/eleitor consiga analisar simultaneamente propostas de ao menos dois candidatos que participassem de um confronto e também em razão do mesmo ser transmitido ao vivo, escapando de eventuais edições que poderiam alterar o sentido do que é dito (VASCONCELLOS, 2011).

Já as mulheres aparecem como foco da análise das temáticas em virtude da baixa representação das mesmas na política. Assim, busca-se compreender a partir dos debates presidenciais um pouco mais sobre o tratamento que o tema recebe dos candidatos ao cargo mais elevado do país. Pois, conforme compreende Perrot (1998), historicamente o ambiente referente ao trabalho, política e opinião, sempre foi tratado como masculino.

A medida que a mulher limita-se ao ambiente doméstico conforme analisam Perrot (1998) e Friedan (1971), essa termina por sofrer com os estigmas que a afastam do espaço público. Algo que se mantém mesmo após estas alcançarem o direito de votarem e serem eleitas. O que fica muito claro ao se analisar a realidade brasileira onde mesmo as mulheres representando 52% do eleitorado (TSE, 2018), esse valor não reflete na sua participação na política.

Um exemplo disso é a posição que o país ocupa no ranking mundial que avalia a presença feminina no Parlamento, figurando em 115º em uma lista com outros 137 países (CAETANO, 2017). Resultado esse que é ainda pior se considerado que desde 2009 a Lei das Eleições estabelece a “cota de gênero” que garante ao menos 30% de cada sexo em disputas para cargos de Deputado Federal, Estadual e Distrital.

Em razão dessa baixa representatividade e tendo em vista a pertinência dos debates é que o presente estudo foca-se em identificar como os assuntos relacionados as mulheres foram trazidos pelos presidenciáveis. Construindo a partir da Análise de Conteúdo das falas dos candidatos no Debate Presidencial transmitido pela Bandeirantes em 2018.

METODOLOGIA

A pesquisa faz uso da metodologia da Análise de Conteúdo que, conforme Bardin (1977), auxiliam na interpretação de mensagens de um determinado objeto que no presente estudo é representado pelas falas dos candidatos à presidência do

Brasil durante o Debate Eleitoral de 2018, transmitido no primeiro turno daquelas eleições. Assim, busca traduzir aquilo que os presidenciáveis disseram tendo como foco os temas relativos às mulheres.

Foram coletados todos os debates a partir das categorias Tema, Orador, Formato e aqueles que faziam referências as mulheres tiveram seus textos transcritos integralmente. Os demais assuntos recebiam um resumo que retratasse aquilo que os candidatos diziam em torno da temática.

A categoria Tema nos debates transmitidos pela Bandeirantes em 2018 apareciam de forma livre, definido pelos candidatos nos primeiro, terceiro e quinto blocos. No entanto, no primeiro bloco a pergunta inicial foi feita pelo mediador Ricardo Boechat por escolha dos leitores do Metro Jornal. Além disso, os temas também apareciam de forma definida nos segundo e quarto blocos, a partir da pergunta de quatro jornalistas que trabalham no Grupo Bandeirantes.

Os Oradores são aqueles que participam do debate, dentre eles estão os candidatos, o mediador e os jornalistas que fazem as questões. Embora o foco do estudo sejam os discursos dos candidatos, todas as falas foram analisadas, buscando compreender quando as mulheres são representadas. Já os Formatos aparecem a medida que se dá a troca entre os oradores, sendo eles: Apresentação, Pergunta, Resposta, Réplica, Tréplica, Considerações Finais, Encerramento e Interrupção.

Sobre os formatos, vale ressaltar que a Pergunta, Resposta, Réplica e Tréplica compõem os confrontos dos debates, sendo assim o momento em que os temas ganham maior ênfase. Assim, cabe maior atenção ao entender quem traz o assunto aquele confronto e se o adversário mantém o tema.

Para se medir o que se diz no debate cada fala dos candidatos será dividida em segmentos à medida que ocorre a troca de oradores e de formatos. Em cada um desses segmentos pode haver mais de um tema, conforme aquilo que é dito por quem participa do programa. Assim, foi se compreendendo de que maneira se deu o debate, a partir das temáticas trazidas e principalmente com a forma que as mulheres apareceram nestas falas.

RESULTADOS

No Debate Presidencial transmitido pela Rede Bandeirante em 2018 encontrou-se 208 segmentos. Destes, 63 não tiveram temas, tratando-se da mediação do jornalista Ricardo Boechat. Dos 145 restantes, 16 foram trazidos pelos quatro jornalistas do Grupo Bandeirantes (Lana Canepa, Fabio Pannunzio, Rafael Colombo e Sérgio Amaral), onde cada um deles teve direito a fazer quatro perguntas. Sendo assim, somente 129, dos 208 segmentos correspondem aos oito presidenciáveis que participaram do debate.

Do total de segmentos com temas, 17 traziam a mulher em suas falas em diferentes temáticas. Porém, dois deles tem como oradora a jornalista Lana Canepa, que determina o tema de dois confrontos, sendo assim a responsável direta e indireta por oito de todas as menções as mulheres nos debates. Isso demonstra que em 47% dessa frequência, de referenciação as mulheres, partiu da influência da produção do Grupo Bandeirantes.

Os demais jornalistas, todos eles homens, não trouxeram as mulheres em suas questões. E dentre os candidatos os que mencionaram foram Marina Silva (4), Alvaro Dias (4), Boulos (2), Bolsonaro (2), Alckmin (2) e Daciolo (1). Somente Ciro e Meirelles não o fizeram em nenhum momento durante o Debate Presidencial da Band.

Agora que foi compreendido um panorama das frequências, é preciso que se entenda o que foi dito com relação a essas mulheres. Por essa razão o estudo trará em ordem cronológica as falas, buscando assim compreender o posicionamento destes candidatos.

Tematização das Mulheres nos Debates:

A primeira vez que alguma menção às mulheres é feita no debate presidencial da Band em 2018 acontece ainda no Primeiro Bloco durante a Resposta de Marina Silva a pergunta de abertura sobre Empregos. O questionamento partiu do interesse dos leitores do Metro Jornal que pertence ao Grupo Bandeirantes. Essa pergunta inicial foi feita pelo medidor no início do programa e respondida por todos os oito candidatos.

Em sua resposta Marina aponta a credibilidade como essencial para que se alcance o investimento que gerará empregos ao país, assim se coloca como alguém

confiável e experiente para lidar com a situação. Pois, ela teve “que passar pela fresta do desemprego como mulher”. Assim, Marina usa do lugar de fala para evidenciar a experiência que teve enquanto minoria social para alcançar um emprego, sendo então alguém capaz de superar tal desafio.

Ainda no primeiro turno chega a vez de Geraldo Alckmin trazer o tema para o debate em sua resposta a Ciro Gomes sobre a Reforma da Previdência apoiada por seu partido. Ali ele se diz favorável a mesma, porém, pontua que a reforma carece de correções quanto ao “caso das mulheres grávidas”. Embora não explique, é possível identificar que sua fala se refere a questão da mudança na Reforma Trabalhista de 2017 que permite que grávidas trabalhem em condições insalubres, podendo prejudicar sua saúde.

As próximas quatro falas que representam as mulheres ocorrem em um confronto entre Alvaro Dias e Bolsonaro no primeiro bloco do debate. Alvaro Dias questiona sobre a igualdade salarial entre homens e mulheres, e o aumento de estupros sofridos por mulheres. Por sua vez, Bolsonaro diz que a questão do salário é um “rótulo” atribuído a ele e defende que “o Estado não deve interferir nessa área”. Já sobre o estupro, fala do Projeto de Lei 5398/2013 criado por ele, onde propunha a castração química voluntária para que condenados pelo crime pudessem requerer progressão de pena.

Conforme Bolsonaro, o projeto não vingou em virtude da contrariedade da bancada feminina de esquerda da Câmara dos Deputados. Deixando assim de ter resultados positivos: “Eu acredito que se aprovasse isso nós inibiríamos e muito essa violência contra a mulher”. Na réplica, Alvaro Dias ignora a questão dos estupros e a proposta do adversário para solucionar o problema. Retoma somente a questão da igualdade salarial, trazendo como exemplo a morte de uma policial feminina em São Paulo (PAULUZE; HIAR; ESTARQUE, 2018). Assim conclui seu argumento dizendo que “seria um absurdo se ela recebesse um salário inferior do que seus colegas policiais homens”.

Ainda na réplica Alvaro Dias evoca a valorização da mulher a partir de “protagonismo e participação econômica estratégica e participação política”. E traz alguns exemplos de mulheres que receberam relevância no seu partido, para ressaltar que cumprem esse papel de valorização da mulher.

Também destoando das respostas do adversário, Bolsonaro conclui o confronto em sua tréplica repetindo que o Estado não deve interferir na questão da igualdade salarial e afirmando que existem situações em que mulheres se saem melhores que homens: “Brevemente nós [homens] é que vamos estar querendo um salário igual ao delas, com toda a certeza”.

O sétimo segmento que traz as mulheres como assunto aparece ainda no primeiro bloco na Resposta de Marina Silva a Geraldo Alckmin sobre o Sistema Único de Saúde. A candidata defende a existência do SUS, porém, acredita que o mesmo está sucateado pela implementação inadequada. Ainda pontua que quem mais sofre com essa situação é a “população pobre, sobretudo as mulheres que são as mais prejudicadas pela falta do atendimento digno de saúde”.

Embora não deixe claro o porquê da afirmação, se deduz que uma das razões seja o fato das mulheres utilizarem mais que os homens do sistema de saúde, como apontam os dados da Pesquisa Nacional de Saúde divulgada pelo IBGE em 2015. A pesquisa aponta que 78% das mulheres tiveram ao menos uma consulta médica no período de um ano, enquanto apenas 63,9% dos homens que são minoria no país (PENNAFORT, 2015).

No segundo bloco a primeira menção às mulheres é feita pela jornalista Lana Canepa em pergunta a Alvaro Dias sobre Violência Contra a Mulher, com comentário de Cabo Daciolo. Ela traz dados sobre o aumento da violência doméstica e feminicídio e questiona quanto a soluções para o problema. Em sua resposta Alvaro Dias perde o foco dado pela jornalista, iniciando sua fala pontuando que a violência atinge “mulheres e jovens”. A partir de então traz dados sobre a insegurança vivida por jovens para então apresentar soluções para o problema de segurança, em geral.

Em razão de Alvaro Dias ter fugido do foco da pergunta o mediador intervém e explica a Daciolo, antes do seu Comentário/Réplica, que o mesmo deve responder especificamente sobre a questão da violência contra a mulher. Assim o candidato argumenta que o problema se deve “a falta de amor ao próximo”, cita o exemplo de um feminicídio ocorrido em Guarapuava, Paraná, em julho de 2018, quando uma mulher morreu após a queda do quarto andar do prédio em que vivia com o marido (JUSTI, 2018).

Cabo Daciolo concluí seu comentário dizendo que “a pressão para pegarmos essas pessoas, que estão cometendo esses crimes com as mulheres, não vem com medidas enérgicas”. Assim defende esse posicionamento enérgico por parte das autoridades. E no encerramento do confronto Alvaro Dias retoma ao seu raciocínio, novamente ignorando o foco que seriam as mulheres: "A violência contra a mulher, a violência contra os jovens, a violência contra os brasileiros, de modo geral, é consequência de um sistema de governança corrupto e incompetente”. Ao generalizar a questão, Alvaro Dias traz como culpados da insegurança dos brasileiros a corrupção e incompetências de Governos anteriores.

O segundo confronto iniciado pela jornalista Lana Canepa tem por tema o Aborto e foi destinada a Boulos, com Comentário/Réplica de Marina Silva. Na pergunta a oradora traz dados sobre a morte de mulheres em decorrência da prática do aborto e da retomada da discussão sobre a temática no STF. Só então questionou Boulos sobre o posicionamento com relação ao aborto e qual o tratamento que o assunto receberia na rede pública de saúde.

Na resposta Boulos diz que ninguém é a favor do aborto, o que ele defende é que as mulheres tenham direito de decidir ao invés de serem presas ou morram por abortar em condições precárias. Algo que só prejudica as mais pobres, enquanto às ricas tem acesso a clínicas que realizam o processo adequadamente. “No nosso Governo aborto não vai ser tema do Código Penal (BRASIL, 1940), vai ser tema do SUS, um tema de saúde pública, respeitando o direito das mulheres”, reforça Boulos.

O Código Penal brasileiro diz que o aborto induzido pela mãe ou permitido por ela resulta em uma detenção de três anos para mãe, enquanto um terceiro responsável pela prática tem a pena de quatro anos de prisão (BRASIL, 1940). No caso do aborto ocorrer sem o consentimento da mulher, o culpado pegaria entre três a dez anos de reclusão.

Além do Aborto, Boulos também lista outras políticas públicas em prol das mulheres que ele pretende implementar, como a creche em tempo integral, atendimento especial no SUS para as mulheres, medidas que assegurem igualdade salarial entre homens e mulheres. Com relação à última, em sua fala o candidato reforça que é dever do Governo garantir essa igualdade salarial, diferente do que foi dito por Bolsonaro em confronto anterior. “Nós temos que combater o machismo

estrutural nesse país, assegurar o direito ao aborto é um caminho, a igualdade salarial é outro", e concluí sua resposta dizendo que fará tudo isso com o apoio da sua vice Sônia Guajajara, que representa as mulheres, indígenas e nordestinas.

Por sua vez, Marina Silva em seu comentário relembra que o tema aborto é difícil e complexo, pois, envolve questões emocionais, filosóficas, morais e religiosas. Assim como Boulos, diz que ninguém quer que as mulheres tenham que abortar "porque isso não pode ser advogado como um método contraceptivo. E o que nós queremos, é que se tenha planejamento familiar, educação para que nenhuma mulher tenha que lançar mão de uma forma extrema que não é desejada".

Finalizando seu comentário, Marina diz que defende o que está previsto na legislação (BRASIL, 1940), agora contrariando ao que disse Boulos que afirma que a questão não é relativa ao Código Penal, mas de saúde pública. Porém, ainda que defenda o que prevê o Código Penal, diz que se for necessária uma ampliação da legislação, será feito um plebiscito ouvindo a população brasileira.

A possível ampliação sugerida por Marina Silva diz respeito às três situações de interrupção da gravidez prevista na legislação. A primeira se refere as situações em que a gravidez ofereça risco a mãe; segundo em casos de estupro e o último em caso do feto ser anencefálico. E em todas as situações se carece do consentimento da mãe (BRASIL, 1940).

Na tréplica Boulos defende que o aborto é um tema das mulheres e apenas elas têm o direito de decidir, não cabendo um plebiscito. Além disso, ressalta que "é muito cômodo negar o direito ao aborto para mulheres e continuar permitindo que homens não assumam seus filhos". Aqui ele cita como exemplo a situação observada na seleção brasileira que disputou a Copa do Mundo, em que seis dos 11 titulares são filhos criados somente pelas mães, retratando essa realidade das famílias brasileiras (PIRES, 2018).

Já no quarto bloco o décimo sexto segmento, que faz referência às mulheres, trata-se da Resposta de Geraldo Alckmin ao jornalista Fabio Pannunzio com relação aos critérios que adotaria na Contratação para cargos públicos e sobre medidas de enxugamento do Estado. Em sua fala o tucano deixa claro que irá buscar os melhores quadros nos partidos políticos, para compor os cargos públicos. E assim como Boulos, faz referência a vice: "Dei o exemplo aqui da minha candidata a vice

presidente da república, a Senadora Ana Amélia que é um dos melhores quadros do parlamento brasileiro, além de representar as mulheres".

A última menção às mulheres ocorre nas Considerações Finais de Marina Silva no quinto bloco do debate. Ali ela fala sobre a necessidade das Exceções se tornarem regra no país que sempre admirou as pessoas que se sobressaem apesar de todas as adversidades. E então se coloca como exemplo: “Eu mesma fui uma exceção, passei por uma pequena fresta como muitas mulheres corajosas, trabalhadoras que vivem cuidando de suas famílias sem apoio, sem creche, sem um transporte justo e uma moradia digna”. Dessa forma ela aparece mais uma vez como representante do grupo feminino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como base o panorama de todas as falas referente as mulheres e reconhecendo do que se tratavam cada um dos 17 segmentos que tinham esse caráter, foi possível identificar que três temas se sobressaíram diante dos demais. O primeiro refere-se a questão da Igualdade Salarial que apareceu em cinco segmentos. Ele é introduzido no debate por Alvaro Dias, que reconhece a fragilidade do adversário com relação ao tema, obrigando assim que ele se posicione quanto a ele. Tanto é assim que inicia sua fala dizendo que a defesa de que mulheres ganhem menos é um rótulo foi atribuído a ele por adversários, dentre eles o Partido dos Trabalhadores. Em sua réplica apenas diz que seria absurdo que não fossem iguais os salários trazendo um caso pontual como exemplo.

No mesmo confronto, tanto na resposta quanto da tréplica, Bolsonaro deixa claro que o Estado não deve intervir no assunto. E no último segmento relativo à questão da igualdade salarial, Boulos em outro confronto discorda de Bolsonaro em sua resposta a jornalista Lana Canepa sobre Aborto. Ali ele diz que é obrigação do Estado acabar com o machismo estrutural e uma das formas de alcançar isso é a partir da igualdade salarial.

A partir dessas cinco falas a respeito da igualdade salarial se identifica três posicionamentos quanto ao tema. Primeiro se tem Alvaro Dias que trata a condição da desigualdade como absurda, mas não traz soluções para corrigir o problema. Na sequência há um argumento que se exime de qualquer responsabilidade, que é o

caso de Bolsonaro, assim é natural que o mesmo não traga justificativas quanto a medidas a serem tomadas.

Por fim, Boulos que diz que Bolsonaro está errado, que é obrigação do Estado, mas também não traz mais informações sobre as medidas que tomaria para solucionar a questão. Porém, vale lembrar que no caso do último, a questão referia-se ao Aborto e o subtema da Igualdade Salarial entra como uma política em prol da mulher para acabar com o machismo estrutural.

O segundo tema que mais apareceu no Debate Presidencial da Bandeirantes em 2018 foi a questão da Representação da mulher, presente em quatro segmentos, todos de confrontos distintos. Dois deles são de Marina Silva, que se coloca como uma mulher que passou pela experiência do desemprego, por isso tem o comprometimento de solucionar a questão ao representar as mulheres trabalhadoras que apesar dos obstáculos e se tornaram uma exceção ao vencerem na vida.

As outras falas são de Boulos e Alckmin, o primeiro, que ao falar sobre o Aborto, diz que irá realizar políticas em prol da mulher com a ajuda de sua vice-presidente, Sônia Guajajara que representa as mulheres. Da mesma forma, Alckmin também traz esse argumento quando fala de como irá compor sua equipe política, dizendo que já deu o exemplo ao escolhendo a senadora Ana Amélia que também representa as mulheres.

Dessa forma compreende-se que Marina usa do seu lugar de fala para se colocar como representante da minoria, a única dentre os candidatos a participarem do debate. Isso é um diferencial que fez com que ela trouxesse o argumento em dois momentos, exatamente na sua primeira e última fala no programa. Já Boulos e Alckmin, que não compõe o grupo minoritário, usaram de suas vices para dizer que atendiam essa demanda. Principalmente Boulos que posteriormente fala que é fundamental ouvir as mulheres quando se trata de temas relativos a elas, como o Aborto.

O último assunto que recebeu maior ênfase no Debate é o Aborto, que também aparece em quatro segmentos, porém, todos no mesmo confronto. Sendo iniciado pela jornalista Lana Canepa, que busca o posicionamento de Boulos e Marina Silva em torno do assunto. Boulos contou com duas falas e nelas defendeu a descriminalização do aborto, dizendo que as mulheres precisam ter o direito de escolha, para que deixem de ser presas ou vítimas fatais de processos inadequados.

Já Marina Silva diz que se mantém fiel à legislação, porém, está aberta a mudanças na mesma desde que as alterações surjam a partir de um plebiscito público que envolveria homens e mulheres. O que Boulos é contrário, por acreditar que apenas as mulheres deveriam ter voz com relação ao assunto.

Tendo em vista estes três temas principais que tiveram envolvidos os assuntos que falavam das mulheres no Debate, primeiramente percebe-se que Boulos esteve presente em todos eles, apesar de o mesmo ter tido apenas dois segmentos para tanto. Identifica-se assim que o candidato soube tratar de diferentes assuntos no tempo que teve de fala. Também percebe-se que Marina apareceu em dois destes temas e com exceção da questão do Aborto, que o tema foi trazido pela jornalista Lana Canepa, todas as outras partiu dela a iniciativa de falar das mulheres, se colocando como representante da minoria.

Já Alvaro Dias usou da oportunidade para tentar enfraquecer o adversário sobre a questão. Bolsonaro somente respondeu sobre as mulheres por iniciativa do seu adversário de confronto, não buscando em outros momentos trazer o tema ao debate. Por fim, Alckmin teve a iniciativa de falar das mulheres, mas utilizou de sua vice para tanto, sendo essa representante deste grupo minoritário.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70 Ltda. 1977.

BRASIL. Assembleia Legislativa. Constituição (2013). **Projeto de Lei nº PL 5398/2013**, de 17 de abril de 2013. Brasília, DF, Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=572800>. Acesso em: Março 2019.

BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.

CAETANO, Guilherme. **Participação feminina no Parlamento brasileiro está abaixo da média mundial de 1990**. Revista Época. Disponível em: <https://epoca.globo.com/politica/expresso/noticia/2017/03/participacao-feminina-no-parlamento-brasileiro-esta-abaixo-da-media-mundial-de-1990.html>. 2017. Acesso em: abril 2018.

DEARO, Guilherme. **Band e RedeTV! cancelam debates entre Bolsonaro e Haddad**. Exame. 2018. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/band-cancela-debate-entre-bolsonaro-e-haddad-dessa-sexta-feira/>. Acesso em: Março de 2019.

FRIEDAN, Betty. **A Mística Feminina** [1963]. São Paulo: Vozes, 1971.

G1. **Jair Bolsonaro leva facada durante ato de campanha em Juiz de Fora**. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2018/09/06/ato-de-campanha-de-bolsonaro-em-juiz-de-fora-e-interrompido-apos-tumulto.ghtml>. Acesso em: Março de 2019.

JUSTI, Adriana. **Marido levou corpo da mulher para apartamento após queda do 4º andar em Guarapuava diz delegado**. G1: Campos Gerais e Sul RPC Guarapuava. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/campos-gerais-sul/noticia/2018/07/23/marido-suspeito-de-matar-a-mulher-carregou-o-corpo-para-apartamento-apos-queda-do-4-andar-de-predio-diz-delegado.ghtml>. Acesso em: Março de 2019.

PAULUZE, Thaiza; HIAR, Ricardo; ESTARQUE, Marina. **Polícia de SP acha corpo de PM desaparecida em Paraisópolis**. Folha de S. Paulo. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/08/pm-encontra-corpo-em-sp-que-pode-ser-de-soldado-sumida-em-paraisopolis.shtml>. Acesso em: Março 2019.

PENNAFORT, Roberta. **Mulheres vão mais ao médico que homens, mostra IBGE**. Estadão. 2015. Disponível em: <https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,mulheres-vao-mais-ao-medico-que-homens--mostra-ibge,1698459>. Acesso em: Março 2019.

PERROT, Michelle. **Mulheres Públicas**, trad. Roberto Leal Ferreira, São Paulo, UNESP, 1998.

PIRES, Breiller. **A seleção dos filhos sem pai**. El País Brasil. 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/21/deportes/1529536206_588160.html>. Acesso em: Março de 2019.

TSE, Tribunal Superior Eleitoral. **Mulheres representam 52% do eleitorado brasileiro**. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Marco/mulheres-representam-52-do-eleitorado-brasileiro>. 2018. Acesso em: maio de 2018.

VASCONCELLOS, Fábio. **Quem se importa com os debates eleitorais na TV?**. IV Encontro da Compolítica. 2011.

MULHERES EM EVIDÊNCIA: A confecção biográfica de Elis Regina e Maria Bonita a partir dos estudos de gênero[1]

ADAM, Felipe (UEPG)[2]

RESUMO
O objetivo deste trabalho é analisar como os estudos de gênero impactam na produção da biografias de duas mulheres: *Furacão Elis* (2012), escrita pela jornalista Regina Echeverría e *Maria Bonita: Sexo, violência e mulheres no cangaço* (2018), fruto do trabalho da jornalista Adriana Negreiros. Com base em uma revisão bibliográfica, o artigo traça um histórico do segmento biográfico, bem como do pioneirismo de suas publicações no Brasil. Além disso, pontua sobre a caracterização das personagens na ficção brasileira, bem como no objeto a ser avaliado. Por fim, infere-se que as mulheres carregam estereótipos não apenas na ficção, mas também quando suas trajetórias são recontadas em obras biográficas.

Palavras-chave: Práticas jornalísticas. Gênero. Biografias. Elis Regina. Maria Bonita.

INTRODUÇÃO

Em 2018, o mercado editorial no segmento biográfico recebeu duas obras assinadas por jornalistas mulheres: em agosto, *Maria Bonita: Sexo, violência e mulheres no cangaço*, da paulista Adriana Negreiros e em novembro, *Jorge Amado: Uma biografia*, da baiana Josélia Aguiar. Em ambos os livros, a trajetória é narrada levando em conta o local de fala: no primeiro caso, em especial, a história do cangaço é recontada por uma mulher a partir da protagonista Maria Bonita - ao invés da figura de Virgulino Ferreira da Silva, o mítico Lampião.

No campo de produção de livros-reportagem, as jornalistas possuem identificação. Dois exemplos recentes de reconhecimento são a gaúcha Eliane Brum[3] – autora de *A vida que ninguém vê* (2006) e *O olho da rua* (2008) - e a mineira Daniela Arbex[4], que escreveu *Holocausto brasileiro* (2013), *Cova 312* (2015)

---

[1] Artigo apresentado originalmente como trabalho final da disciplina de Seminário Metodológico de Jornalismo e Gênero no Programa de Pós-Graduação em Jornalismo (UEPG).

[2] Graduado em Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali), campus de Itajaí e Mestrando em Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Bolsista com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). E-mail: felipeadam91@gmail.com.

[3] Em janeiro deste ano, a jornalista e colunista do El País Brasil recebeu a menção de +Premiada Jornalista da História do Brasil. Disponível em: https://www.portaldosjornalistas.com.br/eliane-brum-segue-como-a-premiada-jornalista-da-historia/?fbclid=IwAR3nByThPAA-MMAo4TqFI4z8OXvqjnIL-SWFy5jFa1KbQr9FFvh5SrKwveY. Acessado em: 27/01/2019.

[4] A jornalista também coleciona premiações. Holocausto brasileiro, por exemplo, foi eleito Melhor Livro-Reportagem do Ano pela Associação Paulista de Críticos de Arte (2013) e segundo melhor Livro-Reportagem no prêmio Jabuti (2014). Disponível em: http://www.danielaarbex.com.br/sobre-mim/. Acessado em: 29/01/2019.

e *Todo dia a mesma noite* (2018). Em âmbito internacional, a valorização por esse tipo de trabalho tem chego tarde, como conta Alexandre Maciel (2018):

> Em termos internacionais, o campo da não ficção em livro comemorou o prêmio Nobel de Literatura de 2015, concedido, pela primeira vez, a uma autora de livros-reportagem, a escritora e jornalista bielorussa Svetlana Alexiévitch, que concebeu, entre outras obras, *Vozes de Tchernóbil: a história oral de um desastre* e *A guerra não tem rosto de mulher*, lançados em 2016 no Brasil. Um sinal de reconhecimento do gênero no campo literário e no mercado editorial. (MACIEL, 2018, p. 133).

Porém, no campo da Biografia, o prestígio ainda caminha a passos muito lentos. Para ilustrar a representatividade de profissionais biógrafas em premiações de destaque no país, em 13 anos do segmento Biografia no Prêmio Jabuti de Literatura, nunca uma jornalista ficou entre os três primeiros lugares. Aliás, apenas uma mulher conquistou a estatueta de ouro: a historiadora Lilian Moritz Schwarcz, em 2009, com o livro *O sol do Brasil*, que reconta a trajetória do pintor Nicolas-Antoine Taunay. Além disso, em 2006, no ano em que o gênero recebeu destaque isolado pela primeira vez na premiação, a obra laureada foi *Carmen: Uma biografia*, escrita pelo jornalista Ruy Castro. Porém, por ironia do destino, seria a última vez que uma biografada receberia a estatueta de ouro.

Neste trabalho, o objetivo é analisar como duas protagonistas foram representadas por duas mulheres em períodos diferentes. Ou seja, desde a primeira publicação de uma biografia por uma jornalista mulher – *Furacão Elis*, em 1985, da então estreante Regina Echeverría - até agosto do ano passado, com o lançamento de *Maria Bonita: Sexo, violência e mulheres no cangaço*, da debutante Adriana Negreiros. De acordo com material levantado, organizou-se o artigo da seguinte maneira: o estudo do biografismo jornalístico no Brasil; os bastidores das mulheres na imprensa e por fim, análise das personagens biografadas, levando-se em conta as pesquisas relacionadas ao estudo de gênero, como Badinter (1981), Carneiro (2002), Davis (2016), Donath (2017) e Lener (1990).

CONTEXTO HISTÓRICO DO BIOGRAFISMO NO BRASIL

O gênero Biografia vive num tensionamento de fronteiras, limites estes que se esbarram ora na História, ora na Literatura e mais recentemente, no campo do Jornalismo. Aliás, desde os anos 1930, a biografia no Brasil se tornou um segmento de leitura apreciado. “Foi a época da voga brasileira de Stefan Zweig, de Emil

Ludwig e de Van Loon, os três embarcando na conjuntura favorável a uma linha de divulgação de bom nível" (GALVÃO, 2005, p. 363), período marcado por um surto editorial; porém, de biografias traduzidas.

Entre os precursores brasileiros, destacam-se as figuras de historiadores como Pedro Calmon e Luís Vianna Filho. Contudo, foi com Elói Pontes[5] e, especialmente, Raimundo Magalhães Jr[6], que a biografia seria também abraçada pelos jornalistas. Ensaísta, teatrólogo, tradutor e ainda jornalista, Magalhães Jr modernizou o gênero e contribuiu para a evolução do biografismo. Segundo Mariza Andrade (2013, p. 17), "suas biografias apresentam um sentimento de 'pertença ao nacional', ou seja, o autor parece apostar na ideia de que é preciso dar a conhecer a vida e a obra daqueles que trabalharam, no século XIX, pela construção da nação brasileira".

Em 1981, Raimundo Magalhães Jr falece aos 74 anos. Com sua morte, estudiosos previam um vácuo de produção no segmento que ele mesmo ajudou a construir. Por ironia do destino, seria na década de 1980 que os jornalistas começariam a ter gosto pelo segmento, dando luz a uma nova fase do biografismo. "Dois traços definem os inícios do novo biografismo: em primeiro lugar, versaria as vidas ou de brasileiros ou de pessoas de interesse crucial para a história do Brasil, pouco divulgadas; em segundo, defenderia causas progressistas" (GALVÃO, 2005, p. 356). O carioca Alberto Dines foi quem deu início, em 1981, a essa trajetória bem sucedida dos profissionais pela vereda biográfica. O seu *Morte no paraíso: A tragédia de Stefan Zweig* se propõe a recontar a vida do também biógrafo austríaco, que se suicidou em Petrópolis nos anos 1940. O mercado livreiro presenciaria quatro anos depois, mais dois lançamentos: em 1985, o mineiro Fernando Morais publicava *Olga* e a paulista Regina Echeverría, o seu *Furacão Elis*.

O *boom* de vendagem aconteceria na década de 1990, com sucessivos lançamentos[7]: os cariocas Carlos Didier e João Máximo publicavam *Noel Rosa: Uma*

---

[5] Escreveu: *A vida inquieta de Raul Pompéia* (1935), *A vida dramática de Euclides da Cunha* (1938), *A vida contraditória de Machado de Assis* (1939), *A vida exuberante de Olavo Bilac* (1944). (VIEIRA, 2015).

[6] *Três panfletários do Segundo Império* (1956), *Dom Pedro II e a condessa de Barral* (1956), *Deodoro – a espada contra o Império* (1957), *Rui, o homem e o mito* (1965) estão entre suas principais obras. (VIEIRA, 2015, p.79).

[7] *Chatô* (205 mil exemplares), *Mauá* (106 mil) e *Estrela solitária* (76 mil) lideraram a vendagem dos livros de não-ficção em novembro de 1995. Os dados foram fornecidos pela editora Companhia das Letras, relacionados às vendas realizadas até março de 2001. Disponível em VILAS BOAS, Sergio.

biografia (1990), mas se depararam com problemas junto aos parentes do ex-sambista. Em 1992, o mineiro Ruy Castro lançava *O anjo pornográfico*; dois anos depois, Fernando Morais e o seu *Chatô*. O ano de 1995 marcaria o jornalismo pelas publicações de duas obras: *Mauá: Empresário do Império*, do paulista Jorge Caldeira e *Estrela solitária: Um brasileiro chamado Garrincha*[8], de Ruy Castro.

Atualmente, as biografias se consolidaram como um nicho de produção e vendagem no mercado editorial brasileiro. De 2016 para 2017, por exemplo, a temática Biografias evoluiu 11,14% no campo da produção, de acordo com pesquisa encomendada pela Câmara Brasileira do Livro (CBL), Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL) e Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe). Porém, antes de mergulhar no objeto deste paper, é válido compreender o contexto em que se deu a aproximação da mulher com a leitura, sua contribuição textual nos jornais e o posterior espaço dedicado à literatura.

MULHERES PIONEIRAS NAS REDAÇÕES

1904. Quando João do Rio elaborou a pergunta "O jornalismo, especialmente no Brasil, é um fator bom ou mau para a arte literária?" e a encaminhou para mais de cem pessoas – destes, 36 retornaram, entre eles nenhuma mulher – o então jornalista tinha a intenção de fazer uma radiografia da vida literária no início do século XX. Mais de cem anos depois, o texto se tornou um documento fundamental para a história da literatura e imprensa brasileiras. De acordo com pesquisa de Cristiane Costa (2005), esse contexto pode ser dividido em cinco períodos: o primeiro, de 1808 a 1830; a segunda etapa, que vai de 1840 a 1910; a terceira época discute a era da modernização entre 1920 e 1950; o quarto debate o período de 1960 a 1980 e o quinto vai de 1980 a 2004. Atrelado a modernização da indústria editorial, "surge uma literatura de mercado que já ousa dizer seu nome, praticamente por autores como Benjamin Costallat, Monteiro Lobato, Erico Verissimo e Jorge Amado, todos eles best-sellers com experiência prévia na imprensa" (COSTA, 2005, p. 14).

Afinidades eletivas. In: **Biografias & Biógrafos:** jornalismo sobre personagens: São Paulo: Summus, 2002. P. 23-31.

[8] A obra serviria de roteiro para o filme homônimo, estreado em 18 de fevereiro de 2005. Dirigido por Milton Alencar, a cinebiografia foi protagonizada pelo ator André Gonçalves no papel-título e Taís Araújo como Elza Soares. Disponível em: http://www.epipoca.com.br/filmes/ficha/9789/garrincha-estrela-solitaria. Acessado em: 29/01/2019.

Na década de 1920, a expectativa de conhecimento cultural era motivada pela Semana de Arte Moderna e o ato de leitura, em salões, de maneira individual ou em grupos, em voz alta, fomentava um aspecto importante da vida familiar. Nessa época, os jornais eram peça chave da construção social e para que fossem ouvidas, elas defendiam seus espaços com um ideal moderno, a serviço da nova mulher. Entretanto, as publicações eram pouco politizadas, com foco em afazeres domésticos. “Além da função de informar à mulher, notadamente da classe média, sobre assuntos femininos, enfatizava as notícias sobre moda, literatura, poesia, folhetins.” (CARVALHO, 1995, p. 5-6). O autor ainda destaca o papel das pioneiras no jornalismo:

> A colaboração feminina teve início pela literatura, pelo conto, romance e poesia. Algumas mulheres se destacaram como Júlia Lopes de Almeida, Corina Coaraci, Carmem Dolores, Gilka Machado. Entretanto, vale lembrar que a primeira repórter, Eugenia Brandão, foi admitida em 1914 na revista *A Rua*, que circulou de 1911 a 1922. (CARVALHO, 1995, p. 7).

Na literatura, Rachel de Queiroz, Cecília Meirelles e Clarice Lispector foram mulheres que conquistaram reconhecimento em seus trabalhos de ficção - basta analisar *O quinze*, *O romanceiro da inconfidência* e *A hora da estrela*, respectivamente – pertencentes à escola Modernista. Porém, antes disso, o trio exerceu o trabalho de jornalistas. Bulhões e Sobral, por exemplo, retratam como Rachel de Queiroz se aproximou do ofício:

> Era a fazenda Junco de onde, futuramente, passando férias, enviaria a sua coluna semanal para a revista *O Cruzeiro*. Futuramente a menina Rachel colaboraria para a revista, numa longa permanência que vai de 1944 a 1975. Mas antes disso é preciso que se diga que começou, naquele tempo da mocidade, no jornal *O Ceará*, no tempo em que era prática o uso de pseudônimos e o que escolheu no momento foi Rita de Queluz. Durante toda a sua vida, nas oportunidades que se apresentavam, gostava sempre de dizer que, mais que romancista e escritora, era jornalista. (BULHÕES; SOBRAL, 2017, p. 40).

Contemporânea das profissionais acima relatadas, Patrícia Rehder Galvão, conhecida pela alcunha de Pagu, também fez história na primeira metade do século XX. “O que caracteriza o seu jornalismo é uma participação ativa na vida paulistana, e, mais tarde, santista, além da capacidade de expressar ideias e sentimentos em prosa sucinta e sintética, baseada em observações ou experiências pessoais” (JACKSON, 2011, p. 34). Seu jornalismo se inicia aos 18 anos como desenhista; mais tarde migra para coluna e depois com a crônica. “Desde as primeiras colunas,

Patrícia dirige uma crítica avassaladora aos vícios e às vicissitudes da vida social, da economia, da política e dos valores da sociedade brasileira" (ibidem, p. 37). Passados mais de cinco décadas de sua morte, Pagu é retratada como um personagem midiático devido a sua trajetória ativista nas artes e na política. Inicialmente, silenciada; hoje, sua figura é símbolo de liberdade.

> Pagu, nascida na longínqua década de 1910, já deslocava os lugares da mulher – no sexo, no casamento, na maternidade e na atuação pública: engravidou e abortou aos 14 anos; casou-se em segredo, separou-se pouco tempo depois e deixou, durante as longas viagens ao exterior, o filho aos cuidados do pai ou da família; filiou-se a um partido político diversas vezes na ilegalidade, mudou de ideologia e revelou as contradições da agenda comunista; acreditou na arte e investiu no que pensava ser transformação social através do jornalismo e da literatura. A liberdade sexual, a maternidade tumultuada, a disposição para viagens comprometidas com suas ideias, o engajamento político e cultural, nenhuma dessas imagens pareciam adequadas para inspirar as mulheres brasileiras da década de 1970. (ROCHA; LANA, 2018, p. 25).

Elis Regina Carvalho Costa e Maria Gomes de Oliveira, a Maria de Déa – o sobrenome Bonita viria apenas após o seu falecimento - eram personagens antagônicos; porém, complementares. A primeira, defendia a independência feminina, sem papas na língua; a segunda, submissa, dominada, mas com poder de influência sob o companheiro. Será sobre essas duas mulheres que iremos explanar no próximo tópico, a partir de estudos de gênero.

PROTAGONISTAS FEMININAS

Após compreender os conceitos envolvendo profissão, este tópico objetiva refletir sobre a constituição das personagens na literatura brasileira. Para isso, trago estudos de Gerda Lener (1990), Sueli Carneiro (2002), Regina Dalcastagnè (2012) e Angela Davis (2016), que trazem importantes contribuições a respeito dos estereótipos das mulheres na escrita.

Lener (1990, p. 57) reflete a respeito da origem do patriarcado, processo que segundo ela, levou 2.500 anos. "A sexualidade das mulheres, isto é, suas capacidades e serviços sexuais e reprodutivos, tornou-se uma mercadoria antes mesmo da criação da civilização ocidental"[9]. As mulheres carregavam um valor de troca, consideradas como o primeiro acúmulo de propriedade privada. Enquanto os

[9] Versão original: "La sexualidad de las mujeres, es decir, sus capacidades y servicios sexuales y reproductivos, se convirtió en una mercancía antes incluso de la creación de la civilización occidental".

homens eram apenas trabalhadores, as mulheres também trabalhavam, além de prestarem serviços sexuais e reprodutivos. Para Lener, o sistema patriarcal só poderia funcionar graças à cooperação das mulheres, por meio da privação de ensino, repressão e discriminação no acesso aos recursos econômicos. Ou seja, as mulheres foram "moldadas psicologicamente para internalizar a ideia de sua própria inferioridade" (LENER, 1990, p. 60). Pelo termo patriarcado, a autora interpreta que é uma relação entre aquele que domina e o outro, inferior. Assim, até mesmo na família, a relação entre pais/irmãos e mães/irmãs era bem pontuais. "A subordinação dos filhos do sexo masculino à dominação parental é temporária; dura até eles mesmos se tornarem chefes de família. A subordinação das filhas e da esposa é para toda a vida" (LENER, 1990, p. 60)[10]. Tal situação poderá ser ilustrada pelo trecho a seguir, a respeito da viuvez no cangaço.

> Como regra, depois da morte de seus maridos, as mulheres ficavam à disposição dos outros cabras, como um patrimônio sem herdeiro certo. Um cangaceiro solteiro poderia, se quisesse, pegar a moça para ele. Se houvesse mais de um interessado, que resolvessem a disputa entre si, amigavelmente. Caso não despertasse o interesse de ninguém, o mais recomendável era que fosse morta, pois, caso voltasse para casa, poderia entregar os segredos do grupo para a polícia. A presença de mulheres solteiras era rigorosamente proibida no bando. Só ficava ali quem tinha dono. (NEGREIROS, 2018, p. 124).

Chama a atenção a maneira como Lener pensa o contexto histórico. Para ela, infere-se que a primeira forma de dominação é o homem sobre a mulher e por consequência, essa superioridade transparece no jeito de contar a narrativa. Iracema era caracterizada como a virgem dos lábios de mel, aquela quem enfeitiçava o colonizador. Isaura era uma escrava que fugia do padrão de sociedade colonial. Rita Baiana despertava desejos no cortiço. Pelo seus olhos de ressaca, Capitu foi taxada como adúltera. Na ficção brasileira, mulheres não existiam ou quando eram lembradas, os estereótipos vinham à tona. Ribeiro (1996) pesquisa sobre as personagens femininas constituídas nas obras de José de Alencar e

[10] Versão original: "El término describe la relación entre un grupo dominante, al que se considera superior, y un grupo subordinado, al que se considera inferior, en la que la dominación queda mitigada por las obligaciones mutuas y los deberes recíprocos. (...) En la familia patriarcal, las responsabilidades y las obligaciones no están distribuidas por un igual entre aquellos a quienes se protege: la subordinación de los hijos varones a la dominación paterna es temporal; dura hasta que ellos mismos pasan a ser cabezas de familia. La subordinación de las hijas y de la esposa es para toda la vida".

Machado de Assis. O autor sintetiza a construção social delas em virtude do ambiente descrito:

> As heroínas civilizadas, todas elas, surgem na cena dos romances movimentando-se nas altas rodas da sociedade. (...) Seus dramas restringem-se à esfera do matrimônio e sua existência divide-se em dois tempos: nos salões, antes do casamento, e em sua casa, depois dele. Sua educação restringe-se a algumas prendas sociais como ler e escrever, fazer algumas contas, conhecer francês, tocar piano, cantar, ler literatura e bordar. Nada mais se lhes exige, além de ter algum pequeno capital para as despesas da conversação nas salas elegantes. Estão todas destinadas a serem esposas e não donas de casa. O trabalho — reservado para a escravaria e para os criados, que não entram na história — está ausente de seu mundo. O trabalho, os negócios e a política, entenda-se. Sua única e grande finalidade é casar e serem mães. E os exemplos das que não o conseguem são sempre tangenciais ao dramático. (RIBEIRO, 1996, p. 390).

Dalcastagnè (2012, p. 125) contribui com essa análise ao afirmar que a "representação do espaço da mulher, portanto, dá-se, sobretudo, pelo seu enclausuramento no âmbito doméstico, a esfera privada". Esse é apenas um dos apontamentos da pesquisa da jornalista e professora, que estudou 258 romances publicado entre 1990 a 2004 e identificou, ao total, 1245 personagens "importantes". Sua conclusão chegou que 773, ou seja, 62,1% dos personagens são masculinos; em contrapartida dos 471 (37,8%) do sexo feminino. Essa visibilidade se torna maior quando avalia a posição da narrativa. "Além de serem minoritárias nos romances, as mulheres têm menos acesso à voz – isto é, a posição de narradoras – e ocupam menos as posições de maior importância" (DALCASTAGNÈ, 2012, p. 165).

Quanto à cor da personagem no romance brasileiro contemporâneo, a predominância é branca, se comparar os 7,9% dos negros, 6,1% mestiços, 1,2% indígenas e 0,6% orientais. A pesquisa ainda identifica que "o contingente de protagonistas mulheres brancas equivale a 28,7% do total de protagonistas brancos, de ambos os sexos, mas as protagonistas mulheres negras equivalem a apenas 15% dos protagonistas negras de ambos os sexos" (DALCASTAGNÈ, 2012, p. 176). Se resgatarmos apenas esse dado, poderemos aqui refletir sobre como essa pequena representatividade ilustra de que forma o racismo contaminou a sociedade. A mulher negra e pobre carrega uma tripla 'anomalia', na maioria das vezes constituída de dominação. Na sociedade escravocrata, as 'mulheres de cor' eram tidas somente como reprodutoras. "(...) quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas" (DAVIS, 2016, p. 19). Soma-se a isso o

fato da história ser sempre uma batalha pelo registro. Geralmente, de quem venceu, quando anula e envergonha o derrotado. No regime escravista, "o estupro, na verdade, era uma expressão ostensiva do domínio econômico do proprietário e do controle do feitor sobre as mulheres negras na condição de trabalhadoras" (ibidem, p. 20). Na obra a respeito de Maria Bonita, a jornalista identifica essa situação:

> Para uma jovem estuprada por cangaceiro nos anos 1930 no sertão do Nordeste não havia muito a fazer além de maldizer a própria sorte. Denunciar o crime às forças volantes seria duplamente temerário. (...) A perda da virgindade também condenava a jovem sertaneja ao preconceito. Deflorada, tinha mais dificuldade para conseguir casamento. De uma futura esposa, esperava-se pureza absoluta. (NEGREIROS, 2018, p. 53-54).

Carneiro acompanha esse viés ao caracterizar o assédio sexual como violência de gênero. Para ela, na literatura, "a mulher negra será retratada como exótica, sensual, provocativa, enfim, como fogo nato. Tais características chegam a aproximá-la de uma forma animalesca, destinada exclusivamente ao prazer sexual" (CARNEIRO, 2002, p. 171). Sendo assim, pelo apetite que causava nas fantasias masculinas, as negras não conseguiam emprego, e se viam reféns do destino "como mucama, ama-de-leite, dama de companhia, ou, então, prostituindo-se, aproveitando-se de sua disseminada fama de 'boa de cama'" (ibidem, p. 173). Atrelado a isso, a mulher branca era a esposa calada, submissa, sofredora. Entretanto, conseguia ser autoritária quando o marido não estava presente.

A gravidez é outro tópico fundamental no tocante aos estudos do sexo feminino. Enquanto aos 19 anos, Elis Regina abortou a primeira gestação[11], Maria Bonita deu à luz uma única filha - Expedita; porém, a criança precisou ser separada da mãe e do bando. Situações diferentes, que podem ser avaliadas através dos estudos de gênero. Observe os dois trechos abaixo:

> Mas não foi por isso que Solano Ribeiro e Elis Regina terminariam o namoro. Algum tempo depois, quando já havia trocado o Rio por São Paulo, ela engravidou e resolveu fazer um aborto. Segundo Solano Ribeiro, foi aí que tudo acabou mesmo: *Ela ficou grávida, fez o aborto e não me disse nada na hora. Disse depois*. (ECHEVERRÍA, 2012, p. 15).

> Como não utilizavam métodos contraceptivos e precisavam estar disponíveis para seus homens, as cangaceiras podiam pegar barriga a qualquer momento. Uma vez que os filhos nascessem, deveriam passá-los adiante, na primeira oportunidade. Frágeis, recém-nascidos não combinavam com a bruta rotina do cangaço, entre espetadas de sol e

[11] Elis Regina teria três filhos: João Marcello Bôscoli (1970), fruto do casamento com o compositor Ronaldo Bôscoli; Pedro Mariano (1975) e Maria Rita (1977), ambos resultados do relacionamento com o compositor Cesar Camargo Mariano.

> chuvas de tiro. Ademais, o choro denunciava a presença dos bandoleiros para as forças oficiais. (NEGREIROS, 2018, p. 63).

A liberdade de decidir, sozinha, o seu próprio destino foi uma marca primordial de Elis desde a infância. Não seria diferente na transição da adolescência para a vida adulta. A socióloga israelense Orna Donath (2017, p. 51) concorda ao afirmar que todo indivíduo nasce de uma mulher; porém, "nenhuma mulher nasce mãe: que as mulheres carregam os descendentes humanos pode ser um fato, mas isso não obriga as mulheres a se comprometerem com os cuidados (...) que essa relação exige". O segundo trecho selecionado traduz a brutalidade de como a separação forçada ocorria no solo árido do Nordeste. Para interpretar esse caso, busco explicação em Elisabeth Badinter (1981). A filósofa e historiadora francesa lembra que no século XVIII, mães urbanas enviavam os filhos para a zona rural a fim de beneficiar a saúde dos pequenos. Em outras palavras, por mais que houvesse saudade pela distância, "a entrega do filho a uma ama-de-leite para ser criado deixa de ser sinal de desinteresse pela criança afastada, tornando-se o contrário, a ilustração suprema do mais puro altruísmo" (BADINTER, 1981, p. 12).

Insegura, explosiva. Infantil, madura. Ingênua, complicada. Da mesma forma que pregava a independência feminina, Elis também conseguia ser afável com quem lhe despertasse segurança. Todavia, esbarrava na relação familiar. Logo no início do livro, Regina Echeverría demonstra que a relação de Elis seria tensa, principalmente com o pai. "O dinheiro da filha veio a calhar, mas criou o primeiro conflito familiar, que se agravaria com o passar dos anos e o dinheiro conquistado. Elis Regina ainda não tinha 14 anos e já ganhava mais do que o pai" (ECHEVERRÍA, 2012, p. 6). Mais adiante, a vergonha masculina era evidente:

> Seu Romeu, sem emprego, fez da carreira da filha um bico. Passou a cuidar dos cachês, acertar os contratos para shows, receber, como se fosse um empresário. Mas Elis, que tinha o controle econômico sobre a família, sentia-se poderosa. Cobrava do pai e do irmão que se virassem e cuidassem a própria vida. Ao mesmo tempo, alimentava a dependência, dando-lhes dinheiro, como se fosse impossível para ela suportar a culpa de estar bem de vida e saber que a família passava necessidade. (ECHEVERRÍA, 2012, p. 16).

Daniel Welzer-Lang (2001, p. 461), no seu trabalho sobre a construção do masculino, aponta que "os homens dominam coletiva e individualmente as mulheres. Esta dominação se exerce na esfera privada ou pública e atribui aos homens privilégios materiais, culturais e simbólicos". Em seguida, o sociólogo francês

encerra a ideia. “A opressão das mulheres pelos homens é um sistema dinâmico no qual as desigualdades vividas pelas mulheres são os efeitos das vantagens dadas aos homens” (ibidem). Como forma de reiterar o gênio autônomo, Elis assinou o desquite junto a Ronaldo Bôscoli em maio de 1972, numa época em que a lei do divórcio seria oficializada apenas em 1977.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este paper foi escrito com o objetivo de oportunizar as vozes de duas mulheres jornalistas no mercado livreiro. Ademais, pode-se também avaliar pelo viés de ambas terem escrito seus trabalhos tendo em vista a ótica de protagonistas também mulheres. Enquanto Regina Echeverría escreveu a história da MPB sobre a perspectiva de Elis Regina, Adriana Negreiros dava um novo fôlego para a história do cangaço com a sua Maria Bonita.

Para isso, foi levado em conta um panorama do biografismo jornalístico no Brasil, desde Raimundo Magalhães Jr, passando por Alberto Dines e o *boom* de vendagem na década de 1990. Em seguida, Costa (2005) elaborou um retrato dos escritores jornalistas a partir de uma visão atualizada de João do Rio. Por fim, Elis Regina e Maria Bonita foram estudadas pelo viés dos estudos de gênero, como as pesquisas de Badinter (1981), Carneiro (2002). Davis (2016), Donath (2017) e Lener (1990), correlacionando com trechos das biografias.

Infere-se que o trabalho propiciou uma maior aproximação do autor com a temática de gênero. Ademais, reitera-se a importância desse tipo de estudo ao unir jornalismo, biografias e mulheres, sendo elas pela perspectiva autoral ou de personagem. Por fim, tanto nos exemplos ilustrados da ficção quanto nos dois objetos analisados, os estereótipos estão presentes. Sendo assim, é necessário buscar nos estudos de gênero a razão dessas imagens femininas permanecerem distorcidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Mariza Guerra. **Anel encarnado**: biografia e história em Raimundo Magalhães Junior. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor Conquistado**: o Mito do Amor Materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981. p. 9-23 (Prefácio à Edição de Bolso e Prefácio).

BULHÕES, Juliana; SOBRAL, Gustavo Leite. Rachel de Queiroz, jornalista. In: **Estudos de Jornalismo e Mídia**, v. 14, n. 1. p. 39-50, 2017.

CARNEIRO, Sueli. Gênero e raça. In. **Gênero, democracia e sociedade** brasileira. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2002.

CARVALHO, K de. A imprensa feminina no Rio de Janeiro, anos 20: um sistema de informação cultural. **Ciência da Informação** – v. 24, n.1, 1995.

COSTA, Cristiane. **Pena de Aluguel**: escritores jornalistas no Brasil, 1904-2004. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

DALCASTAGNÈ, Regina. **Literatura brasileira contemporânea**: um território contestado. Vinhedo: Editora Horizonte, 2012.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DONATH, Orna. **Mães Arrependidas**: uma outra visão da maternidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

ECHEVERRÍA, Regina. **Furacão Elis**. São Paulo: Leya, 2012.

GALVÃO, Walnice Nogueira. A voga do biografismo nativo. In: **Estudos Avançados**. Vol.19 n.55. São Paulo Set./Dez. 2005. p.350-366.

JACKSON, Kenneth. Uma evolução subterrânea: o jornalismo de Patrícia Galvão. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n.53 (2011). Disponível em: http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/34683/37421.

LERNER, Gerda. El origem del Patriarcado. In: **La creacion del patriarcado**. Ed. Crítica, Barcelona, 1990. Disponível em http://www.antimilitaristas.org/IMG/pdf/la_creacion_del_patriarcado_-_gerda_lerner-2.pdf.

MACIEL, Alexandre Zarate. **Narradores do contemporâneo**: jornalistas escritores e o livro-reportagem no Brasil, 2018. 310 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

NEGREIROS, Adriana. **Maria Bonita**: Sexo, violência e mulheres no cangaço. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RIBEIRO, Luis Filipe. **Mulheres de papel**: Um estudo do imaginário em José de Alencar e Machado de Assis. Niterói. Eduff, 1996.

ROCHA, Everardo; LANA, Lígia. Imagens de Pagu: Trajetória midiática e a construção de um mito. **Cadernos Pagu**. n.54, Campinas (2018). Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/cpa/n54/1809-4449-cpa-18094449201800540016.pdf.

VIEIRA, Karine Moura. **Do fazer um saber:** a construção do biografar. O discurso de autoria sobre a prática jornalística na produção de biografias por jornalistas brasileiros, 2015. 213 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2015.

WELZER-LANG, D. A construção do masculino: a dominação das mulheres e homofobia Disponível: http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8635.pdf.

SUPERANDO PARADIGMAS: AS AUTORIDADES JUDICIÁRIA E POLICIAIS COMO AGENTES INTEGRANTES DA REDE DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER.

Bruna Woinorvski de Miranda[1]

RESUMO
Num cenário em que situações de violência contra a mulher se tornam cada vez mais evidentes, o Estado vem sendo chamado a desenvolver iniciativas de prevenção, combate e responsabilização. Embora Políticas Públicas voltadas às mulheres já viessem sendo gestadas no Brasil, é com a promulgação da Lei Maria da Penha em 2006 que se inicia um processo de consolidação de uma Política de Enfrentamento à Violência contra a Mulher que, considerando a complexidade do tema, pressupôs a atuação multidisciplinar e articulada na forma de Rede como princípio. Mais de dez anos depois, notam-se evoluções e entraves no que tange à constituição e atuação dessa Rede. Nesse sentido, através de pesquisa bibliográfica, este artigo objetiva refletir sobre o papel do Poder Judiciário e das autoridades policiais como agentes integrantes da Rede, destacando os seus maiores desafios e potencialidades.

Palavras-chave: Violência contra a mulher. Políticas Públicas. Rede de Enfrentamento. Poder Judiciário. Autoridades Policiais.

INTRODUÇÃO

"Mulher é morta pelo marido na frente dos cinco filhos em Ponta Grossa" (RICMAIS, 2017). "Estudante de Agronomia é morta a facadas em Ponta Grossa; polícia diz que ex-namorado é suspeito do crime (RPCTV, 2018)". "Marido levou corpo da mulher para apartamento após queda do quarto andar em Guarapuava, diz delegado. Marido é suspeito e está preso preventivamente. Ele disse à polícia que a esposa se jogou do apartamento e que ele não teve tempo de socorrê-la" (JUSTI, 2018). "Feminicídio: Mulher morre após ser baleada em agência bancária" (MASSANEWS, 2019). "Suspeito de matar esposa em Castro é preso na rodoviária de Ponta Grossa. Crime aconteceu na manhã de quinta-feira (3); corpo da mulher foi encontrado pelo cunhado dentro de uma fossa" (PORTAL G1PR, 2019).

Esses são os títulos de algumas notícias resultantes de uma breve busca *on line* sobre casos de violência contra a mulher ocorridos no estado do Paraná, sendo

[1] Bacharel em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG (2009), mestranda em Ciências Sociais Aplicadas (UEPG). Analista Judiciária/Assistente Social no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná - TJ/PR, com atuação no Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Vara de Crimes contra Crianças, Adolescentes e Idosos e de Execução de Penas e Medidas Alternativas de Ponta Grossa/PR.

que dois deles são oriundos do município de Ponta Grossa. Contudo, os dados locais não destoam da realidade nacional. Conforme o Mapa da Violência contra a Mulher mais recente, "entre os meses de janeiro e novembro de 2018, a imprensa brasileira noticiou 14.796 casos de violência doméstica em todas as unidades federativas" (COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER, 2018, p. 25).

Todavia, como é sabido que nem todas as situações de violência contra a mulher ganham a expressividade da imprensa, o mesmo Mapa demonstra que 15.925 mulheres foram vítimas de feminicídio em 2018, sendo que, em 95% dos casos, o autor foi o próprio companheiro (COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER, 2018).

Os dados explorados evidenciam como o extremo da violência contra a mulher vem ganhando proporções alarmantes no país (isso sem levar em consideração os crimes de menor potencial ofensivo que estão por detrás de outras formas de manifestação da violência, também com uma frequência preocupante) e, por consequência, demandado intervenções do Estado. Assim, alterações legislativas recentes (como a Lei do Feminicídio e a Lei da Importunação Sexual, por exemplo) demonstram seus esforços na tentativa de minimizar as estatísticas. Contudo, como a mera punição não vem se mostrando suficiente[2], a abordagem preventiva e reeducadora (que atinge a origem da questão da violência) ganha espaço, repercutindo na reorganização da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher e na revisão dos papeis desempenhados pelos seus componentes, especialmente as autoridades judiciária e policiais.

1 VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: ORIGENS E DEFINIÇÃO

A violência contra a mulher, embora tenha recebido maior destaque em tempos mais recentes, especialmente a partir da promulgação da Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), não é recente. Ao longo de toda a história da sociedade é

[2] Conforme León *et al* (2012, p. 01): "[...]evidencia-se que um enfoque restaurativo, e não só punitivo, está mais perto da transformação real dos padrões socioculturais que naturalizam a violência contra as mulheres cotidianamente, em contraposição à política criminal de intervenção punitiva estatal que impede o surgimento de mudanças reais nas normas sociais". Assim, processos de reflexão e de reeducação de autores de violência cada vez mais ganham espaço, grupos de orientação de mulheres ou ainda, o desenvolvimento de práticas restaurativas em alguns casos, especialmente de menor potencial ofensivo – como exemplo, passam a se mostrar como práticas contributivas numa nova perspectiva de justiça social que almeja a resolução da lide sociológica para além da lide processual.

possível identificar diferentes formas de manifestação da violência que, em geral, ocupavam-se de depreciar e subestimar a mulher.

Stearns (2017), ao realizar um resgate de vivências e da cultura em diferentes períodos históricos, conclui que a violência contra a mulher tem origem nas relações de gênero, ou seja, nos estereótipos social e culturalmente construídos sobre os papeis desempenhados por homens e por mulheres, que sobreviveram ao tempo e permanecem até os dias atuais. Nestes estereótipos, à mulher, na maioria das vezes, foi condicionada a domestificação traduzida na função de mãe, cuidadora do lar e educadora dos filhos, emotiva-irracional-procriadora, enquanto que, ao homem, coube o papel de provedor, livre e desbravador pela sua força-racionalidade-virilidade.

Neste contexto, que predominou durante séculos e perpassou culturas e continentes, é recente o despertar da mulher para a sua condição inferiorizada em detrimento do homem – o que ocorreu especialmente a partir do século XX com os primeiros movimentos feministas nos Estados Unidos. No Brasil, esses movimentos começaram a ganhar força a partir dos anos 1970 e carregavam consigo reivindicações das mulheres no que tange aos seus direitos e oportunidades de expansão e superação do espaço privado da família – único que, até então, lhes era permitido. Esse movimento, sem dúvida, teve suas contribuições no que, anos mais tarde, veio a se consolidar como política de atendimento às mulheres no Brasil, uma vez que, foi a partir dos movimentos feministas que a mulher passou a se inserir em espaços de voz e de representação, como nas Conferências de Mulheres[3].

Paralelamente, as alterações no contexto brasileiro também foram possibilitando mais espaço às mulheres que, gradativamente, foram se tornando as principais responsáveis pela família nas novas configurações que emergiram, bem como foram gradualmente se inserindo na academia, no mercado formal de trabalho e na política.

[3] A primeira Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres no Brasil ocorreu em 2004, tendo como um dos eixos de discussão a superação da violência contra a mulher. A agenda do governo de Luís Inácio Lula da Silva contemplava muito das reivindicações das mulheres e se mostra sensível a elas especialmente ao criar a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres que, desde 2003, já vinha desenvolvendo iniciativas de promoção dos direitos das mulheres e convocou a referida Conferência. Vale ressaltar que, dela, resultou um Plano Nacional de Políticas para as Mulheres que possuía um eixo específico de combate à violência contra a mulher que, mais tarde, veio a ser sistematizado num pacto entre federações.

Da mesma forma, no que se refere à visibilidade das demandas das mulheres, mas em maior amplitude no que tange às providências adotadas pelo país, o caso de Maria da Penha Maia Fernandes representa um ápice na consolidação de Políticas Públicas voltadas às mulheres, mais especificamente com relação à abordagem das situações de violência contra a mulher que, até então, era tratada com iniciativas isoladas que se limitavam à capacitação de profissionais.

A referida legislação decorre de uma inobservância do país no que tange aos tratados em que foi signatário[4] comprometendo-se com a prevenção da violência contra a mulher e a desenvolver esforços no sentido de promover a celeridade nos casos em julgamento – condições em que o país deixou a desejar na situação de Maria da Penha que, não por acaso, leva o nome da legislação que protege a mulher em situação de violência.

Maria da Penha sofreu com diversas formas de manifestação da violência na constância do seu casamento com Marco Antônio Herredia, com quem teve três filhas, mas foi quando sofreu a segunda tentativa de homicídio do então companheiro que Maria uniu forças para denunciá-lo. Todavia, a justiça brasileira se mostrou bastante morosa e ineficaz no seu caso, uma vez que Marco, entre as possibilidades de recurso, permaneceu menos de dois anos recluso e somente depois de quase dez anos de tramitação do processo criminal. Diante do exposto, Maria da Penha denunciou o Brasil na Comissão Interamericana de Direitos Humanos, tendo sido o país condenado por ser signatário de tratados internacionais em prol da mulher e descumpri-los, e recebido a recomendação de implantar políticas eficazes de enfrentamento à violência contra a mulher no país e a reparar os danos sofridos por Maria da Penha.

Em suma, a referida legislação se apresenta como avanço não apenas por reconhecer os contextos em que a violência contra a mulher pode se manifestar (doméstico, nas relações familiares e homoafetivas), mas também por tipificá-las. Superando o senso comum de que a violência se manifesta apenas na forma física (tentados contra o corpo que ferem a integridade), amplia a sua concepção para a

[4] Especialmente a CEDAW (“Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres”, aprovada em 1979 pela Assembleia Geral das Nações Unidas e ratificada por 188 dos quase 200 países que, baseando-se nas noções de equidade e justiça, prevê algumas iniciativas para contribuir com a promoção da igualdade entre homens e mulheres) e a Convenção de Belém do Pará (“Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher”, adotada em 1993, que se trata de um grande avanço no que tange aos direitos humanos da mulher a partir do reconhecimento da violência como uma das mais severas formas da sua violação).

violência psicológica (atos ou palavras que constranjam a mulher e reforcem uma condição de inferioridade); moral (qualquer ato ou palavra que exponha ou denigra a mulher nos espaços em que ela está inserida, incluindo as redes sociais); a sexual (para além do ato sexual não consentido, outras situações como a proibição do uso de contraceptivos ou a obrigação a praticar, contra a sua vontade, o aborto); e ainda a violência patrimonial (que inclui danos aos bens móveis e imóveis da mulher) (BRASIL, 2006). E, mais que isso, a referida legislação se torna um marco para a consolidação de uma política nacional de enfrentamento à violência contra a mulher no Brasil.

2 A TRAJETÓRIA PARA A CONSOLIDAÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA VOLTADA A MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA

Desde 2003, com a implantação da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, o governo brasileiro já vinha desenvolvendo algumas iniciativas voltadas a promoção e proteção dos direitos das mulheres, pautando-se no princípio da igualdade de gênero. Contudo, com o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres recém-aprovado no governo em questão, na prática, as ações ainda se mostravam incipientes. Assim, a Lei Maria da Penha se evidencia como um marco para o processo histórico de construção e reconhecimento dos direitos das mulheres como direitos humanos no Brasil, partindo de uma concepção ampla de acesso à justiça e a direitos a partir da ótica de gênero. Paralelamente, permite a concepção de uma política de enfrentamento à violência contra a mulher numa perspectiva intersetorial e interinstitucional articulada, na forma de redes (CEPIA, 2013).

A definição de Rede foi contemplada pelas regulamentações que sucederam o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, e:

> [...] diz respeito à atuação articulada entre as instituições/serviços governamentais, não-governamentais e a comunidade, visando ao desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção e de políticas que garantam o empoderamento das mulheres e seus direitos humanos, a responsabilização dos agressores e a assistência qualificada às mulheres em situação de violência (BRASIL, 2007, p. 07-08).

Nessa lógica, a Rede considera que há um caráter multifacetado no que tange à violência, bem como nas consequências que ela pode produzir, demandando a intervenção intersetorial e interinstitucional. Por esse motivo, pressupondo a constante interação com serviços não específicos de atendimento à

mulher (como os Centros de Referência comuns e especializados de Assistência Social – CRA/CREAS, polícias militar e civil, guardas municipais, dentre outros), a Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher é composta por:

> Centros de Atendimento à Mulher em situação de violência (Centros de Referência de Atendimento à Mulher, Núcleos de Atendimento à Mulher em situação de Violência, Centros Integrados da Mulher), Casas Abrigo, Casas de Acolhimento Provisório (Casas-de-Passagem), Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Postos ou Seções da Polícia de Atendimento à Mulher), Núcleos da Mulher nas Defensorias Públicas, Promotorias Especializadas, Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180, Ouvidoria da Mulher, Serviços de saúde voltados para o atendimento aos casos de violência sexual e doméstica, Posto de Atendimento Humanizado nos aeroportos (tráfico de pessoas) e Núcleo de Atendimento à Mulher nos serviços de apoio ao migrante (BRASIL, 2007, p. 14-15, grifo meu).

Nota-se uma grande perspectiva de mudança nos papeis desempenhados por alguns dos agentes que passam a compor a Rede. Primeiramente, porque essa perspectiva supera o paradigma da departamentalização que até então era predominante no país, pressupondo uma atuação conjunta e articulada entre as instituições e setores – o que reordenou o trabalho que vinha sendo desenvolvido. E, por conseguinte, porque exigiu que instituições tidas como hierarquicamente superiores e que, até então, aguardavam que a sua atuação fosse demandada (tais como as autoridades policiais e, especialmente, a judiciária), passam a ter igual importância e responsabilidade no acolhimento e atendimento de situações de violência contra a mulher, inclusive antes da sua judicialização ou visando a sua não reincidência.

Vale ressaltar que promulgação da Lei nº 11.340/2006 também possibilitou, em 2007, o firmar o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher que consistiu num acordo entre os entes federados e suas respectivas instituições para o planejamento e desenvolvimento de ações que viabilizem a consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher – um dos eixos de atuação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres estabelecido em 2004.

Assim, a partir da concepção da Rede e da sistematização do Pacto e da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, há uma mudança de paradigmas no que tange ao Poder Judiciário e às polícias, uma vez que passou a ser fundamental que eles “[...] sejam integrados à rede de atendimento especializado, facilitando os encaminhamentos intersetoriais requeridos pela

abordagem integral para o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher" (CEPIA, 2013, p. 09).

3 FUNÇÃO E REPRESENTAÇÃO DAS AUTORIDADES JUDICIÁRIA E POLICIAIS: DESAFIOS E POTENCIALIDADES DA SUA ATUAÇÃO

Segundo o relatório CEPIA (2013), as mulheres no Brasil não reconhecem o acesso à justiça como direito e, essa (falta de) percepção, vem refletindo diretamente em práticas discriminatórias frequentemente relatadas por elas no que tange às suas experiências com instituições policiais e judiciárias, pois prevalece, equivocadamente, a noção de que estes espaços não lhes são destinados.

Contribui para isso a centralização dos espaços físicos das autoridades policiais e judiciárias: o perímetro urbano muitas vezes se coloca como um entrave para os sujeitos menos favorecidos. E não apenas por isso, mas a impessoalidade por vezes transmitida (pela cultura institucional) e ausência de um profissional de referência e de confiança – diferente do que acontece em outras redes de atendimento, como a assistencial, por exemplo, também provoca o distanciamento da população aos referidos serviços. Ademais, em se tratando de uma dificuldade geral nos setores públicos, não é incomum que os postos de atendimento e os recursos humanos sejam insuficientes para suprir a demanda que lhes é atinente, tanto nas autoridades policiais, como judiciárias.

Nesse sentido, o maior desafio que se coloca para a efetivação da cidadania das mulheres, de acesso à justiça e de proteção aos seus direitos, refere-se à necessidade de diminuir a distância entre o importante progresso legislativo, conforme demonstrado anteriormente, e o efetivo acesso à justiça, em especial no que diz respeito à violência baseada no gênero. Isso porque,

> Além da falta de serviços e de políticas que deem cumprimento aos dispositivos de assistência e proteção previstos na lei, as denúncias referem ao atendimento não especializado, discriminatório, que desconsidera as especificidades da violência baseada no gênero, que responsabiliza as mulheres por sua situação e indecisão diante da queixa prestada à polícia (CEPIA, 2013, p. 10).

Como visto, embora a cultura patriarcal que oprime a mulher e a coloca em condição de inferioridade em detrimento do homem, venha sendo cada vez mais questionada, é ainda bastante enraizada em nossa sociedade, de forma que encontra espaços diferentes da família para se manifestar. Entra em cena, então, o

patriarcalismo (o patriarcado presente no cotidiano da sociedade capitalista) nos demais espaços sociais em que a mulher se vê inserida: nos locais de trabalho, na academia e nos espaços públicos, cerceando as suas possibilidades.

Embora objetivem o combate de toda a forma de violação de direitos, as autoridades policiais e judiciárias não estão imunes do patriarcalismo, pois, como visto, ele resulta de um longo processo histórico que parece incutido em nosso cotidiano, naturalizado e reproduzido, inclusive por mulheres. Contudo, há que se ter cautela quando se trata de espaços de representatividade e de garantia de direitos, uma vez que a permanência da resistência cultural e institucional nestes locais dificulta o reconhecimento e penalizam a violência doméstica e familiar.

Nesse sentido, vem se apresentando como possibilidade a descentralização dos serviços do Poder Judiciário e a superação do seu papel tradicional de aguardar que as demandas se tornem judicializadas para intervir, e se inserir efetivamente na Rede, contribuindo com aspectos de prevenção da violência. No âmbito da violência doméstica e familiar contra a mulher, campanhas como as “Semanas Nacionais da Justiça pela Paz em Casa”[5] têm possibilitado a aproximação do Poder Judiciário com a população, além de contribuído para o acesso à justiça e a disseminação de informações sobre os direitos das mulheres.

No que tange às autoridades policiais, aos poucos, iniciativas de aproximação da população vêm ganhando força. Veja-se como exemplo os vários estados que aderiram e constituíram as Rondas ou Patrulhas Maria da Penha com o objetivo de orientar e atender a população no que diz respeito à violência contra a mulher e principalmente, possibilitar o monitoramento e a efetividade das medidas protetivas de urgência concedidas pelo Poder Judiciário[6].

Ambas as mudanças contribuem para que se desmistifique o senso comum no qual as autoridades judiciária e policial se apresentam como instituições

[5] Instituída pela Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, ocorrem três vezes ao ano: nos meses de março (quando se comemora o dia internacional da mulher), agosto (mês de promulgação da Lei Maria da Penha) e novembro (quando se comemora o dia internacional da não-violência contra a mulher). Seu principal objetivo consiste em intensificar as ações do Poder Judiciário nos seus procedimentos (audiências e julgamentos de crimes contra a mulher), bem como no desenvolvimento de ações que contribuam para a visibilidade e sensibilização no que tange à violência contra a mulher, tendo como perspectiva a cultura da paz (BRASIL, 2017).

[6] No Brasil as iniciativas são desenvolvidas pela Polícia Militar ou pela Guarda Municipal. No Paraná, pelo menos dez comarcas contam com os serviços da Patrulha Maria da Penha firmados em convênio com o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, evidenciando mais uma forma de efetivação do trabalho articulado na perspectiva da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher.

punidoras (que amedrontam e que devem ser evitadas) para que passem a ser compreendidas pela população como instituições que promovem e garantem os seus direitos (com quem a população pode contar e deve procurar em qualquer caso de violação).

Por outro lado, conforme já evidenciado, coloca-se como desafio a superação da visão tradicional limitada na mera punição, que deve ser, na medida do possível, pensada na perspectiva retributiva para que os dois lados da violência possam ser tratados. Isso porque, compreende-se que a proteção da mulher tende a ser menos efetiva se o(a) autor(a) da violência permanecer inerte quanto às suas concepções. Assim, a cultura patriarcal e machista também devem ser combatidas não apenas institucionalmente, mas no cotidiano das suas atuações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora inegável a evolução e a contribuição da instalação de novas unidades das Varas e Juizados de Violência Doméstica e Familiar, bem como nas Delegacias Especializadas no Atendimento da Mulher em situação de violência (e outros postos policiais), pois representam um fator importante para a aplicação da lei, é preciso cautela ao se pensar que as situações de violência contra a mulher estarão sanadas pela simples instalação dessas novas instâncias judiciais. Isso porque o maior desafio atual no enfrentamento do problema está menos relacionado à aplicação da lei e em maior medida na superação de marcas que a cultura patriarcal e machista deixou em nossa sociedade.

Nesse sentido, as autoridades judiciária e policial, pela representatividade e compromisso que possuem com a defesa de direitos da população, têm papel fundamental neste processo e amplas possibilidades de impactar diretamente nos índices alarmantes da violência extrema contra a mulher, superando o paradigma tradicional que, até então, os colocava em posição menos ativa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 11.340/06.** (Lei Maria da Penha). Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher e dá outras providências. Publicada em 07 de agosto de 2006.

BRASIL. **Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher.** Presidência da República/Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Brasília: 2007.

BRASIL. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.** Presidência da República/Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Brasília: 2005.

BRASIL. **Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.** Presidência da República/Secretaria de Políticas para as Mulheres. Brasília: Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, 2011.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **Portaria CNJ nº 15/2017.** Institui a Política Judiciária Nacional de enfrentamento à violência contra as Mulheres no Poder Judiciário e dá outras providências. Publicada em: 08 de março de 2017.

CEPIA. Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação. **Violência contra a mulher e Acesso à Justiça:** estudo comparativo sobre a aplicação da Lei Maria da Penha em cinco capitais. Relatório Final. São Paulo: CEPIA, 2013.

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER. **Mapa da violência contra a mulher 2018.** Brasília: Câmara dos Deputados, 2018.

JUSTI, Adriana. **Marido levou corpo da mulher para apartamento após queda do 4º andar em Guarapuava, diz delegado.** Portal G1/Campos Gerais e Sul. Disponível em: https://g1.globo.com/pr/campos-gerais-sul/noticia/2018/07/23/marido-suspeito-de-matar-a-mulher-carregou-o-corpo-para-apartamento-apos-queda-do-4-andar-de-predio-diz-delegado.ghtml. Acesso em: 05. mar.2019.

LEÓN, Andrea Catalina; MASCARENHAS, Fabiana; STELLET, Gabriela; GENOVEZ, Juliane dos Santos; SALES, Juneflower Franco. **Pela completa ressocialização do agressor e por uma maior valorização da vítima:** o uso da justiça restaurativa nos casos de violência doméstica. Porto Alegre: Revista da AJURIS, v. 39, n. 128, dez. 2012.

MASSANEWS. **Feminicídio:** Mulher morre após ser baleada em agência bancária. Massa News Comunicação. Disponível em: https://massanews.com/noticias/plantao/feminicidio-mulher-morre-apos-ser-baleada-em-agencia-bancaria-mOOjP.html. Acesso em: 05 mar. 2019.

PORTAL G1PR. **Suspeito de matar a esposa em Castro é preso na rodoviária de Ponta Grossa.** Rede Paranaense de Comunicação – Campos Gerais e Sul. Disponível em: https://g1.globo.com/pr/campos-gerais-sul/noticia/2019/01/04/suspeito-de-matar-esposa-em-castro-e-preso-na-rodoviaria-de-ponta-grossa.ghtml. Acesso em: 05 mar. 2019.

RICTV. **Mulher é morta pelo marido na frente dos cinco filhos em Ponta Grossa.** Rede Independência de Comunicação/RICTV Ponta Grossa. Disponível em: https://noticias.r7.com/ric-mais/mulher-e-morta-pelo-marido-na-frente-dos-cinco -filhos-em-ponta-grossa-19102017. Acesso em: 05 mar. 2019.

RPCTV. **Estudante de Agronomia é morta a facadas em Ponta Grossa.** Rede Paranaense de Comunicação/Campos Gerais e Sul. Disponível em: <https://g1.globo.com/google/amp/g1.globo.com/pr/campos-gerais-sul/noticia/estudante-de-agronomia-e-morta-a-facadas-em-ponta-grossa-policia-diz-que-ex-namorado-e-suspeito-do-crime.ghtml>. Acesso em: 05 mar. 2019.

STEARNS, Peter Nathaniel. **História das relações de gênero.** [tradução Mirna Pinsky]. – 2. ed., 4ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2017.

DESAFIOS E POTENCIALIDADES DA REDE DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Bruna Woinorvski de Miranda[1]
Marcos Koczur Lacerda[2]
Raíssa Jamile Sequinel[3]

RESUMO
Esse trabalho objetiva abordar os aspectos sócio-históricos acerca da problemática de gênero e violência contra a mulher. Trata-se de um artigo que busca contextualizar o papel das políticas públicas, na realidade brasileira, na sua dimensão histórica e política, marcada por movimentos feministas que deram visibilidade em constantes debates e conquistas relacionados com a questão da violência doméstica e familiar contra a mulher. Ainda, busca-se trazer nesse ensaio, a rede de enfrentamento à violência contra a mulher na cidade de Ponta Grossa -PR, elucidando alguns dados sistematizados pelo setor de Serviço Social do Juizado da Mulher, refletindo algumas fragilidades e desafios relacionados ao tema de violência contra a mulher no município.

Palavras-chave: Relações de Gênero. Violência contra a Mulher. Rede de Enfrentamento.

INTRODUÇÃO

Quando discorremos sobre gênero, devemos ter a clareza de que é uma categoria de caráter social, histórico e cultural, e qual sua diferença com sexo. Diversos são os autores que se ocuparam em contextualizar e definir os termos, mas, em suma, pode-se dizer que “sexo” se refere às diferenças biológicas havidas entre homens e mulheres, enquanto que “gênero” é um termo que remete à cultura por ser social e historicamente concebido, e está atrelado a atribuição de

[1] Bacharel em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG (2009), mestranda em Ciências Sociais Aplicadas (UEPG). Analista Judiciária/Assistente Social no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná - TJ/PR, com atuação no Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Vara de Crimes contra Crianças, Adolescentes e Idosos e de Execução de Penas e Medidas Alternativas de Ponta Grossa/PR.
[2] Graduando em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG e estagiário de Serviço Social no Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Vara de Crimes contra Crianças, Adolescentes e Idosos e de Execução de Penas e Medidas Alternativas de Ponta Grossa/PR.
[3] Graduanda em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG e estagiário de Serviço Social no Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Vara de Crimes contra Crianças, Adolescentes e Idosos e de Execução de Penas e Medidas Alternativas de Ponta Grossa/PR.

estereótipos de comportamento e de papeis e funções desempenhados por homens e mulheres nos diversos espaços sociais.

Através dos tempos são pré-estabelecidos papéis sociais, tanto às mulheres quanto aos homens, os quais perpassam por diversas esferas como a econômica, social, familiar, política etc. Em se tratando da mulher, esta em seu papel socialmente estabelecido, é sempre vinculada e submissa a alguma figura masculina, resultado de um sistema masculino, patriarcal hegemônico e heteronormativo. Uma das influências cruciais para esta visão de mulher enquanto submissa e obediente foi a Igreja, o cristianismo, visto que a religião sempre teve um papel de muita influência na construção da sociedade, corroborando para a propagação da lógica da dominação masculina.

Sendo assim, pode-se compreender que a violência contra a mulher é originária desse fato social herdado da ordem patriarcal, fruto de estereótipos os quais a mulher não pertencente a essa ordem de dominação, torna-se uma vítima da violência. O homem, exigido em um papel social onde deve demonstrar toda sua força, virilidade, poder e dominação, acaba por vitimar aquela mulher que de alguma forma, foge ao estereótipo fazendo com que ele perca este sentimento de virilidade e dominação sobre ela. A desigualdade de gênero surge destas relações e papéis socialmente estabelecidos e reproduzidos.

A violência contra a mulher tem uma de suas manifestações no espaço familiar-doméstico, denominada violência doméstica. Segundo a lei 11.340/06 (lei Maria da Penha) a violência doméstica e familiar caracteriza-se por “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” que ocorram no âmbito doméstico, com ou sem vínculo familiar; no âmbito da família, com laços sanguíneos ou de afinidade; e em relações íntimas de afeto, independente de coabitação do agressor com a ofendida (BRASIL, 2006).

Contudo, essa concepção da violência é resultante de um longo processo sócio-histórico marcado pela tentativa de superação da lógica androcêntrica de submissão da mulher em detrimento do homem que vem predominando até os dias atuais em nosso país.

1 AS RELAÇÕES DE GÊNERO NA PERSPECTIVA SÓCIO-HISTÓRICA E O CONTEXTO COM A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

Compreender o cenário de lutas pela igualdade e o combate da violência contra a mulher, requer retomar um pouco da historicidade do movimento de mulheres que, ao longo dos anos buscaram/buscam questionar os padrões sociais qualificados nas relações de gênero responsáveis por (re)produções de desigualdades sociais e violências estruturais e/ou individuais.

Pode-se considerar que o direito ao voto para mulheres, promulgado em 1932 no governo de Getúlio Vargas, foi um grande marco na história brasileira, ao colocar a mulher na cena política, possibilitando assim maior participação política, social e civil.

O movimento feminista, dentre as suas várias vertentes teóricas e políticas, possui a questão da violência contra a mulher como uma pauta comum e histórica. Os esforços empregados para sensibilizar a sociedade e o reconhecimento da prática da violência contra as mulheres ganharam/ganham visibilidades para inúmeras reflexões acerca das violações dos direitos humanos e consequentemente em ações que busquem mudanças culturais nesse cenário.

As reivindicações pela luta de direitos iguais entre homens e mulheres ganham um papel fundamental ao transferir essa pauta social para a esfera pública, fomentando o incentivo a políticas sociais que tenham como objetivo diminuir as desigualdades sociais em relação ao gênero e a violência contra mulheres advinda desse fenômeno. Esse movimento no contexto brasileiro teve grandes avanços da ditadura militar, conforme afirmam Brasão e Oliveira (2010, p. 61):

> No final dos anos 70, exigia-se do Judiciário o fim da absolvição dos maridos e ex-maridos que matavam suas companheiras em nome da legítima defesa da honra, tese usada pelos advogados de defesa para desqualificar a imagem das mulheres assassinadas e, assim, garantir a absolvição dos réus. Ainda no inicio dos anos oitenta, foi cobrada ao poder Executivo a criação de políticas públicas como as DEAMs – Delegacias Especializadas e Atendimento à Mulher e casas-abrigos. Do Legislativo, reivindicou-se a alteração da legislação nacional, especialmente a penal e civil, detentoras de artigos discriminatórios e sem previsão de norma para proteger as mulheres vítimas de violência.

O próprio Estado Brasileiro, por meios de mecanismos jurídicos buscava justificar as atrocidades contra mulheres, como é o caso do código penal o qual

absolvia maridos e ex-maridos que matassem suas esposas e ex-esposas em casos de adultério. As manifestações que reivindicavam mudanças no cenário político ganharam maiores expressões e conquistas no período pós ditadura, com a Constituição Federal de 1988 com um enfoque na igualdade e universalidade dos direitos sociais, civis e políticos. No âmbito internacional, a Organização das Nações Unidas - ONU, reconhece no ano de 1975, o dia 8 de março como o Dia Internacional da Mulher, colaborando para o reconhecimento das pautas de lutas de mulheres no mundo. Nesse mesmo cenário internacional, destaca-se outro marco importante nas ações levantadas pelo movimento feminista, absorvidas na esfera internacional, destacando as questões relacionadas a discriminação contra a mulher:

> Em 1979, a Assembléia Geral da ONU elabora e aprova a Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher. A CEDAW, assinada pelo Brasil em 1984, com reservas, e ratificada totalmente em 1994, é o primeiro instrumento internacional de direitos humanos voltado, especialmente, para a proteção das mulheres. Tem por objetivo promover a igualdade entre os gêneros e a não-discriminação contra as mulheres (BRAZÃO, OLIVEIRA, 2010, p. 66)

No Brasil, sob o cenário de mobilizações nacionais e internacionais, é criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), no ano de 1985, pensado como um organismo com o intuito em criar políticas públicas para mulheres no âmbito federal. No processo de elaboração da nova Constituição Federal, o movimento feminista junto do CNDM, elabora a Carta da Mulher Brasileira aos Constituintes, a qual buscou contemplar pautas reivindicatórias relacionados às mulheres. Desta forma, as conquistas da Carta da Mulher Brasileira aos Constituintes na elaboração da CF de 1988, tem como um marco na questão de igualdade de direitos, conforme afirma tal - *"Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações".*

Nos anos seguintes com a Constituição Federal, e maior possibilidade de participação de mulheres na cena política, três CPI's foram instaladas a fim de tensionar as questões legislativas do cenário de violências contra mulheres. Os avanços na questão de violência contra a mulher nesse cenário, ganhou um enfoque de gênero bem definido, envolvendo outras organizações coletivas feministas e influências internacionais. Dentre as conquistas relacionadas à questão de gênero, cita-se: Lei 8930/1994, que dá nova redação a Lei no 8.072/1990, lei dos crimes hediondos, para incluir o estupro entre os crimes hediondos que são considerados inafiançáveis, nos termos do art. 5, inciso XLIII, da Constituição Federal e o Decreto

Legislativo n 26 de 23/06/1994, que suspende as reservas interpostas pelo governo brasileiro à assinatura da CEDAW - Convenção pela eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher (BRAZÃO; OLIVEIRA, 2010).

Em 1998, as Nações Unidas no Brasil e Secretaria Nacional de Direitos Humanos do Ministério da Justiça lançaram o “Pacto Comunitário contra a Violência Intrafamiliar” e a Campanha “Uma Vida sem Violência é um Direito Nosso”. Ainda, a luta pelo fim da violência contra mulheres é destaque na Convenção Interamericana de Belém do Pará[4], para prevenir, punir e erradicar a violência contra as mulheres, a qual foi articulada pelo CLADEM – Comitê Latino Americano de Defesa dos Direitos da Mulher.

Nos anos seguintes, o tema da violência contra a mulher ganha outros destaques, conforme Brasão e Oliveira (2010, p. 71):

> Na Legislatura 1999-2003, os temas da legislatura anterior continuaram em discussão, acrescida ainda de proposições que tinham por objetivo a mudança da Lei 9.099/1995 (que considerava a violência contra a mulher como crime de menor potencial ofensivo). Ganha enfoque a discussão do assédio sexual, que se tornou lei em 2001, os debates sobre a ineficácia da lei 9099 para julgamento dos casos de violência contra as mulheres que contou em 2002 com a Lei para estabelecer o afastamento do agressor do lar nos crimes de violência doméstica, bem como o acompanhamento da tramitação do projeto de lei que instituiria o Novo Código Civil, aprovado em 2001 e que entrou em vigor somente em janeiro de 2003, compatibilizando o Código aos dispositivos constitucionais e revogando discriminações contra as mulheres inscritas no ordenamento desde 1917.

Esse processo histórico de lutas e resistências do movimento feminista trouxe inúmeros ganhos nas políticas públicas em relação ao tema de mulheres e violências. Entretanto, o mais significativo se tratando de instrumentos de coibição e punição de violências contra mulheres é a Lei 11.340 de 2006, conhecida popularmente como Lei Maria da Penha, considera em 2012, a terceira melhor lei do mundo em matéria de violência contra mulher.

2 NORMATIZAÇÕES E A REDE DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

4 Adotada pela Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos em 6 de junho de 1994 e ratificada pelo Brasil em 27 de novembro de 1995. Disponível em: http://www.cnj.jus.br/images/programas/lei-maria-da-penha/convencao_de_belem.pdf

O contexto descrito na realidade brasileira em relação aos direitos e o combate à violência contra a mulher, constituiu-se num processo gradual e quase que fragmentado. Ainda que possam ser identificados no Brasil, especialmente depois da criação da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres - SPM em 2003 algumas regulamentações que organizavam o atendimento da mulher em situação de violência e colocavam a problemática em pauta na agenda do governo (tais como o Plano e o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher), é somente com a Lei 11.340 de 2006[5] que se estabeleceu uma política integral de enfrentamento a violência doméstica e familiar.

Antes desse marco histórico os dispositivos públicos que respondiam boa parte da demanda de violência doméstica e familiar contra a mulher eram as Casas-Abrigos e as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM's). Não havia uma perspectiva em trabalhar ações em redes, e é nesse cenário que a lei Maria da Penha apresenta mudanças, ampliando o enfrentamento a violência doméstica e familiar.

A ampliação dos dispositivos é uma estratégia que busca consolidar as ações de prevenção, atendimento e garantia de direitos da mulher junto com a responsabilização dos agressores. Desta forma, os serviços com esse enfoque passaram a contar com: centros de referência da mulher, defensorias da mulher, promotorias da mulher ou núcleos de gênero nos Ministérios Públicos, juizados especializados de violência doméstica e familiar contra a mulher, Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180), entre outros.

Desta forma, a rede de enfrentamento e atendimento à mulher vítima de violência doméstica ou familiar é consolidada em base das singularidades dos estados e municípios brasileiros, considerando os fatores de financiamento para estruturação e diagnósticos locais em relação à violência contra a mulher. Essa consolidação, se dá na ótica dos marcos legais (Lei 11.340 de 2006, I e II Planos

5 Embora a Lei Maria da Penha foi criada somente em 2006, após o caso da brasileira Maria da Penha Fernandes ter sofrido violência familiar pelo seu ex-companheiro, o qual tentou matá-la duas vezes, fazendo com que a situação chegasse a Corte de Justiça da Organização dos Estados Americanos, que condenou o Brasil por omissão, havia um movimento ((CFEMEA, ADVOCACI, CEPIA, AGENDE, THEMIS e CLADEM e juristas feministas), anos antes para estudar e elaborar uma minuta de projeto de lei para estabelecer medidas de prevenção, punição e erradicação da violência doméstica e familiar contra as mulheres, formando assim o Consórcio de ONGs feministas para elaboração de uma lei integral de combate à violência doméstica e familiar contra as mulheres, criado em 2002.

Nacionais de Políticas para as Mulheres - PNPM e, em especial, da Política e do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres) nas políticas públicas voltadas para a erradicação da violência doméstica e familiar contra a mulher.

Na realidade de Ponta Grossa/PR, a rede de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher conta com dispositivos estruturados com objetivo de prestar atendimento especializado, buscando compreender as múltiplas dimensões dos casos que chegam até os equipamentos da rede, buscando acolher a mulher vítima de violência, dando-lhe assistência necessária de acordo com a complexidade das realidades vivenciadas por mulheres no município. Desta maneira, a rede de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher pode ser compreendida na sistematização que segue:

QUADRO 1: A REDE DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER EM PONTA GROSSA/PR.

EQUIPAMENTOS	ATRIBUIÇÕES	SERVIÇOS OFERTADOS
Disque 180	Serviço telefônico criado em 2005 para denunciar casos de violência contra a mulher. Funciona 24 horas por dia, inclusive em feriados, e a ligação é gratuita.	- Acolhimento da mulher vítima de violência; - Ouvidoria; - Orientações e encaminhamentos a serviços da rede; - Registro de denúncias de situação de violência.
Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM)	São unidades da Polícia Civil que realizam ações de prevenção, apuração, investigação e enquadramento legal.	- Acolhimento inicial a mulher em situação de violência; - Registro de Boletim de Ocorrência; - Solicitação de medida protetiva de urgências; - Suporte policial a domicilio; - Encaminhamento à rede conforme demanda.
Juizado/Vara especializada no atendimento de crimes contra a	Órgão do Poder Judiciário com competência criminal, responsável por processar, julgar e executar as causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar	- Responsabilização do/a autor/a de violência e proteção da mulher vítima; - Orientações e encaminhamentos a serviços da rede;

mulher	contra a mulher. Suas principais funções são: julgar ações penais e conceder medidas protetivas	- Atendimento humanizado por equipe de referência especializada em matéria de violência contra a mulher.
Patrulha Maria da Penha	Serviço municipal com competência em garantir a segurança da mulher através de monitoramento do cumprimento de medidas protetivas de urgência pela guarda municipal.	- Visitas a domicilio; - Orientações sobre a aplicação de medidas protetivas; - Interação com o Poder Judiciário.
Casa Corina Portugal	Serviço de acolhimento institucional temporário para mulheres e seus filhos em casos de violência doméstica ou familiar em casos onde a vítima não tenha rede familiar.	- Acolhimento institucional a mulher vítima de violência e seus familiares; - Identificação de demandas socioassistenciais para encaminhamentos aos dispositivos da rede.
Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS	Serviço especializado da Política de Assistência Social com competência de acolher demandas socioassistenciais de média complexidade.	- Orientações e encaminhamentos a serviços da rede; - Atendimento humanizado por equipe de referência especializada em matéria de violência contra a mulher.
Núcleo Maria da Penha - NUMAPE	Projeto de extensão que busca prestar atendimento especializado com equipe de referência (Assistentes Sociais, Psicólogos e Advogados), a mulheres em situação de violência doméstica e familiar.	- Orientações e encaminhamentos a serviços da rede; - Atendimento humanizado por equipe de referência especializada em matéria de violência contra a mulher.
Centro Judiciário de Resolução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC	Serviço especializado do poder judiciário que atende a demanda de solução consensual de resolução de conflitos e orientações relativas a questões de cidadania.	- Oferecimento de práticas restaurativas em casos de violência contra a mulher.

Fonte: Dados sistematizados pelos autores.

Vale ressaltar que, em Ponta Grossa, a atuação articulada entre os equipamentos elencados se mostra como crucial ante aos diversos fatores determinantes da violência contra a mulher, bem como das consequências que dela podem advir. Corrobora com isso alguns dados recentes do Juizado de Violência contra a Mulher que demonstram uma evolução nos casos judicializados nos últimos anos. Embora não trate da totalidade dos casos de violência contra a mulher, não deixam de ilustrar a realidade do município, bem como de evidenciar as principais problemáticas oriundas dos contextos de violência.

3 A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA CIDADE DE PONTA GROSSA/PR

O Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Ponta Grossa/PR é uma das oito varas criminais do Estado especializada no acolhimento e julgamento de crimes contra a mulher. Em funcionamento desde 2012, o referido juízo possui quase oito mil processos em andamento no que tange a situações de violência contra a mulher[6].

Dentre as situações atendidas, os casos em que a vítima requer medidas protetivas de urgência ou que estas são aplicadas em decorrência de situação de violência flagranteada pelas autoridades policiais, são acompanhadas com maior frequência pelo setor de serviço social do Juizado que, de acordo com as demandas identificadas, realiza orientação sócio-jurídica das mulheres e articula o seu atendimento com os demais equipamentos e Políticas Públicas.

Como uma forma de monitoramento e diagnóstico institucional, o setor de serviço social, desde a sua implantação em 2014, vem promovendo a tabulação dados dos referidos processos que, por sua vez, subsidiam a construção de projetos e intervenções condizentes com o perfil e as demandas apresentadas ao Juizado. Paralelamente, tais informações transparecem peculiaridades da violência contra a mulher e evidenciam fragilidades e potencialidades concernentes à temática e que permeiam toda a Rede local.

Em suma, salta aos olhos o crescimento exponencial das situações de violência contra a mulher judicializadas, especificamente quando analisados os casos de solicitação de medidas protetivas de urgência e de prisões em flagrante que ensejaram o seu deferimento: em 2014, estes processos formaram um montante de 286 casos, enquanto que, em 2018, totalizaram 1080 (um crescimento de 377%).

Não se tem informações suficientes para se concluir se o significativo aumento nos casos judicializados caracterizam uma onda de misoginia que acarreta em maiores incidências de violência contra a mulher ou se, de fato, as denúncias vêm ocorrendo com maior frequência. Todavia, entre as duas possibilidades, esse aumento é visto com bons olhos por significar um maior número de mulheres

6 Dados obtidos com o Setor de Serviço Social do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e anexos da comarca de Ponta Grossa/PR.

acessando os serviços do Poder Judiciário na busca pela efetivação dos seus direitos.

O perfil das mulheres atendidas pouco variou: embora a violência se manifeste em todas as faixas etárias, há predominância de mulheres jovens, econômica e sexualmente ativas, com faixa etária de 26 a 35 anos. A maior parte delas se declarou solteira (ainda que convivesse maritalmente com o autor de violência, assim se declaravam ao relatar a violência sofrida em autoridade policial – quase sempre motivação para o rompimento de sua relação) e, em pelo menos 80% dos casos, possuem filhos (em sua maioria, menores de idade, que se configuram como vítimas diretas ou indiretas da violência denunciada).

Destas informações é possível destacar as consequências psicossociais que a violência pode acarretar nas mulheres limitando as possibilidades de envolvimento afetivo (por possíveis traumas ou medos), social (pelos preconceitos existentes, contra as mães solo, por exemplo), ou ainda de inserção no mercado de trabalho. Ademais, é possível vislumbrar consequências negativas para os seus filhos, uma vez que a condição de vítima direta ou indireta da violência pode ocasionar um "[...] perverso círculo vicioso: a violência doméstica prejudica a auto-estima da criança (ou adolescente) e lhe ensina a agressão como modelo de relacionamento interpessoal" (MILANI; JESUS, 2003, p. 44) – condição que tende a ser reproduzida em todos os relacionamentos e espaços sociais em que estiverem inseridas.

A identificação do vínculo empregatício das mulheres se apresenta como um entrave nos casos estudados, uma vez que mais de 45% dos processos não costumam ter essa informação no registro da ocorrência policial. Compreende-se que tal informação é de grande relevância para caracterizar eventual dependência econômica da mulher e o seu direito de receber prestação de alimentos, conforme rege a Lei 11.340/2006, em seu artigo 22:

> [...] Constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos desta Lei, o juiz poderá aplicar, de imediato, ao agressor, em conjunto ou separadamente, as seguintes medidas protetivas de urgência, entre outras: [...]
> V - prestação de alimentos provisionais ou provisórios (BRASIL, 2006).

Contudo, dentre os casos em que a informação foi coletada, constata-se que a maioria das mulheres não desempenham atividades remuneradas: a soma das mulheres que estão desempregadas ou que desempenham trabalho informal é de

29%, ao passo que representam 24% do total aquelas que são aposentadas ou são estão formalmente inseridas no mercado de trabalho – condição que corrobora com a maior probabilidade da sua dependência econômica.

Para Soares (2005), a dependência econômica ocorre quando as mulheres não possuem rendimentos fixos e meios de promover a sua subsistência e de seus filhos, dependendo dos rendimentos da pessoa violadora – em geral o companheiro – para sobreviver, costuma ser um dos principais fatores que levam a mulher a não denunciar eventual violência sofrida ou postergar a sua decisão e busca pelos seus direitos, fazendo com permaneça num ciclo de agressões por mais tempo.

Inerente à pessoa autora da situação de violência judicializada, tem-se a predominância do sexo masculino em 97% dos casos no quinquênio, sendo que, em 2018, 41% deles tratavam-se do ex-cônjuge; em 34% eram o companheiro da vítima e, em 7%, o seu namorado. Os filhos figuram como autores de violência em 8% dos casos, sem falar em outros graus de parentesco que emergem dos casos, tais como irmãs, primos, genros/noras e sogros.

A predominância dos companheiros e ex-companheiros das mulheres como autores de violência é um dado que salienta a forte presença da cultura patriarcal na sociedade. Corroborando com esse fato, tem-se que em apenas 35% dos casos o uso de substâncias psicoativas (álcool e drogas) se apresentou como fator motivador da violência relatada – de onde infere-se estado de lucidez dos autores, no que tange a violência cometida.

Por outro lado, é tido como algo positivo o reconhecimento de que outros sujeitos com vínculo afetivo e parentesco consanguíneo ou por afinidade também podem figurar como autores de violência contra a mulher, pois representa o maior conhecimento das vítimas sobre as possibilidades de aplicação da Lei Maria da Penha.

O mesmo ocorre no que tange aos tipos de manifestação de violência contra a mulher. Enquanto em 2014 predominava a denúncia de violência na forma psicológica, seguida da física com poucos registros da violência sexual, em 2018 esse panorama muito se alterou. A violência psicológica continua sendo relatada com mais frequência (em 38% dos casos) e, além da violência física (que representa 17% dos processos), as violências sexual, moral e psicológica passaram a ser registradas nas autoridades policiais e representaram, cumulativamente, 5% das

situações. Os outros 40% se referem a relatos que contemplam mais de uma forma de manifestação da violência, predominando situações em que houve lesão corporal (crime de maior potencial ofensivo). Tais informações demonstram que, aos poucos, as mulheres vêm se apropriando do conteúdo da lei e reconhecendo que a violência contra a mulher possui diferentes interfaces e formas de manifestações.

4 FRAGILIDADES E POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO

Apesar de normatizada, a Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher não encontra, no aparato legal, subsídios para serem constituídas, de modo que a presença dos diferentes equipamentos não é obrigatória e varia bastante de município para município. Nesse sentido, não são raras as vezes que a Rede se confunde com os serviços da Política de Assistência Social e de Segurança Pública, bem como fica à mercê dessas estruturas para que desenvolva o seu trabalho.

É evidente que as peculiaridades de cada cidade devem ser consideradas, todavia, em maior ou menor escala, a violência contra a mulher se faz presente em todos os contextos, assim como as implicações que dela decorrem. O breve panorama apresentado sobre a realidade do município de Ponta Grossa/PR exemplifica algumas das demandas que emergem da problemática ilustrando a complexidade que permeia a violência contra a mulher, bem como justificando a constituição da Rede em todos os municípios - um dos desafios que se colocam aos governantes.

Por derradeiro, por maior e contributiva que tenha sido a trajetória até então percorrida para a proteção da mulher em situação de violência, a constante revisão das legislações (a exemplo da Lei de Importunação Sexual recentemente promulgada), demonstra que ainda há muito por se fazer. Nesse contexto, mais do que a constituição das Redes de Enfrentamento locais, ou talvez paralelamente a esse desafio, coloca-se a necessidade de reforçar a luta contra as marcas da cultura patriarcal e machista que ainda insiste em inferiorizar a mulher e em violar os seus direitos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 11.340/2006.** (Lei Maria da Penha). Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher e dá outras providências. Promulgada em 07 de agosto de 2006.

BRASIL. **Rede de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres.** Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Brasília, 2011.

BRAZÃO, Analba; OLIVEIRA, Guacira Cesar de (Orgs). **Violência contra as mulheres uma história contada em décadas de luta.** Brasília: Centro Feminista de Estudos e Assessoria - CFEMA, 2010.

MILANI, Feizi Masrour; JESUS, Rita de Cássia Dias Pereira de (Orgs). **Cultura de Paz:** Estratégias, Mapas e Bússolas. Salvador: INPAZ, 2003. 356 p.

SOARES, Bárbara M. **Enfrentando a violência contra a mulher.** Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005. 64 p.

"ANÔNIMO ERA UMA MULHER": O EXÍLIO DA MULHER NA LITERATURA

Vitoria Alessandra Azevedo[1]

RESUMO
Este trabalho aborda a dificuldade das mulheres em escrever ficção antes do século XIX e perceber como isso transforma a existência da mulher e seu dom para a escrita em um exílio, uma vez que elas não tinham liberdade de fazer muito, poucas tinham o privilégio de estudar e menos ainda de escrever livros. Também será debatido o que mudou de antigamente para os dias de hoje em relação à literatura de autoria feminina. Foi usado como base o livro de Virginia Woolf, *Um Teto Todo Seu* (1929) para relatar toda a luta que as mulheres enfrentaram para poderem ser escritoras. Já para tratar do exílio, utilizaremos textos de Edward Said, Jean-Luc Nancy e Franco Rella.

Palavras-chave: Literatura. Exílio. Virginia Woolf.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho relata a trajetória das mulheres para escrever Literatura, começando pelo século XIX até os dias de hoje, utilizando como base teórica para exemplificar essa questão o livro *Um Teto Todo Seu* (1929), de Virginia Woolf.

Tem por intuito valorizar a escrita feminina, uma vez que durante muitos anos, as mulheres foram consideradas intelectualmente inferiores aos homens e incapazes de grandes feitos intelectuais, já que o cânone literário era composto somente por homens brancos e de classe média/alta, fazendo com que dessa maneira as mulheres permanecessem em um tipo de exílio literário, tema que será discutido por meio de textos dos intelectuais Edward Said, Jean-Luc Nancy e Franco Rella.

UM TETO TODO SEU

Em 1929, a escritora britânica Virginia Woolf publicou Um Teto Todo Seu, livro que se originou de uma palestra, cujo tema foi: as mulheres e a ficção. A obra possui este nome graças à perspectiva de Virginia sobre o que as mulheres precisavam para escrever ficção, que era "dinheiro, um teto todo seu, um espaço próprio" (WOOLF, 1929, p. 12).

Como a obra foi feita a partir do diálogo que a autora teve com as mulheres universitárias, sua escrita é demarcada por várias digressões e marcas de oralidade, de forma que é como se ela estivesse conversando com o leitor, uma característica própria da escrita feminina, como observa Lúcia Castello Branco em seu livro *O Que*

[1] Programa de Mestrado em Linguagem, Identidade e Subjetividade da Universidade Estadual de Ponta Grossa, área "Linguagem, identidade e subjetividade".

É Escrita Feminina? (1991). Para Branco, o feminino não é referente apenas às mulheres, porém, com base em suas leituras de textos de autoria feminina, percebeu que eles diferem dos demais por apresentarem “um tom, uma dicção, um ritmo, uma respiração próprios” (BRANCO, 1991, p. 13). Além disso, o que chamava a atenção da autora era o que estava na superfície do texto, “na inflexão da voz, na respiração em geral simultaneamente lenta e precipitada, no tom oralizante da sua escrita” (BRANCO, 1991, p. 14).

A romancista inglesa escreve o livro pelo ponto de vista de “Mary Beton, Mary Seton, Mary Carmichael” (WOOLF, 1929, p. 13), fazendo alusão de que poderia ser qualquer mulher a protagonista desta história, já que toda pessoa do sexo feminino pode se identificar com as adversidades da vida da personagem, que começa a narrativa admirando a paisagem de uma universidade, a fictícia Oxbridge, no entanto, ela se vê caminhando pelo gramado e, logo em seguida, avista um homem tentando impedi-la, isto porque naquela época apenas os acadêmicos e professores eram permitidos andar por ali, o que cabia a ela era somente o cascalho. Neste ponto percebemos o exílio que a personagem sofre, pois apenas por ser mulher, Mary era impossibilitada de pisar em um determinado lugar, ela era condicionada ao cascalho: “o cascalho era meu lugar” (WOOLF, 1929, p. 15) e isso gera “uma condição criada para negar a dignidade – e a identidade às pessoas” (SAID, 2003, p. 48).

Outro momento em que isso acontece é quando Mary é proibida de entrar na biblioteca, novamente um homem a dispensa com um gesto, lembrando-a de que “só se admitiam damas na biblioteca se acompanhadas por um estudante da universidade ou munidas de uma carta de apresentação” ((WOOLF, 1929, p. 17). Em seu ensaio *Reflexões Sobre o Exílio*, Edward Said articula sobre o “território do não-pertencer” (SAID, 2003, p. 50) e apesar de ele estar se referindo ao nacionalismo, acredito que este termo se encaixa perfeitamente nesta situação, uma vez que a protagonista do livro de Virginia se sente deslocada no ambiente, visto que ela é privada de usufruir certos espaços e isto é uma forma de exílio, pois de acordo com Said, “o exílio é uma solidão vivida fora do grupo: a privação sentida por não estar com os outros na habitação comunal” (SAID, 2003, p. 50), e este sentimento não era apenas de uma pessoa, mas sim compartilhado por todo um gênero.

Ela olha para as portas fechadas da biblioteca e pensa em “como é desagradável ficar presa do lado de fora” e pensa que talvez fosse “pior ficar presa do lado de dentro; e pensando na segurança e na prosperidade de um sexo, na pobreza e na desproteção do outro” (WOOLF, 1929, p. 39). Este trecho nos remete novamente ao texto de Said, porque, por mais que ele escreva sobre outro tipo de exílio, no qual a pessoa é obrigada a sair do país em que vive e reconstruir sua história em um lugar completamente diferente, a condição da mulher naquela época era de exílio, um banimento da sociedade, dado que elas eram isoladas, seu lugar seguro era dentro de casa, um dos poucos lugares em que lhe era permitido estar, por isso o pensamento de que no “exílio é melhor ficar para trás ou não sair: mas somente às vezes” (SAID, 2003, p. 51), posto que ela não gostava de ser impedida de entrar, mas, ainda assim, ficar reclusa era muito pior.

No dia seguinte, ela teve que se resignar a visitar o Museu Britânico, uma vez que era uma das únicas coisas que ela poderia fazer, e assim compreendemos que a mulher daquele tempo era privada de muitas coisas. Dessa forma, escrever para ela lhe exigia muito mais do que para um homem, que não era privado de nada e poderia usufruir de qualquer espaço e estudar o que bem entendesse. Ou seja, quem tem mais vivências teria mais facilidade em escrever, teria mais o que dizer, na teoria... Isso alude ao texto de Spivak, *Pode o Subalterno falar?* (1985), em que ela se pergunta se o subalterno, no caso a mulher, têm algo a dizer e mesmo se tiver, qual credibilidade isso terá?

Mary conversa com outra mulher durante o jantar em Fernham - outra universidade inventada - elas discorrem sobre a diferença da refeição que as mulheres e os homens recebem, uma vez que a masculina era muito mais satisfatória. Elas acabam entrando no assunto dos recursos que a universidade detinha, visto que ela apenas possuía trinta mil libras como auxílio e todos achavam que isso era suficiente, já que naquela época poucas pessoas queriam que as mulheres estudassem. Mary então começa a pensar no que as mulheres de antes gastavam seu dinheiro, pois se elas tivessem deixado mais dinheiro para a faculdade, as mulheres daquela época poderiam desfrutar de uma refeição melhor e estudar sobre assuntos mais complexos. No entanto, ela cai em si e percebe que “ganhar dinheiro era impossível para elas” e mesmo que elas conseguissem de alguma forma, “a lei lhes negaria o direito de possuir o dinheiro ganho” (WOOLF,

1929, p. 37), sendo que foi apenas no fim do século XIX que as mulheres casadas do Reino Unido conquistaram o direito de serem proprietárias de seus bens, por isso elas não se empenhavam em ganhar nada, já que isso seria tirado delas.

Dessa forma, ela se questiona sobre “que efeito tem a pobreza sobre a ficção?” (WOOLF, 1929, p. 41). Sendo assim, ela decide ir ao museu para encontrar respostas, se depara com os livros e pergunta: “vocês têm noção de quantos livros sobre mulheres são escritos no decorrer de um ano? Vocês têm noção de quantos são escritos por homens? Têm ciência de que vocês talvez são o animal mais debatido do universo?” (WOOLF, 1929, p. 43). Ela se surpreendeu ao notar que a mulher era um assunto que atraía romancistas, ensaístas, “jovens rapazes com título de mestre; homens sem título nenhum; homens sem qualquer qualificação aparente exceto a de não serem mulheres”. (WOOLF, 1929, p. 43). Em contrapartida, ela percebeu, com alívio, que as mulheres não escreviam livros sobre os homens, porém ela se perguntou o porquê dessa disparidade, por que as mulheres eram mais interessantes para os homens do que os homens para as mulheres?

Em seguida, ela cita o poeta britânico Alexander Pope, que afirma que “a maioria das mulheres não tem nenhum caráter” e La Bruyère que declara que “as mulheres são o extremo: elas são melhores ou piores do que os homens” (WOOLF, 1929, p. 47), também menciona Napoleão, que acreditava que as mulheres eram incapazes de aprender. Depois de uma manhã pesquisando sobre o assunto, Mary percebeu que sua pesquisa não tinha sido proveitosa, uma vez que os autores dos livros sobre mulheres não escreviam nada de útil e que era melhor nem abri-los, uma vez que eles foram escritos “no afã do momento e não na tranquilidade da verdade” (WOOLF, 1929, p. 51).

A pesquisadora então se recorda que o Professor Von X, no livro *A Inferioridade Mental, Moral e Física do Sexo Feminino* – ambos fictícios - alegou que as mulheres eram inferiores, mas talvez “ele estivesse preocupado não com a inferioridade delas, mas com sua própria superioridade” (WOOLF, 1929, p. 53). Mary então enfatiza que

> a vida para ambos os sexos (...) é árdua, é difícil, uma luta perpétua. Requer coragem e força gigantescas. Mais que qualquer coisa, talvez, criaturas da ilusão como somos, ela requer confiança em si mesmo. Sem autoconfiança somos como bebês no berço. E de que modo podemos adquirir essa qualidade imponderável, que também é tão inestimável, o mais rápido possível? Pensando que as outras pessoas são inferiores. [...] Por isso a enorme importância para o patriarcado de ter de conquistar, ter de governar,

> de achar que um grande número de pessoas, metade da raça humana, na verdade, é por natureza inferior (WOOLF, 1929, p. 53-54).

Por esse motivo Napoleão e Mussolini reiteravam a subalternidade das mulheres, “pois se elas não fossem inferiores, eles deixariam de crescer”. Assim, nossa protagonista relembra quais eram as principais ocupações disponíveis para as mulheres antes de 1918: “trabalhos ocasionais nos jornais, escrevendo sobre um espetáculo aqui ou um casamento ali; ganhei algumas libras endereçando envelopes, lendo para senhoras idosas, fazendo flores artificiais, ensinando o á-bê-cê para crianças do jardim de infância” (WOOLF, 1929, p. 57) e após isso, revela que recebeu de herança de sua tia quinhentas mil libras por ano e isso lhe trouxe uma liberdade que ela nunca tinha experimentado, tal fato lhe mostrou que ela não precisava de um homem para viver. Isto posto, ela anseia que “daqui a cem anos (...) as mulheres não serão o sexo protegido. É lógico que elas farão parte de todas as atividades e dos esforços que um dia lhes foi negado” (WOOLF, 1929, p. 60), mas como podemos bem saber, ainda falta um árduo caminho para que consigamos conquistar tudo o que nos foi negado no passado.

Lendo alguns livros, ela percebe a diferença de como as mulheres são retratadas na ficção e de como elas são na vida real: “na vida real uma mulher respeitável mal pode se mostrar sozinha em público, e ainda assim no palco a mulher se iguala ao homem ou o supera” (WOOLF, 1929, p. 66), ou seja, a mulher é “um ser complexo e esquisito”, pois quem lê as obras em que a mulher tem grande prestígio, imagina que ela possui uma enorme importância, porém, na realidade, ela é completamente irrelevante. Se na ficção ela domina a vida de reis e conquistadores; na vida real, “era a escrava de qualquer garoto cujos pais lhe enfiassem um anel no dedo” (WOOLF, 1929, p. 66), se algumas passagens mais marcantes da literatura foram ditas por mulheres; na prática elas mal sabiam ler e soletrar.

Um senhor, que ela acreditava ser um bispo, declarou ser impossível alguma mulher no passado, presente ou futuro, ter a genialidade de Shakespeare. Ela pondera sobre este fato e, por fim, concorda com ele e conclui que realmente seria inverossímil para “qualquer mulher ter escrito as peças de Shakespeare na época de Shakespeare” (WOOLF, 1929, p. 70), ela dá o exemplo hipotético de que se Shakespeare tivesse uma irmã com o mesmo dom para a escrita que ele, que talvez

até rabiscasse umas páginas, mas tivesse a preocupação de escondê-las ou queimá-las, pois não poderia seguir adiante com isto; ou que porventura quisesse ser atriz, os homens teriam rido na sua cara e lhe dito que nenhuma mulher poderia ser atriz.

No entanto, ela reflete

> quando, porém, lemos sobre o afogamento de uma bruxa, sobre uma mulher possuída por demônios, sobre uma feiticeira que vendia ervas ou mesmo sobre um homem muito notável e sua mãe, então acho que estamos diante de uma romancista perdida, uma poeta subjugada, uma Jane Austen muda e inglória, uma Emily Brontë que esmagou o cérebro em um pântano ou que vivia vagando pelas ruas, enlouquecida pela tortura que seu dom lhe impunha. Na verdade, arrisco-me a dizer que Anônimo, que escreveu tantos poemas sem cantá-los, com frequência era uma mulher (WOOLF, 1929, p. 73).

Assim sendo, as mulheres que eram incompreendidas por seu dom naquela época, estavam em um exílio interno e como afirma Nancy (1996): “não se trata então de estar em exílio em si próprio, mas SER exílio em si”, em outras palavras, a existência é o exílio por si só e para as mulheres o exílio é muito maior, principalmente antigamente, já que elas eram reprimidas e condenadas por qualquer coisa que fizessem exceto ser mãe e cuidar da casa.

Nancy explicita que o exílio parte de fora, ou seja, para o filósofo, a existência é um exílio e todo exílio “es un movimiento de salida de lo propio” (NANCY, 1996), portanto há só movimento para fora. Neste caso, ele parte do patriarcado em relação às mulheres, porque, como ela bem conclui, “qualquer mulher que tenha nascido com um grande talento no século XVI certamente teria enlouquecido, atirado em si mesma ou terminado seus dias em um chalé nos arredores da vila, meio bruxa, meio feiticeira, temida e escarnecida” (WOOLF, 1929, p. 74) e ainda que tivesse sobrevivido, qualquer coisa que ela escrevesse teria sido deturpada, uma vez que foi escrito por alguém de “uma imaginação mórbida e esgotada”. Rella afirma em seu livro *Desde El Exilio - La Creación Artística Como Testimonio* (2010), que “o exilado fala uma língua estrangeira não só para o ouvinte, mas para si mesmo” (RELLA, 2010), no caso das mulheres que eram incompreendidas por seu dom ou que não compreendiam seu dom naquela época, talvez por não saberem usá-lo propriamente ou por medo de represálias, eram estigmatizadas como loucas e acabavam ficando reclusas, isto acontecia porque a “língua” que elas falavam era estrangeira tanto

para elas mesmas quanto para os ouvintes, porém, por mais que elas se compreendessem, seus trabalhos não estariam assinados.

Charlotte Brontë, Mary Ann Evans e Amandine Dupin tiveram que se esconder, exilar-se, através de nomes masculinos, mas sem sucesso. Não muito tempo atrás, mais especificamente nos anos 1990, a escritora J. K. Rowling, que não usou um pseudônimo, mas teve de ocultar seu primeiro nome, Joanne, e assinar seus livros apenas com suas iniciais a pedido de seus editores, pois desta maneira os leitores pensariam que os livros eram escritos por um homem e desta forma eles venderiam mais. Ela chegou a dizer em entrevistas[2] que "o uso dos primeiros nomes abreviados, que deixavam a assinatura mais ambígua, facilitaria que os livros fossem lidos por meninos".

Mary, então, pondera que, por mais que os homens tivessem dificuldades para escrever, para a mulher "essas dificuldades eram infinitamente mais descomunais" (WOOLF, 1929, p. 77), visto que "o mundo não dizia a ela como dizia a eles: 'escreva se quiser, não faz diferença para mim'. O mundo dizia, gargalhando: 'Escrever? O que há de bom na sua escrita? '" (WOOLF, 1929, p. 78), já que a convicção masculina daquela época afirmava que não deveria ser esperado nada das mulheres sob a perspectiva intelectual, para a mulher sempre existiria aquela voz lhe dizendo baixinho que ela poderia fazer algo, que era uma incapaz e que talvez, alguma senhora tivesse tirado proveito de sua suposta liberdade e tranquilidade publicando algo, expondo-se e "arriscando-se a ser considerada um monstro" (WOOLF, 1929, p. 85).

Naquela época os críticos até viam com simpatia os "esforços" de alguma condessa para escrever, uma vez que era esperado que uma dama da nobreza obtivesse mais estímulos do que "uma desconhecida senhorita Austen ou uma senhorita Brontë" (WOOLF, 1929, p. 85). Mary cita Margaret Cavendish, a duquesa de Newcastle, que escreveu alguns livros, mas que por isso foi chamada de louca e "se tornou um bicho-papão usado para assustar garotas espertinhas" (WOOLF, 1929, p. 92), dessa forma elas não seguiriam o exemplo da duquesa. Entretanto, ela menciona a escritora Aphra Behn, que depois da morte do marido teve que conseguir o sustento por meio de suas próprias habilidades e assim atestou que a mulher poderia ganhar dinheiro através de seus escritos, sendo assim muitas

[2] Informação retirada do site https://www.bbc.com/portuguese/geral-43592400

mulheres começaram a lucrar com suas traduções ou escrevendo romances ruins. Graças a ela, inclusive as mulheres de classe média começaram a escrever e não apenas as aristocratas. Mary acrescenta que “todas as mulheres reunidas deveriam jogar flores sobre a sepultura de Aphra Behn (...) por ter sido quem conquistou para elas o direito de dizerem o que pensam” (WOOLF, 1929, p. 96).

Contudo, quando uma mulher escrevia, ela tinha de fazê-lo na sala de estar, com seus familiares por perto, consequentemente isso prejudicava a concentração delas e, além disso, muitas vezes elas não queriam que ninguém soubesse que escreviam, por isso, quando alguém passava ou chegavam visitas, elas tinham que esconder seus manuscritos. Um exemplo disso foi Jane Austen, que não deixava que ninguém suspeitasse de sua ocupação, porém nenhuma pessoa teria se envergonhado de ser apanhado escrevendo Orgulho e Preconceito, no entanto, para a autora havia algo de “desonroso” na ação escrevê-lo. Mary se pergunta se O&P teria sido um romance melhor se a autora não achasse necessário ocultar seu manuscrito das visitas. Por esse motivo, as mulheres escreviam mais prosa e ficção, do que poesias ou peças teatrais, que requerem mais atenção. Em razão disso, a importância de ter um teto todo seu.

Blanchot disserta em seu livro *O Espaço Literário* (1987) sobre como Kafka usava a literatura como refúgio e isso, de certa forma, era uma maneira do autor lidar com seu exílio interior, em contrapartida, as mulheres escritoras não tinham este privilégio, elas não podiam se amparar na literatura, porque isso não lhes pertencia, elas tinham que lidar com seu exílio intrinsecamente ou, na maioria das vezes, ignorá-lo. É claro que não podemos colocar Kafka no mesmo patamar do homem branco, cisgênero e heterossexual, já que ele também era oprimido por ser judeu, mas somente por ser homem teve mais facilidade em poder escrever.

Mary fica desapontada por Charlotte Brontë ter vendido os direitos autorais de seus livros à vista por mil e quinhentas libras e se pergunta o que teria acontecido se ela tivesse acesso a trezentas libras por ano, isso evidencia o fato do pouco conhecimento que as mulheres tinham do mundo. Ela ainda cita os romances que considera bons: *Villette* (1853), *Emma* (1815), *O Morro dos Ventos Uivantes* (1847), *Middlemarch* (1869) e diz que todos foram escritos por mulheres com “a experiência de vida que era permitida dentro da casa de um clérigo respeitável; escritos também na sala de estar daquela casa respeitável, e por mulheres tão pobres que não

tinham condições de comprar mais que alguns cadernos por vez para escrever *O Morro dos Ventos Uivantes* ou *Jane Eyre*" (WOOLF, 1929, p. 102). Sendo assim, ela reflete que se Tostói tivesse vivido isolado como as mulheres de sua época, seria improvável ele ter escrito *Guerra e Paz.*

Mary ressalta novamente as escritoras Jane Austen e Emily Bronte e afirma que

> elas escreviam como escrevem as mulheres, não como os homens o fazem. De todas as milhares de mulheres que escreviam romances naquele tempo, elas eram as únicas que ignoravam as admoestações perpétuas do eterno professor – escreva assim, pense assado. Elas eram as únicas surdas àquela voz persistente (...), aquela voz que não deixava as mulheres em paz (WOOLF, 1929, p. 108).

Mary constata que as mulheres pensam "através de nossa mãe", por conseguinte, os escritores homens nunca colaborariam com nenhuma mulher, por mais que elas tenham conhecido alguns artifícios sobre a escrita por via deles, "o peso, o ritmo, o passo da mente de um homem são muito diferentes dos seus para que ela possa aproveitar qualquer coisa de substancial com sucesso" (WOOLF, 1929, p. 110).

Ela reconhece que nos dias de hoje existem tantos livros escritos por mulheres quanto por homens. No entanto, os dias podem ter mudado um pouco, mas no que diz respeito à literatura nem tanto assim, como explicita Maria Bitarello em sua crônica *Literatura é Coisa de Mulher*, publicado em julho de 2017, no blog "Outras Palavras", que as estatísticas de 2013 sobre a literatura nacional são espantosas: 72% dos autores lançados são homens e, além disso, o âmbito não é somente masculino, mas também "branco, heterossexual, ocidental, urbano e de classe média". Quanto aos prêmios de literatura que existem, poucos são dados para mulheres. Bitarello ainda reitera que, todavia, o romance é "coisa de homem" e que espera que as injustiças que fazem com as escritoras sejam reparadas, para que "a história não demore mais uma vida inteira pra reconhecer a grandeza de escritoras tornadas invisíveis" e que não se conheçam as grandes autoras de ficção da nossa geração apenas depois de suas mortes. Isto é, apesar de haver passado vários anos, o exílio literário que a mulher enfrentou outrora ainda permanece.

A narradora então cita uma obra de Mary Carmichael e a analisa, por fim, acrescenta: "dê-lhe um espaço, um teto todo seu e quinhentas libras por ano (...) e

ela escreverá um livro melhor algum dia. Será uma poetisa (...) dentro de cem anos" (WOOLF, 1929, p. 134). Neste trecho ela não se refere apenas a Mary Carmichael, como também a todas as mulheres.

Em seguida, ela faz uma citação de Arthur Quiller-Couch, que diz que a genialidade poética não aparece de forma igual entre ricos e pobres. "[...] o poeta pobre não tem hoje em dia, nem teve durante duzentos anos, a mais remota chance" e afirma que "a liberdade intelectual depende de coisas materiais" (WOOLF, 1929, p. 150-151). Sabe-se que as mulheres sempre foram pobres desde o começo dos tempos. Desta forma, as mulheres também não tiveram "a mais remota chance de escrever poesia" (WOOLF, 1929, p. 151).

Agora não mais falando por Mary Beton, Seton ou Carmichael, e sim como Virginia Woolf, ela faz um pedido a todas as mulheres que estavam assistindo à palestra e as que estão lendo seu livro. Incentiva-as a escrever todo tipo de livro, sem vacilar diante de nenhum assunto, por mais banal ou amplo que for, visto que ela gostava muito de ler, mas já estava entediada dos livros que existiam, pois a maioria era apenas do ponto de vista masculino, por isso ela pede que as mulheres não escrevam apenas ficção, já que "os livros têm a tendência de influenciar uns aos outros. A ficção será bem melhor se estiver de mãos dadas com a poesia e a filosofia" (WOOLF, 1929, p. 153). Ela pede para que as mulheres escrevam, porque isso fará bem para elas e para o mundo como um todo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Noemi Jaffe, que escreve o posfácio da primeira edição de *Um Teto Todo Seu* da editora Tordesilhas, afirma que "as conquistas femininas continuam sendo não mais do que 'conquistas' às quais as mulheres precisam se aferrar ou das quais devem se orgulhar" (WOOLF, 1929, p. 169). Afinal, é nosso dever, em honra a essas mulheres que tanto batalharam para conquistar todos esses avanços, continuar lutando por nossos direitos e que cada vez mais escritoras possam ter e dar voz a personagens femininas.

Como foi dito anteriormente, antigamente acreditava-se que a mente feminina não tinha capacidade de produzir material intelectual de relevância. Porém, para Woolf, em *O Status Intelectual da Mulher/ Um Toque Feminino a Ficção/ Profissões*

Para Mulheres (1996), a prova de as mulheres terem progredido só evidencia que elas podem progredir ainda mais. Entretanto, para que isso ocorra, de acordo com Woolf (1996), não basta apenas educação, mas também é necessário que "as mulheres tenham liberdade de experimentar, que possam ser diferentes dos homens, sem medo, e que expressem estas diferenças livremente" (WOOLF, 1996, p. 36) e que, principalmente, elas não tenham "medo do ridículo ou de condescendência" (WOOLF, 1996, p. 36), dado que é muito mais fácil para o homem do que para a mulher ter seus pensamentos levados em consideração e essa opinião ainda sucede nos dias de hoje.

Em virtude do que foi mencionado, apesar do êxito das mulheres nas incontáveis áreas de conhecimento, ainda permanece uma resistência por parte do patriarcado. É só lembrarmo-nos do salário inferior, da pouca participação das mulheres em cargos mais altos nas empresas, da violência que até hoje vem sendo praticada com o mesmo abuso da força e covardia, uma vez que o feminismo não possui o objetivo de ignorar as diferenças biológicas, mas sim de equiparar homens e mulheres em relação à igualdade de direitos.

O exílio que a mulher sofre na sociedade, desde antigamente, é algo invisível, pois ninguém pensa no exílio desta maneira, já que as mulheres se acostumaram a se privar das coisas, tornou-se inerente a elas e devemos mudar isso o quanto antes, porque por mais que muita coisa tenha evoluído graças ao feminismo, ainda temos muito que lutar para sairmos deste exílio calado de nossa condição de mulher. Woolf (1996), afirma que as mulheres ainda possuem muitos fantasmas com que lutar e vários preconceitos para derrotar, uma vez que, quando não existe nada dificultando uma mulher de ser médica, advogada, funcionária pública – existem inúmeros fantasmas e empecilhos sobressaindo-se em seu caminho.

Por todas as dificuldades que as mulheres enfrentavam na época por quererem escrever, ainda assim escreveram romances bons, que nos dias de hoje são considerados clássicos, são inclusive estudados e analisados em importantes universidades, como a obra de Jane Austen. À vista disso, todos que diziam que a mulher não tinha capacidade para ser escritora estavam errados, visto que com todos esses obstáculos elas ainda puderam escrever grandes obras, é porque Literatura é sim coisa de mulher! E para dignificar a produção dessas mulheres excepcionais, devemos atender ao pedido de Virginia Woolf, de continuar

escrevendo e provando cada vez mais que a mulher pode fazer o que quiser, livrando-nos deste exílio que carregamos conosco.

REFERÊNCIAS

BITARELLO, Maria. **Literatura é Coisa de Mulher.** Disponível em: <https://outraspalavras.net/brasil/literatura-e-coisa-de-mulher/> Acesso em: 20 de Janeiro de 2018.

BLANCHOT, Maurice. **O espaço literário.** Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

BRANCO, Lúcia Castello. **O que é escrita feminina**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

COSTA, Camila. **As escritoras que tiveram de usar pseudônimos masculinos – e agora serão lidas com seus nomes verdadeiros.** Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/geral-43592400. Acesso em: 07 de Mar. De 2019.

NANCY, Jean-Luc. **La existencia exiliada.** In: Archipiélago. Madrid: Arco. N. 26-27, inverno 1996.

RELLA, Franco. **Desde el exilio – la creación artística como testimonio.** Trad. Paula Fleisner. Buenos Aires: Ediciones La Cebra, 2010.

SAID, Edward W. **Reflexões sobre o exílio e outros ensaios.** Trad. Pedro Mai. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** 1. Ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

WOOLF, Virginia. **O Status Intelectual da Mulher/ Um Toque Feminino na Ficção/ Profissões para Mulheres**. Trad. de Patrícia de Freitas Camargo, José Arlindo F. de Castro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. **Um Teto Todo Seu**. Trad. de Bia Nunes de Sousa, Glauco Mattoso. 1. Ed. São Paulo: Tordesilhas, 2014.

O CORPO DA MULHER COMO UM ESPAÇO E O SEU LIMITE COM O ESPAÇO PÚBLICO

Bruna Woinorvski de Miranda[1]
Juliana Yuri Kawanishi[2]
Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco[3]

RESUMO

O artigo trata de estudo realizado sobre a concepção do espaço físico e do corpo da mulher – também visto como um espaço. Por meio de pesquisa bibliográfica, seu objetivo principal consiste em desvendar o enfrentamento desse corpo com o modo de organização da sociedade e a relação que é estabelecida entre ambos. Para tanto, parte-se da investigação sobre a construção da subjetividade do corpo da mulher, perpassando pela objetificação e imposição da lógica de dominação masculina, bem como pela compreensão da interação do corpo da mulher e a cidade, com destaque ao direito à cidade – o qual permite que mulheres tenham a mobilidade urbana e o direito de acesso a esse espaço concretizado.

Palavras-chave: Mulher. Espaço. Cidade. Assédio. Violação de direitos.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo busca estabelecer uma relação sobre o entendimento do corpo como espaço e a sua interação no espaço em que está inserido, podendo este ser uma escala criada socialmente e difundida conforme o contexto social dos sujeitos – condição que pode repercutir em enormes desigualdades entre homens e mulheres em termos políticos, culturais, sociais e econômicos. Isso porque as relações humanas são iminentes na sociedade e, quando se trata da relação entre homens e mulheres, estas, em geral, transbordam as noções de submissão e de objetificação.

A história se mostra complexa em relação às construções sociais. Estas, por sua vez, se apresentam na sociedade ditando comportamentos, influenciados pela

[1] Bacharel em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG (2009), mestranda em Ciências Sociais Aplicadas (UEPG). Analista Judiciária/Assistente Social no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná - TJ/PR, com atuação no Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Vara de Crimes contra Crianças, Adolescentes e Idosos e de Execução de Penas e Medidas Alternativas de Ponta Grossa/PR.

[2] Bacharel em Serviço Social, Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) – PR – Brasil. Bolsista CAPES.

[3] Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas na Universidade Estadual de Ponta Grossa. Bacharel em Geografia e Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Bolsista CAPES.

conjuntura social, cultural, política dentre outros fatores que são determinantes nas relações de gênero e que podem impactar diretamente em como as cidades são estruturadas.

E é também através da história é que se torna possível verificar que as mulheres estiveram em uma condição de maior vulnerabilidade na sociedade e que, neste cenário, as cidades demonstram não estar preparadas para recebê-las – motivo pelo qual enfrentam dificuldades diárias de acesso ao direito à cidade, seja pela falta de mobilidade urbana, pela violência ou pela ausência de recursos financeiros.

Nesse sentido, refletindo sobre vários aspectos da vida, a presente pesquisa se aprofundará no direito à cidade que supostamente deveria ser acessível, porém se torna restrito para mulheres, sendo colocado em xeque a cada assédio, assobio, violência sexual e constrangimento por elas sofrido. Com ênfase no transporte público e coletivo enquanto universo, a pesquisa bibliográfica torna-se recurso fundamental à sua compreensão, especialmente por permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente (GIL, 2008).

2 CONTRADIÇÕES INERENTES AOS ENTENDIMENTOS SOBRE O CORPO DA MULHER

O processo de exclusão resultante do modo de constituição das relações de vida na sociedade acaba por refletir na segregação social e interferir em aspectos da dignidade humana. Nesse contexto, os/as sujeitos/as são parte crucial para a possibilidade de garantir direitos de cidadania sem distinções de sexo, etnia e classe social: às representações, fruto das demandas que não são suprimidas sendo invisíveis aos olhos do Estado, configuram-se manifestações nas cidades pela relação estabelecida com o espaço urbano e o direito à cidade.

Entretanto, algumas regras norteiam o modo de vida em sociedade partindo do pressuposto de estar ou não incluso/a dentro de um sistema societário, onde as reflexões na práxis urbana das cidades que recriam desigualdades que valorizam os espaços, mas não os/as sujeitos/as que residem nas áreas urbanas e ao redor.

> Este [o espaço], diz o autor, que é o lugar da reprodução das relações de produção (que se sobrepõe à reprodução dos meios de produção), é simultaneamente ocasião e instrumento duma planificação (ordenamento do território), duma lógica do crescimento. A prática social do capitalismo implica e contém saber, lógica (busca coerência), uma ideologia da coesão e das contradições à escala local (LEFEBVRE, 1973, p. 17)

O espaço urbano produz e reproduz conflitos advindos do modo de organização da sociedade. Uma das problemáticas está ligada ao corpo, pois é capaz de transitar em vários espaços representando relações sociais dialéticas, sendo o corpo um espaço que se envolve com o espaço urbano mediando as partes em escalas sociais.

Perpassando esses aspectos, passa-se ao foco central que concerne à investigação do espaço do corpo da mulher e o direito à cidade e o assédio no transporte público, compreendendo como se dão as relações sócio-espaciais entre ambos. O contexto temporal compreende o modo de organização da sociedade como um espaço onde ocorrem as relações entre indivíduos.

Quando se volta a atenção para demandas que as mulheres trazem através do movimento feminista no qual lutam pelos direitos de igualdade entre homens e mulheres em vários âmbitos como a educação, a família, a política entre outros, percebe-se que esse movimento surge contra as ideologias impostas pelo patriarcado e a marginalidade das mulheres perante a sociedade, direito à cidade e o direito sobre o seu corpo, evidenciando as contradições existentes nas relações.

As construções sociais ligadas à cultura de reprodução de papéis sociais refletem em padrões de masculinidades e feminilidades, que basicamente ditam como homens e mulheres devem agir na vida em coletivo. Desse modo Hofstede descreve a dominação dos homens na sociedade em vários âmbitos:

> Quando os homens estão juntos, a cultura masculina tem tendência a predominar, e, no inverso, a cultura feminina domina quando as mulheres estão reunidas. Dar a estas diferenças o nome de "culturas" acentua a sua natureza profunda a emocional. A cultura feminina é alheia à maior parte dos homens e o inverso também é verdadeiro. O contato com uma cultura estranha desencadeia muitas vezes um choque cultura, que constitui uma reação visceral irracional. As outras culturas parecem-nos por vezes à primeira vista ridículas, inquietantes ou equivocadas. Este tipo de sensação pode existir entre os sexos no interior de uma mesma sociedade. Em quase todas as sociedades, os homens dominam a vida política, a vida social e o mundo dos negócios (HOFSTEDE, 1991, p.106).

Diante desse contexto o papel social que cabia à mulher era de submissão ao homem, porém com avanços no campo de trabalho, remuneração, educação, dentre

outros espaços, as transformações pela sua ocupação também ocorrem. Assim as mulheres passam a se organizar para deixar de ser invisíveis ao Estado e mostrar as reais demandas existentes – o que repercutiu na evidência e no enfrentamento de questões relacionadas ao corpo da mulher enquanto objeto e território.

Conforme já contextualizado, tem-se que as relações entre homens e mulheres não ocorreram de forma igualitária historicamente, pois culturalmente a mulher foi incumbida de cuidar do lar e dos filhos e cerceada no espaço privado da família. No Brasil é com a Constituição Federal de 1988 e a garantia legal de igualdade entre os seres, sem distinção por qualquer natureza, que essa forma de organização passa a ser mais fortemente contestada. Em seu texto, a Constituição trata sobre os direitos e garantias fundamentais dos direitos individuais e coletivo no artigo 5º e expressa que:

> Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
> I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição; (BRASIL, 1988).

Na busca em tratar homens e mulheres de forma iguais, sem considerar as particularidades do processo histórico de como foram formadas as relações sociais e as representações acabam por não deixar que a igualdade ocorra, Scott afirma que “as demandas pela igualdade necessariamente evocam e repudiam as diferenças que num primeiro momento não permitiram a igualdade” (SCOTT, 1989, p. 20).

Assim, gradualmente as mulheres passam a construir juntas as relações com o espaço e local, bem como uma identidade com o território, buscando quebrar paradigmas de inferioridade, defendendo e reivindicando a igualdade de gênero e simultaneamente passam a conquistar o direito à cidade. Por outro lado, em meio a este contexto também surgem outras dificuldades para a concretização do direito à cidade para as mulheres, especialmente atreladas à cultura da objetificação do corpo da mulher – que, por sua vez, passa a sofrer com assédios, violência de gênero, feminicídio e tantas outras violências. Nesse sentido,

> Há sempre uma dimensão corporal que não pode ser totalmente representada, mesmo se ela funciona como a condição da linguagem e, ao mesmo tempo, a condição que ativa a linguagem... Nós dizemos coisas, e queremos dizer algo através do que dizemos, mas também fazemos algo com nossa fala, e o que fazemos, como agimos sobre o outro com nossa

> linguagem, não é o mesmo que o significado que nós conscientemente transmitimos. É nesse sentido que as significações do corpo excedem as intenções do sujeito. (BUTLER, 2004, p.199).

O corpo da mulher é o espaço mais íntimo, mas, na forma como a sociedade vem se organizando, é tido e visto como um objeto, mesmo quando esse corpo demonstra o limite do espaço, em muitas circunstâncias não é respeitado. Tendo em vista que a transformação social ocorre diariamente, essa objetificação fica muito visível quando se trabalha a mulher nos diversos espaços como no transporte público.

A mobilidade urbana, em específico o transporte público coletivo, é uma forma para que as mulheres tenham acesso a todos os outros direitos consolidados pela Constituição Federal de 1988. Entretanto o que mais chama atenção são os assédios que as mulheres sofrem quando fazem o uso desse meio de transporte. São constantes as campanhas com essa temática, como por exemplo “o transporte é público, meu corpo não”. Essa frase tem um impacto, o qual afirma o quanto essa objetificação está presente na vida cotidiana.

Um marco importante no processo de luta pela igualdade entre os gêneros no Brasil é a política pública que desenvolveu ações que buscaram a elaboração de um material no qual reconhecem a diferença entre os gêneros e programam ações diferenciadas voltadas para as mulheres, fomentando a mobilização das mulheres em busca de ocupar novos espaços e levar a discussão a outras esferas: o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) tem como objetivo diminuir as desigualdades provocadas pelo gênero e promover a inclusão da mulher, dando mecanismos para terem acesso a tudo. Nesse sentido, o transporte público é um meio para que a mulher tenha o seu direito garantido à mobilidade para o seu deslocamento.

3 CIDADES X MULHERES

Segundo Rolnik (1995) o conceito de cidade vai além das edificações, casas, comércios, entre outros. Para a autora, há outras questões fundamentais para a construção da área urbana como a política, gestão, tecnologia e outras.

> O espaço urbano deixou assim de se restringir a um conjunto denso e definido de edificações para significar, de maneira mais ampla, a

> predominância da cidade sobre o campo. Periferias, subúrbios, distritos indústrias, estradas e vias expressas recobrem e absorvem zonas agrícolas num movimento incessante de urbanização. No limite, este movimento tende a devorar todo o espaço, transformando em urbana a sociedade como um todo (ROLNIK, 1995, p.12).

Assim, do mesmo modo que existe procura por melhores condições de vida e outras oportunidades, o espaço urbano também se trata de local onde ocorre a exclusão - sentido em que a pobreza obtém significado de desigualdade social. A segregação se apresenta de diversas maneiras no cotidiano podendo ser através das distâncias, no meio de locomoção e esgotos. Tais separações ocorrem nas cidades de antigamente, assim como ocorre nas cidades contemporâneas, visto que ocorram metamorfoses e mudanças das manifestações da questão social que acabam recaindo na desigualdade entre as classes sociais. A divisão de classes sociais se fundamenta entre quem detém os meios de produção e quem oferta a força do trabalho sendo este fruto das relações sociais. Santos define:

> [...] O espaço por suas características e por seu funcionamento, pelo que ele oferece a alguns e recusa a outros, pela seleção de localização feita entre as atividades e entre os homens, é o resultado de uma práxis coletiva que reproduz as relações sociais, [...] o espaço evolui pelo movimento da sociedade total. (SANTOS, 1988, p. 171).

Cada cidade tem suas peculiaridades devido às relações sociais existentes, então elas acabam adquirindo certas características, trazendo em sua estética urbana uma própria história a ser contada quando se observa a forma de como são as construções, ruas e praças que viabilizam que esse espaço urbano transmita a sua memória, impossibilitando que se apague o que está visível. Assim, “a aparência de uma cidade e o modo como os seus espaços se organizam formam uma base material a partir da qual é possível pensar, avaliar e realizar uma gama de possíveis sensações e práticas sociais” (HARVEY, 1992, p. 69)

Com as transformações advindas do capitalismo, a maneira como a sociedade se organiza também sofre alterações, no Brasil o Estado de bem-estar proporciona que seja responsabilidade do Estado a garantia de direitos. O Estado social de direito concretiza os direitos sociais para toda população assim tem início as Políticas Públicas, que são medidas que o Estado toma para impactar a vida dos cidadãos.

Lefebvre (1973) e Harvey (1992) dialogam sobre o conceito do direito à cidade em uma perspectiva dos cidadãos se reconhecerem como parte da cidade e

acessarem os diversos equipamentos públicos e áreas de lazer. Harvey, nesse sentido, define que o direito à cidade:

> [...] é muito mais do que a liberdade individual para acessar os recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos, mudando a cidade. Aliás, com frequência, não se trata de um direito individual uma vez que esta transformação depende, inevitavelmente, do exercício de um poder coletivo para remodelar os processos de urbanização. A liberdade de criar e recriar nossas cidades e a nós mesmo é, eu quero argumentar, um dos mais preciosos e dos mais negligenciados dos nossos direitos. (HARVEY, 1992, p.28).

Harvey (1992) ressalta a importância do indivíduo com o meio em que vive, também é um espaço de contradições dialéticas marcadas por expressões de um processo histórico – características que tornam imprescindível uma prática urbana pensada para os “usuários” e não para o capital.

Lefebvre (1973), por sua vez, trabalha o meio urbano com um ponto de vista mais crítico, por conta da apropriação e distribuição de rendas desiguais. Para ele, o direito à cidade está diretamente ligado ao problema de como acessar a cidade e em propor condições de igualdade para todos, assim reconhecendo todo habitante como um cidadão de direitos. O autor contrapõe a questão do acesso à cidade com um exemplo simples:

> É possível considerar aqui uma variável estratégica: limitar a importância da indústria automobilística na economia de um país e o lugar de objeto “carro” na vida cotidiana, na circulação, nos meios de transporte. Substituindo o carro por outras técnicas, outros objetos, outros meios de transporte (públicos, por exemplo). Esse é um exemplo um pouco simples e trivial, mas bem demonstrativo da subordinação do '"real” a uma estratégia. (LEFEBVRE, 1973, p. 128)

O direito à cidade não deve se restringir ao homem ou à mulher. É um espaço que deve ser ocupado por ambos a fim de conquistar direitos sociais e coletivos para usufruir de maneira democrática do espaço urbano, e aproveitar os espaços que as cidades oferecem (assim, o uso do transporte público é apenas uma parte das inúmeras possibilidades que são legitimadas dentro da cidade).

Desse modo o espaço urbano se revela como um ambiente para agregar todos os cidadãos independentemente de raça, orientação sexual, gênero ou por falta de mobilidade, assim também é nesse cenário que ocorrem as lutas sociais em prol de um coletivo, mas é necessário reconhecer a diferença de gênero para que a mulher tenha as mesmas condições de acessibilidade à vida urbana que o homem,

objetivando a redução e eliminação das diferenças socioterritoriais dentro do espaço urbano. Segundo Guasch (2005, p. 03) o

> [...] derecho a la ciudad, entendido como la posibilidad de participar en las actividadesque el medio urbano ofrece y como la inclusión de las personas en las distintas esferasurbanas (productiva, comercial, de ocio, asociativa, etc.) sólo puede ser real si existe unadecuado acceso a los bienes, servicios y actividades que ésta ofrece. La accesibilidad hace referencia a la facilidad con que cada persona puede superar ladistancia que separa dos lugares y de esta forma ejercer su derecho como ciudadano[4].

O modo como a sociedade brasileira se organiza retrata traços da segregação social. Isso se torna mais visível quando se observam as limitações que as mulheres têm em relação à liberdade de ir e vir, bem como o fato de que esse direito é frequentemente violado de acordo com os meios que são ofertados a mobilidade urbana para essas mulheres.

A questão do direito à cidade voltada para as mulheres é uma pauta de grande relevância para que exista a possibilidade de ocupação dos espaços urbanos pelas mulheres e que as mesmas tenham as suas demandas atendidas, em relação à segurança para se deslocar e mais políticas voltadas para as mulheres.

As cidades não propõem condições de equidade para seus habitantes, a segregação social se torna presente na vida urbana. O direito à cidade visa à qualidade de vida dos habitantes que residem nas áreas centrais, bairros, áreas periféricas, área rural e que estes tenham acesso a todos os equipamentos públicos disponibilizados e ambientes de convivência. A mobilidade urbana entra como parte fundamental para que os indivíduos acessem a cidade e tudo o que ela oferta.

As cidades não estão preparadas para receber as mulheres, como resultado isso se reflete na falta de segurança, infraestrutura e mobilidade. A falta de segurança para a mulher exercer seu papel de ir e vir nos espaços públicos é um dos motivos que levam a evitar os espaços dos centros urbanos, principalmente desacompanhadas e em alguns horários específicos, assim o direito de ir e vir é violado, sendo um obstáculo na autonomia. A violação ocorre desde ir ao mercado, estudar, trabalhar, dentre outros momentos, sendo vivências diárias nas quais aparecem as manifestações do sistema patriarcal dentro das relações de gênero.

---

[4] [...] direito à cidade, entendido como a possibilidade de participar das atividades que o ambiente urbano oferece e como a inclusão de pessoas nas diferentes esferas urbanas (produtivas, comerciais, de lazer, associativas, etc.) só pode ser real se houver acesso adequado aos bens, serviços e atividades que oferece. A acessibilidade refere-se à facilidade com que cada pessoa pode superar a distância que separa dois lugares e, assim, exercer seu direito como cidadão (tradução própria).

A violência sexual é um problema constante; as cantadas, investidas e assédio são manifestações que se tornam reforços de que aquele espaço não é para todos/as, assim incentivando que o direito à cidade é restringido principalmente para as mulheres. O que acaba por ser contraditório, uma vez que a Constituição Federal de 1988, em seu art 5º, trata sobre deveres e direitos individuais e coletivos versando que: “é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens” (BRASIL, 1988). Assim argumenta-se se a locomoção é, de fato, livre em todo território nacional e, nessa perspectiva, indaga-se sobre a sua principal motivação.

A violência e o assédio aumentam conforme a deficiência presente na mobilidade urbana. A falta de um meio de transporte público e coletivo em que haja qualidade contribui com a segregação das mulheres com o espaço urbano, pois a simples atividade diária de usar um meio de transporte coletivo se torna difícil, impossibilitando-as de viver e usar tudo que a cidade oferece.

São muitas as mulheres que sofrem assédio na rua ou no transporte público. Segundo a pesquisa realizada pela jornalista Karin Hueck, para a campanha “Chega de FiuFiu[5]”, 98% das mulheres responderam que já foram assediadas na rua e 64% no transporte público. É interessante ressaltar, ademais, que 81% das mulheres responderam que já deixaram de fazer alguma coisa pelo medo do assédio. Para justificar e salientar a relevância do tema, a campanha “Chega de FiuFiu” criou um site através do qual as mulheres de todo o país podem descrever o assédio e como se sentem, na busca por mais informações.

Assim o assédio ocorre em qualquer ambiente por diversos motivos, o que resulta na própria mulher deixando de ocupar e se relacionar com algum espaço por medo da violência machista presente na nossa sociedade. No transporte coletivo o assédio pode se intensificar devido à superlotação ou horários de pico, visto que tanto homens quanto mulheres fazem o uso do transporte para a locomoção, não se pode ignorar a temática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

[4] Chega de FiuFiu: é uma campanha contra o assédio foi criada para lutar contra o assédio sexual em locais públicos. Mas queremos aqui também lutar contra outros tipos de violência contra a mulher (THINKOLGA, 2018).

A pesquisa possibilitou compreender os fenômenos das relações sociais construídas na sociedade. Foram analisados alguns comportamentos que se fundaram simultaneamente com o patriarcado e são reproduzidos até os dias atuais. Desse modo, percebe-se a influência que o comportamento tem na construção dos papéis sociais de homens e mulheres.

Para compreender a pesquisa foi necessário trazer alguns recortes históricos a fim de analisar os acontecimentos sociais, que atingem principalmente as mulheres em espaços públicos. A fim de se aproximar da problemática do assédio como uma manifestação expressa através de uma construção social das relações de dominação de gênero.

As relações de poder se fazem presentes quando se pesquisa a temática de gênero. São muitas as influências que por vezes se propagam como violência e cercam a questão entre homens e mulheres, dificultando o rompimento dessa realidade, devido à naturalização dos comportamentos sociais. “A consciência do mundo dos significados, que fundamenta determinadas práticas sociais relativas ao gênero, é essencial para a promoção de mudanças” (FÁVERO, 2010, p. 05).

A violência de gênero se apresenta de diversas formas na sociedade, mas o assédio é mais umas das faces da desigualdade de gênero em um modo de organização cujos valores e preceitos vêm do patriarcado misógino. A naturalização da prática do assédio prejudica a compreensão da problemática. Tendo-a como uma vivência diária e presente na realidade de milhares de mulheres que crescem nesse ambiente onde os corpos são objetificados, parte-se do suposto de que tais comportamentos são reforçados nos ambientes familiares, transmitindo de geração em geração a partir da cultura patriarcal, revigorando a concepção da mulher enquanto boa mãe, recatada, com dotes culinários e características delicadas por um lado e, por outro, o homem como figura central e viril, como referência de segurança para as mulheres.

Neste cenário, percebe-se que o transporte público (ferramenta fundamental de locomoção utilizado diariamente por muitas mulheres) reflete uma grande contradição inerente ao conceito de segurança, especialmente porque, diante do direito fundamental do cidadão de ir e vir e perante a disposição do Estado em oferecer a segurança no transporte público, há um relevante equívoco, já que na intenção de garantir o efetivo transporte é costumeira a insegurança e, portanto, a

ineficácia absoluta do sistema na tentativa de prestar o serviço com a total garantia de direitos, principalmente quando as diferenças de gênero não são respeitadas tornando o transporte um espaço que propaga um assédio visível e invisível simultaneamente.

A mulher sempre esteve presente na sociedade e está na hora de se mostrar, não deixar que o patriarcado as silencie. É preciso renovar as políticas públicas que cercam a temática referente às mulheres, proporcionando assim as mesmas oportunidades e de maneira equânime, visando diminuir as desigualdades impostas desde o princípio no modo como a sociedade se organiza. São muitas as legislações que protegem e garantem a dignidade e cidadania dos cidadãos, porém, nem sempre são de forma equitativas e, também, porque encontram outros grandes desafios cotidianos.

Nesse sentido, a dominação masculina no país é um fator que tem grande influência sobre os índices de violência contra a mulher. A imagem vendida sobre o corpo e comportamento também contribuem para a propagação da naturalização do assédio, demonstrando que o corpo da mulher é um espaço público, onde os assédios e o desrespeito são tratados como elogios intrínsecos.

É importante salientar que o transporte é público, mas o corpo da mulher não. Assim, ante a problemática identificada, a construção de práticas de enfrentamento (seja à cultura patriarcal, ou às diversas formas de manifestação da violência, tais como as mencionadas neste artigo) de modo intersetorial e articuladas na forma de rede, se mostra como possível e eficaz resposta pelas condições de se abordar questões atinentes às masculinidades de forma paralela ao atendimento da mulher, numa perspectiva de totalidade, tal como a complexidade da questão requer.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Constituição Federal 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc90.htm>. Acesso em: 01 mar. 2019.

BUTLER, Judith. **Precarious life:** the powers of mourning and violence. New York: Verso, 2004.

FÁVERO, Maria Helena. **A construção social do gênero.** Florianópolis: Revista Estudos Feministas, vol. 20 n. 2. mai/ago, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2012000200020. Acesso em: 03 de fev 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Ed. Atlas S.A, 2008.

GUASCH, Miralles Carme. **Transporte y accesibilidad:** el modelo urbano atual. Urbanismo y Género. Una visión necesaria para todo el mundo. Barcelona, 2005. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/35820952/miralles-Transporte-y-Acesibilidad. Acesso em: 26 fev. 2019.

HARVEY, David. **A condição pós moderna: uma pesquisa sobe as origens da mudança cultural**. 1989. Edições Layola, São Paulo, Brasil, 1992. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=8bcTGHbGP_MC&oi=fnd&pg=PA13&ots=u3DlasUhL0&sig=NqwhWXMu5LOTPy_H8fMClBATR1Q&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 26 fev. 2019.

HOFSTEDE, G. **Culturas e organizações:** compreender a nossa programação mental. Lisboa: Edições Silabo, 1991.

LEFEBVRE, H. **A Reprodução das Relações de Produção**. Trad. Antonio Ribeiro e M. do Amaral. Porto (Portugal): Publicações Escorpião – Cadernos O Homem e a Sociedade, 1973.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade.** São Paulo: Brasiliense, 1995. *In:* Coleção primeiros passos, 2003.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado:** fundamentos Teórico e metodológico da geografia. São Paulo: Hucitec, 1998.

SCOTT, Joan. **Gênero:** uma categoria útil para análise histórica. New York: Columbia University Press. 1989. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1840746/mod_resource/content/0/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf. Acesso em 26 fev. 2018.

THINKOLGA, Olga. **Chega de fiufiu.** Disponível em: http://chegadefiufiu.com.br/. Acesso em: 01 fev. 2018.

"MEU NOME NÃO É MÃE": DESROMANTIZAÇÃO E NORMATIVIDADE SOBRE A MATERNIDADE NO JORNALISMO FEMINISTA DA "REVISTA AZMINA"

Martha Alvarez Lopes[1]

RESUMO

Com a crescente apropriação das tecnologias digitais pelos movimentos sociais, surgem publicações feministas na internet como a "Revista AzMina". A revista pretende ampliar a representatividade feminina e destina duas seções à cobertura de temas relacionados à maternidade, além de abordá-los em outros espaços. No entanto, se por um lado os textos questionam as normatividades sobre a maternidade impostas por instituições como o poder médico e o Estado, por outro, notamos que há uma espécie de delimitação de novas normas relacionadas a ser mãe. Assim, este artigo procura analisar os embates discursivos sobre comportamento materno na publicação, com foco sobre quatro textos. Para isso, emprega-se a análise do discurso de tradição francesa.

Palavras-chave: Jornalismo feminista. Revista AzMina. Maternidade. Análise do discurso. Romantização da maternidade.

INTRODUÇÃO

A disseminação do acesso à internet e às redes sociais, de acordo com Fuser (2010, p. 180), "permite a aproximação de atores sociais diversificados, que estabelecem diálogo nas lutas por reivindicações referentes a aspectos distintos da cidadania". Para Prado (2015, p. 10), "a internet amplia a voz de quem já estava habituado a se manifestar e dá voz a quem nunca teve". Já segundo Castells (2013) observa-se um crescente uso e uma integração de movimentos com as redes sociais, caso de certas alas do feminismo.

No Brasil, em 2015, alguns acontecimentos provocaram a articulação de milhares de mulheres nas redes e nas ruas do país, momento que ficou conhecido como "Primavera das Mulheres". As ações se deram depois que uma garota de 12 anos que participava de um *reality show* de culinária em um canal de televisão começou a receber mensagens de teor sexual de telespectadores. Diante do fato, a

[1] Jornalista graduada pela Faculdade Cásper Líbero e mestre em comunicação pela Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM).

jornalista paulistana Juliana de Faria, criadora da ONG feminista Think Olga, sediada em São Paulo e fundada em 2013, desenvolveu a campanha #primeiroassédio, que convidava mulheres a relatarem a primeira vez em que se sentiram assediadas sexualmente. A criação do Projeto de Lei 5069-2013, pelo deputado federal do Rio de Janeiro Eduardo Cunha, que restringia o direito ao aborto a vítimas de estupro, somou-se ao caldeirão de acontecimentos que fermentaram as manifestações:

> A Primavera das Mulheres, como ficaram conhecidos os protestos, teve origem no Rio de Janeiro, através de convocações feitas pela internet, e foi mais um caso de uso das redes sociais para organizar ações feministas. Ela e as outras manifestações em que isso ocorreu levantam a questão de estarmos diante de um novo feminismo, em que o ciberativismo teria um papel fundamental. (BRITO, 2017, p. 1).

Foi nesse contexto que surgiu a "Revista AzMina"[2] (2015), chefiada pela jornalista Nana Queiroz. A revista não tem redação fixa, apesar de considerar São Paulo sua sede, e integra profissionais de diferentes localidades. A publicação engrossou o nicho de portais feministas criados no Brasil nas primeiras décadas dos anos 2000, como Think Olga, Blogueiras Feministas, Blogueiras Negras e Capitolina. Contudo, em comparação com os outros sites, a "Revista AzMina" é a que mais se aproxima de um fazer jornalístico: tem um expediente profissional com redatora, diretora de redação, editora e repórteres, e investe em gêneros comuns ao jornalismo, como a reportagem, a crônica e o ensaio fotográfico.

Ao longo do tempo, a imprensa feminina teve papel fundamental tanto na consolidação dos papéis sociais impostos às mulheres quanto na ampliação da representatividade de novos perfis e atuações que elas almejaram conquistar. Essas publicações tiveram "participação decisiva na formação intelectual da mulher e na construção cultural e discursiva de sua identidade" (DUARTE, 2016, p. 14). Nesse contexto, de que maneira uma revista digital feminista se posiciona? Este artigo tem o objetivo de buscar respostas a essa pergunta, focada especificamente sobre textos que versam sobre comportamento materno. Com frequência, por meio da maternidade, notamos uma tentativa de controle social sobre os corpos e sobre a liberdade feminina, com a imposição de expectativas sobre formas de parir,

[2] Apesar de ser um portal de notícias, a "Revista AzMina" será chamada de "revista" neste artigo porque se autointitula dessa forma. É importante destacar que a publicação é uma das iniciativas da organização AzMina, que se dedica também a oferecer formações e atividades pedagógicas voltadas para combater a desigualdade de gênero.

amamentar e criar os filhos. Assim, com a análise contida aqui, esperamos compreender de que modo os discursos mediados pela “Revista AzMina” se relacionam com as normatividades impostas ao exercício do maternar.

Análise do discurso: uma metodologia para a análise

Por trás das palavras que compõem um texto, há todo um contexto social e histórico, uma recuperação de sentidos antigos, sua reconstrução, além de um arsenal de significados que nos permitem entender melhor as intenções do autor, sua mensagem e como dialoga com seu interlocutor. Ou, como diz Baccega:

> As palavras têm vida. Vestem-se de significados. Mascaram-se. Contagiam-se com as outras palavras próximas. “Dançam conforme a música”, tocada no salão de baile onde estão. O salão é o discurso e é aí que elas cristalizam simultaneamente uma de suas máscaras. (BACCEGA, 2007, p. 6).

A respeito da ideia de discurso, Orlandi (2006, p. 26) diz considerá-lo não como uma forma de transmissão de informações, mas como “efeito de sentido entre interlocutores, enquanto parte do funcionamento social geral”:

> As palavras mudam de sentido ao passarem de uma formação discursiva para a outra. Assim, não são somente as intenções que determinam o dizer. Há uma articulação entre intenção e convenções sociais. (ORLANDI, 2006, p. 27)

Assim, não há apenas um discurso, mas vários, que atuam um sobre os outros. É nesse contexto que pode se instalar a polissemia, processo de tensão constante entre o autor do texto e o mundo. À luz desses conceitos, de modo a melhor compreender as maneiras como a linguagem se estrutura nos textos sobre comportamento materno da “Revista AzMina”, vamos nos debruçar sobre quatro deles: um publicado na editoria que versa apenas sobre maternidade, “Mãezinha vírgula”, que traz reportagens e artigos; dois vinculados a uma coluna também sobre o ser mãe, “Meu nome não é mãe”; e um relato em primeira pessoal divulgado na seção “Divã D’AzMina”.

Este estudo se fundamenta na análise do discurso de linha francesa, a partir dos apontamentos e conceituações das autoras Orlandi e Baccega. Sobre essa

metodologia, é oportuno explicar que a AD francesa "inicia-se na década de 60, período sócio-histórico de grandes rompimentos de valores, de concepções sobre a realidade, de tentativas de reconstrução do mundo, em novas bases" (BACCEGA, 2015, p. 9). Não há neutralidade no discurso, segundo Orlandi (2009), todos eles são carregados por sentidos e posições políticas. E, de acordo com Baccega (2007), para compor uma análise de qualquer discurso, é preciso considerar as condições de produção de um texto, como seu contexto social e histórico, bem como a ideologia de que faz parte e a memória que recupera.

Esses são fatores que consideramos na análise a seguir. Ela faz parte de uma pesquisa de mestrado que teve como objeto de estudo os discursos sobre maternidade na "Revista AzMina". Foram coletados para esse trabalho 29 textos – todos aqueles publicados até junho de 2018 na editoria "Mãezinha vírgula"; na coluna "Meu nome não é mãe"; bem como três reportagens especiais e três depoimentos vinculados na seção "Divã D'AzMina". Os textos foram divididos por quatro macrotemas – Corpo e Saúde, Comportamento, Defesa de direitos e Preconceito –, que serviram de recorte para a análise. Neste artigo, trouxemos parte do estudo desenvolvido para os textos relacionados ao macrotema Comportamento.

Amor materno como construção histórica

A fim de melhor compreender de que maneira os textos sobre maternidade na "Revista AzMina" focados em comportamento materno se articulam com a ideia de um amor mitificado, é preciso recuperar a criação dos discursos sobre o ser mãe ao longo da história. De acordo com Badinter (1985), o amor materno surge como um novo valor a ser perseguido socialmente no último terço do século XVIII. A partir desse momento, médicos, autores e outras figuras públicas disseminarão a ideia de que a mãe deve cuidar pessoalmente dos filhos, dando preferência à amamentação – até então, amas de leite se encarregavam dos cuidados com as crianças no princípio de suas vidas. O exercício de ser mãe será posicionado como aquele a que a mulher deve se dedicar antes de qualquer outro – tudo isso sustentado pelo mito de um amor instintivo e espontâneo que seria nutrido por toda mãe ao seu filho.

Um dos autores atuantes nessa construção foi Jean-Jacques Rousseau, que, com a publicação de *Emilio*, em 1762, dá uma espécie de impulso à ideia da família moderna, baseada no amor da mãe, e em que prega as formas mais

adequadas de se criar uma criança, em trechos como este:

> Do cuidado das mulheres depende a primeira educação dos homens; das mulheres dependem ainda os seus costumes. [...] Assim, educar os homens quando são jovens, cuidar deles quando grandes, aconselhá-los, consolá-los... eis os deveres das mulheres de todos os tempos. (ROUSSEAU, 1959, p. 703 apud BADINTER, 1985, p. 180).

Debruçada especificamente sobre o contexto norte-americano, Rich (1995) compreende o surgimento da família e do lar nessa época como uma criação da Revolução Industrial para manter as mulheres em casa. Afinal, inicialmente, com a implantação das fábricas, não havia leis que regulassem o trabalho de mulheres e crianças, colocando suas vidas em risco. Instituições como o próprio casamento foram ameaçadas, já que, por meio de seu ofício, as mulheres se viam diante da possibilidade de recusar o matrimônio levando em conta o aspecto financeiro.

Vale pontuar que, ainda de acordo com a autora, o fortalecimento da ideia de um lar acentua a divisão entre a esfera privada e a esfera pública; o mundo feminino, interno e doméstico do mundo masculino, externo, do trabalho e da realização no mundo. Nesse cenário, emerge uma imagem materna que vai nortear o pensamento pelos próximos séculos, calcada na ideia de doação incondicional. É uma fonte de amor angelical e misericordioso em um mundo cada vez mais cruel e impessoal, como define Rich (1995).

Maternidade na “Revista AzMina”: embates discursivos e novas normatividades

A “Revista AzMina” versa sobre maternidade em uma coluna, uma editoria e em textos esparsos nas outras seções, gerando uma teia de fios discursivos que, se por um lado questionam normatividades impostas, desafiando a ideia de uma maternidade romantizada, por outro, parecem posicionar outras normas sobre o ser mãe. Uma das matérias que nos fornecem essas pistas está na editoria “Mãezinha vírgula” e leva o título “Coisas que toda mãe está cansada de ouvir” (VICENTIN, 2015) – e que já por seu enunciado promete reunir comportamentos que, ao serem presumidos para as mulheres, são recebidos como ofensivos. Recuperemos a seguir a lista inserida no texto:

1. Seu leite é fraco, não dá sustância. Por que você não dá mamadeira?
2. Ela está chorando muito, será que não é fome?
3. Mas vai mamar de novo?!
4. Esse bebê não sai do colo, vai ficar mal-acostumado.
5. Quase 2 anos e você ainda acorda de madrugada?! Que loucura, a minha dorme a noite inteira desde que saiu da maternidade.
6. Ele dorme com vocês? Nunca mais vai sair da sua cama!
7. Tadinha, a mãe não deixa ela comer chocolate!
8. Grávida de novo?! Vocês não têm TV em casa?
9. Esse menino está tão magrinho! Tem certeza de que está alimentando essa criança?
10. O seu ainda usa fraldas? O meu pede para ir ao banheiro desde que tinha 1 ano e meio.
11. Como assim ela não vai ter um smartphone? Vai ser uma alienada entre os amigos.
12. Você trabalha fora? Coitadinha, vai crescer longe da mãe.
13. Você só fica em casa com seu filho? Bom que sobra bastante tempo para descansar, né?
14. Seu marido te ajuda com as crianças, como ele é bom!
15. Você cuida de tudo sozinha, né? Mas também, quem mandou ter filho? (VICENTIN, 2015).

É interessante notar que, entre os palpites listados na matéria, parece haver, em alguns casos, uma preocupação em contemplar mães que tomam decisões diferentes. Por exemplo, as sentenças 12 e 13 dizem respeito à relação da mulher com o trabalho, e incluem tanto a mãe que trabalha fora quanto a mãe que abre mão do trabalho formal e permanece com o filho em casa. Através dessa inserção, é como se o texto comunicasse que ambas as decisões são legítimas, e não devem ser passíveis de julgamento. Por outro lado, tanto a frase 1 quanto a 3 se referem a hábitos relacionados com a amamentação; não há sentença que acolha a mulher que, por qualquer motivo, alimente seu bebê com mamadeira. Além disso, quando o título da matéria diz “Coisas que *toda mãe* está cansada de ouvir”, parece pressupor que todas as mães lidam com essas situações, invisibilizando, portanto, aquelas que não amamentaram e que não se encaixam nessas frases.

Acerca do aleitamento materno, é importante ressaltar que sua importância para a saúde e para o desenvolvimento da criança é inegável. No Brasil, o Ministério da Saúde recomenda que se amamente o bebê exclusivamente até os 6 meses e que, passado esse período, a mãe siga com o aleitamento até os 2 anos de idade ou mais[3]. É preciso pontuar, contudo, que há fatores que dificultam o desenvolvimento da amamentação conforme indicado pelos órgãos de saúde, como a duração da licença-maternidade no Brasil, que é de quatro meses; a pressão que algumas

[3] Informações do site do Ministério da Saúde. Disponível em: <http://portalms.saude.gov.br/saude-para-voce/saude-da-crianca/aleitamento-materno>. Acesso em: 19 nov. 2018.

mulheres enfrentam para retomar o trabalho antes mesmo desse período; e o aparato industrial em torno do aleitamento artificial. Nesse sentido, pode-se compreender, nesse silenciamento de discursos referentes à história de mulheres que não amamentam, um posicionamento de resistência da "Revista AzMina", especialmente contra a indústria farmacêutica, que produz os leites artificiais, e contra os especialistas de saúde que prescrevem o produto mesmo em casos em que ele não é necessário.

Além disso, até o século XVIII, com o surgimento do discurso de romantização da maternidade, a amamentação era desencorajada socialmente, considerada impura – e ainda hoje é comum encontrar relatos de mulheres impedidas de amamentar seu filho ou filha em público, por exemplo. Pode-se entender, dessa maneira, que, ao destacar discursos relacionados à amamentação e silenciar aqueles associados à não amamentação, a "Revista AzMina" estaria enfatizando a importância do aleitamento materno e se opondo às forças institucionais e sociais que condenam esse ato. Por outro lado, a ausência desse tipo de relato pode contribuir para enfraquecer a premissa da revista – de abranger mulheres de "A a Z" – e reforçar a culpa e o julgamento que mães que não amamentam sofrem.

É interessante notar que entre os textos da coluna "Meu nome não é mãe" não há um padrão de silenciamento de discurso no que se refere às diferentes escolhas relacionadas à criação dos filhos. A autora da coluna aborda com frequência o conceito da culpa materna e da romantização da maternidade, defendendo justamente o quanto é comum que as mães se vejam obrigadas a apresentar perfeição no emprego desse papel.

Em um desses textos, "Culpa materna: por que ainda damos ouvidos a esse monstro" (LEITE, 2017b), a autora parte da própria experiência para refletir sobre a culpa, com o trecho "Antes de me tornar mãe e, como boa feminista, pensava que a culpa materna não entraria na minha maternagem". Quando associa ser "boa feminista" a uma suposta recusa da culpa materna, parece apontar que já existe, entre as feministas, um reconhecimento desse sentimento e que, portanto, ao se tornar mãe, a "boa feminista" estaria protegida de experimentá-lo, o que confirma no trecho: "Tinha para mim que, por ter plena consciência de que a culpa é mais um reflexo da socialização à qual as meninas são submetidas desde que nascem,

estaria imune deste mal. Pobre de mim!". Essa fala sugere uma suscetibilidade à culpa de que o feminismo não protege – e ao se reconhecer nessa posição, como feminista e autora do texto, Leite parece humanizar sua vivência, em vez de criar um novo parâmetro de comportamento a ser seguido, uma nova normatividade, caminho passível de estabelecer maior empatia e reconhecimento com as leitoras da publicação que estejam experimentando angústias similares.

Em seguida, no texto, a autora revela ter sentido culpa quando foi encaminhada para uma cesariana para dar à luz o seu filho e nos primeiros dias do bebê na sua casa. Também reflete sobre a culpa ser uma ferramenta de controle feminino e exemplifica situações em que a mulher sofre julgamento e que podem desencadear o sentimento de culpa: "Se você é feminista, ai do filho ser machista. Usa chupeta? Mas e a livre demanda? Amamenta? Mas ele vai fazer teu peito de chupeta! E eu poderia citar aqui um sem fim de exemplos de culpa materna, mas estaria sendo apenas repetitiva e chata". Percebe-se que, entre os julgamentos enunciados pela autora, há tanto aquele relacionado com a ideia de que a mulher deve obrigatoriamente amamentar para ser considerada uma boa mãe – como a preocupação com o uso da chupeta e a pressão para que a mulher siga a livre-demanda – quanto o que recai sobre a mulher que deseja amamentar – a fala "Amamenta? Mas ele vai fazer teu peito de chupeta!" recupera a ideia de que o bebê deve mamar de forma regrada, e não livremente, a fim de que o seio seja fonte de alimento, não somente sucção, como é o caso da chupeta.

Leite segue desfiando essa teia em outros textos de sua coluna, como é o caso de "Talvez eu não seja a melhor mãe do mundo... e tudo bem!" (LEITE, 2017a). Já na linha-fina, declara: "Precisamos aceitar formas diferentes de maternar e que muitas de nós não amam a maternidade mais do que tudo na vida". Aqui, além de contestar normatividades impostas à maternagem, que podem ocasionar a culpa materna, Leite questiona o ideal romantizado de maternidade e as expectativas de comportamento que recaem sobre as mães:

> A reflexão que quero trazer hoje, no entanto, é sobre o quanto o conceito de maternidade compulsória se aplica também às expectativas que nos são colocadas sobre como exercer essa função, e o quanto isso também é incrivelmente pesado. Nos é dito o que "toda mãe" sente. "Mãe é mãe", "Nada como amor de mãe", "Colo de mãe", "paciência de mãe", dentre outras são frases que todos os dias me fazem refletir sobre como esse ofício talvez não me caia tão bem. (LEITE, 2017a).

Adiante, menciona, inclusive, a obra de Badinter, já que a pesquisa da escritora francesa e seus livros sobre a romantização do amor materno são referência nesse campo. É interessante notar, contudo, que novamente Leite traz a própria vivência para o debate, mas sem assumir um posto de especialista ou de criadora de normatividades, situando-se de forma vulnerável, alinhada como a eventual leitora da revista:

> Semanas atrás uma mulher do meu círculo de amizades pegou uma fala minha em um grupo de mães em que eu estava ironizando a romantização da maternidade e, tirando-a totalmente do contexto, afirmou em um post público que eu (sem citar nomes é claro) não deveria ser mãe, já que odiava tudo que a maternidade envolvia. Será que o fato de eu não amar passar noites em claro, estar na [quinta] gripe em [quatro] meses e mesmo assim não ter folga nem uma noite sequer é tão anormal assim?
> […] Dias atrás meu marido deu a entender em uma infeliz brincadeira que a toda e qualquer oportunidade que eu tinha para deixar meu bebê ir no colo de outra pessoa eu aproveitava. Para ele não foi nada de mais. Era apenas uma brincadeira ou uma constatação. Uma piada.
> Para mim? Nossa, aquilo me deixou arrasada. Chorei e me senti horrível porque no fundo é verdade. Sempre que tem alguém junto com a gente, eu passo ele para frente e aproveito para descansar. Além disso eu trabalho fora, tenho babá, minha mãe e sogra que sempre que possível olham ele para mim e tenho um marido megaparticipativo. Fiquei pensando em todas as mulheres que ficam 24/7 com suas crias e amam fazer isso. Concluí, mais uma vez, que eu certamente não era uma boa mãe. (LEITE, 2017a).

Nesses excertos, a própria autora se revela vítima de julgamentos alheios e mostra não experimentar o mítico amor materno. No entanto, ainda que reconheça as forças que recaem sobre a maternidade, exigindo que a mãe performatize sempre de alguma maneira, Leite não está livre de ser impactada por essas ações, de se apresentar fragilizada e de questionar as próprias escolhas.

Assim, curiosamente, mesmo afirmando que há cobranças e ideais de perfeição sobre as mães, é como se a própria autora se incluísse na régua que avalia a performance materna, já se decretando como uma mãe que não é a “ideal”. Ela menciona: “Uma mãe ok, uma mãe esforçada e não uma mãe excelente”; “[...] qual o problema em ser uma mãe razoável? Em não ser uma mãe perfeita? Qual o problema se ser mãe não for a função que você faz melhor na vida?”. Desse modo, Leite é também vítima do sistema de opressões que critica e sobre o qual lança suas reflexões, reforça, assim, o caráter humanizado e vulnerável da sua autoria na “Revista AzMina”.

Por fim, o texto sobre comportamento materno na seção “Divã D’AzMina”, que recebe o título “Amo meu filho, mas ser mãe é treta” (AZMINA, 2017), reforça essa construção da mãe e autora como figura vulnerável tecida pela coluna “Meu nome não é mãe”. No relato anônimo, uma mulher de 21 anos narra seu processo de gestação e de pós-parto, em que diz: “Tive tanta dificuldade na maternidade que acho que quase tudo que podia dar errado deu” – entre esse “tudo que podia dar errado”, lista: seu marido perdeu o emprego e se afastou dela, não querendo mais transar por conta do bebê, segundo ele; ela entrou em trabalho de parto antes do previsto; teve de se submeter a uma cesariana, que foi “a pior experiência” da sua vida; o bebê apresentou dificuldades para mamar; as enfermeiras “esmagaram” seus mamilos; ela seguiu com dificuldades para amamentar em casa; e descobriu que seu marido estava saindo com uma ex-namorada. O relato, pontuado por vivências difíceis, desloca a experiência materna do campo idealizado e romantizado, em que o encontro com o bebê é belo e angelical, para um terreno da realidade, em que os desafios são múltiplos e a chegada da criança proporciona um desencontro da mulher com seu companheiro, com o mundo e consigo mesma. A mulher em questão afirma:

> Eu amo meu filho. Mas é tanta dificuldade que passamos que eu não sei como as pessoas julgam quem não quer ser mãe. Eu tenho que pensar no meu filho 24 horas por dia, não posso mais pensar em mim mesma!
> [...] Filho é treta. Quando dizem pra gente com 15 anos que, se a gente engravidar, a vida acabou, duvidamos. Mas é praticamente isso. Você não vive sua vida, vive a vida do seu filho. E se tentar ser diferente as pessoas te julgam até conseguirem te controlar. (AZMINA, 2017).

Um aspecto interessante desse relato é que ele não aponta caminhos capazes de transcender essa problemática. Dessa maneira, não apresenta uma finalidade: podemos entender que o texto é posicionado de modo a conferir visibilidade às dificuldades enfrentadas pelas mães e a uma maternidade realista, em que a mulher ama seu filho, mas se vê oprimida pelos julgamentos e desafios, confessando não ver prazer na tarefa de ser mãe.

Já nos textos da coluna “Meu nome não é mãe”, os relatos pessoais, que promovem um encontro entre a experiência materna não romantizada da autora com uma defesa feminista por uma maternagem livre de julgamentos e normatividades, parecem ter a função de engajar as leitoras e os leitores para a reflexão e para a

mudança – o que se fortalece quando recuperamos o texto de apresentação dessa coluna: “Esta é uma editoria dedicada a todas as pessoas que desafiam o senso comum para provocar transformação”. Por outro lado, o texto “Coisas que toda mãe está cansada de ouvir” (VICENTIN, 2015) parece apontar para certas normatividades, defendendo posicionamentos como os das mães que decidem amamentar seus bebês e invisibilizando outros, como os das mulheres que não podem ou não querem nutrir seus bebês por meio do aleitamento materno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme afirmamos anteriormente, há, na “Revista AzMina”, uma teia complexa de discursos no que se refere ao comportamento materno – alguns no sentido de aliviar as opressões sofridas pelas mulheres que se tornam mães e outros que acabam por substituir certas normatividades por outras. Contudo, acreditamos ser fundamental pontuar que a mera existência da “Revista AzMina”, uma publicação digital feminista e independente, com espaços destinados a abordar a maternidade, representa um avanço importante na busca por um retrato mais livre e inclusivo do que é ser mãe.

Também entendemos que a revista sinaliza posicionamentos políticos importantes, especialmente os que fazem oposição aos mecanismos de controle institucional sobre o corpo das mulheres. Nosso estudo se presta, assim, como uma ferramenta de contribuição no sentido de que seja ampliado o leque de discursos mediados pela “Revista AzMina” e de que possamos reconhecer o ser mãe como uma experiência individual de grande potência, definida apenas por cada mulher.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZMINA, Equipe. Amo meu filho, mas ser mãe é treta. **Revista AzMina**. 3 ago. 2017. Disponível em: <https://azmina.com.br/colunas/amo-meu-filho-mas-ser-mae-e-treta/>. Acesso em: 14 nov. 2018.

BACCEGA, Maria Aparecida (Org.). **Estudos de comunicação e análise do discurso**: teoria e prática. São Paulo: Fapesp/ESPM, 2015.

_____. **Palavra e discurso**: história e literatura. São Paulo: ed. Ática, 2007.

BADINTER, Elisabeth. **O conflito**: a mulher e a mãe. Rio de Janeiro: Record, 2011.

_____. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BRITO, Priscilla Caroline de S. Primavera feminista: a internet e as manifestações de mulheres em 2015 no Rio de Janeiro. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GENERO, 11., & WOMEN'S WORLD'S CONGRESS, 13., 2017, Florianópolis. **Anais eletrônicos ...** Florianópolis: MM, 2017. Disponível em: <http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499450296_ARQUIVO_PrimaveraFeminista-ainterneteasmanifestacoesdemulheresem2015noRiodeJaneiro-FazendoGenero.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2018.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. 3. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015.

DUARTE, Constância Lima. **Imprensa feminina e feminista no Brasil**: Séc. XIX: Dicionário Ilustrado. São Paulo: Autêntica, 2016.

FUSER, Bruno. Verbete cidadania das minorias. **Enciclopédia Intercom de Comunicação**, 2010. Disponível em: <http://www.cienciianasnuvens.com.br/site/wp-content/uploads/2013/07/Enciclopedia-Intercom-de-Comunica%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em 22 abr. 2017.

LEITE, Tayná. Talvez eu não seja a melhor mãe do mundo... e tudo bem! **Revista AzMina**. 6 dez. 2017a. Disponível em: <https://azmina.com.br/colunas/talvez-eu-nao-seja-a-melhor-mae-do-mundo-e-tudo-bem/>. Acesso em: 24 nov. 2018.

_____. Culpa materna: por que ainda damos ouvido a esse monstro? **Revista AzMina**. 6 set. 2017b. Disponível em: <https://azmina.com.br/colunas/culpa-materna-por-que-ainda-damos-ouvidos-a-esse-monstro/>. Acesso em: 24 nov. 2018.

ORLANDI, Eni. Análise do discurso: princípios e procedimentos. Campinas: Ponte Editores, 2009.

_____.A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso. Campinas: Ponte Editores, 2006.

PRADO, Magaly. **Ciberativismo e noticiário**: da mídia torpedista às redes sociais. Rio de Janeiro: Alta Books, 2015.

RICH, Adrienne. **Of Woman Born**: Motherhood as Experience and Institution. Nova York: W. W. Norton & Company, 1995.

VICENTIN, Carolina. Coisas que toda mãe está cansada de ouvir. **Revista AzMina**. 6 out. 2015. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/coisas-que-toda-mae-esta-cansada-de-ouvir/>. Acesso em: 27 nov. 2018.

O MÉDICO FERNANDES FIGUEIRA E O "LIVRO DAS MÃES": O SOFRIMENTO MATERNO VOLUNTÁRIO NO COMEÇO DO SÉCULO XX

Fernanda Loch[1]

RESUMO

A presente comunicação tem por objetivos apresentar, com base nos pressupostos dos estudos de gênero, e da historiografia sobre a maternidade e o amor materno, a obra "o *Livro das Mães"*. O livro, lançado em 1910, e escrito pelo médico Fernandes Figueira se tornou uma espécie de manual para o "bom exercício" da maternidade nas primeiras décadas do século XX. Assim, através do livro analisado, busca-se refletir de maneira introdutória, sobre o "sofrimento voluntário" e supostamente recompensador da maternidade a partir de dois capítulos desta obra. Nesse sentido, um modelo específico de mãe e de maternidade é criado e consolidado afim de promover um novo modelo de família e de sociedade.

Palavras-chave: Fernandes Figueira. Infância. Maternidade. Pensamento Médico.

Introdução

Pesquisas como a de Ariès (1981) e Shorter (1995) mostram que os cuidados e afetos com as crianças e principalmente com os bebês, não foram uma constante na história ocidental. Ser "boa mãe", compreendendo aqui tal adjetivo como cuidados para manutenção da vida, afetos e higiene, é uma invenção da modernidade.

Shorter (1995) defende que nas sociedades tradicionais as mulheres assistiam com certa indiferença o desenvolvimento da gestação e principalmente os primeiros dois anos de vida de seus bebês. Nesse sentido, o historiador ainda demostra que, os estudos de Ariès (1981) foram os pioneiros a constatar a indiferença materna com a saúde e o bem-estar dos bebês, articulando esse comportamento feminino com a falta de amor maternal. Tais argumentos e investigações foram posteriormente muito bem desenvolvidos e ampliados pelas discussões da filósofa feminista francesa Elizabeth Badinter (1985) e novamente abordados por novas perspectivas pela autora em 2011.

[1] Mestranda em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

Ariès (1981) defende que este modelo de indiferença para com os bebês e crianças começou a ser modificado entre fins do século XVII e século XVIII. Badinter (1985) também argumenta que a partir do século XVIII uma série de transformações vão ocorrer na relação mãe/bebês. A autora pontua o início de tais mudanças a partir da publicação da obra de Rousseau, *Emilio, ou da educação*, publicado pela primeira vez em 1762. Contudo, Shorter (1995, p. 182-220) aponta que, entre as camadas mais baixas, segmento social com o qual se ocupa em sua obra, a despreocupação com a gestação e posteriormente com os bebês persistiu por mais tempo. A necessidade de se ausentar da casa para trabalhar, ou mesmo a pouca condição financeira das famílias de baixa renda potencializavam o descaso com os infantes. Assim, as mortes infantis, bem como abortos decorrentes de algumas doenças, a falta de medicamentos ou mesmo a desnutrição, eram comuns e pouco lamentados por famílias numerosas que perdiam sistematicamente alguns de seus infantes.

Esse panorama foi sendo paulatinamente modificado, conforme nos aponta Foucault (1984), com o surgimento e consolidação dos Estados Nacionais atrelados ao que podemos classificar como uma “medicina social”. Assim, foi sendo criada a necessidade de que se fizessem produzir cidadãos que seriam, então, a riqueza do Estado. Garantir a sobrevivência das crianças constituía-se em um novo valor e, desta forma, se inicia um processo de incentivo às famílias com destaque para a figura da mãe e os cuidados com a infância, pois a condição contemporânea de maternidade não existe sozinha, ela só tem sentido em relação interdependente com a noção atual de infância.

Para operar uma espécie de “salvamento” daqueles infantes, recém formulados como “sujeitos-infantis,” seria preciso converter cada vez mais as mães a se aplicarem naquelas tarefas que até então estavam esquecidas ou afastadas de seu cotidiano. Era fundamental, portanto, o entendimento e a proliferação de discursos que punham a associação das palavras *amor* e *materno*. Tal modificação não significava apenas a promoção de um sentimento, mas a importância considerável que a mulher passa a assumir dentro da esfera privada da família. A maternidade torna-se valorizada na medida em que a mulher-mãe assume o papel de uma “agente” vital do biopoder.

Dentro deste contexto é que entra em cena a medicina voltada para a mulher e as especificidades de seu corpo. Um saber “cientifico e supostamente inquestionável” que chega com vistas a, em um primeiro momento, entender o corpo da mulher e explicá-lo a partir de sua singularidade, ou seja, o ser biológico mulher é explicado a partir da maternidade. (MARTINS, 2000). Assim, no Brasil, a partir da segunda metade do século XIX observamos uma crescente valorização social do médico e da medicina. Ao longo do século XX tal valorização se intensifica, principalmente os chamados “médicos de senhoras” e também os médicos especializados em salvar crianças, os pediatras. (VIEIRA, 2008).

Metodologia, Fonte & Contexto de produção da obra

A partir dessas reflexões iniciais construímos um projeto de mestrado, com o intuito de analisar a consolidação de um saber (médico) sobre as práticas maternas e a criação de crianças. Como principal fonte, utilizaremos um manual de puericultura. Nessa pesquisa pretendemos analisar o que seria um desses primeiros livros de como criar os bebês, cujo título é O Livro das Mães: Consultas práticas de Hygiene Infantil, do médico pediatra Antônio Fernandes Figueira. Teve a sua primeira edição publicada em 1910, e a segunda em 1920, que é a que temos acesso. Mas este não é o objetivo desse artigo. Aqui pretendemos apresentar a fonte e fazer uma reflexão inicial sobre a questão do “sofrimento voluntário” e supostamente recompensador da maternidade, utilizando dois capítulos deste mesmo livro que tratam do tema. Para isso, discute-se também o contexto em que o livro foi escrito, levando em conta as preocupações por parte do Estado para com as crianças e suas mães, e a consolidação de uma medicina voltada para esses grupos, discussões que também estão presentes no nosso projeto de mestrado.

Fernandes Figueira, o autor do livro que será analisado, nasceu em 13 de junho de 1863, se formou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1887, e

> foi logo encaminhado ao serviço público pelas Mãos do sanitarista Oswaldo Cruz, tornando-se responsável pela direção da enfermaria de doenças infecciosas de crianças do hospital São Sebastião. Foi ele o primeiro médico

> do Brasil a deixar a presença das mães ao lado das crianças nas enfermarias, como forma de auxílio no tratamento.[2]

Este pediatra, enquanto um nome importante da área da sua especialidade, e a partir das leituras de seus trabalhos, pode-se perceber a sua "preocupação com a educação da mulher de elite no tocante ao aleitamento materno, com o alimento do filho da trabalhadora pobre, este com maior risco de óbito pela má alimentação, e com a definição do que entendia como "boa filantropia." (SANGLARD, 2016, p. 58).

Entre meados do século XIX e início do século XX a infância e a maternidade passam a ser vistas como problemas do Estado, devido ao grande número de mortalidade infantil. E o livro que será analisado, buscava por meio desse "aconselhamento" das mães, principalmente as pobres, melhorar a saúde das crianças.

Quando falamos do contexto nacional da Primeira República, ou seja, o período em que o *Livro das Mães* foi escrito, no início do século XX, perpassamos um momento que foi marcado pelo aumento da industrialização, da urbanização, aumento das práticas capitalistas e também a busca pela legitimação do pensamento científico, atrelado à ideia de "regeneração" do país, e a busca do fortalecimento da nação. (SCHWARTZ; STARLING, 2015, p. 318-251).

> A concepção inicial do projeto higienizador direcionou suas vistas para os problemas relacionados à estrutura e infra-estrutura urbanas e para a qualidade das habitações, contudo, não tardou em se preocupar com os hábitos da população, assumindo uma dimensão social. Ele implicou ações em três planos: o do espaço público, o do espaço privado e o da vida. (CONCEIÇÃO, 2010, p. 3).

Então além da modernização estrutural das cidades, o poder público também tentava normatizar os hábitos e controlar o modo de vida das classes populares, com seus "péssimos costumes" que contribuíam para a insalubridade da cidade, (CONCEIÇÃO, 2010, p. 4) e consequentemente atrapalhavam para o desenvolvimento da nação.

As mulheres que tem supostamente esse "papel" de gerar vida, e criar esses cidadãos para o desenvolvimento do país, de certa forma, necessitavam

---

[2] Antônio Fernandes Figueira. Disponível em: <http://www.fiocruz.br/biosseguranca/Bis/Biograf/ilustres/antoniofernandes.htm>. Acesso em: Março de 2017.

de atenção do Estado, assim como seus bebês. Segundo Ismael Gonçalves Alves (2014, p. 80), a infância e a maternidade enquanto problemas do Estado, aparecem entre o fim do século XIX e início do século XX, quando as nações passam a ver as crianças como o seu futuro.

> Dentre as diversas problemáticas que envolviam este estágio da vida, aquelas que desencadearam maior mobilização social foram os altos índices de mortalidade infantil e a suposta queda de natalidade existente em países com relativo grau de desenvolvimento industrial. (ALVES, 2014, p. 80).

E essa preocupação com a mortalidade infantil, bem como a maternidade e a infância em si, também estava vinculada com necessidade de povoar todo o território brasileiro, que estava em sua grande parte, deserto, e que para se ocupar precisaria de um aumento na natalidade e de "políticas que garantissem o pleno desenvolvimento das crianças brasileiras." (ALVES, 2014, P. 82).

> Nesse ambiente ideológico saturado pelo higienismo, o "problema da infância" – representado principalmente pela elevada mortalidade infantil – foi situado no centro da proposta de reforma da sociedade brasileira, capitaneada pelas elites. Tomando a mortalidade infantil como a face visível da falta de cuidado com as crianças, os médicos brasileiros reforçaram a intenção – manifestada desde a segunda metade do século XIX – de enfrentar o "problema da infância" por meio de medidas higienizadoras. Tal estratégia iria envolver não apenas a assistência materno-infantil, mas também proposições a respeito da educação das mães, com vistas à educação física e moral das crianças. (FREIRE, 2006, p. 14).

Então para se melhorar a qualidade de vida das crianças e a diminuição da mortalidade das mesmas, o que deveria ser feito era ensinar as mães pobres e trabalhadoras a como criarem os seus bebês de maneira "correta" e "higiênica", com ensinamentos básicos, seja incentivando o aleitamento materno, se deve ou não lhe dar a chupeta, como se dar banho, etc., afinal, a mãe era a responsável pela saúde daquela criança. E esses ensinamentos seriam transmitidos por médicos.

O surgimento da pediatria e da puericultura, - sempre andando lado a lado com a obstetrícia, a medicina da mulher – constitui-se oficialmente como especialidade em 1882, por Carlos Arthur Moncorvo Figueiredo, que propôs a

criação da cadeira de Clínica de Moléstias das Crianças, na Escola de Medicina do Rio de Janeiro. (KUNH-SANTOS; RESEGUE; PUCCINI, 2012, p. 4).

Os médicos tinham um grande papel na direção dos projetos higienistas, e esses projetos, continham ideias que foram absorvidas pela sociedade civil em geral, principalmente a elite, que acabou financiando vários planos desses intelectuais. “A filantropia é considerada uma das facetas da sociedade da belle époque carioca, que dirigia seu capital social, político e financeiro para a criação de instituições voltadas para o atendimento dos indigentes da cidade.” (SANGLARD, 2016, p. 60).

Nesse contexto, surgem diversas instituições voltadas para resolver o “problema da infância”. (SANGLARD, 2016, p. 60). As ações filantrópicas faziam um papel fundamental nesses projetos, no sentido de que as políticas públicas de assistência à infância ainda eram bem pontuais.

> Este sentimento de responsabilidade sobre a totalidade da população transfigurou-se em um conjunto de ações filantrópicas encarregadas de suplantar a ausência do poder estatal. Dentre as diversas especialidades médicas, destacamos a atuação de um grupo específico de profissionais que se projetou desde os mais altos círculos sociais até os mais ordinários cidadãos, por suas obras assistenciais para a maternidade e a infância. Formado por puericultores e pediatras, este grupo tratou de construir uma rede filantrópica de assistência à saúde materno-infantil que ocupasse o vazio deixado pela administração pública, propondo campanhas de vacinação, nutrição infantil, construção de policlínicas, bancos de leite, cuidados pré e pósnatal, como parte de empreitada civilizatória que colocava a criança no centro das preocupações nacionais. (ALVES, 2014, pp. 104-105).

Entre as ideias de Fernandes Figueira sobre uma boa filantropia para a infância, estariam a criação de consultórios de lactantes, associações maternas, creches, etc., ou seja, ao Estado caberiam ações maiores, como manutenção de hospitais, e para a filantropia ações mais pontuais. (SANGLARD, 2016, pp. 59, 65).

A obra acadêmica de maior relevância deste médico, “O livro das mães”, se constitui como um verdadeiro manual de maternidade, uma proposta de interferência nos afetos, saberes e formas de maternar, bem como nos faz refletir sobre esse novo modelo de mãe “enfermeira e pedagoga”, e essa ideia de criança “higiênica”.

O livro traz um discurso que reflete as ideias do autor, individualmente, porém é escrita de uma posição social, - e não de uma posição neutra, sem influências, - ou seja, reflete parte do discurso médico do período, bem como do contexto, e diz muito mais do que somente o que está evidente em suas páginas.

Discussão

Por se tratar de uma análise com a abordagem dos estudos de gênero, também é pertinente uma discussão teórica sobre a temática.

O conceito de gênero tem várias definições e não é difícil encontrá-lo de forma equivocada para definir simplesmente a questão do sexo biológico, por exemplo. Segundo Scott, há várias maneiras de se definir gênero: “as feministas começaram a utilizar a palavra gênero mais seriamente, num sentido mais literal, como uma maneira de se referir à organização social da relação entre os sexos.”(SCOTT, 1995, p. 72); “gênero é, [...], uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado”. (SCOTT, 1995, p. 75).

A categoria de análise de gênero não inclui somente mulheres nos seus estudos, mas vários outros temas que também se enquadram dentro deste tipo de análise. Na história de gênero, temas como sexualidade, família, crianças, vem à tona. Além disso, quando estudamos mulheres, modelos de feminilidade, sempre o fazemos em oposição ao masculino, o que implica também no estudo dos homens.” (SCOTT, 1995, p. 76). Tudo isso são construções feitas a partir do gênero, e essas construções também forçam e legitimam como cada pessoa, homem ou mulher, deve ser, viver e se comportar, e coloca supostos papéis sociais nos indivíduos, normalmente de acordo com o sexo biológico.

Quando falamos em papéis sociais, se pressupõe que os indivíduos ocupam posições sociais, e o desempenho desses “papéis” são moldados através de normas e regras sociais. (PEDRO, 2005, pp. 77-98). Para as mulheres, - ideia que foi amplamente difundida ao longo do século XX, - o suposto papel social seria a maternidade.

Esse modelo de mãe, que cuida do seu filho e que tem um amor visceral pelo seu bebê foi normatizado a partir do século XIX, e ainda mais difundido, com ajuda científica, pelos médicos, no século XX. Quando surge o “problema da

infância", no contexto das primeiras décadas do século passado, a mãe vira a mediadora entre essas crianças e o Estado. (BORSA; FEIL, 2008).

Investigando como o autor constrói em seu livro os saberes educativos para as mulheres grávidas e para as que já são mães, podemos visualizar a emergência de um suposto papel social feminino propagado pelo discurso do médico, seja de mãe educadora, mãe enfermeira, e a única responsável pelo cuidado, pela saúde e educação daquela criança.

Fisicamente, o *Livro das Mães* possui 335 páginas, divididos em 107 breves capítulos. A construção do livro parece, em partes, ter sido feita por perguntas de pacientes. Essas perguntas estão nos próprios títulos dos capítulos, como por exemplo: "Qual deve ser a regra da amamentação no primeiro mez?" (FIGUEIRA, 1920, p. 26). Também aparecem capítulos sem perguntas, como se fossem orientações do próprio médico, como: "Organização de uma creche" (FIGUEIRA, 1920, p. 167) ou "Banho das crianças" (FIGUEIRA, 1920, p. 159). Além disso, o livro possuí índice alfabético, bibliografia utilizada pelo Fernandes Figueira e também uma declaração dos editores, revelando que a sua primeira edição se esgotou em quatro meses, e a segunda, com tiragem duplicada, se esgotou em um ano.

Como o objetivo dessa comunicação/artigo é apresentarmos a obra[3] com o pressuposto do sofrimento materno voluntário, trazemos um capítulo que traz o "pesar" de ser mãe diante da perca de divertimentos:

> N. 26 – Hontem me transmitiu meu marido a inflexível sentença do doutor: terei que amamentar o filhinho, que aguardo. Perderei então os divertimentos? Persistirei atada á boca do algozinho? Mande-me uma palavra...
> Não valem inquietações. Percebo, ainda que o occulte, a malicia de pessôa de idade: ha quem esteja assustando a futura mamãe com os onerosos encargos, que a devem acabrunhar. O menino obrigará ao esquecimento das amigas e das diversões. De chinellas, penteador amarrotado, o cabelo desfeito, a mamãezinha passeará pelo quarto em derredor do berço, assim a victima em torno ao seu carrasco... No salão o piano, com o teclado morto, não ressoará gemendo as torturas de Chopin. Revistas inglesas, apenas esfloradas uma ou outra manhan mais folgada, se empilharão dentro de seus envoltórios de remessa postal... E aquella criatura viçosa de esperança e de saúde, e que assisti vingar, á semelhança de pujante arbusto a encaminhar-se para o sol, se estiolará tristonhamente vencida.
> Mas o quadro não pode ser o que imaginou. Criar um filho – exclamam já meio deslembradas as vovós – Redunda no maior dos martyrios. E contudo

[3] Deixaremos citações referentes ao livro na sua gramática original.

> ellas amamentaram muitos e não morreram. Vivem, arrastam a idade e os seus descommodos, e galgam algumas aos oitenta.
> Quanto se pode alcançar com o methodo e a serenidade! O meu melhor amigo, um dos homens que mais trabalham no Rio de Janeiro, dá conta systematica de uma infinidade de encargos. E almoça e janta e dorme a hora certa! E não será cousa insuperável para uma senhora moça amamentar seu filho, o que, a custa de algum sacrifício, lhe facultará transvazar o próprio sangue na boca do ente amado.... E que venturas lhe sorrirão um dia á memória ainda não senilizada, quando evocar as alegrias do primeiro sorriso comunicando, do primeiro dente immaculado dentro da polpa de rosa da gengiva!
> [...]
> As perspectivas – repare um pouco – não se desenham tão sombrias, como fôra de prever, á vista das opiniões indiscretas. Haverá no primeiro mez uma pequena luta – já lhe previno! – de acomodações da criança no meio, até que elle se adapte.
> Mas teve acaso noticia de planta que nascesse adulta? Não sabe que as suas deliciosas gloxínias começaram tímidas e feias? Vamos lá, gentil cultivadora, amanhe a terra, orvalhe-a um ou outra vez, embora com alguma lagrima furtiva, e sorria depois do mais orgulhoso contentamento perante a belleza resultante do seu trabalho digno!
> (FIGUEIRA, 1920, pp. 79-81).

Neste capítulo, podemos perceber como o médico tenta amenizar os trabalhos e “sacrifícios” que a mãe terá, - comparando até com o trabalho de um homem, “um dos que mais trabalham no Rio de Janeiro” e ainda dá conta de ter outras atividades - e a renúncia de prazeres que ela terá que fazer ao amamentar regradamente o seu filho, mas que tudo isso será recompensado depois, ao ver a beleza do seu filho crescido, ou ao se memorar das lembranças do bebê, na velhice. Isto pode ser reflexo da construção feita historicamente (principalmente a partir do século XVIII) sobre a maternidade enquanto “ideal máximo da mulher, caminho da plenitude e realização da feminilidade, associada a um sentido de renúncia e sacrifícios prazerosos. A maternidade alcançou um lugar de sofrimento voluntário e indispensável à constituição da mulher [...]” (BRAGA; AMAZONAS, 2005, p. 15).

O segundo capítulo que trazemos fala sobre a beleza feminina, e se a amamentação irá prejudica-lá:

> N. 62 – Prejudicará a amamentação a belleza feminina?
> O conceito de formosura (e Garret doutrina, com dupla autoridade, que assim devemos chamar à belleza das formas) variou com as idades e os paizes. Se as linhas correctas do rosto enthusiasmam os artistas, sem uma certa animação que as vivifique, estão mortas para muitos admiradores. Quanto propriamente á plástica, é de convir que uma pertencerá á puberdade e outra á mulher em gozo integro de suas funcções, pelas quaes se avoluma o collo, turgescem os seios e se arredondam os quadris.
> [...]

> A vida methodica, a alimentação regularizada, as noites quedas, o desejo constante de presenciar a prosperidade crescente do pequenino, propiciam estimulo efficaz ás mães-nutrizes.
> [...]
> Empregando esse adjectivo, não o estenderia ás infelizes, que a pintura mascara e as modas extravagantes deturpam, e que julgam um ideal a imitação pelas honestas de umas tantas outras mulheres... A elasticidade das formas, a flexibilidade, que empresta hoje o corpo feminino a educação physica; as attitudes serenas e plásticas, representativas da tranquilidade transparente de uma alma bella; a projecção do corpo sem angulose sem exhuberancias, na eurythmia da perfeição, tudo é compatível com os cuidados imprescreptiveis que a seus filhos offerta a jovem mãe. (FIGUEIRA, 1920, pp. 175-176).

Primeiro o autor começa fazendo uma conceitualização de “beleza das formas”, e segue dizendo que “o desejo constante de presenciar a prosperidade crescente do pequenino” propicia um estímulo para essa beleza feminina. Além disso, fala que todas as formas de beleza feminina são “compatíveis com os cuidados imprescritíveis que a seus filhos oferta a jovem mãe”.

Nos dois capítulos podemos perceber a preocupação das mães sobre as consequências do aleitamento materno, e uma certa recusa da parte delas, de o fazerem. O médico usa um discurso de insistência, sempre se apoiando nas premissas do amor materno e de que a amamentação seria uma atitude recompensadora futuramente.

> O comportamento comum na sociedade da época, de recusa ao aleitamento materno foi codificado também no Brasil pelo discurso higiênico como uma infração às leis da natureza, o que permitiu não somente a culpabilização das infratoras, mas a instalação de um sentimento de anomalia. (MOURA; ARAÚJO, 2004, p. 49)

Considerações Finais

Para Foucault (1985) a sociedade moderna foi demarcada pelo paulatino processo de educação de corpos. Assim se percebe que as intervenções dos saberes sobre os corpos tem sido uma constante na contemporaneidade. As mulheres e seus corpos passaram por este processo de interferência de forma mais intensa por sua relação com a capacidade de gestar e parir. Este momento singular na vida feminina deixou de ser assunto de cunho privado exclusivamente e, se transferiu para a esfera pública.

> No Brasil, o processo de “estatização dos indivíduos” teve sobre a mulher um efeito específico: sua redução à figura da “mãe higiênica”. Essa nova

> condição, contudo, só foi possível através da aliança da família com o poder médico. Dessa forma, tanto aqui como na Europa, para a produção da "mãe higiênica", foi fundamental o discurso higienista, no ataque tanto ao aleitamento mercenário (no Brasil realizado por escravas) como responsável pela mortalidade infantil, quanto à suposta deformação moral das crianças pelo cuidado e convivência com amas e lacaios negros. (MOURA; ARAÚJO, 2004, p. 49)

O aleitamento materno acabou permitindo que se regulasse a vida da mulher, confinando-a por um longo tempo no ambiente doméstico e voltando o seu olhar aos cuidados da criança e da família. Como afirmam Solange Maria de Moura e Maria de Fátima Araújo, esse novo olhar sobre a criança, possibilitou a manifestação do amor materno, que se tornou além de desejável, "natural". (2004, p. 49).

Referências:

ALVES, Ismael Gonçalves. **(Re)construindo a maternidade: as políticas públicas materno-infantis brasileiras e suas implicações na Região Carbonífera Catarinense (1920-1960).** Tese. (Doutorado em História) – UFPR. Curitiba, 2014.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família.** Trad. Dora Flaksman. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

BADINTER, E. **O conflito:** a mulher e a mãe. Rio de Janeiro: Record, 2011.

_____. **Um amor conquistado.** O mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985

BORSA, J. C.; FEIL, C. F. **O papel da mulher no contexto familiar:** Uma breve reflexão. O Portal dos Psicólogos, 2008.

BRAGA, M. da G. R.; AMAZONAS, M. C. L. de A.. Família: Maternidade e Procriação Assistida. **Psicologia em Estudo**, v. 10, n. 1, Maringá, jan./abr. 2005.

CONCEIÇÃO, Carlos Lima da. A Bahia e a "civilização": a cidade do Salvador no Brasil republicano. **Revista Eletrônica Multidisciplinar Pindorama**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, IFBA. N. 01. A. 1. Ago. 2010.

FIGUEIRA, Fernandes. **Livro das Mães:** Consultas Práticas de Hygiene Infantil. 2ª Edição. Rio de Janeiro. Editores: Leite Ribeiro e Maurílio, 1920. In: SANGLARD, Gisele (Org.). **Amamentação e Políticas para a Infância no Brasil:** A atuação de Fernandes Figueira, 1902 – 1928. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2016.

FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau, 1985.

_____. O nascimento da medicina social. In: _____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FREIRE, Maria Martha de Luna. **Mulheres, mães e médicos: Discurso Maternalista em Revistas Femininas (Rio de Janeiro e São Paulo, década de 1920).** Tese. (Doutorado em História das Ciências) – FIOCRUZ. Rio de Janeiro, 2006.

KUNH-SANTOS, C. K., RESEGUE R., PUCCINI R. F.. Puericultura e a Atenção à Saúde da Criança: Aspectos Históricos e Desafios. **Journal of Human Growth and Development.** 2012; 22(2): 160-165.

MARTINS, Ana Paula V. **A medicina da mulher: visões do corpo feminino na constituição da obstetrícia e da ginecologia do século XIX**. Tese. (Doutorado em História). UNICAMP, Campinas, 2000.

MOURA, Solange Maria Sobottka Rolim de; ARAÚJO, Maria de Fátima. A Maternidade na História e a História dos Cuidados Maternos. **Psicologia Ciência E Profissão**, 2004, 24 (1), p. 44-55.

PEDRO, J. M. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História.** São Paulo, Vol. 24, n. 1, 2005, p. 77-98.

SANGLARD, Gisele (Org.). **Amamentação e Políticas para a Infância no Brasil:** A atuação de Fernandes Figueira, 1902 – 1928. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2016.

SCHWARTZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. Capítulo 13: “A primeira República e o Povo nas Ruas”. In: **Brasil: Uma Biografia.** 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCOTT, Joan Wallach. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995.

SHORTER, E. **A formação da família moderna.** Lisboa: Terramar, 1995.

VIEIRA, E. **A medicalização do corpo feminino.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

JOANA E O EXÍLIO EM *GOTA D'ÁGUA,* DE CHICO BUARQUE E PAULO PONTES

Allyne Urbanski[1]

Keli Cristina Pacheco[2]

RESUMO

Gota D'Água é uma tragédia brasileira, cuja ação gira em torno de Joana, mulher abandonada pelo marido, autor de um samba famoso. Analisamos, na peça, o modo como a condição feminina pode se consolidar como uma forma de exílio, por conta da assimétrica relação de poder que se estabelece entre homem e mulher. Para que tal análise pudesse se concretizar, utilizamos, como embasamento, os pressupostos teóricos de autoras de Estudos Feministas, como Heleieth Saffioti e Cláudia Álvares, além da concepção de "Exílio" cunhada por Edward Said. Como resultado, percebemos que o exílio não é, necessariamente, geográfico, mas também pode ocorrer no interior de uma sociedade e, a condição feminina, por si só, é, também, uma forma de marginalização.

Palavras-chave: Literatura. Exílio. Relações de Poder. Pesquisa Bibliográfica. Crítica Feminista.

INTRODUÇÃO

Apesar de ter sido encenada pela primeira vez em dezembro de 1975, *Gota D'Água,* tragédia brasileira, escrita por Chico Buarque e Paulo Pontes, carrega em seu enredo uma narrativa já familiar. Ao analisarmos a transposição do drama grego *Medeia*, escrito por Eurípides, em 400 a. C, para a realidade brasileira da década de 1970, percebemos que estamos diante de um enredo atemporal, porque aborda aspectos da natureza humana e, até mesmo, da organização da sociedade que até hoje ainda continuam os mesmos. Como exemplo desses aspectos da natureza humana que ainda são comuns em nossa sociedade, citamos o sofrimento e as dores causadas por uma traição. Já o modo de organizar a sociedade que observamos em *Medeia* e apontamos em *Gota D'Água é a* subordinação feminina ao poder patriarcal.

A ação dramática de *Gota D'água* gira em torno da vergonha e humilhação de Joana, mulher pobre e trabalhadora que fora abandonada por seu companheiro

---

[1] Possui graduação em Letras - Inglês pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2018). Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Literatura Brasileira,atuando principalmente nos seguintes temas: crítica feminista e estudos sobre o exílio.

[2] Licenciada em Letras – Língua Portuguesa, pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC (2002), Mestre em Literatura, área de concentração em Literatura Brasileira (2005) e Doutora em Literatura, área de concentração em Teoria Literária, pela UFSC (2009). Atualmente é professora adjunta do Departamento de Estudos da Linguagem e docente permanente do Programa de Mestrado em Linguagem, Identidade e Subjetividade, da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

Jasão, após o súbito sucesso de um samba composto pelo rapaz. Agora, reconhecido publicamente, Jasão não faz mais parte da classe pobre e está prestes a casar com Alma, herdeira do rico Creonte, proprietário do conjunto habitacional onde a história se desenrola. Joana, longe de ter uma postura passiva, tem sede por vingança e articula trabalhos espirituais contra aqueles que causaram seu sofrimento, o que culmina em sua expulsão da "Vila do Meio Dia". Assim, o exílio de Joana se consolida, pois, cada vez mais colocada à margem, a mulher, trocada por outra mais nova e mais rica, é deixada sozinha com as responsabilidades de criar duas crianças, provendo alimento, educação e amor, enquanto o ex-companheiro mal se preocupa com a situação em que a família ficou.

Os objetivos dos autores com a produção da peça estão explicitadas em um prefácio, o que nos faz perceber que *Gota D'Água* carrega em seu enredo um mundo de intenções. Dentre elas, destacamos a preocupação em refletir sobre o modo como o capitalismo encurrala as classes subalternas. As personagens são metafóricas, pois não representam só suas individualidades, mas a classe à qual pertencem como um todo. Assim, Creonte representaria as elites, Jasão a classe média em movimento pendular e Joana a classe subalterna, abandonada a sua própria sorte. Porém, neste artigo, buscamos analisar uma outra faceta da personagem Joana, realizando, assim, um recorte de gênero. Ao observarmos a personagem como mulher, individualizada e desterrada, buscamos compreender o significado e as causas deste isolamento. Destacamos o modo como as relações entre homem e mulher se estabelecem de modo assimétrico, em nossa sociedade. Para que tal análise pudesse se concretizar, utilizamos, como embasamento, os pressupostos teóricos de autoras dos Estudos Feministas, como Heleieth Saffioti e Cláudia Álvares, além dos verbetes do *Dicionário da Crítica Feminista,* escrito por Ana Gabriela Macedo e Ana Luísa Amaral.

DESENVOLVIMENTO

Segundo Saffioti, no texto *O Poder do Macho* (SAFFIOTI, 1987, p. 8), o homem estabeleceu seu domínio sobre a mulher há cerca de 6 milênios. Criou-se, assim, um sistema de organização social, baseado na dominação, que perdura até os dias atuais. Essa estrutura é nitidamente representada em *Gota D'Água* e, apesar dos avanços obtidos desde a concepção da peça, ainda nos dias atuais, homens e mulheres não ocupam posições igualitárias na sociedade brasileira, bem como em

outros países. Dentre outros fatores, essa relação assimétrica entre homem e mulher origina-se na ideia da construção das identidades sociais através da atribuição de determinados papéis. Para Saffioti, "a sociedade delimita, com bastante precisão, os campos em que *pode* operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que *pode* atuar o homem." (SAFFIOTI, 1987, p. 8).

Assim, compreendemos que a noção de identidade de homem e mulher está definida de uma forma distinta e oposta, sendo estabelecido que as relações de poder e autoridade pertencem ao homem. Ainda segundo os conceitos de Saffioti em *O Poder do Macho,* o homem, então, em sua posição privilegiada está autorizado e é constantemente apoiado a ocupar os espaços públicos, os cargos elevados do poder político e econômico. Os valores associados ao elemento masculino são força, razão, coragem. Desde muito cedo, os homens são induzidos e estimulados a desenvolver as habilidades mais racionais. No entanto, o papel social atribuído à categoria feminina está relacionado ao espaço privado da casa. É tarefa da mulher cuidar do lar, da alimentação de toda a família, da limpeza, da organização, além de preparar e educar os filhos para a vida adulta. Mesmo que a mulher precise trabalhar fora para conseguir a renda total ou parcial do lar, a construção social cobra dela todos esses afazeres domésticos. Além disso, os valores que se associam à feminilidade são menos importantes e menos úteis, como a fragilidade, a emoção e a mansidão.

Os indivíduos que não seguem esses padrões são tão marginalizados que acabam sendo obrigados a negar seus sentimentos e a adaptarem-se ao que a ideologia dominante prega. Esse processo é extremamente doloroso, especialmente para as mulheres, que são forçadas, desde muito cedo, a inibir seus desejos e suas particularidades para entrar nos moldes esperados, reduzindo-se e atendendo àquilo que manda o estereótipo. Álvares explicita essa ideia na seguinte citação:

> A representação constrange e restringe o significante feminino ao defini-lo de acordo com padrões centralizadores. Isto é, a ligação estreita de significante a um único significado consiste numa imposição de limites à pluralidade infinita da significação feminina. A representação, ou correspondência direta entre significante e um único significado equivale à tentativa de contenção de uma multiplicidade heterogênea e descentrada dentro de fronteiras delimitadas, de becos sem saída. (ÁLVARES, 2002, p. 27).

Já na primeira didascália, do primeiro ato de *Gota D'Água*, temos a indicação de que às mulheres está reservado o espaço doméstico: "[...] no set das vizinhas,

quatro mulheres começam a estender peças de roupa lavada, lençóis, camisas, camisolas, etc.; [...]" (BUARQUE E PONTES, 1975, p. 3). Simultaneamente, no set do botequim, os homens bebem, soltam gargalhadas e comentam o sucesso do colega Jasão (é importante ressaltar que o palco está dividido em diferentes cenários, que se iluminam conforme sua aparição no enredo). Não está explícito, ao longo da peça, se o trabalho das mulheres é um trabalho realizado para suprir as necessidades de seus próprios lares, ou um trabalho remunerado, prestado para outras senhoras. O que aqui nos interessa é o fato de que, para as mulheres, está reservado o espaço privado, enquanto os homens estão permitidos a beber e conversar no espaço público do botequim. Em nenhum momento da peça, as mulheres ocupam esse espaço, salvo o momento em que a personagem Estela vai ao bar para comprar alimentos para seu lar e é ridicularizada, por não tratar Jasão como os homens esperavam. Observamos que, ao iniciar sua peça exatamente com essas cenas, há uma preocupação dos autores em retratar e refletir sobre os papéis sociais reservados a cada indivíduo nesse modo de organizar a sociedade.

Enquanto os homens são constantemente estimulados a ocupar os locais públicos, a serem vistos e notados, especialmente nesta época retratada na peça, a mulher que se recusava a limitar-se aos espaços privados era malvista, mal falada e menos digna. Por isso, consideramos que a própria condição feminina se consolida como uma forma de exílio, de privação e reserva.

Para uma melhor definição do que compreendemos por "exílio", recorremos aos conceitos cunhados por Edward Said, no texto *Reflexões sobre o Exílio.* Segundo o autor, "[...] o exílio é uma solidão vivida fora do grupo, a privação sentida por não estar com os outros na habitação comunal." (SAID, 2003, p. 50). Essa proposição de Said confirma que a privação da mulher de certos espaços e certos comportamentos pode ser encarada como uma forma de desterro. No entanto, se considerarmos a seguinte citação:

> "O exílio nos compele a pensar sobre ele, mas é terrível de experienciar. Ele é uma fratura incurável entre um ser humano e um lugar natal, entre o eu e seu verdadeiro lar: sua tristeza essencial jamais pode ser superada." (SAID, 2003, p. 46)

logo remetemos à definição mais tradicional de exílio, ligada à cartografia, ao banimento de um local materializado no espaço físico, uma expatriação da terra natal. Embora consideremos os vários significados da palavra, nesta pesquisa,

iremos abordar o exílio como um degredo dentro da própria sociedade e das relações sociais, em uma perspectiva mais psicológica e emocional.

O exílio vivenciado por Joana diferencia-se do banimento de territórios cartografados. O exílio de Joana é a dor do abandono, da separação, a frustração e a aflição vividas na solidão de ser mulher. O exílio de Joana não é um banimento de um lugar ou a proibição de entrada em determinadas fronteiras. Aqui, o exílio é a perda de um vínculo. É a perda do acesso às fronteiras daquela relação que a definiam como mulher. Joana perdeu seu ponto de apoio, pois seu companheiro, Jasão, era o seu território natal. O homem é tão valorizado e poderoso, em nossa sociedade, que acaba por se tornar o lar, o vínculo, a pátria da mulher e dele depende sua aceitação perante a sociedade. Além do amor que sentia pelo rapaz, Joana estava acostumada à dinâmica de reconhecimento como mulher digna porque tinha Jasão como seu marido. Jasão está ciente disso quando diz:

> "JASÃO: Na fase em que tudo que é mulher já está servindo de escora pra guerreiro cansado e barrigudo, você tinha um homem novo ao seu lado, renovando pr'ocê a sensação de que uma vida tinha começado[...]" (BUARQUE E PONTES, 1975, p. 124).

Enquanto os companheiros das vizinhas eram velhos, "cansados", "barrigudos", Joana tinha ao seu lado um rapaz uma década mais novo. Assim, ela se destacava diante das outras. Entretanto, a partir desse abandono, Joana já não possuía mais esse destaque, já não era mais mulher, não tinha mais a base a partir da qual construiu sua identidade diante dos vizinhos e amigos. A aceitação (ou a falta de) diante da comunidade é algo que preocupa a protagonista consideravelmente. Observemos as seguintes falas:

> JOANA: "[...] ah, vejo ele mentir pra ela que, por mim, nunca teve amizade. Vejo ele rindo muito e fazendo ela rir, falando do meu corpo, nossa intimidade... [...] daqui a pouco toda a vila tá rindo de mim, ele feliz e eu nesse estado...
> ESTELA (Para Zaíra): Ela só fala nisso: vão gozar da cara dela... (BUARQUE E PONTES, 1975, p. 56 e 57)

É importante ressaltar que não consideramos a vergonha perante a sociedade o único fator responsável pelo sofrimento da protagonista. Além disso, há que se considerar que, em nossa sociedade, reproduz-se o pensamento de que mesmo que um casamento ou união acabe pela vontade masculina, a culpa acaba recaindo sobre os ombros femininos, potencializando sua dor. Esse pensamento é

reproduzido tanto pelos homens, quanto pelas mulheres. Vejamos o que diz a personagem Nenê em uma conversa entre as vizinhas:

> NENÊ: Eu nunca fui de meter o bedelho, mas mulher como Joana não tem que juntar com homem mais novo. O velho marido dela, manso, homem de bem, com salário fixo e um Simca Chambord dava a ela do bom e do melhor e ela foi largar o velho. Por que? Por esse frango. Também, quem mandou? (BUARQUE E PONTES, 1975, p. 10)

Para explicar os motivos pelos quais esse pensamento ainda se reproduz, recorremos, novamente, aos pressupostos teóricos de Saffioti. Como já citado, geralmente, às mulheres, são atribuídas características negativas como a fragilidade, a resignação e a capacidade de se conformar com tudo. Segundo a autora, sentenças reproduzidas pelo senso comum como “ser mãe é padecer no paraíso” ou “mulher gosta de apanhar” revelam que a sociedade enxerga a mulher como um ser masoquista, que não se incomoda com o sofrimento. A mulher deve sempre se resignar. Considerando a fala supracitada da personagem Nenê, Joana deveria aceitar um casamento com um homem que não amava apenas porque teria estabilidade financeira e seria bem vista diante da comunidade.

Ainda segundo Saffioti, a resignação seria a “aceitação do sofrimento enquanto destino de ser mulher” (SAFFIOTI, 1987, p. 35). É por este motivo que, na maioria dos diálogos, todas as personagens, masculinas e femininas, aconselham Joana a recolher sua dor e a ignorar seu sofrimento.

Nos diálogos iniciais da peça, as vizinhas ainda acreditam que Jasão logo irá voltar de sua aventura amorosa para o lar. Joana, como boa esposa, deveria aceitá-lo de braços abertos. No entanto, é importante refletir que, se o caso fosse o contrário – caso Joana abandonasse Jasão para se casar com um homem rico – seria motivo suficiente para que a honra de Jasão fosse manchada para sempre, e Joana jamais fosse perdoada, nem pelo marido, nem pela sociedade. Saffioti afirma que

> “a esposa, na medida em que se mantem fiel ao marido, ainda que este lhe seja infiel, recebe aprovação social. [...] Se, contudo, decide infringir a norma e desfrutar do prazer junto a um amante, merece, de acordo com a cartilha da ideologia dominante, ser assassinada pelo marido. ” (SAFFIOTI, 1987, p. 35)

Logicamente, não são em todos os casos que uma traição feminina acaba de forma tão trágica, mas muitos dos casos acabam em violência física, superexposição,

julgamento e condenação pela própria sociedade. Por outro lado, as traições masculinas são, em sua maioria, abafadas e "varridas para debaixo do tapete."

Poderíamos citar diversas falas ocorridas durante a peça, em que as demais personagens aconselham Joana a guardar para si a sua dor: "Comadre Joana, recolhe essa dor", "Vai dormir que passa", "Bota panos quentes", "Recolhe pra casa", "Abafa essa brasa", "Guarda seu rancor" são apenas alguns dos exemplos encontrados. No entanto, Joana jamais demonstra uma postura passiva. Todas as mulheres representadas na peça encontram-se sob o mesmo sistema de dominação e subordinação masculina. Por ignorarem essa condição e estarem inseridas na sociedade patriarcal, aceitam seu destino. Joana, por outro lado, mostra-se muito lúcida e ciente da inferioridade de sua categoria como mulher. É por isso que chegamos à conclusão de que Joana, além de coletivamente isolada, por sua condição feminina, é exilada, também, dentro de seu próprio grupo. Por ter consciência, Joana torna-se diferente das outras. A ciência e a lucidez é que tornaram Joana inquieta e sedenta por vingança, e acabam por desterrá-la ainda mais. Nas falas como as seguintes, é possível identificar esse conhecimento:

> JOANA: Mulher é embrulho feito para esperar, sempre esperar.... Que ele venha jantar ou não, que feche a cara ou faça graça, que te ache bonita ou te ache feia, mãe, criança, puta, santa madona. A mulher é uma espécie de poltrona que assume a forma da vontade alheia. (BUARQUE E PONTES, 1975, p. 60)

> JASÃO: Joana, você tem que se acalmar.
> JOANA: Acalmar, é claro... é dever do injustiçado manter sempre a cabeça fria, a qualquer custo, enquanto que a raiva é privilégio do injusto. Por isso é que você tá tão qualificado a gritar comigo e pedir calma em resposta. (BUARQUE E PONTES, 1975, p. 74)

Essa inteligência é, à propósito, uma característica herdada de sua ancestral mitológica. A Medeia da peça grega é uma sábia feiticeira capaz de feitos prodigiosos. No *Dicionário da Crítica Feminista,* no verbete "Medeia", encontramos a seguinte definição:

> [...]a sua faceta curandeira e a sua sabedoria a tornaram uma figura associada à medicina e à arte de curar. Em sânscrito, "medha" quer dizer " a sábia" e seria esta palavra que estava na origem dos nomes Medeia e Medusa, divindades anteriores à civilização grega. (MACEDO e AMARAL, 2005, p. 128),

A protagonista entoa ritos de religiões de matrizes africanas, invocando Ogum, Orixá da Guerra, além de outras divindades femininas, como Hécate e

Pomba Gira. Vizinhos e vizinhas juntam-se a Joana pela primeira vez cantando e dançando, invocando forças e clamando por vingança contra Creonte e sua filha Alma. Entretanto, percebemos que os vizinhos só apoiam Joana porque adentram ao ritual de magia, progressivamente, como se tivessem sido puxados por uma força sobrenatural, como indicado na seguinte didascália: “Mais dois vizinhos juntam-se aos que já estão cantando e dançando: o último a aderir é o Boca Pequena; marcar na coreografia sua indecisão para entrar. ” (BUARQUE E PONTES, 1975, p. 90). O fato de possuir o domínio de forças sobrenaturais também pode ser considerado um fator para o isolamento e exílio de Joana. Segundo o verbete “Bruxaria” do *Dicionário da Crítica Feminista,*

> A bruxa feiticeira é alguém que rejeita a integração em uma comunidade (cuja norma é patriarcal e cristã), optando pela força das trevas. Esta opção coloca-a numa posição de isolamento e de auto exclusão, que é subversiva, porque constitui uma alternativa, uma vivência à margem das regras da comunidade, vivência essa interpretada pelo poder estabelecido como um exemplo de indiferença em relação a regras que se querem totalitárias e credíveis. (McNeely, 1996, p. 112). Este isolamento é ainda mais perturbador na medida em que sugere liberdade sexual e autodeterminação, duas características inaceitáveis no papel que se esperava que as mulheres desempenhassem na sociedade. (MACEDO e AMARAL, 2005, p. 11).

É justamente esse comportamento inaceitável, essa invocação de forças não-cristãs que culminam no literal exílio e expulsão de Joana da Vila do Meio Dia. A 'macumba', realizada no centro do palco, direcionada para desgraçar Alma e seu pai é descoberta através da fofoca da vizinhança. Assim, Creonte ordena que Joana seja imediatamente expulsa da vila. Jasão, que apesar de tentar conversar pacificamente com a ex-companheira, não se opõe efetivamente, bem como os vizinhos, que até se propõem a conversar com Creonte a respeito de sua expulsão. Porém, no momento em que Creonte oferece certas melhorias para a Vila do Meio Dia e convida todos para a festa do casamento, os vizinhos desconsideram o sofrimento da mulher e passam a pensar em seus interesses individuais.

Joana fez tudo o que estava a seu alcance pelo homem que amava. Mesmo assim, ele a abandonou e a humilhou diante de toda a comunidade. Todos iriam festejar o casamento e a nova vida de Jasão, enquanto Joana ficaria ridicularizada e esquecida. Esgotada de toda a força que carregava, não aguenta mais o sofrimento e o rebaixamento ao qual foi exposta. Assim, ela alertou e antecipou sua vingança:

"Qualquer desatenção pode ser a gota d'água". Joana prepara, então, bolinhos de carne envenenados para acabar com a vida de Alma. Creonte, entretanto, durante a festa de casamento, impede que a filha coma.

Ciente de sua condição como mulher e das restrições que isso implica, Joana vai até o fim com sua vingança, comendo, ela mesma, os bolinhos e oferecendo-os a seus filhos. Desse modo, observamos que a sabedoria, a lucidez e a ciência é que tornam Joana inquieta e não a deixaram se mostrar inerte diante das adversidades. Por esse motivo, a protagonista decide utilizar seu domínio do sobrenatural contra aqueles que causaram seu sofrimento e, assim, consolidar a sua vingança. Porém, é importante ressaltar que, embora consideremos a sabedoria de Joana como algo que a destaca das demais vizinhas, não encaramos a sua postura não passiva como algo positivo. Joana é diferente das outras mulheres com quem convive porque encarna e revela o desiquilíbrio das relações entre homem e mulher ao qual todas são submetidas. Porém, ao expor essa faceta da sociedade, por meio da manifestação de sua dor e de sua vingança, seu ódio recai e reverbera sobre si mesma e sobre seus próprios filhos. Como bodes expiatórios, ela e as crianças acabam sacrificados por conta desse desequilíbrio social que foi capaz de perceber e denunciar. Assim, o exílio de Joana é também sua condenação. Aquilo que a diferencia das outras mulheres encaminha ela e seus filhos para a morte, não havendo, para ela, nada de vantajoso em estar ciente de sua subordinação enquanto mulher.

Suicidar-se e assassinar as crianças foi o meio mais doloroso encontrado por Joana para atingir Jasão. Além disso, Joana acreditava encontrar, na morte, seu próprio descanso. Exausta de viver à margem e estar ciente de que se submetia a uma estrutura social que a inferiorizava, Joana encontra, na morte, o lar, a pátria que lhe fora banida. Edward Said, ao discorrer a respeito do exílio, afirma que “Grande parte da vida de um exilado é ocupada em compensar a perda desorientadora criando um novo mundo para governar” (SAID, 2003, p. 54). O autor ainda afirma que uma alternativa para os errantes e exilados é “construir um mundo novo, que de alguma forma se pareça com o antigo, deixado para trás para sempre” (SAID, 2003, p. 55).

Na trágica cena em que coloca o bolinho envenenado na boca dos próprios filhos, Joana constrói esse novo mundo:

> JOANA: Meus filhos, mamãe queria dizer uma coisa a vocês. Chegou a hora de descansar. Fiquem perto de mim que nós três, juntinhos, vamos embora prum lugar que parece que é assim: é um campo muito macio e suave, tem jogo de bola e confeitaria. Tem circo, música, tem muita ave e tem aniversário todo dia. Lá ninguém briga, lá ninguém espera, ninguém empurra ninguém, meus amores. [...] ninguém fica sozinho. Lá não dói, lá ninguém vai nunca embora. As janelas vivem cheias de gente dizendo oi. Não tem susto, é tudo bem devagar E a gente fica lá tomando sol. Tem sempre um cheirinho de éter no ar, a infância perpetuada em formol. (Dá um bolinho e põe guaraná na boca dos filhos.) A Creonte, à filha, a Jasão e companhia vou deixar esse presente de casamento. Eu transfiro pra vocês a nossa agonia porque, meu Pai, eu compreendi que o sofrimento de conviver com a tragédia todo dia é pior que a morte por envenenamento.
> (BUARQUE E PONTES, 1975, p. 167)

Ao observarmos essa fala, chegamos à conclusão de que, apenas na morte é que Joana é capaz de construir para si e para seus filhos uma nova terra natal, um novo lugar onde possa ter seu lar. Assim, o final trágico enfatiza a mudez e a falta de poder de Joana nas relações sociais, pois se, para ela e seus filhos, só resta lugar e conforto na morte, concluímos que, para eles, não resta lugar nenhum na sociedade em que vivem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio desta pesquisa, pudemos observar que o exílio também pode ocorrer no interior de uma sociedade. A personagem Joana mostra-se marginalizada de diversas maneiras. De modo mais amplo, seu exílio inicia-se já em sua condição feminina, cuja relação com o masculino é sempre assimétrica, de resignação, submissão e proibição. Ao perder seu marido, Joana perde a aprovação da comunidade, o que se consolida como mais uma forma de banimento. Além desses fatores, Joana detém o conhecimento e mostra-se lúcida a respeito de sua condição. Por isso, jamais demonstra uma postura passiva diante de seus opressores, o que acaba por condená-la a sacrificar a si e a seus filhos. Exilada na comunidade e exilada dentro do próprio grupo de vizinhas, Joana, ressentida, humilhada, sem saída, encontra apenas na morte um novo mundo onde pode abrandar sua inquietação e sofrimento, demonstrando que de fato, nesta sociedade, não há lugar para os subalternos.

A condição feminina marginalizada não encontra solução no enredo ficcional da peça, bem como também não encontra no livro ou espetáculo propriamente ditos. Buarque e Pontes fazem, de sua obra, uma forma de expor e revelar o problema, mas ele continua sem solução. Silvano Santiago, em seu texto *Vale Quanto Pesa (A ficção brasileira Modernista),* problematiza a peça, afirmando que o público que *Gota D'Água* atinge é um público já ciente da organização desigual da sociedade brasileira. Para o autor, o livro ou a sala de espetáculos são veículos caros e de difícil acesso, logo, só atingem o leitor/espectador da classe média, já culto, já consciente. O autor ainda chama a peça de "populista", afirmando que

> A denúncia social populista roda assim dentro de um vácuo ideológico, que só poderá ser ativado caso os membros da classe social dirigente brasileira (os possíveis compradores daquele romance) tivessem optado pela aniquilação de seus desejos de poder ou pela contínua destruição de sua própria ambição econômica e pessoal. Mas o Brasil não é um país de kamikazes políticos, empresariais ou profissionais. (SANTIAGO, 1979, p. 165).

O livro ou o teatro, à medida que são feitos para a classe média, não alcançam aqueles que mais precisariam receber a mensagem. Como notamos em Santiago, o leitor/espectador, da classe média, não renuncia sua ambição pessoal, fazendo do livro uma espécie de muleta que fundamenta seus anseios por justiça e alivia sua culpa. Sendo assim, a mensagem da obra é neutralizada e as estruturas das relações de poder continuam sem serem alteradas, pois o marginalizado não toma consciência de sua condição, e aqueles que tem consciência de que a sociedade está organizada de modo assimétrico e exclusivo, não fazem nada para melhorar essa situação.

A partir da investigação da estrutura de uma peça escrita há mais de quarenta anos, observamos que poucas coisas mudaram e a relação entre homem e mulher ainda continua, em muitos aspectos, desigual. O masculino ainda é visto como o centro, como o território não fragmentado, enquanto o feminino é a margem, o desterro. A obra de Pontes e Buarque não parece apontar uma saída para o problema. Porém, se considerarmos o que observa Álvares, no texto *Entre Prisão e Exílio: rompendo com a cartografia do feminino,* algumas teóricas que concordam com a visão da condição feminina como uma forma de exílio, propõem algo mais:

> "Influenciadas por Lacan, teóricas como Hélène Cixous, Luce Irigaray e Julia Kristeva, consideram o feminino como zona de exílio, terrade ninguém, área marginal mas resguardada que proporciona às

> mulheres a oportunidade de se afirmarem sem terem de recorrer a categorias de representação patriarcais." (ÁLVARES, 2003, p. 29).

É importante, então, que as mulheres estejam cientes dos inúmeros privilégios dos quais são banidas, especificamente, por serem mulheres. Para alcançar uma sociedade mais igualitária é necessário fazer da condição feminina um exílio onde as mulheres possam se unir e se organizar, fazendo do exílio o seu mundo novo para libertarem-se da dominação patriarcal. E neste "mundo novo" é possível encontrar uma pátria, um lar, com um destino menos doloroso que o de Joana, que só encontrou alívio na morte.

Além disso, como propõe Gayatry Spivak em *Pode o Subalterno Falar,* ainda é preciso pensar em soluções para que a produção intelectual (e literária) seja feita de modo a atingir o público marginalizado e dar voz a ele, deixando, assim, de contribuir na reprodução das estruturas de poder.

REFERÊNCIAS

ÁLVARES, Cláudia**.** *Entre prisão e exílio: rompendo com a cartografia do feminino.* Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2002. Disponível em: http://revistas.ulusofona.pt/index.php/caleidoscopio/article/view/2209 Acesso em: 17/03/2019.

BUARQUE, Chico; PONTES, Paulo. *Gota D'Água.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

MACEDO, Ana G.; AMARAL, Ana L**.** *Dicionário da Crítica Feminista*. Porto: Edições Afrontamento, 2005.

SAFFIOTI, Helleieth. *O Poder do Macho.* São Paulo: Editora Moderna, 1987.

SAID, Edward W. *Reflexões Sobre o Exílio.* In: SAID, Edward W. Reflexões sobre o exílio e outros ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 46 a 60.

SANTIAGO, SILVANO. *Vale Quanto Pesa (A ficção Brasileira Modernista).* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: EDUFMG, 2010.

ESTUDOS DE JORNALISMO E GÊNERO: UMA REVISÃO CONCEITUAL E INTERDISCIPLINAR DE CORPO, SEXUALIDADE E IDENTIDADE

João Pedro Santos Teixeira[1]
Paula Melani Rocha[2]
Rafael Santos[3]

RESUMO
O artigo traz parte das discussões teóricas de dois projetos de iniciação científica em desenvolvimento que discutem a cobertura jornalística com perspectiva de gênero. Um tem como objeto de pesquisa a abordagem jornalística sobre a moda unissex em revistas e o outro sobre a PEC 66/2012 por um telejornal regional. Apesar de objetos distintos, ambos envolvem jornalismo e gênero. A reflexão proposta discute os conceitos corpo, sexualidade e identidade pela abordagem dos estudos de gênero. A compreensão desses conceitos é fundamental para as duas pesquisas. Trata-se de uma revisão bibliográfica das autoras Margareth Mead, Susan Bord, Judith Butler, Muriel Dimen, Gayle Rubin e de Daniel Welzer-Lang. A conclusão destaca a necessidade da interdisciplinaridade em pesquisas envolvendo jornalismo e gênero, para apreender as representações no discurso jornalístico.

Palavras-chave: Jornalismo. Estudos de gênero. Revisão bibliográfica. Interdisciplinaridade.

INTRODUÇÃO

Estudos no campo do Jornalismo e na área de Comunicação intersectando gênero e raça vem crescendo no Brasil. Em 2018, foi lançado o livro Desigualdades, Relações de Gênero e Estudos de Jornalismo pela Intercom, com 24 capítulos de autorias distintas discutindo estudos envolvendo jornalismo e gênero ou comunicação e gênero (AGUIAR; SILVA; MARTINEZ, 2018). Outro exemplo que reitera esse interesse por pesquisadoras e pesquisadores é a edição especial da revista *Brazilian Journalism Research*, volume 14, número 1, intitulada *Jornalismo Estudos de Gênero*, a qual contém 12 artigos resultados de estudos nacionais e internacionais. Para além da produção bibliográfica, o tema do 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação foi *Desigualdades, gênero e comunicação*. Uma busca na base de dados do Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, utilizando o

[1] Estudante do curso de Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).
[2] Jornalista formada pela Faculdade Cásper Líbero (1990), Socióloga pela Universidade de São Paulo (1990). Especialista em Multimeios pela Universidade de Harvard (1996), Mestre (1997) e Doutora (2004) em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos. Tem pós-doutorado em Jornalismo pela Universidade Fernando Pessoa, em Portugal. Professora do Programa de Mestrado em Jornalismo e da graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa e pesquisadora colaboradora do LabJor/Unicamp.
[3] Estudante do curso de Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

termo gênero apenas nos títulos, centrada na área de Comunicação e com certificado, encontrou 17 registros. Pode ser que existam mais grupos com escopo na referida temática, pois o termo pode vir na descrição da linha de pesquisa ou na ementa. Essa breve menção tem o propósito único não de esgotar o panorama das pesquisas em curso na área de Comunicação ou no campo do Jornalismo, mas apenas ilustrar o interesse em investigar a intersecção gênero/jornalismo e/ou gênero/comunicação e o reconhecimento de sua relevância para a compreensão do sistema comunicacional.

As pesquisas de iniciação científica C*obertura jornalística com perspectiva de gênero em veículos segmentados: análise das revistas online Elle, Glamour e Vogue sobre moda unissex* e *A representação da empregada doméstica no jornalismo regional: estudo sobre a cobertura da PEC 66/2012 pelo telejornal Paraná TV*, ambas vinculadas à pesquisa continuada *O conhecimento no jornalismo e os processos de produção jornalística*, desenvolvidas nos grupos de pesquisa Jornalismo e Gênero e Jornalismo, Conhecimento e Profissionalização da UEPG (cadastrados no CNPq)[4] estão na esteira dos estudos sobre jornalismo com perspectiva de gênero. Embora os objetos sejam distintos, ambas confluem na exigência do esforço de pesquisa em compreender as representações no discurso jornalístico sobre corpo, identidade, sexualidade, unissex e mulheres sob a égide dos estudos de gênero. Somente a partir do conhecimento desses cinco aspectos pela perspectiva de gênero será possível se debruçar sobre a análise das coberturas jornalísticas e suas representações de gênero.

Assim, o propósito desta reflexão é trazer uma discussão conceitual sobre identidade, corpo, sexualidade e cultura dominada pelo masculino pela perspectiva das autoras Margareth Mead, Susan Bord, Judith Butler, Muriel Dimen, Gayle Rubin e do autor Daniel Welzer-Lang pela perspectiva dos estudos de gênero e da epistemologia feminista, para posteriormente apreender criticamente as práticas jornalísticas alinhadas às duas pesquisas mencionadas acima. Os procedimentos metodológicos presentes nesta reflexão foram pesquisa bibliográfica para realizar a revisão bibliográfica.

---

4 Os dois pesquisadores envolvidos recebem bolsa do CNPq.

A epistemologia feminista nos estudos de gênero: corpo, identidade, sexualidade e cultura dominada pelo masculino

A reflexão proposta compartilha da epistemologia feminista contemporânea, a qual indica a necessidade de uma reconstrução e revisão do sistema cartesiano e seus pressupostos epistemológicos - entre estes o discurso da objetividade científica, bem como a observação neutra e imparcial -, e a junção de uma interdisciplinaridade metodológica e ideológica sem melindres na justaposição argumentativa, utilizando conceitos do historicismo marxista, da teoria psicanalítica, da teoria literária e da sociologia do conhecimento (JAGGAR; BORDO, 1997).

Nesse sentido, no paradigma da epistemologia feminista Bordo (1997, p.20) analisa o corpo a partir das disciplinas de Antropologia e Filosofia, como agente cultural, o qual carrega o texto cultural, e um lugar de controle social, "colocado a serviço das normas da vida cultural". Assim os corpos são espaços "treinados, moldados e marcados pelo cunho das formas históricas predominantes de individualidade, desejo, masculinidade e feminidade" (BORDO, 1997, p.20).

A autora estuda a histeria, agorafobia e anorexia a partir dos corpos das mulheres, os quais trazem inscrições que expõem construções convencionais da feminidade. Bordo (1997) parte do entendimento de que o corpo feminino está sujeitado ao controle externo, por isso denominado por Foucault como "corpos dóceis", pois sofrem opressões de gênero variáveis de acordo com a idade, classe, raça e orientação sexual, determinadas por regulamentações e normatizações sociais. A cultura impõe ao corpo a colaboração na reprodução das representações de gênero, raça e sexualidade. O corpo masculino também está sujeito a esse controle, mas de forma menos acentuada. Os jornais e revistas, em alguma medida, ainda promovem essas relações sejam em textos jornalísticos como de entretenimento. Bordo (1997) a ponta a necessidade de um discurso *político* sobre o corpo feminino, "um discurso adequado a uma análise dos caminhos insidiosos e muitas vezes paradoxais do moderno controle social" (BORDO, 1997, p.20).

A autora entende que há uma pluralidade de situações que habitam o espaço social e uma complexidade envolvendo as relações de poder para além de uma concepção sustentada em uma dualidade de opressor e oprimido. Nesse sentido, Bordo (1997, p.21) sugere uma "apropriação feminista dos conceitos de Foucault", em três eixos para observar realidades concretas:

1) compreender o poder como algo difuso não pertencente necessariamente a um grupo, e sim percebê-lo "na rede de práticas, instituições e tecnologias que sustentam posições de dominância e subordinação dentro de um âmbito particular";
2) descrever os mecanismos centrais constitutivos do poder e não os repressivos: "um poder gerando forças, fazendo-as crescer e organizando-as, ao invés de um poder dedicado a impedi-las, subjugando-as ou destruindo-as" (Foucault 1978:136)" (BORDO, 1997, p. 21).
3) identificar a "recuperação" da rebeldia potencial e "confrontar os mecanismos pelos quais o sujeito se torna às vezes enredado, conivente com forças que sustentam sua própria opressão" (BORDO, 1997, p. 22).

Os três eixos propostos por Bordo (1997) serão utilizados nas duas pesquisas, como por exemplo para a análise dos produtos em audiovisual veiculados pelo telejornal regional ao abordar a disposição das cenas e frames - como as empregadas domésticas aparecem nas cenas, a posição das empregadoras, do representante do sindicato (homem), o tempo das falas, a formulação das perguntas e seu direcionamento e as respostas veiculadas. Já no projeto da cobertura da moda unissex também serão analisados os elementos textuais e imagéticos na construção do texto, com o propósito de identificar se há relações de poder, caso sim como se configuram bem como atentar-se para manifestações de rebeldia. A moda é um dos lugares sociais que vivencia embates à frente de outras instâncias sociais.

Muriel Dimen (1997, p.43), também pela perspectiva da matriz paradigmática interdisciplinar, compreende o patriarcado como "um sistema psicológico-ideológico, lógico-ideológico — ou seja, representativo — como um sistema político-econômico", conjugando psique e sociedade para que a história do patriarcado inclua e reconheça as experiências das mulheres. A autora propõem trazer múltiplas vozes para contar a história, compondo uma narrativa feminista e *política* à revelia do discurso que predomina na ciência. Uma das vozes é a da sexualidade, carregada de valores, pessoal e engajada, pois para a autora o sexo está na "encruzilhada de natureza, psique e cultura" (DIMEN, 1997, p.44). As mulheres vivem a experiência da dominação em diferentes instâncias sociais, sejam públicas ou pessoais, pois o patriarcado é um sistema de dominação que atinge diretamente as relações sociais e de integração psicológica - "desejo" (DIMEN, 1997, p.46). A dominação associa-se

à alienação, que a autora se apropria não para se referir à alienação do trabalho mas à vida pessoal para as mulheres, sustentada em uma definição social de sua feminidade a qual invade suas mentes e corpos e ameaça suas experiências pessoais (DIMEN, 1997).

Assim, o gênero é visto como uma estrutura de poder político, a qual sustenta o patriarcado, mascarada em sistema de diferença natural.

> O patriarca ataca o desejo, o anseio inconsciente que anima toda ação humana, reduzindo-o ao sexo e depois definindo sexo nos termos politizados do género. Paradoxalmente, entretanto, a sexualidade, estruturada dessa maneira, torna-se reciprocamente escultora do desejo, com o género organizando simultaneamente parte do desejo dentro do ser. Não apenas a sexualidade, mas todas as manifestações do desejo são assim influenciadas pelo género e, dessa forma, as raízes do desejo, ele mesmo fonte da experiência pessoal, são escalonadas em hierarquias (DIMEN, 1997, p.46).

O sexo masculino é o representativo da "humanidade" e a mulher é o Outro, o diferente (DIMEN, 1997). A cultura torna as mulheres humanas e não humanas e exerce um controle sob suas intimidades. Porém não apaga a existência das experiências pessoais que se manifestam em contradições culturais na reprodução social. Não se caracteriza como um movimento sincrônico e sim paradoxal. "A reprodução social expressa e dá forma ao desejo, recriando contradições culturais dentro da experiência pessoal" (DIMEN, 1997, p.50). Para qualquer mulher seja jovem, velha, heterossexual, bissexual ou lésbica, a sexualidade está associada à reprodutividade e enraíza a identidade de gênero das mulheres no coletivo e não na individualização. O Estado controla o corpo das mulheres, suas psique, sexualidade e desejos, a criação dos filhos e também de homens e outras mulheres que estão sob seus cuidados (DIMEN, 1997).

Os padrões de comportamento vinculados aos gêneros estão estritamente relacionados aos traços de personalidade desenvolvidos pelas pessoas nos contextos sociais em que se encontram. Esses acentos são prendidos ao sexo e caracterizam as atitudes que devem ser seguidas pelos indivíduos. Todo esse quebra-cabeça é montado pelas condições culturais de uma sociedade que permeiam e moldam as pessoas, desde sua infância, a selecionarem os traços de personalidade adequados às exigências. Assim notamos que “a natureza humana é quase incrivelmente maleável respondendo acurada e diferentemente a condições culturais contrastantes” (MEAD, 2003, p. 268).

Nesse sentido, embora sociedades distintas apresentem construções masculinas e femininas diferentes, reconhecemos que são selecionadas algumas personalidades destacadas, em um espectro geral, pelos sexos e usados como regra geral para o condicionamento social. As diferenças temperamentais hereditárias, logo após o nascimento, somadas ao caráter construído dos adultos resultam nas seleções dos desejáveis para um temperamento padrão incorporando-o à estrutura social (MEAD,2003, p. 271).

Notamos, portanto, que em nossa sociedade brasileira, os traços sensíveis, maternais, dóceis, delicados e passíveis das mulheres são tidos como exigência e regularidade em suas atitudes. Desse modo, o cuidar do lar é a função principal do gênero feminino dentro da família, pois a casa e os filhos criam-se dentro de um contexto maternal em que a mulher é passível ao homem e impedida de assumir uma posição de liderança. Assim, a cultura da submissão da mulher do lar engendra-se como padrão e se enfatiza nas empregadas domésticas que além de cumprirem com os deveres da comida, louça e limpeza, ainda são exigidas dos cuidados dos filhos dos patrões, como se fossem as mães.

> Os traços que ocorrem em alguns membros de cada sexo são especialmente consignados a um sexo e denegados a outro. A história da definição social das diferenças de sexo está cheia de tais arranjos arbitrários no campo intelectual e artístico, mas, em virtude da suposta congruência entre sexo fisiológico e dotação emocional, temos sido menos capazes de reconhecer que uma similar seleção arbitrária é feita também entre traços emocionais. (MEAD,2003, p. 273)

Para Daniel Welzer-lang (2000) as opressões nas relações sociais derivam da dominação masculina na construção da heteronormatividade como um meio supressor da identidade feminina. Nesse sentido, compreendemos que os privilégios recebidos pelos homens e dos homens compõem as desigualdades das mulheres tanto na esfera privada ou pública e “e atribuí aos homens privilégios materiais, culturais e simbólicos” (WELZER-LANG, 2001, p.461). Dentro das casas, os papéis nobres se monopolizam no sexo masculino, atribuindo-se força, liderança e poder, usando de meio regulatório a violência, seja ela psicológica, física e/ou financeira. Assim as mulheres são responsáveis por manterem os sentimentos, a casa e os filhos em papéis ditados como fracos, frágeis e indiferentes. Desse modo, o constante combate às características femininas é priorizado e enaltecido quando ele

se anula dentro da casa-do-homem que invariavelmente oprime qualquer comportamento enquadrado nas personalidades femininas.

A casa-do-homem é a saída dos meninos do mundo das mulheres e a sua inclusão dentro da sociedade através dos costumes viris construídos pelos homens mais velhos que iniciam os pequenos através de regras dentro da homossociabilidade, exigindo que estes tornem-se fortes e anulem todos os traços femininos de suas personalidades (WELZER-LANG, 2001, p. 462).

Na esfera pública, o mesmo padrão se reproduz, pondo em voga a heteronormatividade como um padrão social que coloca o estigma do homem como correto, permitindo o masculino a realizar simbologias livres e como máxima. Essa sociedade construída sobre alicerces heteronormativos impedem o aparecimento significativo de comportamentos queer que se diferem das normas heterossexuais adotando identidades como gays, lésbicas, transexuais, transgêneros, bissexuais, etc. (WELZER-LANG, 2001, p. 473). Desse modo, homens que adotem, por exemplo, vestimentas caracterizadas como femininas (saias, vestidos, etc.) são excluídos da casa-dos-homens e colocados majoritariamente como mulheres na exclusão opressora, mesmo que estes possam possuir orientação sexual hétero.

> O duplo paradigma naturalista define a superioridade masculina sobre as mulheres e, por outro lado, normatiza o que deve ser a sexualidade masculina, produz uma norma política andro-heterocentrada e homofóbica que nos diz o que se deve ser o verdadeiro homem normal. (WELZER-LANG, 2001, p. 468)

O sistema sexo/gênero e suas políticas

Revisando as teorias clássicas das relações sociais e políticas de forma crítica a autora Gayle Rubin compreende com um olhar em perspectiva de gênero a opressão das mulheres. Uma mulher se torna subordinada em determinadas relações sociais. Classifica-se esse entendimento como um sistema de sexo/gênero, no qual há uma série de arranjos em que a sociedade faz para transformar a sexualidade biológica em produtos para a atividade humana, onde essas necessidades sexuais podem ser satisfeitas (RUBIN, 2011, p.10). Entendendo esse conceito, se pode visualizar que a opressão feminina se constrói por meio de um elemento moral e histórico, onde se percebe, entre a divisão de trabalho (Marx) que determinadas tarefas, menos valor salarial e um papel de esposa é destinado apenas para as mulheres (RUBIN, 2011, p.16). O capitalismo tem um papel decisivo

na construção de uma divisão social baseada no sexo. As concepções básicas e biológicas são formadas por esses elementos culturais, e essa necessidade vem de uma sociedade que “precisa” ser organizada, assim definir até mesmo as necessidades fisiológicas como sendo algo maior que uma necessidade individual, definiu culturalmente o lugar e dever das pessoas, seu sexos, o que eles podiam ou não, quem elas eram e o que precisavam.

O sistema de sexo/gênero é estabelecido por necessidades biológicas de sobrevivência humana, passando a ser moldados pela intervenção dos próprios homens ligados a um sentimento social, não se percebem que essas construções não levam em conta o individualismo. Por isso as identificações que conhecemos hoje, nossos desejos, fantasias sexuais e concepções de infância – são moldados por um sistema já estabelecido socialmente (RUBIN, 2011, p.17). Mas a reprodução biológica não pode ser entendida como o sentido real da sociedade.

> […] Não podemos limitar o sistema sexual à “reprodução”, seja no sentido social, seja no sentido biológico […] A da identidade de gênero é um exemplo de produção no domínio do sistema sexual. E um sistema de sexo/gênero envolve mais do que as “relações de procriação”, mais do que a reprodução em um sentido biológico (RUBIN, 2011, p.19).

Toda sociedade tem seus próprios meios de classificar e entender o sexo/gênero dos bebês. Eles podem ser igualitários ou estratificados de acordo com o gênero. Assim o patriarcado se insere em sentidos mais gerais. Falar de sexo/gênero é abordar um terno neutro, que não exclui a opressão, mas que entende essas construções através das relações sociais de cada lugar (RUBIN, 2011, p.17).

Rubin (2011) também estuda as relações de parentesco para pensar a opressão sexual a partir dessas relações. Assim como Marx nas definições de relações de trabalho o parentesco é uma organização, e como toda organização ela é uma imposição para garantir um sentido social. O parentesco produz um sentido geral que molda as pessoas para uma finalidade subjetiva que pode trabalhar em forma de garantia, posse e ordem etc.

> […] Os sistemas de parentesco se baseiam no casamento. Eles, portanto, transformam pessoas do sexo masculino e pessoas do sexo feminino em “homens” e “mulheres”, como se cada uma dessas metades incompletas só encontrassem a completude quando unida a outra.(RUBIN, 2011, p.31).

Homens e mulheres não são diferentes nem mesmo em um sentido biológico, assim demarcar uma identidade de gênero fixa é suprimir semelhanças entre os sexos, tal supressão pode ser vista em qualquer atitude fora do “normal” preestabelecida socialmente. Mulheres não podem usar roupas consideradas de homens e vice-versa. Nem frequentar tais lugares, falar de tal maneira. O sistema de sexo/gênero e tão preciso em oprimir que até detalhes não lhe escapam. O tom da voz deve se articular no padrão masculino ou feminino. Os gestos. E até aquilo que consideramos como consumo social devem se enquadrar na relação homem ou mulher, como gostar de futebol ou não, gostar de moda ou não etc (RUBIN, 2011, p.31).

Outro patamar humano que é oprimido pelo sistema sexo/gênero são nossos próprios desejos sexuais e afetivos que “devem” se enquadrar dentro do sistema heteronormativo: homem deseja uma mulher e mulher deseja um homem. Algo fora desse esquema deve ser suprimido ou banido. Desse modo, uma criança quando nasce com determinado órgão genital já demarca seu destino como pessoa, seus desejos e sua identidade já estão traçados e definidos socialmente. Não se espera nenhum desenvolvimento para entender os desejos da própria criança, suas escolhas é tudo lançado para o facilitador divisório de sexo/gênero. Assim a identidade de gênero da criança já foi organizada visando as regras já estabelecidas da cultura e por consequência a criança não é mais a detentora de seu próprio destino (RUBIN, 2011, p.41).

Garantir que há outras formas de entender o próprio corpo, entender os próprios desejos sexuais e como as pessoas querem se apresentar à sociedade é buscar que nenhum indivíduo se sinta oprimido e que nenhum sistema fixo estabeleça maior domínio. Gayle Rubin revela revisitando as teorias clássicas com uma perspectiva antropológica como se dá a construção social do sistema sexo/gênero e permite um entendimento profundo, olhando pela perspectiva feminina como essas teorias precisam ser retrabalhadas para o entendimento dos lugares sociais, de uma reorganização social onde a mulher não é um bem de troca, uma garantia para procriação e onde seu papel na sociedade não seja estabelecido pelo seu órgão genital. Essa divisão exerceu e exerce um papel dominante nas relações sociais e no entendimento de cada indivíduo, e levando em conta a própria esperança da autora de uma sociedade andrógina livre de divisão de gênero é

irrelevante enquadrar sujeitos totalmente diferentes em apenas um sistema de sexo/gênero que leva em conta a anatomia sexual para estabelecer quem você deve ser, com quem deve casar e o que você pode e não pode fazer como indivíduo social (RUBIN, 2011, p.55).

A identidade de gênero de Judith Butler

Nas categorizações sociais, divisões binárias têm a priori dentro das relações sociais um poder crescente na heterossexualidade. Partindo dessa premissa, Butler analisa o conceito de gênero que foi composto para se opor a definição sexual baseada na biologia corporal que destina um sujeito como sendo homem ou mulher, a partir de sua composição física. Assim, a biologia do sexo serve para naturalizar e organizar homens e mulheres na sociedade, portanto o conceito de gênero surge para dizer que o sexo não determina os papéis sociais, mas a cultura produz essas diferenças que são naturalizadas à medida que são praticadas (FIRMINO; PORCHAT, 2017, p.55).

Para Butler (2003 apud FIRMINO; PORCHAT, 2017) a definição de gênero pode levar, também a um determinismo, mas este cultural. Embora Simone de Beauvoir (1970) argumente que “tornar-se mulher” ou “tornar-se” está inserido em um contexto de ordem, conota-se também um determinismo, no qual o sujeito empurrado culturalmente é forçado a tornar-se algo. E mesmo quando o tornar-se é uma escolha, em alguma medida, livre, seja qual for seu sexo, para tornar-se homem ou mulher essa escolha entraria no poder de uma cultura dos sexos, onde suas escolhas se voltam para a divisão binária homem/mulher, masculino/feminino (FIRMINO; PORCHAT, 2017, p.56).

> Nesse sentido, o livre arbítrio de nossas escolhas em relação ao gênero está em constante oposição ou negociação com um conjunto de normas que dizem como devemos nos comportar, o que devemos vestir e a quem devemos desejar coma base no nosso sexo. Escapamos do determinismo biológico, mas não da compulsão que utiliza o sexo como referência (FIRMINO; PORCHAT, 2017, p.56).

Assim, ao vislumbrar a associação do sexo a um simbolismo cultural, Butler também qualifica que sexo é gênero desde o começo, posto que culturalmente os determinantes de identidade de gênero já se encontram na sociedade. O sexo é só um meio de partida para estabelecer essa identidade, tornando-se também um efeito discursivo (BUTLER 2003 apud FIRMINO; PORCHAT, 2017). Butler argumenta que a

identidade de gênero não é fixa, pois a própria identidade é uma produção discursiva. Logo, o sujeito não é algo que ele expressa; uma mulher, por exemplo, não é o que ela expressa como mulher, mas é um efeito dessas expressões (FIRMINO; PORCHAT, 2017), pois “não há identidade de gênero por trás das expressões de gênero; essa identidade é performativamente construída, pelas próprias expressões tidas como seus resultados”. (BUTLER, 2003. p.48, apud FIRMINO; PORCHAT, 2017, p.57r). O Gênero não se dá pelo que somos (homens/mulheres), mas pelo que fazemos continuamente, o que aparentamos ao longo de praticas performativas ser algo fixo, mas que pode estar sujeito à modificação. E assim, mesmo existindo uma ideologia de gênero, por isso as críticas a esse termo, o regime do poder heterossexual dita qual identidade deve existir acima das outras.

Considerações Finais

Em suma, entende-se que as referências teóricas e conceituais abordadas pelas autoras Margareth Mead, Susan Bord, Judith Butler, Muriel Dimen, Gayle Rubin e do autor Daniel Welzer-Lang auxiliam na compreensão crítica dos conceitos sobre identidade, corpo, sexualidade e a cultura dominada pelo masculino, por uma perspectiva interdisciplinar e ancorada na epistemologia feminista. Desse modo, é possível formar um debate complexo e congruente dentro das pesquisas C*obertura jornalística com perspectiva de gênero em veículos segmentados: análise das revistas online Elle, Glamour e Vogue sobre moda unissex* e *A representação da empregada doméstica no jornalismo regional: estudo sobre a cobertura da PEC 66/2012 pelo telejornal Paraná TV.* No início das análises e durante seu processo, a revisão teórica aqui exposta será necessária para se debruçar sobre os dados coletados, apreendê-los à luz da discussão teórica com o propósito de alcançar os objetivos das respectivas pesquisas.

Os objetivos das pesquisas procuram levantar questões a respeito dos conceitos de gênero, corpo, mulheres, raça, identidade e sexualidade. A pesquisa sobre cobertura jornalística nas revistas online, busca entender como o jornalismo de moda está representando em suas matérias a moda unissex, abordando temas sobre corpo, identidade, gênero e sexualidade. Quais manifestações os corpos presentes na cobertura da revistas trazem? Como se caracteriza a modo unissex

expressa na leitura dos textos jornalísticos? Esses são alguns dos apontamentos levantados. Os procedimentos metodológicos evolvem uma análise qualitativa das abordagens e representações desses termos para averiguar o discurso utilizado nos textos jornalísticos, como estão apreendendo a cobertura e o seu enquadramento, com o propósito de aferir se os profissionais estão realizando jornalismo com perspectiva de gênero em prol de um entendimento do público despido de estereótipos ou se estão reproduzindo representações sociais de uma cultura dominada pelo masculino. Já a pesquisa sobre a cobertura jornalística da PEC 66/2012 procura trazer a intersecção de gênero e raça, analisando como a empregada doméstica é caracterizada pelo telejornal regional. Mas algumas perguntas se repetem aqui. Quais mulheres representam as empregadas domésticas presentes nas reportagens? Quem são as pessoas que representam os empregadores? Como estão representadas? Como se caracterizam as manifestações marcadas nos corpos expostos nas reportagens. A análise engloba aspectos imagéticos e construções discursivas das matérias. A presente discussão não trouxe a revisão teórica sobre raça, e a interseccionalidade entre raça, gênero e classe, o que pretende ser feito em uma reflexão futura.

Referências

AGUIAR, L., SILVA; M.P.da; MARTINEZ, M. (org). **Desigualdades, Relações de Gênero e Estudos de Jornalismo**. São Paulo: Life Editora, 2018. Disponível em https://drive.google.com/file/d/1m4icSBgkmvwTlklgpOPS0Mkt4gRx0bx8/view

BORDO, S. R. O Corpo e a reprodução da Feminidade: uma apropriação feminista de Foucault. In JAGGAR, A. M.; BORDO, S., R (org). **Gênero, Corpo, Conhecimento**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.

DIMEN, M. Poder, sexualidade e intimidade. In JAGGAR, A. M.; BORDO, S., R (org). **Gênero, Corpo, Conhecimento**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.

FOUCAULT, M. The History of Sexuality, Vol. I. New York: Pantheon, 1978.

_____. Discipline and Punish. New York: Vintage, 1979.

JAGGAR, A. M.; BORDO, S., R (org). **Gênero, Corpo, Conhecimento**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.

WELZER-LANG, D. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia, 2001. Estudos feministas. Cadernos Pagu, gêneros, ciências e história.

FIRMINO, F. H.; PORCHAT, P. Feminismo, identidade e gênero em Judith Butler: apontamentos a partir de “problemas de gênero”. Doxa: Rev. Bras. Psicol. Educ., Araraquara, v.19, n.1, p. 51-61, jan./ jun. 2017. ISSN: 1413-2060.

BUTLER, J. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

RUBIN, G. Políticas do Sexo. O tráfico de mulheres, notas sobre a “economia política” do sexo, 2011

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O MEDO E A VIVÊNCIA ESPACIAL DE MULHERES NA CIDADE DE PONTA GROSSA, PARANÁ

Bianca Hoffmann de Oliveira (UEPG)
Marcio José Ornat (UEPG)

RESUMO
Neste texto realizamos algumas considerações sobre a relação entre o sentimento de medo e a vivência espacial de mulheres adultas na cidade de Ponta Grossa, Paraná. Mesmo que a Geografia tenha em sua longa história compreendido as vivências espaciais humanas, é muito recente a elaboração de conhecimentos sobre as mulheres, e mais especificamente da produção de inteligibilidades das vivências espaciais de mulheres, constituídas por sentimentos de medo. A partir da aplicação de um conjunto de 20 questionários, evidencia-se uma considerável vivência espacial feminina constituída pelo sentimento de medo na cidade de Ponta Grossa, Paraná. Assim, esta compreensão coloca-se enquanto um empreendimento simultaneamente científico e político.

Palavras-chave: Gênero. Medo. Mulheres. Vivência Espacial.

INTRODUÇÃO

O presente texto tem por objetivo geral realizar algumas considerações sobre a relação entre o sentimento de medo e a vivência espacial de mulheres adultas na cidade de Ponta Grossa, Paraná.

De forma geral a Ciência Geográfica tem por preocupação a produção de conhecimentos sobre a ação humana que modela a superfície da Terra (CORRÊA, 1995). Constitui dentre estas preocupações a vivência espacial de grupos humanos. Não obstante, data do final do Século XX a produção de conhecimentos relacionados as mulheres (MONK e HANSON, 2016).

Segundo o Relatório Brasileiro de Segurança Pública, em “Visível e Invisível: A Vitimização de Mulheres do Brasil” (2019), no ano de 2017, esta mesma pesquisa em sua primeira edição apontou que 29% das mulheres sofreram neste ano algum tipo de agressão ou violência. Outro dado é que 503 mulheres sofreram assédio por hora, 5.2 milhões de assédios em transporte público e 2.2 milhões foram agarradas ou beijadas sem consentimento. Em 2019 a pesquisa em sua segunda edição evidencia que “os índices de violência permanecem inalterados. Para cada 10 mulheres, quase 3 ainda sofrem violência.” (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2019, p. 25)

Sendo que estes casos não são ficção, quando divulgados pela mídia[1] produzem sentimentos de medo nas mulheres que vivenciam a cidade de Ponta Grossa, Paraná. Para tanto, aplicamos um conjunto de 20 questionários a mulheres adultas residentes nesta cidade, sendo que os dados produzidos por este trabalho evidenciam uma considerável vivência espacial feminina constituída pelo sentimento de medo na cidade de Ponta Grossa, Paraná.

Para o desenvolvimento de nossa reflexão, em um primeiro momento tratamos da discussão relacionada ao sub-campo da Ciência Geográfica, denominado Geografia Feminista. No segundo momento deste texto abordamos o comportamento dos sentimentos de medo de mulheres adultas residentes na cidade, em sua vinculação espacial.

SOBRE AS GEOGRAFIAS FEMINISTAS, MULHERES E MEDO

Segundo Oberhauser et al (2003), desde a década de 1970 há um sub-campo da Geografia que tem se afirmado, denominado “Geografia Feminista”. De forma geral, as direções de interesse deste sub-campo de análise geográfica são a *Análise Feminista da Metodologia, Gênero e Trabalho, Desenvolvimento do Terceiro Mundo, Espaço Público e Privado, Geografia Cultural, Gênero-Identidade-Espaço, Geografia da Sexualidade, e Pedagogia Feminista* (OBERHAUSER *et al*, 2003; MCDOWELL, 2003; BINNIE & VALENTINE, 1999). De forma geral, estes encaminhamentos podem ser agrupados nas seguintes tradições geográficas de investigação feminista:

Quadro 1

Tradições no Âmbito Geográfico da Investigação Feminista

	Aproximações Teóricas	***Metodologia***	***Tópicos de Pesquisa***
Mulheres na	_ “Quantificando” as	_ Mapeamento de	_Mulheres na Cidade

1 Como exemplo: “Cresce o nº de mulheres vítimas de homicídio no Brasil; dados de feminicídio são subnotificados”. Fonte: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/cresce-n-de-mulheres-vitimas-de-homicidio-no-brasil-dados-de-feminicidio-sao-subnotificados.ghtml>; “As histórias de mulheres assassinadas em um único dia ao redor do mundo”. Fonte: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-46343858>; “Pelo menos 21 casos de feminicídio ocorreram na primeira semana de 2019”. Fonte: <https://www.brasildefato.com.br/2019/01/08/pelo-menos-21-casos-de-feminicidios-ocorreram-na-primeira-semana-de-2019/>.

Geografia	mulheres _A Geografia das Mulheres _Feminismo e Empiricismo	padrões espaciais das atividades das mulheres e status _Desafio da Pesquisa Positivista	_Mulheres e Emprego _Mulheres e Desenvolvimento
Feminismo Socialista	_Feminismo Socialista _Marxismo _Gênero e Desenvolvimento	_Materialismo Histórico _Combinações entre Teoria e Práxis	_Relações entre Capitalismo e Patriarcado _Estrutura Espacial e Social do Trabalho Doméstico _Papéis de Gênero no Terceiro Mundo
Feminismo do Terceiro Mundo/ política da diferença	_Pós-Estruturalismo _Pós- Colonialismo _Teoria Racial	_Análise do Discurso _Pesquisa Participativa _Histórias de Vida _ A política de trabalho de campo	_ Desafio Essencialista e Formas Eurocêntricas de conhecimento _Planejamento de Gênero e Desenvolvimento _Diferenças através do curso da vida
Feminismo e "Nova" Geografia Cultural	_Estudos Queer _Pós-Modernismo _Teoria Psicanalítica _Representação Cultural	_Posicionalidade e reflexibilidade _Análise Textual _Narrativas _Etnografia	_Conhecimento Situado _Sexualidade e Espaço _O Corpo e Identidades Políticas _Imaginário e Espaço Simbólico

Fonte: JOHNSTON *et all.* 2000; JONES, NAST; ROBERTS 1997; WGSG, 1997. *Apud* OBERHAUSER *et all*, (2003)[2].

Como evidenciado no quadro acima, desde a década de 1970 a Geografia tem demonstrado interesse pelas temáticas relacionada a vivência feminina, a partir dos tópicos de pesquisa 'mulheres na cidade', 'mulheres e emprego' e 'mulheres e desenvolvimento'. Mais especificamente, Oberhauser et al (2003) afirma da importância da compreensão das experiências vividas de homens e mulheres. Uma destas experiências espaciais vivenciadas por mulheres está relacionada ao sentimento de medo.

2 As tradições geográficas da investigação feminista já foram motivo de reflexão de Silva (2007) em *Amor, paixão e honra como elementos da produção do espaço cotidiano feminino,* evidenciando as interseções entre corpo, emoção, afetos e honras nas relações entre gênero e espaço urbano e em Ornat (2008) em *Sobre espaço e gênero, sexualidade e geografia feminista*.

Como analisado por Jeffries (2013), o medo não é uma simples emoção natural, mas possui uma materialidade intensa, sendo produzido e experimentado em específicos contextos espaciais e temporais. Para esta autora, as pessoas que vivenciam medos objetivos e coletivos como o medo de terrorismo, medo de uma crise econômica, medo de uma guerra ou o medo de um colapso ambiental conectam este sentimento a contextos urbanos específicos. Mesmo que as pessoas expressem seus medos em uma linguagem que indique um sofrimento vivido no privado, visualiza-se uma conexão para além desta particularidade, quando as motivações dos sentimentos de medo se repetem - insegurança nas escalas público-privada, esfacelamento de ações estatais de segurança social, aumento de violência e criminalidade, declínio de solidariedade, ou como na discussão realizada neste texto, nas situações de medo vivenciadas por mulheres no espaço urbano de Ponta Grossa, Paraná.

Segundo Sandberg e Tollefsen (2010), é conhecido vários estudos que apontam que mulheres possuem uma intensidade de medo maior que os homens. Este diferencial de medo está relacionado segundo esta reflexão à ameaça de violência sexual, sendo que é a partir deste medo que as mulheres tem restringido sua vivência espacial, como um resultado do seu sentimento de medo, devendo as mulheres adaptar sua vivência espacial ao risco que sofrem, ou seja, são vítimas em potencial. Segundo estas autoras, estas geografias do medo tem evidenciado que o medo está conectado a relações espaciais de poder, elaboradas nas práticas de gênero da vida cotidiana. As mulheres seriam educadas para ter medo e publicizar este medo, ao passo que a educação masculina é orientada a contenção e a não expressão pública do medo. Também, o medo que está conectado a condição de vulnerabilidade das mulheres está relacionado a gênero e corpo feminino, vistos como vulneráveis e subordinados aos homens, pois a violência tem sido, para estas autoras, uma escolha masculina.

Segundo Day (2001), o medo é uma das grandes preocupações das mulheres nos espaços públicos em vários locais nos EUA, e no Brasil como evidenciado no Relatório Brasileiro de Segurança Pública, em “Visível e Invisível: A Vitimização de Mulheres do Brasil” (2019). Segundo esta autora, as mulheres descrevem o medo de andar sozinhas a noite em seus próprios locais de residência. Para ela o medo do

crime e de assédio tem restringido a liberdade das mulheres no espaço público, e assim limitando suas oportunidades.

Em sua argumentação, Day (2001) afirma que existe uma discrepância entre o medo que as mulheres sentem e sua vitimização. Segundo ela, mesmo que as mulheres temam sofrer agressão física e sexual no espaço público, é no espaço privado que as mulheres enfrentam o maior disco de agressão sexual e com pessoas conhecidas. De qualquer forma, a ideia de perigo no espaço público para as mulheres permanece, pois segundo ela, é a construção do gênero que enfatiza a vulnerabilidade das mulheres, reforçando a ideia de que o espaço público é perigoso para as mulheres. Assim, o "medo e a percepção de perigo podem encorajar as mulheres a aderir às normas sociais para comportamentos que restringem sua independência no espaço público" (DAY, 2001, p. 109)[3].

Assim, com o objetivo de compreender a relação entre o sentimento de medo e a vivência espacial de mulheres adultas na cidade de Ponta Grossa, Paraná, realizamos agora a análise dos resultados do trabalho de campo, das experiências de medo de mulheres adultas com suas vinculações espaciais.

AS EXPERIÊNCIAS DE MEDO COM VINCULAÇÕES ESPACIAIS DE MULHERES ADULTAS NA CIDADE DE PONTA GROSSA, PARANÁ

Com o objetivo geral de compreender a relação entre o sentimento de medo e a vivência espacial na cidade de Ponta Grossa, Paraná, aplicamos 20 questionários a mulheres adultas residentes nesta cidade. O questionário era composto por questões que buscavam levantar, além de suas características sociais e econômicas, as situações de medo, na sua relação com a vivência espacial[4].

No que se refere a suas características sociais e econômicas, temos uma variação considerável de idades das mulheres que participaram desta investigação, variando suas idades de 18 anos até os 64 anos, como evidenciado no gráfico a seguir:

3 Tradução livre: "Fear and the perception of danger may encourage women to adhere to gendered social norms for behavior that restrict their independence in public space."

4 Os questionários foram nos meses de Fevereiro e Março de 2019, em períodos alternados, no Terminal Central de transporte público da cidade de Ponta Grossa, Paraná.

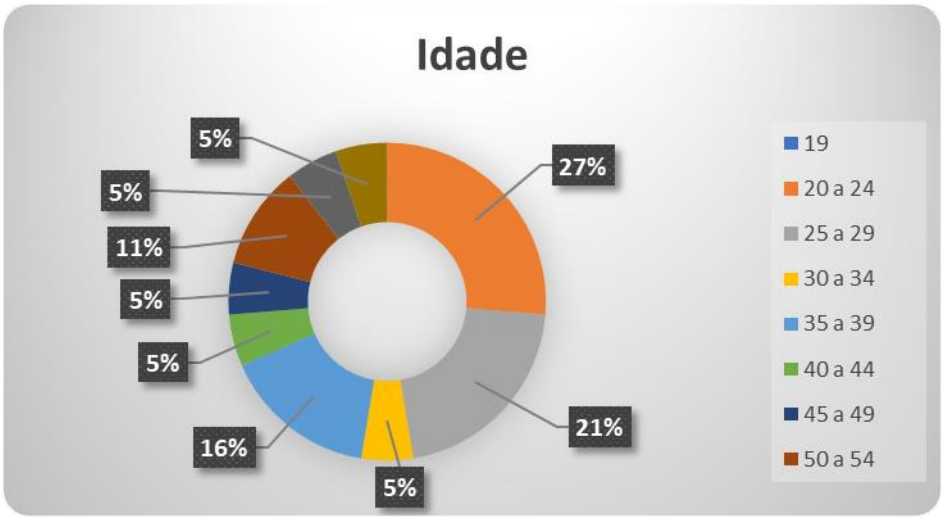


Gráfico 1: Idade das mulheres entrevistadas.

No se refere a profissão de fé declara por estas mulheres, 61,1% declaram ser católicas, 33,3% evangélicas e 5,6% declararam possuir outras religiões. Interessante apontar que das mulheres entrevistadas, duas delas relataram não possuir algum tipo de medo na sua vivencia espacial pelo fato de serem religiosas e que sentiam maior segurança e amparo por praticarem uma fé religiosa. No que se refere a intensidade de participação nestas religiões, 44,4% declararam ser muito participante e 50% pouco participante[5].

Sobre a renda das mulheres entrevistadas pode-se observar que 15% possui renda de até 1 salário mínimo, 25% de 1 a 2 salários mínimos, 35% de 2 a 3 salários mínimos, 15% de 3 a 4 salários mínimos e 10% declararam receber de 4 salários mínimos ou mais.

Em se tratando das experiências de medo vivenciadas por estas mulheres, com estas características sociais e econômicas, sobre a pergunta “Já teve medo de frequentar algum lugar em um período do dia específico?”, esta foi a questão que produziu uma maior diversidade de respostas. As mulheres em sua maioria têm medo de lugares comuns, como por exemplo, o centro da cidade, as praças, o próprio bairro, mas também a UEPG Campus Uvaranas e a UEPG Campus Central e suas ruas laterais. O que chama atenção foi que 24% delas não se sente segura para andar na rua, independente do horário, mas principalmente à noite. Os medos variam, mas não fogem da mesma localização. 36% responderam que tinham medo

5 5,6% declararam ser nada participante.

de assalto, 21% estupro, 14% assédio, além de respostas como morte, sequestro, e violência de uma maneira geral.

Sobre a pergunta “Já teve medo de frequentar algum lugar em um período do dia específico por algum relato de assédio, assalto, entre outros?” os locais indicados permaneceram os mesmo que aqueles apontados na questão anterior (ruas, centro, bairros, praças, parques, UEPG Campus Centro e Uvaranas) além da indicação da Rodoviária. Os medos novamente evidenciados foram o assalto, com 37%, o assédio com 21%, estupro com 11% e roubo com 11%. Também foram citados sequestro, todos os tipos de abuso, morte, tiroteio e violência de uma maneira geral. Quando perguntado sobre o horário, a maioria respondeu que é no período noturno o horário em que as mulheres vivenciam em maior intensidade o sentimento de medo. Quanto à intensidade temos que 20% respondeu que tem pouco medo e 35% que tem muito medo.

Quando questionadas sobre ter sofrido preconceito algum dia por ser mulher, muitas responderam que não, mais exatamente 65%. Porém, quando questionadas novamente, mas de uma maneira diferente, as respostas foram bem sugestivas, no quesito de que elas não compreendiam o que as impedia de fazer alguma coisa como um preconceito. Dentre as coisas que as impediam, grande parte respondeu que perderam chances de emprego por ser mulher e algumas por serem mães, ser “frágil” e não conseguir se defender sozinha, estudar, morar sozinha, dirigir, ser motivo de piadas e até mesmo no próprio trabalho.

Compreendemos que uma das perguntas que mais afetam os sentimentos vividos por mulheres é a violência sexual, quando perguntamos “Você tem medo de sofrer abuso sexual?”. Somente uma das mulheres deixou o campo sem resposta, por considerar que isso é “estranho de se pensar”. Assim, do total de respostas relacionadas a esta pergunta, 95% das mulheres entrevistadas responderam que possuem este medo. Os locais são os mais diversos, mas muitas respostas se repetiram, dentre elas as ruas, a própria casa (por medo de roubo seguido de estupro), festas, ônibus, dentro da universidade, terrenos baldios. Grande parte delas citou que sente medo em qualquer lugar, em qualquer horário, principalmente no período da noite.

Além do medo na vivência espacial urbana na cidade de Ponta Grossa, Paraná, grande parte das mulheres respondeu que a intensidade de seus próprios

medos não é tão grande, comparada ao sentimento de medo em relação aos filhos, aos seus deslocamentos diários e os lugares que frequentam. Porém, cerca de 38% apontou que possui mais medo em relação à filhos meninos, devido a envolvimento com drogas e por supostamente estar mais vulnerável à assaltos, isso porque segundo elas os meninos não têm esse medo da vivência espacial como as meninas e acabam ficando mais “soltos” e suscetíveis à assaltos, e a chance de reação por parte deles é maior.

Uma mulher em especial revelou na entrevista que “Há diferença entre a criação de meninos e meninas em comparação com hoje em dia. Hoje se tem mais negociação com os filhos, o que não era possível antigamente”. Em sua argumentação, afirma que “Quando o pai falava não é não. Hoje em dia a sociedade não está mais com o homem no centro de tudo e é por isso que muitos deles acabam se revoltando com a ‘igualdade’ que as mulheres querem, porque acabam perdendo o seu espaço” (Registro do campo realizado em 15 de março de 2019).

A lógica patriarcal é um dos elementos da organização e relação entre homens e mulheres. Como evidenciado nos resultados do trabalho de campo, a maioria das mulheres têm consciência de que as coisas não são mais como antes, e poucas delas responderam que o seu maior medo é de ser objeto de violência masculina. Porém, em quase 100% delas, quando questionadas, responderam que tem medo de estupro, assédio, sequestro, entre outros tipos de medo. Sobre esta situação, Scott (1989), afirma que a dominação masculina está baseada na “necessidade” dos homens em controlar as mulheres, necessidade esta que nasce da sua alienação dos meios de reprodução da espécie.

A última pergunta, considerada como a mais importante do trabalho, foi a seguinte: “Você acha que as mulheres têm mais medo do que os homens?”. Essa pergunta funcionou como uma otimização de todas as outras perguntas, pois a maioria das respostas coincidiu com perguntas anteriores, porém, revelou ainda mais detalhes dos medos e dos locais de medo na cidade de Ponta Grossa, Paraná.

A porcentagem de mulheres que acreditam que o medo está mais presente na vida delas do que dos homens foi de 95%, seguido pela intensidade dos medos vivenciados por elas, em que 86% considerou que elas possuem mais medos do que os homens, o gráfico a seguir mostra a intensidade dos medos que elas acham que é sentido por homens e mulheres:

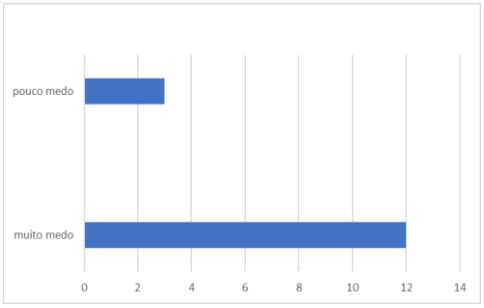


Gráfico 2: Intensidade dos medos- mulheres

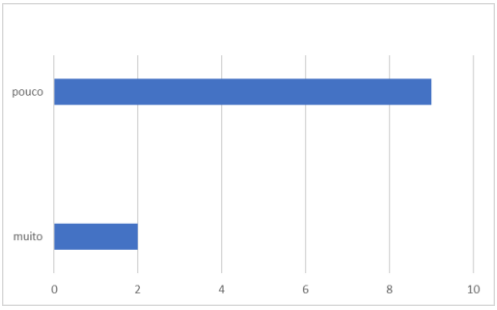


Gráfico 2: Intensidade dos medos – homens.

Sobre a variedade dos medos e locais de medo, pode-se observar a repetição de diversos deles, conforme aponta o gráfico a seguir:

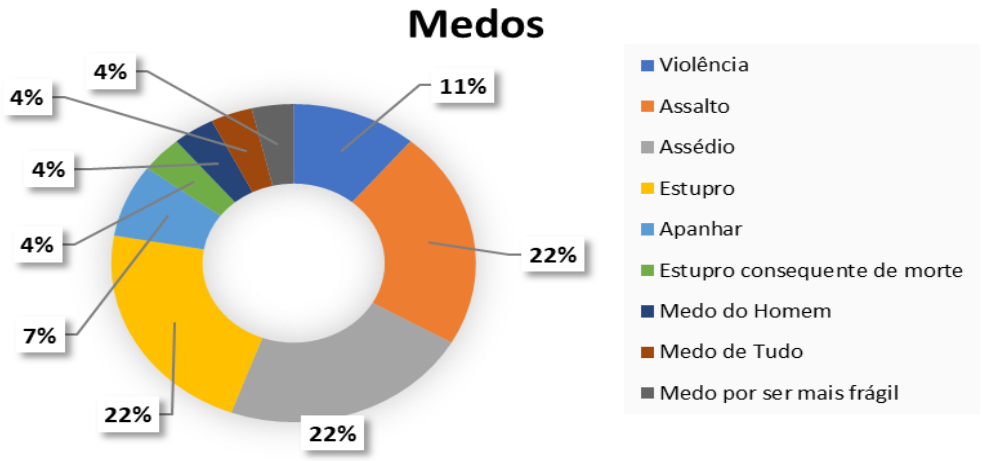


Gráfico 3: Medos presentes nos locais apontados.

Conforme relato, os locais de medo apontados foram praças, parques, locais escuros e pouco movimentados, terminais de ônibus, bairros e até a própria casa, e mais alguns que se repetiram, como o centro, aparecendo duas vezes e o veículo de transporte coletivo, aparecendo três vezes. Quando questionadas sobre o horário, 79% respondeu que tem medo em qualquer horário, 14% no período noturno e 7% respondeu no período da tarde e consequente à noite.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizamos neste texto algumas considerações sobre a relação entre o sentimento de medo e a vivência espacial de mulheres adultas na cidade de Ponta Grossa, Paraná. Os dados de campo evidenciam que o medo é uma constante na

vivência espacial das mulheres, medo este relacionado ao próprio corpo, como o medo do que pode acontecer com seus filhos. Outro dado importante que foi coletado em campo é o da multiplicidade de locais que são vividos por sentimentos de medo. Compreendemos que s compreensão deste fenômeno é um empreendimento simultaneamente científico e político, pois produz elementos a elaboração de políticas públicas de ampliação da segurança orientada a vivência espacial das mulheres.

REFERÊNCIAS

BINNIE, Jon; VALENTINE, Gill. Geographies of sexuality – a review of progress. **Progress in Human Geography**, 1999, vol. 23, n° 2, p. 175-187.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito-chave da Geografia. In CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 15 – 48.

DAY, Kristen. Constructing Masculinity and Women's Fear in Public Space in Irvine, California. **Gender, Place and Culture**, v. 8, n. 2, p. 109 – 127, 2001.

JEFFRIES, Fiona. Reappropriating the City of Fear. **Space and Culture**, v. 17, n. 3, p. 251 – 265, 2014.

MCDOWELL, Linda. Geographers and sexual difference: feminist contributions. In: JOHNSTON, Ron; WILLIAMS, Michael. **A century of British Geography**. New York: Oxford University Press, 2003, p. 603-623.

MONK, Janice; HANSON, Susan. Não Exclua a Metade da Humanidade da Geogreafia Humana. In: SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista. **Geografias Feministas e das Sexualidades: Encontros e Diferenças**. Ponta Grossa: TodaPalavra, 2016, p. 31 – 54.

OBERHAUSER, Ann M.; RUBINOFF, Donna; BRES, Karen D.; MAINS, Susan; POPE, Cindy. Geographic Perspective on Woman. In: GAILE, Gary L.; WILLMOTT, Cort J. (Orgs). **Geography in America at the Dawn of the 21st Century**. Oxford: Oxford University Press, 2003, p. 738 – 760.

ORNAT, Marcio Jose. Sobre Espaço e Gênero, Sexualidade e Geografia Feminista. **Terr@Plural**, v. 2, n. 2, p. 309 – 322, 2008.

SANDBERG, Linda; TOLLEFSEN, Aina. Talking about fear of violence in public space: female and male narratives about threatening situations in Umeå, Sweden. **Social & Cultural Geography**, v. 11, n. 1, p. 1-15, 2010.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SILVA, Joseli Maria. Amor, paixão e honra como elementos da produção do espaço cotidiano feminino. **Espaço e Cultura**, v. 22, p. 97-109, 2007.

A representação do isolamento feminino na obra *Clara dos Anjos*, de Lima Barreto

Anny Bernardo Bereza[1]

RESUMO
Este artigo propõe reflexões sobre o exílio antes e depois de um possível casamento na vida da personagem Clara dos Anjos, no romance de Lima Barreto, onde a mulher é uma figura representativa do exílio de confinamento e do exílio em trânsito, visto que é tomada por um sistema onde seu pai decide sua vida, e depois do casamento passa a ser direcionada por seu esposo. Essa condição de exílio é muito mais do que a conhecida por experiência migratória, pois não é um exílio territorial apenas, é aquele que vive em estado de exílio em sua própria terra. A sociedade faz com que a mulher se exile e assim se submeta às suas vontades, para que de certa forma se enquadre nas normas e moralidades. Quanto à metodologia, utilizar-se-á pesquisa bibliográfica sobra Lima Barreto e de autores que tratam de questões teórico-metodológicas do exílio e da mulher na literatura.

Palavras-chave: Literatura. Mulher. Exílio.

INTRODUÇÃO

Há inúmeros estudos sobre o gênero feminino, os quais podem estar relacionados a muitos contextos e temas. Na obra de Lima Barreto, Clara dos Anjos, como objeto de estudo analisaremos a questão do casamento presente na obra, a forma como essa entidade foi tratada e representada. A questão que rodeia a personagem principal, Clara, sobre o exílio e os estereótipos que a envolvem na trama, relacionando com o papel da mulher em seu ambiente familiar e perante a sociedade da época.

Uma pesquisa dessa natureza possibilita um diálogo entre literatura e discussões sobre o papel da mulher na sociedade e autores importantes que tratam sobre gênero, discriminação, anulação, preconceito e exílio. Sob esse olhar será possível fazer um paralelo entre passado e presente, comparando tempos e verificando as possíveis mudanças que o gênero feminino obteve na sociedade.

Identificando na obra o exílio presente na vida de Clara dos Anjos, é possível a compreensão do leitor sobre a questão: qual é o papel que a mulher se permite ter em seus relacionamentos interpessoais? No caso, seria a educação do pai para que a filha se case e depois na relação matrimonial, estabelecendo relações com sua classe social, econômica e racial, oriundas de um possível exílio.

[1] Graduada em Letras Português-Espanhol pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), mestranda na área de Estudo da Linguagem UEPG.

Será analisada a maneira de falar e agir da personagem perante a sociedade, avaliando suas atitudes submissas e subalternas. Para que os objetivos sejam alcançados serão analisados trechos do romance, focando na personagem principal.

A leitura será acompanhada de outros documentos e autores que trabalham com o mesmo objeto de estudo ou similares, lembrando-se sempre do contexto histórico vivido pelo autor na época em que escreveu a obra. De acordo com o estudo da obra o resultado esperado será uma visão sobre as diversas formas de exílios que a mulher apresentava decorrentes da maneira como eram educadas. Essa tal educação determinava a realidade de inúmeras mulheres brasileiras que ainda hoje são excluídas, oprimidas e abusadas pelas desigualdades de gênero.

Esta pesquisa apresenta cunho teórico**,** a qual faz uma análise da teoria utilizando embasamentos teóricos para explicar o problema que está sendo levantado. É fundamentada nos estudos sobre a Linguagem, identidade e subjetividade, voltada para a linha de pesquisa “Subjetividade, texto e ensino” e tem como base teórica autores de áreas como a Literatura e a Filosofia. São eles: BENJAMIN (1987); NANCY (1996); SAID (1999) e ZAMBRANO (2010).

Em foco, a discussão reflete principalmente os textos estudados na disciplina de “Literatura, subjetividade e exílio”, onde os questionamentos e reflexões sobre as perspectivas do exílio foram analisados, relacionando o narrador, o espaço literário e a política com a literatura de testemunho.

O CASAMENTO

> Ora, o problema com essa ideia de cultura é que ela faz com que a pessoa não só venere sua cultura, mas também a veja como que divorciada, pois transcendente, do mundo cotidiano. (SAID, 1999, p.13)

O casamento presente na obra é uma entidade valorizada e não é à toa, pois reflete aquilo que a sociedade quer. É na literatura que as ideologias são apresentadas de maneira que todos possam ver em detalhes e assim possam tirar suas conclusões, é o ambiente narrativo sendo contado pela visão do autor. Não deixando de analisar no romance considerações geográficas, políticas, sociais e econômicas.

Por esse motivo o casamento deve ser analisado em todas as esferas, pois está diretamente relacionado a questões de poder e interesse. Definem a

necessidade de grupos e tornam-se meios de transformações e justificativas de atos, como: dominação, colonização e hierarquização.

Clara foi criada ao som das modinhas melancólicas e superprotegida pelos pais, uma menina romântica que sonhava timidamente com o dia do seu casamento. A moça sonhadora romantiza o casamento e muitas vezes acredita ser a salvação de sua vida mesquinha e sem graça.

> O seu ideal na vida não era adquirir uma personalidade, não era ser ela, mesmo ao lado do pai ou do futuro marido. Era constituir função do pai, enquanto solteira, e do marido, quando casada. (BARRETO, 1998, p.49)

Nem ao menos a música a conquistou, para quem sabe se aperfeiçoar e ter uma profissão; o tão sonhado casamento era “um sonho lânguido de modinhas e descantes, entoadas por sestrosos cantores” (BARRETO, 1998, p.49). Esse tal sonho a impedia de tudo, pois sabia que se não fosse de acordo com que a sociedade queria talvez não conseguisse se casar.

> O que queriam fazer dela? Deixá-la ficar para "tia" ou fazê-la freira? E ela precisava casar-se? Era evidente; sua mãe e seu pai tinham, pela força das coisas, que morrer antes dela; e, então, ela ficaria pelo mundo desamparada? (BARRETO, 1998, p.27)

A ideia era sólida, de um modo geral, para as moças do século, vista apenas como herança cultural. No cenário da obra Clara dos Anjos apresenta-se a identidade de uma família de mulatos do subúrbio, formada por pai, mãe e filha. Esta por sua vez tem uma identidade individual e coletiva, construída através do contexto social da época, da própria percepção e experiências de Lima Barreto e da linguagem do narrador.

Essas características e os sentimentos de Clara são apresentados pelo narrador e não pela personagem, comprovando assim, que só ganharam voz através do narrador, que mostra a sua subalternidade e a falta de criticidade da jovem, ao aceitar tudo passivamente no contexto em que vivia. Um trecho que comprova isso é o diálogo final da obra, entre Clara e sua mãe:

> (...)Chegaram em casa; Joaquim ainda não tinha vindo. Dona Margarida relatou a entrevista, por entre o choro e os soluços da filha e da mãe. Em um dado momento, Clara ergueu-se da cadeira em que se sentara e abraçou muito fortemente sua mãe, dizendo, com um grande acento de desespero: - Mamãe! Mamãe! - Que é, minha filha? - Nós não somos nada nesta vida. (Capítulo 11, final do livro). (BARRETO, 1998, p.77)

Porém, “a realização é sempre uma frustração” (ZAMBRANO, 2010, p.4). Clara, em sua pobre inocência, foi até a casa de Cassi com sua mãe para falar com Dona Salustiana, a fim de que contando a ela toda a verdade poderia finalmente se casar com seu amado. Porém, a desgraça aconteceu, a mãe de Cassi humilhou-as e nada foi resolvido. Apenas a dor das palavras tão grosseiras veio à tona.

Com isso percebe-se a anulação da personagem, quando Clara tenta agir e fazer algo por si e não consegue uma resposta. Ainda sim é anulada fazendo com que se confirme o preconceito, pois por ser negra e pobre será mãe solteira.

EXÍLIO DE CONFINAMENTO x EXÍLIO EM TRÂNSITO

> A moderna cultura ocidental é, em larga medida, obra de exilados, emigrantes, refugiados. (SAID, 1999, p.46)

Fazendo uma reflexão sobre a biografia de Lima Barreto e analisando a vida da personagem Clara dos Anjos, encontramos reais evidências da grande influência da vida pessoal do autor na vida descrita na obra. Em seu texto *Reflexões sobre o exílio,* SAID (2003) cita o crítico George Steiner, dizendo que a literatura ocidental do século XX é “Extraterritorial”, feita por exilados e sobre exilados, comprovando que o texto escrito tem uma função social, como se a obra fictícia quisesse denunciar uma realidade obscura, que não é vista ou que se deixa de ver por muitos.

Mas para que haja esse tipo de texto funcional, percebem-se elementos na escrita, os quais a própria cultura nos apresenta. Benjamin aponta como reminiscências e atribui grande avalia na literatura, indicando que o ambiente social no qual o autor vive pode influenciar o seu trabalho (BENJAMIN: 1987).

Nesse contexto social, podemos perceber a questão do exílio, sendo assim um exílio territorial, ma experiência migratória. Segundo NANCY (1996), é um *topos* [lugar-comum], que consiste em afirmar que a existência é um exílio. Essa condição de estar em solidão em si próprio, mas ser exílio em si faz com que a personagem se sinta ou se veja desterrada em sua própria casa.

No caso, Clara dos Anjos é uma representação do isolamento feminino onde a mulher é uma figura que representa o exílio de confinamento, quando está presa a uma sociedade machista e que deve obedecer às regras de seu pai. Passando para o exílio de trânsito quando seu pai vê no casamento um futuro para sua filha. Assim,

comprova-se a questão de que o pai decide sua vida e depois dará esse dever ao futuro marido. A sociedade faz com que a mulher se exile e consequentemente se submeta às suas vontades, para que de certa forma se enquadre nas normas e moralidades.

A problemática se torna mais perversa quando se trata de uma jovem suburbana, mulata[2] e pobre, como Clara dos Anjos. A protagonista tem por volta de seus dezessete anos, vinda de uma família pobre e moradora do subúrbio que "era tratada pelos pais com muito desvelo, recato e carinho, e, a não ser com a mãe ou pai, só saía com Dona Margarida, uma viúva muito séria, que morava nas vizinhanças e ensinava Clara bordados e costuras" (BARRETO, 1998, p.4). Percebe-se que neste fragmento o narrador apresenta Clara para o leitor como uma menina frágil, dócil e ingênua, prendada e obediente aos pais, que aparentemente é deixada dominar pelos outros.

A verdade é que Clara vivia em uma redoma de vidro, quase sem contato com outras pessoas, apenas conversava com os amigos de seu pai e com Dona Margarida, sua professora de costura. Era um confinamento que a impedia de aumentar os horizontes e sua educação era voltada às questões domésticas. O próprio sistema pós-colonial fazia com que a burguesia tivesse essa educação patriarcal, não valorizava o conhecimento científico e a mulher era restrita em aprender a cuidar da casa, dos filhos e do marido, focando no casamento, como um sonho imposto a todas as mulheres, qual era subalterna. Primeiramente, submissa ao pai e depois ao marido. Assim foi a criação de Clara, presa dentro de casa, a espera de um sonho a ser realizado, proporcionando uma criação que a escondia da realidade.

> Com raciocínios desse jaez e semelhantes, Clara, na ingenuidade de sua idade e com as pretensões que a sua falta de contacto com o mundo e capacidade mental de observar e comparar justificavam, concluía que Cassi era um rapaz digno e podia bem amá-la sinceramente. (BARRETO, 1998, p.50).

O jeito como a educação da filha era feita por seu Joaquim seguia regras tradicionais da época. Não era só ela que sofria do exílio de confinamento, todas as

[2] Não deixa de ser fato interessante a existência de uma personagem mulata na obra de um autor de origem negra. O qual faz parte da literatura afro-brasileira, envolvendo a causa do negro de forma bastante contundente. Lima Barreto é o escritor que mais marca seus romances com a mácula de ser afro-descendente, externando seu incômodo perante as mazelas de uma sociedade preconceituosa.

moças passavam pelas mesmas instruções, restrita a aprender a bordar e a realizar os serviços de casa. O papel de Lima Barreto era denunciar e alertar a sociedade de que muitas mulheres viviam em cárcere privado, e que em seus ingênuos sonhos acreditavam ter uma vida decente. Porém, sofriam abusos e explorações, numa sociedade conservadora e burguesa.

Para BARRETO (1988), Clara “sentia-se só, isolada, única na vida”. Assim SAID (2003) explica como sendo “o exílio uma solidão vivida fora do grupo: a privação sentida por não estar com os outros na habitação comunal”. Como outras tantas mulheres, Clara não escolheu estar em exílio, ela sonhava em ter liberdade, como comprovamos no trecho:

> De resto, era preciso libertar-se, passear, conhecer a cidade, teatros, cinemas... Ela não conhecia nada disso. (BARRETO, 1998, p.27)

Todavia, Clara não imaginava que o sonho de adquirir matrimônio não era uma liberdade propriamente dita, não era realmente o que ela sonhava, pois sairia das mãos de um pai e iria para as mãos de um marido. Assim, possivelmente, viveria frustrada e não iria se adaptar a uma sociedade que a menospreza e só a vê como “esposa” e “dona de casa”. Não adiantaria estudar, pois sua honestidade intelectual nada vale, onde precisa submeter sua inteligência àqueles que consideram menos inteligentes, mas que alcançaram uma posição de poder.

> Clara era uma natureza amorfa, pastosa, que precisava mãos fortes que a modelassem e fixassem. Seus pais não seriam capazes disso. A mãe não tinha caráter, no bom sentido, para o fazer; limitava-se a vigiá-la caninamente; e o pai, devido aos seus afazeres, passava a maioria do tempo longe dela. E ela vivia toda entregue a um sonho lânguido de modinhas e descantes, entoadas por sestrosos cantores, como o tal de Cassi e outros exploradores da morbidez do violão. (BARRETO, 1998, p.49).

Comprovamos que Clara necessitava de um guia, seus pais não mostram eficiência para isso, pois também não são independentes e nem emancipados. Clara tem um comportamento que a leva ao seu exílio, pois não tem vontade nenhuma de mudar e de se desenvolver, para que possivelmente saísse da vida pacata que tinha. Não quer obter conhecimentos. Ela mesma torna-se exilada por razões de vontade própria, como o narrador cita abaixo:

> Na sua cabeça, não entrava que a nossa vida tem muito de sério, de responsabilidade, qualquer que seja a nossa condição e o nosso sexo. Cada um de nós, por mais humilde que seja, tem que meditar, durante a sua

> vida, sobre o angustioso mistério da Morte, para poder responder cabalmente, se o tivermos que o fazer, sobre o emprego que demos a nossa existência. Não havia, em Clara, a representação, já não exata, mas aproximada, de sua individualidade social; e, concomitantemente, nenhum desejo de elevar-se, de reagir contra essa representação. A filha do carteiro, sem ser leviana, era, entretanto, de um poder reduzido de pensar, que não lhe permitia meditar um instante sobre o destino, observar os fatos e tirar ilações e conclusões. A idade, o sexo e a falsa educação que recebera tinham muita culpa nisso tudo; mas a sua falta de individualidade não corrigia a sua obliquada visão da vida. (BARRETO, 1998, p.49)

Nota-se pela fala do narrador que ele intervém e ultrapassa os limites da personagem quando utiliza pronomes em primeira pessoa do plural. Esse método aparenta ter como objetivo alertar Clara para que ela seja mais autônoma, responsável e crítica. Um exemplo:

> Clara, muito a contragosto da mãe, saía de casa para ir ao cinema, no Méier e Engenho de Dentro, e outras vezes — poucas — para fazer compras nas lojas de fazendas, de sapatos e outras congêneres, acreditadas nos subúrbios. Essa reclusão e, mais do que isso, a constante vigilância com que sua mãe seguia os seus passos, longe de fazê-la fugir aos perigos a que estava exposta a sua honestidade de donzela, já pela sua condição, já pela sua cor, fustigava-lhe a curiosidade em descobrir a razão do procedimento de sua mãe. Clara via todas as moças saírem com seus pais, com suas mães, com suas amigas, passearem e divertirem-se, por que seria então que ela não o podia fazer? A pergunta ficava sempre sem resposta, porque não havia meio, naquele isolamento em que vivia, de tudo e de todos, de encontrar a que cabia. (BARRETO, 1998, p.26)

O narrador sempre coloca a questão de gênero e social como arma para confirmar o exílio que Clara vivia, como se quisesse amenizar o problema da personagem, argumentando que o exílio de confinamento era um ato necessário para guardá-la de todos os perigos.

> Enganava-se com a eficiência dela; porque, reclusa, sem convivência, sem relações, a filha não podia adquirir uma pequena experiência da vida e notícia das abjeções de que está cheia, como também a sua pequenina alma de mulher, por demais comprimida, havia de se extravasar em sonhos, em sonhos de amor, de um amor extra-real, com estranhas reações físicas e psíquicas. (BARRETO, 1998, p.26)

Supondo que esse exílio era tão real e que não havia meios de mudá-lo, restava a Clara apenas sonhar. Sonhar como se um dia fosse se tornar realidade e esse sonho de liberdade era o casamento.

OS SONHOS

> Que o sonhar bem nem mesmo morrendo se perde. (ZAMBRANO, 2010, p.4)

> Clara, que sempre a modinha transfigurava, levando-a a regiões de perpétua felicidade, de amor, de satisfação, de alegria, a ponto de quase ela suspender, quando as ouvia, a vida de relação, ficar num êxtase místico, absorvida totalmente nas palavras sonoras da trova, impressionou-se profundamente com aquele jogo de olhar, com que Cassi comentava os versos da modinha. Ele sofria, por força, senão não punha tanta expressão de mágoa, quando cantava — pensava ela. (BARRETO, 1998, p.26)

Esses tais sonhos de Clara era como devaneios, os quais ficavam latejando em sua mente enquanto a vida ia passando. Não sonhava com outra coisa a não ser casar-se, sem ao menos ter um noivo. No decorrer do texto, percebe-se que a personagem é totalmente depende dos outros, pois até mesmo seu sonho é imposto, não era um sonho dela, mas sim do que achavam que seria melhor para ela.

Conforme a história vai acontecendo, o narrador vai denunciando a ilusão amorosa em qual Clara foi envolvida. A menina queria encontrar um grande amor, que a tirasse daquele estado de exílio de confinamento que era a vida doméstica. Por esse motivo deixou-se levar pelas modinhas de Cassi, repletas de fantasias e romantismo exagerado, deixando cegar-se pelas verdades cruéis que ouvia de seu amado. Era um sonho que valoriza a idealização dele advindas de fantasias amorosas.

Podemos entender que Clara tinha uma vida cheia de insatisfação, não aceitava o lugar e o modo como vivia e assim acreditava que se casando poderia melhorar. Esse sonho não a impedia de acreditar que Cassi se casaria com uma mulata pobre e moradora do subúrbio. Tentaram avisá-la dos perigos que a rondavam, mas isso só fazia com que o amor imaginário aumentasse mais.

O violeiro tocava modinhas com letras que conquistavam o coração da moça, falava de coisas que ela queria ouvir. Clara, moça ingênua e inocente, acreditava em tudo e estava convencida de que se casaria com Cassi, apesar de todos os obstáculos.

> Mostraram-me um dia na roça dançando mestiça formosa de olhar azougado... sorria a mulata por quem o feitor, diziam que andavam perdido de amor. (BARRETO, 1998, p. 48).

Em sua própria casa, Clara conheceu Cassi, que cantava modinhas e recitava lindos versos de amor: “era bem misterioso esse seu violão; era bem um elixir ou talismã de amor” (BARRETO, 1996, p.7). Clara foi seduzida de forma que depois disso não conseguia pensar em mais nada a não ser se casar com o lindo rapaz. Ela

então construiu na sua imaginação esse amor, que seria a única forma de garantir sua felicidade e não enxergava que esse amor não era recíproco.

A partir disso, Clara vive os mais variados loucos sonhos de amor e não imagina que é desses sonhos que virá todo seu sofrimento.

> Engrácia, cujos cuidados maternos eram louváveis e meritórios, era incapaz do que é verdadeiramente educação. Ela não sabia apontar, comentar exemplos e fatos que iluminassem a consciência da filha e reforçassem-lhe o caráter, de forma que ela mesma pudesse resistir aos perigos que corria. (BARRETO, 1998, p.54)

E assim, com a falta de educação vinda de pais conservadores, o exemplo de uma mãe submissa ao marido que não tinha voz e nem vontades para tomar decisões, Clara foi educada. Cresceu sem ter diálogo e nenhum tipo de esclarecimento sobre os perigos reais da vida fora de casa, tornando-a ainda mais ingênua, vulnerável e dependente da sociedade.

Contudo, era em seus sonhos que Clara conseguia fugir daquele exílio, daquela vida que não lhe atribuía nada. Queria sair daquele confinamento, conhecer lugares e pessoas. Mas era um sonho movido pelos outros e pela cultura patriarcal, que se apegava à entidade do casamento como se fosse a salvação de todas as mulheres, ainda mais por ela ser mulata e pobre. Sendo assim, o casamento obrigatório para se ter uma vida dita como digna e respeitável, não importando os riscos e abusos que nele sofreria.

No texto, observa-se que apesar de todos os pesares, Clara acredita cegamente no amor por Cassi e nem sua cor ou sua classe social afetaria esse grande amor. Como se não houvesse obstáculos, o amor venceria e suportaria.

> O amor tudo pode, para ele não há obstáculos de raça, de fortuna, de condição; ele vence, com ou sem pretor, zomba da Igreja e da Fortuna, e o estado amoroso é a maior delicia da nossa existência, que se deve procurar gozá-lo e sofrê-lo, seja como for. O martírio até dá-lhe mais requinte...(BARRETO, 1998, p.27)

CONCLUSÕES

Tendo em vista a vida do autor Lima Barreto, percebe-se o quão foi desvalorizado e marginalizado. Porém, mesmo com tantas adversidades não se deixou amedrontar pela elite dominadora e em “Clara dos Anjos” oportunizou dar voz

a tantos exilados e discriminados com os quais ele convivia em realidade no subúrbio carioca, comprovando que a ficção imita a vida real. O narrador passava ao leitor denúncias e angústias, a fim de que se pudesse buscar uma igualdade e ética.

De maneira simples, clara e objetiva, Lima Barreto ironiza e critica o preconceito presente ao redor da representação da mulher, da mulata e pobre, tentando, assim, com a personagem Clara, representar milhares de mulheres que eram tratadas como objetos, submissas e subalternas pelos homens.

O forte poder que o homem tinha de dominar o sexo oposto, influenciando até em seus sonhos e conduzindo assim ao casamento, muitas vezes forçado e forjado, para que a mulher pudesse ser respeitada e "vista" como digna, em uma sociedade que não a considerava como um ser ativo.

Em uma narrativa escrita em terceira pessoa, o narrador nos convida a pensar sobre as condições em que a mulher era colocada na sociedade, a sua representatividade e importância. De acordo com as experiências da personagem podemos comprovar que o exílio é algo incorporado nela e em tantas outras mulheres, que se deixam levar por modinhas, são enganadas e acabam da pior maneira percebendo a realidade cruel em que vivem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETO, A. H. de Lima. *Clara dos Anjos*. 11. Ed. São Paulo: Ática, 1998.

BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, Arte e Política – Obras Escolhidas Vol. I.* Trad. Sergio Paulo Rouanet. 10° Ed.,São Paulo: Brasiliense, 1987.

NANCY, Jean-Luc. *La existencia exilada. In: Archipiélago.* Madrid: Arco. n. 26-27, inverno 1996.

PACHECO, Keli. *A comunidade em exílio, literatura comparada entre Lima Barreto e Roberto Arlt.* SP: Annablume, 2013.

SAID, Edward. W. *Cultura e imperialismo.* Trad. Denise Bottman. São Paulo: Cia. Das Letras, 1999.

_____ . *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios.* Trad. Pedro Maia. São Paulo: Cia. Das Letras, 2003.

ZAMBRANO, María. *Uma metáfora da esperança: As Ruínas.* Trad. Rodrigo Lopes de Barros Oliveira. In: Sopro – panfleto político-cultural, n. 37, Florianópolis, outubro de 2010.

A REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES EM *HARRY POTTER E O CÁLICE DE FOGO*

Isabella Gomes De Souza (UEM)
Naomy Ikeda Dolci (UEM)

RESUMO
O presente artigo científico propõe a análise da representação das mulheres no filme "Harry Potter e o Cálice de Fogo" (2005) – quarto filme da saga. Nosso estudo partiu do interesse em entender melhor a relação entre sociedade e cinema. Isso foi possível por meio dos estudos das obras de Simone de Beauvoir (2009) e Ana Colling (2004), autoras que abordam questões de gênero e a construção social do papel da mulher associados aos estudos de Marcos Alexandre a respeito do cinema. Ao longo do nosso estudo, buscamos identificar e problematizar como a representação social das mulheres está sendo feita, em diálogo com a condição social e histórica em que as mesmas se encontram, podendo comprovar a hipótese de que há uma relação entre a condição social subjugada das mulheres e a sua representação no filme.

Palavras-chave: *Harry Potter*. Mulheres. Representação.

INTRODUÇÃO

Todos aqueles que vivenciaram as primeiras décadas do século XXI, dificilmente escaparam ao fenômeno da saga *Harry Potter.* Isto, porque os oito filmes - que narram as aventuras do menino bruxo destinado a lutar contra as forças do mal lideradas por Lord Voldemort - foram um sucesso mundial, atingindo uma bilheteria de 8,53 bilhões de dólares.[1]

Produzidos entre os anos de 2001 e 2011, os filmes - baseados nos romances homônimos de Joanne Kathleen Rowling - captaram a atenção de milhares jovens e adultos ao redor do mundo. Levando em consideração tamanha disseminação dos filmes da saga, optamos, inicialmente, por ter os oito filmes como objeto de pesquisa, buscando estudar de que forma se dava a representação feminina na saga.

Assim sendo, teríamos um recorte de pesquisa que englobaria cenas dos oito filmes da saga selecionando todas aquelas que contavam com a presença de mulheres, ou fazia-se menções a elas. Entretanto, com o aprofundamento de nossos estudos, percebemos que a discussão social e comunicacional que propúnhamos a

[1] Disponível em: http://www.adorocinema.com/noticias/filmes/noticia-136788/ <Acesso em novembro de 2018>

respeito da representação feminina era mais evidente no quarto filme da saga, o qual intitula-se *Harry Potter e o Cálice de Fogo* (2005), dirigido por Mike Newell.

Isto porque o filme, que tem como trama principal o Torneio Tribruxo - disputa realizada entre as três maiores escolas de magia da saga: Hogwarts, Academia de Beauxbatons e Federação de Durmstrang - conta com uma clara distinção de papéis de gênero. A começar pela composição do corpo estudantil de Beauxbatons formado apenas por mulheres, e de Durmstrang, por homens.

Desta forma, selecionamos este filme - em sua versão dublada - como objeto de pesquisa para fins deste artigo, o qual possui como objetivo investigar a representação das mulheres. Permitindo assim, nossas formulações teóricas a respeito do tema, e levando-nos a responder o nosso problema de pesquisa: **de que maneira as mulheres são representadas no filme *Harry Potter e o Cálice de Fogo?***

Consideramos que, a relevância social desta pesquisa advém da quantidade expressiva de pessoas que, em algum nível, se envolveram - e continuam a se envolver - com a trama e com as mensagens por ela transmitidas, mesmo após 20 anos do lançamento do primeiro livro e 17 anos desde o primeiro filme.[2] Demonstrando um número significativo de pessoas que tiveram contato com as representações explicitadas nos filmes.

Representações estas que, inseridas em um contexto social, se tornam "uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, tendo uma visão prática e concorrendo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social" (JODELET, 1989, p.36 apud SÁ, 1995, p. 32). O que significa dizer que, o cinema com sua capacidade de criar representações variadas e o fato de estar inserido em um contexto social, pode ser motor para a construção de uma Representação Social do feminino.

O que não acontece de maneira isolada, mas que surge dos pensamentos da sociedade. Uma via de mão dupla, afinal, o cinema é uma mídia de massa que, segundo Marcos Alexandre (2001), acaba por reproduzir, reforçar e, até mesmo construir uma visão social de determinados grupos por meio das representações que

[2] Disponível em: https://exame.abril.com.br/estilo-de-vida/ccxp-mostra-que-publico-de-harry-potter-so-aumenta/ <Acesso em novembro de 2018>

traz a respeito deles. Assim sendo, podemos afirmar que cinema e sociedade se influenciam mutuamente.

Desta forma, sendo o cinema uma fonte de representações e, também, uma consequência delas, percebemos a necessidade de uma investigação de como as mulheres são representadas em *Harry Potter e o Cálice de Fogo*, a fim de identificar e, de certa forma, problematizar qual representação social das mulheres está sendo feita em diálogo com a condição social e histórica em que as mulheres se encontram.

O feminino histórico-social

Investigar de que forma a mulher é representada no filme *Harry Potter e o Cálice de Fogo* requer, ao nosso ver, o entendimento *a priori* de dois conceitos principais com os quais entramos em contato por meio da pesquisa bibliográfica que desenvolvemos - feminino e representação social. Isto porque, ao assistirmos ao filme na tentativa de pontuar quais características eram representadas pelas mulheres, nos deparamos com a necessidade de entender quais são, historicamente, os comportamentos e símbolos associados à elas.

Para tanto, nos baseamos no estudo de Ana Colling (2004), no qual a autora discorre a respeito do feminino como uma construção social, ou seja, uma racionalização coletiva que acaba por determinar os papéis delegados às mulheres e, consequentemente, aos homens. Um discurso que coloca diferenças biológicas como ditadoras comportamentais quando, na verdade, tais diferenças comportamentais derivam do contexto social em que se inserem, ou seja, o feminino como o resultado de “(...) uma engenharia social e política” (COLLING, 2004, p. 29) e não como consequência biológica.

O que significa dizer que as mulheres não são dóceis, passíveis, sentimentais e frágeis por natureza, mas assim o aprendem a ser em consequência de um convívio social que, desde a infância, condicionam seu comportamento a um comportamento considerado feminino. Influenciadas pela sociedade, essas mulheres, historicamente percebidas como uma alteridade do masculino, apreendem uma realidade na qual o homem é constantemente reafirmado como superior (BEAUVOIR, 2009, p. 383).

A partir desta percepção do feminino socialmente construído, analisamos e discutimos de que forma se dá a representação no cinema deste papel atribuído às

mulheres, mais especificamente no filme *Harry Potter e o Cálice de fogo* - nosso objeto de pesquisa. Tendo como ponto de partida a hipótese de que as mulheres são representadas no filme de maneira a reforçar visões socialmente construídas que as colocam em uma condição subjugada aos homens. Sendo tal análise possível, a partir do diálogo de construções históricas e sociais da caracterização feminina, com a sua adaptação para as telas do cinema.

Neste sentido, iremos nos basear no conceito de representação social que, de acordo com Moscovici (1976 apud SÁ, 1995, p. 33), trata-se de uma reconstituição do real que acaba por transformá-la em símbolo. Desta forma, podemos pensar que a representação da mulher como frágil, romântica, passível e sentimental, é a criação de uma mulher simbólica, que se afasta do real. Tais reflexões nos direcionam ao questionamento levantado por Beauvoir (2009) “O que é uma mulher?” (BEAUVOIR, 2009, p. 15), ao qual a autora busca responder de forma a elucidar a condição histórica e social deste grupo, do qual ela faz parte - bem como nós, autoras deste artigo, fazemos.

Levando em consideração outros estudos a respeito da representação social por meio do cinema, desenvolvidos por Ingrid Lacerda e Rodrigo Follis (2016), - com base em Hagemeyer, Morin e Baudrillard - percebemos a importância dos filmes como forma de entender a sociedade à qual sua produção e consumo estão associados.

Além disso, Marcos Alexandre (2001) aborda a influência que a comunicação de massa possui sobre as representações sociais, e o respectivo papel da mídia na formação do indivíduo moderno, uma vez que:

> (...) a mídia, integrada por um grupo de especialistas formadores e sobretudo difusores de representações sociais, é responsável pela estruturação de sistemas de comunicação que visam comunicar, difundir ou propagar determinadas representações (ALEXANDRE, 2001, p. 123).

Assim, com base nestes autores, poderemos estudar de forma mais aprofundada as diferentes formas de representação feminina no filme. Buscando perceber uma relação entre a condição histórica e social das mulheres e a sua caracterização em filmes, por meio de uma abordagem que compreende a relação intrínseca entre comunicação e sociedade.

Para tanto, analisaremos as ações das personagens nas cenas selecionadas, levando em consideração variados recursos comunicativos. Dentre eles, o conceito

de mídia primária de Harry Pross sob a interpretação de Norval Baitello Junior (2001). Uma vez que nossa intenção é a de explorar, também, a comunicação que se faz, muitas vezes, de forma sutil. Por meio de gestos, olhares, silêncios, postura e outros artifícios que compõem a mídia primária (BAITELLO JUNIOR, 2001, p. 2).

Além disso, trataremos de aspectos visuais das cenas como: vestimentas, cores e objetos que, aliados ao som, compõem este cenário de representação feminina. Sendo que, para a análise das cores e seus respectivos significados, utilizamos os estudos de Eva Heller (2008), no qual a autora discute os significados associados às cores e, entre estes significados, sua relação com a feminilidade. Para uma melhor compreensão, serão utilizadas capturas de tela do conteúdo exposto para comprovar e exemplificar as análises.

O feminino cinematográfico em *Harry Potter e o Cálice de Fogo*

Nosso objeto de pesquisa possui como acontecimento principal o Torneio Tribruxo, no qual três escolas de magia - Hogwarts, Academia de Beauxbatons e Federação de Durmstrang - competem entre si. Aos 17min30s do filme, inicia-se a cena a partir da qual conhecemos o corpo estudantil de Beauxbatons, composto apenas por meninas, e Durmstrang, composto somente por meninos.

A fim de se apresentarem aos alunos de Hogwarts, sede do torneio, ambas escolas realizam performances curtas, nas quais utilizam diversos elementos visuais como danças, acrobacias, e efeitos especiais, por meio de suas habilidade mágicas. Alguns destes elementos, como o aceno sutil e o sorriso no rosto das garotas (Figura 1) bem como a feição séria dos garotos (Figura 2), correspondem a elementos comunicacionais que, segundo a definição de Pross (1971, p. 178 apud BAITELLO JUNIOR, 2001, p. 2), consistem em comunicação por meio de mídias primárias.

Tais elementos, por definição do autor citado, permitem uma comunicação sem pontes, ou seja, sem o auxílio de instrumentos exteriores ao emissor e ao receptor na transmissão de mensagens. Assim sendo, por meio da análise da linguagem corporal apresentada pelas personagens, podemos perceber uma clara distinção entre a forma feminina e masculina de se comunicar e se portar, consequência de um contraste gritante entre suas performances.

Figura 1 - em 17min44s, as meninas sorriem para o público de forma amigável
Fonte: *Harry Potter e o Cálice de Fogo* (2005) - DVD

Figura 2 - em 18min37s, os homens constantemente com expressões sérias
Fonte: *Harry Potter e o Cálice de Fogo* (2005) - DVD

As distinções entre os gêneros iniciam-se a partir da adjetivação feita por Dumbledore, diretor de Hogwarts, ao apresentar as escolas. Quando anuncia a Academia composta apenas por mulheres - Beauxbatons - o personagem escolhe o termo “adoráveis” para apresentá-las. Termo este, que encontra paralelo na forma que as personagens se comportam ao entrar no Salão Comunal. Com sorrisos constantes no rosto, gestos aprazíveis, sons suaves e sedutores, elas demonstram uma certa simpatia, e parecem querer agradar, sendo gentis e elegantes.

Mas por que essa representação da simpatia ligada à mulher? A partir de nossos estudos, podemos inferir que isso se dá por conta da condição social da mulher, que exige dela um comportamento exemplar para que seja aceita socialmente. Nas palavras de Simone de Beauvoir: “(...) na mulher há, no início, um conflito entre sua existência autônoma e seu ‘ser-outro’; ensinam-lhe que para agradar é preciso procurar agradar, fazer-se objeto; ela deve, portanto, renunciar à sua autonomia” (BEAUVOIR, 2009, p. 375).

Em outras palavras, a mulher precisa acatar à feminilidade para que, tornando-se "uma 'mulher de verdade'" (BEAUVOIR, 2009, p. 377), seja aceita socialmente. O que acarreta em internalizar características atribuídas ao papel feminino, demonstradas desde a vestimenta até a forma de agir das personagens. Assim sendo, nesta cena, as mulheres assumem sua feminilidade, aderindo a objetos que são considerados femininos como sapatos de salto alto e vestidos que delineiam o corpo com costuras delicadas, na cor azul.

Objetos que se tornam muito simbólicos, a começar pela cor azul que, de acordo com Eva Heller (2008), na tradição antiga: "(...) simbolizava o princípio feminino. O azul é plácido, passivo, introvertido; no simbolismo ele pertence à água, que também é um atributo feminino" (HELLER, 2008, p. 33).

Além disso, nesta mesma cena - aos 17min52s - é possível perceber uma representação objetificada das mulheres, a qual acontece por meio do uso do recurso cinematográfico do *close-up* nas nádegas das estudantes. O que nos remete à Beauvoir (2009) quando ela afirma que "(...) o corpo do homem não se apresenta a ele como objeto de desejo; ao passo que a mulher sabendo-se, fazendo-se objeto, acredita realmente ver-se no espelho: passivo e dado, o reflexo é, como ela própria, uma coisa" (BEAUVOIR, 2009, p. 819).

Também foram apresentados elementos visuais semelhantes entre si, mas que, de certa forma, contrastam: as borboletas, que surgiram das mulheres como algo poético e calmo, e o pássaro, feito pelos homens com fogo (figura 3), elemento relacionado a destruição e agressividade, o qual também se opõe à água que, como já foi abordado, está relacionado ao feminino.

Figura 3 - em 19min07s, aluno de Durmstrang formando um pássaro com efeitos mágicos
Fonte: *Harry Potter e o Cálice de Fogo* (2005) - DVD

É interessante também a comparação de Vitor Krum, aluno destaque da Federação de Durmstrang e Fleur Delacour, aluna destaque da Academia de Beauxbatons. Percebe-se que Delacour, assim como as outras alunas da Academia, está na maior parte do tempo sorrindo. Ao passo que Krum, também como os outros alunos da Federação, exibe um rosto pouco receptivo, com olhos centrados e um rosto que transparece menos emoções.

Também podemos perceber que, mesmo a mulher (Delacour) tendo tanto destaque quanto o homem (Krum), a ela, ainda cabe ser feminina. Afinal, "(...) tornam-lhe mais difícil o êxito, exigindo dela outro tipo de realização: querem, pelo menos, que ela seja *também* uma mulher, que não perca sua feminilidade" (BEAUVOIR, 2009, p. 377, grifos da autora).

Ainda que, em virtude do feminismo, como afirma Simone de Beauvoir (2009), as mulheres sejam encorajadas a participar de esportes e outras atividades que antes eram exclusivas do homens, a elas o fracasso é mais facilmente perdoado, desde que mantenham sua feminilidade (BEAUVOIR, 2009, p. 377).

Este é o caso de Fleur Delacour, quando escolhida para participar do Torneio Tribruxo, junto de outros três personagens, todos homens. Delacour, além de não ser vencedora de nenhum dos três desafios propostos é, também, a primeira a desistir no segundo desafio. Tal representação de seus fracassos também podem ser questionados quanto a seu desespero exaltado - principalmente em relação aos outros três homens - durante as provas. Desespero este, expresso por gritos constantes e atitudes que remetem ao pavor diante às situações.

Esse desespero pode ser facilmente relacionado à recusa instalada do papel feminino, ligado a atividades atribuídas ao papel masculino, como as que exigem esforço físico e psicológico. Isto porque:

> "A mulher é mais fraca do que o homem; ela possui menos força muscular, menos glóbulos vermelhos, menos capacidade respiratória; corre menos depressa, ergue pesos menos pesados, não há quase nenhum esporte em que possa competir com ele, não há quase nenhum esporte que possa competir com ele; não pode enfrentar o macho na luta. A essa fraqueza acrescentam-se a instabilidade, a falta de controle e a fragilidade" (BEAUVOIR, 2009, p. 67).

Percebe-se que o aspecto fisiológico se sobressai, colocando a mulher - por possuir uma força física menor - como fraca em todos os aspectos, e isso é um equívoco, afinal, a força física não deve ser a única a ser considerada: "(...) onde os costumes proíbem a violência, a energia muscular não pode alicerçar um domínio: é preciso que haja referências existenciais, econômicas e morais para que a noção de fraqueza possa ser concretamente definida" (BEAUVOIR, 2009, p. 68).

Além de que, o Torneio exige, de certa forma, exercícios violentos, e a mulher "para ser graciosa, ela deverá reprimir seus movimentos espontâneos; pedem-lhe que não tome atitudes de menino, proíbem-lhe exercícios violentos" (BEAUVOIR, 2009, p. 377). Ou seja, a mulher e seus respectivos modos de agir, são moldados conforme os interesses do homem.

Nossa bagagem cultural é repleta da exaltação da figura masculina, logo, "tudo contribui para confirmar essa hierarquia aos olhos da menina" (BEAUVOIR, 2009, p. 385), é constante a ideia de que a mulher só existe em função do homem, e a cena em que Vitor Krum está fazendo exercícios, enquanto um grupo de meninas o aprecia, é a imagem perfeita para explicitar essa exaltação. A cena dispõe as mulheres como a platéia que aplaude e vibra conforme as ações do homem.

Talvez o fato de Vitor Krum ser famoso no mundo bruxo faça surgir o questionamento de que isto justifica a idolatria das garotas que o cercam. Entretanto, esta cena (figura 4) que representa as mulheres eufóricas, conversando entre si em grupos - como uma platéia mesmo - enquanto a figura masculina faz um exercício simples, possui uma carga simbólica imensa diante da condição histórica e social das mulheres.

Figura 4 - em 1h10min21s, Vitor Krum (pessoa do meio) fazendo exercícios com um agrupamento de mulheres o admirando (no canto direito da imagem)
Fonte: *Harry Potter e o Cálice de Fogo* (2005)

Compreende-se o papel feminino como plano de fundo para a figura principal: o homem. A mulher é vista como um mero acompanhamento/objeto da figura masculina, pois os homens " (...) o que desejam afinal é possuí-la, anexá-la; permanecem no cerne de sua vida como sujeitos soberanos; a mulher amada não passa de um valor entre outros" (BEAUVOIR, 2009, p. 835).

Questão esta, também exemplificada no momento 1h11min37, na cena em que as pessoas estão em busca de um par para o Baile de Inverno, quando Rony fala para Hermione: "Pense só, uma coisa é um menino ir sozinho, mas uma menina é triste". Esta frase apenas comprova, mais uma vez, como a mulher é representada como um adereço, precisando sempre da figura masculina para estar completa.

Consideramos também que é possível surgir dúvidas que questionam de que forma essas representações das mulheres tem relação com a realidade, ou seja, a relação do cinema com a realidade, entretanto, é notável que "(...) tramas trazem conflitos que ecoam nas vivências cotidianas dos indivíduos, porém as semelhanças vêm misturadas com personagens inexistentes no nosso mundo e cenários tidos como impossíveis" (LACERDA e FOLLIS, 2016, p. 13). Logo, mesmo não vivendo situações idênticas às apresentadas, não existindo os personagens apresentados, e os cenários sendo impossíveis de se reproduzir, o público acaba se identificando com algum elemento apresentado na cena, por mais mínimo que seja.

Assim como Marcos Alexandre (2001) afirmou, existe uma influência da comunicação de massa sobre as representações sociais e o respectivo papel da mídia na formação do indivíduo moderno, logo, afirma que: "As funções básicas dos [meios de comunicação de massa] são informar, divertir, persuadir e ensinar" (ALEXANDRE, 2001, p. 113). Ou seja, o cinema, um meio de comunicação de massa, possui responsabilidade com o que transmite e representa.

Considerações Finais

No processo de desenvolvimento deste artigo científico, conseguimos realizar um estudo satisfatório a respeito do nosso problema de pesquisa, com o auxílio de autores que são referência em suas respectivas áreas de estudo, como Simone de Beauvoir, Eva Heller, Ana Colling. Desta forma, respondemos nosso problema de pesquisa confirmando nossa hipótese inicial de que a maneira que as mulheres são representado no filme reforça visões socialmente construídas que as colocam em uma condição subjugada ao homem.

Hipótese esta, que foi confirmada mediante uma concisa descrição e interpretação das cenas do filme, juntamente, como já exposto, com pesquisas e embasamento teórico que nos permitiram um diálogo de construções históricas e sociais da caracterização feminina. Nosso objetivo foi desenvolver uma análise a fim de aproximar a condição social das mulheres à representação que esta ganha no cinema.

Entretanto, por termos enfoque em apenas um filme, não conseguimos abordar a representação na saga de forma geral. Assim sendo, acreditamos que este seja um tema para futuras pesquisas a serem realizadas na área da comunicação, seguindo esta linha, e acompanhando vertentes como o feminismo e os impactos no público, isto porque, refinaria, ainda mais, o olhar crítico das pessoas, na maneira de entender a forma que a mídia representa as mulheres ao seu público.

Afinal, como já exposto, os meios de comunicação refletem aspectos da sociedade a que pertencem, sendo possível entender características complexas da sociedade por meio do cinema, traçando assim, paralelos entre a realidade e os conteúdos desenvolvidos pela mídia. Logo, consideramos novamente, que a resposta de nosso problema de pesquisa, por fim, se dá no fato de que as mulheres são representadas no filme de maneira a reforçar visões socialmente construídas, que colocam a mulher em uma condição subjugada ao homem. E, coube a nós, estudantes da área da comunicação, a responsabilidade de entendermos essas representações.

Referências

ALEXANDRE, Marcos. **O papel da mídia na difusão das representações sociais.** Comum, Rio de Janeiro, v.6, n.17, p.111 - 125, jul./dez, 2001.

BAITELLO JUNIOR, Norval. O tempo lento e o espaço nulo: *Mídia primária, secundária e terciária. In*: FAUSTO NETO, Antônio et al. (Org). **Interação e sentidos no ciberespaço e na sociedade.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

COLLING, Ana. A construção histórica do feminino e do masculino. *In*: STREY, Marlene N.; CABEDA, Sonia T. Cabeda Lisboa; PREHN, Denise R. (org). **Gênero e cultura: Questões Contemporâneas.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

HELLER, E. **A psicologia das cores:** Como as cores afetam a razão e a emoção. São Paulo: G.Gili, 2014.

LACERDA, Ingrid; FOLLIS, Rodrigo. **O Cinema Como Forma de Compreender a Sociedade e os Simulacros de Baudrillard.** *In:* Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, XXI., 2016, Salto. Anais eletrônicos… Salto: CEUNSP, 2016. Disponível em: <http://www.portalintercom.org.br/anais/sudeste2016/lista_area_IJ04.htm>. Acesso em: 17 out. 2018.

SÁ, Celso Pereira de. Representações Sociais: o conceito e o estado atual da teoria. In: SPINK, Mary Jane P. (org). **O conhecimento no cotidiano.** São Paulo: Brasiliense, 1995.

O FEMINISMO NA REVISTA ADVENTISTA

Kevin Willian Kossar Furtado[1]

RESUMO
O presente trabalho apresenta como a *Revista Adventista*, periódico de perfil teológico-doutrinário-jornalístico oficial da Igreja Adventista do Sétimo Dia no Brasil, tratou o feminismo ao longo de sua história. A pesquisa de fontes parte do acervo digitalizado da revista disponível na internet. Foram encontradas 12 edições em que o termo feminismo foi mencionado; seis foram analisadas. O exame dos materiais selecionados foi realizado por meio de uma adaptação das técnicas de análise de conteúdo, organizada em pré-análise, exploração do material e interpretação.

Palavras-chave: Jornalismo. Gênero. Feminismo. Análise de conteúdo. Revista Adventista.

INTRODUÇÃO

A história da imprensa da Igreja Adventista do Sétimo Dia (IASD) começa com a publicação, incerta, em 1900 ou 1904, d'*O arauto da verdade*. Em 1906 surge a *Revista Trimensal*, hoje *Revista Adventista*, desde 1931. Considerado "órgão geral" da denominação em terras brasileiras desde 1975, o periódico de perfil teológico-doutrinário-jornalístico noticia os acontecimentos mais significativos do meio adventista e do cristianismo no Brasil e no mundo. A publicação conta com um acervo digital[2] que abriga todos os números da revista, desde a sua primeira edição, de onde parte a pesquisa de fontes e análises expostas, que aborda como a revista tratou o feminismo ao longo de sua história.

1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O exame dos materiais selecionados foi realizado por meio de uma adaptação das técnicas de análise de conteúdo (BARDIN, 2016), organizando-se em pré-análise, exploração do material e interpretação. A pré-análise foi tratada enquanto a organização propriamente dita, período de sistematização das ideias iniciais, que conduziu ao desenvolvimento de um plano de análise. Foi elaborado o objetivo – analisar como a *Revista Adventista* se referiu ao feminismo – e selecionados os fragmentos dos materiais que viabilizassem a interpretação final dos textos elegidos.

---

[1] Doutorando em Teologia na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Mestre em Ciências Sociais Aplicadas e bacharel em Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

[2] Disponível em: <http://acervo.revistaadventista.com.br/capas.cpb>.

O corpus de análise, obedecendo às regras da exaustividade, homogeneidade e pertinência, formou-se de todos os textos que faziam menção ao feminismo.

A fase da exploração do material compôs a análise propriamente dita, a aplicação sistemática das decisões efetuadas na pré-análise, com o propósito de fazer as interpretações consonantes com o objetivo supracitado. O presente trabalho faz uma análise exploratória, ou seja, destaca o que disse a *Revista Adventista* sobre o feminismo. A análise de conteúdo se preocupou com a superfície dos textos, que se desdobrou em dois objetivos: descrevê-los com o uso de citações diretas e interpretá-los. Dentre as possibilidades oferecidas pela análise de conteúdo para a abordagem da interpretação a ser conduzida (MORAES, 1999), especificamente quanto ao conteúdo examinado, optou-se no foco no conteúdo manifesto nos textos da revista, em uma exploração objetiva, restringindo-se ao dito no material selecionado, em uma leitura representacional. Foram encontradas 12 menções e, pelos limites do texto, analisadas seis.[3] Nenhum material encontrado discutiu o feminismo em si; ele foi mencionado na discussão de outras temáticas.

1.1 O FEMINISMO COMO MOVIMENTO SOCIAL

Em todas as menções encontradas ao feminismo na *Revista Adventista*, observa-se que seu tratamento se restringe ao aspecto de movimento social ou político e não teoria. Enquanto movimento libertário, o feminismo luta por novos modos de relação entre homens e mulheres, para que estas tenham liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo. O movimento destaca a existência de outra forma de dominação para além da de classe; a dominação do homem sobre a mulher (PINTO, 2010, p. 16).

Uma das particularidades do movimento feminista que implica na compreensão de sua história e seus processos está no entendimento de que o movimento produz sua própria reflexão crítica e sua própria teoria, coincidência oriunda do tipo social de militância que estimulou, sobretudo o feminismo da segunda metade do século XX, formado por mulheres de classe média formadas, maiormente, nas áreas da Humanidade, da Crítica Literária e da Psicanálise. “Pode se conhecer o movimento feminista a partir de duas vertentes: da história do

[3] Excluímos um anúncio publicitário, uma nota informativa, uma resenha, uma citação de personalidade, um perfil masculino e uma carta de leitor. Analisamos os artigos de opinião, as reportagens e uma entrevista que se referiam ao feminismo.

feminismo, ou seja, da ação do movimento feminista, e da produção teórica feminista nas áreas da História, Ciências Sociais, Crítica Literária e Psicanálise." (PINTO, 2010, p. 15). Pelo limite espacial disponibilizado para a reflexão, este trabalho restringe-se à descrição objetiva do conteúdo exposto nos textos analisados, sem recorrer à teoria feminista para contrastar os equívocos na abordagem da *Revista Adventista* sobre o feminismo.

2 O FEMINISMO NO SÉCULO XX NA *REVISTA ADVENTISTA*

A primeira menção ao feminismo se encontra na edição de agosto de 1986. Márcio Dias Guarda, em *Nem Salomão nem Hércules*, principal reportagem da edição, trata, no "mês que exalta a paternidade", da perda da figura do pai que representa sabedoria e força na família. Entendendo que a família "ainda não morreu", embora tenha sido colocada "nos obituários", ele indica que pesquisas mostram que "a tendência é de que essa instituição milenar e divina recobre sua saúde." (GUARDA, 1986, p. 5). Guarda condena, entre outras coisas, o feminismo, como um dos movimentos dos anos 1970 que atacou a família.

> Felizmente o diagnóstico dos anos [19]70, quando a família foi atacada pela *permissividade* (nova moral, abismo entre gerações, *feminismo*, etc.) não se comprovou. Passada a curiosidade natural por tais movimentos, a família como instituição social básica recobrou um pouco sua estrutura. (GUARDA, 1986, p. 5, grifos nossos).

Classifica-se o feminismo como um movimento negativamente permissivo, representando uma nova moral passageira. Mesmo com a força recobrada, Guarda vê uma "recuperação mínima e não geral" da família. Além de movimento efêmero, ele considera o feminismo incompatível com o exercício das funções de mãe e esposa: "têm sido mais [frequentes] as declarações de *mulheres que abandonaram sua militância feminista, decididas a assumir os históricos papéis de mãe e esposa* do que de homens decididos a dar mais importância à paternidade do que ao sucesso no trabalho ou à vocação." (GUARDA, 1986, p. 5, grifo nosso). Uma "conscientização" dos "deveres" (GUARDA, 1986, p. 5) da mulher para com a família seria a causa de abandono do movimento.

Critica-se a postura dos pais de "se comportam cada vez mais como hóspedes em seus próprios lares", ao mesmo tempo em que as mulheres são

responsabilizadas por piorarem a situação. “Sem conseguir manter a [autoimagem] *diante da agressiva esposa-mãe e de um poderoso grupo de adolescentes*, necessitando, e muitas vezes não obtendo, o amor da família, sentem-se os pais cada vez mais marginalizados e tendem a se [automarginalizar].” (GUARDA, 1986, p. 5, grifo nosso). Para Guarda, na família, “o homem tem papéis específicos a desempenhar, assim como a mulher tem os seus. Essa separação é questão de ordem, evita a concorrência e gera a colaboração. Ao mesmo tempo, reparte a autoridade e a responsabilidade em cada área.” (GUARDA, 1986, p. 7). Relegam-se à mulher, como ideal, funções restritas ao lar e aponta-se que muitos dos problemas familiares derivam da “indesejável inversão de papéis”, quando a mulher também provê os recursos para o sustento da família.

> Se o marido e pai cumprir o seu papel de provedor, não haverá necessidade de a esposa e mãe lançar-se à mesma atividade, causando confusão ou deixando outras áreas descobertas, ou ainda desembocando na indesejável inversão de papéis. Ora, não é necessário ir muito longe para concluir que aí está a chave de vários dos problemas familiares modernos. (GUARDA, 1986, p. 7).

Ressalta-se, ainda, que quando assume atividades que seriam responsabilidade exclusivamente masculinas, “como buscar o sustento”, a mulher abandona “muitas coisas agradáveis ligadas aos cuidados do lar, e ainda se sobrecarrega com pelo menos dez a doze horas de trabalho por semana a mais do que a [dona de casa].” (GUARDA, 1986, p. 7). Recorre-se a um conselho de Ellen G. White – uma das fundadoras da IASD e “a adventista do sétimo dia mais influente que já viveu” (TIMM, 2014, p. 22) –, que determina ser responsabilidade do pai na estrutura familiar a de principal provedor da família. “O pai não deve trair seu sagrado depósito.” (WHITE, 2004, p. 193).

3 O FEMINISMO NO SÉCULO XXI NA *REVISTA ADVENTISTA*

Antes de citar o feminismo, na seção *Reflexões* de abril de 2005, o artigo de opinião *Bastidores de um espetáculo,* de Zinaldo A. Santos, analisa o papel dos Estados Unidos no cenário profético do fim do mundo conforme compreendido pela teologia adventista. Para os adventistas, “Apocalipse 13 descreve dois poderes que dominarão o cenário mundial do fim dos tempos, revelando-se intolerantes em

relação a quem lhes for contrário. Um desses poderes é visto como [...] os Estados Unidos." (SANTOS, 2005, p. 38).

Ante o questionamento de que parece não existir nada na política estadunidense que indique a ocorrência dos fatos conforme assevera a visão adventista do fim dos tempos, Santos avalia que especialmente após o atentado de 11 de setembro de 2001, os Estados Unidos busca impor-se como a maior potencial mundial. Ele destaca a figura do presidente George W. Bush como cristão conservador, que governa em consonância com as expectativas do eleitorado, que via no presidente "o mais confiável para levar o Estado a interferir nas questões morais e religiosas." (SANTOS, 2005, p. 38). O feminismo aparece, enfim, como movimento imoral, rejeitado pelos estadunidenses, cuja sociedade, após experimentar "ondas de liberalismo, sexismo, feminismo e hedonismo, [...] agora empreende uma volta ao conservadorismo e à tradição, enfatizando-se os valores morais, valorizando-se a masculinidade e até exercendo controle sobre a arte e a mídia." (SANTOS, 2005, p. 38).

Observa-se uma abordagem mais positiva das mulheres nas publicações encontradas a partir da segunda década do século XXI que fazem referência ao feminismo. A autoria dos textos sobre as mulheres também muda. Agora são elas as autoras dos materiais e as principais fontes das reportagens e não mais os homens. Em *Influência feminina*, reportagem de capa da edição de março de 2015, Fabiana Bertotti demonstra que desde a sociedade patriarcal descrita nas páginas da Bíblia até os dias atuais, as mulheres sempre exerceram papel fundamental na família, na comunidade e na Igreja, mesmo com as dificuldades culturais enfrentadas (BERTOTTI, 2015, p. 14).

Bertotti acena para a conquista de posições de destaque na "escala social" e o domínio das mulheres em setores outrora excepcionalmente masculinos. Uma das marca da mulher atual está na independência e no retardamento do casamento e da maternidade (BERTOTTI, 2015, p. 15). Pelo fato de que "ser mulher deixou há muito tempo de ser considerado desvantagem" (BERTOTTI, 2015, p. 16), para Bertotti soa estranho ouvir que uma mulher tenha sido condenada à morte por ter se casado com um cristão, como ocorreu no Sudão, ou que a mutilação genital ainda aconteça com frequências em lugares como a comunidades dos massais, no Quênia, e em regiões que abrigam alas mais radicais do islamismo. Bertotti lembra a comoção

gerada em torno da Prêmio Nobel da Paz de 2014, Malala Yousafzai, que sofreu um atentado em 2012 quando voltava da escola num ônibus escolar, como represália do grupo terrorista Taliban, que considerava obsceno uma garota de 14 anos estudar e incentivar outras meninas a fazer o mesmo.

Um dos boxes da reportagem lembra a história da primeira mulher a se tornar chefe de Estado nos tempos modernos: Sirimavo Bandaranaike, escolhida como primeira-ministra do Ceilão (hoje Sri Lanka) em 1960. Outras mulheres que foram figuras de destaque em governos ao redor do mundo são citadas: Indira Gandhi na Índia, Golda Meir em Israel, Margareth Thatcher na Inglaterra e Angela Merkel na Alemanha. “Em 2014, o número de mulheres no comando de países bateu o recorde, com 25 líderes femininas ao redor do globo. Esse total é mais que o dobro de 1990, quando 12 mulheres chefiavam Estados. Hoje, o número está em 20.” (BERTOTTI, 2015, p. 16).

Bertotti (2015, p. 16) recorre a dados oficiais para demonstrar os desafios e a desigualdade de gênero no Brasil que, então, ocupava a 85ª posição no ranking dos países mais desiguais na área, de acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Ainda assim, para ela, o Brasil vinha apresentando mudanças expressivas na emancipação feminina. À época, o país tinha a primeira presidenta de sua história e outras mulheres ocupavam altos e bem remunerados cargos, vivia um período de reposição de mão de obra mais qualificada, resultante do maior nível educacional das mulheres, que aumentou desde os anos 1960, década marcada pela chegada ao mercado da primeira pílula anticoncepcional.

No âmbito religioso, especificando no caso da Igreja Adventista, Bertotti (2015, p. 17) entende que se tem ampliado a atuação feminina, “seguindo o precedente bíblico.” Conquanto muitos considerem o livro sagrado dos cristãos, a Bíblia, como machista, Bertotti entende-a como “um compilado de referências de como Deus vê a mulher e atribui a ela características e atenção especiais.” Ainda que numa sociedade patriarcal, ela destaca as ações de Jesus de ensinar, conversar e dedicar atenção diferenciada às mulheres com quem entrou em contato, mesmo “àquelas renegadas social e religiosamente.” Para Bertotti, a criação divina definiu como papel das mulheres “ser ajudadora do esposo”, com a atribuição de ser, na família, “cuidadora, educadora e influenciadora.” Ela lembra, também, que a Igreja Adventista tinha, entre seus fundadores, uma mulher, Ellen G. White.

Após indicar que as mulheres são a maioria da membresia da Igreja no mundo, na América do Sul e no Brasil, Bertotti (2015, p. 18) levanta a discussão efetuada entre os adventistas sobre a possibilidade de ordenação das mulheres ao ministério. O tema, naquele momento, estava sendo estudado por comissões mundo afora para ser votado na assembleia da Associação Geral, máxima estrutura organizacional da IASD, que foi realizada em julho de 2015. Entre as entrevistadas por Bertotti estava a então líder sul-americana do Ministério da Mulher, Wiliane Marroni, para quem o voto que fosse tomado não seria algo que mudaria o trabalho já efetuado pelas mulheres na Igreja. “Creio que a luta por cargos inferioriza tanto homens quanto mulheres” (BERTOTTI, 2015, p. 18-19), disse a entrevistada.

Wiliane faz referência ao feminismo como um movimento equivocado de reivindicação das mulheres e iguala-o ao machismo.

> *O machismo é uma forma equivocada de luta, assim como o feminismo.* A época em que vivemos é muito solene para que a Igreja tenha que gastar tempo em disputas entre os gêneros em vez de concentrar energia total na pregação do evangelho. A necessidade é de homens e mulheres, cada um cumprindo sua parte conforme os dons recebidos de Deus (BERTOTTI, 2015, p. 19, grifo nosso).

Na opinião de outra entrevistada, Meibel Guedes, uma das pioneiras no Brasil do Ministério da Mulher, departamento da Igreja Adventista que coordena as ações femininas na denominação, a ordenação feminina não seria necessária nas regiões onde há pastores suficientes para atender a demanda da Igreja. Nesses lugares, o papel da mulher deveria continuar sendo de apoio. “Mas, eventualmente, se a liderança da Igreja assim entender, em alguns países onde os homens não se dispõem a exercer o ministério e as mulheres estão mais disponíveis e sentem o chamado de Deus, elas poderão ser separadas para esse propósito”, ponderou (BERTOTTI, 2015, p. 19). Para a líder mundial das mulheres na IASD, Heather-Dawn Small, também entrevistada pela reportagem, independentemente da posição final que fosse tomada, interessava a disponibilidade que as mulheres sempre mostraram para efetuar diferentes serviços na Igreja.

Para Wiliane, a Igreja não deve pensar a questão da mulher na Igreja sobre a lógica do empoderamento para se promover a igualdade de gênero. “[...] igualdade não é a palavra mais adequada para definir o ideal da mulher na igreja. É justamente na diferença de personalidade, visão e perspectiva que a mulher cumpre melhor seu

papel, oferecendo ao serviço sagrado o que o homem não consegue." (BERTOTTI, 2015, p. 19). A luta pela igualdade, considera, nivelaria a atuação dos homens e mulheres a um único modelo que limitaria a busca por sincronia entre os gêneros.[4]

Por fim, Bertotti (2015, p. 19) defende que, por mais que o patriarcado judaico tenha rebaixado a mulher a uma posição secundária e que isso se reflita ainda hoje nas relações sociais, a Bíblia dá exemplos de lideranças femininas que, conforme a orientação divina, "são um reflexo do que uma mulher sábia e submissa ao Criador é capaz de fazer por sua nação". Para Bertotti, antes de reivindicar direitos e posições, as mulheres cristãs podem "caminhar ao lado dos seus esposos, amigos e irmãos numa jornada que vai além de comparações e lutas de gênero, e caminha em direção à missão que cada um tem diante de si de pregar o reino de Deus para todos." (BERTOTTI, 2015, p. 19).

A reportagem de capa da edição de maio de 2016, *Mãe em tempo integral*, assinada por Márcia Ebinger, discute os desafios da maternidade a partir da crescente inserção das mulheres no mercado de trabalho ante o dilema, quando de uma gravidez: dedicação exclusiva à maternidade, trabalho em meio período, em tempo integral ou terceirização da educação dos filhos?

Para discutir a questão, a autora (EBINGER, 2016, p. 12-13) começa usando o artigo de Lucila Scavone *A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais* que recomenda "lembrar o contexto social em que amadureceram as [ideias] e o debate feminista sobre maternidade, do final dos anos 1960 aos meados da década de 1980" (SCAVONE, 2001, p. 137) e o impacto do lançamento d'*O segundo sexo* de Simone de Beauvoir para as lutas feministas. "Com o livro teve início o debate sobre a maternidade e quanto ela 'atrapalha' o papel da mulher como sujeito do seu próprio futuro", entende Ebinger (2016, p. 13).

Depois da II Guerra Mundial, com a aceleração da industrialização e urbanização, o controle de natalidade através das pílulas contraceptivas, a inserção da mulher no mercado de trabalho e, recentemente, com as tecnologias reprodutivas que viabilizam uma maternidade tardia, "as mulheres estão escolhendo estudar, trabalhar e fazer cursos de aperfeiçoamento antes de ser esposas e mães, o que

[4] TONETTI, Márcio. Divisões não poderão autorizar a ordenação de mulheres ao ministério pastoral. **Revista Adventista**, 9 jul. 2015. Disponível em: <http://www.revistaadventista.com.br/conferencia-geral-2015/divisoes-nao-poderao-autorizar-a-ordenacao-de-mulheres-ao-ministerio/>. Acesso em: 21 mar. 2019.

tem acontecido cada vez mais tarde e em número mais reduzido" (EBINGER, 2016, p. 13), conforme atestam dados do IBGE, da Organização Mundial do Trabalho e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

O mercado de trabalho tem se adaptado a esta nova realidade e aumentam-se as possibilidades das mães trabalharem em casa. Ebinger cita uma reportagem da revista *Exame*[5] que apresentava 30 opções de franquia para trabalho em casa. A reportagem da *Revista Adventista* enfatiza ainda os malefícios na educação dos filhos quando da ausência parcial ou total das mães, inclusive para a saúde mental das crianças (EBINGER, 2016, p. 13).

Ebinger responsabiliza as vontades das mulheres e as lutas feministas pelos atuais tensões da maternidade. "Entre as pressões da vida moderna, as diferentes agendas feministas e os desejos de cada mulher, a maternidade se transformou num dilema para muitos casais." (EBINGER, 2016, p. 15). A reportagem cita o exemplo de quatro mulheres e os modos como elas têm lidado ou lidaram com a maternidade. Uma delas, Darleide Alves, influente apresentadora da Rede Novo Tempo de Comunicação, emissora da IASD, questiona a decisão das que colocam a carreira em primazia, por entender que ela não deve ser a prioridade de uma mulher, recorrendo ao que seria uma vontade divina. "Acredito que essa inversão de prioridades não é o plano de Deus para nós. Abraçar um sonho intelectual ou profissional e colocar em segundo plano um sonho emocional e afetivo não é a melhor escolha." (EBINGER, 2016, p. 15). Dos quatro exemplos de mulheres usados, em apenas um menciona-se o pai como participante nos cuidados dos filhos. A discussão sobre paternidade passa por alto.

A reportagem também recorre a uma obra de Ellen G. White que dedica à mulher o papel de "rainha do lar" e destaca a influência da presença materna na educação dos filhos. "A mãe que alegremente assume os deveres que jazem diretamente em seu caminho sentirá que a vida para si é preciosa, porque Deus lhe deu uma obra a realizar." (WHITE, 2004, p. 212).

Na seção *Entrevista* da edição de março de 2017, Andreia Moura entrevistou a jornalista e professora do Centro Universitário Adventista de São Paulo (Unasp), Betina Bordin Pinto, que recém terminara um mestrado em Comunicação (PINTO,

[5] FONSECA, Mariana. 30 opções de franquia para trabalhar de casa. **Exame**, 11 maio 2015. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/pme/30-opcoes-de-franquias-para-trabalhar-de-casa/>. Acesso em: 21 mar. 2019.

2016) com uma dissertação que analisou como a produção do *The Love School* – apresentado por Cristiane e Renato Cardoso, autores do popular livro, entre os evangélicos, *Casamento blindado* –, da TV Record, reforça o machismo, inferioriza as mulheres "e perpetua estereótipos sobre a mulher que contrariam as Escrituras", problema "silencioso" (MOURA, 2017, p. 6) presente também na Igreja e no restante da sociedade. Betina aponta as agressões encontradas no programa analisado, que "reforça certo 'perfil ideal de mulher', que coloca a esposa como inferior ao marido" – no programa Cristiane aparece como figurante. Visto que o programa e o casal estão associados a uma Igreja, "a violência simbólica tende a ser ainda mais cruel, pois acaba sendo legitimada por evocar uma suposta imagem feminina aprovada/ desejada por Deus, mas que, na verdade, está muito distante daquilo que Ele idealizou." (MOURA, 2017, p. 7).

Betina considera que, no cristianismo, a "sentença divina de submissão" reforça o discurso machista, como no relato da queda moral de Eva e em alguns textos de Paulo. Todavia, entende que "o erro não está na Palavra, que foi divinamente inspirada e devidamente exemplificada por Cristo quando esteve na Terra, mas na interpretação tendenciosa que se faz do texto bíblico por influência da nossa cultura patriarcal." (MOURA, 2017, p. 7).

Perguntada se a mulher adventista deve se engajar em debates que tratem do empoderamento feminino e igualdade de gênero, Betina defende a luta pela igualdade, mas sem extremos. "O 'feminismo' é legítimo unicamente quando procura restaurar na mulher a imagem do Criador. Hoje se fala até mesmo em ódio ao homem. [...] não devemos defender nenhuma das distorções que foram agregadas ao conceito da luta feminista." (MOURA, 2017, p. 7). Do período analisado na pesquisa, esta se constitui a declaração mais positiva ao feminismo encontrada.

A reportagem de capa da edição de março de 2018, *A mulher nos tempos da Bíblia*, de autoria de Christie G. Chadwick começa citando que o termo feminismo foi eleito como a palavra do ano de 2017 pelo Dicionário Merriam-Webster, muito por conta das diversas manifestações de repercussão internacional, como a Marcha das Mulheres, que levou milhares às ruas após discursos polêmicos do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, e por conta dos protestos de celebridades contra abusos sexuais cometidos por figuras de Hollywood. Embora se possa avaliar que o empoderamento feminino seja uma conquista recente do ocidente, Christie defende

que, mesmo com todos os estereótipos sobre a mulher na cultura dos tempos bíblicos, estudos etnográficos e arqueológicos recentes têm desconstruído alguns mitos (CHADWICK, 2018, p. 13).

Para ela, se se pretende entender a condição feminina no Antigo Testamento, devemos "considerar quanto do retrato feminino no período vem da Bíblia e de outras fontes primárias e quanto é fruto de pressuposições do mundo ocidental moderno." (CHADWICK, 2018, p. 13). No âmbito doméstico, por exemplo, na sociedade do Antigo Oriente Próximo, as atividades realizadas envolviam aspectos econômicos, sociais, educativos, políticos e religiosos. O desenvolvimento histórico e o progresso tecnológico mudaram tal cenário. "A partir do período helenístico, isso causou uma depreciação do poder econômico da mulher, diminuindo sua influência e autoridade dentro e fora da casa" (CHADWICK, 2018, p. 14).

Exemplos bíblicos demonstram que o trabalho das mulheres não se limitava ao espaço doméstico. Encontram-se mulheres em situações de transações econômicas, atividades políticas e religiosas e na música (CHADWICK, 2018, p. 14). O papel da mulher no tempo monárquico do antigo Israel mostra ser significativamente diferente do imaginado hoje. "A mulher dessa época tinha autoridade e presença dentro e fora de casa, em praticamente todas as esferas da vida diária" (CHADWICK, 2018, p. 15).

Para Christie, a figura da mulher como propriedade masculina confinada no ambiente doméstico não condiz com suas atividades nas descrições bíblicas dos tempos dos reis de Israel e Judá. Ao que parece, tal imagem vem do período helenístico. Ao se ter em conta o contexto histórico-cultural do Antigo Oriente Próximo, a imagem representada das mulheres no texto bíblico se mostra positiva. Ainda que taxe-se a Bíblia como um livro machista, ela ensina sobre o valor e a atuação da mulher nos tempos bíblicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Identificamos na análise da *Revista Adventista* que os textos de autoria masculina, quando mencionam o feminismo, são mais críticos. Guarda (1986, p. 5) vê o feminismo como um movimento que ataca a família, incompatível com os papéis de mãe e esposa. Santos (2005, p. 38) o elege como imoral.

Uma abordagem mais positiva nas menções ao feminismo está presente nos textos de autoras mulheres – feita, na maioria dos casos, com ressalvas e equívocos. Uma das fontes de Bertotti (2015, p. 19), então líder do departamento que atende as mulheres adventistas na América do Sul, chega a comparar o feminismo com o machismo e se diz contrária a busca por igualdade entre mulheres e homens na Igreja. Em outro texto, Ebinger (2016, p. 15) responsabiliza o movimento feminista pelas tensões atuais enfrentadas na maternidade.

Busca-se demonstrar, em três casos (BERTOTTI, 2015, p. 14; CHADWICK, 2018, p. 13-15; MOURA, 2017, p. 6-7), que o livro sagrado dos cristãos, a Bíblia, apresenta uma imagem positiva da mulher. No último, a entrevistada, Betina Bordin Pinto, faz a referência mais positiva ao feminismo no material pesquisado, em que defende a luta pela igualdade de gênero e se expressa contra os extremos e distorções do conceito de luta feminista.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2016.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo:** fatos e mitos. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo:** a experiência vivida. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BERTOTTI, Fabiana. Influência feminina. **Revista Adventista**, Tatuí, ano 110, n. 1295, p. 14-19, mar. 2015.

CHADWICK, Christie G. A mulher nos tempos da Bíblia. **Revista Adventista**, Tatuí, ano 113, n. 1331, p. 13-15, mar. 2018.

EBINGER, Márcia. Mãe em tempo integral. **Revista Adventista**, Tatuí, ano 111, n. 1309, p. 12-16, maio 2016.

GUARDA, Márcio Dias. Nem Salomão nem Hércules. **Revista Adventista**, Tatuí, ano 82, n. 8, p. 5-7, ago. 1986.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, mar. 1999.

MOURA, Andreia. Violência disfarçada. **Revista Adventista**, Tatuí, ano 112, n. 1319, p. 6-7, mar. 2017.

PINTO, Betina Bordin. **Violência simbólica contra a mulher nas estratégias midiáticas:** uma análise do programa The Love School. 2016, 224 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Paulista, São Paulo, 2016.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

SANTOS, Zinaldo A. Bastidores de um espetáculo. **Revista Adventista**, Tatuí, ano 100, n. 4, p. 38, abr. 2005.

SCAVONE, Lucila. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 16, p. 137-150, 2001.

TIMM, Alberto R. Centenário do legado profético de Ellen G. White. **Adventist World**, Tatuí, v. 10, n. 9, p. 22-23, set. 2014.

WHITE, Ellen G. White. **O lar adventista.** Silver Spring: Ellen G. White Estate, 2004.

PRODUÇÃO CIENTÍFICA GEOGRÁFICA E GÊNERO NO CONTEXTO DO ESTADO DO PARANÁ

Vagner André Morais Pinto[1]

Joseli Maria Silva[2]

RESUMO

Este artigo tem por objetivo estabelecer um perfil quantitativo da produção científica geográfica no estado do Paraná em termos de gênero, com base nos periódicos científicos classificados pela área da Geografia no sistema Qualis-CAPES do triênio 2013-2015. Foi considerada como produção geográfica paranaense aqueles artigos cuja autoria é de pessoas afiliadas à instituições científicas do Paraná. Foram feitas consultas no banco de dados do Grupo de Estudos Territoriais que conta com 90 revistas científicas da área geográfica, totalizando 13990 artigos no período 1974-2013, classificados pelo sistema Qualis-capes entre A1 e B5. Deste montante, foram analisados 1483 artigos de 80 periódicos, correspondentes ao contexto paranaense. Os resultados encontrados evidenciam a concentração masculina de artigos científicos nos maiores patamares do ranking estabelecido pela CAPES, enquanto a produção das mulheres tem mais expressão nos estratos inferiores do sistema.

Palavras-chave: Gênero. Produção científica. Banco de dados. Geografia. Paraná.

INTRODUÇÃO

O presente texto visa esboçar um cenário quantitativo da produção científica geográfica no contexto paranaense sob uma divisão generificada, (homens – mulheres) da autoria de publicações deste caráter. O enfoque é direcionado para a produção de artigos de pesquisadores vinculados à programas de pós-graduação da área geográfica no estado do Paraná, a partir de periódicos disponíveis *online*. O estado concentra um número elevado destes cursos, os quais correspondem pela maior parcela das publicações científicas. Por serem de criação relativamente recente, a partir da década de 1990, os programas de pós-graduação em Geografia

[1] Licenciado em Geografia (2015) e Mestre em Gestão do Território - área Sociedade e Natureza (2017), ambos pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Também é Especialista em Educação Profissional e Tecnológica (2017) pela Faculdade de Pinhais.

[2] Graduada em Geografia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (1988), Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (1995), Doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2002) e Pós-doutorado em Geografia e Gênero na Universidade Complutense de Madrid (2008- Bolsista CAPES). Pós-Doutorado em Geografia e Sexualidades na University of Brighton (2015- Bolsista CAPES). É docente do Ensino Superior desde 1990. Atualmente é professora Associada, nível C da Universidade Estadual de Ponta Grossa, docente dos cursos de Graduação em Geografia e do Programa de Pós-graduação em Geografia da UEPG (Mestrado e Doutorado).

no Paraná surgem em um contexto de maior precarização das atividades docentes e também de maior pressão por produtividade.

As exigências de produção científica suscitam efeitos diferentes em homens e mulheres, visto que o gênero é componente importante da prática científica. Os distintos papéis sociais de gênero atribuídos aos pesquisadores encontram-se imbricados no meio acadêmico, visto que as características marcadamente androcêntricas da ciência faz com que as mulheres acumulem desvantagens.

Neste contexto, o componente de gênero na investigação geográfica se faz importante para o entendimento do próprio fazer científico nesta área, visto que ele possibilita compreender que a organização social e territorial abarca diferenças significativas entre mulheres e homens, ao passo que as relações entre ambos "são um elemento estruturador importante da sociedade, não devendo ser entendido apenas nas vertentes da privacidade, da intimidade ou da afetividade" (ANDRÉ,1990, p. 4).

Trazemos para análise um universo de 1483 artigos de 80 periódicos online de Geografia abarcando o período de 1983-2013 e avaliados pelo Qualis-CAPES no triênio 2013-2015, cuja primeira autoria é de pesquisadores vinculados a instituições de ensino paranaenses nos estratos A1, A2, B1, B2, B3, B4 e B5. Assim como é ampliada a investigação para 13.990 artigos de 90 periódicos, sob mesma avaliação, para tratar do contexto nacional. Os dados destas publicações foram organizados em um banco de dados pelo Grupo de Estudos Territoriais (GETE-UEPG) por meio do software livre Libre Office Base. Também foi efetuado levantamento direto na plataforma *online* Sucupira, que é gerenciada pelo governo federal e alimentada pelos próprios programas de pós-graduação, visando apurar a quantidade de docentes e discentes nos cursos *stricto sensu* de Geografia no Paraná em termos de gênero.

O artigo está estruturado em dois momentos de reflexão e análise. Na primeira seção são realizadas explanações acerca das possíveis implicações das relações de gênero no fazer científico. Na sequência são trazidos e analisados dados quantitativos abordando a produção de artigos em periódicos geográficos e a representatividade no âmbito acadêmico paranaense entre homens e mulheres.

O FAZER CIENTÍFICO E AS RELAÇÕES DE GÊNERO NO ESPAÇO ACADÊMICO

O espaço acadêmico é constituído por relações sociais que implicam também relações de poder, sendo estas um importante referencial para a análise das diversas instituições humanas, a citar as universidades (FOUCAULT, 1995). O gênero, enquanto uma categoria analítica e faceta identitária de sujeitos, permeia diversas configurações de relações de poder, deste modo, partindo-se da premissa de que o saber dito científico não é neutro frente a complexidade e os tensionamentos de interesses humanos, a consideração das relações generificadas neste meio, visa construir reflexões menos restritas e deterministas da realidade investigada. Neste sentido, conforme Louro (1997)

> Homens e mulheres certamente não são construídos apenas através de mecanismos de repressão ou censura, eles e elas se fazem, também, através de práticas e relações que *instituem* gestos, modos de ser e de estar no mundo, formas de falar e de agir, condutas e posturas *apropriadas* (e, usualmente, diversas). Os gêneros se produzem, portanto, nas e pelas relações de poder (LOURO, 1997, p. 41).

Conforme explana Aquino (2006), em meados do século XVIII, no princípio da Revolução Científica, as mulheres tinham considerável participação em áreas vinculadas à Astronomia, por exemplo, e possuíam saberes diversos a respeito de farmacologia natural, cuidados de enfermos e temas relativos à gestação humana. Entretanto, com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, décadas depois, ocorreu sistemática separação entre os espaços privado e público com fins de aumento produtivo, interferindo significativamente na organização da produção científica e tecnológica e na profissionalização dos cientistas em sistemas formais de ensino (SCHIENBINGER, 2001). Desta feita, o acesso às escolas e universidades tornou-se dificultoso para as mulheres, tendo estas que assumir o cuidado da casa e dos filhos.

Esta modalidade de se fazer ciência adquiriu legitimidade sustentando-se em estereótipos de longa data que associavam características de racionalidade, competitividade, independência e objetividade aos homens e de, por conseguinte, irracionalidade, passividade, dependência, ternura, emotividade e subjetividade às mulheres. As implicações destas concepções fizeram com que características tidas enquanto femininas não fossem valorizadas para o desenvolvimento de uma carreira científica, visto que as qualidades desejáveis para se fazer ciência seriam encontradas nos homens. Dados campos científicos ainda buscam identificar essas

supostas diferenças nas habilidades cognitivas entre os pares humanos por meio de estudos de condicionamento genético e hormonal e de estruturas cerebrais, uma vez que a pretensa justificativa das desigualdades entre homens e mulheres estaria associada a presença de padrões típicos e rígidos em cada sexo (GONZÁLEZ GARCIA; PÉREZ SEDEÑO, 2002).

Conforme discute Carvalho (2010) a partir de Tabak (2002), as mulheres foram excluídas por uma série de barreiras culturais estabelecidas ao longo da História. Seria necessário, então, promover o incentivos para o ingresso das mulheres na ciência, visto que a própria instituição científico-tecnológica ocidental mostra-se profundamente sexista uma vez que é construída sob valores de dominação e controle tipicamente masculinos. A mulher não é estimulada a se ver-se como uma cientista, também há falta de conhecimento, por parte dela, no decorrer dos estudos do ensino médio, sobre o campo de atuação na ciência, por considerar uma área de caráter masculino.

Partindo-se do fato de que tanto as mulheres, como as questões e valores denominados femininos foram excluídos da ciência, pode-se afirmar que esta “não é neutra em relação às questões de gênero – as desigualdades de gênero foram incorporadas à estrutura e à produção do conhecimento, (re)produzidas e representadas” (CARVALHO, 2010, p. 245).

Entretanto se faz necessário atentar e denunciar argumentações infundadas realizadas sobre a temática ciência e sexo/gênero que beiram o absurdo, conforme o criticam os físicos Sokal e Bricmont (2010) a respeito do trecho em que a teórica feminista Luce Irigaray sugere a existência de um teor androcêntrico em uma renomada e fórmula de Einstein:

> É $E=Mc^2$ uma equação sexuada? Talvez seja. Consideremos a hipótese afirmativa, na medida em que privilegia a velocidade da luz em comparação com outras velocidades que nos são vitalmente necessárias. O que parece indicar a possível natureza sexuada da equação não é precisamente o seu uso em armas nucleares, mas sim o fato de ter privilegiado o mais rápido (IRIGARAY, 1987, p. 100 apud. SOKAL; BRICMONT, 2010).

Os autores afirmam que a supracitada equação foi testada com alto grau de precisão e que não haveria fundamento válido algum a substituição da velocidade da luz por outras “que nos são vitalmente necessárias” nesta relação. Assim, apesar de lhes parecer que a influência de fatores culturais Ideológicos e sexuais sobre os

pressupostos científicos possa constituir um importante mote de pesquisa, Irigaray em nada contribuiria para esta discussão dada a sua “compreensão superficial dos assuntos tratados” (SOKAL; BRICMONT, 2010, p.112).

UM BREVE CENÁRIO NUMÉRICO DA PRODUÇÃO DE ARTIGOS GEOGRÁFICOS POR PARTE DE HOMENS E MULHERES NO CONTEXTO DAS IES PARANAENSES

No princípio da década de 1970 a crise de acumulação do capital ocasionou transformações em diversos ramos produtivos em escala global. Não o foi diferente no tocante aos investimentos na educação superior, na qual promoveu-se sistemática mercantilização no bojo das relações acadêmicas (MANCEBO, 2010). No Brasil, os efeitos desta reordenação tornaram-se mais evidentes apenas nos anos 90, com os sistemas educacionais sendo submetidos a significativos processos de privatização e com a introdução nas instituições públicas de um viés predominante mercadológico, gerando similaridades de gestão com empresas e “esvaecendo o caráter de instituição da sociedade voltada para a formação humana e para a produção do conhecimento engajado na solução de problemas nacionais” (LEHER; LOPES, 2008 apud. MANCEBO, 2010, p. 74-75).

Tal conjuntura no cenário brasileiro deriva em grande parte das ações de avaliação desenvolvidas pela (CAPES) junto aos programas de pós-graduação e na produção de conhecimento científico, difundindo uma lógica produtivista, pragmática e utilitarista. Ao invés de avaliar os programas, com suas dificuldades, potencialidades e a relevância para a instituição e para a região, os resultados da avaliação são enviados para uma planilha de indicadores de cada professor credenciado na pós-graduação exigindo e limitando a produção para periódicos ditos mais qualificados (MANCEBO, 2010).

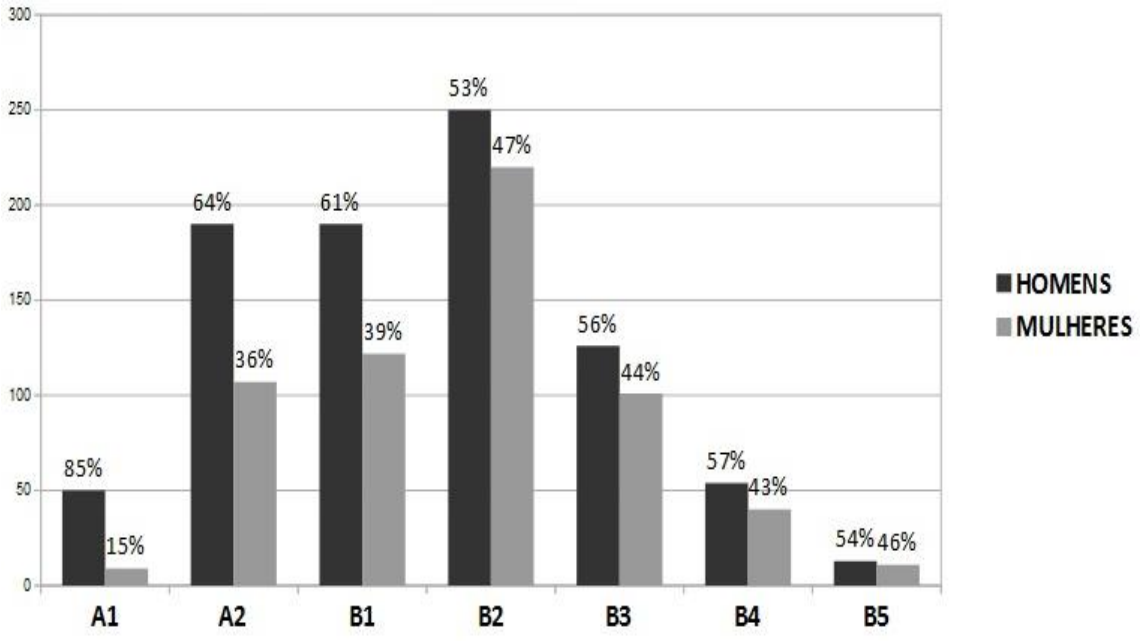
Resumidamente, o Sistema de Avaliação da Capes acompanha: 1) a produção na formação de doutores; 2) O desempenho na formação de mestres; 3) e desempenho na produção intelectual. A produção e o desempenho na formação de doutores e mestres seriam mensuradas por meio de indicadores de publicação que medem a quantidade e o impacto das publicações e indicadores de citação, que medem a quantidade e o impacto das vinculações ou relações entre publicações, a fim de verificar o desempenho na produção intelectual. Na academia não existe

consenso e tampouco unanimidade acerca da necessidade da avaliação da pesquisa como processo contínuo. Tais critérios únicos e unitários para avaliar programas e produções tão distintos geram controvérsias (SAORIM; GARCIA, 2010)

Políticas governamentais recentes de ampliação do ensino superior brasileiro resultaram em demandas de avaliação e gestão de programas de graduação e pós-graduação, visto que estes aumentaram significativamente nos últimos anos. Por conseguinte, também elevou-se o número de periódicos e publicações científicas, a citar as facilidades de disponibilidade ao acesso aberto *online* possibilitadas após as Declarações de Budapeste, Berlim e Bethesda em 2002 e 2003 (SCIELO, 2014). A Geografia incorporou esta tendência de expansão, registrando atualmente mais de 50 programas de pós-graduação e quase uma centena de periódicos de divulgação científica.

A criação de programas de pós-graduação em Geografia no estado do Paraná é relativamente recente, correspondendo, de modo majoritário, a ações da CAPES a partir dos anos 1990 com vistas de aumentar o número destes cursos, sobretudo no interior no território nacional (SANT'ANNA NETO, 2012). O Paraná possui um elevado número de programas de pós-graduação *stricto sensu* na área geográfica, são seis ao todo, distribuídos em sete campi em várias regiões do estado e com quatro destes ofertando, além do mestrado, também o doutorado.

Juntamente com a expansão destes cursos pelo interior do país, também sucedeu maior exigência das agências de fomento a pesquisa por um maior volume de publicações por parte da comunidade científica, não o sendo diferente no âmbito do Paraná. A figura 1 trata da quantidade de artigos em primeira autoria de pesquisadores de IES públicas paranaenses em artigos de periódicos de Geografia



avaliados pelo Sistema Qualis-CAPES.

Figura 1: Artigos em primeira autoria de pesquisadores de universidades paranaenses públicas em periódicos geográficos – por gênero e estrato.

Fonte: Banco de dados do Grupo de Estudos Territoriais (2015).

A presença majoritária da produção masculina ocorre em todos os estratos qualificatórios, sendo ainda mais ampla naqueles tidos como melhores qualificados. É um panorama similar ao contexto da produção nacional, conforme aborda a figura 2, que traz dados oriundos de 13.990 artigos em 90 periódicos geográficos, também avaliados pelo Qualis-CAPES no triênio 2013-2015:

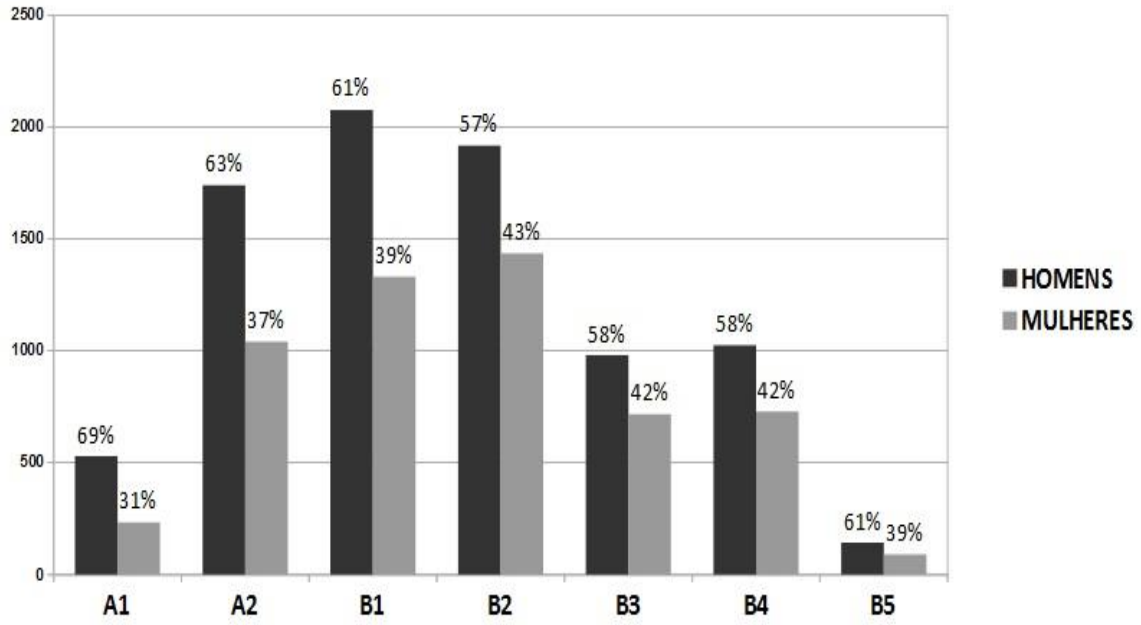


Figura 2: Artigos em primeira autoria em periódicos geográficos – por gênero e estrato.

Fonte: Banco de dados do Grupo de Estudos Territoriais (2015).

A figura 3 retrata os pesquisadores de instituições de ensino superior paranaenses com maior quantidade de artigos em primeira autoria em periódicos geográficos avaliados nos estratos de A1 a B5 do Sistema Qualis-CAPES. Apesar de corresponderem à 2,5% do total de autores neste recorte, estes cientistas correspondem à cerca de 14% do volume de artigos.

Tal como nos dados gerais, a produção masculina é maior que a produção feminina. Mesmo com equilíbrio entre homens e mulheres na presença na amostra

(10 e 9 integrantes, respectivamente), a maioria dos artigos corresponde ao gênero masculino, ocupando massivamente o topo da lista.

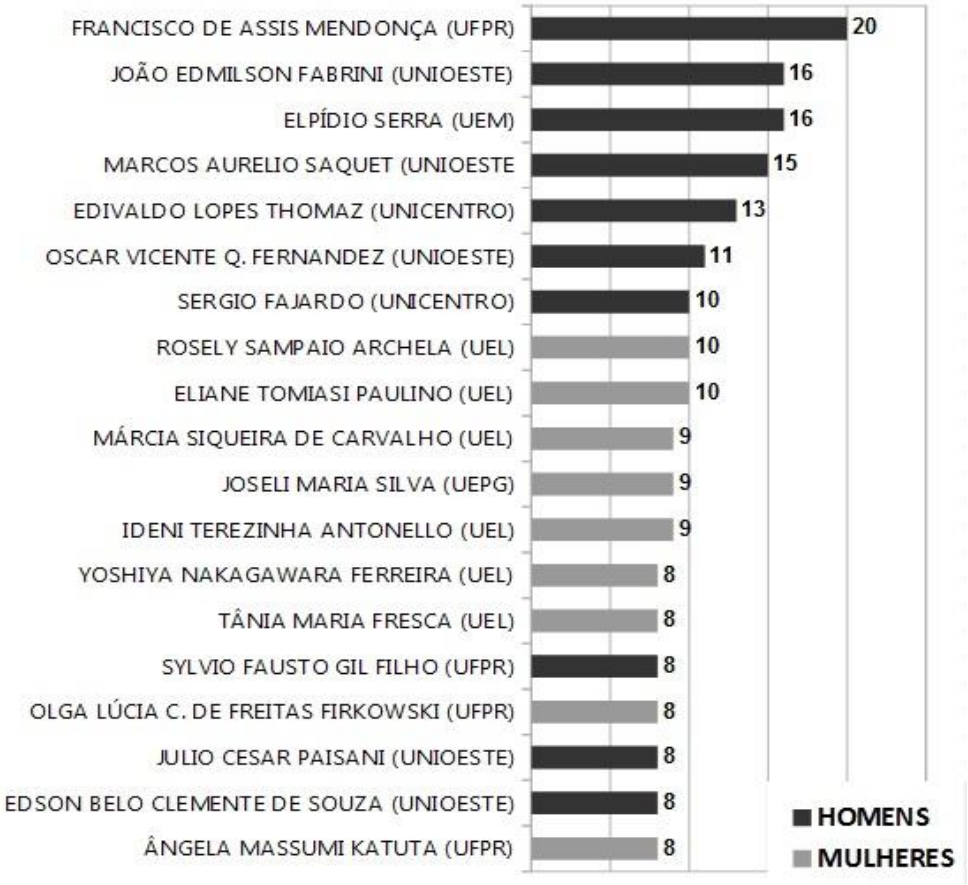


Figura 3: Artigos em primeira autoria de pesquisadores de universidades paranaenses públicas em periódicos geográficos – por gênero e quantidade.

Fonte: Banco de dados do Grupo de Estudos Territoriais (2015).

Estas disparidades de produção de artigos entre homens e mulheres na ciência geográfica, aparentemente, vinculam-se a elementos inerentes ao fazer científico convencional, uma vez que as mulheres foram sistematicamente afastadas dos meios acadêmicos ou, no melhor dos casos, destinadas a realizar tarefas menos valorizadas e enfadonhas que serviam de subsídio para a produção de outrem. Outras circunstâncias, como as oriundas da gravidez, preconceitos sobre capacidade racional e pouca competitividade também estariam relacionadas neste contexto (AQUINO, 2006; GONZALEZ GARCÍA E PÉREZ SEDEÑO, 2002). Em estudo acerca do uso do tempo de casais heterossexuais de docentes pesquisadores de diversas áreas da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), sob idênticas condições de trabalho, foram constatadas disparidades na

organização e dispêndio do tempo nas diversas atividades cotidianas entre os gêneros. A fim de não prejudicar os afazeres acadêmicos e as atividades de reprodução familiar, as mulheres tinham o tempo de repouso reduzido e, contrariamente, o mesmo não ocorria com os homens, que dispendiam menos tempo nestas atividades, sobretudo em fins de semana, e tinham maior disponibilidade temporal para realizar atividades ligadas à universidade (SILVA et al., 2015).

No caso particular da Geografia, as dificuldades em conciliar os espaços públicos e privados, dadas as diferenças gritantes entre os universos feminino e masculino, os empecilhos de estabelecer contatos nas redes informais de gerência e de veiculação de periódicos, assim como características históricas endêmicas do saber geográfico são possíveis fatores para a compreensão do fenômeno (GARCIA-RAMON et al, 2011; SILVA, 2009b).Outro elemento importante nesta conjuntura diz respeito à representatividade de homens e mulheres nos recursos humanos dos programas de pós-graduação.

A figura 4 aborda a quantidade de professores permanentes e de alunos de doutorado e de mestrado matriculados destes cursos em IES públicas do Paraná. Foram acessadas informações disponíveis na plataforma *online* Sucupira, gerenciada pelo governo federal com fins administrativos.

Em princípio, no que diz respeito aos docentes, a majoritária presença dos homens é evidente, sendo uma exceção na Universidade Estadual de Londrina, apenas. A maior parcela dos artigos publicados é de autoria do quadro docente, cujas exigências por um mínimo de produção são constantes. Também são estes profissionais que ocupam os conselhos editoriais dos periódicos e decidem o que será ou não publicado. Segundo Silva et al. (2015) a supremacia masculina também ocorre neste meio, no qual tensionamentos podem acontecer sobre o que é considerado ou não Geografia, dado que as decisões são arbitrárias

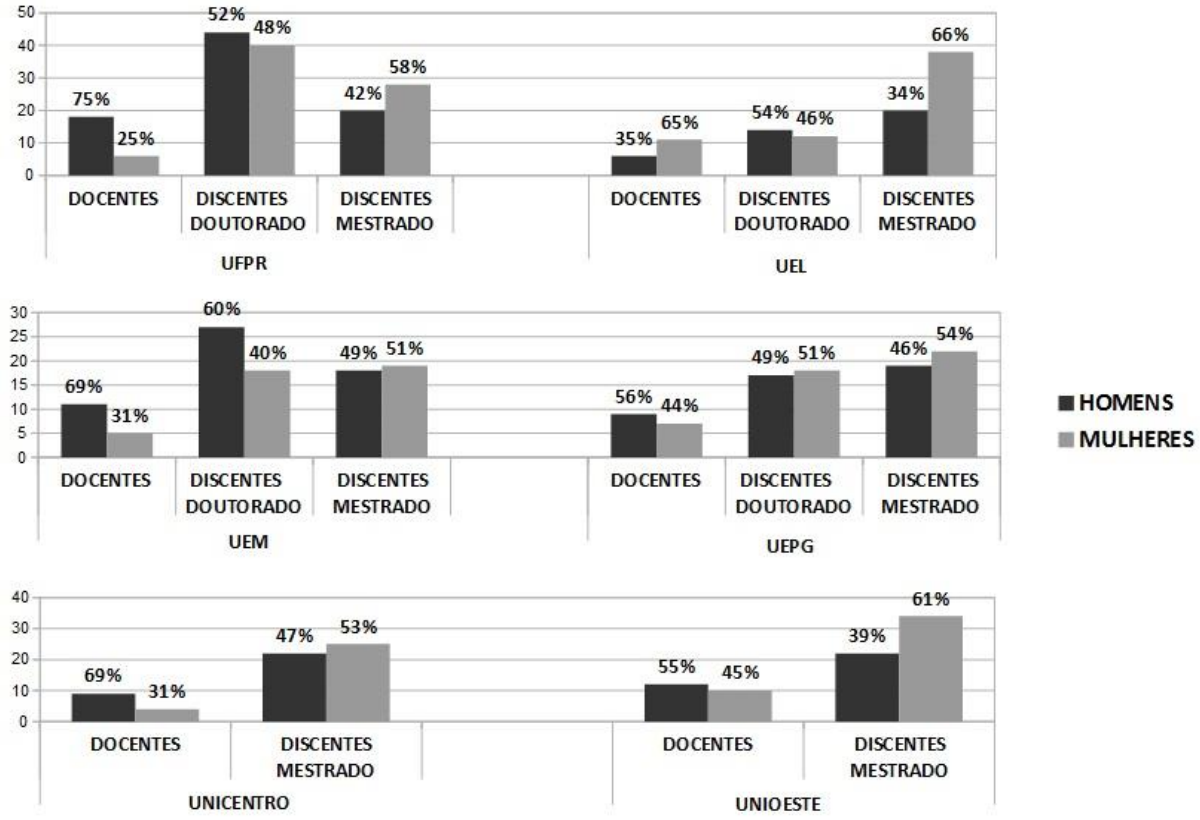


Figura 4: Docentes e discentes de pós-graduação em geografia no Paraná – por instituição e gênero

Fonte: Plataforma Sucupira (2015).

O saber geográfico, assim como os demais, é feito e refeito a partir de elementos organizacionais, a citar a produção científica e a orientação epistemológica, e também mostra-se constantemente conformado na prática cotidiana e tendo que submeter-se a sistemas legais e institucionais que normatizam e avaliam o fazer científico. Desta feita, se faz pertinente considerar o princípio da posicionalidade do pesquisador, no qual a produção do conhecimento científico surge da relação entre os sujeitos e os objetos posicionados politica e espacialmente, questionando, assim, a neutralidade e impessoalidade neste contexto (SILVA, 2009b; ORNAT, 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Ciência moderna revela características de evidente cunho androcêntrico, a tomar como exemplo o sistemático afastamento das mulheres das práticas mais valorizadas na instituição deste saber. A herança derivada desta tradição ainda se faz presente nos contextos acadêmicos contemporâneos, aonde mesmo com

significativo aumento do acesso feminino nas últimas décadas às universidades, tais espaços apresentam tensionamentos e restrições através de relações generificadas.

Na ciência geográfica obviamente não o é diferente, considerando-se a conjuntura brasileira, as ações governamentais desencadearam transformações recentes na gestão de recursos humanos e de avaliação da produção do conhecimento nos âmbitos acadêmicos, desconsiderando as especificidades nas quais cada pesquisador está inserido. Uma vez que ainda cabe às mulheres a realização da maior parte das tarefas de reprodução familiar e demais sobrecargas que implicam, inevitavelmente, nas suas atividades de pesquisa.

O contexto da produção científica geográfica paranaense também apresenta características marcadamente androcêntricas. O predomínio masculino é presente na majoritária autoria de artigos em periódicos de todos os estratos qualificatórios, sobretudo nas publicações ditas melhores qualificadas. Os homens também respondem pela maioria dos cargos de docência nos programas de pós-graduação em Geografia, assim como representam massivamente as referências de trabalho nas disciplinas obrigatórias destes cursos. Apesar do crescente ingresso das mulheres nos cursos de mestrado e doutorado, a produção de artigos é relativamente pequena, estando relacionada, fundamentalmente, às dificultosas condições de acesso que as pesquisadoras possuem à redes de divulgação científica, visto que os corpos editoriais são compostos em grande parte por homens, assim como a resistências epistemológicas de longa data neste meio.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, I. M.. O gênero em Geografia. Introdução de um novo tema. **Finisterra**. Lisboa, n. XXV, p. 331-348, 1990.

AQUINO, E. M. L. Gênero e Ciência no Brasil: contribuições para pensar a ação política na busca da equidade. In: BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Pensando gênero e ciência:** Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisas. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006.

CARVALHO, M. E. P. O que é gênero? O que é educação? O que é ciência? In: MACHADO, C. J.S. **Gêneros e práticas culturais:** desafios históricos e saberes interdisciplinares. Campina Grande: EDUEPB, 2010.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: RABINOW, P. ; DREYFUS, H. **Michel Foucault uma trajetória filosófica:** para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

GARCIA-RAMON, M. D.; ORTIZ, A. e PUJOL, H. Universidade e gênero na Espanha: trajetórias acadêmicas de docentes na geografia. In: SILVA, J. M., ORNAT., M. J., CHIMIN JUNIOR, A. B. **Espaço, gênero e feminilidades ibero-americanas**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2011.p.43-63..

GONZÁLEZ GARCÍA, M. I.; PÉREZ SEDEÑO, E. Ciencia, tecnologia y género. **Revista Iberoamericana de Ciencia, Tecnologia, Sociedad y Innovación** , n. 2, Enero-Abril 2002.

LOURO, Guacira Lopes . **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MANCEBO, D. Trabalho docente na educação superior brasileira: mercantilização das relações e heteronomia acadêmica. **Revista Portuguesa de Educação**, Braga, v. 23, n. 2, 2010 .

ORNAT, M. J. **Gênero, Sexualidades, Geografia Feminista e Queer**. Disponível em:<http://prezi.com/xpkwt2gpowpk/genero-sexualidades-geografia-feminista-e-queer/> Acesso em 16 de setembro de 2014.

SANT'ANNA NETO, J. L. Os desafios da Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia no Brasil. Revista **Discente Expressões Geográficas**, nº 08, ano VIII, p. 14-28. Florianópolis, agosto de 2012..

SAORIM, R. N. S. ; GARCIA, J. C. R. . O conhecimento na pós-graduação: desafio da avaliação. In: Renata Gonçalves Curty. (Org.). **Produção intelectual no ambiente acadêmico**. 1 ed. Londrina: UEL/CIN, 2010, v. 1, p. 46-67.

SCHIENBINGER, L. **O Feminismo Mudou a Ciência?** Bauru: EDUSC, 2001.

SCIELO EM PERSPECTIVA. **Estudo destaca os modelos de publicação em periódicos científicos do Brasil e Espanha**. Disponível em: <http://blog.scielo.org/blog/2014/04/25/estudo-destaca-os-modelos-de-publicacao-em-periodicos-cientificos-do-brasil-e-espanha/#.VCtIEKZVLQo> Acesso em 12 de setembro de 2014.

SILVA, J. M. Fazendo Geografia: pluriversalidades sobre gênero e sexualidades. In: SILVA, J. M.: **Geografias Subversivas:** discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009, p. 25- 54.

_____. Ausências e silêncios do discurso geográfico brasileiro: uma crítica feminista ao discurso geográfico brasileiro. In: SILVA, J. M.: **Geografias Subversivas:** discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009, p.55-92.

SILVA, J.M.; CESAR, T.R.A de O.; PINTO, V.A.M. Gênero e Geografia brasileira: uma análise sobre o tensionamento de um campo de saber. **Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege)**, v.11, n.15, jan-jun, p.185-200, 2015.

FORMAÇÃO DA IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL DE JOVENS NEGRAS DE PONTA GROSSA/ PR

Vanessa Aparecida Oliveira[1]

RESUMO
O presente trabalho tem como sujeitos de pesquisa mulheres negras que residem em Ponta Grossa, bem como suas relações sociais e experiências de vida no município. Por meio desta pesquisa procura-se problematizar as histórias de vida de três mulheres negras de diferentes idades e trajetórias, a fim de entender como suas experiências colaboram e colaboraram para o processo de construção de sua identidade de mulher negra; procura-se identificar qual é o lugar social das mulheres negras entrevistadas nesta cidade; identificar como as protagonistas desta pesquisa se veem e como consideram que são vistas perante a sociedade. O Tipo da pesquisa em questão é qualitativa, tal trabalho aborda como metodologia de analise a história oral (Alberti, 2004).

Palavras-chave: Mulheres Negras. Identidade Negra. Ponta Grossa.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como sujeitos de pesquisa mulheres negras que residem em Ponta Grossa, bem como suas relações sociais e experiências de vida no município. O foco deste trabalho justifica-se pela necessidade de romper com o apagamento e o silenciamento em relação à presença das mulheres negras na cidade e colocá-las em evidencia. Visto que é possível perceber que as mulheres negras são as mais atingidas pela discriminação não só racial, mas também a de gênero, são elas que sofrem duplo preconceito, por ser mulher e negra.

Em seu texto intitulado *Mulheres negras: moldando a teoria feminista* (2015) bell hooks deixa claro esta posição de inferioridade da mulher negra em relação a sociedade, quando diz que:

> Como grupo, as mulheres negras estão em uma posição incomum nesta sociedade, pois não só estamos coletivamente na parte inferior da escada do

[1] Graduada em Licenciatura em História pela Universidades Estadual de Ponta Grossa (UEPG) no ano de 2014. É pesquisadora de assuntos relacionados à gênero e raça. Foi integrante do Programa de Educação Tutorial do Ministério da Educação, do grupo PET História UEPG. Atualmente é mestranda em Estudos da Linguagem (UEPG). Faz especialização em História, Arte e Cultura (UEPG).

> trabalho, mas nossa condição social geral é inferior à de qualquer outro grupo. Ocupando essa posição, suportamos o fardo da opressão machista, racista e classista (HOOKS, 2015, p.207).

A partir de tais considerações entende-se que as mulheres negras estão abaixo de qualquer grupo social, ou seja, sua condição social geral é inferior em relação aos homens e às mulheres brancas, como também aos homens negros.

A motivação para estudar a mulher negra se deu pelo fato de que sou mulher e negra, por isso percebo esta dupla discriminação que as negras sofrem, percebo quão importante é desconstruir os estereótipos que foram sendo forjados na inferioridade da raça negra e construir uma identidade positiva de mulher negra.

Este trabalho tem como objetivo geral problematizar as histórias de vida de três mulheres negras de diferentes idades e trajetórias, a fim de entender como suas experiências colaboram e colaboraram para o processo de construção de suas identidades de mulheres negras; sobre os objetivos específicos, são assim elencados: Identificar qual é o lugar social das mulheres negras entrevistadas na cidade de Ponta Grossa; construir entrevistas no anseio de identificar como as protagonistas desta pesquisa se veem e como são vistas perante a sociedade.

A opção para a realização desta pesquisa foi pela metodologia da história oral, posto que, de acordo com Sônia Maria de Freitas (2006, p.49) a maior potencialidade desta metodologia é a possibilidade de resgatar o indivíduo como sujeito de sua própria história.

As referências teóricas deste trabalho são estudos de raça a luz dos trabalhos de Nilma Lino Gomes (2005), estudos de identidades de Stuart Hall (2008) e Moita Lopes (2002) e estudos de gênero de bell hooks[2] (2015).

O trabalho foi organizado em três partes: a primeira reúne considerações teóricas sobre a questão das identidades, baseado nos estudos de Hall e Moita Lopes, a segunda parte traz a análise das entrevistas feitas com três mulheres negras que moram em Ponta Grossa e a terceira parte apresenta as considerações finais.

[2] Pseudônimo de Gloria Watkins. A autora prefere que bell hooks seja grafado com todas as letras minúsculas.

UMA QUESTÃO DE IDENTIDADE

As discussões étnico-raciais no Brasil têm conquistado espaço e permitido um novo olhar para o negro, revigorando a discussão de sua atual condição em meio a sociedade. Porém, percebe-se o quão árduo é o caminho da (des)construção acerca das questões que permeiam a comunidade negra.

Ao longo dos séculos a sociedade patriarcal manteve uma imagem distorcida do negro, imagem esta que resulta em sua exclusão, discriminação e marginalização. É por meio de discussões, desenvolvimento de políticas públicas, (re)construção e afirmação de uma identidade positiva que poderemos superar as desigualdades e preconceitos em relação aos negros.

Luiz Silva Cuti (2010, p.5) diz que os negros tinham, e alguns hoje ainda têm, medo da palavra negro, visto que era uma palavra usada para ofender. O termo “afrodescendentes”, usado recentemente para designar o negro, é entendido por muitos como um eufemismo para a palavra “negro”. O autor defende a ideia de que empregar socialmente o termo “negro” é impedir a transformação do seu significado negativo para positivo. Dessa forma, é preciso valorizar a cultura e a identidade negra e construir um novo significado para ela.

A partir de tais conceitos pode-se afirmar que não só a comunidade negra, mas também as pessoas em geral precisam construir e disseminar uma nova imagem do negro que valorize a história e identidade e que o coloque como igual em relação aos demais, acabando assim com as desigualdades que vão sendo construídas por meio dos discursos do passado e das diferenças.

Para Sandra Pesavento (2004) a identidade é:

> Uma construção simbólica de sentido, que organiza um sistema compreensivo a partir da ideia de pertencimento. A identidade é uma construção imaginária que produz a coesão social, permitindo a identificação da parte com o todo, do indivíduo frente a uma coletividade, e estabelece a diferença. A identidade é relacional, pois ela se constitui a partir da identificação de uma alteridade. (...) As representações de identidades são sempre qualificadas em torno de atributos, características e valores em torno daqueles que integram o parâmetro identitário e que se colocam como diferencial em relação à alteridade. (...) As identidades são múltiplas e vão desde o eu, pessoal, construtor da personalidade, aos múltiplos recortes do social, fazendo com que um mesmo indivíduo superponha e acumule, em si, diferentes perfis identitários. Estes não são, a rigor excludentes por si mesmos, nem forçosamente atingem uma composição harmônica e sem conflitos nessa espécie de rede poli-identitária que cerca o indivíduo. (PESAVENTO, 2004, p. 89-91).

Entende-se que a formação da identidade se dá por meio de um sentimento de pertencimento, ela é uma construção social que vai sendo constituída através das relações com o outro e consigo mesmo.

Para Moita Lopes as identidades caracterizam-se por serem fragmentadas, contraditórias, heterogêneas, multifacetada, dinâmicas e ambíguas (cf MOITA LOPES, 2002, p.34-35). Sendo assim, a identidade que foi sendo constituída, ao longo da vida de um indivíduo, pode mudar conforme as experiências vividas, ela vai se sobrepondo a outra, podendo ou não, ser contraditória e ressignificada com o tempo.

Para Stuart Hall “as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado (HALL, 2006, p.7).

> A identidade negra é entendida, aqui, como uma construção social, histórica, cultural e plural. Implica a construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial, sobre si mesmos, a partir da relação com o outro. Construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina aos negros, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo é um desafio enfrentado pelos negros e pelas negras brasileiros(as). [...] Para entender a construção da identidade negra no Brasil é importante também considerá-la não somente na sua dimensão subjetiva e simbólica mas sobretudo no seu sentido político (GOMES, 2005, p.43).

Para a autora Nilma Lino Gomes a identidade negra é entendida como uma construção social, histórica, cultural e plural, sendo assim, é possível ressignificar a identidade negra, apesar de ser um desafio muito grande.

A construção de identidades muitas vezes está ligada às relações de poder, quem exerce o poder de representar exerce também o poder de definir a apropriação dos bens simbólicos e materiais (cf SANTOS, 2011, p.50). Sabe-se que a formação de uma identidade positiva empodera os sujeitos, por isso é importante a ressignificação da identidade de grupos excluídos, como os negros, para que se afirmem enquanto sujeitos que tem o poder de constituir sua própria identidade.

Para Neusa Santos Souza (1983, p.19) é preciso que o próprio negro construa a sua identidade e que não continue deixando que o branco a defina, pois já fez isto durante muito tempo. Para ela a sociedade escravista, ao

transformar o africano em escravo, definiu o negro como raça, demarcou o seu lugar, a maneira de tratar e ser tratado, os padrões de interação com o branco e instituiu o paralelismo entre cor negra e posição social inferior.

Kabengele Munanga (2003, p.5) afirma que uma pessoa ou um grupo de pessoas podem sofrer um prejuízo ou uma deformação real se as pessoas ou sociedades que os rodeiam lhes devolverem uma imagem limitada, depreciativa ou desprezível deles mesmos. O não reconhecimento ou o reconhecimento inadequado da identidade do "outro" pode causar prejuízo ou uma deformação ao aprisionar alguém num modo de ser falso e reduzido. Esses grupos interiorizam a imagem que foi construída para eles de tal modo que acabam se definindo pelo olhar do outro de forma errônea.

Durante séculos a sociedade branca tem reproduzido uma imagem depreciativa dos negros, uma parte considerável da população negra a introjeitaram e criaram uma auto depreciação que hoje se tornou uma das armas mais eficazes de sua própria opressão (cf MUNANGA, 2003, p.5).

Stuart Hall, em seu trabalho intitulado *A identidade cultural na pós-modernidade* (2008), diz que as identidades não são coisas com as quais nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação, sendo assim, só sabemos o que é ser negro devido ao modo como a negritude veio a ser representada, daí a importância de os negros (re)constituírem suas identidades de acordo com a sua própria visão do que é ser negro, produzindo novos olhares e imagens positivas sobre si mesmos, quebrando assim, estereótipos naturalizados em relação a eles durante muito tempo.

A formação da identidade se dá por meio de um sentimento de pertencimento, ela é uma construção social que vai sendo constituída através das relações com o outro e consigo mesmo. Ela é múltipla, flexível, contraditória e mutável. Sendo assim, as identidades que foram sendo constituídas, ao longo da vida de um indivíduo, podem mudar conforme as experiências vividas, uma identidade vai se sobrepondo a outra, podendo ou não, ser contraditórias e ressignificadas com o tempo.

NARRATIVAS DE MULHERES NEGRAS DE PONTA GROSSA E O PROCESSO DE FORMAÇÃO DE SUAS IDENTIDADES

Para esta pesquisa foram entrevistadas três mulheres negras, entre 20 a 27 anos, mulheres que sempre moraram em Ponta Grossa. Por meio de suas narrativas pretende-se observar como se deu a formação de suas identidades de mulher negra.

A primeira negra a ser entrevistada foi Jecica Aparecida Martins da Silva[3], 27 anos, cabelereira. A participante mostrou não estar muito habituada com as discussões sobre os negros e sua identidade, por isso foi mais difícil para ela falar sobre a situação da comunidade negra e sua percepção. Porém, quando a escola é apontada, por mim, como um lugar onde há racismo, a entrevistada, diz que percebe sim o racismo na escola:

> Na infância você percebe, por que a criança tem uma ingenuidade, as vezes não quer ofender, mas acaba ofendendo, algumas já são maliciosas, mas na fase adulta eles tentam mascarar (...) eu nunca sofri nenhum racismo, nenhum preconceito, como eu disse só na infância, por que eles tiram sarro... chamam de macaca, essas coisas, mas na fase adulta não (SILVA, 2018)[4].

Para Jecica é na escola onde o racismo mais se pronuncia, ele é mais explícito na infância do que na fase adulta. De acordo com a entrevistada as crianças, por serem inocentes, acabam dizendo o que pensam sem censura, ao contrário dos adultos que mascaram o preconceito com medo de represálias.

A segunda jovem a ser entrevistada foi Andrieli Marques Coscoski, 20 anos, estudante de Ciências Naturais na UTFPR. A jovem estava mais à vontade com a entrevista e como faz parte do coletivo Marie Curie, em Ponta Grossa, já estava familiarizada com as discussões de gênero, raça e sexualidade. Andrieli também aponta a escola como um local permeado pelo racismo:

> Desde pequena eu sofria racismo na escola, então eu tinha apelido como peste negra, negrinha do pastoreio, então toda vez que me chamavam de negra eu sempre dizia que eu não era negra, que eu era morena, e tudo mais. Mas daí passou e enfim fui crescendo, estudando e fui vendo que, sim, eu sou negra. Não tenho o porquê querer me embranquecer" (COSCOSKI, 2018)[5].

---

[3] As entrevistadas permitiram que eu usasse seus nomes verdadeiros para compor a pesquisa.

[4] SILVA, Jecica Ap. Martins da. **Entrevista I.** [jul.2018]. Entrevistadora: Vanessa Aparecida Oliveira. Ponta Grossa, 2018. Arquivo 1. Mp3.

[5] COSCOSKI, Andrieli Marques. **Entrevista II.** [jul.2018]. Entrevistadora: Vanessa Aparecida Oliveira. Ponta Grossa, 2018. Arquivo 2. Mp3.

Percebe-se na fala da entrevistada como o racismo a afetou quando pequena e este fato a marcou durante um longo período, até que ela se aceitou como é. Os apelidos que recebia dos colegas na escola, faziam com que não se aceitasse como negra. De acordo com Andrieli a partir do momento que foi crescendo e estudando foi que começou a entender a situação dos negros na sociedade e identificar-se como negra.

De acordo com Moita Lopes (2002, p.32-38) as identidades sociais são construídas por meio de práticas discursivas com o outro. Para o autor as identidades sociais construídas na escola podem desempenhar um papel importante na vida dos indivíduos. As práticas discursivas tanto podem construir identidades positivas como negativas, pode-se perceber na narrativa da Andrieli como as práticas discursivas, desde muito cedo na vida dela, constituíram sua identidade negra de forma negativa. Pode-se afirmar que, para Andrieli, identificar-se como negra foi um processo doloroso, pois, ser negra não era visto por ela como algo positivo desde a infância.

A terceira entrevistada foi Liriane Valéria Pereira Soares, 24 anos, professora de História e estudante de Sociologia na FASF. A jovem também fala sobre o racismo e como ele define a formação da identidade negra.

> O racismo está em todo lugar, até entre as próprias pessoas negras existe, porque muitas delas não têm consciência de ser negras. Por exemplo, pessoas que são um pouco morenas, como eu, eu não tenho um tom de pele negro (escuro), a sociedade me chama de morena, mas não faz muito tempo que eu entendi que sou negra. Então tem muita gente que ainda não tem esse autoconhecimento, auto entendimento, de que de fato é negro (SOARES, 2018)[6].

Liriane entende que as pessoas usam o termo “morena”, para amenizar o peso da palavra “negra”, na visão dela as pessoas tem medo de ofender o negro chamando-o de negro. É possível corroborar a percepção de Liriane com a constatação de Munanga (2004, p.52) que afirma que, no Brasil, quando se está diante dos negros, observa-se uma dificuldade em assim denominá-los, desse modo, opta-se por chamá-los de moreno, como uma tentativa de embranquecê-lo ou de não ofendê-lo.

[6] SOARES, Liriane Valéria Pereira. **Entrevista III.** [jul.2018]. Entrevistadora: Vanessa Aparecida Oliveira. Ponta Grossa, 2018. Arquivo 3. Mp3.

Quando pergunto se há oportunidades para os negros em Ponta Grossa as narrativas são unanimes em dizer que não veem oportunidades de crescimento iguais para brancos e negros na cidade. Jecica exemplifica este fato citando a falta de oportunidades de ascensão em relação aos empregos em Ponta Grossa. “A gente percebe nas oportunidades de emprego, nos cargos né? Para você ser promovida, você vê na gerencia de uma empresa mais gente branca do que gente negra” (SILVA, 2018).

Andrieli levanta a questão de onde é o lugar social do negro, quando diz: “Você não vê ele como um banqueiro, você não vê ele como dono de loja, por que a maioria dos negros que está no centro de Ponta Grossa são pessoas mais pobres” (COSCOSKI, 2018). Para a estudante o negro não é visto com frequência na região central de Ponta Grossa, em cargos importantes no comercio da cidade, como bancos e *shoppings centers*.

Esta percepção corrobora com a afirmação da Jecica, quando diz: “não se vê pessoas negras no centro, geralmente, são nos bairros mais humildes, nos bairros nobres não tem, a não ser que sejam empregadas domésticas. E há muito mais empregadas domésticas negras do que brancas” (SILVA, 2018). Pode-se pensar que, para Jecica e Andrieli, o lugar do negro pontagrossense ainda continua à margem da sociedade, e a população negra ainda sofre constantemente discriminação por serem negros.

> Hoje eu me vejo assim: mulher, negra, com 20 anos, estudante, mas até chegar aí foi muito complicado, ainda hoje é, eu digo com mais afirmação quem eu sou do que a dois, três anos atrás, para mim assumir meu cabelo crespo, foi uma luta, só comecei a usar o cabelo enrolado o ano passado, por que eu entrei na universidade, eu tinha o costume de acordar todo dia às cinco horas da manhã e fazer a prancha, então eu fazia prancha e ia para a escola e daí eu voltava de noite, eu lavava o cabelo e no outro dia eu acordava no mesmo horário para fazer prancha de volta e daí comecei a estudar a noite e fui largando mão por entrar para a universidade, participar dos debates e tudo mais, então, eu acho que eu tenho uma grande dificuldade ainda em falar como que hoje eu me identifico, é algo que eu ainda estou passando, sabe? Estou em processo ainda (COSCOSKI, 2018).

Reconhecer-se como negra para Andrieli não foi um acontecimento fácil, ela ainda está constituindo sua identidade de mulher negra, portanto, ainda está em processo de construção de sua identidade. A entrevistada aponta que assumir o cabelo crespo foi uma luta, em sua rotina diária levantava muito cedo para alisá-lo, tal fato mostra como era importante para Andrieli alisar seu cabelo,

pode-se entender que ao deixar de alisar o cabelo Andrieli fez uma escolha em afirmar sua identidade de mulher negra, visto que, o cabelo enrolado é um dos principais pontos de identificação da comunidade negra.

> Hoje eu me defino como uma mulher negra, que precisava mostrar para as pessoas que ser negro não é ser exótico, não é você ter um cabelo bonito para apresentar para os outros é você ser aquilo que você realmente é, é você entender que se teu cabelo é cacheado é por que ele é cacheado, se sua pele é negra é por que ela é negra, se ela é morena, se ela é um pouquinho mais clara ou um pouquinho mais escura, mas é aquilo quem você é, e as pessoas tem que, principalmente, respeitar isso, não é tentar entender, nem tentar gostar ou desgostar é respeitar acima de tudo (SOARES, 2018).

A partir do momento em que Liriane compreendeu que era negra e não morena, como a chamavam, aceitou sua identidade de mulher negra, no entanto, antes disso ela passou por um processo de autoafirmação e aceitação, de acordo com suas palavras, as pessoas mais do que tentar aceitar a diferença devem respeitar.

Para as entrevistadas, reconhecer-se e identificar-se como mulher negra foi um processo doloroso que levou algum tempo para acontecer, pois, as práticas discursivas negativas que foram disseminadas na sociedade ao longo dos anos em relação a imagem do negro colaborou para que negassem sua identidade de negra. É possível compreender a percepção das entrevistadas a partir de Luiz Silva Cuti (2010), que afirma que pele escura, cabelo crespo, nariz largo, lábios carnudos e história social, sempre foi motivo para inferiorizar os negros, entretanto, a partir do momento em que o indivíduo se reconhece como negro ele dá outro significado ao termo, ele positiva o que era negativo, a palavra negro perde o poder de ofender (cf CUTI, 2010, p.05).

Para Stuart Hall (1996) ao invés de pensarmos a identidade como um fato já concluído devemos pensar a identidade como uma produção que nunca está completa, que está sempre em processo sempre reconstituída dentro e não fora da representação. Sendo assim, para Hall as identidades estão sempre mudando e se reposicionando de acordo com o contexto em que vivemos, Jecica, Andrieli e Liriane vivem constantemente reposicionando suas identidades conforme vão se auto conhecendo. Pode-se concluir por meio de suas narrativas, que definir-se como negra para elas é muito mais do que um simples ato isolado, é passar por um processo doloroso de autoaceitação e autoafirmação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa buscou-se problematizar as histórias de vida de três mulheres negras, a fim de entender como suas experiências colaboram ou colaboraram para o processo de construção de suas identidades de mulheres negras.

Duas das jovens entrevistada fazem parte da comunidade acadêmica, por isso, tiveram mais facilidade em falar sobre os negros e sua identidade, pois, já participavam de debates sobre o assunto em questão. São elas, Andrieli Marques Coscoski, 20 anos, estudante de Ciências Naturais na UTFPR e participante ativa do coletivo Marie Curie e a Liriane Valéria Pereira Soares, 24 anos, professora de História e estudante de Sociologia na FASF. A terceira entrevistada foi a cabelereira Jecica Aparecida Martins da Silva, 27 anos, a jovem mostrou estar pouco habituada com as discussões em relação aos negros.

Pode-se elencar nesta pesquisa três fases que caracterizam a formação da identidade de dessas mulheres negras: como se dá a formação da identidade na escola, na sociedade e quando a própria mulher negra se reconhece como negra e toma para si esta identidade ressignificada.

Jecica e Andrieli apontaram que a visão que os colegas da escola tinham em relação a elas faziam com que não se aceitassem. Jecica afirma que é na escola onde o racismo mas aparece, pois, em sua inocência as crianças acabam dizendo o que pensam sem censura, o que não acontece com os adultos, pois, acabam mascarando o preconceito com medo de represálias. Andrieli diz que também sofria racismo na escola, os apelidos que recebia dos colegas, faziam com que não se aceitasse como negra.

Na fase de como se dá a formação da identidade da mulher negra na sociedade, as narrativas são unanimes em dizer que não veem oportunidades de crescimento iguais para brancos e negros na cidade. Jecica exemplifica este fato citando a falta de oportunidades de ascensão em relação aos empregos em Ponta Grossa. Andrieli levanta a questão de onde é o lugar social do negro, quando diz que o negro não é visto como banqueiro, dono de loja ou passeando no *shopping center*. Afirma ela que nem mesmo é visto com frequência na região

central de Ponta Grossa. Pode-se pensar que para Jecica e Andrieli o lugar do negro ainda continua à margem da sociedade, e a população negra ainda sofre constantemente discriminação por serem negros. Já Liriane entende que as pessoas usam o termo “morena”, para amenizar o peso da palavra “negra”, na visão dela as pessoas tem medo de ofender o negro chamando-o de negro.

A terceira e última fase se dá quando a própria mulher negra se reconhece como negra e toma para si a identidade ressignificada. Reconhecer-se como negra para Andrieli não foi um acontecimento fácil, ela ainda está em processo de construção de sua identidade. A jovem aponta que assumir o cabelo crespo foi uma luta, sua rotina mostra como era importante para ela alisar seu cabelo, pode-se entender que ao deixar de alisar o cabelo Andrieli fez uma escolha em afirmar sua identidade de mulher negra, visto que, o cabelo enrolado é um dos principais pontos de identificação da comunidade negra.

O mesmo processo aconteceu com Liriane que conta que a partir do momento em que compreendeu que era negra e não morena, como a chamavam, aceitou sua identidade de mulher negra, no entanto, antes disso ela passou pelo processo de autoafirmação e aceitação.

Para as entrevistadas, reconhecer-se e identificar-se como mulher negra foi um processo doloroso que levou algum tempo para acontecer, pois, as práticas discursivas negativas que foram disseminadas na sociedade ao longo dos anos em relação a imagem do negro colaborou para que negassem sua identidade de negra.

Jecica, Andrieli e Liriane vivem constantemente reposicionando suas identidades conforme vão se auto conhecendo. Pode-se concluir por meio de suas narrativas, que definir-se como negra para elas é muito mais do que um simples ato isolado, é passar por um processo doloroso de autoaceitação e autoafirmação devido as práticas discursivas que tanto negativou a identidade negra.

REFERÊNCIAS

CUTI, Luis Silva. **Quem tem medo da palavra negro.** Revista Matriz: Uma revista de arte negra. Grupo caixa Preta, Porto Alegre (RS). Novembro de 2010.

FREITAS, Sônia Maria de. **História oral:** possibilidades e procedimentos. 2.ed. São Paulo, Associação Editorial Humanitas, 2006.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil:** uma breve discussão. In: Ricardo Henriques. (Org.). Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal no. 10.639/03. Ed. Brasília: SECAD/MEC, 2005, p. 39-62.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade.** 3º ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001. Instituto de Terras, Cartografia e Geociência. Terra e Cidadania. Curitiba: ITCG, 2008.

_____. **Identidade Cultural e Diáspora.** Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n.24, p.68-75, 1996.

HOOKS, bell. **Mulheres negras:** moldando a teoria feminista. Revista Brasileira de Ciência Política, nº16. Brasília, janeiro – abril, 2015, p. 193-210.

MINAYO, Maria Cecília de S. (org.) **Pesquisa social.** Petrópolis: Vozes, 2002, p.80.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. **Identidades fragmentadas:** a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia.** Cadernos PENESB (Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira). Rio de Janeiro: UFF, 2003, n. 5, p. 15-34.

_____. **A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil.** Estudos Avançados, São Paulo, v. 18, n.50. 2004.

PESAVENTO, Sandra. **Correntes, campos temáticos e fontes:** uma aventura da História. In: Idem. História & História Cultural. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro:** as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Graal,1983.

ESPAÇO E DINÂMICAS INFRACIONAIS FEMININAS DAS ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI EM PONTA GROSSA - PR

Jéssica Emanueli Bedin (UEPG)[1]

RESUMO
Este trabalho tem por objetivo estabelecer as lógicas espaciais das dinâmicas infracionais das adolescentes em conflito com a lei em Ponta Grossa-PR. O fenômeno das ações infracionais cometidas pelas adolescentes possui uma lógica espacial própria, pois envolve diferentes relações entre as vítimas e as adolescentes, bem como diferentes afetos. Atos infracionais do tipo vias de fato, lesão corporal, ameaça e desacato e dano ocorrem em uma rede de relacionamentos majoritariamente feminina, com pessoas que as adolescentes mantêm um contato mais próximo e pessoalizado. Ao passo que as relações que envolvem o ato infracional de posse de substâncias entorpecentes e tráfico de drogas já não são majoritariamente redes femininas, uma vez que são atos classificados como sendo de redes de pessoalidade de coalisão de interesse já que movem as relações, mesclando a pessoalidade com sujeitos que têm domínio sobre o acesso às substâncias. Dessa forma, concluímos que cada ato infracional aciona elementos diferentes, sujeitos e espaços específicos.

Palavras-chave: Adolescentes em conflito com a lei. Gênero. Espaço. Dinâmicas infracionais

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo estabelecer as lógicas espaciais das dinâmicas infracionais das adolescentes em conflito com a lei em Ponta Grossa-PR. O levantamento de dados da Delegacia do Adolescente evidenciou que as infrações cometidas pelas meninas possuem especificidades que devem ser levadas em consideração na análise dos atos infracionais. As redes de amizades, relações familiares, relações de conflitos, dependências, emoções e afetos. Afinal, como argumenta Silva (2016, p. 2):

> Nossa relação com o espaço não é meramente visual ou corpórea, mas também é por emoções, possibilitada a partir das nossas experiências e vivências. Muitas das experiências cotidianas envolvidas pelas emoções são 'despertadas' em distintos lugares, isto é, há lugares significativos em que as emoções ficam mais evidentes, podendo ser positivas ou negativas.

Os depoimentos que foram transcritos a partir dos registros dos boletins de ocorrência trazem a ideia de que os atos infracionais não são puramente decisões racionais de perdas e danos. Os atos estão envolvidos com uma série de relações afetivas, sejam elas amizades, disputas ou conflitos. Algumas relações entre as autoras dos atos infracionais e as vítimas envolvem muita proximidade e outras um

[1] Mestre em Gestão do Território - Grupo de Estudos Territoriais.

distanciamento maior, trazendo elementos espaciais que serão aqui analisados. Para construir a sistematização dos atos infracionais, optou-se por agrupá-los em dois diferentes conjuntos: 1- atos infracionais e pessoalidades de conflito, 2- atos infracionais de pessoalidades de coalisão de interesses. A pessoalidade reúne os seguintes atos: desacato, vias de fato, lesão corporal, dano e ameaça. A coalizão de interesse reúne o tráfico e a posse de substância entorpecente.

A dinâmica espacial das infrações cometidas pelas meninas adolescentes em conflito com a lei envolve a compreensão de que há uma lógica espacial do fenômeno, como argumenta Gomes (2009). O fenômeno das ações infracionais cometidas pelas adolescentes possui uma dimensão espacial a ser explorada, tendo em vista que o ato infracional não é homogêneo e está diretamente associado às áreas de moradia, à família e à vizinhança, bem como áreas mais distantes de suas casas. Os atos infracionais possuem diferentes dinâmicas espaciais, pois envolvem distintas relações sociais entre as vítimas e as adolescentes, bem como diferentes afetos.

Para cada um dos conjuntos de atos infracionais que foram criados no processo de sistematização, foram identificados os sujeitos envolvidos nos conflitos e os afetos que deflagraram esses conflitos. Os afetos são entendidos como uma ‘disposição de alguém para promover alguma ação’, sendo que podem ser positivas ou negativas. O afeto constitui-se no elemento básico da afetividade humana, que é um

> Conjunto de fenômenos psíquicos que se manifestam sob a forma de emoções, sentimentos e paixões, acompanhados sempre de impressão de dor ou prazer, de satisfação ou insatisfação, de agrado ou desagrado, de alegria ou de tristeza. (CODO & GAZZOTTI, 1999, p. 48).

O texto está organizado em três partes. Na primeira parte são analisadas as relações estabelecidas entre o ato infracional e uma rede de pessoas que possuem ligações de convívio com a adolescente. Na segunda seção serão explorados os atos infracionais que envolvem tanto as relações de proximidade como interesses que vão além das relações mais íntimas.

1.1 DINÂMICA ESPACIAL DE ATOS INFRACIONAIS E PESSOALIDADES DE CONFLITO

Atos infracionais do tipo vias de fato, lesão corporal, ameaça, dano e desacato ocorrem em uma rede de relacionamentos majoritariamente feminina, com pessoas que as adolescentes mantêm um contato mais próximo e pessoalizado. Elas acionam códigos e ações que fazem parte das condutas próprias de seu cotidiano, como as amizades, a escola, os namorados, vizinhos, famílias e assim por diante. Nessas redes entram em relação elementos do cotidiano das meninas, moradoras de periferias pobres que vivenciam a cidade de forma particular e com sentidos próprios de futuro. As relações mais próximas do cotidiano são compreendidas, conforme Silva (2000), como sendo de pessoalidades. São constituídas de redes de relacionamentos de pessoas que se conhecem, frequentam os mesmos locais e acabam criando mecanismos próprios de regulação que são compreendidos por aqueles que compõem as redes estabelecidas.

Nesta rede de relacionamentos pode-se demarcar a redes de amizades entre vizinhos, mas também redes de amizades na escola. As adolescentes entram em conflitos que envolvem uma série de elementos ligados a disputas de namorados, ou ainda, por responder às ofensas verbais que lhes foram dirigidas ou também por responder de forma agressiva a boatos que foram espalhados e que ocasionaram algum dano à sua honra. Estes atos infracionais envolvem uma rede feminina de conflitos em que se coloca em jogo disputas deflagradas por emoções que estão descritas nos documentos investigados. As emoções que se colocam em jogo nos documentos investigados estão atreladas aos códigos de feminilidades que estão postos para as adolescentes em conflito com a lei. As infrações cometidas pelas adolescentes envolvem ações de demonstração de força e poder, desencadeando intimidações e agressões de várias formas. As adolescentes em conflito com a lei constituem uma feminilidade com elementos que transgridem o perfil. Partindo dessa análise, Assis e Constantino (2001) colocam:

> As identificações com os papéis femininos construídos nesse contexto ficaram comprometidos em relação ao padrão social tradicional. O processo de socialização feminina mostrou resultados contraditórios. Por um lado, ele foi bem-sucedido na reprodução de alguns valores machistas tradicionais, que perpetuam a submissão da mulher na família e na sociedade. Por outro, também se pode ver suas falhas: preferência pela rua em detrimento da casa; meninas com atitudes comumente masculinizadas; entrada na infração como forma de afirmação de comportamentos masculinos; transformação da mulher-vítima em uma mulher que alterna esse papel com o de agressora. (ASSIS; CONSTANTINO, 2001, p. 63).

Essa tendência remete à violência física como forma de resolução de conflitos na experiência social dessas adolescentes, aproximando-se da construção social sobre condutas que estão mais atreladas ao 'modelo' de gênero masculino. Esses perfis puderam ser observados em diversos termos de declaração, os principais afetos estão relacionados a ciúmes de namorados e o envolvimento de redes de amizades. Essas disputas, segundo Constantino (2001), estão atreladas a um ideal de gênero constituído pelas meninas onde a conquista amorosa é um símbolo de status do gênero feminino. Conforme podemos observar em alguns trechos dos termos de declaração,

> Um menino de outra escola foi estudar na sala da declarante e de suas amigas, que as pessoas de x e x ficaram "loucas" pelo menino e esse foi o motivo para as ameaças e perseguições, pois a declarante tinha interesse no menino e não queria que as outras meninas "ficassem" com ele. (BOLETINS DE OCORRÊNCIA X, DELEGACIA DO ADOLESCENTE DE PONTA GROSSA, 2013).

Em outro termo podemos identificar o mesmo perfil:

> Segundo a declarante x envia mensagens dizendo sua "seca, onde eu te vê vou te pegar te bate, te arrebentar. Pra mim é fácil pegar um 38 e pipocar você, te estorar sem mancada" o motivo das ameaças a declarante diz que teve um relacionamento com uma pessoa e após o término essa pessoa se relacionou x que não deu certo e posteriormente eles relataram o namoro e então x começou a ameaçar, e quando a declarante estava se dirigindo para casa e que x ao ver a declarante disse "e ai x sua tiriça" x tentou agredi-la e a agarrou pelos cabelos e arranhou seu rosto. (BOLETINS DE OCORRÊNCIA X, DELEGACIA DO ADOLESCENTE DE PONTA GROSSA, 2013).

Os termos de declaração evidenciam afetos de raiva e a dificuldade de controle emocional para resolução de conflitos em que as ofensas e a agressão física são desencadeados, havendo a necessidade de que alguém de fora interfira nos conflitos.

> É aluna do colégio x e no dia do fato estava na escola participando de uma festinha em comemoração ao aniversário de um professor na sala de aula, que quando foi pegar um salgado a aluna x veio por trás da mesma e a chamou de "favelada" disse que ignorou e x novamente disse "bem coisa de favelada" e puxou seu cabelo, que nesse momento a declarante "revidou" dando uns tapas em x que em seguida o professor viu e as separou. (BOLETINS DE OCORRÊNCIA X, DELEGACIA DO ADOLESCENTE DE PONTA GROSSA, 2014).

O envolvimento em fofocas onde a adolescente era alvo:

> Declarante aluna do colégio x relata que dias antes do fato começou uma fofoca no colégio que a declarante queria bater em x e vice-versa, e que no término da aula quando a declarante já estava no portão do colégio x foi até a declarante para tirar satisfação que logo começaram a discutir e x foi "pra

> cima" da declarante que ambas entraram em vias de fato e que a briga acabou só quando a pedagoga foi separar a briga. (BOLETINS DE OCORRÊNCIA X, DELEGACIA DO ADOLESCENTE DE PONTA GROSSA, 2013).

Os xingamentos que são motivos de conflitos envolvem a sexualidade, beleza física e situação econômica. Estes atos infracionais envolvem geralmente adolescentes de idades semelhantes que participam das mesmas redes de sociabilidade e apresentam, ainda, uma ação desenvolvida de forma individual e isolada, sendo estes atos os que apresentam a maior reincidência por parte das adolescentes. Esses atos acontecem principalmente no entorno da escola, a própria área da escola é também um espaço em que vários conflitos ocorrem, conforme o trecho a seguir:

> A declarante é aluno do colégio x e no intervalo da aula a declarante estava no pátio quando x chegou ao local e já agrediu a declarante a puxando pelos cabelos e passou a desferir tapas e socos. A motivação da briga foi porque x dizia que a declarante a encarava na vila onde mora. A declarante é aluna do colégio x e relata que nunca se deu com x que um dia antes do fato na saída do colégio, x puxou a declarante pelo cabelo e a agrediu com um soco na testa. No dia seguinte a declarante foi tirar satisfação com x e acabou lhe agredindo e as duas entraram em vias de fato no pátio do colégio. (BOLETINS DE OCORRÊNCIA X E X, DELEGACIA DO ADOLESCENTE DE PONTA GROSSA, 2014).

Outro trecho demonstra que quando essas infrações ocorrem nos bairros elas geralmente são resolvidas em frente às residências ou na rua onde as adolescentes residem:

> A declarante afirma que estava lavando roupa no tanque quando x começou a proferir xingamentos do tipo "biscate, puta, vadia e filha da puta" que após ouvir os xingamentos a declarante foi de encontro com x no meio da rua e falou repita sendo que x repetiu tais xingamentos, momento este em que a declarante "foi pra cima dela". (BOLETINS DE OCORRÊNCIA X, DELEGACIA DO ADOLESCENTE DE PONTA GROSSA, 2012).

As formas mais comuns de infrações de vias de fato e lesão corporal são a utilização da força física, não havendo registros de ocorrência de objetos utilizados para cometer as infrações. A ação das meninas em atos infracionais como a lesão corporal e vias de fato traz elementos de feminilidades que não estão colocados nos modelos hegemônicos, em que o feminino está associado à passividade e docilidade. Ao longo da história, as relações sociais estabelecidas entre homens e mulheres na sociedade brasileira produziram um panorama, como visto no capítulo anterior. Por isso, os atos violentos cometidos pelas adolescentes frequentemente

causam certa repulsa por boa parte da sociedade, já que estes não são esperados e são socialmente inaceitáveis, principalmente se praticados por mulheres e meninas.

A ameaça, desacato e dano são atos infracionais cometidos pelas adolescentes que também envolvem a mesma rede de relações pessoais, mas incluem majoritariamente outras mulheres de idades mais avançadas, como as professoras, pedagogas e religiosas. Esses atos infracionais estão diretamente relacionados ao descumprimento das normas da escola, regimentos e hierarquias. As meninas que cometem esses atos infracionais que envolvem uma recusa de obediência às hierarquias possuem experiências escolares que incluem várias formas de frustrações. A escola é obrigatória e nem sempre se constitui em um espaço em que elas desenvolvem afetividades positivas com toda a comunidade escolar (SPOSITO, 1993).

A dispersão espacial entre moradia das adolescentes dispersas pelos bairros mais periféricos, as moradias das professoras e pedagogas em bairros mais centrais e os atos infracionais nas escolas e nos abrigos. Esse perfil assim como os afetos atrelados a essas infrações foram verificados em vários termos das declarações analisadas:

> Segundo a declarante responde os professores, quando fica com raiva. Que fica com raiva quase todos os dias, que fica com raiva porque os alunos e os professores lhe 'atentam' que a declarante é nervosa, agitada, indisciplinada que sabe que tem regras no colégio, porém às vezes não obedece. (BOLETINS DE OCORRÊNCIA X E X, DELEGACIA DO ADOLESCENTE DE PONTA GROSSA, 2014).

Os conflitos em torno das hierarquias são comuns e, na maioria das vezes, as ameaças e o desacato à autoridade é em relação a outra figura feminina. No que diz respeito às ameaças, essas também ocorrem nas escolas

> A declarante afirma que desde o início do ano vem recebendo ameaças de x sendo que não há motivo aparente para essas ameaças, no dia dos fatos x estava esperando na saída do colégio para agredi-la, porém não conseguiram porque a diretora a acompanhou até em casa, e que mesmo assim x faz ameaças e diz que vai pegar a declarante na saída da escola. (BOLETINS DE OCORRÊNCIA X E X, DELEGACIA DO ADOLESCENTE DE PONTA GROSSA, 2013).

Muitos dos casos de desacato e ameaças foram observados na Instituição de Acolhimento para Adolescentes em Situação de Risco Luísa de Marillac. As adolescentes respondem aos conflitos de hierarquia com ações de desacato e agressões, como pode ser observado nos termos de declaração:

> Na data dos fatos estava abrigada na Marilac e que queria passar a páscoa na casa da avó, mas a irmã x 'mentiu' que a avó não queria passar a páscoa com a declarante, que por este motivo estava nervosa e resolveu fugir do abrigo, que foi contida pela irmã e por este motivo xingou a irmã de 'tudo que é coisa' e rasgou sua roupa e retirou o véu. (BOLETINS DE OCORRÊNCIA X E X, DELEGACIA DO ADOLESCENTE DE PONTA GROSSA, 2014). A declarante começou a desacatar as irmãs como 'diaba, lazarenta, vai se foder, besta e ainda tentou agredir a irmã'. A declarante diz que fez isso porque sempre foi agressiva e que também intimida as outras internas (BOLETINS DE OCORRÊNCIA X E X, DELEGACIA DO ADOLESCENTE DE PONTA GROSSA, 2014).

O ato infracional de dano também se desenvolve em meio a uma dinâmica espacial que coincide, de modo geral, com os locais de moradia das adolescentes em conflito com a lei. Esse ato, na maioria dos casos, se estabelece entre a vizinhança.

> A declarante se reúne com alguns amigos em frente à casa da senhora x que a declarante sabe que seu apelido é "pipa". Indagada sobre o fato de atirar pedras na casa da senhora x afirma que joga as pedras além de chocalhar o portão que faz isso porque quando cai à bola na casa de dona x ela não devolve e fura (BOLETINS DE OCORRÊNCIA X, DELEGACIA DO ADOLESCENTE DE PONTA GROSSA, 2013).

Portanto, as relações de pessoalidades estão diretamente relacionadas às espacialidades de vivências cotidianas das adolescentes. As feminilidades desempenhadas por elas envolvem ações de rebeldia às hierarquias, notadamente femininas, e às regras institucionais. As relações de pessoalidade que envolvem os atos infracionais cometidos por meninas que têm como vítimas outras adolescentes de mesma idade e outras mulheres mais velhas trazem elementos de sociabilidades femininas marcadas por conflitos de disputas de autoridade e posses. As espacialidades dos atos infracionais cometidos pelas adolescentes não possuem um perfil fixo, mas envolvem as instituições cotidianas e as ruas da cidade.

1.2 DINÂMICA ESPACIAL DE ATOS INFRACIONAIS DE PESSOALIDADES DE COALISÃO DE INTERESSES

Os atos infracionais de Posse de Substâncias Entorpecentes e Tráfico de Drogas formam dinâmicas espaciais específicas, com uma diferença tênue entre elas. As adolescentes quando são abordadas, geralmente apresentam uma quantidade pequena da droga não sendo grandes traficantes, como visto no capítulo anterior. As relações que envolvem esse tipo de ato infracional das adolescentes em conflito com a lei já não são majoritariamente redes femininas como são os atos

classificados como sendo de redes de pessoalidade. No caso dos atos de posse de substâncias entorpecentes e tráfico aparecem sujeitos do sexo masculino. Os atos infracionais se desenvolvem em torno de dinâmicas espaciais de pessoalidades de coalisão de interesses, já que o uso da droga move as relações, mesclando a pessoalidade com sujeitos que têm domínio sobre o acesso às substâncias.

As coalisões de interesses em torno desses atos infracionais estão ligadas em grande parte à dependência química e ao consumo de substâncias entorpecentes. Quando se trata de posse e uso de entorpecentes, há uma composição de redes de amizades. Quando se trata de tráfico, mesmo que em pequenas quantidades, as adolescentes afirmam não conhecer os fornecedores.

O padrão de dispersão espacial das moradias das adolescentes em conflito com a lei se mantém, tendo uma maior concentração nos Bairros Olarias e Nova Rússia, enquanto o centro é o local com maior ocorrência do ato infracional. O fato de a área central ser mais bem servida de contingentes policiais e de rondas das viaturas favorece a concentração do local da ocorrência ser nesta área, fator esse ligado a Lei 11.343 de 23 de agosto de 2006, a qual aumentou as ferramentas para o combate ao tráfico ilícito de drogas. Trouxe em seu texto uma redução do controle penal sobre o chamado usuário, mas por outro lado endureceu o tratamento ao traficante. O grande nó desta questão reside na distribuição dos papéis, que até hoje são discutíveis, na medida em que a distinção usuário-traficante é subjetiva e sujeita à determinação das autoridades policiais e judiciais.

Além disso, a área central é mais propícia ao encontro de pessoas e diversos grupos de usuários e, consequentemente, também facilita as vendas em pequenas quantidades. Mesmo com um índice de envolvimento menor que o dos homens, o tráfico de drogas está entre os atos infracionais mais praticados pelo gênero feminino (CONSTANTINO, 2001). Como visto no capítulo anterior, ao se vincular o envolvimento das adolescentes do sexo feminino com substâncias entorpecentes, nos trabalhos realizados por Budny (2009) e Chimim Jr (2009) em Ponta Grossa no período entre 2005 a 2007, este ato se caracterizava como uma infração com pequena representatividade do universo feminino, representando 4% dos casos analisados por eles, referente ao uso e posse de drogas, já o envolvimento com o tráfico de drogas representou 1%.

No entanto, o dado que chama a atenção nas informações coletadas é a evidente escalada de adolescentes do sexo feminino envolvidas na posse de substância entorpecente e o tráfico de drogas. A segunda maior infração praticada pelas adolescentes foi o uso e porte de substâncias entorpecentes representando 13% e o tráfico de drogas em sexto lugar com 9%. Portanto, houve um aumento de 9% nos casos de posse de substância entorpecente e 8% no tráfico de drogas. Outro fator que pode ter influenciado no aumento dos registros de adolescentes envolvidas em uso e venda de drogas, pode ter sido a intensificação de ações de fiscalização. Há questionamentos sobre o processo de aumento da participação feminina no tráfico de drogas. Havendo autores que trazem o fator das políticas de enfrentamento do tráfico pela via do endurecimento do policiamento, como pode ser visto no argumento de Soares e Ilgenfritz (2001, p. 90):

> A elevação do número de mulheres presas pode estar, portanto, refletindo a ação repressiva dos agentes de segurança, concentrada no tráfico e no uso de drogas. Entre 1998 e 2000 triplicou o número de mulheres condenadas em função das drogas e não chegou a duplicar o número de mulheres condenadas por outros tipos de crimes.

De toda forma, o fato é que houve um aumento de registros de envolvimento de adolescentes em conflito com a lei com atos de uso e tráfico de drogas em Ponta Grossa, e, tais atos possuem uma dinâmica espacial específica.

Os registros evidenciam que as escolas são locais de apreensão de drogas, bem como praças e ruas, aparecendo a região central como sendo de alta concentração desse tipo de ato, seja de posse ou tráfico de drogas. Estes atos apresentam uma mesma lógica espacial, com pequenas diferenças sendo que a posse tem uma concentração mais nítida na área central.

Esse mesmo perfil é semelhante a dinâmica apresentada nos trabalhos de Chimim Jr (2009), Rossi (2011) e Gomes (2013), os quais trazem a “vila” como o lugar de vínculos à territorialidade do tráfico de drogas, das alianças identitárias para o conflito. Na maioria dos casos analisados por eles é nas vilas onde são encontradas as “bocas de fumo”[2]. Por outro lado, os mesmos autores destacam que a posse de substância entorpecente aparece como uma ocorrência majoritariamente na área central, porque a atuação policial no centro é maior e geralmente a quantidade de droga que os adolescentes portam é pequena não caracterizando

[2] Esse termo é utilizado para nomear o local onde ocorre a venda de substância entorpecente.

tráfico, porém isso não quer dizer que não comercializam essas pequenas quantidades. (CHIMIN JR, 2009).

Na maioria dos casos analisados as adolescentes estavam de posse de pequenas quantidades e as mesmas justificam que a droga é para consumo próprio.

> A declarante relata que faz uso da droga maconha há dois anos e passou a consumir crack há um mês, relata a declarante que no dia dos fatos foi abordada por policiais e que em revista pessoal foi encontrado em seu bolso três pedras de crack pesando aproximadamente uma grama, relata a declarante que o crack é para seu consumo e nega que repassaria a droga, que a declarante comprou a droga na praça sentido Jardim Carvalho e que pagou trinta reais por ela. (BOLETIM DE OCORRÊNCIA X, DELEGACIA DO ADOLESCENTE DE PONTA GROSSA 2014).

Porém, a quantidade não é suficiente para determinar o ato, em muitos casos é verificado não só a quantidade da substância, mas também a natureza da droga, o local da prisão, as condições da ação.

> No dia dos fatos a Guarda Municipal lhes abordou e em revista pessoal encontrou vinte pedras de crack que a declarante escondia em seu sutiã e em revista em x foi encontrado dezenove pedras no sutiã e mais oito pedras dentro da carteira, totalizando 47 pedras. Relata a declarante que compra as drogas na praça da Avenida Monteiro Lobato que as vezes que comprou para revender pegou cinquenta reais em crack e vendeu a por dez cada pedra. (BOLETIM DE OCORRÊNCIA X, DELEGACIA DO ADOLESCENTE DE PONTA GROSSA, 2014).

Em geral, o consumo de drogas pelas adolescentes antecedeu ao início do trabalho de venda, o que mostra a importância da dependência como mais um fator estimulante ao desejo de consumo e facilitador do engajamento no trabalho com o tráfico, inclusive para manter o uso.

> A declarante relata que é usuária de maconha há um ano com sua amiga x e as mesmas traficam no parque ambiental a pelo menos um mês, que no dia dos fatos a Guarda Municipal lhes abordou e em revista pessoal encontrou cerca de 12 pedras de crack, que compram a referia droga no centro de um “maluco” o qual não sabe informar o nome. A declarante afirma que revendem para manter o próprio vício. (BOLETIM DE OCORRÊNCIA X, DELEGACIA DO ADOLESCENTE DE PONTA GROSSA, 2012).

As apreensões de adolescentes de posse de substâncias entorpecentes ocorre para o uso próprio, em geral, envolvendo uma rede de relações em que são compartilhados o interesse de obtenção da substância e o compartilhamento de uso, por meio de algumas sociabilidades.

> A declarante afirma que estava de posse das substâncias conhecidas como maconha, cocaína e haxixe, que a declarante é somente usuária que

> comprou as referidas drogas no centro próximo ao parque ambiental e desconhece quem vendeu que a declarante estava com seus amigos x e x para fazer o uso das drogas que quando foram abordados pela Políicia Militar estavam fumando maconha e dispensaram quando a Polícia chegou e todos foram encaminhados para a delegacia. (BOLETIM DE OCORRÊNCIA X, DELEGACIA DO ADOLESCENTE DE PONTA GROSSA, 2014).

Como visto, o tráfico de drogas é de pequeno porte e há a proteção das fontes de obtenção da droga. São redes de relações que envolvem várias formas de risco e a delação de um traficante pode ser perigosa para sua própria segurança. Os termos de declaração evidenciam a dinâmica do tráfico realizado pelas meninas.

> A declarante informa que no dia dos fatos estava vendendo drogas no parque ambiental e foi abordada pela guarda municipal, relata a declarante que estava com 8 pedras de crack e mais R$ 150 reais dentro da carteira e mais 19 pedras dentro do sutiã. Relata a declarante que vende a droga a uma semana e compra de uns amigos em Curitiba consignado e que teria escondido a metade de que comprou num terreno baldio na vila onde mora. (BOLETIM DE OCORRÊNCIA X, DELEGACIA DO ADOLESCENTE DE PONTA GROSSA, 2015).

Em outros casos, a apreensão foi feita dentro da escola.

> Relata a declarante que levou para a escola cerca de oito buchas de maconha e pediu para sua amiga x para ‘esconder pra mim’. Que é usuária a cerca de um ano e comercializada na vila onde mora. Que comprou a droga de um ‘cara lá no centro’. Que não sabe quem é ‘o cara’. Indagada se a droga era para seu consumo, a declarante disse que era para ‘venda’ e que sua amiga apenas guardou a droga e não é usuária. (BOLETIM DE OCORRÊNCIA X, DELEGACIA DO ADOLESCENTE DE PONTA GROSSA, 2012).

O envolvimento das adolescentes no universo das drogas é variado. Podem ser usuárias e também participar da venda da droga em pequenas quantidades. O acesso a este universo está atrelado às redes de relações sociais e ao conjunto de vulnerabilidades espaciais. Trabalhos de geógrafos como Chimin Junior (2009) e Rossi (2010) demonstram que elementos de vulnerabilidade social não definem as práticas violentas. Contudo, nas espacialidades de vulnerabilidade social estão presentes múltiplos elementos como os que compõem as práticas infracionais.

Chimin Junior (2009) destaca que por se tratar de um cotidiano situado nas vivências de uma periferia pobre e crivada de carências e marcada pelo contato de pessoas envolvidas em criminalidade violenta, os adolescentes em conflito com a lei encontram-se em situação de vulnerabilidade. Os atos infracionais das adolescentes no que diz respeito ao tráfico evidenciam práticas de poder que têm

criado outras formas de feminilidades que não são as consideradas como modelos ideais do feminino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa evidenciou que os atos infracionais cometidos pelas adolescentes possuem uma boa dose de emoções que fogem do controle como raiva, nervosismo, ciúmes e outras que foram citadas por elas nos termos de declaração. Assim, as infrações, muitas vezes, não são decisões racionais, mas poderiam ser evitadas com ações de prevenção para o controle das emoções e a resolução de conflitos de forma que não envolvesse tanto desgaste.

As infrações que são mais evidentes no universo das adolescentes compreendem aquilo que foi classificado como atos infracionais que envolvem redes de pessoalidades (vias de fato, lesão corporal, ameaça e desacato), em que as autoras e as vítimas compartilham espacialidades cotidianamente, tornando esse perfil infracional, na maioria das vezes um ciclo de violência entre as próprias mulheres. Outras infrações possuem uma dinâmica de acionar uma rede de pessoas que se juntam para obtenção ou compartilhamento de drogas. Como nem sempre essas infrações ocorrem com pessoas próximas, mas também não são impessoais, nomeamos esta dinâmica como sendo uma organização de coalisão de interesses, sendo que as espacialidades partilhadas não são cotidianas pela rede.

REFERÊNCIAS

ASSIS, S. Gonçalves. CONSTANTINO, Patrícia. **Filhas do mundo:** infração juvenil feminina no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

BUDNY, G. **Espaço como componente do ato infracional das meninas adolescentes em conflito com a lei em Ponta Grossa-PR.** Ponta Grossa. Trabalho de Conclusão de Curso**.** Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2009.

CHIMIN, JR. A. B. **O espaço enquanto componente a vulnerabilidade aos atos infracionais desenvolvidos por adolescentes do sexo masculino em conflito com a lei em Ponta Grossa-Paraná**. Dissertação (Mestrado em Geografia). 2009. 144 f. Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2009. Disponível em: <http://www.bicen-tede.uepg.br/tde_busca/arquivo.php?cod Arquivo=439>.

CODO, W. & GAZZOTTI, A. A. Trabalho e afetividade. In: CODO, W. (coord.). **Educação, Carinho e Trabalho**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1999.

GOMES, F. B. **“Cenas embaçadas”:** A relação entre as espacialidades vivenciadas

por jovens do sexo masculino e a morte por homicídio na cidade de Ponta Grossa – PR. Dissertação (Mestrado em Geografia). 2013. 173 f. Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2013. Disponível em: <http://bicen-tede.uepg.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo =1025>.

GOMES, P. C. da C. **A condição urbana:** ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

ROSSI, R. **"Malucos da quebrada":** territórios urbanos na complexidade espacial cotidiana dos adolescentes homens em conflito com a lei em Ponta Grossa - PR. Dissertação (Mestrado em Geografia). 2010. 233 f. Ponta Grossa: UEPG, 2010. Disponível em: <http://bicen-tede.uepg.br/tde_busca/arquivo. php?codArquivo=627>.

SILVA. M. A. S. Por uma geografia das emoções. **GEOgraphia**. Ano 18, n. 38, 2016.

SILVA, J. M. Cultura e territorialidades urbanas Uma Abordagem da Pequena Cidade. **Revista de História Regional**, ano 5, n. 2, p. 09-38, 2000.

SOARES, B. M.; ILGENFRITZ, I. **Prisioneiras:** vida e violência atrás das grades. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

E AGORA MARIA? A PRESENÇA DO FEMINISMO EM NAVALHANALIGA DE ALICE RUIZ

Isabel Cristina Bichinski[1]

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo resgatar e analisar o conceito de feminismo proposto por Alice Ruiz em sua poética Navalhanaliga. Busca-se explicitar qual a relação que pode-se fazer com o feminismo hoje, levando-se em conta as discussões propostas por estudiosas como Simone Pereira Schmidt a cerca do tema. Sabe-se que Alice Ruiz engajou-se com a luta dos direitos das mulheres/Marias a partir da década de setenta, publicando inúmeros artigos em revistas que já traziam à tona toda a sua preocupação com a condição feminina na sociedade. Para compreender a importância de se retomar essa autora curitibana é necessário revisitar o contexto brasileiro da década de setenta e para isso, o trabalho toma como centro algumas discussões propostas pela pesquisadora Ana Carolina Arruda de Toledo Murgel. Ressalta-se que esse trabalho visa acima de tudo uma reatualização das obras da poeta Alice Ruiz, tendo em vista todo seu envolvimento com os anseios feministas e como isso pode ser retomado e discutido atualmente.

Palavras-chave: Alice Ruiz; feminismo; mulher; poesia.

1. pelos pelos

Era uma vez
Uma mulher
Que via um futuro grandioso
Para cada homem que a tocava
Um dia
Ela se tocou
(RUIZ, 1980)

Este trabalho visa contemplar a Alice Ruiz, poeta, haikaista, compositora, mãe, esposa, mulher. Busca evidenciar a sua poética feminista *Navalhanaliga* de 1980, analisando brevemente alguns poemas do livro, entre eles *"drumundana"*. Ressalta-se a importância que os escritos de Alice Ruiz tiveram para a época e a importância de eles serem reatualizados através do tempo a fim de sempre suscitar discussões sobre o tema.

1. Alice reconhece o feminismo

> "Não é poetisa, esclarece logo de cara. É poeta. Se isso incomoda aos linguistas, que troquem o nome do ofício dos homens que escrevem poemas para poeto. Poeta, diz ela, é como artista: não deveria ser marcado pelo sexo".

[1] Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

Essa é fala de uma mulher consciente de seu lugar, forte e irônica em entrevista a Murgel. A curitibana Alice Ruiz, incorporou o feminismo em sua escrita a partir dos anos 1970, quando começou a escrever artigos que visavam questionar e problematizar o papel da mulher na sociedade, especialmente o da mulher dona de casa.

Alice era dona de casa, esposa e mãe. Casada com Paulo Leminski, ficava em casa e fazia o que as mulheres "faziam". O estopim para que ela passasse a praticar o discurso feminista com o qual se identificava foi ver sua filha Áurea, repetindo seus passos como futura dona de casa, brincando de casinha, sonhando com um marido e filhos, sendo doutrinada desde criança a ter um comportamento feminino para o social, comportamento que todos esperavam de uma menina.

> [...] Quem me despertou pra coisa da mulher foi minha filha, a Áurea porque... era o boom, só se falava nisso no começo dos anos 70 – a Áurea é de 71. Sabe, a mulher, a mulher, a mulher, tinha Rose Marie Muraro, Betty Friedan e tal, a produção da mulher... E eu já altos discursos e não sei o que. E nessa, cuidando das crianças, cuidando da casa e o Paulo trabalhando. Uma vida totalmente anti o discurso que eu levava, diferente do discurso. E a Áurea começou a brincar de casinha, é claro que ela me imitava e os afazeres dela eram domésticos. Eu fiquei olhando aquilo e pensei “mas que exemplo eu estou dando pra minha filha?” E aí fui atrás, comecei a escrever ensaios sobre a mulher e fui atrás de revistas, e duas aceitaram os meus ensaios e eu comecei a ganhar uma grana assim. (RUIZ; MURGEL, 2003).

Com a escrita dos ensaios, Alice Ruiz pretendia estimular as mulheres de seu tempo a questionarem seus discursos e formas de ver o mundo bem como suas construções do feminino. Assim como Simone Beauvoir, Alice Ruiz sentia uma profunda rejeição em relação às expectativas domesticantes que limitavam as mulheres. Tomando Beauvoir como uma de suas maiores inspirações, Alice Ruiz ressalta:

> Simone de Beauvoir foi um divisor de águas na minha vida. Eu li com 18 anos e às vezes eu acho que foi ela que me abriu a porta de um monte de coisas que estavam sufocando dentro de mim, o que era visto pela família como rebeldia, e na verdade, era... eu! Eu querendo me expressar, eu querendo me relacionar com o mundo de uma forma mais amorosa, mais saudável, mais justa... Memórias de uma moça bem comportada... Não só isso, não é, tudo o que eu podia, dali pra frente, até chegar no Segundo Sexo (RUIZ, MURGEL, 2006).

Há portanto, a identificação do discurso de Beauvoir com o pensamento de Alice Ruiz e a partir desse momento, a poeta passa publicar uma série de artigos que também problematizam a figura da mulher na sociedade dos anos 1970.

Vejamos um trecho do seu primeiro artigo publicado em 1973, no qual a poeta já expressa sua preocupação sobre como a mulher era vista:

> [...] – Na minha casa não tem essa de “Nova mulher”, lugar delas é na cozinha. E não me venham de histórias: desde a pré-história tem sido assim. Queimei as pestanas pelo bem-estar da família e veja no que deu: a mulher reclama atenção dizendo que se sente como um fantasma dentro da própria casa, e os guris só querem saber dessa tal curtição. Essa geração já degenerou. Os netos, talvez...
> – Parece que a nós...
> – Os rapazes de hoje não ouvem mais o que a gente fala. Ficam por aí inventando moda. A linguagem deles não tem pé nem cabeça e não adianta gastar o latim, entra por um ouvido e sai por outro, sai bem mais em conta mandar calar a boca.
> – gatas borralheiras da casa, foi...
> – Aonde você pensa que vai com essa roupa? Eu não te criei para jogar na boca do povo. Recato e decência nunca fizeram mal a uma moça. Tome nota do dia de hoje e pode ir metendo a viola no saco que enquanto eu viver não vou mais permitir essas liberdades.
> – entregue a solução dos conflitos das gerações. Recolhidas...
> – Como é que você pode ser livre se não deixa sua mãe se libertar? Na outra encarnação se eu pudesse escolher queria ser homem. Eu queria nem que fosse por uma hora. Homem tem liberdade, só que também tem compromisso, não é?
> – aos bastidores desde que o mundo é mundo, aprendemos a ler nas entrelinhas enquanto os homens dizem a última...
> – Há muito mal-entendido se fazendo passar por comunicação. O senhor, por exemplo, não está confundindo estar atualizado com render tributo ao “mito da modernidade”?
> – palavra – “Uma nova linguagem nasce da necessidade de expressar uma nova maneira de ser”. A palavra...
> – Vamos e venhamos, num diálogo de surdos, não se chega a uma linguagem comum.
> – é o termômetro das transformações. Qualquer mulher...
> – Não vem de lance careta pro meu lado, não tem grilo nenhum, eu estou numa boa. Podes crer. Para transar comigo tem que cortar tudo que já era e partir para uma outra jogada.
> – que já ensinou o bê-a-bá a um filho, sabe que não é uma questão de dar tempo...
> – O que você vai ser quando seu filho crescer?
> – ao tempo para deixar passar a “onda”!
> – Nunca houve na história tanta gente querendo mudar, tantos procurando na origem a solução, tentando com novas palavras um novo método de relacionamento. O que estão começando a dizer, é bom prestar a atenção não é só mais uma língua artificial fadada ao fracasso. Tem gente começando a sentir junto.
> – Essa moda vai pegar.
> (RUIZ, 1973).

Nesse artigo vê-se o quanto as mulheres ouvem repetidamente discursos machistas, enraizados e que começam a ser ironizados com a poética feminista.

Segundo a estudiosa Ana Carolina Murgel, Alice Ruiz evidencia desde esse seu primeiro artigo que o que poderá mudar o destino das mulheres serão as palavras: “A palavra é o termômetro das transformações”.

Ou seja, é na palavra das mulheres que o discurso feminista ganha espaço e que vai de encontro a muitas questões levantadas na contracultura. Murgel ressalta que uma das principais escritoras e pensadoras deste discurso foi Virginia Woolf, que compreendia que a força criadora da mulher poderia se rebelar na solidão e que não havia problema algum nisso:

> [...] Pois as mulheres têm permanecido dentro de casa por todos esses milhões de anos, de modo que a essa altura as próprias paredes estão impregnadas por sua força criadora, que, de fato, sobrecarregou de tal maneira a capacidade dos tijolos e da argamassa que deve precisar atrelar-se a caneta e pincéis e negócios e política. Mas esse poder criativo difere em grande parte do poder criativo dos homens. E é preciso que se conclua que seria mil vezes lastimável se fosse impedido ou desperdiçado, pois foi conquistado durante séculos da mais drástica disciplina, e não há nada que possa lhe tomar o lugar. Seria mil vezes lastimável se as mulheres escrevessem como os homens, ou se parecessem com os homens, pois os dois sexos são bem insuficientes, considerando-se a vastidão e a variedade do mundo, como nos arranjaríamos com apenas um? Não deveria a educação revelar e fortalecer as diferenças, e não as similaridades? (WOOLF, 1990).

Alice Ruiz, no cenário brasileiro da contracultura defendia a importância da individualidade da mulher e de seu trabalho profissional, pois seria através do trabalho e da luta pelas suas carreiras que as mulheres teriam o respeito e deixariam de ser vistas como Martinho da Vila as vê em sua canção *"Você não passa de uma mulher"* (1970).

A poeta também ressalta que as informações que foram passadas através dos tempos às mulheres são construídas a partir do universo masculino:

> É muito difícil distinguir o biológico do cultural. Todas as afirmações de que o homem é assim e a mulher é assim, foram elaboradas e desenvolvidas através dos séculos. A maioria de nossas características, que parecem ser essenciais, são valores culturais e, alguns deles, imposições preconceituosas. Essa cultura foi feita por homens. Todo o pensamento filosófico, psicanalítico, sociológico, religioso e genético, que analisa e interpreta o homem e a mulher, é masculino. A maior parte da literatura sobre a mulher foi escrita pelos homens. (RUIZ, s/d).

E é por isso que Alice entende a escrita como a grande ferramenta para as transformações culturais, escrever era a forma de se fazer ouvir e era necessário que muitas mulheres o fizessem. No decorrer dos anos, Alice continuou a escrever os seus artigos e se impondo enquanto mulher e escritora no cenário literário. No

final dos anos 1970, a resistência contra o feminismo era forte e partia de vários artistas e mídias, sobre isso Schmidt ressalta e questiona:

> Um leitor estrangeiro que desavisadamente tomasse em suas mãos o suplemento cultural de um dos maiores jornais do Brasil no início dos anos 90 por certo veria que ali se travava de uma guerra surda contra o feminismo e suas conquistas. A pergunta que me formulei a partir da leitura dos inúmeros artigos escritos nesse período é: por quê? Por que os ataques as mais difundidas conquistas do feminismo dos anos 70 e parte dos 80? (SCHMIDT, 2000, p.1).

Alice Ruiz responde a resistência ao feminismo de seu amigo Caetano Veloso em *"Carta Aberta a Caetano"* depois do compositor afirmar que “a mulher é inferior ao homem, física e mentalmente”. Segundo Murgel, através dessa carta resposta, a poeta reafirma o reconhecimento do feminino como uma construção cultural. Alice responde:

> A história foi feita pelos homens. E escrita por eles. Aliás, tudo foi escrito, analisado, estudado pelos homens. Inclusive as mulheres. Quer dizer, tudo que se fala e sabe sobre mulher foi dito pelos homens. Pelo menos, até uns poucos anos atrás. Faz muito pouco tempo que as mulheres escrevem. Talvez por isso nenhuma se debruçou tanto sobre a alma feminina quanto Machado de Assis, Flaubert, Balzac, Tolstoi, entre centenas na literatura. Ou como você e Chico entre outros na nossa música. Somos Capitu, Gabriela, Carolina, Tigresa. Somos o que vocês disseram que somos. Em outras palavras, até o conceito de mulher é masculino, ou era, até recentemente. Os critérios são a visão do homem. Mas isso você colocou às mil maravilhas na entrevista quando disse: “nosso dever é criar novos critérios, esquecer os critérios, complexizá-los”. E isso não é mais um serviço para o super-homem. As mulheres, e, principalmente elas, precisam colaborar com a sua visão das coisas para acelerar esse processo de fundar uma nova ótica, especialmente sobre a própria mulher. (RUIZ, s/d).

Alice Ruiz evidenciará muito mais sua militância feminista quando passa a se dedicar às poesias e canções, a partir de 1980.

2. Navalhanaliga: a poética feminista de Alice

Primeiro livro de Alice Ruiz, *Navalhanaliga* é de suma importância para o seu crescimento enquanto escritora e militante feminista, mesmo sendo considerada uma militante solitária em Curitiba, Alice não desistiu e continuou embasando sua obra com questionamentos e conscientizações do espaço e valor da mulher. *Navalhanaliga* é o livro que a consagra, leva o prêmio de melhor livro publicado no Paraná, abre as portas para parcerias musicais e demonstra todo seu cuidado com a problematização da figura da mulher na sociedade.

nada na barriga
navalha na liga

valha
(RUIZ, 1980)

O poema *Navalhanaliga* traz a prostituição como plano central. Para Alice Ruiz, a justificativa de uma mulher se prostituir estaria ligado a fome, sobrevivência. A navalha, portanto seria o instrumento de defesa da mulher estando nesse meio perigoso, e de forma simbólica, segundo Murgel, a navalha (arma) da poeta é a palavra, enquanto a arma da prostituta é a navalha, porém ambas cortam e transmutam. Nesse sentido, retoma-se a visão de que o discurso feminista em Alice se daria pela palavra, que é a transformação.

Nesse mesmo livro, Alice escreve o que considera seu Manifesto feminista, o poema *O que é a que é,* em que constrói o texto costurando frases de jornais e revistas com quais ela discordava, evidenciando a necessidade da construção do feminismo em nossa cultura.

O que é a que é
Usada e abusada.
Palpável mas oca.
Amainada para mãe.
Acusada e recusada.
Calada e mal falada.
Alienada e esquecida.
Ordenada e ordenhada.
Solícita e solicitada.
Bordadeira e abordada.
Afastada e sempre à mão.

Moderada e bem adornada
Dá a luz e vive escondida.
Transcende em descendência.
Mal informada forma pessoas.
Foi vocada a não ter vocações.
Sem necessidades, só caprichos.
Inclinada por instinto só ao lar.
Criticada e fadada à idade crítica.
Econômica nada entende de Economia.
Domingo, dia do Senhor, não descansa.
O que no homem é estilo nela é relaxo.
Não dá tom e dança conforme a música
Chora quando não tem mais nada a dizer.
Consumidora voraz é vorazmente consumida.
É o que mais consta e o que menos se nota.
No dicionário figura como a fêmea do homem.
Para compreender não tem muito o que aprender.
A melhor paisagem atrás do buraco da fechadura.
Produz pouco porque já reproduz e isso lhe basta.
Não precisa ser atualizada, mas deve andar na moda.
A força que despende para ser frágil continua oculta.
As suas tentativas de participação recebem como intromissão.
Já que não tem responsabilidade não pode ter mau-humor.

Tem que ser uma obra de arte que não fique para a posteridade.
Perde tanto sangue que fica com o que se chama por aí de “sangue de barata”.
Dócil, meiga, sutil e submissa, deixa aos homens os defeitos correspondentes.
PRECISA-SE: TORNEIRO MECÂNICO, CONTADOR, ANALISTA DE SISTEMAS, ENGENHEIROS, ETC COM CAPACIDADE COMPROVADA, E DE UMA RECEPCIONISTA COM ÓTIMA APARÊNCIA.
Pode escolher entre o céu e o inferno, mas a terra não, essa é do sexo oposto.
Entrave para a liberdade masculina através das traves da obediência.
Quanto mais espírito melhor, mas o futuro acaba junto com a beleza.
Se for grande é porque está por detrás de um grande homem.
Sempre esperando e levando a fama de se fazer esperar.
Seu entusiasmo é chamado de assanhamento.
Nascida para dentro aí ficará até
que a terra coma o resto que os
filhos e os homens deixam.
Faz par mas embaixo.

Com esse manifesto em forma de poesia, Alice Ruiz deixa claro a forma como as mulheres são vistas através do tempo e de como o feminino é repreendido. É através de sua poética feminista que Alice Ruiz tenta movimentar o pensamento crítico das mulheres para que elas tenham voz e saibam que tenham voz.

Lucia Helena Vianna, compreende a poética feminista como:

> toda discursividade produzida pelo sujeito feminino que, assumidamente ou não, contribua para o desenvolvimento e a manifestação da consciência feminista, consciência esta que é sem dúvida de natureza política (O pessoal é político), já que consigna para as mulheres a possibilidade de construir um conhecimento sobre si mesmas e sobre os outros, conhecimento de sua subjetividade, voltada esta para o compromisso estabelecido com a linguagem em relação ao papel afirmativo do gênero feminino em suas intervenções no mundo público. Consciência com relação aos mecanismos culturais de unificação, de estereotipia e exclusão. E ainda, a consciência sobre a necessidade de participar conjuntamente com as demais formas de gênero (classe, sexo, raça) dos processos de construção de uma nova ordem que inclua a todos os diferentes, sem exclusões. Poética feminista é poética empenhada, é discurso interessado. É política.

Percebe-se a preocupação que Alice Ruiz traz em sua obra de uma mensagem às mulheres, criticando, questionando e ironizando seus papeis na sociedade, especialmente dentro de casa. Em seu poema "*Drumundana*", uma clara apropriação e paródia do poema "*E agora, José?*" De Carlos Drummond de Andrade:

drumundana
e agora Maria?
o amor acabou
a filha casou
o filho mudou
teu homem foi pra vida
que tudo cria
a fantasia

que você sonhou
apagou
à luz do dia
e agora Maria?
vai com as outras
vai viver com a hipocondria

A autora problematiza Maria, no poema sendo uma mulher sem mais opções na vida e condições de fala, uma mulher que se anulou pela família e que não tem mais ninguém, situação de muitas Marias no Brasil. Segundo Murgel:

> Se "José", de Carlos Drummond de Andrade, era um homem com conflitos dentro de uma existência masculina já explorada e vivida (não há mais caminhos), a Maria, na poesia "Drumundana" de Alice Ruiz, é uma mulher limitada pela existência dentro de um "padrão do feminino": ela viveu a vida que se esperava de uma mulher, para o marido e para os filhos, sempre na esfera privada.

A preocupação de Alice era justamente fazer com que as mulheres (Marias) pudessem enxergar novas opções de caminhos, além dos já conhecidos e impostos por pensamentos machistas que se perpetuaram através dos anos. Alice reafirma que não há problema em ser mãe, esposa ou dona de casa, mas se a mulher quiser, ela pode ser isso e muito mais coisas e é necessário ter consciência disso, daí o feminismo.

Murgel ressalta em uma das entrevistas que realizou com a escritora que a opção pelo termo "Maria Vai com as Outras" no poema acima não foi em vão:

> A poeta lembrou, nessa conversa, que não existe expressão similar para o masculino, ou seja, quando uma mulher pensava de forma diferente da "conveniente para seu gênero" (ou dos estereótipos sobre), era chamada de "Maria Vai com as Outras", deixando sempre implícita na frase a incapacidade das mulheres de tomarem decisões sozinhas ou de pensarem diferentemente.

De acordo com a haicaista a luta pela igualdade de gênero que se dá na sociedade é também refletida na literatura, uma vez que a presença de mulheres no meio literário se dá contra tudo e todos já que a própria alfabetização da mulher é um processo recente. A luta de Alice Ruiz continua e é atual.

A exemplo disso, temos escritora Mary Ann Evans, que precisou usar o pseudônimo de George Eliot para que tivesse o seu trabalho levado a sério e, mais recentemente, a J.K. Rowling que abreviou seu nome para que fosse confundida com um homem, mostrando o quanto o reconhecimento do lugar da mulher na sociedade ainda é problemático.

A literatura de Alice Ruiz, e de tantas outras mulheres que nadaram contra uma maré composta de homens brancos de classe média com ensino superior e residentes do eixo Rio-SP, demonstra a força da poética feminista e do

empoderamento, que nada mais é do que a consciência coletiva, expressada por ações para fortalecer as mulheres e desenvolver a equidade de gênero, Alice Ruiz ressalta que as mulheres não desejam mais do que os homens, mas sim querem igualdade, o que pode e deve ser conquistado por meio da arte.

Considerações Finais

O feminismo em Alice Ruiz está presente em seus escritos e falas até hoje, a preocupação com que a autora traz à tona a condição da mulher na sociedade é muito válida para discussões atuais, pois até hoje a mulher ainda é vítima das mais diversas formas de machismo e violências.

Vale ressaltar que Alice Ruiz propunha a mudança de percepções e valores machistas enraizados por meio da palavra. Para a escritora a palavra é o que possibilita transformação, pois é a navalha da poeta e é através do contato com a poética feminista que a mulher poderá repensar seu papel diante do mundo. E agora Maria? É através de palavras que obteremos respostas.

Para encerrar, cabe uma reflexão de Alice sobre sua militância e a evolução do feminismo através do tempo:

> [...] O feminismo enfim. O fato de ter alguma coisa por que lutar é muito estimulante. Então eu acho que a minha geração acabou sendo a que tomou a consciência disso, e tomou pra si o encargo de gerar mudança... Não, eu não vou ficar dependente, eu não vou... Tanto que foi a geração da separação, não é? Dos casamentos que acabaram... É complicado, porque pela primeira vez não era luta dos homens, eles estavam acostumados a provocar revoluções. Pela primeira vez, sim, foram as mulheres que tomaram as rédeas das coisas. E isso deu um gás muito grande pra tudo – pra criar, pra fazer [...] Pagamos um preço alto, mas isso eu faria de novo! Se eu pudesse, queria outra vez começar tudo de novo. Não me arrependo. Foi importante, eu fico olhando minhas filhas, fico olhando a nova geração, você, sabe? Eu fico vendo que o que nós fizemos deu frutos. Mulheres de hoje são infinitamente mais interessantes do que nós éramos antes dessa acordada. Nós éramos inquietas, talvez as ovelhas-negras. Mas a gente... até nós a perspectiva da mulher e a perspectiva que se mostrava pra nós era... um tédio! (RUIZ; MURGEL, 2003).

Referências

BEAUVOIR, **Simone. Memórias de uma moça bem comportada**. São Paulo: Círculo do Livro, s/d.

Murgel, Ana Carolina Arruda de Toledo M943n **“Navalhanaliga”: a poética feminista de Alice Ruiz** / Ana Carolina Arruda de Toledo Murgel. - - Campinas, SP : [s. n.], 2010.

_____. **Navalhanaliga**. Curitiba: ZAP, 1980. RUIZ, Alice; MURGEL, Ana Carolina A.T. Entrevista realizada em São Paulo, 18 de junho de 2003.

Papo. In: “Pamonha”, de Call e Alessandra Zag. Recorte de jornal não identificado, 02/09/1973.

RUIZ, Alice. **pelos pelos.** Brasiliense- SP, 1984.

WOOLF, Virginia. **Orlando**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978. _____. Um teto todo seu. São Paulo: Círculo do Livro, 1990.

SCHMIDT, Pereira, Simone. **O feminismo nas páginas dos jornais: revisitando o Brasil dos anos 70 aos 90.** 2000.

De caipirinha à musa modernista: a identidade moderna em Tarsila do Amaral

Isabel Cristina Bichinski[1]

RESUMO
Este artigo tem como objetivo explicar o surgimento da identidade modernista em Tarsila do Amaral que ocorre na década de vinte. Para que isso ocorra, será dado enfoque especial em seu quadro intitulado *Abaporu* (1928). Com Benedito Nunes (1979), Maria Eugênia Boaventura (1990), Mário da Silva Brito (1974) e Wilson Martins (1974) será levantada a importância desse quadro para o modernismo brasileiro, visando compreender a sua contribuição para a vertente antropofágica que surge a partir desta obra. Ressalta-se, portanto, Tarsila do Amaral como mulher e pintora, que se sobrepõe à *high society*, ultrapassando os limites da classe que a gerou. A caipinha de Capivari torna-se não só parte fundamental do grupo dos cinco modernistas, mas figura feminina fundamental que contribuiu para o movimento modernista brasileiro.

Palavras-chave: Abaporu. Identidade. Modernismo.Tarsila do Amaral.

1. Primeiros traços

A Semana de Arte Moderna de 1922 trouxe inúmeras inovações à literatura e também para as artes em geral. Tarsila do Amaral, pintora e desenhista brasileira desembarcou no país em meio a ebulição modernista e fez parte dela.

Tarsila é a pintora brasileira que pinta em brasileiro, uma mulher de diferentes faces que contribuiu muito com o movimento modernista. Como afirma Mário de Andrade:

> Ela é feliz! A arte dela tem ar de festa (...) E eu gosto dessas cores vaidosas de serem cor, dessas formas coquetes de sua originalidade ou ingênuas no despudor de sua pureza elementar. E eu me divirto esteticamente com a vitalidade e a coragem de certo mau-gosto nacional que Tarsila impôs aos seus quadros (...). (GOTLIB, 1983, p. 10).

Pretende-se neste trabalho compreender a identidade modernista que Tarsila do Amaral descobre com seu retorno ao Brasil, o certo *mau-gosto nacional* citado por Mário de Andrade, uma identidade que influenciou toda sua produção, especialmente o quadro *Abaporu* de 1928, que será analisado posteriormente, um dos principais símbolos do modernismo e da antropofagia.

2. De caipirinha à musa modernista

[1] Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

Brasil Tarsila
Tarsila
Descendente direta de Brás Cubas
Tarsila
Princesa do café na alta de ilusões
Tarsila
Engastada na pulseira gótica do colégio de Barcelona
Tarsila
Medulamente
paulistinha de Capivari
reaprendendo
O amarelo vivo
O rosa violáceo
O azul pureza
O verde cantante
Desprezados pelo doutor bom-gosto oficial.
(ANDRADE, 2012, p.97)

Como observou Carlos Drummond de Andrade, a caipirinha de Capivari reaprendeu a colorir o Brasil. Apesar de ter nascido e crescido em uma fazenda em Minas Gerais, Tarsila e sua família sempre seguiram o modelo tradicional de vida de Paris: “Princesa do café na alta de ilusões”.

Ela teve acesso a uma boa educação, viagens e teve contato com grandes professores e pintores da época. Em 1917 teve aulas com Pedro Alexandrino- mesmo professor de Anita Malfatti, mulher que também marca a pintura brasileira no mesmo ano, e insere Tarsila no contexto modernista brasileiro anunciando-a na revista Klaxon.

Porém é em 1924 que Tarsila parece encontrar sua autêntica identidade de “caipirinha de São Bernardo”, pois ela redescobre, como reafirma Carlos Drummond de Andrade desta forma, o Brasil simples e puro, o Brasil primitivo: é a fase Pau-Brasil, indo ao encontro dos ideais de Oswald de Andrade. Em seu poema *Atelier* publicado em 1925 em seu livro pau-brasil ele evidencia:

> Caipirinha vestida por Poiret /A preguiça paulista reside nos teus olhos/Que não viam Paris nem Picadilly /Nem as exclamações dos homens/ Em Sevilha /A tua passagem entre brincos (...)
>
> (ANDRADE, 1925, p. 118)

Tarsila iniciou sua pintura, influenciada pelo conservadorismo. A própria artista comentou em entrevistas que os seus primeiros professores a ensinaram que não deveria usar demasiado as cores, nem fazer representações de qualquer coisa que fosse caipira como os temas populares. A obra da artista, no entanto, já na sua primeira fase, a Pau-Brasil, rompe completamente com qualquer tipo de conservadorismo e enche-se de formas e cores ao exemplo de tudo que a artista

havia visto na sua viagem de "redescoberta do Brasil" com os seus amigos modernistas. Suas obras nesse período, que se inicia em 1924, refletem além de tudo temas tropicais brasileiros, a exaltação da fauna, flora, as máquinas, os trilhos, símbolos da modernidade urbana que contrastavam com a riqueza e diversidade do país.

Em 1928, portanto que Tarsila do Amaral presenteia o marido Oswald de Andrade com o Abaporu, pintura que o inspiraria a redigir o Manifesto Antropófago, considerado o documento seminal do Modernismo brasileiro, no qual o autor propõe uma assimilação crítica do legado cultural europeu e seu reaproveitamento para a criação de uma arte genuinamente brasileira. Essa é a segunda fase da artista, a Antropofágica, que foi idealizada pelo seu marido na época, Oswald de Andrade.

Nesse momento eles buscavam digerir influências estrangeiras, que eram comuns à época, para que a arte feita por eles tivesse feição mais brasileira. Raul Bopp e Oswald de Andrade então batizam o quadro de *Abaporu* que significa em tupi- guarani “homem que come gente”, a partir desse significado surge a concepção de antropofagia oswaldiana que se dirigia “contra todos os importadores de consciência enlatada” (ANDRADE, 1976, p . 3). Essa obra da artista, em 1928, inaugura o movimento antropofágico dentro do modernismo.

"A vida é devoração pura" já dizia Oswald de Andrade. Essa devoração metafórica à qual ele se refere foi chamada de Antropofagia, conceito que existiu para algumas tribos indígenas, mas que fora apropriado por Oswald, tornando-se o conceito-chave de todo seu percurso e obra literária.

A antropofagia (do grego *anthropos*, "homem" e *phagein*, "comer") é um ritual místico/religioso que algumas tribos indígenas exerciam. Conforme afirmam antropólogos e arqueólogos, a antropofagia era encontrada em algumas comunidades ao redor do mundo, como na África, América do Sul, América do Norte, ilhas do Pacífico Sul e nas Caraíbas (ou Antilhas). A antropofagia praticada pelos grupos tribais do Brasil revestia-se de caráter exclusivamente ritual; as notícias fornecidas pelos cronistas do século XVI dão conta de sua importância na organização social indígena como fator indispensável aos ritos de nominação e iniciação.

A imagem da antropofagia ameríndia foi difundida na Europa com mais intensidade a partir do relato de Hans Staden, explorador alemão que foi capturado

pelos tupinambás em meados do século XVI. Sua incrível experiência como prisioneiro de um grupo de antropófagos foi descrita em relatos que ganharam várias edições entre os séculos XVI e XVIII.

Para Hans Staden (1557), a antropofagia difere de canibalismo. Jean de Léry (1980) afirma que, quando perguntados por que guerreavam contra outras tribos, os índios diziam que era para vingar seus antepassados que haviam sido mortos por elas. Alegavam que comiam os prisioneiros para se vingarem dos seus entes que tinham sido devorados por aqueles inimigos.

Hans Staden (1974) reafirma: "Não o fazem por fome, mas por ódio e inveja, e quando combatem na guerra gritam um para o outro: para vingar a morte de meus amigos, estou aqui; tua carne será hoje, antes que o sol entre, meu assado." (p.96).

Para André Thévet (1978), os ameríndios eram bárbaros por praticarem o rito antropofágico, termo pejorativo entendido pelos europeus como não civilizados, rudes, ignorantes, cruéis, de inferioridade cultural. De acordo com o Museu Histórico Nacional, "O ritual antropofágico praticado pelos tupinambás possuía algumas ambivalências. A lógica de tal rito pressupunha uma troca entre o inimigo capturado e a comunidade que o aprisionou". (2005, p.1).

Portanto, não havia simplesmente a prisão, morte ou canibalismo. A antropofagia passava por um longo processo que se iniciava com a captura. Segundo as informações arquivadas no Museu Histórico Nacional:

> O inimigo era levado a familiarizar-se com a tribo e a fazer parte de sua dinâmica social. Mesmo sendo “o outro”, incorporava os hábitos dos membros dessa comunidade. Em alguns casos, o prisioneiro chegava a viver durante anos com a tribo, e podia até casar-se com uma mulher do grupo. No entanto, nunca deixava de ser reconhecido como inimigo. Posteriormente, dava-se um processo de afastamento do capturado para “reconhecê-lo mais uma vez como inimigo”.
>
> (In: http://www.museuhistoriconacional.com.br/mh-e330k13.htm)

Todos os membros da comunidade participavam do ritual antropofágico, e geralmente havia um que era escolhido para matar o inimigo. Esse indivíduo tornava-se ao mesmo tempo poderoso e temido pelos demais, pois a partir do ritual passava a haver duas forças dentro dele.

Tornava-se um ser misterioso, pois passava a ser uma nova pessoa para a comunidade. Devorar o inimigo fazia parte do ciclo de vida dessas comunidades, esse rito era uma tradição que passava de geração a geração:

> Havia outros tipos de antropofagia além da incorporação do inimigo e a lógica da vingança. Para alguns grupos indígenas, como os tarairus, que habitavam o sertão nordestino, a antropofagia era um ritual de demonstração de afeto. A mulher comia a carne do filho morto, como símbolo de seu amor por ele. O luto era compartilhado com membros da família, que também comiam partes da criança morta e choravam a sua perda.
>
> (In: http://www.museuhistoriconacional.com.br/mh-e330k13.htm).

Em uma entrevista ao *O Jornal* em 1928, Oswald de Andrade tenta definir antropofagia:

> A antropofagia é o culto à estética instintiva da Terra Nova. Outra: É a redução, a cacarecos, dos ídolos importados, para a ascenção dos totens raciais. Mais outra: É a própria terra da América, o próprio limo fecundo, filtrando e se expressando através dos temperamentos vassalos de seus artistas. (conforme citado em BOAVENTURA, 1990, p. 43).

A antropofagia para os primitivos era algo muito além de uma simples refeição, foi partindo dessa primeira percepção que Oswald começa a elaborar sua metáfora antropófaga. De acordo com as versões de Tarsila do Amaral e de Raul Bopp, como Wilson Martins (1991) relembra, a Antropofagia teria nascido em um restaurante de São Paulo, onde diante de um prato de rãs, Oswald de Andrade explicou que "a linha de evolução biológica do homem na sua longa fase pré-antropóide passava pela rã", e Tarsila comentou: "Com esse argumento chega-se teoricamente à conclusão de que estamos sendo agora uns... Antropófagos!":

> Alguns dias mais tarde, o mesmo grupo do restaurante reuniu-se no palacete da Alameda Barão de Piracicaba para o batismo de um quadro de Tarsila, Antropófago. Nesta ocasião, depois de passar em revista a exígua safra literária, posterior à Semana, Oswald propôs desencadear um movimento de reação genuinamente brasileiro. Redigiu um Manifesto. (MARTINS, 1954, p.109).

Essa ideia, que supostamente teria surgido em um jantar, foi materializada no *Manifesto Antropófago*, em 1928, mas já em 1925 o *Manifesto da Poesia Pau- Brasil* pode ser tomado como embrião. Na mesma época Tarsila redescobre uma nova maneira de pintar, “o pintar brasileiro” e desde então, ela e o marido trabalham juntos para arquiterarem um projeto que inovasse a literatura e as artes.

Embora o *Abaporu* de Tarsila seja considerada a obra inaugural e simbólica ao movimento modernista brasileiro, *A negra*, de 1923 que é uma alegoria da figura da Grande Mãe, já prenuncia o que viria a ser a poética antropofágica de Tarsila: pinturas caracterizadas por um número reduzido de elementos, economia de cores e presença de temas nacionais e primitivos, figurados numa intensa atmosfera onírica.

A pintura *Antropofagia*, de 1929, como indica o título, é uma assimilação das duas obras anteriores: figura e fundo de Abaporu e A negra se mesclam, formando um casal primevo, em uma paisagem densa e silenciosa. As imagens inspiradas em um Brasil arcaico, pré-cabralino, aliadas à utilização de uma linguagem moderna, criaram uma solução possível para um paradoxo presente na prescrição antropofágica: a necessidade de conciliar aspectos primitivos e modernos a um só tempo.

A última e grande fase da pintura de Tarsila do Amaral é chamada fase social e tem início em 1933, com *Operários*.

3. O Abaporu- homem que come gente

O Abaporu marca a fase antropofágica da pintora Tarsila de Amaral que ocorreu entre 1928 e 1930, mesma época em que Oswald de Andrade redigiu seu Manifesto Antropófago. É possível identificar traços característicos da artista, como a escolha de cores fortes e inclusão de temas imaginários e alteração da realidade.

Na pintura vemos um homem com grandes pés e mãos, e ainda o sol e um cacto. Estes elementos podem representar o trabalho físico que era o trabalho da maioria naquela altura. Por outro lado, a cabeça pequena pode significar a falta de pensamento crítico, que se limita a trabalhar com força mas sem pensar muito, sendo então uma possível crítica para a sociedade daquela época, lembrando que Tarsila do Amaral mesmo sendo de família rica sempre criticou essa sociedade, assim como Oswald de Andrade.

O homem representado transmite uma certa melancolia, pois o posicionamento da cabeça e expressão denotam alguma tristeza, o pé grande também pode revelar uma forte conexão do ser humano com a terra. Quanto às cores usadas, para haver uma clara alusão ao Brasil, pois há destaque para o verde, amarelo e azul, cores predominantes da bandeira brasileira. Nem a própria Tarsila soube definir o que era o Abaporu, portanto, ressalta-se que tudo o que veio posterior a ela, são apenas interpretações.

Imagem 1- Obra de Tarsila do Amaral “O Abaporu”. Museu de Arte Latino-Americana de Buenos Aires, Argentina.1928

Fonte: http://noticias.universia.com.br/tempo-livre/noticia/2012/01/01/900810/conheca-abaporu-tarsila-doamaral.html. Acessado em: 09/12/2016.

4. A mulher Tarsila

Lúcia Teixeira (1999) ressalta a forma como a pintora e sua obra eram vistas na época, ela percebe que mesmo a sociedade tendo grande recusa à sua obra, muitos "aceitavam-na" por conta da beleza da artista. Nunca vi boniteza tão brasileira como a da pessoa e dos quadros de Tarsila - é a voz de Manuel Bandeira que ecoa, em contraste e em acordo com a crítica ferina do Jornal do Comércio que, chamando monstruosas as formas da pintura de Tarsila, reconhece tratar-se evidentemente de mulher muito bela, a julgar pelo retrato que ilustra o seu catálogo. É importante afirmar que Tarsila do Amaral foi símbolo de mulher independente e causou estranhamento não só pela sua obra diferenciada, mas por sua atitude de sempre buscar inovação, contrariando todo o conservadorismo pelo qual foi criada.

Tanto ela, quanto Anita Malfatti foram marcos na arte brasileira:

> Pode-se dizer que a pintura de vanguarda, no Brasil, enquanto luta e polêmica, tem o seu ponto de partida numa mulher e o de chegada em outra. Luta e polêmica, pintura de vanguarda, o reconhecimento do papel desbravador de duas mulheres pintoras - eis aqui então um crítico atento ao seu fazer. Mas o olhar masculino não trai a expectativa, derrubado ele também pela mulher Tarsila, a linda Tarsila, que encanta os seus companheiros, que inspira paixões, musa e artista... (Amaral, 1975a, p. 486).

Teixeira chama atenção nas figuras que desenham Tarsila verbalmente: sinhazinha, fazendeira, caipirinha vestida por Poiret, bonita, linda, musa e artista.

Com que então chega-se ao que interessa. Tarsila é uma grande artista, mas os gentis cavalheiros curvavam-se à sua boniteza.

Também por ela derramou sangue - mas o dos outros - o marido. Conta a Revista de Antropofagia, numa "nota interessante", a respeito da exposição de Tarsila no Rio, em 1929: Correu sangue na exposição. Oswald de Andrade, agindo antropofagicamente, esborrachou o nariz de um admirador do Sr. Amoedo. O sangue espirrou, com imensa satisfação dos presentes (12 ago 1929). Teixeira deixa aberta uma reflexão:

> O poeta civilizado contemplava envaidecido nas ruas de Sevilha as exclamações dos homens ante a "passagem entre brincos" da companheira. Em terra de antropófagos, defendia o trabalho da mulher (ou sua honra masculina?) a socos. (TEIXEIRA, 1999, p. 45).

É interessante perceber como a identidade de Tarsila como mulher também é relevante, pois naquela época ser uma artista mulher e independente causava estranhamento, ainda mais por ter optado por fazer parte dos modernistas considerados “radicais”.

Considerações Finais

A identidade modernista de Tarsila do Amaral é evidenciada na década de vinte, especialmente a partir de 1924, quando a pintora redescobre um Brasil interiorano e rural das fazendas de sua infância, com muitas árvores, bichos e pedras. Em contrapartida, e como já mencionado, para os modernistas havia a necessidade da ideia de inovação e ruptura. Percebe-se que na obra de Tarsila há imagens inspiradas em um Brasil arcaico, aliadas à utilização de uma linguagem moderna. É o paradoxo antropofágico: a necessidade de conciliar aspectos primitivos e modernos a um só tempo.

É válido ressaltar que em meio há tantas Tarsilas: a das tintas, vestidos, informações artísticas, mãe, pintora, desenhista há a Tarsila mulher, que segundo Antônio Cândido em Literatura e Sociedade, afirma que “os modernistas eram renovadores, procurando exprimir valores mais profundos, aspirações e estilos recalcados na literatura popular pelo oficialismo burguês”. E Tarsila foi a mulher que desrecalcou.

Desrecalcou fazendo emergir da indiferença ou desvalorização a realidade caipira do interior e da roça, segundo Nádia Battella Gotlib em “cores caipiras de rosa e

azul" (p.12). A caipinha de Capivari desrecalca em suas três fases: a Pau- Brasil, a Antropofágica e a Social, se tornando não só parte fundamental do grupo dos cinco modernistas, mas figura feminina fundamental que contribuiu para o movimento modernista brasileiro.

REFERÊNCIAS

AMARAL, A, Aracy. **Modernismo, arte moderna e o compromisso com o lugar.** In:Textos e Trópico de Capricórnio/ Artigos e ensaios (1980-2005),vol.1: São Paulo: Ed.34, 2006.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **As impurezas do branco**. _1ed_São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ANDRADE, Oswald de. **Os dentes do dragão**. 2ed- São Paulo, Globo, 1990.

ANDRADE, Oswald de. **Pau- Brasil**. 5ed. São Paulo: Globo: 1991.

BOAVENTURA, Maria Eugênia. **Os dentes do dragão: entrevistas/ Oswald de Andrade**.- 2. ed.- São Paulo: Globo, 1990.

BOSI, Alfredo. **História Concisa da Literatura Brasileira**. São Paulo, ed. Cultrix, 1975.

BRITO, Mário Silva da. **História do Modernismo brasileiro: antecedentes da Semana de Arte Moderna**. 4 ed.- Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

CAMPOS, Haroldo, de. "**Uma poética da radicalidade**". In Oswald de Andrade, Poesias Reunidas, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1974 p. 9-59.

CANDIDO, Antonio. 9ª ed. **Literatura e Sociedade**. Ouro sobre azul: Rio de Janeiro, 2006.

GOTLIB, Nádia. **Tarsila do Amaral**. Editora brasiliense, São Paulo, 1993.
LÉRY, Jean de. **Viagem à terra do Brasil**. Belo Horizonte, Edit. Itatiaia; São Paulo, Edit. da Universidade de São Paulo. 1980, 303p.

MARTINS, Wilson. **Pontos de Vista - Crítica Literária**. Queiroz: 1991. Museu Histórico Nacional <http://www.museuhistoriconacional.com.br/mh-e330k13.htm> Acesso em 10 set. 2017.

NUNES, Benedito. **Oswald Canibal**. Editora perspectiva, São Paulo, 1979.

STADEN, Hans séc. XVI. **Duas viagens ao Brasil**. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia: São Paulo, (Universidade de São Paulo), 1974.

TEIXEIRA, Lúcia. **TARSILA DO AMARAL, MUSA DO MODERNISMO.** Itinerários, Araraquara, 1999.

THEVET, André. **As singularidades da França Antártica**. Tradução de Eugênio Amado. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia. São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1978.